

**Anderson Pereira Portuguese
Bruno de Freitas
Hélio Carlos Miranda de Oliveira
(Organizadores)**



Turismo Sertanejo

a comunidade, o lugar e os saberes locais



**Anderson Pereira Portuguese
Bruno De Freitas
Hélio Carlos Miranda De Oliveira
(Organizadores)**

TURISMO SERTANEJO
A COMUNIDADE, O LUGAR E OS SABERES LOCAIS



Ituiutaba, MG

2014

© Anderson Pereira Portuguese; Bruno de Freitas; Hélio Carlos Miranda de Oliveira (Org.), 2014.

Arte Gráfica e editoração: Bruno de Freitas.

Fotos da capa: Imagens diversas de municípios do Tiângulo Mineiro, MG, pertencentes ao acervo de Anderson Pereira Portuguese.

Arte da capa: Anderson Pereira Portuguese

Apresentação: Os Organizadores.

Contatos:

Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local

Curso de Geografia, FACIP – UFU, Rua 20, nº. 1.600, Bairro Tupã, CEP 38.307-426, Ituiutaba, MG – Brasil

Tel: 55-34-3271-5230 / Fax: 55-34-3271-5849

E-mail: portuguez.andersonpereira@gmail.com

Editora: *Barlavento*

Prefixo editorial: 68066

Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilé Asé Babá Olorigin.

CNPJ: 19614993000110

Caixa postal mº 9. CEP 38.300-970, Centro, Ituiutaba, MG.

Conselho Editorial:

Mical de Melo Marcelino (Editor-chefe).

Antônio de Oliveira Junior.

Anderson Pereira Portuguese.

Maria Izabel de Carvalho Pereira.

Giovanni F. Seabra.

Claudia Neu.

Turismo sertanejo: a comunidade, o lugar e os saberes locais / Anderson Pereira Portuguese; Bruno de Freitas; Hélio Carlos Miranda de Oliveira, (Organizadores).
Ituiutaba, Barlavento, 2014. 276p.

ISBN: 978-85-68066-00-3

1. Turismo. 2. Comunidades. 3. Lugar. 4. Desenvolvimento local. 5. Meio Ambiente
I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. II. FREITAS, Bruno de. III. OLIVEIRA, Hélio
Carlos Miranda de.

Os conteúdos a formatação de referências e as opiniões externadas nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores de cada texto.

Todos os direitos desta edição reservados ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local.



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
Curso de Geografia
Laboratório de Geografia Humana e Ensino

**GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM TURISMO, ESPAÇO
E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Líder

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese - UFU

Vice-Líder

Prof. Dr. Antônio de Oliveira Júnior - UFU

Membros Pesquisadores

Msc. Adriana Sartório Ricco - FESV

Dr^a Adyr A. Balastrieri Rodrigues - DG-USP

Dr. André Luiz Sabino – ESEBA-UFU

Dr. Carlos Roberto Loboda - FACIP-UFU

Dr^a. Gerusa Gonçalves Moura – FACIP-UFU

Dr. Giovanni de Farias Seabra - UFPB

Dr^a. Joelma Cristina dos Santos - FACIP-UFU

Leonardo da Silva Pedroso

Msc. Lilian Carla Moreira Bento

Dr. Milton Augusto Pasquoto Mariani - UFMS

Dr^a. Odaléia Telles M. M. Queiroz – ESALQ - USP

Dr. Roberto Barboza Castanho - FACIP-UFU

Dr. Rosselvelt José Santos – IG-UFU

APRESENTAÇÃO

O turismo é um importante fenômeno social, que nos últimos anos tem se mostrado bastante dinâmico no Brasil, ainda que com diferenças muito substanciais entre as diversas regiões brasileiras.

Do ponto de vista produtivo, o setor vem apresentando, segundo o IBGE, um forte crescimento desde o início da década passada (2003), com taxas elevadas em determinados segmentos ligados aos transportes, ocupação hoteleira e a alimentação. Os indicadores macroeconômicos mostram que na atualidade, a despeito da crise econômica mundial de 2008, a classe média brasileira continua crescendo e efetivamente viaja muito mais, tanto para o exterior, quanto para destinos nacionais.

Este grande movimento de pessoas tem provocado as instâncias oficiais de governança, no sentido de criar políticas públicas para estruturar as vias e meios de deslocamento, assim como promover os destinos receptores em escala nacional e internacional. No entanto, há controvérsias sérias quanto à eficácia das ações do Estado, que muitas vezes desconsideram as necessidades e características dos agentes locais em favor de modelos meramente economicistas de turistificação.

Isto porque muitas ações estatais são pensadas e tomadas de cima para baixo, como se todos os lugares turísticos do Brasil funcionassem a partir das mesmas lógicas e com os mesmos ritmos de reação aos estímulos exógenos. Mais que nunca, o lugar tem se mostrado como a dimensão privilegiada do desenvolvimento e, em especial, o desenvolvimento ancorado na atividade turística.

Nesta perspectiva, o presente livro pretende aportar conhecimentos às temáticas relacionadas ao seu escopo, na medida em que converge olhares e experiências profissionais, reflexões teóricas e estudos de caso de todo o Brasil. Reúne alguns dos melhores trabalhos apresentados no VII Simpósio de Turismo Sertanejo, realizado entre os dias 05 e 08 de junho de 2013 em Ituiutaba (MG) pelo Grupo de estudos e Pesquisas em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local do Curso de Geografia (Cmpus Pontal) da Universidade Federal de Uberlândia.

SUMÁRIO

Parte 1: Turismo: Aspectos Teóricos e Análises Macro Regionais

Turismo sertanejo, patrimônio e comunidades <i>Giovanni de Farias Seabra</i>	9
Perspectivas para o desenvolvimento do turismo de base local no Brasil Central <i>Rosselvelt José Santos; Mônica Arruda Zuffi</i>	17
Teoria e método no estudo e classificação da cultura <i>Carlos Alberto Póvoa; Moizés Rodrigues da Silva</i>	23
Lazer e turismo em conexões com economia solidária em comunidades sustentáveis <i>Luzia Neide Coriolano; Édima Aranha Silva</i>	39
Turismo e cidades: reflexões sobre a experiência turística <i>Beatriz Ribeiro Soares; Vinicius Lino Rodrigues de Jesus</i>	48
Intervenção do estado no mercado: Uma breve análise das macropolíticas de turismo no Brasil <i>Anna Karenina Chaves Delgado</i>	58
Viagens turísticas e transporte rodoviário no Brasil <i>Nelio Paulo Sartini Dutra Júnior; Mariane Maria Moraes Vilela Franco</i>	66

Parte 2: Turismo, Cultura e Identidade Local

A duplicação da Br-365 e seus reflexos sobre o comércio de produtos artesanais em Monte Alegre de Minas, MG <i>Bruno de Freitas; Patrícia Maria de Freitas Pereira; Suellen Aparecida de Araújo; Anderson Pereira Portuguese</i>	76
Turismo sertanejo: em busca de um novo panorama para o sertão <i>Jaqueline Vitorino Cornacchioni Délci; Rosângela Custódio Cortez Thomáz</i>	85
O sertão, a vida do sertanejo cearense e as dificuldades do turismo sertanejo <i>José Wellington L. Soares; Luzia Neide M. T. Coriolano</i>	90
A festa de santa luzia e o turismo religioso em Jijoca de Jericoacoara-CE <i>Jorge Teixeira do Nascimento</i>	99
Sertão e sertanejo: imagem, memória coletiva e identidade cultural <i>Denio Santos Azevedo; Taís Alexandre A. Paes; Polyana Bittencourt Andrade</i>	113
Política cultural e turismo como meio para o desenvolvimento territorial do Pontal do Paranapanema <i>Clediane Nascimento Santos; Raquel Ribeiro de Souza Silva; Rosangela C. Cortez Thomaz</i>	122

Parte 3: O Campo e a Cidade na Perspectiva do Desenvolvimento Local

Caracterização da condição de trabalho e de posse de propriedades rurais aplicados ao planejamento turístico em Ituiutaba, MG <i>Bruno de Freitas</i>	131
--	-----

O turismo no meio rural: Uma alternativa de renda na agricultura familiar <i>Márcia Maria de Paula; José Luís Gomes da Silva; Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira</i>	143
“Caminhos da fazenda de Santa Cruz” e é comunitário: duas propostas de estruturação do turismo comunitário na zona oeste carioca <i>Diogo da Silva Cardoso</i>	152
Turismo de vilarejo e desenvolvimento local participativo: a experiência de Cuiabá De Minas, Gouveia/MG <i>André Jordani Rodrigues Freitas; Guilherme Matoso; Ewerthon Veloso Pires; Claudio Silva Ramos</i>	168
Perspectivas teóricas no estudo das relações entre turismo urbano e criminalidade <i>Mariana Rodrigues Pires</i>	178
Paisagens turísticas, paisagens visitadas na perspectiva do conhecimento geográfico <i>Nilda Aparecida Pascoal Rezende; Jean Carlos Vieira Santos; Edevaldo Aparecido Souza</i>	188

Parte 4: Turismo, Aventura e Meio Ambiente

Patrimônio geológico e geoturismo no sertão do Rio Grande Do Norte, Nordeste do Brasil <i>Marcos Antonio Leite do Nascimento</i>	199
Turismo e esporte de aventura: impactos ambientais na Vila Acarape, Tianguá, CE <i>Francisco Irapuan Ribeiro; Anderson Pereira Portuguese Portuguese</i>	208
O potencial do geoturismo no bairro de Peirópolis – Uberaba (MG) <i>Gláucia Muniz Silva; Thales Silveira Souto; Roberto Barboza Castanho</i>	218
O significado das emoções e do risco percebido no consumo do turismo de aventura em Sergipe <i>Karine dos Anjos Santos; Fabiana Britto de Azevedo Maia</i>	227
Reflexões sobre as políticas de turismo no Polo Costa das Dunas, no Rio Grande Do Norte <i>Jurema Márcia Dantas da Silva</i>	236
Participação e sustentabilidade no turismo de base comunitária: um ensaio teórico-conceitual <i>Karla M. Rios Macedo; Eduardo Gomes</i>	348
Perspectivas de uso turístico no semiárido nordestino –Cabeceira/PA <i>Alexandre Correa de Menezes; Tais Alexandre A. Paes; Ilana B. Kiyotani</i>	261

Parte 1:

**Turismo: Aspectos Teóricos e
Análises Macro Regionais**

TURISMO SERTANEJO, PATRIMÔNIO E COMUNIDADES

Giovanni de Farias Seabra

INTRODUÇÃO

Na pós-modernidade o fenômeno turístico renasce embutido de novas expectativas desenvolvimentistas, permeadas de contradições nas áreas social e econômica. Desde então, o setor turístico vem se complexificando cada vez mais, configurando-se como um dos setores mais dinâmicos da economia (PORTUGUEZ e OLIVEIRA, 2011). Neste contexto, o modelo turístico oficial do Brasil apresenta forte concentração de investimentos nas áreas litorâneas, em virtude do processo histórico de ocupação das zonas costeiras, e a consequente concentração econômica no litoral.

Por efeito demonstrativo da relação centenária de poder metrópole-colônia, as praias constituem os principais destinos turísticos do País, onde modernos equipamentos foram implantados nos espaços polarizados para este fim. Consequentemente, os aeroportos das cidades litorâneas estão melhores estruturados e integrados aos sistemas intermodais de transportes, incluindo linhas de metrô e vias expressas, ligando os terminais aeroviários aos polos turísticos, propiciando o rápido deslocamento do turista, desde os campos de pouso até os *resorts*. Esses megahotéis, pertencentes às grandes redes nacionais e internacionais, seguem a estratégia governamental nacional, estadual e municipal de incentivo à concentração de recursos econômicos nos *polos turísticos*, de modo a evitar o contato do turista com os espaços externos, fora do controle das empresas operadoras de turismo vinculadas às redes hoteleiras. O modelo concentrador expandiu seus tentáculos para o interior do País, implantando centros turísticos nas “estações das águas” e “termas”.

O Turismo Sertanejo, por outro lado, fundamentado no fortalecimento da base social, com incentivo aos atrativos turísticos e arranjos produtivos locais, impulsiona a expansão do mercado de lazer em direção ao *hinterland*.

Mesmo considerando que o Nordeste é detentor do mais extenso litoral brasileiro, com 3.300 quilômetros de praias, os elevados níveis de degradação, oriundos da modernização das áreas turísticas, são alarmantes. As praias, antes paradisíacas, sofrem hoje com o abandono, em função dos impactos ambientais evidenciados pela ocupação desordenada, contaminação da água, acúmulo de lixo nas areias, poluição visual e sonora, apropriação privada dos espaços públicos e exclusão social. Já as zonas turísticas, destinadas à construção dos megaresorts, produzem ao redor bairros periféricos, onde reina o desemprego, marginalidade e alto índice de doenças infecto-contagiosas. Alguns exemplos de grandes projetos hoteleiros litorâneos socialmente excludentes, localizados na costa da Região Nordeste, podem ser citados, como Sauípe (BA), Porto de Galinhas, Muro Alto e Suape (PE), Ponta Negra e Via Costeira (RN), e Canoa Quebrada (CE), (SEABRA, 2011).

O turismo, quando geograficamente e economicamente concentrador, condena os lugares turisticamente *menos viáveis*, mesmo que próximos, à marginalidade, social, econômica e cultural. Este tipo de turismo massificado e pasteurizado perde na sua essência, ao manter os turistas distantes da cultura local e das comunidades tradicionais, oferecendo um produto mais industrial, menos natural e menos cultural. Os lugares alijados da onda turística permanecem à espera do turismo, como redenção para o estado de estagnação socioeconômica da comunidade. Esses projetos turísticos industriais insistem em não perceber o olhar do turista (URRY, 2001), e nem a riqueza de atrativos turísticos no contexto natural e cultural.

Contudo, o modelo de turismo praia-sol, já apresenta claros sinais de exaustão, porque a paisagem litorânea está sendo vorazmente destruída pelos grandes empreendimentos turísticos. Por efeito demonstração, o bonde turístico é seguido pelos loteamentos, casas comerciais, imobiliárias, ocupações subnormais, e demais serviços agregados, acelerando os adensamentos populacionais e tornando a temporada na praia insuportável.

Os novos empreendimentos hoteleiros, e afins, provocam deformidades nas paisagens naturais e o patrimônio cultural numa velocidade surpreendente. Com a multiplicação exponencial dos leitos, o produto turístico torna-se irreconhecível e os lugares outrora paradisíacos são rapidamente transformados em não lugares. Emparedados no interior dos resorts, o turista torna-se refém de uma estrutura fechada intramuros, sem qualquer identidade com o lugar turístico que motivou a viagem.

Vale lembrar que o turismo é uma atividade cíclica, com início, meio e fim. O colapso do destino turístico é mais facilmente atingível quanto maior for a velocidade de destruição do patrimônio natural e cultural. Tudo leva a crer que a praia é um caso sem solução, pois o ciclo do turismo encontra-se em sua fase terminal, devido à descaracterização paisagística e adensamento populacional. Por isso, antes que seja tarde, deve-se lançar um olhar para os atrativos turístico do interior – o *hinterland* turístico – cujo sistema integrado é denominado Turismo Sertanejo (Seabra, 2007a).

MARCO TEÓRICO DO TURISMO SERTANEJO

O Turismo Sertanejo é uma forma de lazer fundamentada na paisagem natural, no patrimônio cultural e no desenvolvimento social e econômico do Sertão do Brasil. O sertão compreende o *hinterland* do País, ou seja; as terras continentais distantes do mar. Portanto, não existe apenas um *sertão*, e sim vários *sertões* na imensidão interiorana do Brasil. Este modelo turístico sustentável está inserido na categoria de turismo exótico, onde se mesclam e complementam-se os segmentos do turismo rural, ecológico, cultural e social. O desenvolvimento sustentável deve ser uma tentativa de conciliar os valores econômicos com os valores ambientais, culturais e estéticos, num processo de superação dos problemas sociais, respeitando-se os limites biofísicos da Terra. O desenvolvimento econômico puro e simples é etnocêntrico e mercantilista (XAVIER e RESENDE, 2008).

Segundo as bases conceituais, o planejamento do turismo sustentável requer a análise da estrutura social populacional, mediante a sua participação na produção de bens e serviços, avaliação das potencialidades culturais regionais e locais e a integração desses fatores no sistema turístico.

Ao contrário do turismo oficial concentrador, implantado nas praias, com recursos governamentais e empresariais vultosos, o Turismo Sertanejo é uma modalidade de turismo alternativo e espontâneo. É um turismo verdadeiramente sustentável, ao subsistir e expandir sem quaisquer incentivos governamentais, cujas bases residem na conservação da paisagem natural, na preservação do patrimônio cultural e no desenvolvimento sustentável do Sertão do Brasil.

Iniciado no ano 2000, o Projeto Turismo Sertanejo tem como cenário original a região semiárida do Brasil, um semideserto localizado na Região Nordeste, com área correspondente a 1 milhão de quilômetros quadrados e população aproximada de 20 milhões de pessoas, também conhecido como Polígono das Secas. Desde então, como concepção filosófica e projetos materializados, o Turismo Sertanejo se expandiu por todas as regiões do País, e em alguns países. Existe não somente o Turismo Sertanejo nordestino, mas também o Turismo Sertanejo Mineiro, o Turismo Sertanejo Goiano, o Turismo Sertanejo Paulista, o Turismo Sertanejo Amazônico, Catarinense... A expressão *Turismo Sertanejo* e projetos semelhantes comunitários são encontrados em Portugal, na Costa Rica, em Cuba e no Deserto de Atacama chileno.

Dispersos na paisagem sertaneja, em pontos quase isolados do resto do mundo são encontrados nichos ecológicos e culturais, onde se desenvolvem rotas e roteiros turísticos sertanejos sustentáveis.

Entendemos a paisagem como o resultado das interações entre as condições naturais e as diferentes formas de uso e ocupação territorial, decorrentes da composição socioeconômica, cultural e domínio tecnológico da sociedade. Para o turismo, a paisagem compreende o meio ambiente visível e aprazível aos olhos, incluindo as pessoas que habitam uma determinada localidade. O espaço geográfico assim concebido aproxima-se do conceito de *lugar*, sendo este tanto mais turístico na medida em que são preservadas as singularidades naturais e culturais.

Selva (2008) refere-se à paisagem sertaneja nordestina, enaltecendo a tonalidade acinzentada, durante o período, e a transformação súbita no rápido e irregular período das chuvas em um verde intenso entremeado pelo colorido das flores e maior presença de espécies da fauna, garantindo o equilíbrio do sistema ecológico e a fonte de proteínas. A composição florística, a fitofisionomia, a fauna e as formas de relação do ser humano entre si, e com os demais elementos que compõem o ambiente da caatinga, são de importância significativa como complemento da renda dos sertanejos das áreas rurais, incorporando-se aos sistemas produtivos da agricultura familiar e do Turismo Sertanejo (SELVA, *op. cit.*).

Relações semelhantes da sociedade x natureza, em termos ecológicos, culturais e turísticos são também encontrados na Região do Cerrado, na Amazônia...E na Borda Costeira do Deserto de Atacama, no Chile. Na Amazônia, comunidades ribeirinhas integram os roteiros turísticos, oferecendo apoio na gastronomia, avistamento da fauna e trilhas ecológicas. No Deserto de Atacama, os circuitos turísticos abrangem sítios geológicos, arqueológicos, áreas de mineração e unidades de conservação, como o *Parque Nacional Pan de Azúcar* e a *Reserva Biológica Pinguinos de Humboldt*. Nas unidades de conservação e áreas contíguas, continentais e oceânicas, membros das comunidades costeiras, como mineiros e pescadores, acompanham os turistas, na terra ou no mar.

No Sertão do Nordeste, durante os longos períodos de seca, a paisagem semiárida parece impedir qualquer forma de vida ou de sobrevivência. O clima sempre quente torna o ambiente insuportável em determinadas horas do dia. O manto vegetal mais parece um emaranhado de gravetos, espetos e espinhos. As folhas secas caídas pavimentam o chão rachado e pedregoso, sobressaindo-se as pedras nuas e dilaceradas queimando sob o sol escaldante. Sem nenhum exagero, vive-se ainda hoje no Sertão nordestino a *idade da pedra lascada* (SEABRA, 2007a).

Nesse ambiente a geodiversidade, manifestada através das colossais formações geológicas e feições geomorfológicas adornam e destacam os distintos lugares. A geodiversidade consiste na variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra (BRILHA, 2005). No Sertão nordestino, as chapadas, pés-de-serra, brejos de altitude, cavernas, lajedos, pedras furadas, boqueirões e matacões, juntamente com os povoamentos agregados, estão integrados aos roteiros turísticos, apesar das políticas públicas desfavoráveis. No Cerrado, as paisagens calcárias são ricamente adornadas pelas cavernas, dolinas, sumidouros e ressurgências que compõem os sistemas hídricos subterrâneos. A Gruta dos Ecos, no Distrito Federal, a Gruta da Terra Ronca, em Goiás e a Gruta de Tamboril, em Minas Gerais, são alguns poucos exemplos entre centenas de atrativos espeleológicos de uso turístico no Brasil Central.

Entretanto, o modelo turístico comercial/industrial produz novas territorialidades, marcadas pelos monopólios e padronização dos espaços geográficos, provocando deformidades na paisagem natural e cultural do lugar. Os espaços, então turistificados, são transformados num produto uniformemente mundializado, para o consumo do turismo massificado. O turismo desenvolvido em larga escala é capitaneado por empresas transnacionais beneficiadas por outorgas governamentais, destinadas à implantação de infraestruturas e outros benefícios, diretos e indiretos, para implantação dos equipamentos turísticos, como resorts, grandes hotéis, parques temáticos, marinas, etc. (RODRIGUES, 2007). A atividade hegemônica globalizada do turismo manifesta-se tanto nos países ricos como também nos países periféricos, tendo como suporte os setores do empresariado e o poder político federal, estadual e local.

POLO E CIRCUITO TURÍSTICO

Em lugar da implantação de polos turísticos, o Turismo Sertanejo opta pela criação de circuitos integrados, envolvendo as cidades e zonas rurais pertencentes aos municípios de uma determinada zona turística, situados relativamente próximos entre si. De superfície variável, a zona turística representa uma unidade de análise e estruturação do universo espacial turístico de um país (BOULLÓN, 2002). As zonas turísticas sertanejas compreendem espaços geográficos no interior do Nordeste, ou de outras regiões brasileiras, que apresentam belezas cênicas extraordinárias, evidenciadas nas formações estruturais e formas esculturais do relevo. Nesses lugares, e nas áreas próximas, habitam comunidades especiais que mantêm as suas tradições culturais. Os roteiros assim concebidos podem atingir diferentes comunidades situadas num raio de algumas centenas de quilômetros, percorridos em um ou mais dias.

O agrupamento dos municípios turísticos, e potencialmente turísticos, em zonas, reduz os custos do investimento em infraestrutura e serviços. Os circuitos turísticos encurtam as distâncias percorridas, acarretando benefícios ao um maior número de residentes, além de propiciar aos turistas mais atrativos em menor tempo. Aumentando o número de lugares visitados, o turista tem mais oportunidades para conhecer atrativos diversos e vivenciar os hábitos, mitos, ritos e festejos característicos de diferentes comunidades. Os circuitos turísticos contrapõem-se à política de criação de pólos de desenvolvimento. Os polos turísticos concentram a riqueza em alguns pontos, reproduzindo a miséria no restante da região. Os circuitos integrados, ao contrário, proporcionam o desenvolvimento local com distribuição de renda a custos reduzidos (Seabra, 2007b). Além dos atrativos turísticos, uma zona turística deve contar, em seu território, com equipamentos e serviços, estradas, vias de acesso e transportes, relacionando entre si os diversos elementos que compõe o espaço turístico.

PLANEJAMENTO E AÇÕES

Como importante fator de desenvolvimento, diante da economia mundializada, o planejamento do turismo deve adequar-se às escalas de nível local, municipal, regional, nacional e global. Dessa forma, de acordo com Melo e Silva (2003), impõem-se estratégias de ação num contexto intersetorial das atividades econômicas e sociais.

As políticas públicas para o desenvolvimento do turismo são, na maioria das vezes, equivocadas, do ponto de vista estratégico e conceitual. Por isso, necessitam de reestruturação, tanto operacional, como da concepção do que é turismo (PORTUGUEZ e OLIVEIRA, 2011). Via-de-regra os planos estratégicos e as ações empreendidas pelos órgãos governamentais para o setor turístico visam prioritariamente à reprodução do capital, mantendo a margem do desenvolvimento importantes setores da sociedade, especialmente os pequenos e microempresários e a mão de obra local. Por outro lado, o planejamento turístico, quando estruturado num modelo sistêmico (BENI, 1998) e descentralizado, deve estar associado aos outros setores econômicos, como agricultura, pecuária, pequenas unidades comerciais, artesanato e serviços.

Alguns projetos turísticos sustentáveis foram implantados, com relativo sucesso, no sertão nordestino, envolvendo a paisagem natural, o patrimônio cultural e as comunidades locais, mediante o traçado de roteiros alternativos e integrados (SEABRA, 2007a).

O levantamento do potencial turístico compreende o inventário e diagnóstico do local ou zona turística, enfatizando-se os monumentos naturais, os recursos hídricos, o comportamento do clima, o patrimônio cultural e as manifestações folclóricas. O perfil sócio econômico deve ser traçado para o aproveitamento da mão-de-obra e produtos locais.

Realizado o levantamento e o diagnóstico (Seabra, 2009), procede-se à seleção de áreas destinadas às visitas, bem como a estimativa da capacidade de carga dos lugares turísticos acompanhados de sugestões para melhorias e implantação de infraestrutura. Tem-se então a oferta, ou seja, o conjunto de bens e serviços que são oferecidos ao turista, mediante o pagamento de um certo valor, em um dado período de tempo.

Após definir a oferta dos produtos turísticos, a demanda é então estimada e expressa pelo número de turistas que chegam a um determinado local para consumir bens e serviços. A normatização dos preços cobrados e da qualidade do produto oferecido é da maior importância para a sustentabilidade do sistema. À medida que os preços aumentam, as pessoas consomem menos quantidade de bens e serviços, e vice-versa.

O turismo quando devidamente planejado e estruturado favorece o desenvolvimento da economia local e regional. Marion e Farrell (1998) enfatizam que essa atividade promove uma maior integração entre muitos objetivos conflitantes, como proteção de recursos naturais e culturais, fornecimento de atividades recreativas e geração de benefícios econômicos.

Geralmente, locais com planejamento desenvolvido cuidadosamente e com a participação da comunidade local alcançam mais sucesso em termos de satisfação por parte dos visitantes, benefícios econômicos e mínimos impactos negativos sobre o local (TIMOTHY, 1998). Assim, quando os residentes participam de todas as fases de planejamento e implantação do projeto turístico, aumenta as possibilidades de melhoria dos seus padrões econômicos, a qualidade de vida, o nível educacional, sem o comprometimento do patrimônio natural e cultural.

A concepção metodológica aplicada ao Projeto Turismo Sertanejo é compartilhada, envolvendo a população residente, e baseia-se no Método Altadir de Participação Popular - MAPP e no Diagnóstico Rápido Participativo – DRP.

CASOS DE SUCESSO

Atualmente existem inúmeros circuitos e roteiros turísticos sertanejos implantados nos estados da Região Nordeste, integrados aos arranjos produtivos locais, e contribuindo, significativamente, para o aumento da produção dos produtos artesanais, como artigos de couro, algodão, culinários e bebidas. Como resultado, houve maior conscientização da população local e visitante para a conservação da natureza e preservação da cultura local, incentivo e fortalecimento das manifestações culturais e folclóricas tradicionais, melhoria dos meios de hospedagem e serviços, e geração de empregos renda para a população local.

Apresentamos como *cases* a Implantação dos Circuitos Turísticos Integrados, com participação da população local, nas seguintes regiões: Chapada Diamantina (Estado da Bahia); Agreste Pernambucano (Estado de Pernambuco); Cariri Paraibano (Estado da Paraíba).

Na Região Central da Bahia, Brasil, empreendemos estudos aplicados em sete municípios diretamente e indiretamente vinculados ao Parque Nacional da Chapada Diamantina. Os municípios estudados constituem atualmente importantes destinos turísticos, sendo eles Lençóis, Andaraí, Mucugê, Itaitê, Seabra, Iraquara e Palmeiras. Estes municípios, com as respectivas zonas rurais, cidades e povoados, integram o Circuito Turístico Integrado do Diamante, onde os principais atrativos são cavernas, rios, cachoeiras, esculturas naturais do relevo, as tradicionais áreas de garimpo de diamantes e de agricultura, somados aos aspectos históricos e culturais da população local.

Um dos exemplos pioneiros é o Projeto de Turismo Social Rural implantado no Município de Ouricuri, Sertão de Pernambuco. O Projeto de Turismo Social elegeu como atrativos turísticos a paisagem semiárida, a cultura sertaneja, e a aplicação de tecnologias alternativas para o convívio do homem com os extremos climáticos quentes e secos. O objetivo principal é a inclusão do turismo como atividade complementar à produção rural de base familiar no Município de Ouricuri, promovendo a elevação do padrão de vida das famílias camponesas.

O surgimento de novas ideias e projetos impulsionaram a economia do semiárido nordestino, entre elas o turismo sertanejo. É destaque nacional a iniciativa das comunidades sertanejas em propor de maneira aplicada alternativas econômicas para o convívio nos longos períodos sem chuvas. São técnicas desenvolvidas a agricultura irrigada, com a construção de barragens subterrâneas, a melhoria do plantel de animais, a produção de mel de abelhas e o abastecimento de água para consumo humano, através da construção de cisternas nas residências.

No entanto, para consolidação do turismo sustentável, é necessário planejamento da atividade turística fundamentado na valorização do patrimônio natural e cultural, treinamento e capacitação de recursos humanos, formação de parcerias e incentivos dos órgãos e organizações fomentadores do desenvolvimento social e turístico.

No Curso de Doutorado, abordamos o Manejo e Gestão Ambiental de Parques Nacionais, com o desenvolvimento da Tese intitulada *Do garimpo aos ecos do turismo: o Parque Nacional da Chapada Diamantina* (SEABRA, 1998), na qual foi realizado um amplo e profundo diagnóstico do Parque Nacional, incluindo as atividades econômicas nele desenvolvidas, o zoneamento e propostas de manejo do parque, incluindo entre as atividades econômicas o turismo ecológico. Mapeamos 37 trilhas e 28 pontos turísticos, incluindo 5 cavernas, integrantes do Circuito Turístico Integrado da Chapada Diamantina.

Durante o período de pesquisa, tanto de mestrado como de doutorado, nos mantivemos estreitamente ligados à população da Chapada, especialmente de Andaraí, Mucugê, Itaetê, Igatu, Pati e Lençóis, lugares para os quais conduzimos centenas de ecoturistas vindos, especialmente, do estado de Pernambuco. Por quase duas décadas contribuíram de forma participativa para o êxito do projeto as comunidades rurais de Andaraí e Itaetê, as populações urbanas e o nascente trade turístico daquelas cidades, os garimpeiros de Igatu, e os povos do Pati, centenários habitantes da Chapada Diamantina.

No Circuito Turístico Caminho das Pedras, Estado de Pernambuco, levadas de turistas desafiam a gravidade subindo as serras, percorrendo caminhos íngremes e tortuosos a bordo dos antigos veículos 4X4. Nos roteiros rurais, além das paisagens diferenciadas úmidas e secas, são atrativos turísticos açudes, sítios policultores, criatórios de animais domésticos e a produção artesanal de manteiga e queijo. São também atrações turísticas as ricas tradições folclóricas e culturais, manifestadas espontaneamente nas pequenas cidades e povoados, nas ruas e logradouros como feiras-livres e mercados públicos.

No Agreste pernambucano destacam-se como destinos turísticos os municípios de Gravatá, Bezerros, Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Belo Jardim Venturosa. O Distrito de Xucuru, no município de Belo Jardim, é uma importante referência geoturística sertaneja. A paisagem seca do vale do Xucuru contrasta com o oásis brejeiro das terras vizinhas do Bitury. As rendas produzidas nos bilros centenários constituem importante fonte de renda para os residentes do Xucuru.

Em Caruaru, os arranjos produtivos do barro transformaram a cidade no maior centro de arte figurativa das Américas. As peças decorativas e utilitárias produzidas nas oficinas artesanais são comercializados em todo o país e no exterior, sendo o turista o principal meio de divulgação e elo entre a produção e o consumo.

Situado no trópico semiárido do Estado da Paraíba, a Região do Cariri se caracteriza por apresentar elevadas temperaturas e índices pluviométricos reduzidos. O Cariri paraibano possui 32 municípios, caracterizados pelas baixas densidades demográficas e elevados índices de emigração, necessitando permanentemente dos programas sociais governamentais para assegurar qualidade de vida mínima aos habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios apresentam valores bastante reduzidos, denunciando as precárias condições de vida da população regional.

Durante o século XX, até meados de 1980, o Cariri paraibano integrava o Sistema Econômico Gado-Algodão (Silva e Lima, 1982). Na cadeia produtiva de então se destacavam os criatórios extensivos de caprinos e a cultura do algodão arbóreo. Os algodoeiros foram dizimados pela praga do bicudo, sendo posteriormente substituídos pelo algodão herbáceo.

Todavia, o Cariri Paraibano possui um potencial turístico elevado, apesar do clima hostil, marcado por longos períodos de seca. Como em todo o sertão nordestino, a paisagem do Cariri Paraibano, aliada a festas, cantorias, culinária e costumes tradicionais, formam um complexo cultural de suma importância para o desenvolvimento do turismo sustentável. Por isso, implantamos na Região do Cariri um roteiro turístico sustentável, denominado Circuito Turístico do Bode e do Algodão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo quando planejado segundo o modelo estrutural sistêmico, cuja sustentação é pautada nos elementos naturais, socioeconômicos e culturais locais e regionais, tem seus custos de implantação e manutenção sensivelmente reduzidos. A integração desses elementos propicia a catalização de novos serviços e produtos na economia local, impulsiona a cadeia produtiva e promove a elevação do padrão de vida da comunidade receptora.

A base social do Projeto Turismo Sertanejo é fortalecida através da participação efetiva da comunidade residente, já na fase inicial de execução dos projetos em níveis regional, municipal e local. A elevação do padrão social dos habitantes é incentivada a partir da geração de pequenos negócios, formais e informais, porque integram os roteiros turísticos as fazendas, os pequenos sítios policultores familiares, as cidades e vilarejos, feiras livres e mercados públicos.

Contudo, as políticas públicas centralizadoras, a concentração de renda, as condições socioeconômicas da população, a deficiência de equipamentos e serviços urbanos, além da precária estrutura de lazer, são entraves ao desenvolvimento do turismo sustentável. A ausência e o desinteresse do poder público no desenvolvimento de programas sociais na região sertaneja supõem que as iniciativas para execução de projetos de turismo sustentável devem partir das universidades, das organizações não governamentais e da conscientização e mobilização da população residente.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Geralda. (Org.). *Paradigmas do Turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003.

BENI, Mário Carlos. *Política e Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Aleph, 2006.

BOULLÓN, Roberto C.. *Planejamento do Espaço Turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.

BRILHA, José. *Patrimônio Geológico e Geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Lisboa: Palimage Editores, 2005.

CARTAXO, Jorge H. (Org.). *Semiárido*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

CHIAS, Josep. *Turismo o Negócio da Felicidade: desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

DIAS, Celia Maria M. (Org.) *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*, Barueri: Manole, 2002.

FONSECA, Fernando O. (Org.). *Águas Emendadas*. Brasília, Seduma, 2008.

MARION, N. M. & FARELL, B. C. (1998). A tale of tourism in two cities. In *Annals of Tourism Research*. London, 1998.

MOLINA, Sergio e RODRIGUES, Sergio. *Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru: EDUSC, 2001.

MOURA, Alexandrina S. e CAMPOS, Roberto G.. *Cenários para o Bioma Caatinga*. Recife: SECTMA, 2004.

PINTO, Maria N. (Org.). *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Brasília: Sematec, 1990.

PORTUGUEZ, Anderson P. e OLIVEIRA, Letícia P. A Política Nacional de Regionalização do Turismo e o ordenamento territorial do setor no Estado de Minas Gerais. In PORTUGUEZ, Anderson P. Et al. (Orgs.). *Geografia do Brasil Central: enfoques teóricos e particulares regionais*. Uberlândia Assis Editora, 2011.

RODRIGUES, Adyr, B. Território, patrimônio e turismo com base local. In SEABRA, Giovanni (Org.). *Turismo de Base Local*. João Pessoa: Editora Universitária. 2007b.

SALVATI, Sergio (Org.). *Turismo Responsável: manual para políticas locais*. Brasília: WWF, 2004.

SEABRA, Giovanni F. Turismo Sertanejo: paisagem natural e patrimônio cultural no Sertão do Brasil. In IGLESIAS, Maria Carolina (Org.). *Patrimônio Turístico em Ibero América*. Santiago: IPT/CORFO, 2011.

_____. *Pesquisa Científica: o método em questão* (2ª Edição). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2009.

_____. *Turismo Sertanejo*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007a.

_____. (Org.). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007b.

_____. (Org.). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2007b.

_____. Planejamento e Gestão em Unidades de Conservação: comunidades, visitantes e preservação ambiental. In *Revista Conceitos*. João Pessoa: ADUF, 2005.

_____. *Ecos do Turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papirus, 2001.

_____. *Do garimpo aos ecos do turismo: o Parque Nacional da Chapada Diamantina* Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

SILVA, Marlene M. e ANDRADE-LIMA, Diva M. *Sertão Sul*. Recife: Sudene, 1982.

TIMOTHY, D. J. Cooperative tourism planning in a developing destination. *Journal of sustainable tourism*. V. 6, n. 1. London, 1998.

XAVIER, Eliza Maria F. Et al. (Orgs.). Múltiplos olhares sobre o Semiárido brasileiro: perspectivas interdisciplinares. Natal: Edufrn, 2011.

XAVIER, Herbe e RESENDE, Letícia A. Turismo Apoiado nos Valores Locais: um caminho para a sustentabilidade social. In XAVIER, Herbe e OLIVEIRA, Livia. *Dimensões Ambientais: a sustentabilidade do turismo*. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

WORLD TOURISMO ORGANIZATION. *El Turismo Rural em Las Américas y su contribución a la creación de empleo y a la conservación del patrimonio*. Assunción: OMT, 2003.

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE LOCAL NO BRASIL CENTRAL

Rosselvelt José Santos

Mônica Arruda Zuffi

INTRODUÇÃO

Por ser uma atividade que dialoga com o desenvolvimento econômico e consequentemente objetivada no lucro, o turismo movimentava vários interesses da sociedade. No mundo globalizado uma das características principais da atividade é o monopólio de recursos naturais, no qual se explora paisagens, dos diversos biomas existentes. Os lugares nesta lógica são capturados e inscritos nos circuitos turísticos a partir de suas riquezas naturais e culturais, em tese, diferentes das que os turistas estão habituados em seus cotidianos, daí a procura pelas exuberâncias culturais e ambientais como fator de atração ao lugar.

No lugar, as relações sociais envolvem os sujeitos e neles estão demarcados nas paisagens os costumes, as técnicas, que, adaptadas a cada situação delimitam e caracterizam os atrativos. Em se tratando das regiões brasileiras, temos um leque variado de especificidades que se distinguem em cada lugar. Com relação aos atrativos naturais, o país não deixa nada a desejar com suas variadas paisagens que vão desde as áreas litorâneas aos sertões, as cachoeiras gigantescas, grutas e lagos das regiões “alagadas”, como no Mato Grosso do Sul.

Há de se considerar nessas circunstâncias, que na região Centro-Oeste, além dos parques ambientais, tem-se também aspectos culturais que atraem visitantes dos mais distintos lugares. Junto deles têm-se os patrimônios culturais arquitetônicos, culturais imateriais, inclusive as festividades populares.

A fitofisionomia da região é composta pelo Bioma Cerrado, sendo na região do Pantanal marcada pela interseção de quatro grandes Regiões Fitoecológicas, que regionalmente, são conhecidas como: Mata Decídua, Semidecídua, Chaco e também Cerrado (ABDON et al, 2007). Essa riqueza biológica contribuiu para a formação de paisagens peculiares ao longo da planície pantaneira. O uso desse espaço tornou-se base para a criação de gado extensivo, principal característica do território de fazendeiros que ao formarem seus rebanhos foram incorporado as suas propriedades os lagos e os vastos campos de Cerrado.

Tomando como base alguns aspectos da região do Centro-Oeste brasileiro, procuramos analisar a importância que o turismo exerce na região, destacando as principais atividades desenvolvidas, dando ênfase ao potencial turístico e aos usos comunitários desse potencial.

TURISMO E LUGAR

De acordo com NEIL & WEARING, o turismo tornou-se um elemento de extrema importância para a geração de trabalho e renda em vários lugares, pois *atrai a atenção dos governos ao oferecer alternativas para geração de empregos e desenvolvimento econômico* (2001, p. 33).

O turismo, como fonte de renda, passou a ter reconhecimento por volta do século XIX, tendo como principal finalidade oferecer descanso, lazer, espaços lúdicos para os viajantes.

Por contribuir com o desenvolvimento econômico dos lugares, o turismo ocasiona algumas transformações socioespaciais, com desdobramentos das ações institucionais, dos sujeitos sociais, nos diferentes lugares. Desse modo, para que a atividade turística aconteça, é necessário que haja intervenções humanas no lugar. Para compreender melhor essa reconfiguração socioespacial que se promove a partir do turismo, é necessário considerarmos duas lógicas, a do ócio e a do trabalho, havendo um conflito constante entre o mundo do turismo e o da produção, *que se deve à oposição entre a lógica da ganância, que sustenta o segundo, e a lógica do ócio, que é o pilar do primeiro e sobre a qual se baseiam as atividades turísticas* (ALMEIDA, 2004, p. 3).

Com o objetivo de suprir as necessidades do ser humano, a lógica do turismo, enquanto um conjunto de atividades, é a de produzir a sensação de bem estar e descanso aos visitantes. Assim o turismo, ao proporcionar consumo do tempo livre, cria uma infinidade de setores que sustentam as mais variadas formas de se aproveitar o lugar turístico.

Na sociedade atual, o uso da natureza gera várias possibilidades para o desenvolvimento do turismo e um papel importante para as comunidades que conseguem desenvolver atividades no setor. As comunidades locais, ao usarem a natureza a seu favor e dentro de uma lógica social que lhes é própria, podem valorizar os atributos paisagísticos do espaço geográfico e ainda promover o lugar como destino turístico. As comunidades locais, além de disporem da paisagem natural, podem proporcionar contato com as humanidades do cerrado. Consequentemente cria-se, no lugar, uma forma diferente de cativar o turista, oferecendo-lhe especificidades do natural e do cultural.

Um desses segmentos mais atuais é o turismo rural, que acontece, principalmente, em regiões onde se tem uma exploração da atividade agrícola, sendo as iniciativas turísticas mantenedoras das características culturais e ambientais do lugar.

As necessidades socialmente criadas, inclusive de espaços diferentes para se obter lazer, podem indicar um processo de mercantilização dos lugares. O modo de vida derivado da urbanização, entretanto, contribuiu para a ascensão de um turismo voltado para práticas mais ecológicas. Os consumidores de lugares tornados turísticos - no caso, os turistas - estão cada vez mais seduzidos pelas áreas verdes, o que propicia uma idealização da qualidade de vida do rural, em oposição ao urbano.

Encontram-se, aí, as mais diversas formas de exploração, o que dá ao espaço vários desdobramentos sociais e econômicos, implicando redefinições das formas de organização das comunidades locais. Isso significa que, no Brasil Central, o aproveitamento do lugar, das suas paisagens pode vir a suscitar o surgimento de atividades turísticas que valorizem o cotidiano rural, os costumes, as festas e as representações que derivam das relações que os sujeitos mantêm com o território.

Existem diversas formas de representar os territórios; vêm sendo usadas, em larga escala, as tradições dos sujeitos nas áreas rurais e urbanas, principalmente nos pequenos municípios da região em questão. Apesar de as políticas públicas e de governo estarem alcançado os lugares, não é sempre que existe uma preocupação em planejar os usos destes.

O turismo comunitário, de base local, tem levantado essa bandeira. As proposições são interessantes, na medida em que se vislumbra valorizar esses fatores, mostrando ao visitante o que há de precioso no lugar, principalmente no que tange ao meio ambiente e à cultura local. No entanto, parece-nos importante esclarecer o que vem a ser turismo comunitário. O que é comunidade, na contemporaneidade? A comunidade é capaz de usar a seu favor o espaço? Qual o lugar da comunidade no turismo? Ela pode funcionar como trunfo para promover o desenvolvimento? Que tipo de desenvolvimento? Os próprios moradores do lugar são os sujeitos sociais que vão organizar a cadeia produtiva? Os membros das comunidades agem obtendo benefícios comuns?

Tomamos, como exemplo, áreas como a pantaneira. Há uma procura elevada pelo turismo ecológico, e práticas como mergulho e pesca esportiva são atrativos da região. Contudo, não se sabe se a pesca, como uma das modalidades de lazer que, nos países desenvolvidos, movimenta bilhões de dólares, e, no Brasil, já faz parte da vida de milhões de brasileiros, envolve comunidades do Pantanal. De acordo com a SEPAQ, a pesca amadora é uma atividade de lazer, um esporte ou um hobby que não contribui com a existência do pescador. Em nosso país, ela é praticada no mar, em rios, lagos naturais, açudes, dentre outros corpos d'água. Prática que vem das comunidades ribeirinhas e que proporciona fonte de renda local, mas que dificilmente é usada, no turismo, para beneficiar o pescador. (Mônica, coloque o significado de SEPAQ na sequência da sigla).

A permacultura também vem sendo outro atrativo turístico. Entretanto, é um sistema criado para outros fins. Trata-se de um sistema integrado de planejamento que envolve elementos alternativos aos usados nas grandes cidades, porém típicos de algumas comunidades ecológicas, que vão desde tratamento de água e produção de alimento orgânico a tecnologia solar e bioarquitetura.

O projeto permacultural abrange planejamento, implantação e manutenção consciente de ecossistemas produtivos, que tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais ao fornecer alimentação, energia e habitação, entre outras necessidades materiais e não materiais, de forma sustentável (SOARES, 1998, apud OLIVEIRA & SABINO, 2012, p. 88).

Tornada um atrativo turístico, essa prática sociocultural atrai pessoas de todas as partes do mundo para terem um contato maior com a natureza; em sua maioria, são jovens ligados às políticas de conscientização ecológicas, que buscam, cada vez mais, uma ligação da vida cotidiana das grandes cidades com essas práticas ecologicamente mercantilizadas como corretas.

Para atender a essa procura foram criadas políticas públicas, que se baseiam, de acordo com o Ministério do Turismo, em um Turismo Comunitário de Base Local que, de um ponto de vista cultural, representa especificidades locais, seus valores, símbolos, signos, sendo uma modalidade que oportuniza inclusão de práticas culturais para usar aquilo que as comunidades criaram.

Neste contexto, podemos compreender essas comunidades como sendo incluídas em uma vertente do turismo que atrai uma demanda específica de turista. Possivelmente os visitantes procuram, nesses ambientes, um experimento que junta saberes e fazeres. Contudo, isso não é suficiente para identificarmos políticas associativas, comunitárias, compartilhadas, pois é necessário saber dos compromissos, principalmente daqueles que disponibilizam recursos do Estado, dos que capturam tais recursos, com aquilo que é do lugar.

O turismo comunitário, conforme Coriolano, 2003, é desenvolvido pelos próprios moradores do lugar em que a atividade é implantada, e eles passam a ser os articuladores e também construtores da cadeia produtiva. Em uma sociedade movida pelo lucro, podemos problematizar se, de fato, a renda e o lucro ficam totalmente na comunidade; se o turismo comunitário age “contribuindo, também, para a melhora na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos”, pois é preciso considerar aqueles que não estão envolvidos.

A COMUNIDADE, O VISITANTE E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Aqui, é necessário pensar nos alcances do turismo. O que significa afirmar que o turismo tem uma capacidade “educacional” sobre o viajante? Seria o mesmo que afirmar que o turismo proporciona esclarecimentos referentes à história do lugar, das suas gentes, das suas festas, políticas e situações diversas intrínsecas ao espaço vivido e representado em tais situações? Quando o turismo usa o lugar, ele, ao mesmo tempo, ocasiona a valorização do patrimônio cultural (material ou imaterial)? O uso mercadológico do lugar é um procedimento que permite conhecer a cultura e identidade a que pertence o lugar visitado? Quando o viajante conhece a cultura local, ele começa a respeitar mais as diferenças que existem fora do seu cotidiano?

Considera-se patrimônio cultural e ambiental o conjunto dos elementos históricos, arquitetônicos, ambientais, paleontológicos, arqueológicos, ecológicos e científicos para os quais se reconhecem valores que identificam e perpetuam a memória e as referências do modo de vida social.

Como patrimônio cultural imaterial são consideradas as práticas pertencentes aos costumes, tradições, saberes, festas, etc.; são manifestações que acompanham os sujeitos sociais locais no processo de ordenamento e reordenamento do território. Trata-se do movimento a que eles, frequentemente, estão relacionados e, como tal, reagem e nem sempre estão de acordo com os ajustes corriqueiros, as adaptações de seus modos de vida às imposições da sociedade e do mercado.

Esses sujeitos sociais locais criaram seus patrimônios. O patrimônio cultural material representa seus vínculos territoriais, é parte de uma existência que consiste *em um conjunto de bens culturais classificados enquanto patrimônio arqueológico, paisagístico e etnográfico, bem como belas artes, dentre outros. São divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens individuais, além de fotos e documentos bibliográficos* (IPHAN, S.A.).

No caso das comunidades locais, a consciência patrimonial cultural é intrínseca ao território. Portanto, não é o visitante que vai compreender tal consciência e nem é a sua estada de uma semana no lugar visitado que lhe vai permitir vivenciar esse patrimônio. Sem dúvida, passar pelo lugar, visitá-lo vai-lhe permitir apreciá-lo, estabelecendo reflexões a respeito do porquê de determinada casa ou festa. São apreciações que dificilmente vão alcançar a consistência cultural, histórica dos sujeitos que ali vivem. O Brasil Central é marcado por casarios históricos e ruelas que se destacam pela arquitetura e pelos materiais usados em sua construção. O que fica para o visitante que anda pelas ruas de pedras em Goiás Velho e em Pirenópolis, ambos no estado de Goiás? A consciência patrimonial? Seria ela uma forma de preservação cultural? Sem dúvida, o turismo terá que se preocupar com o lugar, com aquilo que ele revela da identidade de um grupo social, das suas mudanças, dos seus questionamentos, tensões e conflitos territoriais.

O LUGAR TORNADO TURÍSTICO

O uso é, todavia, uma possibilidade de se opor às ações deliberadas de sujeitos hegemônicos e, em certa medida à propriedade. Ele implica, também, compreender as relações dinâmicas, complexas, mutáveis entre a comunidade e o lugar, o que resulta em um trunfo na “jogada” turística que se desenvolve a partir dessas relações.

Uma preocupação que se deve ter com relação ao uso do lugar, pela atividade turística, é com quem e como se está implantando, principalmente quando se trata de comunidades locais, onde pessoas com grande poder aquisitivo instalam seus investimentos para explorar e usufruir dos benefícios da atividade. De modo geral, o que acontece, na maioria das vezes, no processo de exploração, é que os donos dos capitais agem explorando os recursos naturais e culturais das comunidades, sem a preocupação de retornar quaisquer benefícios para os seus membros.

Dentro dessa lógica, na maioria dos casos, há de se destacar a descaracterização a que esses sujeitos ficam expostos, remetendo a uma miniaturização das características do lugar. Nesse processo, é possível identificar ações de apropriação das especificidades do lugar, gerando desapropriações territoriais. No movimento de incorporação de lugares ao processo de exploração turística e como consequência dos investimentos baseados no lucro, os novos sujeitos vão, a partir da lógica capitalista, agindo e desrespeitando toda uma vida que se assentou nos lugares.

É necessário compreender que o lugar existe antes dos investimentos de capitalistas, objetivados na exploração dos recursos. Metodologicamente, é importante agirmos analisando o lugar, estabelecendo incursões na História e, nesse caminho, torna-se relevante decifrar, a partir das mutações socioespaciais, as ações desse capital, principalmente naquilo que acaba homogeneizando paisagens, banalizando costumes, tradições e toda a característica única que neles existia.

O marketing, responsável pela captação de turistas, também entra como fator explicativo do processo de tornar o lugar turístico e criar a rede turística. O turismo, trabalhado como mercadoria, cria ilusões de lugares “perfeitos” para aqueles que buscam, no lugar diferente, o paraíso. O consumo do lugar está relacionado às promessas de fugir das rotinas diárias e estressantes e, com isso, o número de visitantes aumenta, resultando em impactos na capacidade desses lugares em receber turistas.

Embora seja uma tarefa complexa, é necessário pensar o lugar, problematizar aquilo que ele comporta. Transtornos existem e eles aparecem, não só para os turistas. As pessoas do lugar também irão pegar filas nos estabelecimentos comerciais, ou mesmo sofrer restrições aos serviços públicos, pois estes se revelam inadequados, também, aos próprios moradores. Trata-se de carências cíclicas que derivam do aumento de pessoas estranhas, gerando falta de recursos básicos como água, alimentação e tudo o que vem com essa demanda descontrolada.

Todavia, ao tratarmos do turismo, temos que tratar do lugar e ter o propósito de trazer uma nova perspectiva a essa imagem descrita. As pessoas do lugar devem desenvolver uma posição ativa e promover respeito aos usos, às práticas e aos costumes que sempre existiram. Esse é um viés político que devemos respeitar quando da implantação do setor, uma vez que o lugar existe na sua gente, na riqueza social de que as tradições fazem parte e que englobam grande parte das relações dos sujeitos com o lugar.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO LUGAR

Ter ou obter conhecimento a respeito da política brasileira para o turismo, bem como compreender a legislação pertinente, deve ser uma prática constante daqueles que estudam o turismo. É vital para a pesquisa tal conhecimento, pois se trata de uma instrução que permite, ao pesquisador, exercer o seu papel fundamental de trabalhar com as especificidades do lugar em que se encontra, atendendo à estrutura e ao funcionamento do sistema capitalista. Isso significa compreender que o lugar tem um papel decisivo na formação dos destinos turísticos, sendo que cabe à comunidade local incorporar, em seu projeto político, as políticas públicas do seu tempo.

Assim sendo, e a partir das reflexões apresentadas a respeito do turismo, do lugar e das comunidades locais, identificamos papéis na estrutura e no funcionamento do sistema. Compreende-se que esses papéis tornam-se o eixo central no processo de produção e reprodução do turismo, pois se trata de um conjunto de procedimentos e orientações em que a comunidade local deverá ser inserida, como sujeito social atuante. Nessa condição, que deriva de riquezas conquistadas na própria comunidade, compreende-se que é possível desenvolver novas habilidades e atualização dos conhecimentos indispensáveis para a construção da identidade e dos saberes, considerando aquilo que é do lugar e como parte do conhecimento prévio dos seus sujeitos, possibilitando/viabilizando o exercício de cidadania.

A política brasileira e a legislação para o turismo podem e devem ser incluídas nos projetos de desenvolvimento turístico a favor das comunidades, pois são referenciais cruciais na formação continuada desses sujeitos e na promoção de um lugar vinculado às demandas das pessoas. O lugar deverá ser visto como possibilidade de se estabelecerem subsídios para o sujeito social existir, colocando-se em prática uma reflexão contínua a respeito da ação do Estado. A pesquisa que fizemos deve, também, tornar-se extensão, anunciando uma prática reflexiva nutrida pelas demandas dos lugares que se pesquisam, assim como a identificação de problemas e possibilidades de ajustes.

A compreensão e abrangência dessas questões para as comunidades devem ser encaradas e cultivadas como processo e desenvolvidas como práticas voltadas para as atualizações dos moradores e a formação do sujeito cidadão, comprometido com a transformação local.

Para tanto, as orientações turísticas devem fazer parte das políticas públicas e estarem centradas na indispensável participação democrática, na compreensão das mutações socioespaciais, visto que o trabalho de pesquisa é também parte da prática intelectual e como tal deverá sempre proporcionar uma melhor atuação. A ideia é que as políticas públicas sejam uma importante construção da comunidade local, a qual deve também envolver-se com a política brasileira, decifrar a sua legislação, assumindo o seu papel na viabilização de uma formação e socialização de conhecimento, propiciando o pensamento crítico e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABDON, M. M.; SILVA, J. S. V.; SOUZA, I. M.; ROMON, V. T.; RAMPAZZO, J. & FERRARI, D. L. **Desmatamento no Bioma Pantanal até o ano 2002: Relações com a Fitofisionomia e Limites Municipais.** Revista Brasileira de Cartografia Nº 59/01, Abril, 2007. (ISSN 1808-0936). Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rb>

[c/article/view/83/78](http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rb/c/article/view/83/78).

ALMEIDA, Maria Geralda. **Desenvolvimento Turístico ou Desenvolvimento Local? Algumas Reflexões.** Publicado originalmente em: Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local. 03 a 06 de novembro de 2004. Curitiba – PR. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/214/almeida_maria_geralda_desenvolvimento_tur_stico.pdf.

BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ministério do Turismo. Ed. Letra e Imagem. Rio de Janeiro-RJ

CAMARGO¹, E. I.; JOIA¹, P. R. O gerenciamento do turismo em Bonito, MS. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal. Corumbá/MS - 2004

Disponível em: [http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CEIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cpap.embrapa.br%2Fagencia%2Fsimpan%2Fsuario%2Fartigos%2Fasperctos%2Fpdf%2Fsocio%2F320SC_Camargo_1_OKVisto.doc&ei=oIKwUbreL8XS0gHhrIGABA&usg=AFQjCNGrjv1lZcOX4GGzT7wBet3AnIaZew&bvm=bv.47534661,d.dmQ)

[1&cad=rja&ved=0CEIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cpap.embrapa.br%2Fagencia%2Fsimpan%2Fsuario%2Fartigos%2Fasperctos%2Fpdf%2Fsocio%2F320SC_Camargo_1_OKVisto.doc&ei=oIKwUbreL8XS0gHhrIGABA&usg=AFQjCNGrjv1lZcOX4GGzT7wBet3AnIaZew&bvm=bv.47534661,d.dmQ](http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CEIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cpap.embrapa.br%2Fagencia%2Fsimpan%2Fsuario%2Fartigos%2Fasperctos%2Fpdf%2Fsocio%2F320SC_Camargo_1_OKVisto.doc&ei=oIKwUbreL8XS0gHhrIGABA&usg=AFQjCNGrjv1lZcOX4GGzT7wBet3AnIaZew&bvm=bv.47534661,d.dmQ)

CORIO LANDO, L. N. M. T. **Os limites do desenvolvimento e do turismo.** 2003. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. ISSN 1695- 7121. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PS040603.pdf>

HORTA, Maria de Lourdes de Alencar Parreiras. **Manual diretrizes para a educação patrimonial.** Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. 2009.

IPHAN. **Patrimônio Material.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginasacao.do?id=12297&retor>

No=páginaIphan

NEIL, John; WEARING, Stephen; **Ecoturismo: Impactos Potencialidades e Possibilidades.** Barueri : Manole, 2001.

OLIVEIRA, Mayara Cruvinel de & SABINO, José. **Elementos da permacultura como indutores da sustentabilidade em atrativos turísticos de Bodoquena, Bonito e Jardim, Mato Grosso do Sul.** Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica Vol. VII, nº3, Rio de Janeiro, MARÇO 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/viewFile/7875/6541>

SAAB, William George Lopes. **Considerações sobre o Desenvolvimento do Setor**

de Turismo no Brasil. Bndes Setorial, Rio De Janeiro, N. 10, P. 285-312, Set. 1999 Disponível Em:[http://www.bndespar.gov.br/sitebndes/export/sites/default/bndes_pt/gale](http://www.bndespar.gov.br/sitebndes/export/sites/default/bndes_pt/galerias/arquivos/conhecimento/bnset/set1008.pdf)

[rias/arquivos/conhecimento/bnset/set1008.pdf](http://www.bndespar.gov.br/sitebndes/export/sites/default/bndes_pt/galerias/arquivos/conhecimento/bnset/set1008.pdf).

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ZAMIGNAN, Gabriela. **Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da microbacia do rio sagrado, Morretes (PR).** CULTUR / ANO 6 - Nº 01 - FEV (2012). Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao1/artigo_2.pdf

SEPAQ - Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará. Sobre a Pesca Esportiva. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/index.php?q=node/22>. Acesso em: março de 2012.

TEORIA E MÉTODO NO ESTUDO E CLASSIFICAÇÃO DA CULTURA

Carlos Alberto Póvoa

Moizés Rodrigues da Silva

INTRODUÇÃO

Sem classificação, os dados são simplesmente acumulações de fato. A menos que se disponham de acordo com algum esquema, não são suscetíveis de tratamento sistemático. Os esquemas de classificação podem variar e variam, de acordo com o problema que está para ser analisado. Como expôs Dobzhansky 1941 “os livros de uma biblioteca podem classificar-se de acordo com o conteúdo, o nome do ator, o ano da publicação, o tamanho e ou cor da capa; Esse mesmo principia nota, aplicar-se à classificação de animais, e do mesmo modo e com igual empenho, à cultura.

Segundo Herskovits (1969), a classificação de dados e a formulação das definições nas quais se baseiam as classificações são de tal importância que a ciência levou longo tempo para se desembaraçar da tradição de que a classificação é em si mesma, um fim, e não algo que se deva usar como meio para chegar a um fim. A concepção aristotélica dominou a busca e uma compreensão do universo desde o tempo dos gregos até o Renascimento. Isso significava que somos herdeiros de uma ação muito antiga que dava importância ao entendimento de forma com descuido relativo do método para chegar a ela. Reconhecer e descrever classes de fenômenos foram o objetivo a investigação científica, e as classes estabelecidas pelos sábios consideraram-se como rígidas e fixas. De acordo com Herskovits (1969), o fator de variação, o único que conduziria a uma compreensão da importância do processo, foi a tal ponto negligenciado que até os tempos de Gauss e Le Play, em fins do século XVIII, não se haviam formulado as expressões matemáticas da variabilidade.

Para Geertz (1988), de qualquer maneira, uma vez descoberta variação passou a ser de crescente importância no pensamento científico até que, por último dominou a investigação científica. Dos resultados dessa mudança de rumo minou investigação mais significativa que o que agia na transformação o anterior, estático modo de abordar o estudo dos fenômenos dos mais diversos gêneros, tornando-o dinâmico. Como resultado disso a classificação passou a ter devida importância como um primeiro passo essencial para a análise do processo.

E, não obstante, em ciência, não menos que em qualquer outro aspecto da cultura, a tradição é tema. Algo que convencionalmente se teve por verdade absoluta, e que assim se mantivera durante séculos, exigir muito tempo para ser substituído por um conceito tão revolucionário como o que afirma que tal verdade seja evolutiva, relativa e continuamente mutável para Herskovits (1969). O peso das convenções do passado tornou difícil não considerar os fatos como entidades fixas, mas como pontos numa escala de variabilidade.

Contudo para Claval (1989), a Geografia (especificamente a Geografia Humana e seus subcampos de estudos e atuação: Geografia cultural, Geografia das Religiões, Geografia e Turismo e outras mais subáreas) e como todas as demais Ciências Humanas, orientou-se constantemente por esse ponto de vista. A classificação veio, portanto, a ser vista como primeira etapa essencial para análise, e o estudo das classificações gira mais em torno de seu valor como guias para a compreensão dos processos que em termos de sua validade em si e por si mesmas. Isso ficou claro em capítulos anteriores, quem se estudaram as definições antes mesmo de poder abordar outros problemas.

Mas para Dobzhansky (1941), a cultura, em sua amplitude, tem sido classificada, quanto a sua distribuição, em áreas, por seu conteúdo segundo seus aspectos quanto aos interesses dominantes, pelo foco. As culturas inteiras classificam-se de acordo com a presença ou ausência de escrita, ou seja, ágrafas e não ágrafas; a economia pelo uso da moeda ou de outros meios de troca; a arte segundo a importância atribuída ao realismo ou ao convencionalismo. São essas apenas algumas das séries de categorias observadas neste artigo. Foi ademais necessário considerar que a classificação alternativa, assim como indicar por que umas eram mais

aceitáveis que outras, isto é, mais úteis para uma compreensão da dinâmica do significado e da função, que outras que haviam sido propostas ou foram comuns ou noutro tempo.

Assinalou-se várias vezes a diferença existente entre a descrição científica de uma cultura de acordo com um sistema bem definido, o que facilita a elucidação do problema, e as distribuições contidas por diários dos viajantes. A apresentação etnográfica feita pelo Geógrafo preparado é científica no sentido de que esta fundamentada em categorias estabelecidas, que são implícitas e refletidas na organização dos dados, ou explicitamente redigidas em termos do problema a ser atacado. No caso do diário do viajante, as observações acham-se, no entanto, enfiadas ao longo do fio do tempo, que é único princípio e organização.

Conforme Herskovits (1969) os fatos cerca da cultura de um povo, qualquer que seja o interesse do viajante o por melhor que seja sua compreensão do povo que descreve, apresentam-se na ordem em que foi encontrando. Um belo dia, nosso viajante vai pescar com seus amigos nativos, observa um cortejo e casamento, ao voltar pra casa, nessa noite há uma dança dedicada aos deuses, durante a qual adquire uma máscara, que então descreve.

Todos esses fatos podem ter relações com a compreensão da cultura; e pode-se até mesmo desentranhar o seu significado. Mas isso ainda não é ciência, segundo Geertz (1988). Portanto, para Herskovits (1969), o investigador científico da cultura que se volta para tais matérias, como se faz de vez em quando quando se consultam os escritos dos primeiros viajantes para indagar acerca do passado de um grupo, deve dispor ele próprio os fatos em concordância com o sistema que usa para classificar seus dados.

A classificação, quando concebida como um fim em si mesmo, torna-se um obstáculo para análise científica. Esse perigo existe sempre que uma classificação especialmente se já estabelecida, se submete à revisão do estudo de etnia oferece um exemplo notável de como pode isso acontecer, especialmente no que concerne à clássica delimitação de povos à base da forma da cabeça.

A medida das cabeças tornou-se quase o sinal característico do antropólogo físico, ao tentar determinar a categoria étnica a qual pertencera um determinado povo. Tidas como definitivas tornaram-se essas categorias, com o passar do tempo, em si mesmas, a ser consideradas como fatores casuais na equação étnica. Como resultante disso, o nórdico da cabeça alongada veio, por exemplo, a ser considerado como belicoso por causa de ser nórdico; isto é, porque tinha a cabeça alongada. Esqueceu-se de tal modo que a categoria “nórdica” existia apenas como parte do aspecto conceitual do estudioso do biótipo, que se tornou tema de controvérsia entre os cientistas, sem falar do infeliz que tal sistema de classificação representou no estabelecimento de uma base para filosofias racistas, Dobzhansky 1941.

A mudança de perspectiva que assinalou o desenvolvimento no trabalho aplicado ao problema da classificação evidencia-se talvez melhor no campo da biologia animal. A taxonomia, como foi chamada a classificação de formas vivas a ser uma técnica para a solução de problemas de forma, função e com Mayr 1942, colocou-se frente a frente a “velha sistemática” e os métodos posteriores de classificação de dados. “A velha sistemática” – diz “está caracterizada pela posição central das espécies. Nada, ou muito pouco, se fez com categorias infra-especiais (subespécies), de acordo com Stein (2004).

Empregou-se uma definição das espécies puramente morfológicas. Muitas espécies são conhecidas por um só exemplar ou por poucos no melhor dos casos; o indivíduo é, por conseguinte, a unidade taxonômica básica. “Há grande interesse em questões de nomenclatura e de “tipos” puramente técnicos. Os problemas de maior importância são, mas os do catalogador ou do bibliográfico que os do biólogo”.

Segundo Herskovits (1969), caminho diferente percorre os métodos mais novos de classificação, a “nova sistemática”, como se lhe chama. Nesse modo de abordar o assunto, “reduz-se a importância das espécies como tais”, posto que a maior parte do trabalho real está feita com subdivisões das espécies tais como subespécies e populações.

A população, ou uma adequada amostra dela, a “série” do trabalhador de museu, passou a ser a unidade, taxionômica básica. A definição puramente morfológica de espécies foi substituída por uma biológica, que tomam em consideração os fatores ecológicos, geográficos, genéticos e outros. Escolha do nome correto para a unidade taxonômica analisada não ocupa já a posição central de todo o trabalho sistemático está com menos frequência sujeita discussão entre os colegas investigadores. O material vestido para revisões genéricas eleva-se comumente a muitas centenas e até mesmo a milhares de exemplares, número suficiente para permitir um estudo pormenorizado da extensão da variação individual Mitchell (1999).

De acordo com Geertz (1988), estas afirmações embora vazadas em termos de outra disciplina descrevam as mudanças que se estão verificando no estudo da cultura quando este desloca sua base da classificação para a dinâmica. A importância da variação na cultura é equivalente do realce dado pela “nova sistemática” da biologia à necessidade de estudar amostras adequadas das populações de forma que se tem que analisar. No estudo da cultura também, é mais o modo de vida de um povo, em toda sua variedade, que molda a investigação do que a classe preconcebida a qual a priori se diz pertencer sua cultura, exatamente como é mais a população que “espécie tipo” que passa a ser a unidade para o taxonomista biólogo.

O mais notável de tudo isso é a analogia com os métodos geográficos encontrada na afirmação de Geertz (1988), de que “a escolha do nome coreto já não ocupa a posição central de todo trabalho sistemático”... Palavras e definições têm, portanto que estar subordinadas aos problemas. Esse ponto, cuja importância se reconheceu a vez, mais, à medida que a ciência desenvolveu sés métodos e apurou seus objetivos, merece, portanto, mas indagação no que diz respeito ao estudo da cultura.

Conforme Mitchell, (1999), quando se descreve e ou estuda-se e dá nome a um fenômeno, dá-se já um grande passo no processo científico, posto que se deva poder identificar e delimitar os dados para poder estudá-lo sistematicamente. Entretanto, a experiência ensinou que assim que uma descrição ou uma definição passa caracterizar uma posição, pode vir a transformar-se numa grande preocupação dos cientistas e anular um sistema para o qual foi ideada. Quando as classes que representam um sistema de terminologia e uma série de definições se anquilosam em dogma, convertem-se mais em obstáculos que em auxílio na análise científica.

O ponto perigoso desse processo não é difícil de achar, pois se apresentam quando se afastam como exceções casos que não se ajustam à definição.

No entanto, para Dobzhansky 1941, o método científico, no entanto, que consiste em ensaiar as hipóteses para fixar a extensão na qual se verifica os postulados, não admite, em absoluto, exceções. Porque, em ciência, as exceções são casos críticos, e constituem um verdadeiro desafio para o pesquisador. Apresentam-se em suficiente quantidade, negam a hipótese. Se não, devem ser estudadas com especial cuidado pra determinar a maneira como se há de revisar a hipótese de acordo com os fatos. No laboratório podem manipular-se os fatores até conseguir os dados recalcitrantes desse gênero. O problema de contender com a exceção é, por conseguinte, o problema técnico de empregar os instrumentos que se tem à mão, ou inventar outros novos para alterar as condições nas quais se efetuou o experimento. Tal experimentação é, porém, impossível nas disciplinas cujos dados não se podem manipular em laboratório, como ocorre no caso do estudo da cultura, segundo Geertz, (1988).

Onde não se pode conseguir a experimentação controlada das ciências de laboratório, deve-se procurar em controle histórico-geográfico. Isto é, devem-se procurar situações de vários gêneros onde circunstâncias diferentes tornem possível testar as hipóteses em termos dos resultados obtidos, que se devem relacionar com séries de diferentes acontecimentos históricos averiguáveis. Sobretudo, aplicando os métodos da ciência ao estudo da cultura, é essencial investigar as manifestações “negativas” de um fenômeno. Para chegar a conhecer o totemismo, por exemplo, devemos ter cuidado não só de escrever, classificar e analisar tantos exemplos quantos dele possa encontrar como estudar, ao mesmo tempo, tão cuidadosamente quanto possível as culturas nas quais não se acha presente o totemismo.

Viu-se já quão controvertida foi essa questão no período entre 1910 e 1920, e quão importante foi à análise de Geertz (1988) o qual estabeleceu os amplos critérios sob os quais se tem que interpretar os fenômenos totêmicos de vários gêneros. O que deu origem à controvérsia foi o conhecidíssimo problema da classificação. Os costumes dos australianos haviam sido estabelecidos como critérios essenciais de totemismo. Mas começaram a manifestar-se em todos os lugares do mundo muitas “Exceções” de formas totêmicas dessa classe.

Mas o que eram então essas “exceções”? Para Geertz (1988), a se tratava de fenômenos de uma ordem diferente, ou a definição de totemismo era errônea. Ampliou-se a definição, sem com isso, entretanto resolver a questão de saber por que, embora muitos grupos tenham crenças totêmicas, elas absolutamente não existem em todas as sociedades; ou por que essas crenças podem funcionar de maneira tão diferente nas muitas sociedades em que foram encontradas. Somente análises minuciosas de dados e sociedades em várias situações, com fundos históricos de diferentes graus de semelhança, incluindo aqueles nos quais está ausente o totemismo tanto como nos em que se acha presente, pode, fornecer respostas ao problema básico do desenvolvimento e funcionamento do totemismo na sociedade humana para Mitchell, (1999).

Segundo Geertz (1988), considera a quádrupla classificação das economias, aceita durante certo tempo. Dispostas numa presumida ordem de desenvolvimento, eram elas: coleta, caça, pastoreio e agricultura. Inteiramente à parte a validade que possa ter essa série de desenvolvimento, o que não cabe agora determinar. Sabe-se que estas categorias se transformam em instrumentos úteis a análise econômica quando se observa uma adequada amplitude de dados. Isto é, tornou-se muito evidente que poucas culturas, se é que alguma tem economia que não participam dos elementos de várias ou de uma daquelas categorias.

É difícil examinar o encontrar algum período na história da humanidade no qual os homens não caçassem ou não utilizem produtos alimentícios tais como raízes, ou frutos silvestres, os quais são produtos principais de uma suposta economia de “coleta”. Vê-se muito claramente que esses gêneros de atividades econômicas devem ter precedido a demonstração de animais e ou cultivo de plantas. Mas isso na significa, como já vimos, que povos que tem grandes rebanhos hortas u que povos agrícolas carecem de animais domésticos.

Para Certau (1997), as características que definem os conceitos de natureza como a forma, a estrutura, o processo e a função, podem ser entendidos no ponto de vista fundamental da Ciência Geográfica, como funcionamento e mesmo o entendimento da cultura que se reforça teoricamente nas discussões metódicas da sua experiência como conhecimento, isso fica é explicado e analisado nas seguintes observações: 1- A cultura é aprendida; 2- A cultura deriva dos componentes biológicos, ambientais, psicológicos e históricos da existência humana; 3- A cultura está estruturada; 4- A cultura está dividida em aspectos; 5- A cultura é dinâmica; 6- A cultura é variável; 7- A cultura apresenta regularidades que permitem sua análise por meio dos métodos da ciência; 8- A cultura é instrumento por meio do qual o indivíduo se ajusta a seu cenário total e adquire meios de expressão criadora.

A CULTURA É APRENDIDA

Como a parte definida do ambiente é feita pelo homem, a cultura é essencialmente uma elaboração que descreve o corpo total de crenças, comportamento ou conduta, saber, sanções, valores e objetivos que assinalam o modo de vida de um povo. Isto é que, embora o investigador possa tratar de uma cultura como capaz de descrição objetiva, na análise final, a cultura compreende as coisas que a gente tem, faz e pensa.

Para Dobzhansky (1941) , quando se pergunta como os indivíduos adquiriram as formas de crenças e comportamentos que marcaram seus modos de vida, a resposta que nos é dada está inserida pelo método de aprendizagem e da cultural que é amplamente concebido, incluindo em si, e ao mesmo tempo nas respostas que o leva ao condicionamento ao nível do inconsciente, cujo intermédio e os padrões básicos do grupo se imprimem na criança em desenvolvimento, e as formas de instrução mais conscientemente recebidas, às quais damos o nome de "educação".

Segundo Dobzhansky 1941, chamamos a este processo de aprendizagem da cultura de cada um de "endoculturação". Termo este que exprime como de fato uma cultura mantém-se de forma identificável e que (re)passa de geração em geração. Esta é uma das causas pelas quais, todo ser humano nasce dentro de um grupo cujos costumes e crenças se estabeleceram antes dele entrar em cena.

Mediante ao processo de aprendizagem que define, e o que ele adquire dentro dos costumes e crenças se apreendem em suas lições culturais tão bem que, anos depois, grandes partes de suas condutas tomam formas de respostas automáticas aos estímulos culturais com os quais se defronta.

A endoculturação consegue-se, em grande parte, por meio do simbolismo da língua, o qual vem a ser um "índice de cultura" num sentido mais profundo que habitualmente se julga. O processo é extraordinariamente sutil, e afeta mesmo tais aspectos do comportamento como várias espécies de hábitos motores ou reações emocionais a situações importantes. De tão longo alcance é o processo, que chegou a evidenciar que a própria personalidade do indivíduo é, em boa parte, o resultado de sua experiência "endoculturativa".

Os elementos comuns na endoculturação e dos membros das gerações sucessivas de um grupo, dão à sua cultura tais manifestações de continuidade que atribuem certo tipo de existência independente. Esta posição é fortalecida pela consideração de um fenômeno tal como o impulso cultural, o qual fez com que alguns investigadores atribuíssem à regularidade da mudança cultural sua inevitabilidade, o que se julga provir dos impulsos internos da cultura, sem relação, ou com muito pouca, com os seres humanos cuja conduta constitui a cultura. Tal é a posição que faz da cultura um fenômeno supra-orgânico, e que trata dos problemas das formas de cultura e dos processos de mudanças culturais como se tivessem uma existência e uma dinâmica própria.

Entretanto Geertz (1988), cita que quando procuramos uma explicação da natureza da cultura, chegamos eventualmente ao indivíduo e sua acomodação às tradições aceitas do grupo. Por conseguinte, embora a cultura se possa tratar como um fenômeno suscetível de estudo, mediante sua "coisificação", é preciso, no entanto, concluir que, em termos de suas próprias estruturas e métodos, a realidade da cultura é psicológica.

Não há seres humanos que não sejam membros atuantes de alguma sociedade, porque o homem é um "animal" social, mas deve-se recordar que, embora sendo o homem um animal social, não é o único animal construtor de cultura e que se acrescenta em grupos - se certificam desta maneira como grupos sociais ocupantes das diversas esferas da sociedade.

Portanto para Geertz, (1988), socialmente entende-se que se a cultura é aprendida, ela também poderá ser reaprendida. Deduzindo-se, daí, que um indivíduo quando atinge a maturidade e ou um novo modo e conduta de vida, ele se encontrará diante de uma nova técnica ou conceito, que reagirá em termos de sua experiência anterior. Se o indivíduo aceita, ele deve, na mesma proporção, recondicionar suas respostas. Em outras palavras, deve-se reendoculturar-se a si mesmo no mesmo nível e processo. Assim, o procedimento de endoculturação, que significa o condicionamento à totalidade de uma cultura e não a um segmento da mesma, ajuda a resolvermos a aparente contradição de que a cultura é estável, achando-se, entretanto, ao mesmo tempo, em contínua mudança conforme o espaço vem transformando-se por meio das técnicas.

Conquanto uma cultura se concretize objetivamente num corpo de tradições suscetível de estudo objetivo, e sem referência ao povo cujas vidas estão ordenadas em conformidade com ela, torna-se cada vez mais evidente, que não se pode compreender fundamentalmente uma cultura sem ter em conta o indivíduo como base da sua observação e análise, ou seja, isso remete a um estudo da mudança cultural de grupo. É patente que todas as mudanças na cultura, tanto grandes como pequenas, devem ser o resultado de algum ato realizado por um indivíduo que inicia algum tipo de conduta que se desvia dos costumes estabelecidos em sua sociedade.

A difusão ampla desse processo evidenciou-se ao examinarmos pormenorizadamente os modos de vida dos membros de uma dada comunidade. Mesmo no caso de ser pequena e isolada, e conservadora, não haverá nela dois de seus membros que se conduzam exatamente da mesma maneira, ou que reajam em qualquer situação de idêntica forma. Esta é a razão pela qual o exame dessa interação entre o indivíduo e sua cultura, que tomou a forma de investigações dos mecanismos culturais que moldam as estruturas da personalidade e assume um importante lugar no repertório geográfico. Estudiosos da Civilização demonstraram quão profundamente se alojam as primeiras experiências de um ser humano em sua conformação psicológica, e os pesquisadores da cultura foram mais além demonstrando o fato de que essas primeiras experiências, como as da vida posterior, são culturalmente determinadas.

Segundo Dobzhansky 1941 o resultado final de que a cultura é aprendida, é a conclusão de que os muitos diferentes modos de vida encontrados na face da Terra devem ser julgados e avaliados de acordo com seus próprios termos.

Portanto pode-se assegurar nos estudos acerca das questões culturais que não há uma base lógica e nem mesmo concreta para avaliar as culturas (uma cultura), exceto as ditadas pelo etnocentrismo. Este, porém, possui uma atitude de grupos humanos muito difundidos nos territórios que vivem sob a influência e uma religiosidade fundamentalista ou de um sentimento de superioridade "racial".

Os homens são etnocêntricos por natureza, ou porque não se conhecem outra forma de comportamento além do de seu próprio grupo, ou no caso de se acharem familiarizados com os costumes de povos estrangeiros, se verem impelidos pela força de seu condicionamento cultural a julgar suas próprias práticas mais favoravelmente que as de outra sociedade.

A CULTURA DERIVA DOS COMPONENTES BIOLÓGICOS, AMBIENTAIS, PSICOLÓGICOS E HISTÓRICOS DA EXISTÊNCIA HUMANA

O Ser Humano – Homem é um membro da cadeia biológica, deduzindo-se daí, por conseguinte, que a existência da cultura humana "como conjunto" deve estar relacionada com as possibilidades inerentes à constituição física do homem. Isso significa que o desenvolvimento de tais fundamentais da cultura como o uso de ferramentas e da língua, deve ser determinado pelo caráter da conformação anatômica e fisiológica do homem. Considerando a relação entre a cultura e o ambiente, é necessário distinguir entre a paisagem natural e a paisagem social de um indivíduo ou grupo. Confundem-se com frequência ambos, especialmente nas obras onde se aborda na esfera da educação; mas também, em certas ocasiões, até mesmo entre os geógrafos e antropólogos.

De acordo com Dobzhansky 1941, parece prudente, por causa dessa confusão, dispor nossa terminologia, de maneira que a palavra *ambiente* signifique a situação total de um indivíduo ou de um grupo; *habitat*, os elementos da situação natural, e *cultura* os aspectos do ambiente, que são obra do homem. Embora tenha havido muita controvérsia acerca da influência do *habitat* sobre a cultura, nenhuma crítica do determinismo ambiental chegou a negar que ele tenha certa influência.

O determinismo ambiental, o qual supõe que o *habitat* dita as formas assumidas pela cultura, representa uma posição extrema tão facilmente refutável como o é uma posição extrema referente ao determinismo racial. O problema real, que ocupou ao mesmo tempo geógrafos e antropólogos, é descobrir e descrever, em termos tão precisos quanto possível, a natureza da relação entre as características de regiões específicas e as culturas nelas encontradas. Nesse caso, ambos, cultura e *habitat*, devem ter-se em conta, assim como se estabeleceu a formulação geral de que a situação natural prescreve limites que a cultura não pode ultrapassar. Exemplos como o do arroz cultivado com irrigação nas encostas das montanhas pela prática do terraceamento, mostram, no entanto, que as sociedades conseguem ir além do que pareceriam ser os seus limites "natural".

Em termos gerais, a solução mais satisfatória do problema é que os limites impostos pelo ambiente variam de acordo com o equipamento tecnológico de qualquer cultura dada. Os progressos em tecnologia mostram que estes ultrapassaram os limites previamente estabelecidos. A cultura pode, por conseguinte, ser considerada como o amortizador de choques entre o homem e o *habitat*.

Para Dobzhansky 1941, quanto maiores forem os recursos tecnológicos de uma sociedade, mais eficaz será esse amortizador e maior a amplitude das alternativas. Deve-se, ademais, admitir que o *habitat* não influa por igual sobre todas as fases da cultura, mas que, à medida que passamos de seus aspectos mais materiais aos imponderáveis, o efeito do *habitat* torna-se cada vez mais difícil de distinguir. Fica, assim, claro que a formulação original simples desse problema deve ser substituída por outra que é verdadeiramente complexa, que varia não só de cultura para cultura, como de um aspecto a outro de uma mesma cultura.

A história do desenvolvimento da cultura como expressão da crescente capacidade humana congênita e de técnicas mais eficientes de lutar com o *habitat* é longa. No estudo do desenvolvimento da cultura, as investigações da paleogeografia e a paleoantropologia resgataram a história da evolução do tipo físico humano. Por outro lado, a pré-história forneceu também muita luz a esse problema. O fato de a pré-história não poder reconstruir senão parcialmente os fatos referentes ao desenvolvimento da cultura, não diminui de modo algum o brilho das realizações dos especialistas em pré-história. Mediante a imaginação científica, muito fizeram para completar o quadro que, de outra maneira, se teria que circunscrever a alguns artefatos de pedra e a outros elementos análogos de cultura material conservados nos solos.

Os primeiros investigadores da pré-história não chegaram a perceber que o fato da cultura ser aprendida é uma característica que a afasta da ordem dos fenômenos naturais; mas o trabalho posterior salientou a necessidade de classificar as culturas pré-históricas de acordo com os materiais encontrados em áreas determinadas, e não à base de uma nomenclatura e tipologia derivada das jazidas da França Central e Meridional. Admitem-se duas áreas principais do Velho Mundo: a européia, representada pelas culturas de "manual" e de "esquírola", e a asiática, determinada pelas culturas de "ferramentas cortantes". O problema apresentado pelos restos pré-históricos nas Américas difere, ademais, daquelas duas, já que a emigração do homem para o Novo Mundo se efetuou, embora se discuta o momento preciso em que se deram depois de terem sido já conseguidas no Velho Mundo as invenções básicas da cultura humana.

Para Geertz (1988), o longo espaço de tempo do desenvolvimento da cultura humana demonstrou que o homem foi conseguindo continuamente melhor domínio dos recursos e uma eficiência tecnológica progressiva. Exceto no que se refere a esses elementos da cultura e talvez à arte de certas áreas restritas, não se pode traçar com segurança um quadro comparável do desenvolvimento no campo da cultura material. As formas primitivas de vida social e política, de religião, língua e música, por exemplo, permanecem, para nós, ocultas. A técnica de equiparar a vida dos povos "primitivos" com o homem primordial é metodologicamente inaceitável, dada a propensão de todas as culturas à mudança.

Talvez o avanço mais notável ao descrever o curso do desenvolvimento do homem, pelo menos no que se refere ao Mediterrâneo e áreas adjacentes, seja o conceito das três revoluções, de Childe. Sua hipótese de que o primeiro homem vivia em pequenos grupos, subsistindo numa economia de caça e busca de alimentos, parece incontestável. A primeira "revolução", a neolítica, determinou as sociedades agrícolas estáveis; a segunda, ou "revolução urbana", o desenvolvimento das cidades, dinastias, comércio, especialização econômica e escravidão; a terceira, ou revolução industrial, é coisa de história recente.

Mas segundo Herskovits (1969), as implicações teóricas e metódicas dessa hipótese — particularmente sua aplicação às culturas exteriores à área em que foi aplicada — estão ainda por explorar. Quaisquer que possam ser os achados, os dados válidos no desenvolvimento pré-histórico da cultura mostram que ela caminhou ao lado do crescente potencial da forma física do *homo sapiens*, e compreendeu uma contínua adaptação ao *habitat* mutável da humanidade por meio da utilização do equipamento tecnológico de eficiência progressiva.

A CULTURA ESTÁ ESTRUTURADA

Não se pode dar melhor exemplo da regularidade da cultura que a comparação das unidades em que se podem decompor os mais diversos corpos de costumes. Por exemplo, a cultura pode ser analisada em traços e complexos de traços. A despeito da objeção de ser esse um esquema demasiado mecânico e destruir a realidade viva da cultura, provou não obstante sua utilidade como instrumento no estudo de certos problemas, particularmente quando se deseja a comparação detalhada dos aspectos objetivos dos elementos culturais entre diferentes povos.

O conceito do traço como elemento básico na cultura tem sido também eficazmente empregado nos intentos de delinear, em detalhe, as unidades que vão edificando cultura após cultura numa região limitada, como no caso do estudo das tribos indígenas da Califórnia.

Nesse caso, uma lista de traços serviu de base para registrar de forma objetiva tantos elementos quantos foi possível na cultura de tribo após tribo, e obteve resultados que determinou o valor do uso ulterior desse método. Isso mostrou quão complexa pode ser mesmo uma cultura "simples", além de tornar possíveis os estudos estatísticos que se julga revelarem as relações históricas entre os povos da área.

O que é mais difícil de provar é a asserção de que os conceitos de traço e complexo podem, no melhor dos casos, a serem apenas vagamente descritos; o que, num contexto, é um traço, converte-se, noutro, em complexo. Que isso é verdade, pode-se ver pelo sempre crescente tamanho da lista de elementos-traços da Califórnia, onde o maior conhecimento da cultura e o contínuo emprego da lista de traços deram como resultado que o investigador fixasse como elementos muitas subdivisões de complexos que primeiramente tratara como unidades. Mas para Geertz, (1988), a crítica que assinala que esses conceitos não se podem senão vagamente definir não é, entretanto, sério, já que não é de modo algum indesejável certa flexibilidade no seu uso.

De acordo com Dobzhansky 1941 , o fato importante é que, quando se tem de estudar a cultura de modo objetivo, especialmente no que afeta aos problemas nos quais não entram considerações psicológicas, tal como ocorre ao fazer o mapa das dispersões, é impossível agir sem alguns conceitos, como, por exemplo, traços e complexos. Que um traço seja num contexto seja noutro um complexo, significa apenas que as bases de juízo se deslocam nos termos que o problema exige.

Os conceitos de traço e complexo, que se verificou serem especialmente úteis nos estudos de dispersão, são básicos quando se empreende a tarefa de fazer o mapa das áreas culturais. Áreas culturais foram distinguidas na América do Norte e do Sul, na África e na Ásia, e podem ser consideradas como abrangendo as divisões principais reconhecidas nos agrupamentos comuns das ilhas do Pacífico, da Polinésia, Micronésia e Melanésia. A habilidade dos investigadores para localizar feixes de complexos nas culturas de uma determinada região, por assim dizer, tem muitas implicações na teoria cultural. Mas Herskovits, (1969), demonstra a universalidade do empréstimo, indica uma base ecológica da cultura e tem sido usada numa tentativa de mostrar como, em cada área, a cultura característica atinge uma "culminância" entre as tribos que evidenciam suas mais típicas e concentradas formas.

Em geral, no entanto, o conceito de área cultural é utilíssimo nas descrições de culturas que residem num único plano de tempo. Não foi empregado com êxito para estudar a dinâmica cultural, onde a profundidade de tempo é essencial.

De acordo com Claval, (1989), as áreas culturais são como os traços e os complexos, elaborações. Não são notadas pelas pessoas que nelas vivem, porque, para um indivíduo, o modo de vida de seu grupo, parece inteiramente diferente dos costumes de outros povos, até mesmo dos vizinhos.

Isto, entretanto é questão de perspectiva. Quando mais próximo se acha alguém de uma cultura, mais importantes são para ele as pequenas diferenças entre essa cultura e outras contíguas. Para o investigador que contempla um panorama continental, essas diferenças, no entanto, se fundem nas mais amplas semelhanças que assinalam corpos de costumes de vastas regiões. Dois conceitos ajudam a delimitar as áreas culturais tal como comumente se emprega: o centro cultural e a região marginal.

Estes, por sua vez, ajudam o pesquisador, e seu uso não implica que a cultura das tribos que estão no centro seja "mais rica" que a das margens da área. Isso é antes questão que se refere ao típico. Significa que, à medida que alguém se afasta do espaço dos distritos em que as tribos, que podem ser consideradas como as mais típicas da área, estão localizadas, começam a aparecer diferentes traços e complexos até chegar a povos cujos costumes são o suficientemente diferentes para que se possam atribuir à outra área, segundo Dobzhansky 1941.

Qualquer que possa ser a posição de uma cultura numa área, e a despeito de poder ser decomposta, para fins de estudo, em traços e complexos, cada modo de vida segue padrões integrados de maneira que podem funcionar como conjunto. Os conceitos de padrão e integração são, assim, essenciais a qualquer teoria da cultura que se possa adotar.

De acordo com Herskovis (1969), a ação de submeter a padrão manifesta-se nas formas características assumidas pelas instituições de uma cultura as quais representam o consenso dos diferentes padrões de comportamento individual dos membros da sociedade cujas tradições se estão descrevendo. É essencial reconhecer que até mesmo as culturas mais simples têm muitos padrões. Esses representam diferenças no comportamento típico entre grupos baseadas em idade, sexo, situação e ocupação, para falar apenas de algumas. Sobrepõe-se às vezes, como o fazem todos os demais fenômenos culturais. E, não obstante, quando isolados, mostram uma desconcertante regularidade. São eles, num sentido muito real, que guiam todas as pessoas em seu trato diário. Porque, embora sendo abstrações, são não obstante, o suficientemente reais para poderem ser, e realmente são, usados inconscientemente para predizer o comportamento dos outros membros de uma sociedade. Como tais, sua importância na ciência da cultura é patente.

Traços, complexos e padrões, que descrevem a estrutura de uma cultura, estão em cada caso, tão estreitamente integrados, que, no concernente aos membros de um grupo, sua existência se desloca como uma unidade num *continuum* de tempo. O indivíduo vai, à medida que vive sua vida, de uma fase de sua cultura (como o percebeu o pesquisador) até à próxima, inteiramente despreocupado de que sua conduta esteja determinada por padrões dos costumes que ele aceita sem se dar conta de que os segue. Tão estreitamente entretecida é a trama de uma cultura, que se pode começar por qualquer parte uma descrição de um modo de vida. Se as relações de um objeto, um costume, uma instituição se seguem até suas últimas e definitivas associações dentro da cultura da qual fazem parte, todos ou quase todos os elementos dessa cultura terão sido levados a ocupar seu posto no quadro total.

Para Johnston (1983), este fato da integração da cultura dá significação a um corpo de costumes para todos os que vivem de acordo com ela. De maneira mais importante, essa característica da cultura responde pelo ajustamento dos indivíduos cujas vidas estão ordenadas segundo os padrões da mesma. A desmoralização pode ser considerada como resultante de graves perturbações do equilíbrio obtido na integração de uma cultura.

O conceito de integração da cultura deu origem a várias hipóteses concernentes à cultura como uma totalidade a estudar em termos de sua unidade fundamental. A concepção dos funcionalistas, que davam importância à inter-relação de todos os elementos da cultura, é um desses pontos de vista. Conceitos tais como o da configuração cultural ou da cultura encoberta, ou dos temas culturais ou das sanções culturais têm sido trazidos como instrumentos com os quais se deveria alcançar e analisar essa sutilíssima faceta da cultura. Essas diretrizes que sustentam boa parte do comportamento de um povo encontram-se em todos os grupos. Em que extensão é possível descrevê-las e fixá-las na base de critérios objetivamente verificáveis, é questão à qual só se pode responder após muita investigação.

O importante para uma teoria da cultura é que, qualquer que seja o modo de analisar uma cultura em seus elementos componentes, resta o fato de ser ela integrada e significativa, e é suprema expressão do processo de ajustamento essencial a todo povo, se quer sobreviver.

A CULTURA ESTÁ DIVIDIDA EM ASPECTOS

Os universais que identificam todos os corpos de costumes não se encontram unicamente nas estruturas da cultura. Podem também distinguir-se nos agrupamentos de instituições, denominados aspectos culturais, os quais são divisões da cultura, que atravessam as categorias compreendidas na concepção de área-padrão.

Esses universais representam diferentes maneiras de realizar os mesmos fins que todo povo parece ter considerado essenciais à sua adaptação no mundo, assim como ele o sente. Idearam-se vários tipos de categorias para descrever as divisões da cultura, que chamamos aspectos. Essas categorias diferem principalmente no que abrangem ou no grau de detalhe com que determinam os universais na cultura.

As séries de categorias empregadas nesta obra se dirigem das partes da cultura que satisfazem as necessidades físicas do homem, por meio das quais ditam as relações sociais, às instituições que explicam o universo e regulam a conduta individual, e, finalmente, às que proporcionam satisfações criadoras de ordem estética. O "esquema cultural" daí resultante é o seguinte: Cultura material e suas sanções Tecnologia Economia; Instituições sociais e Organização social Educação Estruturas políticas; O homem e o Universo e os Sistemas de crenças Controle do poder; Estética, Artes gráficas e plásticas e Folclore. Música, drama e dança e a Língua conforme Herskovits, (1969).

Do postulado da unidade e integração da cultura, Geertz (1988), cita que o básico em nossa teoria, deduz-se que os aspectos da cultura são mais distinguidos pelo pesquisador do comportamento humano que pelos que vivem sua vida diária impregnados dos padrões aceitos de sua cultura. A vida, é preciso reconhecê-lo, desloca-se com tal facilidade de um aspecto para outro como de um complexo cultural para o próximo. Em certo sentido, no entanto, os aspectos têm certa validade psicológica interna.

As pessoas distinguem um rito religioso de uma transação comercial puramente laica. Associaram o rito com seu sistema de crenças, associando as compras com os assuntos referentes à manutenção da vida. Isto não significa que os deuses da praça do mercado não existam, ou que os servidores do sobrenatural não devam levar em conta os fatores econômicos ao proporcionar as mercadorias e os serviços necessários nas cerimônias religiosas.

A questão de se é possível ou não tratar separadamente os aspectos da cultura ou de se a análise se deve centrar nas instituições transversais aos aspectos é, em grande parte, uma questão de problemática e de ponto de vista. Na medida em que os que vivem uma cultura pensam sobre certas classes de atividades como pertencentes a uma determinada área de experiência, os aspectos têm realidade cultural; como igualmente, quando o investigador encontra problemas que devem ser analisados essencialmente dentro dos confins de um aspecto dado, é possível dizer que deve isolá-los dos outros. Os exemplos apresentados sugerem que os aspectos têm certa validade psicológica.

Para Dobzhansky 1941, o fato de haver disciplinas inteiramente dedicadas a tratar dos problemas de economia, de estruturas sociais, política ou religião, arte ou língua, indica que se podem estudar com proveito muitas questões sem que o pesquisador precise sair de um determinado aspecto da cultura. Muitos problemas dessa natureza foram extensamente indicados nos capítulos em que se trataram um após outro, os aspectos da cultura. Os problemas referentes ao caráter de um determinado gênero de fenômeno cultural, à variedade de suas formas, às linhas segundo as quais se desenvolveu, a sua distribuição, são apenas alguns dos que se devem considerar aspecto por aspecto. Não é esse, entretanto, um argumento para superespecialização.

Segundo Johnston, (1983), a experiência de toda ciência ensina que não há fenômeno que possa ficar efetivamente fechado num departamento separado. No caso da cultura, que se desloca numa corrente histórica que mistura de modo inextricável todos os elementos da vida diária do indivíduo, é essa uma consideração de primeira ordem. Apesar disso, têm-se estudado com proveito muitos problemas em termos de um único aspecto da cultura.

Aqui também, por conseguinte, devemos concluir que, embora os aspectos tenham realidade e utilidade, não devem dominar o estudo da cultura. São importantes porque assinalam os universais da experiência humana, ajudando assim a compreender a natureza e funcionamento da cultura em conjunto. Não podem, por si mesmos, dar-nos as respostas que procuramos no estudo da cultura. Fiar-se demais neles assim como negligenciá-los dará um quadro apenas parcial de como age e é a cultura. Usados em perspectiva, e como uma das muitas maneiras de abordar o estudo, sua realidade adquire vida, proporcionando-nos com discernimento o que, de outra forma, seria impossível obter.

A CULTURA É DINÂMICA

Conforme, Geertz (1988), a mudança é uma constante na cultura humana. Deve, não obstante, estudar-se sempre contra o fundo da estabilidade cultural. Até mesmo no caso em que as mudanças possam parecer de longo alcance para os membros da sociedade em que se produzem, raramente afetam a mais de uma parte relativamente pequena do corpo total de costumes com os quais vive um povo. Assim sendo, veremos que os problemas da dinâmica cultural representam ao mesmo tempo um aspecto positivo e outro negativo. A mudança deve ser considerada em relação com a resistência a ela. As pessoas que aceitam novos modos de fazer certas coisas relutam em aceitar inovações que afetam outras facetas de seus modos de vida.

Para Dobzhansky 1941, nessas circunstâncias, os problemas de dinâmica cultural requerem uma análise das condições sob as quais o conservantismo e as mudanças dominam uma determinada cena cultural: como se desenvolvem essas atitudes para com o velho e o novo, o que é que condiciona a aceitação das inovações e como estas, uma vez aceitas, são modeladas pela matriz cultural em que estão acomodadas.

De acordo com Johnston (1983), a mudança pode provir de dentro ou de fora de uma sociedade. O desenvolvimento interno resulta da descoberta ou da invenção. As mudanças introduzidas de fora resultam de um processo de empréstimo ou transmissão cultural. Deu-se muito maior atenção a este processo quando mais não fosse porque é muito maior em qualquer cultura dada o que foi tirado dos modos de vida de outras sociedades que o originado dentro do próprio grupo.

Os processos de descoberta e de invenção são obscuros. Em alguns casos, deve-se atribuir a pura casualidade o fato de um indivíduo acertar numa nova técnica, num novo conceito ou numa nova crença. Noutros, a necessidade pode ter ditado a busca de algum método de resolver uma carência, porém, isso parece ter sido excessivamente exaltado. As invenções calculadas da cultura industrial euro-americano devem ser, na história do homem, consideradas como casos excepcionais do processo.

Por essa mesma razão, a identificação freqüente da palavra invenção com os elementos cultural materiais deve ser considerada como fora de perspectiva, já que algumas das inovações significativas de um caráter não material devem ser tidas como psicologicamente pertencentes a essa categoria.

A mudança foi tida em conta desde os começos da antropologia científica. Segundo Claval (1989), os evolucionistas postulavam uma ordem unilateral de desenvolvimento na cultura, a qual dá importância à unidade psíquica da humanidade, destacando assim a importância dos fatores internos que elaboram a mudança. Mais tarde, como reação a essa posição, os difusionistas frsaram a maior propensão do homem para tomar emprestados que para inventar elementos culturais. Uma posição mais razoável foi, entretanto, a de que nem a origem independente nem a difusão podiam por si mesmas ser tidas como responsáveis pelas mudanças encontradas em cada cultura, mas que ambos os processos devem ser aceitos ao estudar as formas manifestadas por uma cultura num tempo determinado. Frisar demais um deles em detrimento de outro mais deforma a perspectiva que auxilia a sua compreensão. Da mesma forma, se não se considerarem ambos os processos, a distorção daí proveniente invalida as hipóteses da cultura.

A transmissão cultural foi tão amplamente estabelecida que deixasse de ter sentido a controvérsia sobre a difusão, exceto quanto aos modos específicos de empréstimo de elementos particulares efetuados por determinados povos não históricos — isto é, ágrafos — que se estejam estudando. A técnica que colocou a mudança cultural acima de toda discussão foi a análise da distribuição de traços e complexos culturais em áreas restritas. Isso demonstrou plenamente o que foi assinalado em nosso estudo da área cultural: que as culturas contíguas apresentam mais semelhanças que as que estão afastadas uma da outra. Não se pode inferir de tais achados a não ser a hipótese de que as semelhanças se devem à difusão, e que, quanto maior é a oportunidade do empréstimo, mais se parecerão entre si as culturas que estiveram em contacto. Isto mal surpreenderá se tiver em conta o princípio de que a cultura se aprende. Não obstante, a história da teoria antropológica testemunha que muita controvérsia precedeu a aceitação do empréstimo como fator na mudança cultural.

Enquanto não se empreendeu o estudo da mudança em marcha, todas as teorias de dinâmica cultural foram necessariamente hipotéticas. Com a aceitação da mudança cultural como um fato, a antropologia, que atinge o limite das hipóteses ao analisar dispersões e reconstruir a história não registrada, buscou, para maior esclarecimento, situações em que os povos estivessem realmente em contacto. Se as investigações dos resultados finais da mudança cultural, por meio da análise da dispersão dos elementos culturais, são denominadas estudos da difusão, poder-se-á então chamar a essas pesquisas que tomaram como objetivo a mudança em marcha, de pesquisas de aculturação. Representam elas um avanço substancial no sentido da realização de um método de estudo científico da dinâmica cultural. Chegou-se obviamente mais perto do método empregado pela ciência, que compreende tanto observações diretas do processo como o estudo dos resultados finais, quando as reconstruções hipotéticas da mudança deram lugar às observações de culturas em mudança.

Para Herskovits (1969), os estudos da transmissão cultural em marcha demonstraram que o empréstimo nunca está desprovido de discriminação, sendo, pelo contrário, seletivo. Em algumas situações de contacto, os elementos podem ser tomados em massa; noutras, a resistência a qualquer empréstimo pode ser muito forte. Dois dos mais importantes mecanismos, úteis para determinar o quê e quanto será tomado de empréstimo, são chamados foco cultural e reinterpretação. A hipótese de foco cultural deriva do fato observado de que diferentes culturas mostram um crescimento mais exuberante em alguns aspectos que noutros. São evidentes que esses aspectos focais são aqueles em que as pessoas estão mais interessadas, sobre os quais, portanto, discutem, sendo assim mais receptivas às inovações nesses aspectos que noutros, em que as formas culturais e particularmente suas sanções tendem a ser tomadas como coisa natural. Assim sendo, sob livre contacto, os elementos de fora serão mais rapidamente aceitos se integram no aspecto focal que quando isso não ocorre; e o mesmo princípio é aplicável às inovações que se originam dentro da cultura.

Por outro lado, onde a situação é tal que um povo tem elementos de uma cultura estrangeira adquiridos por pressão, a reinterpretação permite a persistência de modos anteriores de forma mudada. Esse mesmo processo de reinterpretação sob livre empréstimo faz com que um elemento cultural recentemente aceito tome a forma que está de acordo com padrões preexistentes da cultura. Isso, no entanto, apenas descreve o que acontece. Para achar a explicação desses processos voltem novamente ao fenômeno psicológico da endoculturação: neste caso, a endoculturação da vida adulta na qual a escolha deve ser feita pelos membros adultos de uma comunidade. As reações dos indivíduos diante de qualquer inovação são as que determinam o que será ou não tomado, assim como as maneiras pelas quais o processo reinterpretativo dará forma às inovações. Essas reações, não obstante, provêm do condicionamento cultural dos indivíduos, que são os agentes da mudança. Temos, então, um mecanismo psicológico que dá validade à anterior formulação usual dos processos de empréstimo, expressada unicamente em termos de cultura, a qual afirma que os novos elementos culturais são adquiridos na medida em que estão de acordo com os padrões preexistentes, mas sofrem modificação a fim de se adaptarem à sua situação cultural.

A CULTURA É UMA VARIÁVEL

A variabilidade na cultura é, ao mesmo tempo, uma expressão de sua qualidade dinâmica e dos meios pelos quais se realiza a mudança cultural. Segundo Dobzhansky 1941, a variação cultural manifesta-se por si mesma em duas maneiras. A primeira é óbvia, e pode ser resolvida com breve comentário. Refere-se à variação na cultura humana como conjunto, evidenciada nas muitas maneiras inventadas pelos diferentes povos para a obtenção dos mesmos fins. Esse gênero de variação foi estudado em relação a um determinado número de questões tratadas neste livro, e, na verdade, não é tanto uma expressão de variação como da variedade dos costumes. Por que se chegou a produzir o grande número dessas variedades existentes, por que persistem e como se alteram são algumas das perguntas básicas às quais a ciência antropológica está tentando responder.

As respostas que lhes damos, devem na verdade e em maior medida do que se pensava derivar da análise do segundo gênero de variabilidade cultural, a variação que se expressa nas diferenças de comportamento dos indivíduos membros da mesma sociedade. Nem sempre é fácil, quando se estudam culturas exóticas, ver que não existem duas pessoas que se conduzam exatamente da mesma maneira, nem mesmo sendo o grupo pequeno, isolado e conservador. Enquanto os métodos aperfeiçoados da investigação de campo não permitiram aos antropólogos deitar abaixo o conceito do conservantismo extremo dos povos primitivos não se conseguiu fazer reconhecer esse fator de variação e converter-se em instrumento de pesquisa de campo, foste resultado tornou, não obstante, possível um dos principais avanços na ciência antropológica.

Mas para Geertz, (1988), quanto menor é a unidade social, menos variação se encontrará na conduta de seus membros. Um agregado familiar apresenta menos variação que um grupo local, o qual, por sua vez, tende a ser mais homogêneo que um agrupamento regional. Isso indica a importância do tamanho bruto da população como um fator da complexidade cultural. À medida que aumenta a amplitude de variação na cultura, mais oportunidade há para se desenvolverem novas facetas do corpo de costumes preexistentes. Pode-se ver quão importante é o tamanho da população pela maneira que, segundo se verificou, está correlacionada com a produtividade econômica de um grupo, de modo que, quanto maior é a sociedade, maior será seu excedente econômico com relação às necessidades de sua subsistência e maior seu grau possível de especialização em todos os aspectos da cultura.

Certas variações são, no entanto, mais importantes que outras. Cada desvio individual dos modos aceitos pode ser considerado como uma força potencial para influenciar a direção da mudança numa cultura. Essas variações podem ser de fato, consideradas como pequeníssimas inovações aceitáveis ou descartáveis por uma sociedade. Uma determinada variação adotada altera, na mesma medida, um padrão existente antes da variação entrar em cena. Poderá ela substituir ou suplementar um tipo anterior habitual de reação, ou proporcionar uma nova forma alternativa de conduta aceita. Aqui a hipótese do foco cultural entra de novo em nosso estudo, já que explica por que razão nos aspectos da vida em que os interesses é mais vivos e entram com mais frequência no pensamento consciente de um povo torna-se evidente a maior variação dos costumes.

Sendo as variações obra do acaso, e sendo impossível predizer os acontecimentos históricos que darão forma ao curso de uma determinada cultura, deve-se ter em conta o fator acidente. Na cultura, "desenvolvimentos acidentais" não quer dizer que se produzam fora do amplo círculo de causa e efeito. São antes os acontecimentos que não se poderiam prever, nem mesmo no caso em que toda a informação utilizável referente a uma cultura num momento de sua história se tivesse à mão. No essencial, os acidentes no desenvolvimento cultural têm que se referir a contactos entre povos que levam a uma das partes elementos culturais inteiramente novos para seus indivíduos, os quais afetam seu modo de vida de forma que não poderia ser por eles prevista. Nesse sentido, entretanto, as invenções e as descobertas que altera em grau apreciável um modo de vida e chegam inesperadamente aos membros de uma sociedade podem ser também considerados como acidentes culturais. Todos eles alargam a base da cultura, introduzindo novas variáveis. Esta é talvez, a razão que apóia a observação comum de que o contacto cultural estimula o crescimento cultural.

Numa cultura relativamente intacta, certas variações casuais de conduta individual têm mais significação que outras por causa do fator de foco cultural. O processo resultante se expressa no conceito de impulso cultural. Percebido primeiro no estudo da língua, o fenômeno distinguiu-se igualmente na cultura como conjunto. A maior parte das variáveis casuais na cultura desaparece com o indivíduo que as manifesta. As que não desaparecem, e são adquiridas por outros membros de uma sociedade, tornam-se acumulativas. Isto é verdade especialmente no aspecto focal de uma cultura. Culturas a esse respeito examinadas apresentavam as maiores mudanças, ou seja, manifestavam o maior grau de variação, e os mais decisivos exemplos de impulso, nas fases da vida predominantes nos interesses do povo.

A CULTURA APRESENTA REGULARIDADES QUE PERMITEM SUA ANÁLISE PELOS MÉTODOS DA CIÊNCIA

Segundo Herskovits (1969), o fato de que se possam fazer generalizações dessa espécie a respeito da cultura traça um caminho da controvérsia acerca de se saber se esta deve ser estudada como história ou como ciência. A primeira forma de abordar o estudo intensifica o caráter único do desenvolvimento histórico de cada cultura. A segunda acentua a classificação e a análise de semelhanças e diferenças entre formas culturais, com o fim de poder chegar às generalizações válidas que permitem a predição em relação à cultura como um todo. As duas posições, entretanto, não se excluem mutuamente. Admite-se que o desenvolvimento histórico de cada cultura é único, no sentido de que uma particular seqüência encadeada de efeitos nunca se repete, assim como nunca duas sucessões encadeadas se resolvem em formas culturais idênticas. Disso se deriva a validade da afirmação de que a antropologia é uma disciplina histórica.

Continua, não obstante, sendo verdade que, como no caso de outras ciências históricas, tais como a astronomia e a geologia, as generalizações foram obtidas seguindo os processos do método científico. Na ciência da cultura, portanto, a história não se pode opor à ciência. Mas para Dobzhansky 1941, os desenvolvimentos históricos devem ser antes considerados como provedores das contrapartes antropológicas das situações de laboratório por meio das quais os cientistas, trabalhando em física, química ou zoologia, conseguem controlar os dados que estudam. Através da análise do desenvolvimento das sucessões históricas únicas, e de uma compreensão das formas de culturas nas quais se produziram, podem-se enunciar amplas e adequadas generalizações que sirvam de testemunho de acordo com os modos empregados pela ciência. As leis, não obstante, devem ser leis de processos; as formas culturais que representam seus resultados finais devem ser consideradas não como fixas, e sim como variáveis cujos limites são fixados pelas probabilidades que um determinado tipo faça surgir de uma dada concatenação de circunstâncias. Nesses termos, a predição é bem possível. Produz-se na vida diária, quando, inconscientemente, dentro de limites bem estreitos, predizemos como um homem ou uma mulher de uma determinada sociedade se comportará em determinada situação. Para Geertz, (1988), pode-se fazer uma predição de maior amplitude, de grande segurança acerca da maneira em que agirão certos processos dinâmicos sob contacto cultural. Conhecidas as características das culturas de dois povos que se encontram, fazemos uma idéia bastante clara dos limites dentro dos quais se manifestará o amálgama resultante dos traços culturais. Assim, o que a ciência antropológica pretende é contender ao mesmo tempo com ambos os fatores, histórico e científico. Por meio do estudo da cultura em ambas as frentes, surgem técnicas e conceitos que nos permitem, de maneira cada vez mais segura, afirmar e compreender concomitantemente as leis gerais da dinâmica cultural e as particulares seqüências de encadeamento histórico que fazem de cada corpo de costumes o complexo único de sistemas de crença e de conduta sujeitos a padrão que lhes dá sua identidade como modo de vida identificável.

A CULTURA É O INSTRUMENTO POR MEIO DO QUAL O INDIVÍDUO SE AJUSTA A SEU CENÁRIO TOTAL E ADQUIRE MEIOS DE EXPRESSÃO CRIADORA

De acordo com Geertz, (1988), o processo endoculturativo abrange todo esse aspecto da adaptação do indivíduo recém-nascido ao grupo do qual se tornará membro; e ainda mais. Esses ajustamentos que uma pessoa deve fazer com relação aos membros de seu próprio grupo, a começar pela família, e incluindo, mais tarde, agregados da mais variada espécie, são importantes porque o preparam para ser um membro plenamente atuante da sociedade. É ele o que comumente se designa como o processo de socialização.

A experiência endoculturativa abrange, entretanto, também, as reações diante de aspectos da vida que, como expressões do impulso criador, são unicamente reações secundária às estruturas sociais que fazem da sociedade uma unidade organizada. O indivíduo está endoculturado nos padrões de música e de arte e de dança, nos quais a auto-expressão tem mais livre exercício que noutros aspectos da cultura; a especulação acerca do universo e das forças que o governam entra também nessa categoria mais ampla.

Contudo para Herskovits, (1969), as instituições que marcam os padrões de comportamento sancionados dos grupos humanos podem ser consideradas como expressões externas das mais profundas, geralmente não reconhecidas, séries de motivos sustentadores das formas de comportamento que circundam a esfera de atividade cultural no plano descritivo. Tem havido muita discussão acerca de saber se essas instituições que vão estruturar os aspectos da cultura representam métodos padronizados de satisfazer as necessidades dos seres humanos. Alguns estudiosos dão importância ao modo pelo qual a cultura preenche as necessidades biológicas do homem, ao passo que outros exaltam a grande proporção do conteúdo de toda cultura que com dificuldade pode, se o consegue preencher essa função.

Os que defendem a idéia da base biológica da cultura, nesse amplo sentido, apontam para fenômenos tais como os impulsos congênitos do animal humano, que se devem satisfazer mediante a continuidade do fornecimento de alimento e da regulamentação da conduta sexual. Referem-se eles à função das estruturas sociais que proporcionam a educação dos jovens e os preparam para ser novos membros da sociedade; também as estruturas políticas como meios de assegurar a ordem interna, e a proteção contra os perigos que vêm de fora, que toda sociedade costuma ter. E, no entanto, em muitos desses aspectos, e até mesmo em maior extensão nas atividades criadoras dos seres humanos, particularmente nas artes, torna-se difícil saber as necessidades biológicas que se satisfazem. Uma cultura parece ser, com muita freqüência, um sistema que torna mais difícil atingir um desejado fim. Ao considerar esse problema, não se pode esquecer como os povos se negam a admitir o que parece obviamente eficaz aos estranhos segundo Geertz, (1988).

Toda cultura funciona de modo tão importante ao satisfazer as necessidades psicológicas dos que vivem de acordo com ela, como atender às exigências que provêm da constituição física do homem. Isso não significa absolutamente que a cultura só regule a satisfação das necessidades ditadas pelas características congênitas do homem, pela natureza da sociedade humana, ou pelas exigências do *habitat*, pois que tem também muito em conta as necessidades que podem, não só estar relacionadas com as exigências do organismo, como em sua compulsão podem até mesmo ir de encontro a elas. O impulso para o prestígio é, por exemplo, dessa natureza; e seriam tão difíceis de negar suas conseqüências de longo alcance ao ordenar as formas culturais como o seria negar a força da necessidade de ter a certeza de um constante e adequado fornecimento de alimentos. Nenhuma teoria válida da cultura pode, portanto, deixar de levar plenamente em conta tanto essa necessidade como as exigências primárias de alimento, abrigo e outras, ao se explicar a função cultural de ajustar o indivíduo ao modo de vida de seu grupo.

E, no entanto para Geertz (1988), embora a cultura seja o instrumento através do qual os seres humanos se adaptam a sua situação total, não se deve jamais conceber como reduzindo o indivíduo a um estado inerte ou passivo no processo. Em realidade, o processo de adaptação é circular e infinito; é um processo de integração entre o indivíduo e seu grupo em termos de sua endoculturação a seus padrões preexistentes. Esse ajustamento é favorecido pela faculdade criadora, que, como expressão fundamental da inquietação do indivíduo ao enfrentar os modos de comportamento de seu grupo, permite-lhe exercer vários modos de auto-expressão, e estender, assim, o campo de ação de sua cultura sem deitar por terra suas orientações básicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos e a problematizações que no estudo da Cultura, nos ocuparam neste artigo, podem, em seu mais amplo sentido, chamar-se históricos e nos levam a um dos mais controvertidos temas que assinalaram o crescimento da ciência geográfica e também da ciência antropológica.

Contudo uma ciência da cultura deve, entretanto ter em conta todos os modos de acesso a seu estudo seja ele por base teórica e ou metódica. Com isso ele se torna básico como o estudo das formas, processos, funções e estruturas culturais para as Ciências Humanas e, mais ainda a Ciência Cultural torna-se indispensável para a análise da integração cultural abarcando por meio dos entendimentos cognitivos atravessadamente pela psicologia da cultura, que dá um suporte ao pensamento subjetivo da Cultura.

Sem a apreciação do significado das categorias de análise acerca da cultura não seria possível levá-la ao entendimento de que se ela existe no espaço e na sociedade, que compõem a paisagem, então se entende que a Ciência Cultural reflete, no entanto, isto é, o espelho da sociedade que tem em sua estrutura a construção cultural – denomina-se como “dinâmica da Cultura”.

Porém, à medida que se estuda a cultura e consideram-se os vários modos de abordá-la, sabemos que seu estudo é também dinâmico. Daí a cultura torna-se parte integrante do território como meio de uso para identificar as territorialidades.

REFERÊNCIAS

- BETTANINI, T. **Espaço e Ciências Humanas**. trad. L. Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996
- _____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BUTTIMER, A. **Geography and the Human Spirit**. London: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUSC, 1999.
- CERTAU, M. De, G. L. & MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano Tomo I - II**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CORREA, L. R. & ROSENDAHL, Z.(orgs) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- DOBZHANSKY, T.H. **Genetics and the Origin of Species**. New York, 1941

- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas T. da Silva. RJ: Ed. DP&A, 2003.
- HERSKOVITS, M., **Man and His Works**, Antropologia Cultural, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1969,
- JOHNSTON, R. J. **Philosophy and Human Geography – An introduction to Contemporary Approaches**. London, Edward Arnold, 1983.
- MAYR, E. **Systematics and the origin of Species**. New York, 1942.
- MERLAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- STEIN, E. **Aproximações sobre Hermenêutica**. 2ª. edição, Coleção Filosofia 40, EDIPUCRS, 2004.
- TUAN, Yi-Fu **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores de Meio Ambiente**, Tradução Livia de Oliveira, São Paulo: Difel/Difusão Editorial S/A, 1980.

LAZER E TURISMO EM CONEXÕES COM ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Luzia Neide Coriolano

Édima Aranha Silva

INTRODUÇÃO

O lazer, expressão e manifestação da sociedade contemporânea, em forma de turismo, esporte, arte, dança, folclore, festa e *show*, ocupa cada vez mais centralidade no mundo contemporâneo, contrapondo-se ao que movimenta a sociedade industrial - o trabalho. Mudanças de concepções, de visões de sociedade e mudanças no trabalho impõem transformações à sociedade e ao capitalismo, que se torna parasitário ao tempo de fazer surgir contrapontos e esperanças de variações (BAUMAN, 2010). O trabalho é paradigma da sociedade industrial e seu oposto - o lazer - passa a ser protótipo da sociedade flexível. Na medida em que o trabalho faz-se precário e o desemprego aumenta, a economia hegemônica produz experiências comunitárias alternativas de economia solidária e de comunhão, em contrapontos. O lazer e o turismo globalizados, da sociedade industrial, transformados em mercadorias, são enfrentados com formas diferenciadas de ócio ou uso de tempo para entrega a si mesmo, recreação, sonho, criação de outros lazes e turismo, diferenciadamente, por ser de forma comunitária.

A modernidade da sociedade industrial torna o trabalho referência fundamental, justificada, como necessidade e contribuição à realização humana, fazendo crer que o trabalho dignifica o homem. Mas, à leitura do pensador chileno, contemporâneo, Max-Neff (2012), faz entender que uma sociedade que almeje satisfação das necessidades humanas fundamentais transcende a racionalidade convencional, e o trabalho não é necessidade, é “satisfator” ou forma de satisfação da necessidade e são os “satisfatores” que definem o modo de vida da sociedade. Trabalhar não é necessidade: é forma de satisfação das necessidades humanas para subsistência, que a sociedade capitalista contraditoriamente acaba por levar à alienação, posto que predomine o trabalho voltado à acumulação e a exploração da força de trabalho, pelo que uns escravizam os outros. Teóricos críticos da modernidade apontam a emergência de caminhos diferenciados aos da economia hegemônica com propostas sociais, políticas empreendedoras e inéditas.

O texto apresenta reflexões sobre transformações por que passa a sociedade, metrópoles, a vida humana, o modo de viver, ou seja, trabalhar e, em especial, o lazer fugindo dos ditames da sociedade que sintetiza as ações humanas no puro consumo. A pós-modernidade muda as expectativas da vida e as formas de encará-la, e conforme Bauman (2004) destrói a solidez pautada na lógica racional. Assim, trabalho e relações de troca que transformam tudo em mercadoria encontram, no lazer, no trabalho comunitário e na partilha dos resultados, formas alternativas de economia solidária e comunitária. A sociedade pós-moderna parece estar em total desalinho com o capital e com a economia hegemônica.

Nessa sociedade, lazer e turismo significam práticas sociais cada vez mais estereotipadas, sedutoras e ambíguas que exercem crescente influência sobre o conjunto de atividades da vida cotidiana. As necessidades e desejos humanos entre os quais ócio e lazer metamorfoseados em consumo, geram inquietações sobre os que buscam mudanças sociais. A sociedade industrial, ao negar o ócio associando-o à preguiça, improdutividade e inutilidade do modelo de desenvolvimento econômico, para priorizar capital, dá sinais de crise e aponta para perspectivas de reconstrução de valores e ações associativas, de comunidades solidárias, valorização da cultura local, do lazer como vetor do desenvolvimento na escala humana.

ÓCIO, LAZER E TURISMO EM CONEXÕES

Ócio é considerado necessidade humana fundamental, faz parte da vida de todos, sem distinção de classe, raça, cor ou credo, é invenção do ser humano. Daí afirmarem Aquino e Martins (2007) ser ele tão antigo quanto o trabalho. No entanto, modernamente, é ameaça ao capitalismo, por associado à inutilidade e improdutividade, distanciando-se de necessidade vital axiológica.

Cada pessoa é um ser especial, e, segundo Neff (2012, p. 34) possui “necessidades existenciais, ou seja, necessidade de ser, ter, fazer e estar e necessidades axiológicas como as de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, identidade, liberdade, ócio e de criação”. As necessidades são apenas essas, em todos os lugares e em todos os tempos. O ócio é uma dessas necessidades enquanto o lazer e o turismo vendidos como mercadoria são necessidades induzidas, identificando-se como produtos mercantilizados. Turismo é lazer em viagem, além de consumo em toda cadeia produtiva, em agências de viagens, hotéis, restaurantes, espaços de lazer e *shoppings* e espaços de consumo. Afirmam Aquino e Martins (2007, p. 482) que o ócio integra a forma de ser de cada pessoa “sendo expressão de identidade, e que a vivência do ócio não depende de alguma atividade, nem do tempo, nem do nível econômico ou da formação de quem a vivencia, mas está relacionado ao sentido atribuído por quem a vive, e conectado à emotividade”. Daí ser o ócio atividade pessoal, criativa, voluntária e libertadora, essencial ao ser humano.

Com o advento da Revolução Industrial, o ócio se realiza em tempo livre, subtraído ou conquistado, historicamente, da jornada de trabalho profissional e assim perde a espontaneidade, passa a estilizado e vendido como mercadoria. O modelo produtivo transforma tudo em indústria e o próprio ócio é visto como mercadoria da indústria do lazer; subsume o ócio que se faz lazer, objeto de consumo. As resistências ao lazer consumo fazem permanecer as autênticas festas de rua, rodas de prosa, cirandas e brincadeira, lazer nas calçadas, conversas informais com vizinhos e amigos, entrudos, cavalhadas, festas folclóricas, entre outras brincadeiras, ou ócios populares. Assim, o lazer cotidiano, espaço de criatividade humana, sobrevive como atividade não capitalista, à margem da indústria do lazer na sociedade moderna. Explicam pensadores que lazer é contraposição ao trabalho, pois o tempo ocupado pelo trabalho fez surgir tempo livre ou liberado preenchido com atividades prazerosas para recomposição da força de trabalho. Essas circunstâncias dão ao lazer dimensões de negócio, empreendimento rentável, comércio lucrativo que mobiliza instituições, equipamentos, produtos e ocupações, produção de espaços especiais para sua realização, além da proliferação de hotéis e *resorts*, clubes, agências de viagens, excursões, pacotes, parques de diversões e academias. Passa assim o lazer a integrar o modo de vida moderno exigindo intensa dinâmica, embora não se restrinja apenas à reposição das forças de trabalho despendidas em longas jornadas do labor industrial, relacionando-se, sobretudo com a visão de mundo moderno e sociabilidade urbana.

O turismo, por sua vez, cada vez mais deixa de ser pensado como privilégio de poucos, passando a direito de todos e forma cultural de expressão de lazer na contemporaneidade. Lazer que requer humanização de lugares contrapõe-se ao criado como mecanismo de reprodução econômica ou do capital financeiro e imobiliário, na produção de espaços turísticos direcionados ao lazer, pois, sem domínio do espaço não há lazer moderno. Ele deixa de ser atividade inerente à vida, ao cotidiano, e passa a atividade econômica propícia à acumulação. Exige territórios específicos, que na verdade se confundem com espaços de consumo. Os shoppings são simultaneamente espaços de lazer urbano, sobretudo espaços de consumo, de acumulação, afirma Padilha (2006, p.31) e, assim, os *shopping center* são “templos de consumo e lazer, transformados nos principais espaços urbanos de ocupação de ‘tempo livre’ de camadas privilegiadas da população e lócus de realização do capital”. Contudo são muitas as críticas ao lazer mercadoria e consumo que faz perder as possibilidades de criatividade de ócio e, como afirmam Gomes e Elizalde (2012, p. 76), por essa via a relação que cada pessoa estabelece com seu próprio lazer tende a ser passiva, de consumo alienado, marcado por forte tendência escapista e sobreconsumidora”.

Mas esse comportamento não é de todos, lembra Zaoual (2003, p.21), “as pessoas sentem necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento”, esses são seus lugares e não lugares comercializáveis como: cinema, teatro, casas de jogos eletrônicos, parques de diversões, pista de patinação, casas de shows, espaços que não são das pessoas, mas da tecnologia e do capital, com a finalidade específica para negócios, comércio e lucro. Afirmam Padilha (2006) que é pretendida a circulação da mercadoria, e assim se produzem espaços diferenciados pelo consumo: lazer e aquisição de produtos e serviços capitalistas, pois são as “catedrais do consumo”. Não se pode negar, contudo, o lazer como oportunidade de convívio humano, de encontro, amizade e de canalização das potencialidades humanas. Meister (2005, p. 15) relaciona lazer com prazer de viver:

Toda atividade de lazer é uma atividade de prazer, prazerosa, uma realidade de valores. Tanto o lazer como o prazer são atividades valiosas. Realizamo-las porque estão dentro de nossas expectativas de realização de vida.

Mas a vida moderna termina por alienar o homem, “como se esta fosse uma condição humana, com sequência de alienações de hábitos, do sexo, do tempo livre, dos meios de comunicação e do consumo” (WAICHMAN, 1997, p. 22). E consequentemente a alienação do lazer. Para muitos, o lazer foi reduzido ao consumo de mercadorias de prazer, culturais e turísticas. O que leva Rolnik (2000, p.179) a mostrar a dificuldade de separação entre trabalho e lazer:

A concepção do lazer é contraditória pelo estilo de vida de nossa época em que prevalece, além de uma espécie de hedonismo de massa, a necessidade de conquistar o lazer a qualquer custo, da luta por um corpo feliz e saudável que requer empenho e esforço tão intensos quanto o trabalho. A ideia da malhação, de ficar o tempo todo em movimento para estar energizado e feliz, na verdade, comporta a noção de trabalho e de produção muito intensa. Não é possível imaginar o lazer como uma vivência simples, algo oposto ao trabalho.

A palavra lazer significa “lícito, permitido e poder fazer”, portanto atividade libertária, com oportunidade de descontração, espaírecimento, descanso, diversão e desenvolvimento da pessoa que rompe com o trabalho, buscando gratuidade e encontro. No entanto, a sociedade de consumo transformou o lazer em mercadoria mudando-lhe significados. E assim a necessidade do ser humano de estar em harmonia com a natureza e com as pessoas, de dar e receber amizade, de amar e ser amado, de brincar e de conviver é substituída pela necessidade de consumo, de poder, de acumulação.

A produção urbana promove cidades segregadas, estratificadas, onde predomina a sensação de correria, estresse, cansaço, agressividade. Assim, a produção de espaços específicos de lazer torna-se necessária, como se somente pudesse ser realizado em lugares apropriados, separados e distantes dos trabalhos, e de casa. Nessa concepção, clubes, *resorts*, cinemas, parques, ou espaços especiais da cidade, praias, são lugares especiais de lazer, desde que não agregados ao do trabalho. A procura de lazer no meio rural, em meio à natureza, é decorrência desta visão, em que a cidade, para alguns, transforma-se em algo que agride, assusta e estressa residentes, não oferece segurança e nem é propícia ao lazer. Rolnik (2000, p. 181), analisando cidades e condições de lazer, relaciona diferenças entre o cotidiano e os espaços de lazer como explicação da valorização capitalista sobre lugares:

As concepções arquitetônicas e urbanísticas desse modelo de cidade exploram e acentuam as diferenças entre pontos qualitativamente excepcionais e o resto do espaço amorfo. Quanto maior é a diferença de qualidade de vida entre esses paraísos e a realidade cotidiana da cidade, maior valor terão no mercado imobiliário.

Os espaços de lazer urbano tornam-se focos de especuladores imobiliários que buscam acumulação rápida de renda da terra e associam-se aos empreendedores de empresas de lazer e turismo. São espaços apropriados para valorização do capital imobiliário. A especulação inicia com grilagem de terras, e se estende ao mercado de compra e venda de terrenos. As empresas articulam-se ao Estado e sistemas financeiros para viabilização de projetos de lazer e turismo. Muitas delas beneficiam-se de fatores externos como atratividade de paisagens e/ou vantagens locacionais, convertendo-se os benefícios em renda da terra. Nas grandes cidades, espaços públicos, teoricamente de todos, com lugares reservados para lazer, humanizados, perdem funcionalidade, quando capturados pelos setores privados, negando-se-lhes dimensão coletiva. Ruas e praças perdem a função de espaços de encontro, lazer e de brincadeiras para se transformarem em espaço de circulação da mercadoria ou habitação de famílias pobres, que invadem áreas como último recurso de usufruto da cidade grande. Assim, espaços de lazer de cidades tornam-se seletivos, permitida apenas a presença de quem pode pagar.

O turismo, em países periféricos segue dois eixos de forma explícita: turismo globalizado e de base local, revelando as contradições espaciais e jogos de interesses das políticas de turismo. A contradição materializa-se com a produção da metrópole e de espaços privatizados, elitizados, de luxo e na produção de territórios solidários de comunidades voltados para o turismo de convivência, troca de saberes e partilhas que promovem o que Max-Neef (2012) defende, há mais de quatro décadas, o desenvolvimento na escala humana. O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro aponta o turismo como atividade produtora de

espaço, detentora de territórios e dinamizadora de economias no contexto internacional, nacional e local. Contudo lugares e comunidades periféricos, inseridos na lógica capitalista, inventam o turismo pautado em princípios de economia solidária e, assim, a atividade é promovida em meio a jogos de interesses e contradições atendendo a demandas diferenciadas. No Brasil, o turismo tem sido realizado de forma a degradar, poluir e segregar e a conservar a natureza, culturas e identidades tradicionais; ocorre em lugares selecionados pelo capital, e em espaços periféricos; é realizado por grandes empresários e por grupos sociais com pouco capital, mas com grande capacidade criativa e, assim, instiga pesquisadores a questionarem discursos e práticas políticas da atividade.

O TURISMO DESCOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A sociedade brasileira se adaptou ao modo de vida urbano, industrial, realinhando-se celeremente à mundialização do capital, que concentra riqueza na mão de poucos, provocando consequências nefastas às camadas sociais pobres, com desemprego, aumento da pobreza e da violência. O modelo possibilita às pessoas e grupos acesso a bens e serviços essenciais e usufruto de recursos oferecidos no mercado, essenciais à satisfação das necessidades ampliadas pelo consumo, acesso à segurança, à justiça e a vida política, mas também negam-se a muitas oportunidades. No caso brasileiro, muitos ficam excluídos de acesso, da participação e do direito. O acirramento do processo instiga, por parte dos que sofrem choques ou contrastes produzidos pela dinâmica, a busca de caminhos que possam mitigar a chamada exclusão social. Surge assim, a economia solidária ou economia alternativa que se contrapõe ao modelo econômico dominante que não consegue satisfazer as necessidades humanas de grande parte da população.

Pensar economia solidária significa conceber projeto revolucionário que subverte o modelo econômico vigente. Economia solidária não consiste em modo definido e único de organização de unidades econômicas, senão processo multifacetado no qual se incorpora solidariedade e busca de modelo justo de sociedade. A filosofia que anima e dirige tal visão econômica é chamada pelos estudiosos de desenvolvimento na escala humana, por tirar o foco do capital e centrá-lo nas pessoas, em especial Max-Neef (2012). E, explicando o processo, Razeto (1998, p.4) diz tender-se a supor que a solidariedade se realiza depois de a economia cumprir sua tarefa e tenha completado o ciclo. Que o tempo de economia vem primeiro, para que bens e serviços sejam produzidos e, uma vez efetuada a produção, é o momento da solidariedade para compartilhar e ajudar os desfavorecidos ou fora do trabalho, aparentemente excluídos. A solidariedade começaria quando a economia tivesse terminado a tarefa e função específica. Seria colocada em prática com resultados – produtos e serviços – da atividade econômica, mas a atividade econômica em si não seria solidária. Razeto propõe exatamente o oposto, isto é, solidariedade introduzida na própria economia, nas diversas fases do processo econômico, na produção, distribuição e consumo.

O trabalho acabou por excluir muitos do processo produtivo que têm encontrado formas de sobrevivência exatamente na associação aos comparsas e organização com base no companheirismo, no associativismo e na solidariedade. A economia solidária propõe, entretanto, repensar as atividades econômicas como meio de desenvolvimento integral das pessoas e não fim em si mesma. Nuñez (1998, p.1) mostra que a grande diferença está no fato de que na economia solidária não é preciso esperar pela tomada de poder político para que as coisas aconteçam – ela mesma é parte da tomada do poder político, ela mesma é parte da revolução, da transição e da construção de modelo de sociedade justa. Trata-se de revolução social de caráter local ou municipal em que grupos e comunidades se organizam e compreendem que a grande revolução é criar mentalidade de colaboração e associativismo. No império de relações de competição e de dominação, redirecioná-las ao associativismo, cooperação e solidariedade significa verdadeira revolução, é subverter a ordem capitalista, afirmam defensores da economia solidária.

Habitantes de pequenas cidades, povoados, bairros e comunidades, nessa lógica, se consideram sujeitos capazes de interferir na realidade socioeconômica, com forte protagonismo na vida política e econômica, social e cultural. Organizam-se em associações, em grupos atuantes, formando movimentos sociopolíticos em busca de solução dos problemas locais pela falta de trabalho, de residências, de escolas e em defesa do meio ambiente, da cultura local, da melhoria de subsistência das famílias, de forma solidária. Promovem políticas para solução de problemas e assim surgem políticas alternativas, entre elas, as de turismo. Este é o grande diferencial: busca de soluções de forma coletiva ou solidária. A economia solidária ganha força no Brasil e renova a discussão sobre a organização comunitária em face da crise do trabalho e do movimento sindical cujo debate não se restringe a grupos “periféricos”: é de interesse do mundo acadêmico e

organizações não governamentais. Ampliam-se iniciativas solidárias e surge a figura do líder comunitário que passa a ser respeitado, quando não cooptado pelo modelo hegemônico. Líderes comunitários estão espalhados nas periferias das cidades, no espaço rural, nas comunidades, nos litorais, nos núcleos receptores de turismo de países ricos e pobres. Em projetos comunitários, a participação consciente é responsável pelo sucesso dos empreendimentos. As pessoas participam efetivamente de grupos, se engajam e fazem acontecer o que vai sendo pensado coletivamente. As comunidades crescem à medida que encontram mecanismos de desenvolvimento de ações de crescimento, maior poder aquisitivo e do nível de bem estar local. Os empreendimentos solidários são conduzidos pelas comunidades em benefício do coletivo: roça, bodega, escola, pousada ou micronegócio.

A economia solidária, para Vainer (2000, p.6) é a tentativa de juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. A sociedade de economia hegemônica é o mundo da competição, da concorrência, da guerra de todos contra todos. É nesse mundo que se vive. A competição é antissocial porque implica a negação do outro, afirma o biólogo chileno Maturana, diz Boff (1999, p.111). Pensar solidariedade na sociedade capitalista pode parecer contrassenso, mas também emblema do mundo globalizado.

Os espaços de solidariedade regem-se por outros fins, valores e práticas, daí por que a economia solidária é estranha ao pensamento e à prática política neoliberal, inspira-se na crítica da economia política clássica e na busca de alternativa ao capitalismo. Torna-se difícil projeto de solidariedade social nos marcos da economia global, sendo possível, porém na escala local, municipal, em pequenos empreendimentos, com outra filosofia. Daí a importância da política e da luta política na esfera local. A compreensão de Vainer (2000, p.10) é que:

A expressão economia solidária é estritamente ideológica, difunde a crença na possibilidade de que a solidariedade possa se desenvolver de forma ampla sob a égide do capital; já os termos: cooperativa e cooperativismo são menos ambiciosos e abrangentes, evocam uma forma específica de organização da produção e/ou da propriedade que, em algumas circunstâncias e por períodos determinados, pode ser, e tem sido experimentada com ganhos materiais e simbólicos, por grupos de produtores diretos, mesmo sob o capitalismo.

Contudo não se nega que a solidariedade humana possa existir no capitalismo, ele não é totalmente homogêneo, sobrevivem atividades não capitalistas. O fato é que o próprio Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e agências multilaterais, nacionais, assim como algumas Organizações Não Governamentais acreditam na ideia de economia solidária e desenvolvimento local como alternativa para periferias. Vainer questiona se a economia solidária é controle político dos miseráveis ou utopia experimental? Como estratégia ideológica e política, na melhor das hipóteses, pretende compensar a miséria engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo e, quase sempre, produz apenas mecanismos de controle político das populações miseráveis, à beira do desespero. Mas grandes empreendedores também se dizem solidários quando querem ganhar mais, de forma organizada e por classe, o que fazem médicos em cooperativas. O cooperativismo para Vainer (2000), em certas circunstâncias, oferece vivência, mesmo limitada no espaço, do que poderia ser outro modo de produzir e viver. E por isso o analista fala de utopia experimental. A expressão é ambígua e contraditória: porque utopia é coisa que não existe, é apenas sonho, e por ser, experimental, existe e se experimenta. Aponta para vida diferente que mostra como o mundo poderia ser diferente. Isso é importante, porque é elemento fundamental de combate à desesperança. A elaboração prática e teórica da economia solidária origina-se nos movimentos cooperativos de autogestão. Por décadas, esses movimentos têm levado adiante processos de construção de formas econômicas alternativas, sociais e humanistas buscando respostas à crise econômico-social contemporânea e transformação econômico-política.

Economia Solidária é economia alternativa, entendida por Nunes (2006) como: “economia dos setores populares, economia da dádiva, economia social, economia do trabalho, humana-economia, economia do feminino criado”, entre outros nomes. Trata-se de forma diferenciada de produção, enfrentando contradições da economia hegemônica. Enquanto empresas formais acumulam lucro máximo de investimentos, as solidárias buscam distribuir o produzido, alcançar condições de subsistência de grupos, preocupando-se, em especial, com valores humanos, culturais e ambientais. A literatura sobre a economia solidária afirma o caráter alternativo das experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura de

relações de produção capitalistas, elas representam a emergência de novo modo de organização do trabalho e de atividades econômicas em geral, diz Gaiger (1994). A economia solidária, garante Oliveira (2008, p.5), é alternativa econômica geradora de renda, compatibilizadora dos meios de produção – produção, produtores e consumidores – (“prossumidores”¹) de forma equitativa. Mostra o estudioso que:

Nas organizações de economia solidária a propriedade dos meios de produção e a distribuição dos excedentes são controlados e repartidos entre os produtores e as produtoras associadas. Neste âmbito, a organização das atividades produtivas é definida de forma democrática e participativa, prevalecendo à autogestão e a cooperação solidária, e não a heterogestão e a divisão hierárquica do trabalho que caracterizam as empresas capitalistas.

É, assim, forma de produção que contesta a lógica do desenvolvimento capitalista, e, assim, as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários, divisões e distribuições não se dão obrigatoriamente na forma de salários, mas de escambos, trocas, mutirões, partilhas. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre interesse da acumulação de capital, de relações competitivas para benefícios individuais, a economia solidária organiza-se pelas relações de amizade, sustenta-se no companheirismo, favorecendo relações sociais de reciprocidade e adota formas comunitárias de produção e distribuição. As experiências comunitárias, conforme Gaiger (2004), mostram-se semelhantes às da economia camponesa, ou com o trabalho das comunidades primitivas. Muito embora, também aqui, formatos jurídicos e graus de inovação, no conteúdo das relações, sejam variáveis e sujeitos à reversão, práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. As práticas caracterizam-se por:

- Funcionar com base na propriedade social dos meios de produção, vedando sua apropriação individual ou alienação particular;
- O controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à comunidade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos;
- A gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho que organiza o processo produtivo, opera estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (Verano, 2001, Gaiger, 1999).
- Há unidade entre posse e uso dos meios de produção.

Define-se a economia solidária no contexto da socioeconomia solidária que identifica o objetivo maior da atividade econômica e acrescenta o adjetivo, pela necessidade de identificação do calor central que identifica o conceito e informa a prática. Sentido idêntico tem a proposta da “humanoeconomia”, feita pelo economista tcheco Eugen Loeb (1978), enquanto economia a serviço do humano, e da “socioeconomia” defendida por Sampaio (2005). Economia solidária é a forma simplificada de referência à socioeconomia solidária. Razeto (1985), a utilizar a expressão, dá-lhe vigoroso conteúdo ético, remetendo a frugalidade – organização racional do consumo no tempo, generosidade – doação de excedentes, cooperação – livre associação para trabalhar e justa distribuição, crescimento – bem-estar coletivo e qualidade de vida individual. Em face destes desejos, Sampaio (2005) mostra a possibilidade de nova metodologia de interorganização, isto é, que requer governança que se propõe chamar de Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária. Trata-se de rede de esforços socioprodutivos e institucionais, qualificados como participativos e associativos, em que predomina o reconhecimento do território e se valoriza o conhecimento tradicional-comunitário. Tem-se como desafio transpor as barreiras da racionalidade econômica meramente utilitarista e incorporar aspectos ecológicos, econômicos e sociais quando se pensa o desenvolvimento de uma comunidade. Entende-se que comunidade é um tema transversal à questão da territorialidade, como é questão de gênero e de pobreza, isto é: problema global, entretanto evidencia-se importância de ação territorial. É assim que Neff, Sampaio e Coriolano veem as organizações comunitárias no Brasil e no Chile. A Economia Solidária tem despertado a atenção em todo o mundo, com grande destaque em 2006 quando o economista bengali Muhammad Yunus, conhecido como “banqueiro dos pobres”, conquista o Prêmio Nobel da Paz por ter criado rede de microcrédito para pobres, ajudando milhões de pessoas a saírem da condição de pobreza no país natal, Bangladesh.

¹ Termo criado por Alvin Toffler no livro “A Terceira Onda”, referindo-se a pessoas que são ao mesmo tempo consumidores e produtores de bens e serviços.

No Brasil, municípios e Estados se destacam com políticas públicas inovadoras na socioeconomia solidária e em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, sob a direção do Professor Paul Singer, reconhecido por sua atuação em incubadoras tecnológicas da Universidade de São Paulo – USP, por inúmeras investidas como gestor público e pela notável atuação como economista solidário. A prática solidária acontece pela mobilização de grupos, formalizando associações, cooperativas e associações na lógica autogestionária. Acredita Oliveira (2008) que autogestão e cooperação solidária fazem a síntese da dimensão conceitual da economia solidária, por incluir a produção e partilha do excedente. Os princípios que expressam o significado da Economia Solidária sugerem processos educativos de natureza técnica, política e cultural. São atributos dos empreendimentos solidários: autogestão, democracia direta, participação efetiva, ações de cunho educativo, cooperação solidária e distribuição igualitária. Outros valores e atributos são as ações de preservação do ambiente natural, envolvimento dos movimentos sociais, inter-relações solidárias de comércio e divulgação de práticas de solidarismo para estímulo à criação de novos empreendimentos.

Sobre iniciativas solidárias, Mance (1999) sugere distinguir consumo solidário ou ético, comércio solidário ou justo, finanças solidárias, clubes de troca, bancos de tempo e empresas de autogestão. Para operacionalizar a economia solidária, é importante entender rede de troca solidária e moeda social, ferramentas indispensáveis para efetivação do processo. Diz Raizeiro (2006, p.16) que “rede de trocas ou clube de trocas é uma organização que promove o intercâmbio de produtos e serviços entre pessoas, onde se privilegiam os valores humanos e sociais sobre a especulação e as condições materiais”. As trocas solidárias se realizam pela formação de grupos, o que, de certa forma, contrapõe à lógica do capital. O que interessa não é o lucro e sim a autossustentação econômica de sobrevivência das comunidades que se unem, a partir do que produzem, consomem coletivamente, buscam com trocas melhorias e subsistências de grupos. A produção de excedente é investida em novas produções para a própria geração de emprego e renda. Em trocas, utiliza-se a moeda social.

A moeda social não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída e controlada por seus usuários. Por isso, o valor dela não está nela própria, mas no trabalho que pode fazer para produzir bens, serviços, saberes. Esta moeda não tem valor até que se comece a trocar o produto pelo produto, o serviço pelo serviço, o produto pelo serviço ou o serviço pelo produto. (RAIZEIRO, p. 34, 2006).

Desse modo, a economia solidária proporciona novo modo de relações, as mais diversas, quer na produção, no consumo, na autoestima das pessoas e no espaço urbano. É visível a organização da malha urbana, a formação de novas redes, construção de fixos e estabelecimento de fluxos com potencial de autogestão. A economia solidária desperta, nos grupos associados, pela lógica alternativa de produzir, a elevação da autoestima que os impulsiona a buscar parcerias das mais diversas, ONGs, instituições públicas e privadas que trazem conhecimentos e tecnologias inovadoras e modernas. Com isso, planejam ações, tornam-se independentes e construtores de identidade territorial que modifica a organização de municípios, bairros e comunidades.

A economia solidária sustenta-se na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de independência dos indivíduos, na articulação orgânica de seres humanos com a natureza, com a tecnologia, a fim de integrar-se nos processos globais, respeitando valores e comportamentos. Volta-se para o suprimento das necessidades humanas, preocupa-se em tornar as pessoas independentes e habilitadas ao uso de tecnologias como forma de oportunidades ao trabalho. Centra-se no desenvolvimento dos indivíduos como pessoa e como grupo, capacita e orienta a se tornarem protagonistas de transformações com participação lutam pela construção de nova ordem, entendendo que a ordem social vigente pode ser mudada, pois não é natural, e sim produzida socialmente portanto, passível de mudança. A participação não se dá apenas como estratégia política em determinadas ocasiões, mas como luta constante de conquista de direitos. E assim participar é ato de livre escolha, de liberdade, decisão de cada sócio e residente. Assim, quando alguém decide participar, mobiliza sua vontade para agir em direção ao que definiu como objetivo sentindo-se responsável. A compreensão coletiva mobiliza grupos sociais capazes de mudar a realidade. É isso que se presencia em pequenas experiências de economia solidária e comunitária no território brasileiro. A participação é espaço de educação política, em que é vivenciada e construída a cidadania. O sentido comunitário, a participação e integração das comunidades ajudam na promoção do turismo comunitário, promovidos por residentes e empreendedores.

O turismo de comunidades aparece como alternativa de união de esforços na formação de grupos organizados de forma associativa acreditando que a “união faz a força”, que, juntos, potencializam ideias, iniciativas e empreendimentos. Isolados, não têm capacidade de disputar fatias de mercado como produto turístico. Organizam-se assim, em arranjos produtivos locais de forma diferenciada do modelo industrial, consumista. O traço marcante do eixo do turismo comunitário é o protagonismo de atores, que se envolvem em temáticas universais de interesse comum da humanidade, como as questões planetárias e ambientais, a sustentabilidade, a defesa da vida, as questões de gênero, os novos sujeitos sociais, as minorias étnicas. As comunidades utilizam experiências de participação associativa anteriores, com cooperativismo, sindicalismo, militância partidária, associação de bairro, comunidade eclesial de base que lutam pela cidadania e democracia. Trata-se de fenômeno novo no turismo, iniciado na década de 1980 na Europa, e na década de 1990, no Brasil. O associativismo em turismo na Europa *Accueil Paisan* – França, com sede em Grenoble e os *Pró-Locos e associazione di Agriturismo* – Itália reproduziu-se principalmente no sul do Brasil, seguindo estes modelos. Em Santa Catarina acompanham-se organizações tipo as francesas da Acolhida na Colônia, enquanto que no Rio Grande do Sul, a organização em turismo no meio rural segue modelo italiano; pousadas domiciliares, comida caseira, aconchego e convívio de turistas com residentes. Roteiros prezam a valorização da cultura e sustentabilidade da natureza e da sociedade. Renda repartida e ampliação da moeda, em pequenos lugares visitados pelos turistas levam à satisfação de residentes anfitriões, assim com turistas bem recebidos, indicadores do turismo comunitário. (CORIOLANO, 2009 e 2006).

O turismo alternativo ao hegemônico recebe nomes variados, “turismo comunitário”, “turismo de base local”, experiência de “economia solidária”, “turismo alternativo”, “turismo solidário” entre outras denominações. Mas o importante dos experimentos é vislumbrar possibilidades de aprendizagem, de comunicação e inclusão de pessoas e comunidades nas ações positivas dinamizadas pelo turismo. Reconhecendo as limitações do mercado, da concorrência exacerbada, pequenos empreendimentos atentam para economia menos mercadológica, inteligível, em novos modelos de negócios decorrentes de criatividade, imaginação e inovações constantes. Busca-se economia criativa para fugir da competição e acumulação desumana e torná-la solidária com participação de mercados em produtos e serviços, e, sobretudo, com modelos de negócios e gestões que atendam aos excluídos do mercado formal. Surgem economias criativas que cobram mudanças do modo de produzir concentrado, padronizado e elitizado.

O desenvolvimento na escala humana se baseia na autonomia de pessoas e de comunidades, de maneira a convertê-los em sujeitos do processo de desenvolvimento e não em meros objetos. Promove novas formas de conceber e praticar política, baseadas na participação direta, que estimula o protagonismo real das pessoas, na busca de soluções criativas endógenas e o turismo comunitário tem perseguido esse objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p.479-500 – set/2007.

BAUMAN, Zigmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010

_____. **Amor Líquido**. Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004,

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar. Ética do Humano**. Compaixão pela Terra Petrópolis. Vozes, 1999.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate a Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006

_____. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009

EUGEN, Loebel. **A Humanoeconomia**. São Paulo: José Olímpio. 1978.

GAIGER, Pedro. **Desterritorialização e Espacialidade**. In SANTOS, Milton et all. Território, Globalização, Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

GAIGER, Luiz I. A Economia Solidária no R. S. Viabilidades e Perspectativas. Cadernos CEDOPE. Movimentos Sociais e cultura. N. 15. 1999.

- GOMES, Christianne L e ELIZALDE, Rodrigo. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Horizontes latinoamericanos del ocio. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2012.
- MANCE, Euclide. A Revolução das redes como Estratégia de Libertação Popular. CEPAT, N. 51, 1999. www.redesolidaria.com.br
- MEISTER, José A. Fracalossi. Lazer e Prazer é só Fazer. IN DORNELES, B. e COSTA, Gilberto Correia. **Lazer, Realização do Ser Humano**. Porto Alegre: Ed. Dora Luzzatto, 2005
- MAX-NEEF. **Desenvolvimento na escala Humana**: Conceção, Aplicação, Reflexos Posteriores. Coleção Sociedade Ambiente. Blumenau, Edifurb, 2012.
- NUNES, Ruth Espínola S. S. Socioeconomia Solidária enquanto Alternativa Sistêmica. Disponível em <http://www.pacs.org.br/artigospublicacao/socioecono>. Acesso em 05/12/2006.
- NUÑEZ, Orlando. Os Caminhos da Revolução e a Economia Solidária. REV. Proposta. N. 75. Dez/FEV, 1998.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. A Economia Solidária e o Turismo. IN CORIOLANO, Luzia Neide. **Políticas de Turismo: Estratégias de Sustentabilidade**. Fortaleza Fundação Demócrito Rocha, 2008.
- PADILHA, Valquíria. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006. (Coleção mundo do trabalho)
- RAIZEIRO, Ary. Trocas Solidárias. Disponível em <<http://www.geranegocio.com.br>, Em 05/ 12/ 2006.
- RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M: GUTIERREZ <F. (Orgs). O papel central do trabalho e a Economia de Solidariedade. VER, Porposta. N.75. Dez/Fev/1998.
- _____. **Economia de Solidariedad y Mercado Democrático**. Santiago do Chile: Academia de humanismo Cristiano. Vol. 3. 1985.
- ROLNIK, Raquel. O Lazer humaniza o espaço urbano. IN SESC/WLRA. **Lazer numa sociedade Globalizada**. Leisure in a globalized society. São Paulo: Sesc/WLRA, 2000.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como Fenômeno Humano**: princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.
- VAINER, Carlos. Controle Político dos Miseráveis ou Utopia Experimental? REV. Unitrabalho: N.10. Ano 3. Janeiro de 2000.
- VERANO, L. **Economia Solidária**: Alternativa ao Neoliberalismo. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.
- WAICHMAN, Pablo. **Tempo Livre e Recreação**. Trad. Jorge Peres Gallardo. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- YUNUS Muhammad. **Um mundo sem pobreza**: a empresa social e o futuro do capitalismo, de Muhammad Yunus, São Paulo: Ática, 2008.
- ZAOUAL, H.: **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

TURISMO E CIDADES: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

Beatriz Ribeiro Soares

Vinicius Lino Rodrigues de Jesus

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o turismo vem sendo considerado um dos mais promissores e dinâmicos setores econômicos do mundo impactando diretamente mais de 52 setores da economia. Representa um fenômeno de grande importância social e econômica na sociedade moderna - característica que está relacionada aos antecedentes históricos ligados ao aumento do tempo livre, à melhoria das comunicações, à modernização dos meios de transporte e à urbanização das cidades.

Somado às necessidades de lazer e entretenimento, o fenômeno das férias proporcionou a realização de um turismo constante e intenso, dado que a agitação da vida moderna requer tempo para execução de tarefas livres em contrapartida às preocupações com as responsabilidades produtivas e sistemáticas presentes no dia-a-dia de cada indivíduo.

Quando as pessoas deixam seus locais de trabalho e de moradia e partem para uma viagem, elas o fazem em busca de novas experiências e de diferentes cenários e paisagens. Ao “deixarmos” para trás o cotidiano, lançamos um novo olhar sobre o ambiente que nos cerca. Este olhar vem se modificando e desenvolvendo em diferentes sociedades, grupos sociais e períodos históricos.

A origem e o desenvolvimento do turismo de massas podem ser encontrados nas antigas estações de águas no interior da Inglaterra do século XVII, que inicialmente eram utilizadas com objetivos puramente medicinais pelas classes mais abastadas. Porém a transformação da praia, de um lugar de cura para um lugar de prazer, associada ao desenvolvimento do sistema ferroviário regional, deu origem aos primeiros resorts marítimos ingleses, frequentados pelas grandes massas de trabalhadores urbanos.

A partir daí, as viagens tornaram-se gradativamente uma atividade altamente racionalizada e ordenada, ganhando um grande impulso a partir da década de 1930 com o advento das férias pagas nas principais sociedades ocidentais. Assim se desenvolve o turismo organizado, caracterizado por pacotes turísticos e grandes complexos de companhias integradas (Agências, transportadoras aéreas e meios de hospedagens).

O setor turístico é composto por uma diversidade de grupos, por um lado temos aqueles que compõem a demanda, real e potencial, formados pelos turistas e por outro lado aqueles que compõem a oferta, formado pelos diversos agentes responsáveis pela composição de um produto turístico, Goeldner *et al* (2002), define estes grupos como:

- ✓ **O turista:** a pessoa que busca experiências diversas, satisfações psíquicas e físicas. A natureza destas demandas irá determinar as destinações escolhidas e as atividades desenvolvidas.
- ✓ **As empresas fornecedoras de bens e serviços:** Os empresários veem o turismo como uma oportunidade para obter lucros ao fornecer bens e os serviços que o mercado turístico demanda.
- ✓ **O governo da área ou da comunidade anfitriã:** Os políticos veem o setor de turismo como um fator de riqueza nas economias sob suas jurisdições. Sua perspectiva está relacionada com a renda que seus cidadãos podem obter deste negócio. Eles também levam em consideração as receitas de moeda estrangeiras trazidas pelo turismo internacional, bem como as receitas oriundas de impostos sobre as despesas turísticas diretas ou aquelas que contribuem indiretamente para a consolidação da atividade no local.
- ✓ **A comunidade anfitriã:** A população local geralmente vê o turismo como um fator de emprego e cultura. O fato significativo para estes grupos está relacionado com o efeito da sua interação com o grande número de visitantes nas localidades. Esse efeito pode ser benéfico, prejudicial, ou ambos.

Apostando no crescimento do setor, muitos investimentos estão sendo efetuados nas diversas atividades afetadas pelo turismo. Dinâmico e abrangente, o mercado turístico vem se adaptando às exigências da demanda, mediante inovações constantes, tais como: a expansão do rol de destinos turísticos e a diversificação do produto a ofertar. Hoje as principais tendências no mercado turístico são:

- O aumento de destinos turísticos diferenciados, competitivos e que ofereçam vantagens como a redução de preços e a diversificação de atrativos;
- A maior qualidade nas instalações receptivas e na prestação dos serviços oferecidos;
- A exigência de ambientes não degradados, indicando a valorização dos recursos naturais e culturais na exploração turística; e
- A combinação de atrativos naturais e artificiais com vistas a diversificar a oferta e diminuir os impactos sobre o meio ambiente.

Desta forma, as empresas de turismo estão a caminho da especialização, passando a oferecer produtos segmentados, destinados a uma clientela específica, colocando à disposição dos turistas diversas opções, segundo a modalidade de turismo escolhida, seja o turismo cultural, urbano, de negócios, ecoturismo, etc.

Para Lash e Urry (1994) esta mudança ocorre em função de um pós-modernismo que tende a dissolver as fronteiras entre as esferas culturais, já que não distinguimos mais claramente a diferença entre a produção cultural e a comercial, entre o conhecimento culto e leigo e assim por diante.

Ao dissolver essas fronteiras, a pós-modernidade problematiza a diferença entre “referente” e “realidade”. Cada vez consumimos mais símbolos e representações que tem importância crucial para o desenvolvimento do turismo. Assim com a grande difusão da compra e do consumo de imagens, a experiência que antes era bem mais significativa, deixa de ser uma atividade demarcada com relação às outras atividades sociais.

Hoje já não é necessário sair de casa para exercitar o olhar turístico, esse olhar pode ser exercido por meio da TV, do vídeo, da Internet, etc. Este “pós-turista” sabe que o turismo é um jogo e que não existe uma experiência turística única ou autêntica (Lash e Urry:1994). Ele é realista e sabe que aquela vila de pescadores não sobrevive sem o turista, entretanto, brinca esse jogo de agir como turista.

O DESEJO DE EVASÃO E AS MOTIVAÇÕES TURÍSTICAS

A principal motivação que leva as pessoas a viajar é o desejo de evasão. Ainda que o cotidiano possa ser bastante gratificante, ele também é cansativo, o que faz com que as pessoas procurem alternativas em busca de sua felicidade e satisfação pessoal. De acordo com Andrade (2000:90) o desejo de evasão é fundamental para a existência de deslocamentos e estada em lugares diferentes, por livre disposição pessoal, sem premências de necessidade compulsórias, pois como sujeito do turismo, o indivíduo sofre e cria motivações que o levam a optar por modalidades, tipos e formas turísticas, de acordo com seu interesse, suas posses e dentro dos limites possíveis de tempo.

O desejo de evasão é uma característica natural do ser humano e se manifesta através da necessidade de mudança de ambiente, temporária ou definitivamente. Para Fuster (1974:32) o turismo motivado pelo desejo de evasão, apresenta os seguintes traços:

- 1 – É produto característico das grandes metrópoles.
- 2 – É movimento temporário que dura, psicologicamente, até quando a comunhão com a natureza se satura e a “jaula dourada” do cotidiano recobra seu atrativo.
- 3 – Surge, com mais força, quando o verão derrete o asfalto e faz da cidade um forno incandescente ou, em climas mais frios, quando os rigores do inverno levam o homem a lembrar-se da suavidade do clima natural.

Os motivos que levam as pessoas a mudar de ambiente são os mais variados possíveis, para Vaz (1999:41) as principais fontes motivadoras do lazer e do turismo são de ordem:

- ✓ **Pessoal:** Uma pessoa pode fazer turismo por um desejo pessoal de conhecer uma determinada localidade, de viajar em um transporte nunca experimentado (navio, por exemplo), como também por problemas de saúde, como a necessidade de fazer um tratamento diferenciado.
- ✓ **Familiar:** Compromissos familiares, como visita a um parente, o comparecimento a solenidades (formaturas, casamentos) ou eventos como aniversários e batizados.
- ✓ **Social:** De modo semelhante às obrigações familiares, as pessoas podem ser levadas a viajar por obrigações sócias, decorrentes da participação em grupos comunitários, esportivos, associativos em geral.
- ✓ **Organizacional:** Em muitos casos, o envolvimento com uma determinada organização (o cargo ocupado, a responsabilidade por determinado setor) pode determinar a obrigatoriedade de uma viagem, que parte dos compromissos da própria organização.

Ao longo dos anos foram desenvolvidas diversas estudos sobre a motivação do homem e seu lazer, a hierarquia de necessidades de Maslow é provavelmente o estudo da motivação mais conhecida. Ela é apresentada na forma de uma classificação, ou hierarquização, dos arranjos de necessidades individuais. Para ele à medida que as pessoas vão passando de um nível para o outro elas se distanciam de suas preocupações com os aspectos mais materiais da vida e tornam-se mais interessadas em sua auto realização.

Um segundo estudo é o de Plog *apud* Ruschmann (1997:94), que numa primeira tentativa de classificar as pessoas segundo tipos psicológicos e relacionar esses padrões de comportamento ao turismo, atribui os seguintes perfis aos turistas:

- ✓ **Psicocêntrico:** são pessoas ansiosas, inibidas, avessas a aventura e preocupadas com pequenos problemas da vida.
- ✓ **Mesocêntrico:** são pessoas preocupadas com o relaxamento e prazer, que buscam contato com amigos e parente, além de conforto e segurança.
- ✓ **Alocêntrico:** são pessoas cujos padrões de interesses estão centralizados em várias atividades. São extrovertidos e autoconfiantes e estão buscando sempre novidades e novas aventuras.

Segundo o autor, há pessoas cujo comportamento de viagem corresponde ao padrão psicocêntrico devido a limites financeiros (ou seja, tem medo de gastar suas economias em viagens não convencionais e acabam optando por pacotes e destinos tradicionais), mas a medida que mudam de vida, direcionam-se para destinos mais alocêntricos. A limitação dessa abordagem é que ela não considera o comportamento com motivos múltiplos.

Outro estudo foi desenvolvido por McIntosh *et al* (1995) utiliza de quatro categorias para compreender as motivações turistas que levam as pessoas a deslocarem de seus locais habituais de residência em busca de uma experiência diferente:

- ✓ **Motivadores físicos:** são aqueles relacionados ao relaxamento do corpo e da mente, a questões de saúde, aos esportes e ao prazer. Este grupo de motivadores é considerado ligado àquelas atividades que reduzem a tensão.
- ✓ **Motivadores culturais:** são aqueles identificados pelo desejo de ver e conhecer mais sobre outras culturas, aprender sobre os nativos de um país, seu estilo de vida, música, arte, folclore, dança, etc.
- ✓ **Motivadores interpessoais:** este grupo inclui o desejo de conhecer novas pessoas, visitar parentes ou amigos e buscar experiências novas e diferentes. A viagem é um escape dos relacionamentos de rotina com amigos e vizinhos, ou do ambiente doméstico, ou é usado por razões espirituais.
- ✓ **Motivadores de status e prestígio:** incluem um desejo de continuação da educação (ou seja, desenvolvimento pessoal, satisfação do ego e satisfação dos sentidos). Tais motivadores estão relacionados com o desejo de reconhecimento e atenção de outros, como forma de estimular o ego. Esta categoria também inclui o desenvolvimento pessoal com relação ao desenvolvimento de hobbies e atividades de educação.

A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

A riqueza e a variedade das destinações no mundo têm contribuído para o sucesso do setor de turismo. Verifica-se não só um processo de mudanças, mas também o rápido crescimento. Entrelaçada com esta tendência encontra-se a natureza mutante dos consumidores, que coloca demandas cada vez maiores sobre as destinações.

O novo turista não está mais satisfeito com a experiência passiva, mas busca, em vez disso, autenticidade nas destinações, com uma abordagem voltada para o entendimento da cultura, da história, do ambiente local e da forma como o povo local vive e trabalha.

As cidades turísticas geram um maior ou menor fluxo de visitantes conforme sua atratividade e identidade. Essa atratividade é constituída pelos diversos elementos que compõem a oferta turística de cada localidade: os bens naturais e culturais tangíveis e intangíveis; toda infraestrutura urbana e de apoio ao turismo; a disponibilidade de uma mão de obra qualificada e uma comunidade anfitriã receptiva; a existência de roteiros e eventos geradores de fluxo; a promoção e venda da imagem do local a nível nacional e internacional; o planejamento da atividade turística pelo setor público e privado; a captação de novos investidores; etc.

Já a identidade de uma cidade turística, quando bem constituída, é percebida sem ambiguidades. Há nela espaços embalados como produtos, mas também outros espaços multifuncionais, com identidade flexível e variada. O que serve para o morador local serve também para o visitante, de fato o que vemos é que quanto mais uma cidade promove o bem estar dos seus moradores através de iniciativas diversas que busquem a melhoria da qualidade de vida, mais agradável ela se torna aos que a visitam temporariamente e maior é a identificação com um determinado estilo de vida.

Esse novo turismo urbano, que envolve experiências pessoais, sociais e culturais mais autênticas lançam novos desafios para os gestores turísticos locais, onde verificamos a presença contínua da cidade reordenando o setor turístico, a partir do momento que condiciona novas formas de consumo de todos os produtos turísticos, ampliando o grau de exigência dos turistas, em sua maioria absoluta, oriundos de médias e grandes cidades. E as cidades, nesses termos, tornam-se sinônimo de produção, exercício e consumo de cultura (Gastal, 2000:35).

Se por um lado a consolidação da atividade turística na sociedade contemporânea fez com que a viagem se tornar-se um hábito de uma grande parte da população mundial, ainda temos um considerável número de pessoas que somente a partir da última década teve a oportunidade de realizar suas primeiras viagens, em especial a nova classe média que surge nos países emergentes.

Assim, embora se pense o turismo contemporâneo como aquele que ofereça novas experiências ao visitante, ainda temos diversos perfis de turistas que buscam diferentes tipos de viagens, determinados por fatores como: sua posição social, recursos financeiros, faixa etária, estrutura familiar, herança cultural, questões de visto; frequência de viagens; e não menos importante, por seu gosto pessoal.

Para compreender essa diversidade de tipos de turistas, autores buscaram classificá-los de acordo com algumas características comuns. Para Cohen (1972) a experiência do turismo combina um grau de novidades com um grau de familiaridade, a segurança de velhos hábitos com a emoção da mudança. Para ele há um fluxo contínuo de combinações possíveis entre novidade e familiaridade e a divisão deste fluxo nos leva a uma tipologia de experiências turísticas e papéis. Cohen propõe uma tipologia de quatro papéis turísticos:

O turista de massas organizado: é o menos aventureiro e permanece, em grande parte, confinado a sua “redoma de vidro” durante toda a viagem. A viagem guiada, conduzida em um ônibus com ar-condicionado, viajando em alta velocidade através de uma paisagem que também passa em alta velocidade, representa o protótipo do turista de massa organizado. Esse tipo de turista compra um pacote da mesma forma como compra qualquer outra mercadoria no mercado de massas moderno. O itinerário de sua viagem é definido de antemão e todas as suas paradas são bem planejadas e guiadas; ele não toma praticamente qualquer decisão por conta própria e permanece quase que exclusivamente no microambiente de seu país nativo. A familiaridade está no nível máximo, a novidade no mínimo.

O turismo de massas individual: esse tipo é semelhante ao anterior, exceto pelo fato de que a viagem não é completamente preparada de antemão, o turista tem um certo controle sobre seu tempo e itinerário e não está ligado a um grupo. Entretanto, todas as principais características de sua viagem ainda são organizadas através de uma agência turística. Suas excursões não o levam muito mais além do que aquelas do turista de massa organizado. Ele também desenvolve sua experiência de dentro da “redoma de vidro ambiental” de seu país de origem, só saindo dela ocasionalmente – e mesmo assim para território bem conhecido. A familiaridade ainda é dominante, mas, de certa forma, menos do que no tipo anterior. A experiência da novidade é um pouco maior, ainda que seja, muitas vezes, na forma de rotina.

O explorador: esse tipo de turista organiza sua própria viagem, tenta sair dos caminhos conhecidos o máximo possível, mas busca acomodações e hospedagens confortáveis e meios de transporte confiáveis. Ele tenta se vincular às pessoas que visita e falar sua língua. O explorador ousa deixar sua “redoma de vidro ambiental” muito mais que os dois tipos anteriores, mas ainda é cuidadoso para preservar a possibilidade de recuar para dentro dela se a coisa ficar difícil. Ainda que a novidade domine, o turista não imerge completamente na sociedade anfitriã, mantendo algumas das rotinas e dos confortos básicos de seu modo de vida nativo.

O andarilho: esse tipo de turista se aventura a uma distância maior dos caminhos conhecidos e dos modos de vida comuns em seu país de origem. Ele rejeita qualquer conexão com a “organização” turística e considera falsa a experiência turística comum. Tem de fazê-la completamente por conta própria, vivendo com a comunidade anfitriã e muitas vezes fazendo pequenos trabalhos para manter-se durante a viagem. Ele tenta viver da forma que o povo visitado vive, compartilhando de sua moradia, alimentação e hábitos, mantendo apenas seus costumes mais básicos e essenciais. O andarilho não tem itinerário ou calendário fixos, nem objetivos bem definidos de viagem. Ele está quase que totalmente imerso na cultura anfitriã. A novidade está no nível mais alto e a familiaridade desaparece quase completamente.

Outro autor que trabalha com o tema é Santos (2002), que em seus estudos sociológicos sobre a cultura turística classifica a experiência turística em quatro etapas distintas que ocorrem desde o surgimento do turismo.

A primeira etapa é a do Turismo Viajor, típica do *Gran Tour* que era realizada por aristocratas e burgueses como um símbolo de distinção ou prestígio e tornado um valor em si mesmo. A segunda etapa é a do Turismo Romântico, que surge aos finais do século XIX e início do século XX, com a popularização dos balneários públicos e o das primeiras estâncias turísticas.

Já a terceira etapa, denominada Turismo de Massas, é aquele que predomina após a segunda Guerra Mundial, com a consolidação das férias pagas e melhoria dos meios de transporte, é que segue até os dias atuais. A última etapa, a do Turismo Híbrido, é aquele que vem ganhando espaço nos últimos anos em contraposição ao turismo de massa, e seria a forma predominante do turismo nos próximos anos.

Turismo Viajor: A viagem é a própria vida que se joga na totalidade da experiência. Os indivíduos são sujeitos ativos da viagem, encarando-a como missão. Ideias de aventura, descoberta e exploração impõem-se ao imaginário da viagem. As fronteiras entre espaços demarcam-se mais por contrastes paisagísticos e mudanças de costumes, que por sinais distintivos. Os trajetos são mais importantes que os destinos. A experiência turística começa a esborçar-se como símbolo de heroicidade contra um cotidiano esmagado pela sociedade industrializadora.

Turismo Romântico: A experiência da viagem é marcada pelo anonimato, pela fuga, por uma visão esquizofrênica da vida. A natureza torna-se sede mística de pureza e virgindade, fundada sob um sentimento de liberdade. A paisagem torna-se recurso de sossego do espírito. Os espaços abrem-se ao exótico e ao pitoresco, aos ideários de uma vida simples. Os itinerários prevalecem sobre os destinos. Os trajetos passam a ser dominados pela percepção de uma visão mais autêntica e tradicional do mundo e orientados por brochuras ou guias de viagem como fios condutores de uma mística cultural. A experiência turística ganha uma forma mais coletiva e social. Os espaços/tempos turísticos passam a ser imaginados como espaços de descanso, de reconstituição física, acabando como espaços de descanso, de reconciliação física, acabando como espaços terminais de um individualismo narcisista.

Turismo de Massas: A experiência turística acentua a sua deslocalização em relação ao conjunto da experiência. Os agentes turísticos elevam a sua centralidade no campo, tentando fechá-lo em torno de si. Há uma cristalização da experiência no pacote turístico, na homogeneização e densificação regionalizadoras da experiência turística. Os indivíduos são remetidos à condição de sujeitos passivos da viagem. O imaginário cristaliza-se nas projeções dos espaços convencionados como turísticos. A natureza desvaloriza-se, transformada numa manta de retalhos, servida como amálgama de signos postos a circular. A experiência turística traduz uma conversão de gostos e vontades heterodirigidas por parte dos agentes especializados. Turistas tornam-se devoradores de espaços, deixando problematizada a sua sustentabilidade. Os destinos são estandardizados sob o signo do lazer. O consumo torna-se símbolo de estatuto social. A viagem tem como referente a garantia simbólica o dinheiro.

Turismo Híbrido: A experiência turística é tão fantasmagorizada quanto o mundo real, verifica-se uma disneylização da experiência turística. Há uma segmentação intensa das formas de agenciamento. Emergência do pós-turista, figura híbrida de ator e espectador. O turista torna-se crítica em relação às formas de agenciamento da experiência, próprias dos modelos de massas. Há uma alteração e manipulação dos sentidos e significados do património histórico e cultural. A instrumentalização do consumo orienta-se para espaços indiferenciados de consumo-lazer, construídos como cópias e simulações produzidas pela tecnocultura. Transformação dos espaços em “não-lugares” e progressiva hegemonia dos hiper-espaços e dos espaços hiper-reais sobre os espaços turísticos tradicionais. Qualquer tempo pode funcionar como tempo turístico. Há um regresso a um turismo cognitivo que impõe os seus próprios trajetos, sem influência de guias ou trajetos pré-estabelecidos pelos especialistas.

Em qualquer um dos dois estudos percebemos que as duas formas predominantes de experiência turística são a do turismo de massa organizado e do turismo independente e/ou auto organizado, sendo o primeiro controlado pelas grandes operadoras turísticas do mundo e o segundo por atores independentes que ganharam imensa projeção por meio das facilidades de comunicação e divulgação promovidas pela popularização e consolidação da internet.

De certa forma estes dois modelos de turismo acabam influenciando a própria configuração das destinações turísticas, sendo muitas vezes orientado para um ou outro segmento de turistas, pois dificilmente aquele turista que frequenta destinos típicos de turismo de massa também visita destinos de turismo segmento, quer seja pelo perfil do próprio turista ou pela diferença de valores que cada um destes segmentos custa.

Entretanto, há uma exceção a esta regra que é o turismo urbano realizado em grandes metrópoles mundiais, que recebem milhares de visitantes anualmente em busca destas destinações motivados principalmente por motivos de negócios e eventos, lazer e entretenimento ou atividades culturais.

Tabela 01: Ranking das 20 cidades mais visitadas por turistas estrangeiros em 2011

Posição	Cidade	País	Nº Visitantes
1º Lugar	Hong Kong	Hong Kong	21,8 milhões
2º Lugar	Singapura	Singapura	19,8 milhões
3º Lugar	Londres	Inglaterra	15,1 milhões
4º Lugar	Kuala Lumpur	Malásia	13,3 milhões
5º Lugar	Macau	China	12,9 milhões
6º Lugar	Bangkok	Tailândia	12,3 milhões
7º Lugar	Antália	Turquia	12 milhões
8º Lugar	Shenzhen	China	10,9 milhões
9º Lugar	Nova Iorque	Estados Unidos	10 milhões
10º Lugar	Istambul	Turquia	9,7 milhões
11º Lugar	Cantão	China	8,8 milhões
12º Lugar	Paris	França	8,4 milhões
13º Lugar	Dubai	Emirados Árabes	7,7 milhões
14º Lugar	Xangai	China	6,9 milhões
15º Lugar	Miami	Estados Unidos	6,4 milhões
16º Lugar	Meca	Arábia Saudita	6,4 milhões
17º Lugar	Pattaya	Tailândia	6 milhões
18º Lugar	Roma	Itália	5,9 milhões
19º Lugar	Las Vegas	Estados Unidos	5,3 milhões
20º Lugar	Barcelona	Espanha	5,3 milhões

Fonte: Euromonitor, 2012

Nestas cidades encontraremos tanto o turismo de massa ávido por consumir as principais atrações turísticas, como o turista experiente que busca adaptar-se aos costumes locais e viver por um determinado período de tempo como um “cidadão local”. Da mesma forma encontraremos estruturas que atendem aos dois segmentos, ora de forma separada, ora de forma conjunta, inclusive atendendo os próprios moradores da cidade.

Se olharmos a lista das 20 principais cidades receptoras de turistas internacionais em 2011, verificamos três grupos distintos: o primeiro daquelas cidades cuja atração principal é o turismo de negócios e eventos, embora cada vez mais venham se destacando pela diversificação de sua oferta em busca de novos turistas com motivações distintas e/ou no prolongamento da estadia dos turistas de negócios. Neste grupo se destacam as cidades asiáticas que ocupam o topo da lista das principais destinações de turismo internacional do mundo, como as cidades de Hong Kong, Singapura, Kuala Lumpur, Shenzhen, Cantão e Xangai.

O segundo grupo é composto por destinos turísticos tradicionais e alguns novos que atraem tanto o turismo de negócio e eventos como o de turistas de lazer de massa e o turista experiente, tais como as cidades de Londres, Macau, Bangkok, Nova Iorque, Istambul, Paris, Dubai, Miami, Roma e Barcelona.

Por fim temos um grupo de cidades cujo foco principal é o de turismo de lazer onde o turismo de massa é predominante, como nas cidades de Antália, Pattaya e Las Vegas, e o caso de Meca, focado no turismo religioso, mas também com predominância do turismo de massa.

No segundo grupo, no qual podemos incluir pelo menos outras 44 cidades capitais de países ou grandes metrópoles quando olhamos a lista completa das 100 mais visitadas, é aquele que atrai com sucesso os dois perfis de turistas apontados anteriormente. Nestas cidades encontramos importantes atrativos turísticos quer sejam naturais, culturais, arquitetônicos, como elementos que são criados artificialmente especificamente para atender esta demanda crescente por novidades e bens de consumo de fácil acesso por parte dos turistas de massas, bem como de dos atrativos únicos e originais que estas cidades oferecem.

Elementos estes que em muitos casos deixam de ser efêmeros e acabam por fazer parte do circuito turístico desta destinação com o passar dos anos, exemplos disto são eventos que surgem e devido a grande aceitação do público são incorporados ao calendário turístico anual da localidade, como o caso da virada cultural em São Paulo ou as paradas gays que ocorrem em várias cidades do mundo.

O turismo urbano vem se destacando nos últimos anos justamente pela diversidade de produtos que oferecem aos visitantes, nestas cidades é onde se concentra a grande expansão de infraestrutura turística principalmente do setor de hotelaria, aviação e restauração, tanto dos segmentos econômicos como de hotéis do segmento *budget* e empresas aéreas *low-cost*, como do segmento luxo composto por hotéis *design* e empresas aéreas que oferecem serviços diferenciados.

CONCLUSÃO

O grande desafio que o turismo traz as cidades nos dias atuais é atender a uma demanda cada mais exigente complexa. Se antes bastava ser “detentora” de um importante atrativo turístico, tal como belas praias ou um rico patrimônio histórico, hoje é necessário competir com uma grande diversidade de destinações turísticas que buscam oferecer aos visitantes não apenas o produto turístico principal mas também uma diversidade de serviços e atrativos que atendam a exigências deste novo consumidor.

Embora fatores básicos como a condição climática sejam fatores diferenciais que até pouco tempo atrás eram considerados diferenciais únicos, hoje encontramos verdadeiras estações de inverno artificiais em pleno clima árido dos Emirados Árabes. Da mesma forma cidades que antes eram pouco visitadas tem se reinventado e hoje atraem milhares de visitantes em busca de algo novo, como no caso da cidade de Bilbao na Espanha que com a construção do Museu Guggenheim e valorização da cultura basca passou a ser um roteiro de grande importância no circuito turístico europeu.

Cada vez mais a imagem e a comunicação turística ganham importância num mercado globalizado e altamente competitivo, onde os turistas possuem inúmeras oportunidades de destinos a escolher com cada vez mais facilidades de acesso físico e preços mais competitivos.

Para além da multiplicação de destinações turísticas vivemos uma época em que os turistas são membros ativos nas campanhas de promoção tanto dos atrativos turísticos como dos equipamentos, com destaque para as redes sociais e sites especializados como o *tripadvisor*, exercendo cada vez mais influência nas escolhas realizadas pelos turistas.

Para atender estas novas demandas, diversas cidades tem adotado estratégias de promoção das cidades, conhecidas como *city marketing*, em que buscam valorizar os aspectos urbanos da localidade tanto para os próprios cidadãos como para os potenciais turistas, buscando aumento os fluxos de visitantes, tanto nacionais como internacionais, e justificar o orçamento gasto em melhorias na infraestrutura urbana.

Um dos países que adotou estas estratégias com mais sucesso foi a Espanha que a partir de 2002 supera o número de 50 milhões de visitantes ano com a estratégia para que possa possibilitar a reversão do processo de crise econômica instalada no país e os investimentos nas cidades parecem ser a melhor alternativa (Tabela 02).

Tabela 02: Espanha Fluxo de turistas internacionais 2003 -2011

Ano	Número de turistas
2011	57.700.713
2010	56.176.884
2009	52.177.640
2008	57.192.014
2007	58.665.504
2006	58.004.462
2005	55.913.778
2004	52.429.832
2003	50.853.815
2002	50.330.623
2001	48.565.344

Fonte: Instituto de turismo de España, 2012

A estratégia dos governos municipais espanhóis tem sido vender as cidades como destinos e experiências turísticas no exterior sobretudo nos países emergentes. (El País, 24 de maio de 2013) .Estão sendo elaborados programas de ação de curto prazo visando elaboração de calendários turísticos conjuntos para os 20 destinos mais importantes.

Os governos municipais com melhor governança e que tem priorizado o turismo entre suas prioridades e com agilidade de gestão vem elaborando estratégias com o desenvolvimento de portais que permitem a compra de pacotes on line e ações em redes sociais. O melhor exemplo é Barcelona e San Sebastian que têm os melhores resultados no turismo urbano espanhol.

As estratégias vão desde o barateamento das passagens aéreas; oferta de hotéis, hostels e pousadas a preços razoáveis; elaboração de pacotes turísticos acessíveis e baratos – com possibilidade de utilização de ofertas em diversas línguas; criação de novos pólos turísticos; melhoria dos aeroportos e integração com outros modais; cuidado com os monumentos, espaços públicos e equipamentos urbanos; até investimentos em infraestrutura urbana .

Ao mesmo tempo, estão implementando programas para a maior mobilidade e acessibilidade a idosos, incentivando a oferta de opções turísticas diversificadas e em menor tempo com apoio da tecnologia da informação e da comunicação ;

Os investimentos dos governos locais em ações de curto prazo e de criação de estratégias para inserir as cidades no circuito internacional tem priorizado e destacado as singularidades de cada uma das cidades espanholas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente. **Turismo fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

COHEN, E. **Towards a sociology of international tourism**. Social Research, 39: 164-82, 1972.

FUSTER, Luis Fernandez. **Teoria y técnica del turismo**. Madrid: Mundo Científico, 1974.

GASTAL, Susana. *O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo*. **In:** CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W.. **Turismo: Princípios, práticas e Filosofias**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2002.

LASH, S.; URRY, J. **Economies of signs and space**. London: Sage, 1994.

MCINTOSH, R. W, GOELDNER, C.R. e RITCHIE, B. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Ed. Roca, 2001.

SANTOS, Figueiredo. **Turismo mosaico de sonhos: Incursões sociológicas pela cultura turística**. Lisboa: Ed. Colibri, 2002.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas: Ed. Papirus, 1997.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing turísticos: receptivo e emissor: um roteiro estratégico para projetos mercadológicos públicos e privados**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO MERCADO: UMA BREVE ANÁLISE DAS MACROPOLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL

Anna Karenina Chaves Delgado

INTRODUÇÃO

Em 1776, Adam Smith lança seu livro intitulado ‘A Riqueza das Nações’ que introduz o conceito da mão invisível, ou seja, o mercado tende a se auto-regular caso não sofra de intervenções externas. Em oposição a esta visão, Keynes ao observar a crise do desemprego em massa, na década de 1930, critica profundamente a teoria do pleno emprego e defende a forte atuação do Estado na economia, no mesmo período Schumpeter também critica o equilíbrio causado pelo fluxo circular de renda. Antes mesmo de Keynes e Schumpeter, Karl Marx já criticava o modelo capitalista como fadado a autodestruição, em decorrência de sua lógica.

Os economistas observam de forma divergente o papel do Estado na economia, apesar desta discussão ser antiga, até o momento não existe um consenso sobre a forma de atuação do Estado. Geralmente se critica o modelo neoliberal por deixar a população a mercê das garras do mercado e também se critica modelos exacerbadamente assistencialistas e populistas devido a alta estrutura de gastos públicos (com conseqüente aumento de impostos/ tributos que desestimulam os investimentos privados) e o interesse eleitoreiro dos políticos que o adotam.

Numa percepção econômica, macroeconômica, os argumentos daqueles que acreditam na intervenção estatal têm-se mostrado mais convincentes. Apesar de extremamente importante, a intervenção estatal não deve ser vista como uma panacéia capaz de prover tudo, em linhas gerais o Governo atua onde há uma incapacidade do setor privado de agir de forma eficiente, esta percepção deve ser adotada também nos instrumentos de intervenção do Estado frente ao mercado turístico.

O instrumento utilizado pelo Governo para atuação é a chamada política pública. Ao observar as principais políticas públicas de turismo no Brasil percebe-se que há constantes mudanças de paradigma acerca da forma como o Estado deve atuar frente ao planejamento turístico, no entanto, o discurso da atividade turística como um meio para a busca do desenvolvimento socioeconômico das populações autóctones está sempre presente.

O objetivo do presente artigo é discutir a intervenção do Estado na economia como estratégia para a busca de desenvolvimento socioeconômico das populações, enfatizando as políticas de turismo como instrumento desta intervenção. Para tanto, o estudo é de natureza qualitativa, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica.

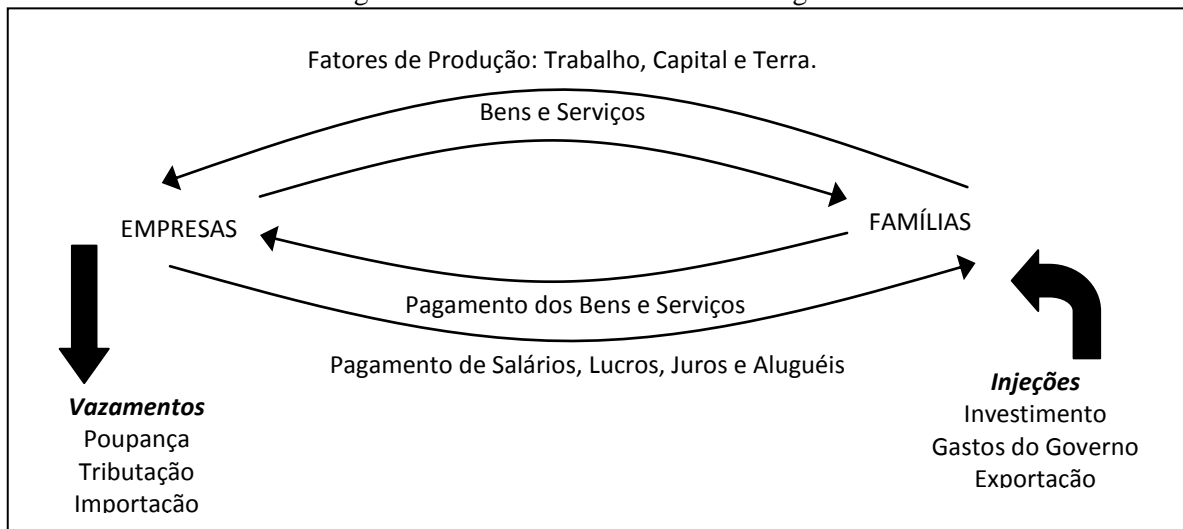
VISÕES CONTRADITÓRIAS

A intervenção estatal é observada de forma diferenciada, para aquelas correntes do pensamento econômico que a veem como danosa, a justificativa se encontra na propensão a autorregulação do mercado. Ao ser deixado livre de intervenções externas este se regula naturalmente, compartilham desta visão os neoclássicos e fisiocratas. O processo produtivo é visto como uma equação perfeita onde os vazamentos de capital são sempre compensados pelos investimentos, isso porque as injeções e os vazamentos seriam determinados pela taxa de juros, acreditando que o desejo de poupar varia conforme a alta e queda desta variável.

Dentro desta visão, a economia é baseada no pleno emprego, ou seja, não existe o desemprego estrutural, aquele que caracteriza o cenário econômico dos países subdesenvolvidos, onde o mercado não possui a capacidade de gerar vagas de trabalho suficientes para atender a população, de acordo com esta visão só existem os desempregos friccional (desemprego que corresponde ao intervalo de tempo entre a mudança de um emprego para o outro, curto período de tempo), sazonal (aquele gerado por atividades que possuem “oscilações produtivas” como o turismo e a agricultura) e o espontâneo (criado pela falta de interesse do trabalhador em ocupar determinado cargo).

Os intervencionistas, por outro lado, além de não acreditarem em um cenário de pleno emprego também consideram que não é taxa de juros que define a propensão de poupar ou investir, mas sim uma variável denominada de eficiência marginal do capital, ou seja, a expectativa de lucro futuro do capitalista e a disponibilidade de capital a ser poupado, para um indivíduo que não tem sobra de capital é impossível poupar mesmo que a taxa de juros esteja elevada. O fluxo circular de renda (figura abaixo) não apresentaria um ponto de equilíbrio, desta forma, não conseguiria por si só gerar eficiência. Ainda há aqueles que observam a intervenção estatal como um simples paliativo, sem a possibilidade de responder as crises próprias do regime capitalista, a superprodução e o subconsumo, e consideram que as soluções geradas via Estado acabariam por gerar outros problemas.

Figura 1: Fluxo circular de renda e dos gastos



Fonte: Amado e Mollo (2003, p.03).

Ao observar a crise econômica do mercado financeiro deflagrada em 1929 pelo *crack* da bolsa de valores de Nova York que atingiu proporções mundiais, John Keynes concluiu que o mercado financeiro não possuía mecanismos para achar soluções por si só, a incerteza prevalecia no ambiente, o desejo pela liquidez era extremo, atando os investimentos, este cenário, para Keynes, tornava claro que havia a necessidade da intervenção de um agente externo, que seria o Governo, este teria o papel de restaurar a confiança e os investimentos.

Com base nas observações feitas no período da crise de 29, John Keynes escreveu seu livro “A Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro” lançado em 1936, dentre as ideias mencionadas nesta obra a que se destaca é a incerteza que permeia a economia, sendo assim, a economia não se baseia no pleno emprego e o fluxo circular de renda não se mantém em equilíbrio, já que a variável que controla os investimentos é diferente da que controla a poupança, esta última é controlada pela sobra de renda do trabalhador e a primeira é controlada pela eficiência marginal do capital, ou seja, a possibilidade de lucro futuro.

O economista austríaco Joseph Schumpeter ao desenrolar sua teoria do desenvolvimento econômico também crítica a ideia da estabilidade do ciclo econômico. Segundo Schumpeter (1982), o fluxo circular de renda apregoa que a economia tem um comportamento semelhante a circulação de sangue num organismo animal, mas na verdade o fluxo circular e os seus canais alteram-se com o tempo e não apenas de forma contínua como o faz o organismo vivo, mas também apresenta mudanças não continuadas e que mudam o limite e curso tradicional do fluxo [de renda].

Ao observar as discussões sobre a eficiência da atuação do Governo frente ao mercado torna-se necessário analisar o conceito de eficiência. Quando se afirma que o Estado ao intervir no mercado pode agir de forma eficiente ou ineficiente cabe analisar de que forma esse conceito é entendido. Assim, Sachs (2004, p. 41 - 42) ao analisar a eficiência, mais especificamente do sistema capitalista afirma que:

A economia capitalista é louvada por sua inigualável eficiência na produção de bens (riquezas), porém ela também se sobressai por sua capacidade de produzir males sociais e ambientais. Para os ideólogos do fundamentalismo de mercado, estes males são o preço inevitável do progresso econômico. [...] Em outras palavras, o desemprego maciço, o subemprego e as desigualdades sociais são inerentes ao sistema capitalista, porém estes inconvenientes seriam mais do que compensados pela eficiência da economia capitalista de mercado. Esse argumento se apóia, no entanto, numa definição muito estreita de eficiência. Não resta a menor dúvida de que o capitalismo é muito eficiente em termos de alocação, porém deficiente em termos das eficiências keynesiana, social e ecoeficiência, que são essenciais ao conceito de desenvolvimento incluyente, fundamentado no trabalho decente para todos.

Dentro da concepção meramente economicista, a ‘eficiente’ alocação de recursos está baseada num conceito denominado ‘custo de oportunidade’, onde dentre todas as possíveis opções a melhor escolha (a mais eficiente) é aquela a qual trará o maior lucro marginal e o menor investimento. A eficiência econômica consiste na máxima utilização de recursos escassos, já que ‘os recursos são escassos e as necessidades são ilimitadas’. Também é bastante enfatizado, dentro da economia, o conceito de eficiência criado por Pareto, que entende a eficiência como sendo a melhoria de situação de um agente econômico sem que isso faça com que outro agente econômico se prejudique.

FALHAS DE MERCADO E DE GOVERNO

Apesar das divergências com relação à percepção da intervenção do Estado, todas as teorias econômicas acreditam que o mercado é passivo de falhas. As falhas de mercado, de acordo com Frank (1997, p.575), Teixeira (2001, p.10), Stiglitz e Walsh (2003a, p.225) são as seguintes:

Provisão de bens públicos: as empresas se baseiam principalmente no objetivo do lucro, deste modo, suas ações têm por princípio gerar lucro. Ações que não gerem o lucro desejado não lhes despertam interesse, sendo assim, aqueles serviços/ bens que são de interesse público, mas não geram o retorno ansiado acabam por ser disponibilizadas pelo Estado. O bens públicos podem ser consumidos por várias pessoas (não-exclusão) sem que diminua a quantidade de sua utilização por outras pessoas (não-rivalidade). Assim, a sua provisão incorre em ineficiência porque existe uma impossibilidade de se cobrar adequadamente por bens que não geram o lucro suficiente, mas que são necessários para o bem estar da população.

Comportamentos não-competitivos de empresas: associações de empresas de uma forma que gera prejuízo ao consumidor, a exemplo da formação de monopólios (apenas um produtor no mercado), oligopólios (um grupo pequeno de produtores no mercado), mercado oligopsônio (caracterizado pela pequena quantidade de compradores no mercado e muitos ofertantes), mercado monopsônio (estrutura de mercado com forte controle dos preços, em que, só se encontra um cliente para diversos ofertantes) e a concorrência monopolística.

Externalidade: correspondem àquelas atividades de produção que envolvem a imposição involuntária de custos ou benefícios. São involuntários porque os indivíduos que recebem estes benefícios ou malefícios não estão diretamente envolvidos nessas atividades. Essas externalidades constituem ‘falhas’ porque não existem mecanismos de compensação no mercado para elas.

Informações assimétricas²: o mercado é ineficiente se durante a relação comprador-vendedor uma das partes da relação possui mais informações que a outra. Um comprador ou vendedor vai basear suas ações nas informações que possui se estas forem falhas ou insuficientes ele poderá agir com ineficiência.

² De acordo com Guimarães e Borges (2008, p.27), a atividade turística é naturalmente marcado pela assimetria de informações, devido a intangibilidade própria do produto turístico.

Mercados Incompletos: ocorrem quando há um desequilíbrio entre a quantidade de oferta e o valor que o consumidor está disposto a pagar.

Hall (2004, p.40) ainda destaca o risco da ocorrência da ‘tragédia dos comuns’, sendo esta entendida como a possível inépcia do indivíduo de reunir-se/ organizar-se para preservar um determinado recurso considerado livre. O conjunto de ações consideradas eficientes para cada indivíduo, quando somadas podem ser consideradas ineficientes para o todo. Assim, somos levados a tomar a melhor escolha individual, por não sabermos qual será a escolha do outro.

Apesar das constatações acerca das falhas de mercado deve-se esclarecer que o Governo também pode incorrer em falhas ao tentar corrigir as imperfeições geradas pelo mercado, a este respeito Stiglitz e Walsh (2003b, p.278) identificam algumas falhas que podem ocorrer, a saber:

- O Estado possui o poder coercitivo, a utilização indiscriminada deste resulta em abuso e ineficiência. Burdeau (2005, p.24) afirma que “ou o Poder é ligado a uma função em que encontre ao mesmo tempo seu título e seus fins, ou é uma propriedade de certos indivíduos e, por conseguinte, o instrumento de suas vontades ou de suas fantasias”;

- O sistema democrático adotado faz com que o Estado algumas vezes se torne ineficiente devido a dificuldade em assumir compromissos em longo prazo, a descontinuidade política pode trazer malefícios as atividades que necessitam de mais tempo para se estruturar, a exemplo do planejamento da atividade turística;

- Pressões políticas podem levar a ineficiência, a utilização da máquina pública com finalidade eleitoreira ou mesmo a adoção de medidas populistas que garantam votos podem comprometer a intervenção estatal. Os representantes do Estado devem sempre prezar pelo interesse público, no entanto, em muitos casos, não é a ação mais eficiente que é tomada, mas sim aquela que mais garante votos e traz popularidade para o político.

Assim, percebemos que ambos os agentes (mercado e Estado) são passíveis de falhas. Bardhan (2001) apud Sachs (2004, p.10) coloca que:

cada mecanismo de coordenação da sociedade – o Estado, o mercado, a comunidade – tem suas próprias falhas, mas cada um tem algumas vantagens únicas que podemos tentar combinar a fim de coordenar a correção das falhas.

Dentro desta perspectiva, acredita-se que os três agentes são imprescindíveis para a busca por uma gestão voltada ao desenvolvimento, nenhuma das esferas isoladas conseguirá responder de forma eficiente as inquietações de nossa sociedade.

AS TEORIAS DAS DISTINTAS TRAJETÓRIAS DE CRESCIMENTO

Outra justificativa utilizada por aqueles que acreditam numa intervenção é a exclusão das pessoas do mercado, ou seja, aquele indivíduo que não possui nenhum fator de produção para ofertar (capital, força de trabalho ou terra) se encontra excluído/ marginalizado do mercado.

Com base na ideia da exclusão dos indivíduos do mercado pode-se também chegar a concepção de uma exclusão de regiões, estas em comparação com localidades mais desenvolvidas apresentam poucos fatores de produção disponíveis. De acordo com Cano (1986, p.167):

Em razão de sua dimensão territorial, de sua formação econômica fundamentada em distintos produtos e ciclos de exportação, [...] o Brasil constitui um país privilegiado para o estudo do desenvolvimento desigual do capitalismo. Formado por ‘arquipélagos regionais’ com distintos graus de desenvolvimento, e de constituição de uma estrutura produtiva complexa e hierarquizada.

Dentre os estudiosos que observam o fenômeno das diferentes trajetórias de crescimento, de acordo com Amado (1999) são quatro as teorias mais citadas, a saber: a) teoria da dependência (subdivididos em estruturalistas, autores que seguem o modelo marxista e Cardoso); b) teoria dos polos de crescimento (Perroux); c) círculos de Myrdal e d) teoria de inspiração kaldoriana.

O primeiro grupo observa o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como faces do processo capitalista onde os frutos do desenvolvimento concentram-se nas mãos das economias centrais, enquanto que esses mesmos frutos são drenados das economias periféricas para as centrais. Segundo, Amado (1999, p.155), no entanto, a razão para ocorrer este processo varia conforme a concepção seguida:

[...] enquanto os estruturalistas observam as estruturas de mercado e as características estruturais das economias [centrais e periféricas] levando a deterioração dos termos de intercâmbio, os que se baseiam no marxismo entendem o subdesenvolvimento como um subproduto do desenvolvimento capitalista, e a teoria criada por Fernando Henrique Cardoso está preocupada com as relações de classe que permitem a continuidade na mudança das relações de dependência dentro das economias periféricas. (*op. cit.*)

Em 1947 o francês François Perroux criou a teoria dos polos de crescimento, seus estudos se basearam na observação feita no entorno de Paris, aglomerado urbano importante, e o Vale de Ruhr na Alemanha, grande produtor de matéria-prima. O polo de crescimento nasce a partir de uma ou mais indústrias motrizes³. De acordo com Perroux (1966, p.242) as indústrias motrizes (ou indústrias focos) trazem aumento de vendas para as indústrias movidas criando um efeito multiplicador que reverbera por toda região, promovendo o desenvolvimento desta. Já que as chamadas indústrias motrizes encadeiam novas necessidades coletivas.

Myrdal (1972) observou a existência de círculos viciosos que tendem a agir no sentido de reforçar o subdesenvolvimento e acentuar o desenvolvimento de áreas já desenvolvidas, quando há uma força de desequilíbrio no sistema as demais forças agem no sentido de enfatizar essa força original e não de contrabalançá-la.

Por fim, os kaldorianos defendem que o crescimento das economias capitalistas industrializadas seria liderado pela demanda autônoma. As exportações seriam determinadas por fatores exógenos (incontroláveis) e pela variação da competitividade do setor (fator controlável), para Kaldor os preços seriam formados com base no *mark up* sobre a relação entre salários nominais e produtividade como os salários nominais são relativamente rígidos e não variam muito entre diversas regiões as origens para as diferenças nas taxas de crescimento das diferentes regiões teriam que ser encontradas nas diferenças de produtividade entre as regiões. (AMADO, 1999, p.158).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Com base nas discussões sobre intervenção do Governo no mercado, pensa-se numa ferramenta para que um agente externo (Estado) possa intervir no mercado. O principal instrumento usado para intervenção no mercado são as políticas públicas. Na visão de Dye (2005), políticas públicas correspondem a tudo aquilo que o Governo decide fazer ou deixar de fazer. As ações e omissões são consideradas políticas públicas, isso porque ao escolher incluir ou excluir determinada matéria na agenda o Governo está fazendo política pública. Mény e Thoenig (1989, p.130) conceituam política pública como “atos e não atos engajados por uma autoridade pública face a um problema ou em um setor de competência”, pode-se perceber que o conceito dos atores é bastante similar ao de Dye (2005), enfatizando ações e omissões como política pública.

³ Segundo Souza (2005, p.89) A indústria motriz apresenta as seguintes características: (a) cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; (b) possui inúmeras ligações locais de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos; (c) apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; (d) possui grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e, portanto, a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; (e) produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo.

Segundo Mény e Thoenig (1989), a elaboração de políticas públicas, segue algumas etapas sequenciais que são a identificação do problema, formulação de soluções ou de ações, tomada de decisão, implementação da ação, avaliação do resultado e por fim, término da prática ou ação.

Assim, o processo da política pública (sob a visão da análise sequencial) se inicia com a identificação do problema, ao escolher ignorar determinado problema está se praticando ‘política pública’. No caso específico do turismo, os primeiros problemas identificados diziam respeito as agências de viagem. No entanto, o marco inicial das políticas públicas de turismo brasileiras, de acordo com Beni (2006)⁴, se dá com a criação da então Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966, isso porque anteriormente havia alguns poucos diplomas legais que tratavam de organizar o setor (definido as agências de viagens), apenas em 1966 é que é formada uma estrutura institucional, composta pela EMBRATUR e pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) formando o chamado Sistema Nacional de Turismo, que de fato cria e incentiva um política pública que trata de forma mais ampla da estruturação do turismo no Brasil.

O período que compreende a criação deste Sistema Nacional de Turismo é conhecido como a ‘era de ouro’ (1948-73), nesta época existia a preocupação de minorar as distorções provocadas pelo crescimento econômico diferenciado das regiões o que levou à montagem de estruturas administrativas cuja principal missão seria a de ‘planejar’ ou ‘ordenar’ a ocupação de territórios nacionais mediante determinadas orientações de investimentos públicos. O período é marcado pela ampla centralização das decisões políticas, especialmente, na esfera federal, as ideias de Keynes a respeito da ampliação do papel do Estado assim como a própria conjuntura política vivida pelo Brasil (Governo Militar) reforçaram esta centralização.

O turismo se insere neste contexto como uma atividade que na visão dos governantes seria capaz de promover o desenvolvimento de regiões excluídas, a exemplo do Nordeste, a política dos megaprojetos iniciada no Rio Grande do Norte no final da década de 1970 marca o início da chamada panacéia do turismo e sua visão como ‘indústria’ sempre promotora de benesses para a população local.

Os megaprojetos turísticos surgem no final da década de 70 influenciados pelo modelo de turistificação de Cancún, visando a urbanização de trechos do litoral nordestino por meio da construção de equipamentos turísticos de grande porte. Os Estados que optaram por desenvolver esse modelo foram o Rio Grande do Norte (Projeto Via Costeira), Paraíba (Projeto Cabo Branco), Pernambuco/ Alagoas (Projeto Costa Dourada) e Bahia (Projeto Linha Verde).

Na visão de Cruz (2002), os megaprojetos caracterizam um período de omissão do governo federal que resultou num caos urbano dos municípios turísticos litorâneos onde estes projetos foram de fato efetivados, isso porque ao invés de estabelecer um planejamento urbano foi delegada à iniciativa privada o poder de decidir sobre o (re)ordenamento de seu território.

A década de 90 compreende a criação de três políticas públicas de turismo que obtiveram grande destaque nacional, são elas: o PNMT, o PRODETUR/NE I e os Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo.

O PNMT representa um marco nas políticas públicas de turismo por ser o primeiro instrumento a discorrer sobre uma descentralização no planejamento turístico, enfatizando o papel dos municípios na gestão da atividade, com base no PNMT foi criada a principal política pública de turismo da atualidade, o PRT – Roteiros do Brasil.

O PRODETUR/NE surge como um mecanismo para subsidiar a política dos megaprojetos que neste período, na década de 90, não existia apenas no Rio Grande do Norte, já havia se expandido para a Paraíba, Bahia, Pernambuco e Alagoas.

⁴ Cruz (2002) ao fazer um histórico das políticas de turismo no Brasil inicia em 1938 com o decreto-lei nº 406 de 4 de maio de 1938 que trata do funcionamento das agências de vendas de passagens e das agências de turismo.

Baseado na teoria de Perroux dos pólos de crescimento é construída a política dos Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo, que não apresenta resultados expressivos em termos de sua implementação, no entanto, a idéia da criação dos pólos é incorporada ao PRODETUR/NE I, este cria os pólos nos nove Estados nordestinos mais o norte de Minas Gerais e o Espírito Santo.

O período atual é marcado pela criação do Ministério do Turismo (Mtur) em 2003 e pela redefinição das funções da EMBRATUR, esta última passa a ser responsável pela promoção do Brasil no exterior e pela elaboração de estudos.

Ao Mtur cabe subsidiar a formulação de planos, programas e ações necessárias à consecução da Política Nacional de Turismo, propor diretrizes e prioridades para a aplicação do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR); bem como coordenar a formulação, apoiar e acompanhar os programas regionais de desenvolvimento do turismo que objetivem beneficiar as populações locais, além de coordenar a formulação, apoiar e acompanhar as ações de estímulo e fomento à mobilização da iniciativa privada, nacional e internacional, para sua participação ativa na implementação da Política Nacional de Turismo, dentre outras funções. (BENI, 2006, p.29).

A partir da elaboração do Plano Nacional de Turismo (2007 - 2010), a política pública de turismo mais enfatizada é o macroprograma de regionalização do turismo, este é composto pelos programas de planejamento e gestão da regionalização; programa de estruturação dos segmentos turísticos; programa de estruturação da produção associada ao turismo e programa de apoio ao desenvolvimento regional (o PRODETUR nacional).

O fundamento do PRT é a elaboração de roteiros turísticos agrupando o potencial dos municípios de uma determinada região. Diferente do PNMT que trabalhava apenas com os atrativos turísticos e equipamentos de um determinado município o PRT pretende elaborar roteiros que a partir da sinergia entre atrativos e infraestrutura de diferentes municípios possa proporcionar qualidade e descentralizar os fluxos turísticos no país, valorizando a criação de roteiros no interior dos Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões a cerca do papel do Estado na economia ainda são polêmicas, muitos defendem a tese de um Estado mínimo que se ocupe apenas de estabelecer regulamentações que controlem a ordem, com poucos investimentos públicos, outros acreditam num Estado fortemente atuante, considerado até mesmo patrimonialista.

Atualmente, especialmente em decorrência da globalização, a forma de intervenção estatal parece necessitar de uma reformulação. A dicotomia entre centro e periferia tem aumentado e o mercado até o momento não tem apresentado soluções para este problema, no entanto, a própria história do Brasil tem mostrado que a ampliação exacerbada do papel do Estado, ao menos da forma como ocorreu em períodos anteriores, também não tem trazido soluções para a promoção de uma equidade social. Assim, enfatiza-se mais uma vez a colocação de Bardhan (2001) apud Sachs (2004, p.10) que acredita que através de uma integração entre o Estado, o mercado e a comunidade pode encontrar soluções mais eficientes, no entanto, deve-se enfatizar que nesta tríade o Estado se encontra sempre em destaque por dispor do 'poder de polícia', cuja função é estabelecer as normas a serem seguidas.

Estruturas de integração entre os três agentes já são observadas até mesmo dentro do turismo, através, por exemplo, da formação de parcerias público-privadas diversas, participação da sociedade civil organizada nos Conselhos Municipais/ Estaduais de Turismo e algumas ações de planejamento endógeno de comunidades locais como a Praia do Canto Verde no Ceará.

A atuação do Estado em qualquer setor é essencial, já que o Estado é o responsável por defender o interesse público, no entanto, a atuação exclusiva do Estado não é capaz de responder a todas as necessidades do setor turístico, isso porque determinadas atividades podem e devem ser realizadas pela sociedade (englobando o empresariado e a comunidade). O *trade* turístico tem a função de prover equipamentos seguindo as normas estabelecidas pelo Estado, a comunidade deve ter suas reivindicações ouvidas pelo Estado na elaboração de um planejamento turístico e das normas e leis que regulam a atividade.

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana. Globalização, liberalização e o problema regional no Brasil. **Revista Política Comparada**, vol. I, n.2, 1999.

AMADO, Adriana; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Noções de macroeconomia**: razões teóricas para as divergências entre os economistas. Barueri, SP: Manole, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. - (Série turismo).

BURDEAU, George. **O Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANO, Wilson. A questão regional no Brasil: traços gerais de uma evolução histórica. **Revista de Economia**, Espanha, n 10, Julio-Diciembre, 1986.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo).

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. 11. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

FRANK, Robert. **Microeconomia e Comportamento**. 3. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

GUIMARÃES, André Sathler; BORGES, Marta Poggi. **E-turismo**: internet e negócios do turismo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico**: políticas, processos e relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Turismo Contexto).

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Barcelona: Arte Ciencia Política, 1989.

MYRDAL, Gunn. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo: Nova Cultura, 1972. (Os economistas)

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Heder, 1967.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

STIGLITZ, Joseph; WALSH, Carl. **Introdução à macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003a.

_____. **Introdução à macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003b.

TEIXEIRA, Aloísio. **Mercado e Imperfeições de Mercado**: o caso da assistência suplementar, 2001. Disponível em: <[http://www.ans.gov.br/portal/upload/forum_saude/objeto_regulacao /AA 4.pdf](http://www.ans.gov.br/portal/upload/forum_saude/objeto_regulacao_AA_4.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2008.

VIAGENS TURÍSTICAS E TRANSPORTE RODOVIÁRIO NO BRASIL

Nelio Paulo Sartini Dutra Júnior

Mariane Maria Moraes Vilela Franco

INTRODUÇÃO

Entender a complexa relação do ônibus na conjuntura do transporte rodoviário coletivo remonta a história humana. Neste sentido, este meio de transporte originou-se inicialmente por uma ideia que tinha como ambição atender um contexto local, mas que, devido às evoluções tecnológicas promovidas pelo homem, expandiu-se para uma realidade nacional e até mesmo global.

No Brasil, o século XX representa o ápice dessa expansão nos transportes, e talvez por isto, um grande marco para a emergência das viagens turísticas, porquanto, dependendo do local turístico ambicionado, é indispensável um meio de transporte para se locomover. Assim sendo, para compreender as viagens turísticas no Brasil, é indispensável relacioná-las com os fluxos que acontecem nas rodoviárias por todo o território nacional.

Do mesmo modo, é necessário compreender quais são os destinos turísticos almejados por estes viajantes domésticos, e se de fato esta ambição está sendo alcançada; entender quais as regiões brasileiras que mais recebem turistas; e finalmente, relacionar estas informações com a dinâmica interestadual de transporte rodoviário no contexto turístico.

Este trabalho, portanto, tem o objetivo de apresentar os aspectos quantitativos das viagens domésticas realizadas pelos turistas, como também, os passageiros embarcados no ponto de destino da linha de ônibus das rodoviárias brasileiras. Para isto, buscou-se fazer um contexto histórico sobre a temática; em seguida, organizar em gráficos determinados resultados do Relatório Executivo 6 do Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; e por fim mapear dados do Anuário Estatístico de Turismo do ano de 2012 gerados pelo Ministério do Turismo. Depois que os dados foram organizados em figuras e gráficos, o trabalho foi redigido.

ÔNIBUS E O TRANSPORTE RODOVIÁRIO NO BRASIL

Alguns pesquisadores consideram que o ônibus é um meio de transporte que foi primeiramente utilizado entre os romanos. Naquela época, ele era movido por tração animal e circulava apenas pelas estradas criadas pelo império. Outros estudiosos indicam que o ônibus originou-se em Paris em 1627, mas naquele tempo eram apenas viaturas que estavam a serviço do público, não eram movidos a motor elétrico (STIEL, 2001, p.20). Logo, Cunha (2002, s.p) salienta que houve um tempo em que ir e vir para as grandes cidades era um verdadeiro sofrimento, muitas ruas não tinham calçamento. Com as grandes dificuldades de antigamente, elas não foram suficientes para que a criatividade de algumas pessoas colocassem em ação suas ideias de transportar pessoas.

Todavia, entende-se que a ideia de ônibus foi concebida apenas em 1661, por Pascal, uma vez que ele sugeriu ao Rei Luís XIV que este autorizasse Duque de Roanez a cobrar tarifas, organizar horários e itinerários das carruagens públicas que circulariam em Paris. A autorização foi aceita, e os veículos começaram a circular já em 1662. No entanto, talvez devido ao elevado preço das tarifas e as más infraestruturas das ruas, estes transportes coletivos circularam apenas até 1678 (STIEL, 2001, p.20). Já o autor Nunes (2009, s.p) acrescenta ainda que essas carruagens públicas surgidas em Paris, “tinham lugar para oito passageiros e o cocheiro e seu ajudante vestiam casacas azuis, cujos enfeites variavam nas suas cores de acordo com o itinerário da linha”. Sendo que eram simples carroças, pesadas, trafegando em ruas mal calçadas e como Stiel (2001, p.20) destaca, os preços eram relevantes para a época.

Em 1825 um indivíduo conhecido como Sr. Stanislav Baudry possuía uma casa de banhos na França. Para facilitar o acesso a ela pelos seus clientes, ele próprio disponibilizou um carro comprido com dois bancos paralelos, que percorria do centro da cidade Nantes até a sua casa de banhos. Aos poucos, as pessoas começaram a usar este transporte apenas para fins de locomoção, sem a intensão de ir à casa de banhos; o Sr. Baudry achou isto muito rentável, e fechou o antigo comércio e começou a trabalhar cobrando passagem dos usuários. Neste período, um senhor que vendia chapéus conhecido como Omnes, aproveitando que na época não era comum existir número nas casas, como estratégia para atrair fregueses, ele escreveu na frente de seu estabelecimento “Omnes-Omnibus” que significava “Omnes para todos”. Coincidentemente, os veículos do Sr. S. Baudry saíam da frente desse estabelecimento. Com o passar do tempo, as pessoas começaram a relacionar a placa com as viaturas, e por fim, o nome *omnibus* se estabeleceu. O comércio cresceu, a frota aumentou, e Baudry criou a Empresa Geral de Viaturas e nos veículos dessa empresa escreveu o nome já instituído: “omnibus” (STIEL, 2001, p.20). Por outro lado, de acordo com a concepção de (SILVA, 2011, p.4) a história do transporte coletivo terrestre começa “a partir das carruagens, onde cabiam de seis a oito pessoas, sendo puxadas por animais. Em seguida surgiram os bondes, que eram movidos à eletricidade e sobre trilhos, os quais transportavam um número maior de pessoas”. Logo, o autor ressalta que o ônibus, chegou com mais conforto e com capacidade para aproximadamente 40 passageiros.

A ideia de ônibus foi, portanto concebida no século XVII, mas só em 1825 que de fato o transporte coletivo ônibus se estabeleceu. Este meio de transporte "demonstra uma grande capacidade de se adaptar as condições de tráfego e as transformações que ocorreram e ocorrem nas cidades, por ser um produto flexível" (AUTOBUS, 2012, p.61), assim sendo, posteriormente, devido às inovações tecnológicas promovidas pelas Revoluções Industriais, estes veículos foram sendo aprimorados, adaptando-se as modificações que ocorreram nas indústrias e cidades, passando da tração animal, para força a vapor, e entre outros, conforme os apontamentos de Stiel (2001, p.22), para o gás de iluminação. Todavia, o ônibus a vapor ainda estava presente, e segundo o mesmo autor citado (2001, p.23), no início do século XX, “a tração a vapor equipava 40% dos veículos rodoviários motorizados de passageiros”.

Em seguida, na França, surgem os ônibus elétricos ou trólebus. Esta tecnologia se expandiu, ao ponto de superar o vapor e competir com o motor de combustão interna até a metade do século XX (STIEL, 2001, p.20). Assim, na década de 1950, ocorrem grandes mudanças físicas nos ônibus, pois antes desse período, eles eram "a mistura de caminhão com o jeito improvisado de se transportar pessoas" (AUTOBUS, 2012, p.61). Logo em seguida, os ônibus movidos a diesel passaram a serem fabricados. Ao mesmo tempo, aliando a nova forma de alimentar o motor com os novos padrões físicos, instituem-se os ônibus parecidos com os moldes atuais (STIEL, 2001).

O transporte rodoviário no Brasil começou no ano de 1926 com a construção da Rodovia Rio-São Paulo. Até a metade do século XX, as rodovias brasileiras eram precárias, sendo que foi apenas no governo de Juscelino Kubitschek que essas construções rodoviárias se intensificaram, uma vez que a indústria automobilística emerge no Brasil, o que fez aumentar os investimentos do Estado em infraestrutura para atender o mercado de carros em ascensão (RODRIGUES, 2010, p.47). Desta forma, percebe-se que tanto as novas mudanças físicas dos ônibus, quanto às políticas públicas destinadas ao aprimoramento da infraestrutura rodoviária, aconteceram no final do século passado.

DEMANDA POR VIAGENS TURÍSTICAS

E percebido que para a procura por viagens turísticas os indivíduos necessitam de um estímulo para viajar, no qual há uma motivação que, segundo Pearce (2003, p. 57) é “um estado de necessidade, uma condição que dá um ‘empurrão’ no indivíduo em direção a certos tipos de ação”, como trazer satisfação a si mesma. Há uma necessidade de sair do lugar, de escapar das demandas do dia-a-dia, ou seja, permitir a si mesmo o máximo do prazer, pois esse prazer poderia ser alcançado com uma mudança de lugar.

Podem existir duas razões básicas para as viagens por prazer, sendo elas “o prazer de peregrinar” e o “prazer do sol”. O prazer de peregrinar é definido como aquele traço na natureza humana que faz com que algumas pessoas queiram deixar as coisas que lhe são familiares e sair para ver culturas e lugares diferentes, logo esse desejo de viajar pode não ser permanente, porém pode ser apenas um desejo de trocar experiências com pessoas, coisas conhecidas do próprio dia-a-dia. O prazer do sol depende da existência de encantos diferentes ou uma caça ao sol (PEARCE, 2003, p.58).

Todo o lazer envolve uma saída temporária, mas o turismo é uma saída física real onde o indivíduo pode viajar para uma ou mais regiões de destino, onde Pearce (2003, p.59) comenta que uma viagem de férias, por exemplo, permite a pessoa uma retirada temporária do seu ambiente, ou seja, do seu lugar. Além de que sair da rotina, significa dizer que as pessoas querem um lugar diferente, ou mudar de ambiente de trabalho e de família, ou as duas coisas ao mesmo tempo, tendo uma motivação para a viagem turística (PEARCE, 2003, p.59).

Para Santos (2006, p.105), é necessário compreender como se comporta o consumidor do turismo e quais são os fatores que influenciam em suas escolhas sobre o deslocamento e viagens; em que Pearce (2008, p.60) considera importante três funções que podem influenciar nas escolhas das pessoas, que correspondem: aos motivos sociopsicológicos como o descanso, pois proporciona recuperação do cansaço físico ou mental; relaxamento, recuperação da tensão; e entretenimento, recuperação do tédio. Pearce (2003, p.60) enfatiza que há um conjunto motivacional existente da parte da pessoa, ou seja, para ele fugir do seu ambiente, ele tem um motivo, seja ele pessoal (questões pessoais, problemas, dificuldades) ou de seu ambiente interpessoal (colegas de trabalho, membros da família, amigos).

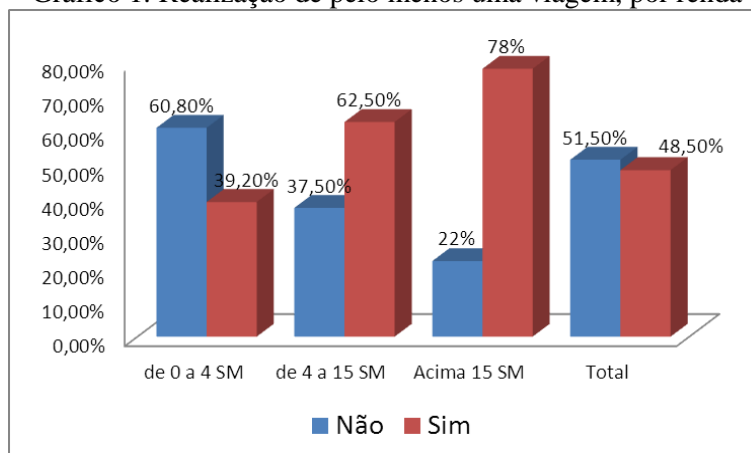
Santos (2003, p.106) cita que os fatores motivacionais são considerados como o primeiro estímulo para o planejamento de uma viagem, sendo assim, ele destaca alguns motivos de forma hierárquica diferentemente de Pearce, sobre as necessidades, sendo elas fisiológicas (fome, sede, descanso, atividades); segurança (proteção, libertação da ansiedade); amor (afeição, dar e receber amor); estima (autoestima e estima por outros) e auto-realização (realização pessoal). Visto que a procura por viagens turística propriamente é uma forma de lazer, ela deve propiciar as pessoas à satisfação de seus desejos e necessidades. Há também uma intensificação nas relações entre os parentes para encontrar com familiares, conhecidos e amigos, em que para Pearce (2003, p.62) é visto como uma grande motivação de estar junto com a família em um ambiente seguro e familiar. Onde poderiam estar visitando, por exemplo, parques, praias ou se divertirem. Ele ressalta que as diferentes motivações influenciam nas escolhas de destino e geram diferentes padrões de viagem.

Enfim, Pearce (2003, p.67) destaca que as determinantes econômicas da demanda turística são a renda e os preços, ou seja, o indivíduo para satisfazer o desejo de viajar, devem atender as condições de poder gastar tempo e dinheiro, e requer também se distanciar do trabalho, casa, compromissos sociais e escola. Para ter a capacidade de viajar é necessário ter tempo, pois as férias principais vêm sendo fragmentadas por pausas breves, ou seja, o indivíduo ficaria pouco tempo no lugar de destino. O referido autor completa que à medida que os padrões de vida vêm crescendo e as rendas aumentando, mais pessoas tem a capacidade de fazer viagens e valer seus direitos a férias mais extensas.

ÔNIBUS RODOVIÁRIO E O TURISMO NO BRASIL

De acordo com os dados obtidos pelo Ministério do Turismo, o “Gráfico 1” mostra a concretização de pelo menos uma viagem por classe de renda. Vê-se que as viagens por pessoas tenderam a crescer a partir do aumento da renda. Desta forma, percebe-se que esta realidade entra em consenso com os apontamentos de Pearce (2003), quando ele diz que a renda é uma das determinantes econômicas neste processo de viajar a turismo. Desta forma, vê-se que quase 80% dos entrevistados com renda superiores a 15 salários mínimos realizam pelo menos uma viagem.

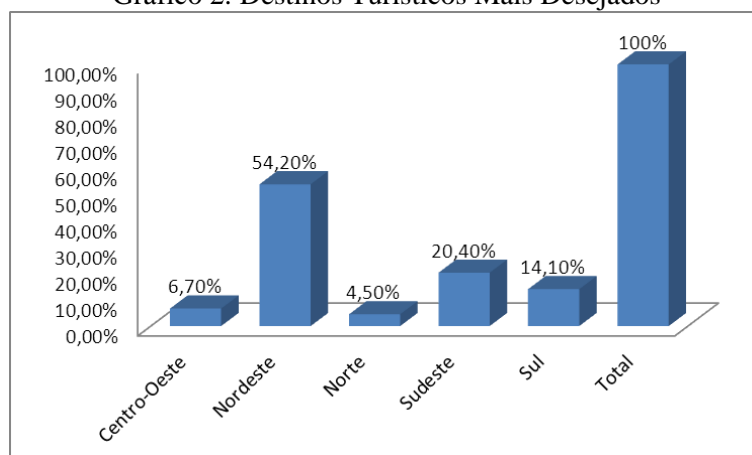
Gráfico 1: Realização de pelo menos uma viagem, por renda



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2012, p.33)
Organização: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

Pode-se observar no “Gráfico 2” os destinos turísticos mais desejados pelos entrevistados, sendo que a Região Centro-Oeste aparece com 6,70% das opções; Nordeste 54,20%; Norte 4,50%; Sudeste 20,40%; e Sul 14,10%. Dentre as regiões mais desejada pelos residentes de várias partes do Brasil, o Nordeste destaca-se pela maior percentagem e em segundo lugar a Região Sudeste.

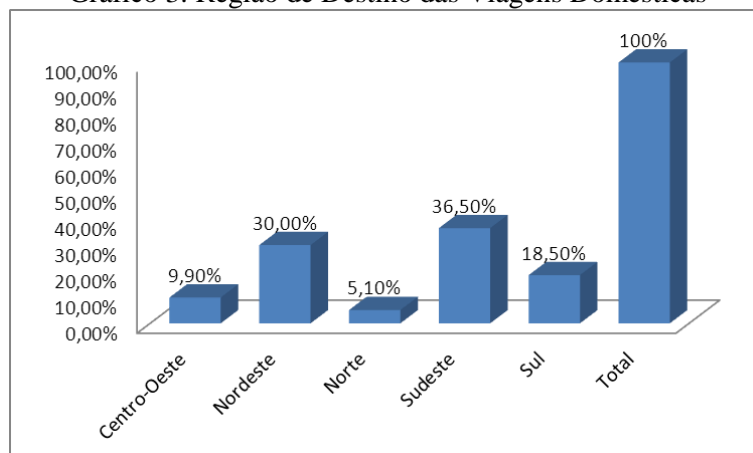
Gráfico 2: Destinos Turísticos Mais Desejados



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2012, p.66)
Organização: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

O “Gráfico 3” corresponde às regiões de destino das viagens domésticas, tendo a região Centro-Oeste com 9,90%; Nordeste 30,00%; Norte 5,10%; Sudeste 35,50% e Sul 18,50%. Comprova-se que, se o Nordeste é a região mais desejada como destino turístico, destaca-se que a região Sudeste de fato é a que mais recebe viajantes domésticos. Dentre os motivos para esta realidade, pode-se conjecturar que, conforme as abordagens teóricas, a renda dos viajantes e os preços das viagens são determinantes na busca pelo destino turístico, em que muita das vezes, o destino ideal não é aquele que de fato um determinado indivíduo consegue pagar; e por isso, diversas vezes ele escolhe um alternativo.

Gráfico 3: Região de Destino das Viagens Domésticas

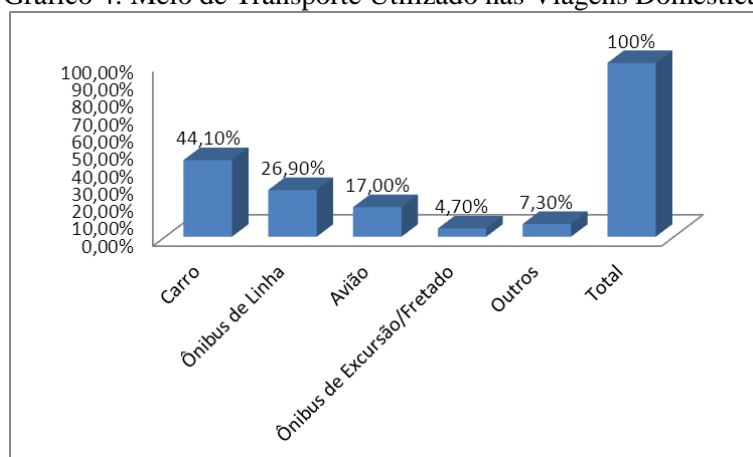


Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2012, p.71)

Organização: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

No “Gráfico 4”, a respeito do meio de transporte utilizado nas viagens domésticas, destaca-se como maior número os usuários de carro, correspondendo a 44,10%; ônibus de linha 26,90%; 17,00% avião; ônibus de excursão/fretado 4,70%; van/perueiro, navio ou barco, carona, moto, ou outros meios de transportes estão representados no campo “outros” com um total de 7,30%. Apesar do avião ser um transporte considerado rápido, os dois meios de transporte mais utilizados são o carro e o ônibus de linha; nestes casos, como justificativa, pode-se levar em conta as questões de localização de aeroportos, que, por exemplo, nem sempre estão próximos a pequenas cidades. Ainda, os “ônibus de linha” e os “ônibus de excursão/fretado”, somando, totalizam 31,6%, que é um valor considerável; desta forma, mesmo a ideia de ônibus ter sido criada no século XVII e se estabelecido no século XVIII, percebe-se que o uso deste meio de transporte está se difundindo atualmente.

Gráfico 4: Meio de Transporte Utilizado nas Viagens Domésticas

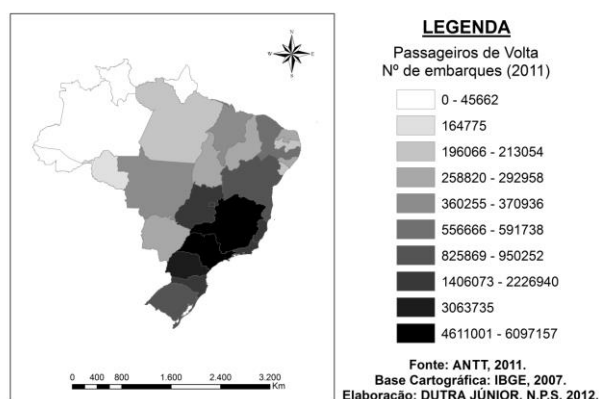


Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2012, p.46)

Organização: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

Entende-se que os passageiros de volta correspondem aos passageiros embarcados no ponto de destino da linha de ônibus. Assim sendo, não pode-se afirmar que todos os “passageiros de volta” apresentados nas figuras a seguir, são correspondentes ao viajantes domésticos dos dados pretéritos apresentados. Todavia, estas informações são relevantes para compreender o fluxo de retorno dos passageiros nas rodoviárias do Brasil.

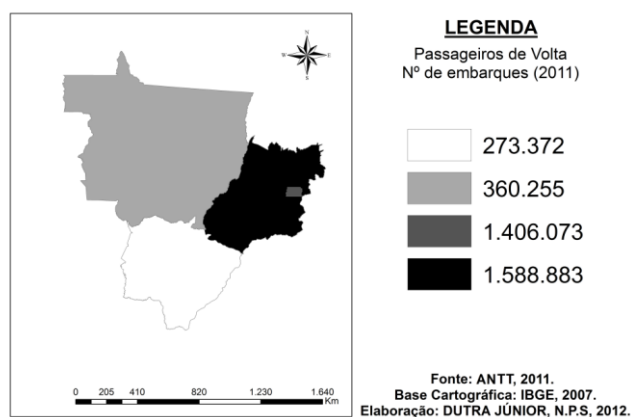
Figura 1: Movimentação Nacional de Passageiros de Volta do Brasil (2011)



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2011, np)
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

Em relação aos passageiros de volta, a “Figura 2” apresenta os dados da Região Centro-Oeste. Nestas, Mato Grosso do Sul possui 273.372 passageiros de volta; Mato Grosso 360.255; Distrito Federal 1.406.073; Goiás 1.588.883; totalizando 3.628.583 embarques de passageiros de volta. No contexto nacional, o Centro-Oeste apresenta grande movimento de volta nas rodoviárias, sendo superado apenas pela região Sudeste e Sul. Ainda, ele é a segunda região brasileira menos desejada como destino turístico de viagens domésticas, e de fato, também é a segunda região menos visitada pelos entrevistados. Vê-se que o estado mais visitado desta região é, portanto Goiás.

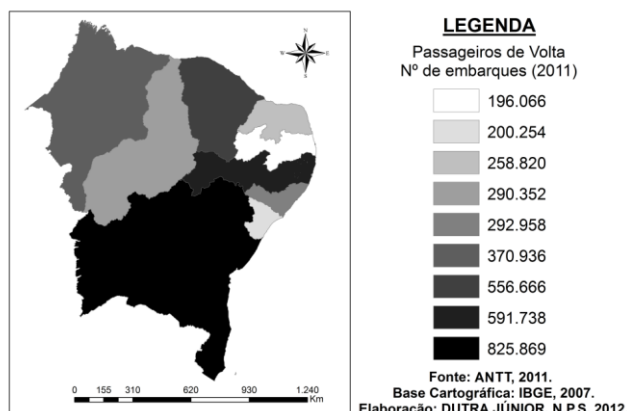
Figura 2: Movimentação Nacional de Passageiros de Volta da Região Centro-Oeste (2012)



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2011, np)
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

A “Figura 3” mostra uma movimentação de passageiros de volta na Região Nordeste, no qual Paraíba apresenta 196.066 passageiros que embarcaram no ponto de destino da linha de ônibus; Sergipe 200.254; Rio Grande do Norte 258.820; Piauí 290.352; Alagoas 292.958; Maranhão 370.936; Ceará 556.666; Pernambuco 591.738; Bahia 825.869. O total desta região foi 3.583.659 passageiros de volta. Mesmo sendo a região que mais desperta interesse dos viajantes domésticos, em comparação com o Centro-Oeste, o Nordeste possui uma quantidade próxima de passageiros de volta.

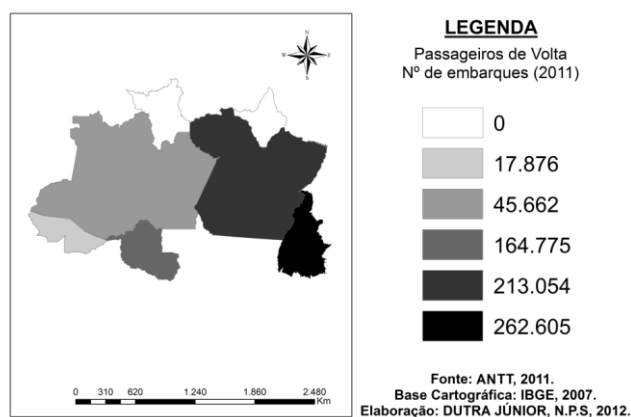
Figura 3: Movimentação Nacional de Passageiros de Volta da Região Nordeste (2011)



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2011, np)
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

Na movimentação de passageiros de volta na Região Norte, vê-se na “Figura 4” que Amapá possui 0 passageiros; Acre 17.876; Amazonas 45.662; Rondônia 164.775; Pará 213.054; Tocantins 262.605; o total corresponde a 703.972 passageiros de volta. Esta região foi a que obteve uma porcentagem menor tanto como destino turístico mais desejado, quanto destino turístico das viagens domésticas. Do ponto de vista nacional, também foi a que obteve menor movimentação de passageiros de volta.

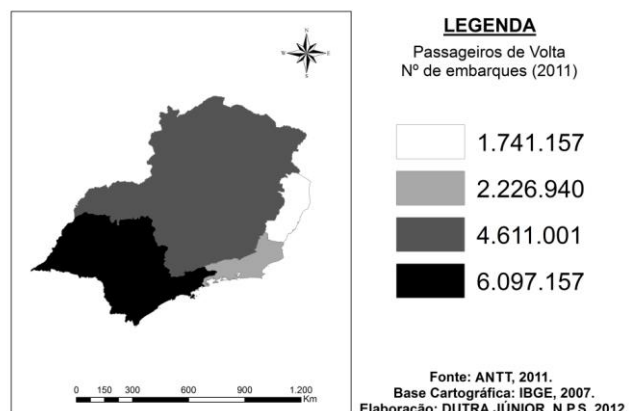
Figura 4: Movimentação Nacional de Passageiros de Volta da Região Norte (2011)



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2011, np)
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

A respeito da Região Sudeste, é apresentado na “Figura 5” os passageiros de volta, no qual Espírito Santo tem 1.741.157; Rio de Janeiro 2.226.940; Minas Gerais 4.611.001; São Paulo 6.097.157; o total desta região foi 14.676.255 passageiros de volta. É a região brasileira que têm o maior número de passageiros de volta, e, mesmo estando em segundo lugar no quesito "destinos turísticos mais desejados", é também a região que mais recebe viajantes domésticos.

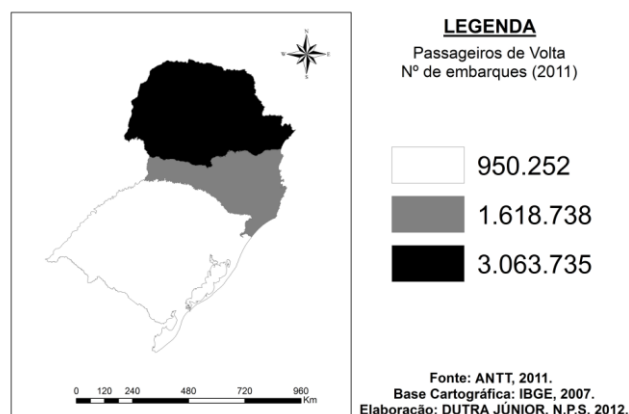
Figura 5: Movimentação Nacional de Passageiros de Volta da Região Sudeste (2011)



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2011, np)
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

A “Figura 6” apresenta a movimentação ocorrida de passageiros de volta na Região Sul, nos Estados do Rio Grande do Sul 950.252; Santa Catarina 1.618.738 e Paraná 3.063.735; totalizando 5.632.725 passageiros de volta. É a segunda região brasileira com maior número de passageiros de volta, a terceira como destino turístico mais desejado, e também a terceira como região de destino das viagens domésticas.

Figura 6: Movimentação Nacional de Passageiros de Volta da Região Sul (2011)



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO (2011, np)
Elaboração: DUTRA JÚNIOR, N. P. S. (2012)

Comparando os dados apresentados, observa-se que o maior fluxo de passageiros e viajantes estão concentrados na região Sudeste e Sul; e do mesmo modo, mesmo o Nordeste sendo a região considerada mais atrativa, os viajantes domésticos estão indo em direção ao Sudeste. Desta forma, pode-se presumir que, talvez devido ao Sudeste possuir melhor infraestrutura rodoviária, ele consiga propiciar menor custo de logística às companhias de viagens, e por isto as viagens domésticas nesta região tornam-se mais baratas em comparação com as outras regiões brasileiras. E finalmente, devido estes menores preços, esta região passou a ser uma alvo maior de destino dos viajantes entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados estudados, considera-se que: a ampliação da renda é um condicionante para aumentar a realização de viagens; a região Nordeste é o destino turístico mais desejado; a região Sudeste é a que mais recebe viajantes domésticos; e que o carro é um dos meios de transporte mais utilizados nas viagens domésticas.

A nível nacional existe uma concentração maior de passageiros de volta na região Sudeste, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Desta forma, em condições regionais embarcam-se no ponto de destino da linha de ônibus 703.972 passageiros no Norte, 3.583.659 Nordeste, 3.628.583 Centro-Oeste, 5.632.725 Sul, e 14.676.255 Sudeste.

Este trabalho teve a única pretensão de fazer um breve referencial teórico sobre a temática, e organizar os dados de pesquisas feitas por instituições que atuam em âmbito nacional. Por este modo, não visa-se aqui limitar a discussão a respeito dessa temática, sendo este um esboço para possíveis estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. Anuário Estatístico de Turismo - 2012. v 39. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2012_-_Ano_base_2011.pdf. Acesso em: 28 jan 2013.

_____. Ministério do Turismo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil- 2010/2011**. São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/domestica/downloads_domestica/Demanda_domestica_-_2012_-_Relatorio_Executivo_nov.pdf>. Acesso em: 21 jan 2013.

CUNHA, E. Histórico dos transportes coletivos. Disponível em: <http://www.encontreaqui.com.br/minhavotinha/transportescoletivos.htm>. Acesso em: 25 mar 2013.

MARTINS, F. G. D. Tribunal de Contas da União. **Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros: Regulação e Concentração Econômica**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://189.21.130.177/portal/pls/portal/docs/2058152.PDF>>. Acesso em: 21 jan 2013.

NUNES, O. A. Transporte coletivo por ônibus. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_1582/artigo_sobre_trasporte_coletivo_por_onibus. Acesso em: 25 mar 2013.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

REVISTA AUTOBUS. Anuário 2012. Ano 1, nº1, maio 2012. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaautobus.com.br/wp-content/themes/theme1447/images/revista-digital/anuario2012/index.html>> Acesso: 14 fev 2013.

RODRIGUES, P. R. A. **Introdução aos Sistemas de Transportes no Brasil e à Logística Internacional**. 4 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2010. 201p.

SANTOS, C. M. **Programas seriados de TV direcionados às viagens turísticas: Interface entre mídia e turismo através da análise dos programas Oi Mundo Afora e O Brasil é aqui**. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.unip.br/ensino/pos_graduacao/strictosensu/comunicacao/download/comunic_celiamariadossantos.swf. Acesso em: 10 mar 2013.

SILVA, T. R; BORGUETTI, K. C. Revista científica eletrônica de turismo. Turismo e transporte rodoviário. Ano VIII – Número 15 – Junho de 2011. Disponível em: <http://www.revista.inf.br/turismo/artigos/TU815102.pdf>. Acesso em: 25 mar 2013.

STIEL, W. C. **Ônibus: uma história de transporte coletivo e do desenvolvimento urbano no Brasil**. São Paulo: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001. 255p.

Parte 2:

**Turismo Cultura e
Identidade Local**

A DUPLICAÇÃO DA BR-365 E SEUS REFLEXOS SOBRE O COMÉRCIO DE PRODUTOS ARTESANAIS EM MONTE ALEGRE DE MINAS, MG

Bruno de Freitas

Patrícia Maria de Freitas Pereira

Suellen Aparecida de Araújo

Anderson Pereira Portuguesez

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioeconômicos e culturais decorrentes da duplicação da BR-365 sobre o comércio de produtos artesanais no município de Monte Alegre de Minas (MG). O mesmo se justifica pela necessidade de contribuir para a proteção da identidade cultural das barraquinhas⁵ que se localizam à margem desta via de deslocamento desde o final da década de 1960.

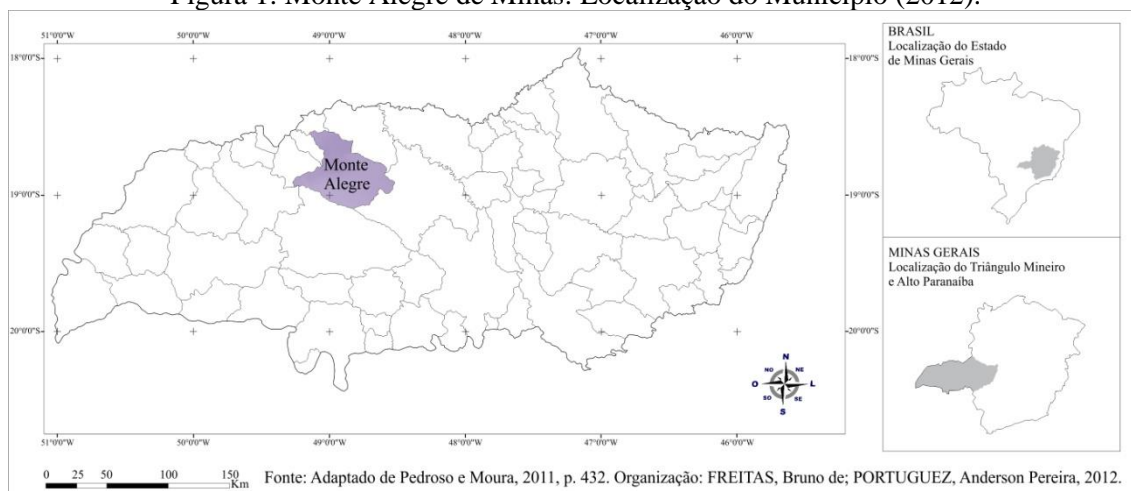
Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma série de levantamentos documentais, cartográficos e material bibliográfico, além da realização de trabalhos de campo. Para fins deste estudo, restringiu-se a análise ao trecho da rodovia BR-365 que concentram as barraquinhas. Isto porque neste trecho é possível visualizar impactos socioeconômicos e culturais, em função da interferência causada pelas obras que atualmente encontram-se em sua fase de finalização.

Neste sentido, o presente trabalho foi organizado da seguinte forma: logo após esta introdução, apresenta-se a localização e um breve histórico do município estudado. O próximo assunto tratado, diz respeito aos impactos socioculturais acarretados pela duplicação da BR-365, no que se refere à comercialização dos produtos locais. Além disto, traz-se uma discussão sobre a necessidade da valorização desta prática cultural. Por fim, teceu-se as considerações finais referentes aos resultados obtidos no presente estudo.

Localização e Breve Histórico do Município de Monte Alegre de Minas

O município de Monte Alegre de Minas acha-se localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais (figura 1), a 65 km de Uberlândia, principal polo regional. Sua área é de 2.595 km², e de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Monte Alegre de Minas possuía em 2010, uma população de 19.619 habitantes.

Figura 1: Monte Alegre de Minas: Localização do Município (2012).



Fonte: Adaptado de Pedroso e Moura, 2012, p. 367.

⁵ Termo utilizado regionalmente para denominar a área de comércio popular nas proximidades da BR-365, localizada na cidade de Monte Alegre de Minas.

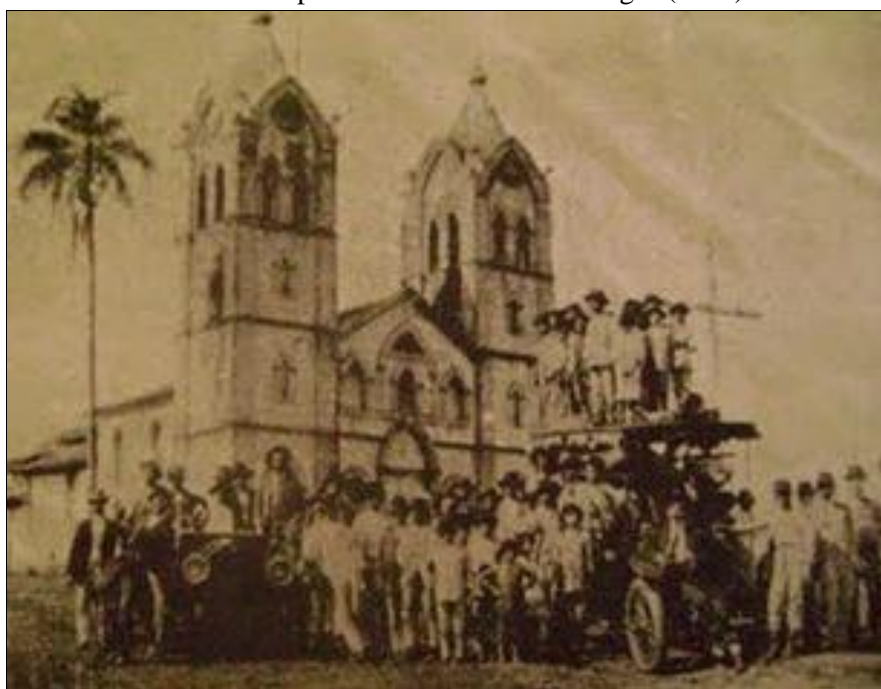
De acordo com a Prefeitura Municipal de Monte Alegre (2013b), a referida cidade surgiu a partir da instalação de uma numerosa família mineira tendo como chefe Martins Pereira, que se mudou para a região com o objetivo de tomar posse de terras no estado de Goiás no período de 1810 a 1820.

Neste sentido, quando a caravana chegou ao local onde fica hoje a cidade de Monte Alegre de Minas, um de seus membros adoeceu gravemente. O chefe da família fez uma promessa a São Francisco das Chagas, de doar naquela localidade um terreno para a construção de uma Capela que ali seria edificada em seu louvor, caso o doente recebesse o milagre da cura.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Monte Alegre (2013a), a graça esperada por esta família foi alcançada e deste modo, a mesma cumpriu com a promessa e construiu a Capela de São Francisco das Chagas (o Padroeiro da Povoação), em 1820, . A edificação do referido monumento se deu com a colaboração de duas outras famílias: os Gonçalves da Costa e os Martins de Sá.

A figura 2 retrata parte da população do Povoado de Monte Alegre em comemoração pela conclusão da reforma da referida Capela, no ano de 1920. Nesta reforma, foram-se erguidas as duas torres que permanecem na referida edificação até os dias atuais, que atualmente é denominada Igreja Matriz São Francisco das Chagas, localizada na área central do Município de Monte Alegre de Minas.

Figura 2: Monte Alegre de Minas: Inauguração das Torres da Capela São Francisco das Chagas (1920).



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Alegre (2013a).

A denominação do município se deu em razão de no alto da Serrinha (localidade mais alta do relevo, sentido Uberlândia), os moradores ali si reuniam para programar os trabalhos rurais, pagodes comemorativos, rezas de terços entre outras festividades, com muita alegria, resultando o nome do arraial: Monte Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, 2013a).

Ainda segundo a mesma fonte, Monte Alegre de Minas pertencia ao município de Prata (MG) e foi desmembrada em 16 de setembro de 1870. A exploração agrícola sempre foi a base da economia local. O cultivo de abacaxi⁶ foi introduzido no município em 1940, obtendo o alcance comercial, de importância nacional, se constituindo em uma das bases produtivas deste local. De acordo com Guimarães e Matos (2012) a história do cultivo de abacaxi no município iniciou-se, quando um potiguar, natural de Caicó (RN), se instalou no município, em busca de uma vida melhor, trazendo consigo as primeiras mudas do fruto. No entanto, pode-se considerar que a fruticultura desenvolveu-se no município, sobretudo, a partir de 1970. De acordo com Guimarães e Matos (2012) a expressividade da produção de abacaxi não está presente apenas no campo, como também na própria paisagem urbana que demonstra que este cultivo faz parte da vida econômica do município

O traçado urbano de Monte Alegre de Minas foi influenciado pela construção da Capela São Francisco das Chagas (figura 2), atualmente conhecida como a Igreja Matriz São Francisco das Chagas, pois no seu entorno foram edificadas as primeiras praças públicas, residências e prédios públicos. A partir de 1940, iniciou a primeira expansão urbana, período em que houve a construção da atual rodovia BR-365 que dividiu a cidade em duas partes visualizadas na figura 3.

Figura 3: Monte Alegre de Minas: Localização das Barraquinhas, às margens da rodovia BR-365 (2010).



Fonte: MapLink/Tele Atlas, 2010. Disponível em: <<http://www.earth.google.com>>. Acesso em: 10 mar. 2013. Org.: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2013.

Para explicar o processo de expansão da malha rodoviária no município de Monte Alegre de Minas, é preciso entender as principais Políticas Públicas, de âmbito nacional. Neste sentido, Correia (2011) apresenta que a partir de 1930 se materializavam as primeiras decisões políticas no sentido de eleger o modal rodoviário como o meio mais eficiente, de implantação mais barata e flexível, com a capacidade de integrar a economia nacional. Esse impulso fora consolidado pela criação do Fundo Rodoviário Nacional e a outorga de autonomia ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem/DNER⁷.

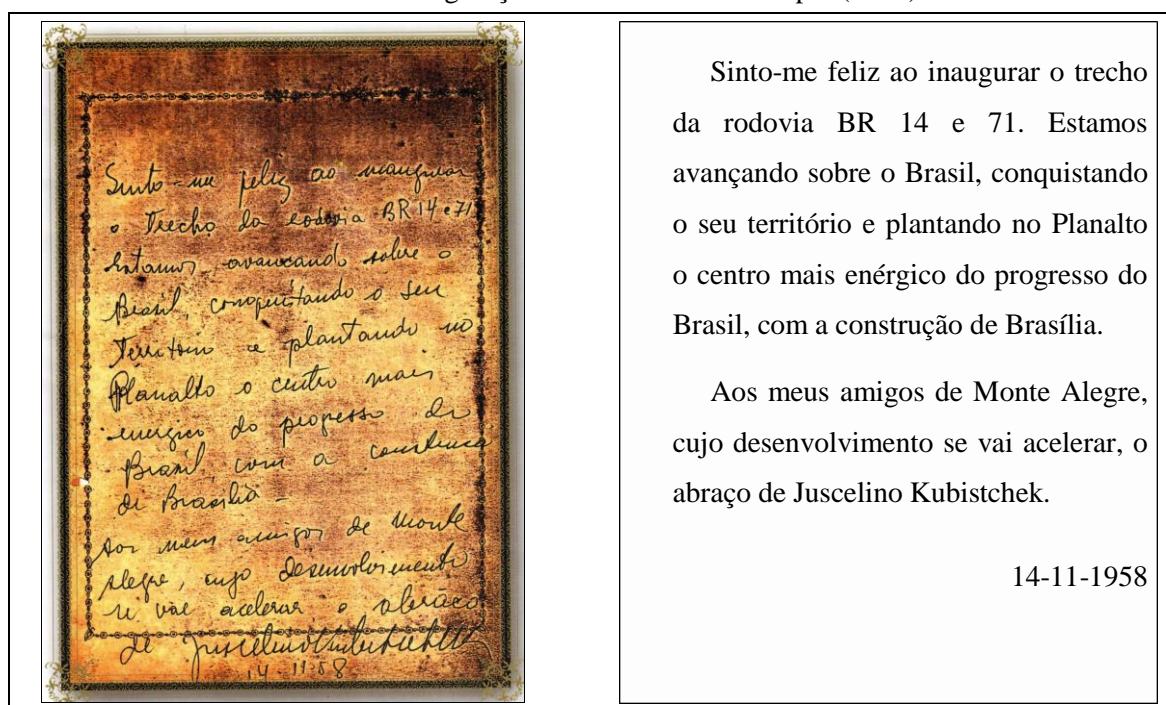
⁶ Nome genérico atribuído a algumas variedades de planta *monocotiledôneas* da família das *bromeliáceas*, gênero *ananas*.

⁷ Departamento criado no governo Getúlio Vargas, quando se deu a primeira ampliação da malha rodoviária nacional, em 1937 (BRASIL- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, s.d).

Neste sentido, pode-se afirmar que o apogeu do rodoviarismo ocorreu entre 1945 e meados da década de 1970, quando foram desenvolvidos os planos governamentais que visavam consolidar a industrialização. São eles: Planos da Comissão Mista Brasil/Estados Unidos, o Plano de Metas de JK e os Planos Nacionais de Desenvolvimento/PNDs do regime militar (CORREIA, 2011). Atrelado a estes planos, pode-se considerar que o DNER (transformado em autarquia em 1945) contribuiu efetivamente, para a expansão da malha rodoviária no país e por transformações institucionais no interior do território nacional.

Entretanto, o processo de pavimentação do trecho da rodovia, onde atualmente se encontram as barraquinhas, se deu no final da década de 1950 conforme mostra a carta de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República, entregue ao município de Monte Alegre de Minas (figura 4). O período apresentado coincide com o período de expansão do Brasil Central, incentivado pelo governo do então Presidente.

Figura 4: Monte Alegre de Minas: Carta escrita por Juscelino Kubitschek referente à inauguração da BR 365 no município (1958).



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Alegre, s.d. Org.: FREITAS, Bruno de, 2013.

Em 1957, no Governo Juscelino Kubitschek, a implantação de uma indústria automobilística nacional e a decisão de construir a nova capital no interior do país, impulsionou o desenvolvimento rodoviário do Brasil, refletindo na constituição da malha rodoviária em Monte Alegre de Minas. No Governo do referido presidente houve ampliação e superação das metas originalmente prevista (CORREIA, 2011, p. 84).

Para Engel e Soares (2005) a partir da década de 1970, o espaço brasileiro passa por diversas transformações oriundas do avanço das fronteiras agrícolas, inclusive no Triângulo Mineiro, onde esta localizada a cidade estudada. Isto porque, neste período inicia-se o processo de crescimento das atividades industriais e a criação e fortalecimento de uma rede urbana de importância nacional. Neste sentido, pode-se afirmar que estes processos atuam direta e/ou indiretamente sobre o crescimento econômico do referido município.

Semelhante a quase todas as cidades regionais, Monte Alegre de Minas concentra suas principais atividades econômicas nas áreas centrais onde ocorreram as primeiras ocupações. Em contrapartida, é necessário entender que há modos alternativos de sobrevivência da população que ao longo do tempo foram sendo criadas. Em específico, pode-se citar a criação da comercialização de produtos artesanais e/ou regionais às margens da rodovia que corta o perímetro urbano da cidade estudada.

Segundo relatos dos barraqueiros mais antigos, as barraquinhas emergiram no final dos anos de 1960, na rodovia sentido Uberlândia. Elas foram criadas pela iniciativa dos pequenos produtores de abacaxi, que levavam as frutas às margens da BR-365 para serem comercializadas, principalmente para os caminhoneiros que as procuravam com mais frequência. Com o passar dos anos foram introduzidos outros produtos artesanais nas barraquinhas, como: queijos, doces, pimentas, farinhas, cachaças, que eram produzidos pelos próprios barraqueiros ou por alguns de seus familiares.

Segundo relatos de uma das comerciantes⁸ das barraquinhas, é possível explicar o processo de consolidação deste comércio no atual trecho da rodovia BR-365. Segundo esta depoente:

No início dos anos 1980, o então prefeito do município (Sr. Ademar Delfino de Moura) cedeu aos barraqueiros uma área no interior da cidade [perímetro urbano], onde estão atualmente localizadas as barraquinhas, pois, onde estavam localizadas apresentava grande perigo, podendo acarretar acidentes” (Ipê, 2012).

Aliás, convém esclarecer que na atualidade, em função do processo de duplicação da rodovia BR-365, esta área vem apresentando impactos socioambientais, socioculturais e socioeconômicos que interferem diretamente na vida dos comerciantes locais. Neste sentido, passa-se a descrever e analisar estas alterações.

IMPACTOS ACARRETADOS PELA DUPLICAÇÃO DA BR-365

Para Boullón (2002), os corredores turísticos dão suporte às atividades turísticas e podem tornar-se espaços de desenvolvimento econômico e social. Constituem-se nas vias de conexão entre portos de entrada do turismo receptivo e as praças emissoras do turismo interno e formam a rede de estradas e vias de um território, por meio dos quais se deslocam os fluxos turísticos para completar seus itinerários.

Neste sentido, pode-se afirmar que antes do processo de duplicação da BR-365, a localização das barraquinhas na mancha urbana da cidade favorecia diretamente à comercialização dos produtos artesanais pela população local (figura 5) em função dos deslocamentos de passageiros para os mais variados destinos.

Figura 5: Monte Alegre de Minas: Antigo acesso às barraquinhas na rodovia BR-365 antes da duplicação da referida via de deslocamento (2010).



Fonte: MapLink/Tele Atlas, 2010. Disponível em: <<http://www.earth.google.com>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

⁸ Ressalta-se que os comerciantes serão identificados por codinomes, para garantir a preservação da identidade dos sujeitos da presente pesquisa.

Isto porque, a Rodovia BR-365 que atravessa a cidade, dava acesso direto a estas áreas comerciais, fazendo com que ao longo do tempo alguns moradores estabelecessem vínculos nesta localidade. Estes acessos são facilmente observados na figura 5. Além disto, é interessante reconhecer a importância que as barraquinhas e seus produtos exercem sobre a dinâmica produtiva local. Estes estabelecimentos estão montados para a comercialização de variados artigos (artesanais, culinários, condimentos e outros) feita pela população local, que podem ser visualizadas nas figuras 6 e 7.

Figuras 6 e 7: Monte Alegre de Minas: Barraquinhas localizadas às margens da rodovia BR 365, bem como os produtos locais comercializados (2013).

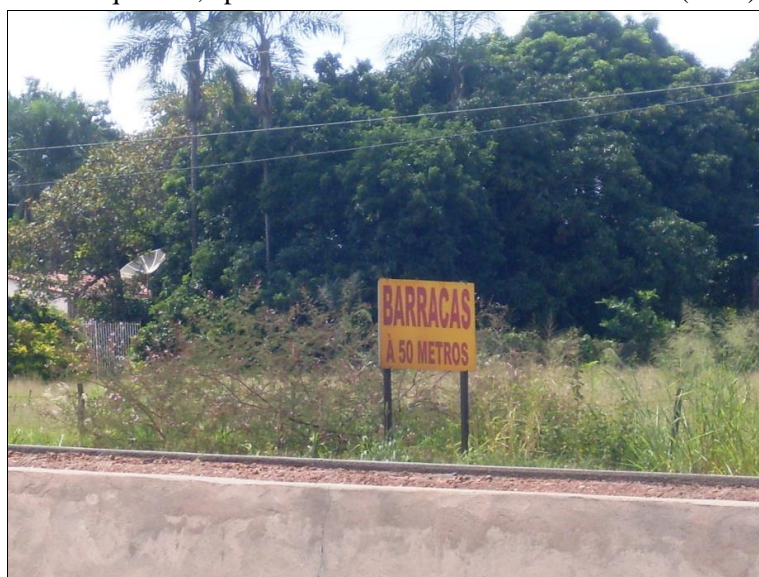


Autor: PORTUGUEZ, A. P., 2013.

Segundo os comerciantes das barracas as atividades vêm a cada dia diminuindo ainda mais, isso se deve principalmente a duplicação da BR-365, porque atualmente não há como os carros estacionarem seus veículos na sombra, pois as mesmas foram arrancadas, outro fator elencado, diz respeito de como a duplicação da rodovia dificultou o acesso pelos consumidores às mesmas.

Além destes problemas apresentados, os comerciantes da área de estudo alegaram que um dos fatores que interfere diretamente na redução de consumidores, bem como a comercialização dos produtos nas barraquinhas se deve à falta de sinalização atualizada (figura 8), que indique como estes viajantes se dirijam a esta área de comércio popular, por meio dos atuais acessos reorganizados, após o início do processo de duplicação da BR-365.

Figura 8: Monte Alegre de Minas: Antigas placas de sinalização da chegada às barraquinhas, apenas no sentido Ituiutaba-Uberlândia (2013).



Autora: PEREIRA, P. M. F., 2013.

Outra dificuldade elencada pelos comerciantes, diz respeito às dificuldades que os consumidores enfrentam para chegarem até estas áreas comerciais, justamente pelo fato de que há apenas um lado da rodovia que possibilita a entrada dos veículos, sentido Ituiutaba/Uberlândia (figura 9). Em contrapartida, no sentido contrário não há retorno próximo para os clientes chegarem até as barraquinhas (figura 10), que pode ser visualizada na via de deslocamento localizada à esquerda na referida figura.

Figura 9: Monte Alegre de Minas: Local de entrada de veículos e/ou consumidores nas barraquinhas pela rodovia BR-365, em seu sentido Ituiutaba/Uberlândia-MG (2013).



Autora: PEREIRA, P. M. F., 2013.

Figura 9: Monte Alegre de Minas: Entraves de acesso pelos veículos e/ou consumidores às barraquinhas pela rodovia BR-365, em seu sentido Uberlândia-MG/Ituiutaba (2013).



Autora: PEREIRA, P. M. F., 2013.

Neste sentido, pode-se afirmar que com a supressão da entrada de veículos para as barraquinhas, no sentido Uberlândia-Ituiutaba o comércio local será prejudicado. Corroborando com esta afirmação, a comerciante mais antiga das barraquinhas (desde os anos 1970), alegou que *“os habitantes de Monte Alegre são os que menos frequentam as barraquinhas”* (Caraiíba, 2012). Neste sentido, pode-se afirmar que o menor consumo destes produtos pela população local se deve ao fato que os próprios moradores produzem essas mercadorias.

Complementando esta afirmação, Engel e Soares (2005, p. 16-17) apresentam que “de acordo com os artesãos, o mercado interno do município não absorve grande parte de suas produções porque a maioria da população faz estes produtos na própria casa, ou seja, praticamente todas as donas de casa fazem seus bordados, doces e conservas, não justificando a compra do produto”.

Historicamente, o patrimônio cultural imaterial de Monte Alegre de Minas vem se mantendo sem a devida valorização porque não há uma preocupação da gestão pública municipal em manter a tradição deste tipo de comércio. Esta ausência de políticas valorizadoras e/ou protetivas tem origem na falta de percepção dos Órgãos Públicos do município e até mesmo da sociedade em relação à importância social dos comerciantes estudados e inclusive seu papel para a consolidação do turismo regional.

Neste sentido, Silva (2003) afirma que no contexto cultural de um determinado município, encontra-se um mosaico de estilo de vida, que materializam a memória local, alguns patrimônios tombados separadamente ou em grupos ou outros também com o interesse de preservação por parte do Instituto do Patrimônio Histórico do município. Neste sentido, o Patrimônio Cultural de uma determinada área constitui-se em:

[...] um conjunto da produção realizada pelo homem, podendo ser: material/imaterial, tangível/intangível, de fato e de direito. Os primeiros são aqueles representativos da cultura de um povo. Os de direito, são aqueles protegidos por lei, que são tombados individualmente ou em conjunto e em diversos níveis (Mundial, Federal, Estadual e Municipal) responsável para a identificação de uma localidade e de seus povos pioneiros, que deixam registrados suas vivências, costumes, ideais que serão ou terão bastante influência em outras sociedades. (SILVA, 2003, p.8).

É interessante ressaltar que a proteção cultural é necessária para registrar características da história de uma sociedade local. A história, por sua vez, tradicionalmente é retratada a partir do olhar imposto pelas elites sociais, mas é relevante considerar que a dinâmica social é construída por todos os estratos sociais. Desta forma, as barraqueiras e os barraqueiros representam parte das tradições comerciais do município estudado e, neste sentido, deveriam ser mais estudados, mais respeitados e até mesmo mais protegidos.

CONCLUSÕES

É possível afirmar que além dos impactos ambientais gerados pela duplicação da BR-365, houve também o surgimento de impactos de ordem socioeconômica e cultural sobre os comerciantes das barraquinhas. Nesta abordagem foi possível entender quais as consequências que a duplicação da rodovia provocou para a alteração do funcionamento deste comércio, tais como a diminuição das vendas destes produtos às pessoas que se deslocam nesta rodovia.

Para que as atividades comerciais sejam desenvolvidas de maneira equilibrada, é necessário pensar a sua relação com a cultura local e a organização dos corredores turísticos, com o objetivo de compreender melhor a história do município de Monte Alegre de Minas. Neste sentido, propõe-se a valorização da prática cultural estudada, pois a maioria dos consumidores que passam pela cidade desconhecem esses espaços, assim como o cotidiano dos comerciantes locais.

Por fim, defende-se que haja um olhar mais atento a estas questões apresentadas, bem como propostas de medidas por parte do Poder Público que minimizem e/ou mitiguem estes impactos negativos e priorizem a proteção e valorização do patrimônio cultural imaterial representado pelos sujeitos estudados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL-MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Breve Histórico Sobre a Evolução do Planejamento Nacional de Transportes**. Elaboração e Pesquisa: Marco Antônio Leite Sandoval (Consultor - COPLAN/CGPLAN/DPP/DNIT), s.d. Disponível em: <<https://gestao.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/historico-do-planejamento-de-transportes>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

CORREIA, M. B. C. **Por que as reformas permanecem?** A trajetória gradualista de mudanças no setor de infraestrutura rodoviária no Brasil entre 1985 - 2010. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8396/72080100008.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

ENGEL, A. S.; SOARES, B. R. A Inserção do Município de Monte Alegre de Minas na Rede Urbana do Triângulo Mineiro. **Revista Horizonte Científico**, v. 5, n.2, 2005.

GUIMARÃES, A. R.; MATOS, P. F. A produção de abacaxi como forma de (re)organização produtiva da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas - MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia- MG. **Anais...** Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 19 mar. 2013.

MAPLINK/TELE ATLAS. **Base de imagens de satélite de 2010**. Disponível em <<http://eart.google.br>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

PEDROSO, L. B. MOURA, G. G. O Programa de Saúde da Família em Ituiutaba/MG (2011): política, caracterização e perfil da população atendida. In: PORTUGUEZ, A. P. SEABRA, G. QUEIROZ, O. M. M. T. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: UFPB, 2012. 364-375.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE (MG). **Carta de Juscelino Kubitschek ao município de Monte Alegre na data de 14/11/1958**. s.d.

_____. **Cidade: História da Cidade**. 2013a. Disponível em: <<http://www.montealegre.mg.gov.br/index.php?pg=historia>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

_____. **Histórico de Monte Alegre de Minas**. 2013b Disponível em: <<http://www.montealegre.mg.gov.br/historico-de-monte-alegre-de-minas/>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

SILVA, F. F. **As cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

TURISMO SERTANEJO: EM BUSCA DE UM NOVO PANORAMA PARA O SERTÃO

Jaqueline Vitorino Cornacchioni Délci

Rosângela Custódio Cortez Thomáz

INTRODUÇÃO

Hoje, segundo as discussões teóricas travadas em eventos científicos, como o Simpósio de Turismo Sertanejo, o turismo no meio rural vem se tornando uma alternativa econômica e surge como exceção, ou contra ponto do turismo modelo sol e praia imposto no nordeste brasileiro, proporcionando a descoberta e a identificação dos atrativos turísticos, sem a descaracterização da paisagem sertaneja nem a perda da identidade cultural do homem do sertão e consequentemente promovendo um desenvolvimento sustentável.

[...] o turismo sertanejo poderia ser uma opção para: diversificar a oferta turística do Brasil; minimizar as desigualdades regionais; valorizar a vida; resgatar a memória histórica política cultural da Região Nordeste do Brasil; conviver com o semiárido; fortalecer as relações Interestaduais; promover a interiorização e regionalização de turismo responsável; dentre outras possibilidades.” (ANSARAH e NETTO, 2009, p. 90).

O tema aqui tratado é o turismo sertanejo como diversificador da oferta turística brasileira, e suas reais possibilidades em benefício da diminuição da pobreza, sendo suas diretrizes a atividade de lazer interativa, cultura regional e inclusão social da população local. Para tal pesquisa, trabalhou-se com referencial teórico do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o Semiárido (PSDA).

O cenário em foco são as sub-regiões do Nordeste brasileiro: o Agreste e o Sertão num período que corresponde de 2010 á 2013.

O sertão corresponde às terras situadas distantes do litoral, cujo isolamento proporcionou o desenvolvimento de uma cultura própria, baseada numa história rica em acontecimentos marcados por lutas, bravuras, lendas, ritos e mitos (ANSARAH E NETTO, 2009, p. 91 apud SEABRA, 2007, p.15).

O semiárido nordestino pode ser definido pelo clima quente e seco, pobreza e a escassez de chuva- é assim que é lembrada e caracterizada.

Em meio a tantos empecilhos, já foi demonstrado que a região apresenta potencialidades a serem exploradas e é possível viver bem, criando uma relação de equilíbrio e adaptação com seu ecossistema: a caatinga, mesmo ainda, apresentando um potencial pouco explorado, proporciona as famílias viverem da agricultura e pecuária. Sendo assim, torna-se uma região de grande relevância para o entendimento e estudo.

A partir da análise dos potenciais é possível apresentar as principais atividades turísticas que podem ser desenvolvidas para um melhor aproveitamento do Sertão brasileiro, dando assim um melhor conhecimento sobre uma região tão “castigada” e quase esquecida.

UM NOVO SEGMENTO: TURISMO SERTANEJO

Atualmente o turismo no nordeste é focado no litoral e se estende por cerca de 3.300 quilômetros, onde as belas praias são principal atrativo. As temperaturas médias anuais de cerca de 27 graus e a sua proximidade da Europa e dos Estados Unidos, são atributos que atraem inúmeros turistas anualmente.

“Entretanto, o modelo de turismo sol e praia, já apresenta claros sinais de exaustão, principalmente porque o principal produto turístico, a paisagem litorânea, está sendo destruída pelos empreendimentos turísticos e casas de veraneio[...]” (SEABRA, 2007, *apud* GALLERO, 2000). Além do turismo de praia, atrativos naturais, culturais e históricos são aspectos que tornam o segmento auspicioso e fazem do Nordeste, um atrativo para diversos tipos de turismo, como: turismo histórico e cultural, turismo ecológico e natural.

O Nordeste ainda oferece, um rico folclore e artesanato, uma gastronomia característica, e uma grande diversidade de festas populares. E são estas características que possibilitam novas modalidades de turismo, que cada vez cresce mais, devido as mudanças no mercado turístico, com as melhores condições econômicas dos turistas atualmente, que busca por meio da fuga dos grandes centros a tranquilidade, a procura pelo novo; pelo diferente.

As empresas e os consumidores estão buscando novos caminhos para o mercado do turismo, e o que se observa é a segmentação como um dos caminhos escolhidos, destacando-se como ferramenta mais importante a informação a respeito do cliente. Valendo-se dessas informações, torna-se possível segmentar o mercado atendendo a desejos do cliente com produtos personalizados (ANSARAH ,p. 19, 2002).

É nesse contexto que o turismo sertanejo vem ganhando força ao trazer a proposta de revitalizar o ambiente cultural de uma região, beneficiando também a comunidade local e se tornando uma possibilidade de diminuição da pobreza.

É objetivo de o Projeto Turismo Sertanejo promover uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, científicos e éticos. O palco onde se desenvolvem as ações do turismo sertanejo corresponde aos pequenos centros urbanos interioranos (arquitetura, artesanato, culinária, folclore), bem como as áreas rurais contíguas, destacando-se as paisagens naturais e agropecuárias. De uma maneira bastante sintética, pode-se dizer que o turismo sertanejo insere-se na categoria de turismo exótico, um misto de agro ecoturismo, com ênfase na cultura regional e comunidade local (SEABRA, 2007).

O que se busca com este novo segmento é usar o turismo para fortalecer essas regiões mais pobres, utilizando da cultura da comunidade local em busca de um desenvolvimento regional se utilizando das potencialidades e restrições socioambientais existentes. Assim o turista interessado vivencia de forma integrada todos esses costumes e hábitos. Como PORTO,2010 coloca “O turismo promove alterações na conduta das pessoas, cria novos fluxos de emprego e renda, interfere em hábitos locais, e coloca a sociedade de frente a novos problemas, e de toda a natureza.”

A dura realidade é que, o semiárido é marcado pela escassez de chuvas, as chuvas anuais vão de um mínimo de 400 mm a um máximo de 800 mm ao ano. Porém tal realidade muitas vezes faz com que a região já venha condenada pelas condições naturais, não que não seja um empecilho, mas é necessário entender o ambiente para observar que há outras possibilidades de desenvolvimento. É necessário olhar com outros olhos e identificar as estratégias culturais, artísticas e sociais que tem a oferecer. Sendo assim é de suma importância a necessidade de implementação de ações amparadas nos pressupostos do desenvolvimento sustentável que pode dar uma convivência harmoniosa.

[...]a convivência com o Semiárido requer outros valores e outros padrões de produção, como as alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável da Caatinga, na criação e pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos, que expressam uma economia solidária (SILVA, 2006, p. 235).

Para tal sintonia e convivência já surgem planos estratégicos de desenvolvimento para o semiárido, como o PSDA- Plano Estratégico de desenvolvimento do Semiárido que trabalha de forma direta com os desafios, problemas e oportunidades - aplicando assim na sub-região os fundamentos e diretrizes centrais de desenvolvimento da estratégia regional.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste deve orientar-se para a redução da pobreza, mas não pode se deixar contaminar por visões de caráter imediatas e compensatórias, na medida em que a pobreza só será enfrentada com ações estruturadoras que reorientam o processo econômico e social da região[...]deve perseguir três objetivos gerais, estreitamente articulados e interdependentes: a competitividade da economia regional, que permita a inserção adequada da região na economia nacional e mundial; a inclusão social, pela redução das desigualdades e da pobreza; e sustentabilidade do meio ambiente, que assegura a continuidade do processo econômico e a qualidade de vida da população (PSDA, 2006).

Segundo o Plano, acredita-se no futuro promissor do Nordeste, e assim, criam iniciativas que levam ao desenvolvimento regional; Algumas delas são: ampliação e melhoria do ensino médio; interiorização do ensino superior, fortalecimento da organização da sociedade, redistribuição de terra e água, ampliação do acesso aos serviços sociais básicos; capacitação para o trabalho; inovação e capacitação tecnológica; ampliação e modernização da infraestrutura; promoção das exportações; fomento à Estrutura Produtiva do Futuro; adensamento das cadeias produtivas; recuperação de áreas degradadas.

O PSDA apresenta também as oportunidades econômicas, tecnológicas, sociais e ambientais de desenvolvimento. E dentre essas oportunidades surge: A expansão e consolidação das atividades do pólo de turismo como fonte geradora de renda, emprego e divisas.

Mesmo em um contexto de reduzido crescimento da economia regional, as atividades do turismo – tanto formais como informais – vêm apresentando expansão considerável nos últimos anos, associada em grande parte à infraestrutura de hospedagem e de aeroportos, que foi implantada nos últimos anos. O dinamismo dessas atividades deu lugar, também, à expansão de atividades complementares, associadas ao lazer, à alimentação e ao transporte, constituindo-se um importante complexo difundido em quase todos os estados nordestinos (PSDA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, é visto que o Turismo Sertanejo é uma segmentação nova, que explora os recursos naturais e culturais, e o mercado surge como opção da comunidade em busca da diversidade econômica. Como muitas outras novas modalidades turísticas essa ainda estão em desenvolvimento, em um processo de estabilização. Como todas as atividades turísticas deve haver um planejamento, para que o destino seja reconhecido e ao mesmo tempo utilizado dentre os conformes legais, ambientais e sociais. Ou seja, um dos primeiros passos para que a atividade turística se fomentar é observar como os gestores públicos agem em face ao turismo e a cultura local.

São muitos os desafios que ainda devem ser vencidos para que o turismo no semiárido se torne cada vez mais uma atividade produtora de renda, mas é importantíssima a luta e persistência em meio a dificuldades. Não se deve parar de investir e estudar tal segmento que busca resgatar e incentivar a identidade cultural local de um povo que tem muito a oferecer devido com sua história e hábitos tão isolados de nossa realidade. Segundo Seabra (2007), custos reduzidos para sua implementação; enquadra-se no grupo do turismo sustentável. É um segmento que pode ser dirigido sem muitos gastos, Desta forma, o turismo pode se tornar uma importante opção econômica, já que abre maiores possibilidades para que a população local possa se inserir no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis; NETTO, Alexandre Panosso. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2009.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho. **Intervenção rural e autonomia: a experiência da articulação no Semi-Árido/ ASA em Pernambuco- Recife**. Ed: Universitária da UFPG, 2008. 142p.

PORTO, **Turismo Rural – Atividade Meio Na Pequena Propriedade Rural Produtiva**, FATEC Sertão Central, 2010.

PSDA. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**. Ministério da Integração Nacional- Brasília, 2009.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito, TUNDISI, José Galizia. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**- 3 ed.- São Paulo- Escrituras Editora, 2006.

SEABRA, Giovanni. **Turismo Sertanejo**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

Turismo Sertanejo. Um projeto turístico para o sertão. Disponível em <www.turismosertanejo.com.br>

O SERTÃO, A VIDA DO SERTANEJO CEARENSE E AS DIFICULDADES DO TURISMO SERTANEJO

José Wellington L. Soares

Luzia Neide M. T. Coriolano

INTRODUÇÃO

O texto analisa a realidade socioambiental do sertão cearense, a vida difícil do sertanejo e, por conseguinte as limitações para o desenvolvimento do turismo. A seca sempre é fenômeno que marca a história do Sertão, assim coloca em situações extremas a vida dos que nele habitam o que não é suficiente para explicar migração de sertanejos. No entanto a situação de carência verificada em cada seca obriga parcela significativa da população a buscar em outros lugares meios de subsistência. Analisa-se o sertão cearense no intuito de compreender especificidades do sertão destacando contextos sertanejos do Ceará. O artigo põe questões importantes para se compreender o sertão pouco conhecidos, carente de estudos e pesquisas para proposta de soluções.

O SERTÃO NO NORDESTE

Região de contrastes, de violências, difícil e complexa, chegando até a resignação, lugar de latifúndios e grandes fortunas e de extrema pobreza, com flora e fauna exuberantes e belas nos períodos de chuva, com a semiaridez caracterizando o clima, árvores tortuosas, sofridas, quase mortas nas estações secas além de pouco estudado por pesquisadores em geral. Essas são algumas marcas dos sertões que sofrem com o regime das secas, onde solos rasos e pedregosos, com vegetação e clima que se diferenciam das demais regiões do Brasil. Apesar de órgãos como a SUDENE, Banco do Nordeste, Universidades federais e Estaduais realizarem pesquisas e estudos sobre essa região ainda não satisfaz e nem há descobertas de formas de conviver com, o semiárido e com as secas.

É comum encontrar estudos que tratam do Sertão dando destaque ao sertanejo com temas como: a luta contra o Índio rebelde, a conquista da terra, expansão das fazendas de gado, os rudimentares métodos de criação, a forma como é realizado o comércio, os currais de gado e o não falta nesses estudos o matuto o homem típico da região. No entanto falta mais conhecimento sobre o geossistema sertão e sobre o povo sertanejo, ou seja, mais estudos empíricos e específicos sobre os sertões. De acordo com Andrade (2006, p.18)

O sertão foi povoado desde o século XVI em função da caça ao Índio e da conquista de campos para a pecuária. Mas o povoamento só se intensificou a partir do Séc. XVIII, quando a Revolução Industrial estimulou o desenvolvimento da cultura do algodão. O algodão sendo produto de exportação e as culturas do milho e do feijão utilizadas na alimentação dos novos povoadores e dos animais de trabalho.

Assim o fator histórico enfoca peculiaridades que identificam fatores que impulsionaram a (des)organização territorial do sertão, incompatível com os interesses locais e implantando assim a apropriação exploratória pelos colonizadores. O sertão é encontrado em todo o Nordeste. Na definição de João Guimarães Rosa, em o Grande Sertão Veredas, os Sertões são vastos chapadões, o domínio da caatinga, uma paisagem encantadora e impressionante, desolada, árida e violenta.

Espaço caracterizado pela ação degeneradora do clima, onde há apenas duas estações, a seca e a chuvosa, sendo chamado pelo sertanejo, o verão e o inverno, sofrendo sem intervalos. De sol implacável “torrado” nos verões. A paisagem rudimentar e dura é atenuada por pequenas várzeas, no local de antigo lagos existente e nos leitos dos rios intermitentes, geralmente secos, rios e riachos que só se enchem nas rápidas estações chuvosas. O relevo é predominantemente plano, uma depressão, com larga vastidão e aberto, com trechos de tabuleiros, poucas serras ou elevadas abruptas.

Macílio (1986, p. 11) define o lugar sertão dizendo que “é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive sem Cristo Jesus, arredado do arrocho de autoridade”. Várias são as definições de sertão, é visto de vários ângulos, desde os aspectos da natureza até modo de vida do sertanejo com a cultura diferencial da região. O clima do sertão é seco e varrido por ventos no litoral. Autores afirmam que uma das causas das secas que ocorre no Sertão é a presença de serras que cortam perpendicularmente a linha litorânea impedindo a circulação dos ventos úmidos vindos do litoral, como é o caso da Serra da Meruoca que atua como barlavento aos ventos vindos do litoral, tornando assim a região de Sobral quente e com pouca umidade já que esta se encontra localizada no sopé da Serra, ao Norte do estado do Ceará.

A natureza no sertão brasileiro é sofrida e torturada pelo sol abrasador e falta d’água, com regime semidesértico, sendo atravessado por dois grandes rios perenes: O Rio São Francisco, denominado pelo sertanejo como “velho Chico”, de enorme volume d’água, de onde famílias retiram sustentos é de inegável importância para o Nordeste brasileiro.

O Sertão semiárido compreende a área que se estende pelos estados: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí, interior da Bahia e Norte do Maranhão. A penetração do povoamento e a formação de fazendas e currais de gado seguiam sempre as margens dos rios para garantia de farturas e riquezas em época de cheias. Nos períodos secos os leitos dos rios favorecem o surgimento de cacimbas que se formaram naturalmente ou mesmo sendo escavadas mais profundas até encontrar os lençóis d’água.

Em grande parte o Sertão é coberto pela Caatinga, vegetação espinhosa, retorcida, dura e “violenta” que em períodos secos corta a visão do sertanejo e o agride com aspecto desolador aparentando estar sem vida. Vegetação que se adapta facilmente a rudeza das estiagens, alimentando-se de suas próprias reservas, passando a transfigurar-se com as primeiras chuvas. Alguns vegetais retêm água em seus caules, folhas e raízes, é o caso da macambira, que em muitos períodos secos molha a garganta de animais e sertanejo, pois esse vegetal acumula água, assim como os gravatás e os cactos.

Em pleno Sertão seco, de vegetação esgalhada e acinzentada, maltratada pelo calor intenso da semiaridez, uma planta especial resiste as fortes estiagens, o juazeiro que não perde as folhas verdes mesmo nos meses mais castigados pela seca. Enquanto isso plantas como o mandacaru, isolado na caatinga e o xiquexique, os cactos são destaques pela forte resistência nas áreas secas. As folhas das espécies da vegetação caatinga caem no verão, mostrando que há uma harmonia natural e necessária para a transição e sobrevivência desta entre inverno e verão. Algumas vegetações conseguem manter a coloração verde o tempo todo, como é o caso do juazeiro, umari, canafístula, oiticica, mandacaru e xiquexique. A Figura 1 apresenta árvores do sertão cearense, denominadas juazeiro e jurema preta.

Fig. 1 - Árvore Juazeiro e Jurema preta



Fonte: Soares, 2011

No verão a paisagem mostra-se rústica, desolada e seca, com alguns raros pontos verdes. A caatinga derruba as folhas e acinzentam-se como se tivesse morta, mas bastam as primeiras chuvas para que se renovem e as folhas surjam transformando a paisagem sertaneja.

Segundo Queiroz (1996, p.49) “a semântica local é, porém peculiar: inverno não quer dizer tempo frio, mas tempo de chuvas; verão é a estação seca, durante a qual quase não chove, ou nunca chove”. Outro vegetal que se apresenta adaptado ao sertão semiárido é o umbuzeiro, de grande importância para o sertanejo e o gado, pois serve de alimento. Logo nas primeiras chuvas, geralmente nos meses de março, ressurge a natureza que antes parecia morta, aparecendo o verde da caatinga. Passam-se alguns meses de chuva e a seca volta a desolar a vida das plantas, animais e do homem que inventa estratégias para se adaptar a estação da seca e superar as dificuldades do Sertão.

O Sertão sempre é uma região de contrastes, de climas extremos, de natureza rude. Alguns autores descrevem o Sertão e a vida do sertanejo com certa aproximação da realidade vivida por quem nesta região vive. Euclides da Cunha descreve em os Sertões, Guimarães Rosa em Vidas Secas, João Guimarães Rosa em o Grande Sertão Veredas, os contos de Sagarana e novelas como Noites do Sertão e o filme de João Cabral de Melo Neto com “Vida e morte Severina” retratam o modo de vida do sertanejo, o matuto, o homem do Sertão semiárido. O filme mostra a vida rude e violenta, do jagunço das caatingas, “os cangaceiros” apresenta a vida difícil e dominada pelas substancialidades descritas e que caracterizam o sertanejo. Nesse sentido Macílio (1986, p. 17) ressalta que “tamanho foi à crueldade usada pelos conquistadores de sertão e pelos fazendeiros, que os sucederam, que a consequência natural foi o surgimento de uma população violenta, revoltada, embora aparentemente apática, submissa, e muitos sem esperança. A figura do jagunço revive a revolta de um povo espoliado”.

Músicas como a Asa Branca, Açu Preto, Carcará e Maringá são formas de divulgar e recuperar as dificuldades da vida do homem do Sertão das secas, são quase hinos oficiais no sertão, é onde o sertanejo que vive em outros lugares do país e ao ouvir a música se reconhece lembrando a difícil vida do Sertão.

O VAQUEIRO DO SERTÃO

Das inúmeras representações atribuídas ao sertão uma se destaca como figura chave, o vaqueiro, homem de vida dura e não fácil. Segundo Marcílio (1986, p. 20) o vaqueiro se ocupa assim:

Passa o dia ocupado em amansar e ferrar bezerros, queimar os campos na estação própria, matar onças, cobras, morcegos, abrir cacimbas e bebedouros, marcar vacas com crias e vigiá-las para que não escondam os filhotes e torne-os selvagens, matar varejeiras, reunir a boiada, correr atrás do gado tresmalhado, preparar a roça rudimentar nas vazantes.

Essas funções ainda são executadas pelos vaqueiros que habitam o sertão. O vaqueiro, homem de coragem, em cima de um cavalo arriado, de gibão e chapéu de couro adentra a caatinga sem temer o perigo, passa vários dias à procura do gado em meio à vegetação rala e seca, a caatinga.

Contemporaneamente verifica-se que alguns vaqueiros assumem as inovações da vida moderna e assim vê-se alguns deles sobre motos tangendo o gado, a máquina substituindo o tradicional cavalo. A modernidade chega ao sertão, ao meio rural e assim o sertanejo em especial o vaqueiro aos poucos assimila novas culturas e um costume tem invadido o sertão a troca do jumento e cavalo por bicicleta ou motos.

A seca é sempre esperada, pois é um fenômeno cíclico e temida pelo sertanejo pois causas prejuízos, muitos veem rebanhos dizimados como a de 2012 e 2013, muito maior que a de 1915, que levou a escritora cearense a escrever em 1930, o livro Clássico, *O Quinze*, que narra cenas e episódios da região Nordeste, como a procissão do retirante para pedir chuva. O sentido reivindicatório da escritora, entretanto não traz soluções prontas, preferindo apontar os males da região com observação narrativa.

Em *O Quinze*, primeiro romance de Rachel de Queiroz, a autora exprime intensa preocupação social, apoiada em análise psicológica, especialmente do homem nordestino, sob pressão de forças atávicas que o impelem à aceitação fatalista do destino. A autora discute a seca, a ação do coronelismo mostrando que não há total separação entre ricos e pobres, e esta fusão é feita mostrando a personagem Conceição que pertence aos dois mundos. Raquel evita fazer dicotomia entre pobres e ricos entre bons e maus não apontando inocentes e culpados.

A literatura sobre o sertão mostra assim o difícil cotidiano, anunciando assim os sinais que a prenuncia. Pedras de sal deixadas ao relento são formas utilizadas pelo sertanejo para saber se vai chover ou não. Segundo Marcílio (1986, p. 21) “são deixadas um número de seis pedrinhas de sal ao relento, se amanhecerem intactas já pressagia seca certa, e se a primeira diluir com o sereno da noite é chuva certa em janeiro e com a diluição da segunda as chuvas serão em fevereiro”.

Se estas previsões não são concretizadas ainda há uma outra forma de verificar se haverá chuvas e o sertanejo não perde a esperança. Espera-se até o dia do padroeiro do Ceará - São José - 19 de março, desmonstra outro sinal de inverno ou não, esperado mesmo pelos protestantes. Essa crença predominante na cultura do sertanejo tem significado científico, visto que esse dia coincide com o Solstício no hemisfério Sul. Isto comprova que observações e costumes do senso comum, crenças dos sertanejos são frutos de observações aguçada sobre a natureza, o que vale lições preciosas. Nesse sentido Chancon (2007, p.237) referindo-se a religiosidade do sertanejo mostra que:

A religiosidade é um forte no sertão, independente da crença, a fé em Deus é ainda um referencial para todos. As casas, por mais simples que sejam, têm sempre nas paredes muitos quadros de santos, misturados com velhas fotografias de família, já amareladas com o tempo. A exceção vai para casa dos seguidores das igrejas protestantes que proliferam em todo o sertão. Essas novas crenças tem ajudado a desaparecer o velho costume de roubar a imagem de São José para fazer chover. O dia de São José, não é esquecido no Sertão. Se não chove até o dia 19 de março, as esperanças de um bom inverno se acabam.

O inverno começa entre janeiro e março e o equinócio de 22 de março é considerado o limite extremo para o início. Segundo Queiroz (1996, p. 50),

As chuvas devem ir até maio, no máximo junho, “os fins- d’água”. Julho já é o franco final de colheitas de legumes, o começo da apanha do algodão. Nas fazendas apontam-se as vacas de bezeros, se solta o gado-outroira nos campos abertos, hoje nas grandes mangas ou cercados de arame. A economia do agricultor cearense se baseia e prepara-se nessa dualidade meteorológica.

Nos açudes armazena-se água do inverno, a pastagem surge e desenvolve-se em terrenos abertos, que brota naturalmente ao sol. Quando acontece a colheita nos roçados fica a palha que é considerada ração preciosa para o gado. Nesse período vale tudo, é momento de agradecer, é quando os santos milagrosos são evocados, acontecem as procissões, ladainhas e velas são acesas, solicitando aos santos um bom inverno.

Se percebido que vai haver seca, sertanejo logo cavar buracos na terra a procura d’água. Os mandacarús, as folhas verdes do juazeiro servem de alimento para o gado faminto, o obró enche ilusoriamente a barriga, e o xique-xique serve de alimentação para o sertanejo, pois conserva água e nutrientes do solo. A macambira de galhos duros é queimada para poder encontrar no interior da planta o que comer. Esgotando essas fontes de alimentação a próxima atitude do sertanejo é quase sempre retirar-se do sertão, migrar para outros lugares, geralmente temporário e quase sempre para o litoral e cidades próximas, passando a viver muitas vezes em péssimas condições de vida, sofrendo necessidades. Muitos voltam para o local de origem com a chegada das chuvas, mas grande parte acaba migrando para cidade grande se não para as metrópoles e não voltam mais para morar apenas para passear.

O SERTÃO CEARENSE QUASE DESCONHECIDO

O Sertão cearense começa a aproximadamente uns cinquenta quilômetros do litoral, sendo terra de pastoreio com predomínio do pastoreio e da agricultura. O sertanejo cultiva a mandioca, feijão, milho, sendo estes conhecidos como legumes e o algodão para exportação. A população é constituída por caboclos, de peles castigadas pelo sol abrasador, de descendência de índios e da miscigenação entre branco e negro.

No Sertão é comum encontrar grande quantidade de pessoas por família, algumas chegando a ter dez e até mais membros, sendo que muitos desses não têm acesso à escola e trabalham quase sempre na terra com a agricultura e a pecuária. Em observações de campo no sertão de Sobral constata-se peculiaridades da vida sertaneja tais como: conformismo, atribuição a Deus aos problemas sociais. É comum ouvir ainda a expressão “foi vontade de Deus” ou “se Deus quiser”. A Fig. 2 mostra a localização de Sobral no sertão cearense e nordestino e em especial a área de sertão do Ceará e do Nordeste do Brasil.

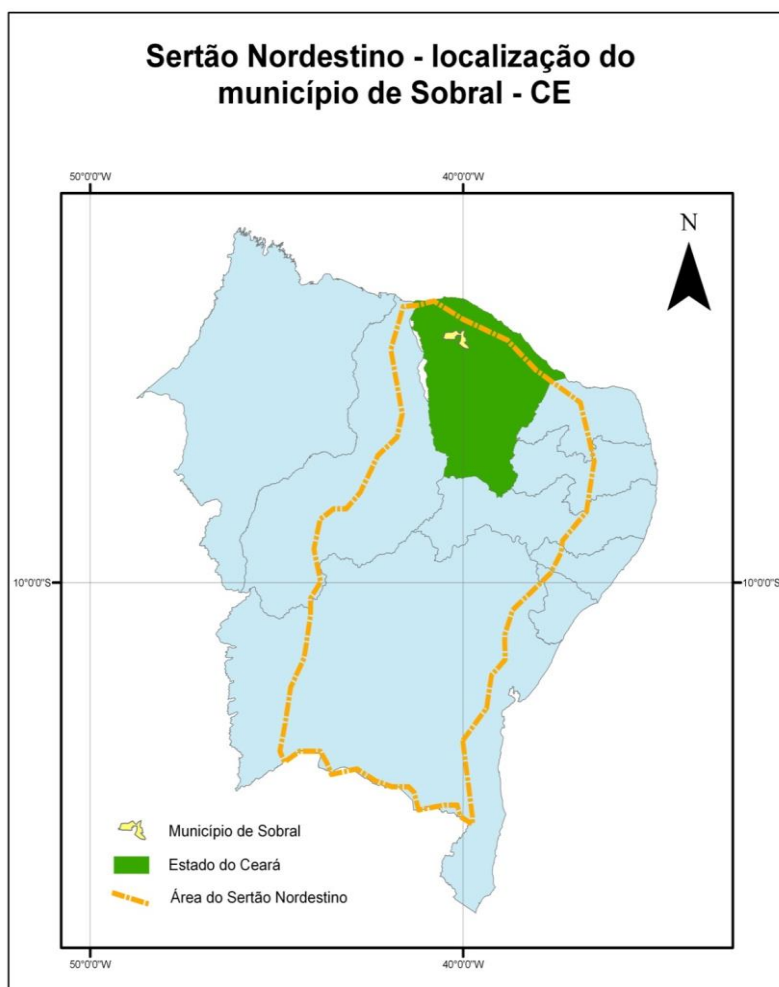


Figura 2 – Sertão Nordeste com Identificação de Sobral

Fonte: Adaptado pelo pesquisador da SUDENE, 2001.

A moradia do sertanejo que habita “na roça” e não é proprietário de terras, é quase sempre casebres feitos de madeira e barro, construído a mão, as casa “de taipa” sem reboco, cobertas de palhas ou telhas, geralmente de chão batido. As casas quase sempre são móveis, ou seja, quando necessário o sertanejo desfaz a casa e carrega todo o madeiramento, as forquilha das paredes e as linhas do teto, e constrói casa nova perto do novo roçado ou do acesso à água e ao transporte. Algumas habitações comuns são de taipa no sertão sendo que em muitas delas a precariedade é visível e a condição em que as famílias se encontram é de extrema pobreza. Como diz Chacon (2007, p. 230):

A casa tradicional do Sertão é isolada no meio da Caatinga. Existem algumas casas de alvenaria, mas ainda a maioria é de taipa. As condições de acesso à água e saneamento variam muito, mas a maior parte das casas ainda se apresenta de forma muito precária. As famílias que contam com a renda de mais de uma pessoa aposentada conseguiram melhorar a infraestrutura das casas, que possuem banheiro e água encanada. A energia chega para quase todos, assim como a conta que nem todos podem pagar.

A tecnologia está presente, mesmo com a precariedade nas habitações, mas em algumas habitações no Sertão é comum encontrar antenas parabólicas, televisores, com imagem colorida, tela plana em lugar mais que reservado em algum compartimento da residência.

No entanto, no bom inverno, cacimbão, cisterna e água encanada facilitam a vida dos sertanejos que tem boas condições econômicas. Os avanços tecnológicos ajudam diminuir a dependência dos fatores climáticos, com construções de reservatórios d'água, e poços profundos, com replantio de espécies da caatinga, assim o armazenamento ou a deslocação de água. Os sertanejos pobres continuam sem terra, sem técnica e dependente das chuvas. A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e os efeitos da Seca proclama que a desertificação significa a degradação de terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, devido a fatores, como variações climáticas ou atividades humanas.

A seca não pode ser evitada, no entanto, podem ser tomadas medidas que minimizam os efeitos da falta d'água. O clima semiárido e a caatinga não são inéditos. Ao longo dos anos a imagem negativa da Caatinga foi se consolidando, reforçada por políticas paternalistas que enfatizavam a ideia de ambiente miserável, desvalorizando os ecossistemas do bioma, dotado de menos pesquisa e menos investimentos que os demais ecossistemas. Na última década academias, Embrapa Semiárido e Instituto Nacional do Semiárido (INSA), por meio de pesquisas estudam o clima e a vegetação do semiárido com a descoberta de tecnologias sociais que têm promovido mudanças significativas nas vidas de muitos sertanejos. As figuras 3, 4, mostram habitações comuns no sertão cearense e alguns meios utilizados para a sobrevivência na região: a energia, a antena parabólica que anuncia a TV.



Fig. 3 e 4 Habitação de alvenaria - casa de taipa e a presença da tecnologia
Fonte: Soares, 2011

No período do Inverno o trabalho se intensifica, é tempo de limpa do roçado para retirada da vegetação nativa que cresce e de realização do plantio e apanha do legume. No verão, ao contrário do inverno é tempo de descanso, construir moradias realizar as festas religiosas e fazer romarias. O sol brilha mais intenso, as noites são mais amenas. É o verão o tempo mais apreciado pelo sertanejo, é o tempo da colheita proporcionada pelo inverno e recompensa do trabalho: feijão, milho e arroz. Diz AB'Saber (2007,p.91) que:

Para o cotidiano do sertanejo e sobrevivência da família o fator interferente mais grave reside nas irregularidades climáticas periódicas que assolam o espaço social dos sertões secos. Na verdade, os sertões nordestinos não escapam a um fato peculiar a todas as regiões semiáridas: a variabilidade climática. Assim, a média das precipitações anuais de um lugar qualquer serve apenas para normatização e referência, em face de dados climáticos obtidos em muitos anos.

O Sertão apresenta topografia plana é uma depressão e nela encontram-se os maciços residuais, relevos ondulados, são exceções como a Serra da Meruoca e Rosário ao Norte do Estado do Ceará que se apresentam como verdadeiras “Ilhas” meio a depressão sertaneja. Há grande diversidade de solos, desde rasos aos mais profundos, havendo assim grande incidência de afloramentos rochosos apresentando pedregosidade superficial. Segundo Souza (2005, p. 129) nas áreas sertanejas, a pequena espessura dos solos e a grande frequência de afloramentos rochosos e solo pedregosos constituem propriedades típicas do ambiente semiárido das caatingas. A ocupação desordenada áreas sertanejas, as queimadas que destroem os nutrientes do solo tem contribuído para que as condições naturais cada vez mais sejam agravadas. Na visão de Andrade (2006, p.19),

Problema desse tipo muitas vezes relacionado ao desejo de lucros rápidos tem contribuído para agravar as condições naturais e a intensificar a degradação dos solos pobre em matéria orgânica, muitas vezes poucos espessos, e quase sempre com grande declive como acontece de forma elevada nas encostas das serras em meio ao sertão.

No sertão o crescimento ocorre sem desenvolvimento, pois embora enriqueça alguns latifundiários que são pecuaristas empobrece cada vez mais o trabalhador que labuta a terra e o gado como forma de sustento familiar. De acordo com Oliveira (2006, p.96), no Sertão a relação com a terra acontece regulada de maneira especial, respeitando a simultaneidade de diferentes modalidades de uso da terra, uso comum, uso coletivo, uso individual (familiar) e, ainda, a prática de ajuda mútua. Do ponto de vista de Silva (2006, p. 51) o sertão em proporção menor, também sofre influencia dos grandes grupos corporativos. Poucas indústrias se interiorizam, e nas cidades sertanejas onde elas se alocam provocam fluxos migratórios em busca de empregos como ocorre em Sobral. De acordo com Santos (2009, p. 58), é o lugar que atribui às técnicas o princípio da realidade histórica, revitalizando o uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica.

O TURISMO SERTANEJO EXISTE NO CEARÁ?

O sertão cearense é um espaço repulsivo diferente, portanto do rural no sul do Brasil, que é atrativo pelo clima e produtividade. Em lugares onde o campo não é prioridade, pois o modelo de desenvolvimento é urbano, industrial, e o campo ou espaço rural é quente e seco e não há políticas públicas para o desenvolvimento do sertão fica difícil desenvolver o turismo. Na zona semiárida do Ceará, a estrutura desigual do Nordeste é reproduzida de forma mais acentuada, a situação é agravada pela presença de latifúndios. No semiárido, o acesso a terra é feito por formas precárias (parceria, por exemplo), caracterizando maior instabilidade, e se registra maior presença de grandes posseiros em comparação com o resto do Nordeste (Graziano da Silva,1998). No sertão as velhas estruturas socioeconômicas e políticas têm na base fundiária um de seus principais pilares de sustentação.

O turismo em espaços do sertão é indicador de lugares diferenciados em meio ao sertão, onde há fazendas com os proprietários residindo, onde há cuidados e políticas e em especial espaços para o turismo de aventura os ralis, e ecoturismo. A oferta no sertão atenta para as peculiaridades dos lugares, assim, um incipiente turismo.

A reestruturação produtiva das últimas décadas da economia do Ceará impõe novas políticas e ações baseadas em organizações de empresas, em redes de estratégias de desconcentração, atingindo maior número de lugares na expansão do capital, e nesse processo, a área em foco – o Ceará vê no turismo oportunidade de crescimento da economia.

Assim, o sertão cearense, associado a vazio, descaso, carências de serviços e capitais, secas e baixa produtividade, também passa por reestruturações explicadas por Graziano da Silva (1998) como novo rural com processo de urbanização, implementação de infraestrutura de transportes e comunicação, bem como com aquisição de serviços urbanos básicos, como energia elétrica, saúde, educação, acrescenta-se o lazer. O sertão amplia o leque de atividades, para além da produção agropecuária, com destaque das áreas sertanejas, mas o turismo chegou apenas a algumas áreas, com o seguimento ecoturismo para visitas a florestas de caatinga como na Serra das Almas, em Crateús; para ver o Cañon do Rio Poti na divisa com o Piauí; ou fazendas típicas do sertão cearense.

O turismo sertanejo evidencia significativa participação de atividades não agrícolas, e, em contrapartida, torna complexa a compreensão do fenômeno turístico, bem como a própria relação sertão turismo. O entendimento do turismo rural implica pensar o universo associado das escalas temporais e espaciais, e a produção segmentada da atividade. Nessa perspectiva, o turismo sertanejo como segmento dinâmico e emergente oferece possibilidades às economias rurais diversificando produtos e serviços no campo.

O processo de urbanização e acentuação do uso de tecnologias e ciência, no campo, evolui na ampliação de serviços tipicamente urbanos no meio rural, e o turismo é sintomático. Serviços anteriormente executados expressivamente na cidade são alocados no campo sertanejo, corroborando a criação de pequenos núcleos urbanos e profusão de objetos citadinos no espaço rural, como eletrodomésticos. O computador e a televisão, e motocicleta aceleram a integração campo/cidade, proporcionando livre acesso a informações, bem como comunicação rápida. As vias de acesso corroboram também a intensificação da relação complementar do campo e da cidade.

A interlocução criadora entre cidade e campo, em permanente mutação, mais recente em países emergentes, dada a atuação durante longo período como economias exportadoras de matérias-primas, volta-se às atividades agrícolas e extrativistas, ou formação socioespacial produzida sobre bases colonizadoras. A submissão historicamente construída a países desenvolvidos e as culturas locais exógenas desenvolveram diferenciadas maneiras de consumo e produção entre nações. As diversidades e semelhanças econômicas, culturais, políticas e espaciais assumem forma e conteúdo não apenas no mundo urbano, mas também no rural.

O campo se descortina ao mundo urbano e abriga variáveis deste. E assim, gradativamente, a “urbanização do campo” se consolida, contribuindo para expansão dos tentáculos das cidades aos longínquos rincões agropecuários, que, em última análise, compromete e subverte a cultura rural fundada em valores solidários, laços de parentesco e comunicação particular. Contudo o sertão detém valores, é o lugar que testemunha a produção coletiva da cooperação e comunhão, com características diferenciadas de relações sociais elaboradas nas cidades, sobretudo grandes cidades. A “urbanização do campo” impulsiona metamorfoses na essência do espaço rural, embora não se extinga por completo o fulcro que o dota de singularidade. Daí dizer Santos (2002, p. 255) que a ideia de “urbanização do campo”, é noção controversa, que “significa processo de mudança das relações sociais, mas também do conteúdo material do território”. Trata-se, na verdade, da “urbanização do território”, como mudanças interglobais que participam da totalização engendrada pelas reações e involuções do presente, com marcas do passado e tendências apontadas, no campo e na cidade. Porém o campo evolui de maneira quase que autônoma resguardando as especificidades que, em última análise, representa eclipse parcial no espaço rural dos nexos modernos abundante nas cidades, apesar de ser alvo de novos objetos técnicos produzidos.

Lefebvre (2001) afirma que o campo é lugar de produção e de obras e que a produção agrícola cria produtos e a paisagem derivada é uma obra. “Esta obra emerge de uma terra lentamente modelada, originariamente ligada aos grupos que a ocupam através de uma recíproca sacralização que é a seguir profanada pela cidade e pela vida urbana” (Lefebvre, 2001, p. 65). O turismo, atividade tipicamente urbana cada vez mais invade o espaço rural e o sertão. E assim, não só a agricultura fabrica os produtos que engendram a obra; as atividades não agrícolas e, em particular, o turismo somam-se na produção da paisagem rural e sertaneja acirrando a propagação do urbano no meio rural.

A paisagem rural abriga objetos e ações urbanas, decantadas pelo prisma dos sujeitos do campo que constroem a história do mundo rural no cotidiano, tendo como fonte primária a terra, e como energia a relação intersubjetiva homem-terra. As famílias e as técnicas rurais não desaparecem por completo, devido à resistência dos homens que trabalham com ela ou por serem guardadas como uma espécie de memória (como nas fazendas modernizadas). Trata-se de mudanças e não de fortes rupturas que convergem para o extermínio do campo.

Assim, a relação campo/cidade se estreita, condicionada pela modernização circundante e ampliada pelo império da acumulação do capital que se serve cada vez mais de ciência, de serviços originariamente urbanos e de informações. No entanto, o campo não se define, apenas não existe pureza imanente possível que se perpetue; oscilações e transformações são irremediáveis no mundo acelerado. A cidade também se transforma. Ao passo que a urbanização das grandes cidades, pouco a pouco, se aproxima do clímax metropolitano, ou até mesmo gera megalópoles com poder de decisão e concentração de ciência, técnica e informação, o campo é parte importante do processo, pois a complexidade técnica, no seio da cidade, nos centros universitários, foi transportada, combinada desigualmente ao espaço rural; ao mesmo tempo em que dependia do espaço rural: produção de alimentos, inclusive da geração do proletariado de reserva, a população imigrante. A essa relação Milton Santos (2002) chamou de “acontecer complementar”, fruto da necessidade de ampliação das ligações e trocas entre as forças espaciais produtivas: campo e cidade.

Portanto, no limite, a superação da contradição sertão campo-cidade está longe de acontecer. Está aí também a possibilidade de emancipação humana, pois quebrar o eixo de sustento do sistema capitalista significa edificar nova sociedade e novo espaço, onde a solidariedade e a cooperação fundem todas as escalas da coexistência material e imaterial. Se não há uma superação completa e insuflada na relação campo-cidade, ao menos se tem convergência relativa, múltipla e instigante das funções, ações e objetos de ambas as esferas, ora de forma áspera, ora dialógica. Assim, cidade e campo no sertão unem-se dialeticamente.

PARA NÃO CONCLUIR

O sertão é região de contraste, que enfatiza problemáticas políticas e ambientais. Embora domine duras condições da vida, conformismo, pobreza e costumes rurais, muitos ainda atribuem à Deus os problemas sociais, sendo comum ouvir a expressão “foi vontade de Deus” ou “se Deus quiser”, há grupos conscientes e esclarecidos que lutam e clamam por mudanças e por justiça social. Apesar de existir um Plano de Ação do Governo Federal de criação de Territórios da Cidadania, o sertão está longe de ser visto e tratado como espaço de cidadãos, a prova disso são as consequências da seca que atinge todo o sertão do ceará e não há medidas para sanar os efeitos da seca por parte de governo federal.

Essas constatações levantam a discussão sobre as políticas públicas direcionadas ao sertão e espera-se que essas reflexões sirvam de ponto de partida para a formulação de políticas públicas coerentes com a realidade sertaneja, dentre elas as da terra, água trabalho e lazer.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. Sertão ou Sertões. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Eliza Zanella; Antônio Jeovah de Andrade (orgs.). *Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro* - José Borzacchiello da Silva et AL. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

Coriolano, Luzia Neide M. T. (2007): A Utopia da Sustentabilidade no Turismo, em Coriolano, Luzia Neide M.T.; Vasconcelos, F. Perdigão, *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. EDUECE, Fortaleza.

Graziano da Silva, José. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. Anais Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER. 1998

Lefebvre, Henri: **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 2001.

MARCÍLIO, M. L. O sertão pecuário na época colonial. In: SILVA, J. V. **A Igreja e a questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Paulinas. 1986.

OLIVEIRA, A. M. de. Camponeses tecendo saberes no sertão: o uso comum das terras soltas. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, M. E. Z.; ANDRADE, A. J. de (Orgs.). **Litoral e sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

QUEIROZ, R. de; SALEK, M. L. **O nosso Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

Santos, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. EDUSP. São Paulo, 2002.

SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, M. E. Z.; ANDRADE, A. J. de (Orgs.). **Litoral e sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SOUZA, M. J. N. de. Compartimentação geoambiental do Ceará. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SOUSA, M. S. de et al. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

A FESTA DE SANTA LUZIA E O TURISMO RELIGIOSO EM JIJOCA DE JERICOACOARA-CE

Jorge Teixeira do Nascimento

INTRODUÇÃO

Presente nas vivências de muitos, a religião determina identidade e estilo de vida, por devoções aos santos católicos. Festa, lazer é sempre forma lúdica, de entretenimento e sociabilidade, e festa religiosa é tempo de agradecer a graça alcançada, à vida, o pão de cada dia, solicitar às entidades soluções aos problemas cegos às políticas públicas, incapazes de dar nova configuração ao sertão e melhoria de vida aos sertanejos no Nordeste do Brasil. O espaço compreendido na Geografia demanda reflexão histórico-social dos fenômenos que precederam a produção para entendimento dos mesmos. Na Geografia, o espaço é analisado em consideração dos fenômenos possíveis, quanto mais se identifica as determinações mais se chega próximo à verdade científica. As pretensões é encontrar as determinações religiosas da formação do espaço geográfico, associando a discussão ao território do município de Jijoca de Jericoacoara-CE, e a festa de Santa Luzia como manifestação sociocultural.

A falta de fontes bibliográficas para “contar” a história de produção do espaço geográfico da cidade, bem como o desejo de contribuir para isso determina a realização desta produção. A metodologia dialética busca as determinações da produção espacial, dos conflitos e das contradições, entendendo a realidade como totalidade histórica. A aplicação de entrevistas com lideranças, comerciantes, feirantes nas ruas da pequena cidade durante os festejos religiosos da santa, mostram a mobilização de devotos que agradecem e pedem milagres, aumentando o número de visitantes motivados pela religiosa e realizam os consumos. Há movimentação de fluxos de pessoas e mercadorias que durante mais de onze dias de dezembro, ajudam a diversificar demandas por serviços como: hospedagens, alimentações, lazers contribuindo para movimentação financeira na cidade, elevando o movimento de feirantes das cidades vizinhas. Há forte relação entre sagrado e profano na festa da padroeira que é a maior do município. O trabalho está dividido em quatro itens: o primeiro evidencia a teoria da formação do espaço na abordagem da Geografia da Religião; a segunda parte relaciona o espaço geográfico à religião. Em seguida, atenta para a cultura e turismo e enfatiza as tradições culturais, e por último analisam-se movimentos de pessoas e capital, com dados de Secretarias da Prefeitura Municipal e outros órgãos relacionados, além de mostrar a visão de comerciantes locais, de como estes vêem a organização e a gestão do centro comercial de Jijoca no período da festa.

A GEOGRAFIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Para estudar Jijoca de Jericoacoara, recorre-se aos conceitos da ciência geográfica como conceito de espaço, pois é objeto de estudo das análises geográficas, nomeado disciplinarmente “espaço geográfico”, por ser produzido pelo homem. Não há estudo geográfico sem espaço. Conceituando espaço geográfico Milton Santos, (2006, p. 12) afirma ser: “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Não é demais lembrar que o espaço é definido de acordo com o tempo, natureza dos objetos e ações que lhe permitiram produção. Os objetos e ações espaciais respondem aos interesses de classes sociais e precisam ser decifradas. Os interesses da produção do espaço são variados complementando-se como: turístico, ambiental, econômico, religioso, cultural, social. Portanto, estudo geográfico é o entendimento do(s) processo(s) que culminam em produção e metamorfose do espaço. É campo das ações humanas ao longo do tempo, porém, campo também incide as determinações das ações humanas, sendo “campo vivo”, e não passivo, que determina, mas que permite possibilidades de exploração (MORAES, 1987).

No jogo das possibilidades, a história denota íntima relação entre homem e bases espaciais de vivência. Essa interatividade traduz-se em produção, em relações de trabalho pró-capital financeiro, aceitando outras facetas. Portanto, na visão geográfica:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso, a geografia estuda a ação do homem (SANTOS, 1988, p. 28).

A configuração do espaço reside no “produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo, vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade” (CARLOS, 2007, p.27). Esse pode representar nas interfaces diversas significações sociais, ganhando expressa carga valorativa, capaz de criar sentido de identidade das pessoas (SANTOS 2000). Assim:

O mundo se cria e se recria a partir das relações que o homem mantém com a natureza e da maneira como ele se constrói enquanto indivíduo. Nesse processo ele não só constrói o mundo, mas também o modo de entendê-lo e explicitá-lo enquanto possibilidade aberta de transformação. Ao longo do processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, o processo de trabalho amplia constantemente o domínio do homem sobre a natureza, que vai adquirindo novos significados (CARLOS, 2007, p.28).

Intensamente dinâmico, o trabalho humano intermediado pela cultura, deixa fortes marcas no espaço, disseminando simbolismos espaciais legítimos. Nessa agenda, as atividades humanas são responsáveis pela produção das diversidades espaciais, imprimindo marcas no espaço, reordenando-os.

ESPAÇO E RELIGIÃO.

Por longo período a ciência geográfica fixou-se nas análises empíricas de espaços físicos, desconsiderando aspectos humanos e valores simbólico-culturais que contribuíam para formação do espaço (SOUZA, 2009). Entretanto, o estudo do espaço diversifica as formas de análises do trabalho humano na produção espacial. Neste sentido, destacam-se as análises de geógrafos que pesquisam sobre ótica cultural, ampliando possibilidades teórico-metodológicas da Geografia Cultural e exibindo novas perspectivas da análise geográfica. A Geografia adota a cultura como premissa, considerando que a ação humana é cultural.

Quanto à temática cultural pode-se trabalhar: a arte, folclore, religião, com ideia da contribuição de mitos na mobilização para espaços sagrados, quando se manifesta a hierofania (ELIADE, 2008). O espaço tem dimensão política e, assim, turismo e religião contribuem para reestruturação de cidades e fenômeno urbano. Muitas cidades brasileiras registram esse fato nas formações territoriais. Cabe aos estudiosos e pesquisadores descortinarem as formação das cidades e o papel da religião. Daí dizer Santos que:

É tarefa do geógrafo da religião procurar discernir, no conjunto dos fatores explicativos (sociais, culturais, econômicos, etc.) das transformações do espaço, quais são os elementos especificamente religiosos que a elas conduzem e qual o seu peso relativo nesse processo. Deve ter-se em conta que a religião não é um fenômeno estático, devendo ser situada no tempo e no espaço, interpretando as mudanças temporalmente registradas e as mutações espaciais daí decorrentes (SANTOS, 2006, p. 163).

A Geografia ao analisar as formações espaciais conhece as realidades (VESENTINI, 1995), e os efeitos que a religião tem na formação do espaço das cidades.

JIJOCA E INFLUENCIA DA RELIGIÃO NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO

Jijoca, sede administrativa e comercial do município de Jijoca de Jericoacoara, localiza-se ao Norte do Ceará, cerca de 279 km de Fortaleza, na Microrregião Camocim-Acaraú. Emancipada politicamente de Cruz que fica a Leste, possui 17.002 habitantes, (IBGE, 2010), distribuídos em área territorial de 204,792 km², portanto, município pequeno. Alocam-se na zona urbana: prefeitura municipal, repartições burocráticas, escolas, postos de saúde e serviços urbanos.

Destaca-se a Avenida Manoel Teixeira, concentradora de quase totalidade do comércio, sendo o metro quadrado mais caro na cidade, outros equipamentos, como: a Igreja de Santa Luzia, considerada cartão postal da cidade, o primeiro monumento público de caráter religioso, construída na década de 1960, por movimentos comunitários, inaugurada em 1963, nos festejos da Padroeira. Designadamente, a igreja dá notoriedade à Jijoca, marca do espaço, como afirma um morador:

Por volta de 1920, às relações administrativas de Acaraú para esta região eram com Jericoacoara, que era o distrito da cidade, e era para lá as pessoas partiam em busca de algo. Os padres de Acaraú iam para lá a cavalo. Jijoca só começou a ser notável, a partir dos anos 1960 com a construção de uma capela que atraiu as pessoas, quando esta se tornou o que é hoje⁹.

A avenida abriga também moradias e detém centralidade na cidade. Para registrar a produção do espaço geográfico de Jijoca, identificando, sujeitos e fatos exigiu-se conhecer Jijoca antes da emancipação política em 1991. Para construção da história ouviu-se moradores contemporâneos aos acontecimentos, que relataram Jijoca como: simples comunidade de agricultores e habitantes dispersos a sobreviver também de atividades pesqueiras. Nativo diz:

Só existiam 23 casas, em propriedades (terrenos, chácaras) individuais, desde a parte Leste da lagoa (atual Parque Matusa) até o Oeste (atual comunidade de Córrego Perdido) em uma área de aproximadamente 3 km de extensão e ainda não havia ruas, somente um grande beco (estrada) no qual os carros só passariam um de cada vez¹⁰.

Não se sabe de onde vieram os primeiros moradores, pensa-se serem do sertão de Martinópolis-CE, aqueles que deram início a ocupação das terras, no século XIX. Eram retirantes, fugidos da seca de 1877 a 1879. A chamada “grande seca” marcou “o incentivo à migração de enormes contingentes populacionais do sertão em direção ao litoral.” (SOUSA, 2009, p. 135). Na primeira organização espacial, a Lagoa de Jijoca teve o entorno ocupado, oferecendo condições de sobrevivência. Donato José de Sousa e família deram início à ocupação que prosseguem-se identificados patriarcas conhecidos como: Francisco Bernardino, José Teixeira de Albuquerque, Cesário Pereira, Francisco Guilherme, Marçal, Joaquim Teixeira, Venâncio, José Dionísio de Sousa, Manoel Liberado, Torres e Manoel Ferreira de Albuquerque.

A Lagoa de Jijoca é atrativo turístico da sede municipal, símbolos da identidade, importante na sobrevivência e permanência dos moradores, com fácil acesso à água, pescados que se fizeram base alimentar, complementada com farinha de macaxeira, goma (fécula), extração de frutas silvestres, cultivo de feijão e milho nos períodos chuvosos. A criação de gados surge períodos depois. Outras atividades foram inseridas como: criação de bovinos, ovinos, suínos e aves, variando a alimentação, que não estava ao alcance de todos: como afirma antiga residente:

Muitas vezes meu marido ia para a lagoa com nossos filhos para tentar fazer a mistura do feijão ou da farinha, passavam horas e chegavam em casa com o urú vazio nos dias ruins para pesca, e todos ficávamos tristes, mas comíamos o que tinha. Carne de gado era gostosa, porque era como uma fruta, pois era difícil aparecer. Às vezes, meu marido sabia que alguém que ‘ia’ matar um bezerro no domingo, e ele já planejavam comprar pelo menos um quilo. Arroz também era uma comida difícil, às vezes só aparecia em acontecimentos muito importantes. Muitos itens da alimentação eram buscados longe, o sal era buscado no Guriú (Camocim), era em pedra e precisava ser quebrado com pilão de madeira para ser usável em comida. Aproveitava a viagem pela praia para vender frutas, farinha e/ou trocar com/ou comprar peixes¹¹.

Ouvir moradores tornou-se importante e assim surge senhora que lembra:

⁹ Depoimento de um morador de 70 anos, agricultor e nativo de Jijoca de Jericoacoara-CE.

¹⁰ Depoimento de um senhor de 57 anos. Agricultor nativo de Jijoca de Jericoacoara-CE.

¹¹ Depoimento de uma dona de casa. Nativa de Jijoca, 71 anos. 2013.

A comida era basicamente o feijão, preparado em fogão à lenha em panelas de barro. Arroz só nos domingos, dias santos ou feriados. As viagens eram a pé ou a lombo de cavalos e/ou jumentos. Eram percursos a trabalho, onde era vendido os produtos das comunidades, na maioria trocados por pequenos animais e pescados¹².

Nativo, agricultor e pescador lembra:

Pescávamos em muitas partes da Lagoa. Havia enorme diversidade de peixes, desde a piaba, cará (tilápia) até mesmo peixes de grandes como camurupim, sendo um modo de providenciar a mistura do feijão ou da farinha. As famílias eram bem numerosas, em torno da média de 10 filhos por cada uma das vinte e três famílias que lembro que havia por aqui (Jijoca) nos anos 1960, mais ou menos 230 pessoas misturando tudo ¹³.

Sem muito lazer, isolados de espaços urbanos, enfadados pelo serviço braçal da agricultura recolhiam-se cedo aos leitos para descanso físico. Quando sentiam necessidade de rezar, comemorar aniversários, realizar casamentos, convidavam o padre de Acaraú, que vinham à cavalo. As cerimônias eram em casas dos moradores. Surge à necessidade de construção de igreja para orações, centro de referência para as cerimônias e lugar de encontros da população.

Moradores reúnem-se em 1962, iniciando movimentos para arrecadação de fundos da construção da capela. Toda a população empenha-se e Manoel Ferreira de Albuquerque, apelidado de Manoel Teixeira, concordou com o empreendimento e tenta fazer a doação do terreno para a “Igreja”. Porém o patriarca precisava pedir aos filhos, os quais haviam recebido as heranças paternas, conforme divisão feita pelo patriarca da família entre Felina Teixeira de Albuquerque, Francisco Teixeira de Albuquerque, Maria Teixeira de Albuquerque e Pedro Teixeira de Albuquerque, que mesmo com alguma resistência ao pedido do pai, dispensaram as posses das terras para a igreja. Pedro Teixeira de Albuquerque havia comprado à herança paterna da irmã Felina Teixeira de Albuquerque e alargava posse com alguns metros. A outra filha de Manoel Ferreira de Albuquerque, Maria Teixeira de Albuquerque, casa-se com José Marçal de Sousa e este vende a herança paterna da esposa, para Paulo Valdemar. Das terras compradas por Paulo Valdemar, não foram incluídas a doação à Igreja, que corresponde ao espaço em que se localizam comércios e a agência da empresa Correios do Brasil S.A. Ao todo, as doações para a igreja incluem ainda o quarteirão do Mercado Público Municipal.

A igreja de Santa Luzia foi construída em terras doadas por Pedro Teixeira de Albuquerque. Entretanto, a vaidade dos que administravam a posse adquirida, exclui Pedro Teixeira de Albuquerque da história, mas fica aqui este registro. Ao certo, a resistência em obedecer ao pedido feito pelo pai, Manoel Ferreira de Albuquerque, causou antipatia de parte do movimento da construção da igreja. O fato é que os filhos de Manoel Ferreira de Albuquerque, já emancipados e herdeiros empossados, o pai dos doadores, não tinha mais poder de decisão sobre as posses dos filhos e filhas. Dada à posse das terras para a ‘Igreja’, todos assinaram os documentos necessários à Paróquia de Acaraú. O padre orientou homens de confiança (dele) em Jijoca, Gabriel Brandão de Souza e Eliézer Marques, a realizarem loteamentos e negócios de vendas, aquisição de outras posses, efetuarem doações de pequenos lotes no espaço do entorno da igreja. Pessoas informadas da possibilidade de ajudar a igreja compram lotes de terras para morar mais próximos do local religioso. Foram abertas vias de acesso que facilitaram a organização espacial, dando origem às primeiras ruas.

Aos poucos, a população que comprava parte do loteamento, passa a construir residências particulares, comércios, e isto contribui para o início da formação do centro urbano e comercial do então município de Jijoca de Jericoacoara. O dinheiro das transações feitas nas terras foi usado na construção da igreja que serve ao lugar. A população investia tempo na arrecadação, para reformas e ampliação do prédio. Promoviam bingos e leilões de bens de valores adquiridos para os cofres da matriz.

¹² Depoimento de uma dona de casa. Nativa de Jijoca, 72 anos. 2013.

¹³ Depoimento de um agricultor e pescador da Lagoa de Jijoca. Nativo, 78 anos. 2013.

A construção da igreja, com moradores no entorno, fez Jijoca crescer, afinal, conforme Rosendahl, (1996, p.29) “o homem religioso sente necessidade de viver numa atmosfera impregnada do sagrado, são por essa razão que se elaboram técnicas de construção do sagrado”. Pedro Teixeira de Albuquerque, que havia feito a doação do espaço em que foi construída igreja, pôs uma condição à escolha do nome da santa padroeira. Santa Luzia, porque era o nome da filha. Com a sugestão acatada, mediram a altura da menina e confecciona-se uma estatueta de Santa Luzia com as medidas da menina, pois o doador pagava promessas. Um filho de líder do movimento de arrecadação de bens para a “igreja” adoeceu, e no desespero, o pai faz pedidos de cura à Santa Luzia e teve suas preces atendidas, aprofunda-se a devoção à santa. A manifestação do sagrado, conhecido por hierofania, torna-se acontecimento especial, pois:

O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato de manifestação do sagrado, propusemos o termo hierofania. Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo de sagrado se nos revela. (ELIADE, 2008, p. 13)

A primeira missa, celebrada em dezembro de 1963, nos festejos de Santa Luzia, podendo ser relacionada às palavras de Paul Claval (1999), quando reflete a respeito dos sentidos dos lugares:

[...] sobre a importância do vívido, sobre o peso das representações religiosas, torna indispensável um estudo aprofundado das realidades culturais. É necessário conhecer a lógica profunda das idéias, das ideologias ou das religiões para ver como elas modelam a experiência que as pessoas têm do mundo e como confluem sobre sua ação. (CLAVAL, 1999, p.53).

Depois de construída, moradores continuaram buscando recursos para ampliá-la, confirma moradora: “todos os sábados aconteciam leilões em Jijoca e também nas localidades. Também saíam pelas casas e comunidades vizinhas em busca de doações¹⁴”. O movimento do erguimento da capela em Jijoca acumula além de materiais de construção e dinheiro, um terreno de aproximadamente 30.000 m², a igreja é construída com a praça particular em aproximadamente 8.100 m². O restante, loteado por líderes locais nos quais se afirmava ser em benefício da Santa, passando a existir um comércio de terras no entorno da Igreja. A comunidade de Jijoca, ao se aproximar da igreja de Santa Luzia, com a intenção de morar ao entorno, sente a hierofania como revelação de “ponto fixo” absoluto, um “Centro”. (ELIADE, 2008, p. 13). O autor afirma ainda que “o homem deseja situar-se num ‘centro’, lá onde existe a possibilidade de comunicação com deuses”. (op. cit. p.141). Em Jijoca, a igreja de Santa Luzia representa este ‘centro’ que organiza não só a vida religiosa, mas a comercial da cidade ou o sagrado e o profano.

CULTURA E TURISMO.

Os atrativos culturais complementam os naturais. Há crescimento de festividades. Acredita-se que a gestão municipal em conjunto com o governo estadual, empresários e demais setores da sociedade, precisam, maximizar o potencial do município. Entre todos os eventos, a Festa de Santa Luzia em Jijoca, é a mais destacada, festa tradicional, consolidada.

O Ceará é quase todo ocupado por populações tradicionais, que desenvolvem técnicas rudimentares voltadas à subsistência que não aparecem nas estatísticas da economia formal. (CORIOLANO, 2007). O associado ao fato de que as populações tradicionais não têm a posse legal da terra ocupada são facilmente expulsas das áreas para dar lugar à expansão do turismo. As comunidades vivem da terra, organizam as relações com o meio, quando desapropriadas perdem relações com manifestações, sobretudo culturais. A cultura é modo de sintetizar as diferenças entre grupos. (WALLERSTEIN, 1999). As tradicionais necessitam serem preservadas e transmitidas como legado às gerações. A respeito das mudanças culturais nos lugares afirma Giddens:

¹⁴ Depoimento de uma Sr^a. 82 anos. Dona de casa nativa de Jijoca de Jericoacoara-CE.

Nas sociedades tradicionais o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é o modo de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. Nas sociedades modernas as práticas são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim constitutivamente, seu caráter. (GIDDENS, 1990, p. 37)

A necessidade de manter as tradições confirma que a cultura é atrativo dos lugares, com potencialidades associadas ao lazer sendo, associadas natureza, mas como explica Coriolano:

Os atrativos históricos, culturais, manifestações, usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas, eventos e acontecimentos programados, que motivam o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los. Esses atrativos passam a construir a oferta turística, quando estão disponíveis para o consumo e mobilizam a demanda. [...]. Já os socioculturais são os monumentos arquitetônicos, sítios históricos, sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, festas populares, [...]. (CORIOLANO, 2007, p. 147-148)

Nesse contexto, festa religiosa, é patrimônio cultural e apresentam forte relação com o catolicismo popular no Brasil, nos quais se presta cultos aos protetores. Autênticas manifestações da memória dos povos contribuem para manter vivas as tradições, oferecem possibilidades ao crescimento do turismo enquanto atividade econômica. O turismo religioso motiva viagens a lugares que são considerados sagrados. Smith (1992, p. 12), diz que: “o turismo religioso situa-se na confluência de polaridades opostas: o mundo profano ou secular e o mundo religioso”. É tempo democrático e comum que ocorram opções para pessoas estarem em lugares diferentes, relacionados à ideia de símbolos e desejos. Os atrativos seculares dão possibilidades para após as celebrações religiosas, frequentam-se casas de *shows*, parque de diversões, degustam-se quitutes nas ruas e restaurantes, andam pela cidade consumindo produtos disponibilizados.

Festas religiosas em roteiros turísticos mostram a cultural dos lugares, aumento a exploração capitalista traduzida nas demandas de consumo. Porém grupos com mais influência política ou financeira, passa a segmentar o acesso da população, possibilitando a marginalização de grupos, podendo gerar interesses entre classes que dominam nos lugares, descaracterizando a cultura tradicional, ou (re) significando de acordo com o mercado (CANCLINI, 2008). Isto muda o conteúdo das festas, das tradições, dando vivência diferente da conhecida pela população, enfraquecendo o que realmente é comunidade pela comunidade. Para Coriolano (2001) comunidade é:

Uma população com seu modo próprio de ser e de sentir, com suas tradições religiosas, artísticas, com seu passado histórico, com seus costumes típicos, com seu “estilo” de vida familiar e social, com suas atividades produtivas, com seus problemas e necessidades, com suas aspirações; vivendo em um determinado espaço (lugar) e tendo, sobretudo, consciência desta vida comum, tudo isto junto é que forma a comunidade. (CORIOLANO, 2001, p. 111)

Atividades econômicas dominantes podem mudar a percepção da comunidade em relação às tradições, as vivências podem tornar-se diferentes e mudar as festas, que objetivam o culto, e muda porque passa a obedecer aos ditames do mercado, e não mais ao padrão popular, pois:

o objetivo e a característica das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado que elas se referem impõe práticas fixas. Por ‘tradição inventada’, o autor se entende um conjunto de práticas, normalmente regulares por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. (HOBBSAWM, 1997, p. 9)

Mudanças de padrões tradicionais significam novos padrões ou perdas dos primeiros, este segundo é péssimo para as comunidades. Para Portuguese (2012, p. 181) “a questão a ser enfrentada, portanto, é identificar formas mais adequadas de inclusão de comunidades e seus valores culturais, de forma a não descaracterizá-los”. Sabe-se que lugares de culturas tradicionais, são simples, a economia do comércio não tem capacidade de acumulação, são fracas, tendo pouco prestígio. A população é conduzida ao empobrecimento e desqualificação, induzidas a trabalharem em atividades de subsistência na agricultura, extração vegetal, desligadas da economia globalizada e do consumo voraz. (HOEBEL e FROST, 2008). Jijoca não se diferencia.

Há necessidade de planejamento político voltado aos interesses locais, para a festa de Santa Luzia, privilegiando o lugar, sem descaracterizá-la. Há de saber que políticas para o lugar, precisam ser aplicadas para mitigar as debilidades e concentrar esforços na melhoria das pessoas e das potencialidades. Planos de ações para aplicação em pequenos lugares são minuciosamente planejados, prestigiando as realidades existentes. Deve-se evitar cópias de modelos que deram certo em outros lugares, devido à singularidade dos mesmos.

A FESTA QUE SE VER

A festa religiosa acontece todos os anos, desde inaugurada a Igreja Matriz, em 1963. É tradicional, desde a emancipação municipal em 1991. Há 27 anos, quando o distrito recebe o primeiro pároco. A comunidade participa de procissões e ritos ligados à fé católica. Todo ano em novembro, dá-se início à ocupação do centro de Jijoca com a chegada de vendedores ambulantes e camelôs que acampam na Avenida Manoel Teixeira e concorre o espaço urbano, com o trânsito.

Aloca-se na Avenida também o parque de diversões que inicia a montagem de brinquedos, resultando na interdição do trânsito. Com a chegada dos equipamentos, os comerciantes sentem-se prejudicado o centro comercial da cidade fica interditado, tornando-se difícil o abastecimento e a estocagem dos produtos, amargando prejuízos. No dia 02 de dezembro, a imagem da Santa Luzia, segue em carreata, da igreja com o padre, ajudantes e fiéis, percorre a maioria das ruas e avenidas, com cânticos, rezas, com queimas de fogos, até o retorno a praça particular da igreja. É assim anunciado o início da festa. São hasteadas bandeiras do Ceará, municipal e a da paróquia de Santa Luzia.

A movimentação noturna passa aos poucos a aumentar na cidade, com funcionamento do parque de diversões, casas de festas particulares, e outros. Nos últimos dias de festa, é necessário parar os equipamentos para não haver disputas de atenção com ritos religiosos, pois o centro urbano volta-se para o entorno da missa, são as últimas oportunidades de agradecer, pagar penitências ou fazer pedidos à Santa. No pátio da igreja, ocorrem missas campais, lotando a celebração. Na noite de 12 de dezembro, tem o maior movimento em Jijoca, a população e visitantes concentram-se envolta da igreja. Após a missa, pessoas permanecem na igreja, participando de leilões beneficentes, bingos e sorteios, enquanto a cidade fica lotada com milhares de pessoas nas vias principais, para consumir as comidas das barracas de *fast foods*, de ambulantes que vendem roupas, calçados, brinquedos, bijuterias e outras bugigangas. Ficam abertas as casas de *shows*, com bandas famosas, o parque de diversões diminui a tempo de uso dos ingressos, para tentar atender a demanda. Alguns jovens aproveitam as ruas com pouca ou nenhuma iluminação para a prática de sexo e o uso de drogas lícita e ilícitas.

Mobilizam-se para a cidade milhares de pessoas, entre os que têm como motivação a fé, juntamente com a população que se sentem felizes ao ver a cidade cheia de visitantes, recebendo em casas entes queridos e amigos. O comércio beneficia-se de parcela do consumo, há também a presença de pessoas com histórico violento, praticantes de arrombamentos e outros. Muitos desses casos são narrados por vítimas que não denunciam devido à ausência de segurança pública na cidade e a perda de fé na mesma. Quem vive a festa como devoto, renova-se a fé. Poucos são os movimentos que lotam a cidade e trazem lucros ao comércio como essa festa sagrada e profana. Momentos são registrados em câmaras fotográficas, ficando as imagens como recordação. Para a igreja, a festa de Santa Luzia, quase nunca é problemática.

O dinheiro arrecadado nas ruas e avenidas do município ocupadas pelo parque de diversões, camelôs e ambulantes, que pagam taxas de R\$ 10,00 por metro, correspondendo apenas ao comprimento da barraca por dia. Todos os dias os fiscais de tributo da prefeitura municipal arrecadam, e o prefeito, entrega ao padre na missa de encerramento. Para os fiéis e população que não observa criticamente o funcionamento da festa, o acontecimento é maravilhoso para a cidade. Todavia se for analisada a gestão do local que é ocupado para a realização da festa, verifica-se a falta planejamento para evento, e da movimentação do comércio e dos serviços prestados à população e visitantes. Falta gestão do *marketing* e da realização da festa de Santa Luzia que poderia dar maior importância à cidade e a região. Sobretudo mais qualidade e opção de lazer ao polo turístico de Jericoacoara.

A FESTA DE *IN LOCUS*.

Entendendo a importância econômica da festa, para a cidade, pesquisou-se o campo, buscando informações que ajudassem a desvendar a viabilidade da festa para os residentes, comerciantes e município. Analisando os equipamentos de lazer como o parque de diversão que ocupa as vias do centro comercial por mais de 15 dias, a coleta de lixo e os cuidados com o meio ambiente e o espaço urbano, o abastecimento de água para os ambulantes e camelôs que literalmente acampam na Avenida. Buscou-se saber se há acompanhamento das barracas que vendem alimentos quanto à segurança alimentar e a segurança pública e abastecimento de energia elétrica, todos esses itens foram indicados como problemáticos reclamados pelos residentes.

Para a obtenção de dados, fizeram-se visitas institucionais no mês de fevereiro de 2013, à Secretaria de Finanças do município, como também na coordenação de Vigilância Sanitária e Saúde, da Secretaria de Saúde. Na sequência visitou-se o comércio fixo na Avenida, a fim de conhecer a vivência de comerciantes, tal como os funcionários públicos da cidade. Nas entrevistas aos representantes do setor de finanças municipal que cobram os impostos dos camelôs e ambulantes e parque, também com quem libera a licença para instalação dos equipamentos, respondeu-se que:

O parque chega à cidade em novembro, aluga uma casa, vai à prefeitura e apresenta o laudo do responsável técnico do CREA e o laudo dos Bombeiros e então a prefeitura libera o alvará de funcionamento. A energia que usam é a da rua, antes era com gato, mas como o parque utiliza muita energia, nos últimos anos, a COELCE libera a tensão necessária, e legalizada. O equipamento de parque, tal como as barracas de camelôs, pagam uma taxa por dia. A cobrança é feita no período da festa, dos dias 02 a 13 de dezembro. No ano passado, a prefeitura entregou R\$5.485,00 à paróquia de santa Luzia, como todo ano acontece tradicionalmente.

Não há efetiva certeza da legalidade dos documentos apresentados. Não se conhece a atualização ou se são receitas prontas para cada cidade visitada. Sabe-se não haver representação do CREA-CE e Corpo de Bombeiros e a propaganda impressa nos ingressos do parque informa aos usuários, que: “não se responsabiliza por nenhum acidente no uso dos brinquedos¹⁵”. Tal informação faz se questionar a responsabilidade em eventuais acidentes. Fator relevante para a cidade, à mão de obra empregada no parque, geralmente barata, não sendo dificultosa a identificação de crianças e adolescentes trabalhando nas vendas de ingressos. Geralmente, crianças e adolescentes são recrutadas pelos donos do parque, ajustando pagamentos como valores em moeda corrente, incompatíveis com o tempo de trabalho, caracterizando assim exploração de trabalho infante-juvenil. Outro pagamento é a distribuição de ingressos de cortesia aos jovens, sendo que cortesias deveriam ser distribuídas em escolas, e outros lugares, para crianças que não podem pagar, e sem requerer nada em troca, mas simplesmente por responsabilidade social. A mão de obra é usada das 18h às 22h nos dias de pouco movimento e nos últimos três dias de festas os ‘empregados’ viram a noite. Para assegurar essa informação, entrevistaram-se funcionários públicos que tiveram acesso a informações do Conselho Tutelar¹⁶. Questionados sobre o modo de recrutamento da mão de obra local, responderam:

¹⁵ Informação impressa nos *tickets* do parque.

¹⁶ Depoimento de Servidores que tiveram acesso a informações do Conselho Tutelar de Jijoca de Jericoacoara-CE com identidades não reveladas.

O Conselho Tutelar trabalha por meio de denúncias, entretanto, quando o parque chega à cidade, o dono do parque é notificado e convidado a comparecer ao Conselho Tutelar e orientado quanto ao recrutamento da mão de obra, o mesmo é avisado que se houver denúncia de menores trabalhando, o caso será encaminhado para o Ministério Público. O Conselho Tutelar protocola e manda a notificação para o Ministério Público, se resguardando de possíveis denúncias e comprovando que já tomou as ações cabíveis.

Foi explicado ainda que:

Após a gente começar a conversar com o dono do parque, percebemos que diminuíram a quantidade de crianças trabalhando, temos mais são adolescentes. Em conformidade com a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), é permitido o trabalho após os 14 anos de idade, como aprendiz, dentro da Lei, com registro na carteira de trabalho e com os direitos assegurados. Entretanto, não é o que acontecem, os adolescentes continuam a trabalhar sem registro, e além do que a Lei permite em relação à carga de trabalho.

Há problemas em relação à legalidade trabalhista em todo o município, uma vez que o comércio é fraco e a carga de impostos pagas é alta. É fácil encontrar pessoas no comércio, e outros, ganhando menos de salário mínimo por mês, trabalhando 8 horas ou mais por dia. Excluído o turismo que é organizado por temporadas de férias, quem mais emprega é a Prefeitura Municipal, sendo partes dos serviços prestados por servidores concursados. Não há indústria, o que incluiria mais pessoas no consumo. O Conselho Tutelar lamentam que “se fossem cobrar legalidade nos serviços prestados em relação às leis trabalhista em Jijoca de Jericoacoara, nem Conselho Tutelar haveria”. Isto confirma a presença de crianças e adolescentes trabalhando no parque de diversões, e mostra falta de políticas no cumprimento de leis básicas.

Procurou-se saber qual a frequência dos visitantes, com entrevistas nas ruas, a ambulantes, camelôs e devotos de Santa Luzia e, 72%, são veteranos da festa e, 28%, pela primeira vez. Há impressão que a festa toma proporções maiores a cada ano. Sabe-se que para viajar é necessária a motivação e as citadas são: Negócios, 78%, Religião, 16% e Lazer, 6%. A busca pelo lucro e retorno com eles para as origens, de modo que possam economizar o máximo. As pessoas chegam 68%, em grupo, 26% em família e 6% sozinhos. As cidades que mais emitem visitantes são: Fortaleza com 37,5%, Acaraú e Canindé, 10% cada, Cruz e Viçosa do Ceará representam 7,5% cada, Brejo Cruz-Paraíba, 5%. As cidades de Caucaia, Camocim, Guaraciaba do Norte, Itapipoca, Itarema, Morrinhos, Santana do Acaraú, Sobral e Varjota com 2,5% cada.

Os meios de hospedagem não apresentam registros de aumento dos serviços, pois os 10% visitantes ficam em casas de conhecidos e ou familiares, 16% alugam casas ou em casas próprias, 2% em pensões, e a massa de 72% hospedados em barracas de camelôs na Avenida Manoel Teixeira. Os entrevistados informaram ter chegado à cidade assim: 40% usam ônibus de excursão, 32%, automóvel, 20%, caminhão e 8%, em ônibus de linha. A média de permanência é de sete dias. Os ambulantes e camelôs utilizam água de procedência duvidosa, uma vez que o município não oferece chafariz, ou fonte. A energia elétrica utilizada nas barracas, em grande parte é proveniente de arranjos conhecidos como ‘gatos’. Como os produtos que chegam à rua com camelôs e ambulantes são similares aos locais, atrapalha a venda dos comerciantes. Em Jijoca os impostos pagos pelos empresários fazem com que os produtos se tornem caros e os ambulantes, que não pagam impostos podem vender por preços baixos.

A venda de produtos durante a festa, como: roupas, brinquedos, utensílios domésticos, bijuterias, calçados, imagens de santos e outros, remetem há 20 anos no passado, época que não havia comércio efetivo, os poucos que se arriscavam nos negócios eram agricultores de subsistência que empreendiam com os salvos da lavoura, apenas alimentícios e de higiene. Trabalhava-se o ano inteiro na agricultura, na extração da amêndoa de caju e guardavam dinheiro para comprar objetos que só apareciam uma vez por ano. Era oportunidade rara de trocar figurinos, já que a dificuldade das estradas e preços usura de mercadorias em cidades vizinhas dificultava o consumo. O comércio dos camelôs e ambulantes no centro comercial é percebido como algo que tem provocado prejuízos ao comércio local como comenta comerciante:

Falta organização porque nesse evento, os ambulantes estão chegando no dia 25 de novembro e ficam até dia 15 ou 16 de dezembro, não tenho nada contra, cada qual pode ganhar seu dinheiro. Mas só que encham a rua, o comerciante quer chegar com o carro aí à noite para descarregar mercadoria e não tem acesso, porque fica tudo entulhado aí de parque, barraca de tudo. Acho que nesse ponto aí, a festa prejudica o comércio, sendo que no período de festa não aumenta meus lucros, ela dá até uma baixada, porque muita mercadoria que eu vendo aqui tem aí fora, e ‘tô’ notando umas coisas também, porque aqui eu vendo o mesmo produto que é vendido na rua. Antigamente, tinha uma diferença, mas hoje em dia, é o mesmo produto, é tanto que tem clientes que preferem comprar aqui, com um desconto no comércio local de que na rua ¹⁷.

A informalidade é resolvida com taxa de dez reais por metro de comprimento, compatibilizando os camelôs e ambulantes com o comércio local, forma-se contradição, como lembra um segundo comerciante:

O comércio de ambulantes atrapalha formal, porque pago imposto caro e conseqüentemente, a mercadoria fica mais cara, enquanto que eles pagam ali uma diária, coisa pouca, e tem condição de vender melhor de que a gente. Pago funcionário, anterior a isso trabalhava só, mas não tinha um atendimento de qualidade, então coloquei funcionárias para melhorar, dá uma atenção a mais, porém tudo isso encarece mais o produto ¹⁸.

Outro comerciante, de mercearia, reclama:

Pra nós, o festejo de Santa Luzia, não dá aumento nenhum significativo em lucros, porque surgem vários comércios paralelos, que são informais, que acabam vendendo algum produto, que também vendemos. Outro fator negativo para o comércio é a visibilidade do mercantil fica debilitada, e o pessoal também que frequenta os festejos de Jijoca, a maioria não vem atrás de comprar gênero de cesta básica como é o que comercializamos ¹⁹.

O aumento mencionado é a busca por produtos plásticos, lembra: “único aumento por algum produto é por produtos descartáveis, porque as próprias barracas de alimentação utilizam para poder vender seus produtos”. Comerciante afirma ter melhoras no ganho, mas lembra que o comércio é atrapalhado em relação ao acesso ao comércio local:

O aumento dos feirantes e camelôs atrapalha o comércio, sim, mas não pelos produtos, já que somos de ramos diferentes, mas atrapalha na poluição visual e na visibilidade do nosso comércio, da facilidade de acesso, há clientes, principalmente idosos que se perdem no meio da rua, no monte de barraca aí, e não chegam até aqui.

Os comerciantes de gêneros alimentícios não prontos ficam com a experiência diminuída nas vendas, um comerciante afirma: “a baixa nas vendas faz com que se evite fazer compras que tenhamos que pagar na época de dezembro, pelo fato do nosso capital cair de produção. Só não é pior para nós porque nosso estoque é abastecido pelos fundos, entretanto a venda da mercadoria é prejudicada sim”. Outro comerciante de gêneros de cesta básica tem opinião semelhante:

¹⁷ Depoimentos de comerciantes de Jijoca e Jericoacoara que pediram para não terem suas identidades reveladas.

¹⁸ Depoimento de comerciante de Jijoca de Jericoacoara.

¹⁹ Depoimento de comerciante de Jijoca.

O acesso ao comércio fica prejudicado. Trabalhávamos com eletros grandes, e a distribuição fica dificultada. A insegurança, quanto aos pagamentos de contas, nos deslocamentos ao banco, à loteria, é um risco grande, pois pessoas de outras cidades maiores que tem um histórico violento vêm pra cá ‘migram’ pra cá, há casos de assalto, arrombamentos. Agente percebe, porém em todas as datas festivas do município, percebemos que não são pessoas daqui, já foram inclusive, reconhecidos alguns, presos em flagrante ²⁰.

A população reclama da “a poluição, física, material, a Lagoa de Jijoca, por exemplo, os camelôs sujam muito, não têm política de realocação deles”. Nota-se ausência de ações e vontade política para amenizar problemas da falta de gestão da organização da festa de Santa Luzia, principalmente no que concerne a organização que priorize o comércio local, que paga caro para existir. Comerciante diz:

Há falta de soluções, ou de tentativas de resolver os problemas do comércio é um choque de opiniões, de posicionamentos, porque a prefeitura municipal tem um posicionamento, a igreja tem outro, o comércio tem um posicionamento, só que pelo posicionamento dos comerciantes, falta solidez à CDL. Que não têm estrutura nenhuma para se impor, para buscar uma alternativa para uma solução para isso, não têm, e isso é a posição dos comerciantes, logo a gente que é tão prejudicado, teríamos a obrigação de correr atrás de resolver isso, e a CDL, com todos esses comerciantes, não tem influência nenhuma sobre isso. Dá para resolver? Dá. Tem alternativas? Tem, falta a boa vontade.

Voltando aos dados iniciais, 72% dos visitantes, acampam em barracas de camelôs, na Avenida Manoel Teixeira, do parque, além de prejudicarem o comércio local com estoque, serviços básicos como: coleta de resíduos sólidos (lixo), e esgoto, surgindo problemas sanitários, fazem-se necessária aplicação de entrevista a Vigilância Sanitária e Saúde da Secretaria de Saúde¹⁰. A primeira pergunta ao servidor responsável foi relacionada ao controle das instalações e funcionamento de barracas de alimentos que vendem comidas, bebidas e lanches na Avenida. A resposta foi segura e categórica, simplesmente “não”. As pessoas responsáveis pelo órgão iniciam um breve discurso de como deveria agir:

Vistoria das barracas, os pontos para colocar lixo, tem que ser diária, distribuição de sacos, pela vigilância sanitária. Deve ser assim, colocou as barracas, vamos vê como está a estrutura ‘física’ das barracas, tem alimento, o que vai ser feito desse alimento no dia seguinte? Vai ser reutilizado? Não pode ser reutilizado, não pode. Então todo dia tem que ser feito distribuição de sacos, a verificação dos alimentos, e o recolhimento desse lixo. Diariamente tem que ser feito ²¹.

Para as barracas dos ambulantes e camelôs vendedores de alimentos, surge à necessidade de conhecer a procedência da água usada para o preparo, higienizações de quem trabalham e utensílios utilizados. Representantes da Vigilância Sanitária e Saúde afirmam não conhecer a procedência da água, pelo fato do município não disponibilizar de chafarizes ou fonte para uso público, o setor responde que:

Não sabemos de onde vem, a água utilizada. Todas as pessoas que participam da festa têm necessidades, não apenas de água, mas de limpeza, banheiros químicos coleta de lixo, mas lixo produzido não é recolhido, não lembramos se teve a instalação de banheiros químicos em 2011 e ‘acho’ que em 2012 teve. Mas antigamente não era instalado, eu sempre reclamei demais, pelo fato de que se cobra dinheiro, a polícia cobra, a igreja cobra dos camelôs, a prefeitura municipal cobra e não botava nenhuma estrutura.

²⁰ Comerciante de Jijoca de Jericoacoara-CE.

²¹ Depoimentos de que tiveram informações da Vigilância Sanitária e Saúde de Jijoca de Jericoacoara que terão identidades não reveladas.

A pessoa entrevistada lembra ainda que:

Os (camelôs) viviam tirando água da fonte da imagem de Santa Luzia no pátio da igreja para mil utilidades. Sabemos que o município não oferece torneiras com água, nem banheiro. O banheiro é a via que dá acesso para a Lagoa de Jijoca, toda a população sabe que as necessidades fisiológicas são feitas ali, sendo o banheiro coletivo da festa, então na última festa (2012) teve banheiros químicos, não me lembro de 2011, mas garanto que desde o início da festa em todos os anos, até 2010 não tinha.

Morador próximo às margens da Lagoa de Jijoca afirma: “vi este ano muitos destes de fora (madrugada) passarem antes que o dia amanheça com panelas, baldes, garrafas e outros utensílios para recolherem água da Lagoa de Jijoca”. Prossegue: “É da lagoa que eles tiram a água de uso na limpeza deles e na feitura das comidas que vendem. No ano passado a fonte da Igreja de Santa Luzia só foi ligada no último dia de festa”. Sabe-se que em festa religiosas acontecem em muitos lugares, e na preocupação com a imagem de uma festa limpa, que beneficie o residente e os visitantes da cidade. A pessoa entrevista lembra:

Pessoas que participam da festa têm necessidades: água, limpeza, banheiros químicos coleta de lixo, mas lixo produzido não é recolhido, não lembramos se teve a instalação de banheiros químicos em 2011 e acho que em 2012 teve. Mas antigamente não era instalado, eu sempre reclamei demais, pelo fato de que se cobra dinheiro, a polícia cobra, a igreja cobra dos camelôs, a prefeitura municipal cobra e não botava nenhuma estrutura.

A Vigilância Sanitária expõe sem escrúpulos os problemas da festa em relação ao lixo, quando diz que: “no dia 13 de dezembro, quando os ocupantes da Avenida saem fica o entulho de lixo, sendo que nos dias em que eles estavam ali não é coletado o lixo não, até porque eles fecham a rua. É ato falho da Prefeitura Municipal”. Em festas religiosas há preocupação com imagem festa. A festa sendo boa para a população é consequentemente boa para visitantes. O comércio alternativo de camelôs é normal, assim como: interdição do movimento de trânsito de carros é normal, mas todos os dias deve-se dar passagem ao serviço de limpeza pública e segurança. Um município como Jijoca de Jericoacoara-CE, tende a crescer, e se ofertar festa, bonita, qualidade, só tende a chamar a população, e quem que ganha é o município. Depois da realização da pesquisa há de se aprofundarem os estudos da festa de Jijoca com o intuito de colaborar com a gestão da festa, dos negócios que atraí pessoas, movimentam a economia, promove a sobrevivência da fé, como aspecto cultural do povo jijoquense e dos que visitam a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa afirma que a festa de Santa Luzia da cidade de Jijoca de Jericoacoara não tem sido um evento responsável por uma efetiva organização do espaço, além de aflorar problemas que faltam ações para resolvê-los, passam a ser entendidos como problemas irremediáveis para residentes, visitantes e agora estudiosos. Conclui-se que a festa não traz tanta vantagem à cidade, uma vez que o comércio não ganha fazendo necessário maiores cuidados também com os jovens, sobretudo os explorados na rua, reféns do trabalho em troca de paupérrimos ganhos e em outros de ordem social.

A limpeza pública é necessária em qualquer época do ano, principalmente quando a casa está cheia, não se colocam visitas em casa para amontoá-los com lixo, urina, fezes, água suja, ladrões e assassinos, mas oferecem-nos boas condições que se sintam acolhidos e possam retornar. Os políticos, e organizadores da festa, menosprezam planejamento eficaz de gestores de carreira, ocupando nos cargos de confiança, pessoas que agem em campanhas eleitoreiras, que nem ao menos sabem o que é uma política pública, nem ao menos executá-las ou criá-las. Dessa forma, os poderosos não contribuem para uma efetiva organização do território, mas para a permanência de suas vontades ultrapassadas a qualquer custo.

Com o aparente aumento da festa, faz-se necessário a implantação de políticas públicas a fim de fortalecer o turismo local, na cultura. A festa de santa Luzia é expressão da cultura jijoquense, símbolo repetido todos os anos, quando as cidades recebem milhares de visitantes em busca do sagrado, mas que aproveitam as cidades cheias de visitantes, de mercadorias, e serviços e se voltam à obtenção de lucros, incluindo deste modo, maiores ganhos para o comércio local.

Precisam-se oferecer condições que não exclua o comércio alternativo, e isto na sua consequência mais simples, gera e distribui renda, permitindo maior inclusão no consumo dos produtos ofertados. É necessário ainda assim, regulamentar os serviços, nas festas que ainda não estão organizadas. Buscar mais respeito com o cumprimento de leis básicas como as trabalhistas, aumentar os postos de trabalhos legais. As festas religiosas permitem o descortinar de informações culturais e políticas, ajudando a melhorar a vidas dos residentes, fazendo com que a cidade seja boa não somente para os visitantes, mas primeiramente para os que nela habitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. 7.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 225 p. – (Série legislação ; n. 25)

Disponível em:

http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/785/estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf?sequence=10

Acessado em 04. Fev. 2013.

CANCLINI, N. G. C. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa, Heloisa Pezza Cintrão. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, p.27-62, 85p.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Perfil básico municipal – Jijoca-CE**. Disponível em: <<http://www.iplance.ce.gov.br>> Acesso em: 05/11/2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Jijoca de Jericoacoara – CE**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acessado em: 02/02/2013.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**. São Paulo: Papirus, 2001.

_____. & VASCONCELOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. (Org.) Fortaleza-CE: EdUECE, 2007. 440p.

ELIADE, Mírcea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Tradução por Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

HOBEL. A. e FROST, E. L. **Antropologia cultural e social**. São Paulo. Cultrix, 2008.

HOBSBAWM, E. **A invenção das tradições: a produção em massa das tradições**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra. 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

PORTUGUEZ, A. P. Identidade cultural na perspectiva do turismo local. In: CORIOLOANO, L. N; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.); **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza, CE: EdUECE, 2012

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

SANTOS, Maria da Graça Mouga Poças. **Espiritualidade, Turismo e Território: Estudo**

Geográfico de Fátima. Estoril: Principia, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. – 4º edição. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** Record, 2000. São Paulo.

SMITH, V. L. **Introduction:** The Quest in Guest. *Annuals of Tourism Research*, v. 19, 12, 1992.

SOUSA, José Weyne de Freitas. **Política e saca no Ceará – um projeto de desenvolvimento para o norte. (1869-1905).** Tese de Doutorado em História Econômica – Programa de Pós-Graduação em História Econômica – FFLCH - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP, 2009.

SOUZA, José Arilson Xavier de. **A resignificação religiosa do turismo regional** : um estudo geográfico-cultural do Santuário de Fátima da Serra Grande, 2009. 164 f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza-CE, 2009.

VESENTINI, José William. **O ensino de Geografia no século XXI.** Caderno Prudentino de Geografia (17). Presidente Prudente - SP: AGB, Jul.1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultural global: globalização e modernidade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SERTÃO E SERTANEJO: IMAGEM, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE CULTURAL

Denio Santos Azevedo

Taís Alexandre A. Paes

Polyana Bittencourt Andrade

INTRODUÇÃO

Sergipe é o menor estado da Federação e um dos nove estados do Nordeste brasileiro. Na sua divisão geopolítica apresenta setenta e cinco municípios organizados para fins de estudos em regiões geoeconômicas, a saber: Litoral, Continguiaba, Agreste, Baixo São Francisco e o Sertão. Neste último, estão inseridos quinze municípios que foram agrupados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em duas microrregiões: Sertão do São Francisco e Carira²². De acordo com a legislação estadual existem oficialmente os territórios do Alto Sertão Sergipano²³ e do Médio Sertão Sergipano²⁴, divisão que será utilizada nesta pesquisa.

Os atores sociais que planejam as políticas públicas em turismo em parceria com a iniciativa privada dividiu as cidades sergipanas em pólos turísticos (Sertão das Águas, Velho Chico, Serras Sergipanas, Tabuleiros e Costa dos Coqueirais). Os objetivos circundam o interesse em proporcionar uma oferta integrada e diferenciada para um público-alvo definido, com a implementação de práticas cooperativas em um primeiro momento para se tornarem competitivas depois, respeitando a localização geográfica e as especificidades de cada cidade, mas percebendo semelhanças em seus aspectos naturais e culturais. O modelo requer uma troca de experiências entre os membros dos pólos, certa interdependência nas ações, a necessidade de investimentos direcionados a estes e o desenvolvimento sócio-econômico do conglomerado.

Dos municípios que compõem o sertão sergipano sete estão no Pólo Velho Chico, cinco no Pólo Serras Sergipanas e apenas a cidade de Graccho Cardoso se encontra no pólo dos Tabuleiros²⁵. Com uma efetiva proposta de tematização dos destinos turísticos foi criada uma “Rota do Sertão” com investimentos do governo estadual na principal via de acesso, na sinalização rodoviária, na iluminação e na divulgação do sertão sergipano.

O sertão sergipano culturalmente possui uma “capital” que é o município de Nossa Senhora da Glória, considerada pelos residentes como principal porta de entrada para a região. A única comunidade indígena remanescente em todo estado, Xocó, fica em Porto da Folha. As marcas históricas da pecuária, a cultura do couro, do fumo, das feiras, comunidades quilombolas e as manifestações folclóricas podem ser percebidas até hoje nos municípios aqui destacados. A caatinga, as pastagens e o rio São Francisco são destacados entre os bens naturais.

²² Na microrregião do Sertão do São Francisco estão os municípios de Canindé do São Francisco, Feira Nova, Gararu, Graccho Cardoso, Itabí, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha. Na microrregião de Carira se encontram os municípios de Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão e Ribeirópolis.

²³ Criado através do Decreto Estadual nº. 24.338, de 20 de abril de 2007. O território do Alto Sertão Sergipano localiza-se a noroeste do estado de Sergipe, sendo formado por sete municípios: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha. (SERGIPE/SEPLAG, 2008 a).

²⁴ Criado através do Decreto Estadual nº. 24.338, de 20 de abril de 2007. O território do Médio Sertão Sergipano localiza-se no meio-norte do estado de Sergipe, sendo formado por seis municípios: Aquidabã, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabí, Nossa Senhora das Dores e Cumbe. (SERGIPE/SEPLAG, 2008 b).

²⁵ Pólo Velho Chico: Canindé de São Francisco, Gararu, Itabí, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha; Pólo Serras Sergipanas: Carira, Feira Nova, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão e Ribeirópolis.

Todas essas podem ser percebidas como elementos de identificação dos residentes, bens patrimoniais ou ícones de rememoração. Para os gestores turísticos podem ser transformadas em atrativos turísticos ou imagens que representam os destinos e geram motivações para o deslocamento. Um exemplo significativo da presença da atividade turística no sertão sergipano é que nesse recorte se encontra o segundo destino turístico mais visitado em Sergipe, a cidade de Canindé do São Francisco.

Se há deslocamento de atores sociais deve existir planejamento turístico. A necessidade de participação e (re)conhecimento dos residentes é fundamental para minimizar os impactos sócio-culturais causados pelo encontro entre os “eus” e os “outros”. A partir do exposto este estudo pretende analisar as representações do sertão e do sertanejo formadas por atores sociais que foram selecionados pelos próprios moradores como representativos do grupo social aqui pesquisado. A perspectiva teórica adotada é psicossocial e histórica e procura integrar elementos da teoria da identidade social de Henri Tajfel com a teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. A partir das entrevistas realizadas com o público-alvo desta pesquisa percebe-se que é possível reconhecer a existência de identidades sertanejas que os diferenciam de outros grupos sociais.

ATIVIDADE TURÍSTICA E PERCEPÇÃO DA IMAGEM

A atividade turística pode ser considerada em várias localidades como sendo uma atividade que fornece o desenvolvimento social, econômico e ambiental ao longo do globo. Hoje esta é uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e público. Uma vez que exerce impacto na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem. Inclusive, em alguns casos, esta atividade é considerada uma “indústria” na expressão “indústria do turismo” ou “indústria de viagens” devido ao seu acelerado crescimento no momento em que o setor industrial era o grande motor do desenvolvimento capitalista, com a geração de emprego e renda (LICKORISH; JENKINS, 2000).

Dados da OMT (2012) confirmam e reforçam este crescimento da atividade turística ao indicar que esta representa a quarta economia de exploração mundial, ficando atrás apenas dos combustíveis, da indústria química e alimentícia. Todavia ao abordar tal atividade deve-se considerar que a mesma também pode gerar impactos ou influências positivas e negativas nas regiões em que esta se desenvolve. Tais impactos no entendimento de Ruschmann (2010) referem-se a gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turísticos nas localidades receptoras. Neste sentido, as variáveis de impacto, têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas e dependendo do meio em que ocorrem podem gerar resultados irreversíveis.

É devido aos impactos gerados pela atividade turística que a mesma necessita ser planejada de forma adequada potencializando seus benefícios e minimizando seus aspectos negativos. Tal planejamento envolve também questões vinculadas a imagem que um destino, localidade, atrativo turístico ou, até mesmo, uma marca deseja ter perante os seus visitantes, turistas, excursionistas ou consumidores. A forma como um destino ou atrativo turístico desenvolve a sua imagem permite que os visitantes procurem estes de acordo com as percepções disseminadas. Ou seja, a percepção que um turista tem, em geral, sobre um destino ou atrativo turístico é proveniente, em alguns casos, da divulgação que é disseminado por estes.

Quando se analisa questões vinculadas à imagem de uma forma ampla verifica-se que a mesma abrange um conjunto de atributos formado por crenças, idéias e impressões que as pessoas têm deste local. As imagens costumam representar a simplificação de inúmeras associações, fragmentos e informações, e é o produto da mente tentando processar e enquadrar enormes quantidades de dados relacionados a um lugar (KOTLER, 2000).

Autores como Santaella e Nöth (1999) acreditam que os conceitos de imagem surgiram na Grécia antiga com os filósofos Platão e Aristóteles que, inclusive, apresentavam percepções diferentes. Para Aristóteles a imagem era uma percepção adquirida através dos sentidos por meio da realidade do exterior. Já no entendimento de Platão a imagem era proveniente da mente do indivíduo que reproduzia uma interpretação da alma. Neste sentido, percebe-se que as discussões sobre a imagem apresentam cunho filosófico e com significados profundos.

Ainda sobre as perspectivas da imagem estes mesmos autores abordam dois tipos de domínios. O primeiro refere-se às representações visuais como: desenhos, pinturas, gravuras, fotografias, imagens cinematográficas, televisivas, etc. O segundo domínio é relativo ao aspecto imaterial e representações mentais, ou seja, visões, fantasias, modelos, imaginações, etc. Ao se considerar o domínio imaterial verifica-se elementos de subjetividade inerente as representações visuais e as interpretações que podem ser originadas de representações ou lembranças passadas. Esta subjetividade apresentada é comumente observada em destinos turísticos onde se pode averiguar a relação que existe entre o observador e o ambiente como na citação que segue.

A criação da imagem ambiental é um processo bilateral entre observador e observado. O que ele vê é baseado na forma exterior, mas o modo como ele interpreta e organiza isso, e como dirige sua atenção, afeta por sua vez aquilo que ele vê. O organismo humano é extremamente adaptável e flexível, e grupos diferentes podem ter imagens muitíssimo diferentes da mesma realidade exterior (LYNCH, 1997, p. 149).

O fato de grupos diferentes emitirem opiniões antagônicas ou distintivas é devido às experiências que os mesmos assimilaram considerando aprendizagens e emoções, através de representações cognitivas sobre o ambiente. O que ocorre é que a noção de imagem está intimamente relacionada ao comportamento e às atitudes e estes são baseados na imagem presumida de uma pessoa e que dificilmente sofre mudanças, a menos que se adquira novas informações ou experiências. (COOPER, 2007)

Ao se levar em consideração a percepção de Gunn apud Cooper (2007) há o entendimento da existência de dois tipos de imagens sendo uma orgânica e outra induzida. A imagem orgânica é aquela que representa a soma de todas as informações que não tenham sido dirigidas pela publicidade ou pela promoção de um destino turístico. Em contrapartida, a imagem induzida é formada pelo retrato deliberado pela promoção de várias organizações envolvidas no turismo.

As imagens, como dito anteriormente, desenvolvidas pela mídia impressa ou não transmitem mensagens aos indivíduos que fazem com que os mesmos desenvolvam certos entendimentos sobre uma determinada localidade que podem estar equivocados em alguns casos. Isso significa que tais imagens devem estar baseadas em preceitos éticos considerando a divulgação de informações adequadas e verdadeiras. Em muitos casos, as imagens são de cunho mercadológico e fazem com que certos estereótipos de determinados locais ou grupos de pessoas sejam desenvolvidos. É o caso da mídia televisiva que retrata estereótipos de cada região do Brasil, por exemplo.

É muito comum, analisando do ponto de vista gastronômico, por exemplo, retratarmos as culinárias que são representativas de cada região do Brasil. A imagem que se têm da Bahia, por exemplo, é a do acarajé, do Rio Grande do Sul o churrasco, do Pará pratos a base de açaí e etc. Para cada localidade brasileira a imagem de um prato típico surge no imaginário de cada indivíduo ou turista. Da mesma maneira ocorrem representações sobre os pontos turísticos de cada localidade aonde cada pessoa irá se basear em uma série de elementos cognitivos para gerar uma imagem sobre esta.

As considerações sobre os aspectos cognitivos também fazem parte das imagens que as pessoas desenvolvem sobre um grupo ou sobre si próprios e que podem ser reforçadas pela mídia, por exemplo. Estas imagens podem ser consideradas como sendo a totalidade interiormente organizada de informações e avaliações que a pessoa elabora a respeito de seu próprio conjunto de traços. É a visão e a forma que cada um vivencia a sua identidade (BRITO, 1998)

Como se pode perceber questões sobre imagens também repercutem sobre como o indivíduo também se vê. A percepção sobre a imagem então, ocorre de duas maneiras: do indivíduo sobre o meio externo e sobre como ele se observa individualmente como membro social. Assim, “em termos técnicos, nossa auto-imagem está vinculada diretamente à imagem consensual que nossos grupos de referências fazem a nosso respeito e indiretamente à imagem interna cultivada por essas coletividades” (BRITO, 1998, p. 167). Neste sentido, observa-se a imagem do sulista, do nordestino e etc. Cada um dos grupos desenvolve uma imagem que possa representar a sua identidade.

IDENTIDADE E MEMÓRIA COLETIVA

No atual contexto, marcado pela globalização (GIDDENS, 2003) e por debates em torno da pós-modernidade (HARVEY, 1992; LYOTARD, 1998) as identidades impulsionam os estudos na área de ciências sociais e humanas. Assiste-se a um fenômeno de (re)valorização destas identidades culturais e as suas consequências a partir de novas sociabilidades, manifestações culturais, movimentos sociais, conflitos armados, disputas religiosas, étnicas e novas relações de poder.

A contemporaneidade é marcada por uma dinâmica que pode ser percebida em diversos processos de transformação do tempo e do espaço, vinculadas ao crescimento de “mecanismos de desencaixe” (GIDDENS, 2002). Tais mudanças não ocorrem ao mesmo instante e com a mesma frequência, os tempos e os espaços são distintos, há um diálogo entre o global e o local, que pode ser entendido como “glocal” (CANCLINI, 1995). Portanto, a globalização não poderá ser entendida apenas como força coercitiva homogeneizadora e destruidora de singularidades, mas também como movimento contrário de reforço das identidades, de reconhecimento das diferenças, de valorização da tradição, de identificação com a região e da busca por elementos identitários.

Especificamente, nas ligações identitárias com o território, assim como nas outras formas de identificação, o sentimento de ligação pode ser definido por contraste em relação a algo que lhe é exterior, uma alteridade, uma diferença que demanda diferenciação (ORTIZ, 2003; TAJFEL, 1984). É neste sentido que a identidade é sempre relacional e que ela impacta as ligações com o lugar. “A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais” (OLIVEN, 1992, p. 43).

A região, sendo uma produção geográfica, histórica, social, psicológica, econômica, política e, como tal, explicitando-se no discurso dos atores, possibilita inventariar imagens, narrativas e memórias. Portanto, uma região pode ser percebida de diversas formas em variados momentos históricos, a partir de teorias diversas e de olhares múltiplos. A princípio esta pode ser entendida como um recorte espacial, definida pela geopolítica, por certa unidade econômica, ou como uma representação mental, seguida de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento, que gera uma identidade espacial, a partir das práticas e discursos regionalistas, em que os agentes sociais investem os seus interesses.

Dessa forma, a identidade regional é uma construção que se baseia nas representações sociais do lugar, da sua história e dos seus atores sociais; sendo, por conseguinte, derivada da memória coletiva. Ou seja, da capacidade dos grupos para (re)construir e recuperar narrativas de origem, mitos fundadores, personagens heróicos, inimigos comuns e, *pari e passu*, para esquecer ou ressignificar as violências perpetradas e as injustiças cometidas em nome do projeto identitário coletivo. É neste sentido que: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A memória coletiva pode ser entendida como o conjunto de representações do passado que um grupo produz, conserva, elabora e transmite através da interação entre seus membros (JEDLOWSKI, 2000; PÁEZ; TECHIO; MARQUES; BERISTAIN, 2007). A memória coletiva, então, seria o acervo de lembranças compartilhadas pelos membros de uma coletividade e a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo inserido em um determinado contexto. Neste sentido, a memória é ativa, pois não se confunde com as marcas de um passado no presente, é permanentemente reconstruída e vivificada enquanto é ressignificada. Ela compreende atitudes, práticas, cognições e sentimentos que prolongam as experiências passadas no presente, como uma memória-hábito, formando uma teia simbólica que garante a continuidade dos grupos, dos seus valores e cultura.

A memória coletiva leva os indivíduos a construir ou a desconstruir as identidades sociais. O sentimento de apego afetivo a um determinado grupo ou comunidade interfere na consistência das lembranças, além de que permite atualizar a identificação com o grupo: ver-se, pensar e lembrar-se como membro do grupo. Esse processo interfere tanto na retenção de algumas informações centrais para a identidade, como na adaptação de imagens do passado que servem para as necessidades atuais do grupo; bem como na construção e manutenção de uma imagem positiva do passado. O esquecimento de determinados eventos pode ser entendido como um ato pensado, um ato psico-político na construção de identidades, pois serve de solução para rupturas ou marcas do passado, que no presente foram reconstruídas. Nesta relação entre memória e identidade, ressaltamos que a memória coletiva tem duas características centrais: ela é seletiva e inventiva.

Para os atores sociais que planejam a atividade turística a implementação irresponsável dessa em variados lugares transformou o turismo em um grande vilão da memória coletiva e das identidades culturais. O impacto cultural causado, a presença massiva de turistas em localidades que não foram preparadas para o encontro com o “outro”, a não aceitação das diferenças por parte dos visitantes, a transformação dos bens culturais e dos saberes/fazeres em simples mercadorias e a imposição cultural geraram diversos desconfortos entre os residentes e os membros do *trade* turístico. Atualmente, debate-se a necessidade de participação ativa da comunidade nos projetos, na execução e na avaliação. Fala-se a respeito das práticas culturais, da memória coletiva e do patrimônio cultural. Os projetos turísticos devem visar o desenvolvimento sócio-econômico, a minimização dos impactos culturais e auxiliar na manutenção dos bens tangíveis e intangíveis que são antes de tudo, elementos da herança cultural e construtores de identidades e não apenas elementos de consumo.

Em suma, percebe-se a necessidade em ouvir o “outro”, perceber como ele se auto define, entender quais são as suas “marcas” características e não apenas os estereótipos que são impostos. Com base nisso, procura-se nesta pesquisa conhecer o sertão e os sertanejos a partir dos próprios residentes desta região no estado de Sergipe. Para tal foram feitas entrevistas com representantes do sertão sergipano, escolhidos pela própria comunidade, para conhecer traços característicos e perceber como os mesmos se diferenciam dos demais grupos sociais.

METODOLOGIA DO ESTUDO

O marco espacial desta pesquisa é o sertão sergipano, mais precisamente os municípios de Nossa Senhora da Glória, considerada pelos seus residentes, capital do sertão, Poço Redondo e Canindé do São Francisco. Estes dois últimos naquele momento estavam sendo destacados na mídia nacional, graças à exibição de uma novela que motivou diversos debates sobre a imagem do sertão e do sertanejo²⁶.

Sendo assim, esse estudo de cunho qualitativo foi norteado por pesquisas de campo com a realização de 21 entrevistas semi-estruturadas com representantes escolhidos pela comunidade local como vozes que deveriam ser escutadas. As entrevistas, desta forma, foram realizadas entre os meses de março e maio de 2011. A única exigência dos pesquisadores era que os entrevistados se identificassem como sertanejos. O roteiro da entrevista foi elaborado conjuntamente com a comunidade. Estudantes de uma pós-graduação em História do Brasil, pautados pelo método da História Oral realizaram a entrevista, gravaram as falas e fizeram a transcrição. As entrevistas foram realizadas em diversos locais, residência, ambiente de trabalho e espaços públicos, sempre respeitando o cotidiano dos entrevistados e a sua disponibilidade. Todavia, objetivando preservar a integridade dos entrevistados, optou-se pela não divulgação de seus nomes sendo apresentados, no decorrer deste escrito, a partir das suas profissões. Com esse percurso pretende-se analisar como os sertanejos entrevistados se percebem e representam o sertão; e a partir de que categorias organizam o discurso sobre o sertão e o sertanejo.

²⁶ A novela foi exibida na Rede Globo de Televisão e denominada Cordel Encantado. A principal proposta desta produção televisiva era trabalhar com um imaginário construído a partir da literatura de cordel. A história de um reino lendário, o misticismo, o cangaço e o contraste entre o sertão e a Europa foram destacados na novela.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No intuito de analisar as representações do sertão e do sertanejo formadas por atores sociais que foram selecionados pelos próprios moradores como representativos do grupo social, é possível observar na entrevista que o trabalho é a principal atividade que caracteriza o sertanejo, como se pode observar nesta fala: “O sertanejo menina, é um bicho de trabaiaador”²⁷. Em nenhum momento este aparece atrelado a práticas de lazer ou descanso. A afirmativa Cunha (1985, p. 179) “[...] o sertanejo é antes de tudo um forte [...]” é bastante ressaltada com justificativas sempre atreladas às condições climáticas da região ou a ausência de políticas públicas que dificultam a manutenção da sobrevivência. Percebe-se um avanço significativo nesta última percepção, já que a seca, por exemplo, não é explicada apenas como algo divino, mas a sensibilidade que representantes políticos poderiam minimizar os impactos causados na comunidade neste período de estiagem. Um dos entrevistados, o padre²⁸, afirma que “se a vida não é melhor no sertão é por falta de políticas públicas”. Há uma visão politizada da seca “os governantes muitas vezes usam a seca e a miséria da população como forma de angariar votos”.²⁹

Motivado por essas situações não favoráveis do contexto geográfico e sócio-político que a condição de sofredor aparece constantemente nas falas aqui analisadas. “Na verdade é um homem muito sofredor, sabe, trabaiaador, vevi só mesmo para trabaiaar e sofrer”.³⁰ É possível observar, nesta fala, a angustia do mesmo. Todavia, é importante ressaltar que no período em que as entrevistas foram realizadas os municípios, em questão, atravessavam uma época de estiagem e talvez esta situação tenha influenciado algumas colocações ou as intensificado. Nessa região, à base econômica é a agricultura e a criação de gado, sendo muito dependente, assim, das águas das chuvas, apesar da presença do rio São Francisco na região. É evidente que o momento histórico possui uma influência significativa nesses elementos destacados. Por outro lado, vale ressaltar que mesmo com o contexto desfavorável, muitos, a partir da sua batalha diária, conseguem sobreviver e alimentar as suas famílias tornando-se destacadamente corajosos, valentes e fortes. Esta percepção pode ser verificada pela seguinte fala: “O sertanejo é um homem que conseguiu se adaptar as condições climáticas rígidas, utilizando os meios necessários e possíveis para sobreviver, criando uma relação própria com o meio em que vive e transformando-o ao seu modo e necessidades”.³¹

Estereótipos ou imagens caricatas do sertanejo também aparecem nos discursos dos próprios atores sociais residentes no sertão sergipano. Vestes e adereços característicos tendo como matéria-prima o couro (bota, chapéu e gibão) ou ainda a camisa quadriculada e o chapéu de palha são bastante citados. Os animais e as ferramentas de trabalho possuem uma forte relação com a pecuária e a agricultura e são constantemente associados à imagem do sertanejo. O sertanejo é aquele “homem montado no cavalo”³², “é o vaqueiro em cima do seu cavalo tocando a boiada e cantarolando ei boi, ei boiada, estrela pintada”³³ ou “homem humilde de chapéu de palha, vestes gastas com os instrumentos de trabalho (foice, enxada)”.³⁴ É considerando este aspecto que se observa a colocação de Brito (1998) quando aborda que as imagens podem ser consideradas como sendo a totalidade interiormente organizada de informações e avaliações que a pessoa elabora a respeito de seu próprio conjunto de traços. É a visão e a forma que cada um vivencia a sua identidade.

²⁷ Entrevista realizada com um agricultor em sua residência no município de Nossa Senhora da Glória no dia 05 de maio de 2011.

²⁸ Entrevista realizada na Casa Paroquial de Nossa Senhora da Glória no dia 10 de maio de 2011.

²⁹ Entrevista realizada em uma escola do município de Poço Redondo com uma professora no dia 29 de abril de 2011.

³⁰ Entrevista realizada com um agricultor em sua residência no município de Nossa Senhora da Glória no dia 05 de maio de 2011.

³¹ Entrevista realizada com um comerciante do município de Canindé do São Francisco em seu estabelecimento comercial no dia 03 de maio de 2011.

³² Entrevista realizada com um professor do município de Canindé do São Francisco em sua residência no dia 28 de março de 2011.

³³ Entrevista realizada com um aposentado em sua residência no município de Canindé do São Francisco no dia 06 de maio de 2011.

³⁴ Entrevista realizada com um professor do município de Nossa Senhora da Glória em sua residência no dia 05 de maio de 2011.

Durante as entrevistas dois aspectos chamaram a atenção, uma questão de gênero já que apenas duas vezes as mulheres sertanejas foram ressaltadas “a sertaneja é aquela muier na beira da fonte lavando a sua roupa, carregando a trouxa de roupa na cabeça”.³⁵ A segunda é uma questão de faixa etária, pois o idoso é uma imagem extremamente representativa do sertanejo, “aquele velhinho que vem chegando do seu dia na lavoura marcando assim, o fim da tarde”.³⁶

Independente do gênero, o trabalho, e os seus elementos considerados característicos, acima já destacados, estão presentes nas representações do sertanejo, afinal este foi entendido por um dos entrevistados como: “home com sua barba pá tirar, carçado na bota de cano arto, vestido na camisa de quadro ou lista, com seu chapé de paia na cabeça, carpindo o mato com sua enxada, pra lavourar a sua roça e depois colher o que plantou pra alimentar a sua família”.³⁷

Em vários aspectos ressaltados o sertão e o sertanejo formam uma mesma representação na memória coletiva dos entrevistados. Não há uma percepção que um se torna inexistente sem o outro, mas que um é o outro. Não há diferenciação neste simbolismo. Cientes que em várias respostas o sertanejo é simplesmente aquele que reside no sertão, mas em muitos casos o sertão é o próprio sertanejo e o sertanejo é o sertão.

O bioma caatinga é bastante destacado nessa representação do sertão pelos sertanejos. Os cactos e suas variadas espécies: o mandacaru, o xique-xique e a cabeça-de-frade, atrelados a Palma são os elementos naturais mais ressaltados nessa imagem do sertão. Estas são interligadas a percepções e sentimentos distintos e até mesmo contraditórios. Essa vegetação que é adaptada para suportar as altas temperaturas e a carência de água aparece atrelada a terra rachada e seca, a fome e ao sofrimento do sertanejo por um lado. “Quando penso em sertão vem na minha mente uma imagem de animais magros e morrendo num pasto seco e açude sem água com o chão todo cracelado”.³⁸ Do outro são destacadas a sua beleza, diversidade e possibilidades de uso. “Lugar de terra seca, de caatinga, do pé de mandacaru e a paisagem mais bonita que se pode ver. Ai meu Deus! O sertão é bonito demais porque tem sua paisagem diferente, tem uma diversidade de tudo um pouco, e isso é o nosso sertão de meu Deus.”³⁹

É possível verificar, nesta última fala como já abordado na parte sobre identidade, que esta é sempre relacional e que impacta nas ligações com o lugar. Conforme colocado por Oliven (p. 42, 1992) “As identidades regionais no Brasil podem ser encaradas como uma reação a uma homogeneização cultural e como uma forma de salientar as diferenças culturais”. Este interesse de diferenciar o sertão é o que se pode verificar nas constantes falas dos entrevistados.

Vale ressaltar que ao longo das entrevistas as sensações e imagens positivas prevaleceram sobre os aspectos negativos do sertão. As festas de padroeira, os novenários, trezenários, os festejos juninos, a vaquejada, a cavalgada, as corridas de argola, os reisados, a cavalhada e a pega de boi no mato apareceram como práticas culturais representativas do sertão e do sertanejo. Nos saberes/fazeres da gastronomia sertaneja aparecem a matéria-prima e os pratos feitos a base de milho verde como a canjica, a pamonha, o bolo de milho, o cural e o cuscuz, destaca-se ainda a carne do sol, jabá, buchada, farinha, galinha de capoeira, pirão de capão e baião de dois. “Há uma grande diversidade na culinária sertaneja, porém aquelas que representam alguns momentos de felicidade para o povo do sertão são os feitos a base de milho verde [...] Esses alimentos representam a chuva, a fartura, o fim do sofrimento”.⁴⁰

³⁵ Entrevista realizada com um aposentado em sua residência no município de Canindé do São Francisco no dia 06 de maio de 2011.

³⁶ Entrevista realizada na Casa Paroquial de Nossa Senhora da Glória no dia 10 de maio de 2011.

³⁷ Entrevista realizada com um aposentado em sua residência no município de Canindé do São Francisco no dia 06 de maio de 2011.

³⁸ Entrevista realizada com um professor do município de Nossa Senhora da Glória em sua residência no dia 05 de maio de 2011.

³⁹ Entrevista realizada com um aposentado em sua residência no município de Canindé do São Francisco no dia 06 de maio de 2011.

⁴⁰ Entrevista realizada com um professor do município de Nossa Senhora da Glória no dia 10 de maio de 2011 na residência do mesmo.

Como se pode analisar as sensações relativas as festividades e a gastronomia indicam aspectos relativos a memória coletiva que pode ser entendida como o conjunto de representações do passado que um grupo produz, conserva, elabora e transmite através da interação entre seus membros (JEDLOWSKI, 2000; PÁEZ; TECHIO; MARQUES; BERISTAIN, 2007).

Artistas como Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro e os músicos do Trio Nordestino foram lembrados pelos entrevistados como pessoas que cantaram o sertão e o sertanejo. Deve-se ressaltar que em nenhum momento os artistas locais foram citados. Somente duas músicas foram destacadas: A Triste Partida (Patativa do Assaré) e Asa Branca (Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira) ambas na voz de Luiz Gonzaga. As duas possuem temáticas muito parecidas, pois falam da seca no sertão, da necessidade da migração para sobrevivência e do sonho do retorno para o seu lugar de origem. Os ritmos característicos do sertão segundo os entrevistados são o forró, os aboios e as toadas.

Por fim, os entrevistados já conseguem entender um sertão diferente, com possibilidades reais de mudança social e já despertando o seu potencial para outros setores econômicos, inclusive o turismo. Os sertanejos destacam o rio São Francisco, os festejos juninos, o forró, a catanga, as exposições de animais, as vaquejadas e as micaretas como principais atrativos turísticos do sertão sergipano. Ressaltam especificamente ainda o Cânion de Xingó, o Museu Arqueológico de Xingó e a Usina Hidrelétrica de Xingó em Canindé do São Francisco, a Grota do Angico⁴¹ em Poço Redondo, a feira livre e os doces de Nossa Senhora da Glória.

Visitar a Hidrelétrica de Xingó, Museu Arqueológico de Xingó – MAX, é minha fia eu já visitei estes lugar. Quando fui lá eu fui mais a minha veia pra fazer um agrado a ela, e nós andamo naquele negócio lá. Como é que chama o bicho lá minha fia? É isso mermo, catamarã. Meu fio que disse pa nós dá uma volta nisso se não nós ia perder o dinheiro do passeio se nós não fosse lá. Eu aconselho também quem ir dar uma volta nesse negócio, é uma vista muito bunita de se ver. Vale à pena.⁴²

Ao longo das entrevistas e da pesquisa de campo foi possível perceber a multiplicidade de sertões, sertanejos e sertanejas que nos deparamos. Qualquer análise que não leve em conta essa diversidade cultural e natural possibilitará a manutenção de estereótipos e homogeneização dos espaços e dos atores sociais. É muito interessante um trabalho que pretende dar voz àqueles que continuam no subterrâneo dos escritos acadêmicos e dos projetos que visam o desenvolvimento sócio-econômico do país.

O sertão sergipano não está distante de outras realidades, talvez algumas transformações ocorram em um ritmo mais lento do que nos centros urbanos, mas o processo de urbanização, inserção tecnológica na lavoura e nas residências e mudanças culturais foram percebidas no decorrer dos estudos. As representações do sertão e dos sertanejos modificam de acordo com o contexto, os interesses e as vivências que cada entrevistado possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sertão sergipano é apresentado como uma região de grande enriquecimento cultural e social e apresenta imagens que se consolidam na mente de seus representantes. Tais imagens repercutem na identidade destes indivíduos que indicam aspectos relativos à seca, vegetação, culinária e a força do sertanejo. Tais representações aparecem com frequência durante as entrevistas realizadas indicando elementos da memória coletiva.

⁴¹ Lugar onde Maria Bonita, Lampião e parte do seu bando foram assassinados em 1938. Atualmente existe uma trilha ecológica em uma propriedade privada, mas é possível fazer uma visita guiada.

⁴² Entrevista realizada com um aposentado em sua residência no município de Canindé do São Francisco no dia 06 de maio de 2011.

Estas memórias coletivas são relativas às lembranças compartilhadas com familiares, amigos e membros da comunidade sendo esta ativa e constantemente modificada, assim como a imagem. Tanto a imagem como a memória coletiva, podem sofrer modificações com o passar do tempo, pois as mesmas não são estáticas e apresentam componentes de subjetividade.

Em muitos casos, os indivíduos de uma localidade buscam desenvolver uma imagem baseada em sua identidade que os façam se diferenciar de outras localidades e regiões, evitando a homogeneização provocada pela globalização. Esta preocupação parece ser comum quando se analisou as entrevistas e verificou-se a multiplicidade de sertões, sertanejos e sertanejas, onde cada um com a sua singularidade, emitem opiniões que repercutem em uma caracterização da identidade de grupos sociais.

É considerando tais aspectos da identidade, memória e imagem de atores sociais que a atividade turística deve ser realizada de maneira planejada e adequada no intuito de preservar os aspectos culturais e sociais da localidade. Ao desenvolvê-la faz-se necessário a participação da comunidade que apresentam opiniões e percepções, sendo as mais afetadas com o turismo realizado de forma desordenada. O intuito é minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos beneficiando a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Domingos. Junqueira de. **Astros e ostras**: uma visão cultural do saber psicológico. São Paulo: Agora editora, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Trad. Maurício Santana Dias e Javier Rapp. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- COOPER, Chris et all. **Turismo**: princípios e práticas. São Paulo: Bookman, 2007.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: Campanha de Canudos (1902). São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 3ªed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- JEDLOWSKI, Paolo. La sociologia y la memoria colectiva. In A. R. Rivero., G. Bellelli. & D. Bakhurst (Eds). **Memoria Colectiva e Identidad Nacional**. Madrid: Biblioteca Nova, 2000. p.123-133
- KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson, 2000.
- LICKORISH, Leonard; JENKINS, Carson. L. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Campus, 2000.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LYOTARD, Jean. François. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PAÉZ, Dario; TECHIO, Elza Maria; MARQUES, José; BERISTAIN, Carlos Marin. Memoria Colectiva y Social. Em. F. MORALES; E. GAVIRA; M. MOYA; I. QUADRADO (Coord), **Psicologia Social**. Madrid. McGrawHill, 2007. p.693-716.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas/ SP: Papirus, 2010.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem – cognição, semiótica, mídia**. 2 ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- SERGIPE/SEPLAG. **Plano de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano**. Sergipe, 2008 a.
- SERGIPE/SEPLAG. **Plano de Desenvolvimento do Território do Médio Sertão Sergipano**. Sergipe, 2008 b.
- TAJFEL, H. **Grupos humanos y categorías sociales**: estudios de psicología social. Barcelona: Herder, 1984.

POLÍTICA CULTURAL E TURISMO COMO MEIO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Clediane Nascimento Santos

Raquel Ribeiro de Souza Silva

Rosangela C. Cortez Thomaz

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito verificar a relevância do Programa Território da Cidadania e suas ações no tocante a cultura em Rosana/SP e Mirante do Paranapanema/SP, no que tange os aspectos culturais e a atividade turística. Sabe-se que a cultura é uma das motivações maioritária no qual os turistas se deslocam a outros lugares. Também é sabido que a paisagem reúne as características culturais, sociais, os anseios, os estigmas de uma determinada localidade, e o aproveitamento dessa paisagem pelo turismo.

Os municípios de Rosana/SP e Mirante do Paranapanema/SP estão localizados na área conhecida e reconhecida como cerne da atuação dos movimentos sem terra. O Pontal do Paranapanema é palco da maior tensão que envolve a questão agrária brasileira. Nessa região as terras devolutas que foram ocupadas irregularmente entre o século XIX e XX passam a somatória de 900.000 há. Contudo, em diversas tentativas do governo do Estado em resolver essa questão, mas pouco se avançou (FELICIANO, 2009).

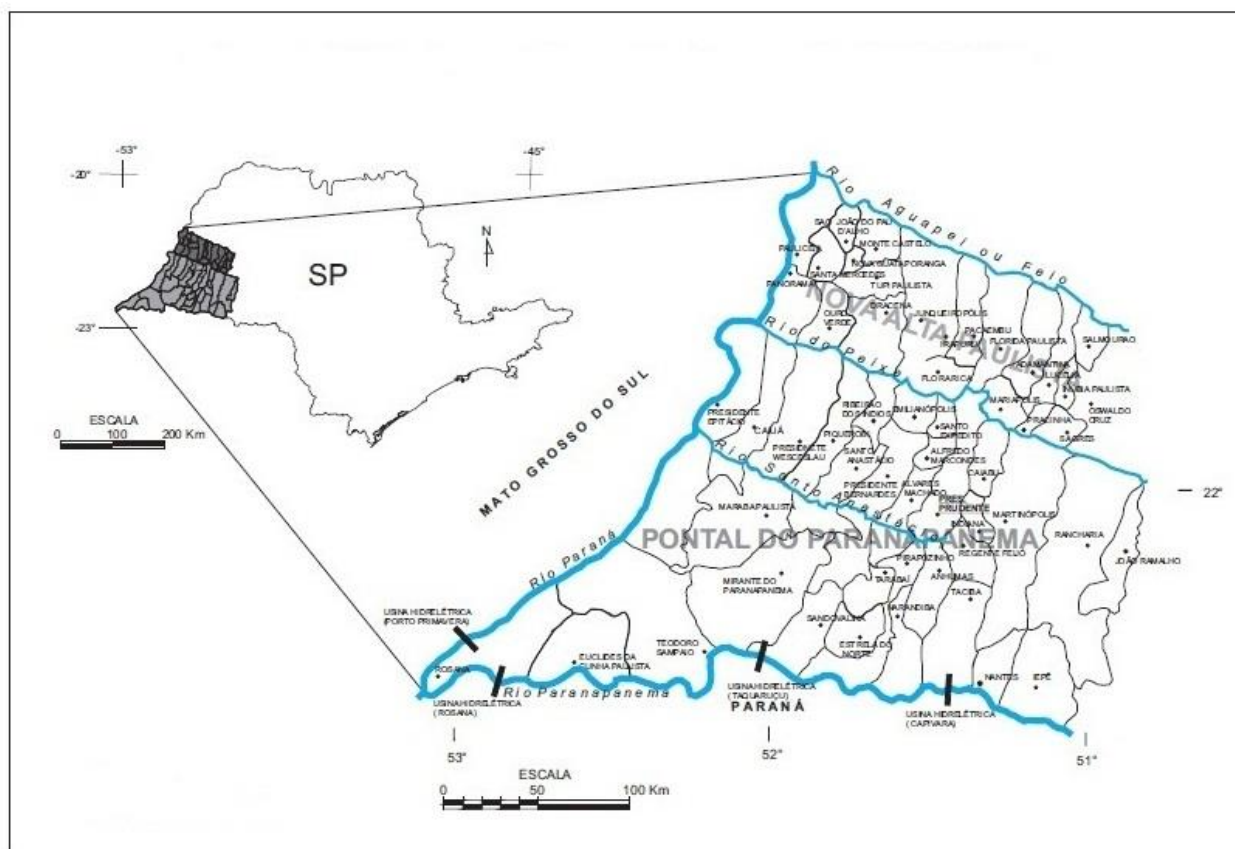


Figura 01- Localização do Pontal do Paranapanema

Fonte: Thomaz Jr, A. 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inciir.html>>. Acesso: 14 Abr. de 2011.

A região do Pontal do Paranapanema, a partir do ano de 2008, tornou-se Território da Cidadania. Esses territórios foram criados com o objetivo de: superar a pobreza por meio da criação de emprego e renda; inclusão social; acessibilidade a programas de infraestrutura básica; elaboração e integração de políticas públicas; e incentivo a participação social (BRASIL, 2008a). Dessa forma, relatar sobre as políticas culturais na área rural destes municípios, sobre o cenário das produções culturais populares, bem como a influência dos programas como territórios da cidadania para a cultura é desvendar sobre a construção desse território. Já que os territórios da cidadania foram criados levando em consideração critérios como: sociais, culturais, geográficos e econômicos. E são reconhecidos como o espaço historicamente construído, com a incidência de identidades que possibilitam conexão social, cultural e territorial. O território da cidadania, também salienta: políticas públicas interligadas ao planejamento territorial; participação social na gestão das políticas públicas com perspectiva ao desenvolvimento dos territórios; inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, ambiental entre outros (BRASIL, 2008a).

POLÍTICA CULTURAL E TURISMO

O Território da Cidadania em sua atribuição e finalidade tem a responsabilidade de zelar pelo desenvolvimento e bem estar das famílias que ali residem. Em grande parte os Territórios são firmados com esse propósito, mas na realidade o que temos ainda são algumas ações que minimizam os problemas enfrentados, como por exemplo, baixo custo da produção, dificuldade de acesso a linhas de crédito, ausência de instrumentos de lazer, etc. Esse território do Pontal do Paranapanema, como já mencionado, é um espaço demarcado pelos embustes e desigualdade social.

Esse território necessita de medidas assertivas que contribuam com o desenvolvimento local seja este dado por elaboração de estratégias de mercado para distribuição dos produtos agropecuários, seja por ações que viabilizem o conhecimento e não menos importante, a valorização cultural dos assentados, já que a cultura pode ser a porta de entrada para a criação de múltiplos territórios. Sendo também uma das formas mais belas do ser humano demonstrar suas criações, identidades, aprofundar seus costumes, guardar suas tradições, transmitir saberes, conhecimentos, modos de vidas, entre outras coisas.

Para falar sobre a perspectiva de política cultural é necessário falar sobre política. A política trata da convivência entre os homens que, se organizam para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto ou a partir do caos absoluto das diferenças (ARENDT, 1998).

De acordo com Rubim (2007) o cenário das políticas culturais brasileiras “produziu tristes tradições e desafios emblemáticos”. As tristes tradições podem ser resumidas em: ausência, autoritarismo e instabilidade. A ausência vem confirmar a incapacidade da democracia no Brasil de atuar na área da cultura, por consequência está ligada ao autoritarismo no país.

O período republicano também foi palco da triste tradição de ausência do Império. As raras ações na área de patrimônio não podem ser vistas como uma nova renovação ou novidade do Estado no campo cultural. Assim como não foi considerado como ação consequente de política cultural os atos referentes aos anos de 1945 a 1964. O que se destaca não tão significativamente é a utilização em 1953 da expressão cultura para instituir, de forma secundariamente um ministério, Educação e Cultura, e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), mas essas criações não foram essenciais para a mudança do quadro de ausência de políticas culturais no Brasil (RUBIM, 2007).

A ausência na Nova Republica com a Lei Sarney, produz uma sensação ambígua, pois ao mesmo tempo em que expande o registro da cultura, ensarta um mecanismo que prejudica a conjuntura cultural do Estado. A lei Sarney e as demais leis de incentivo à cultura, através da isenção fiscal, tiram do Estado o poder de decisão e põe nas mãos da iniciativa privada a prerrogativa de decidir o que pode e o que não pode. Nesta conjuntura de ausência, o Estado só tem a função de financiar. Dessa forma, “a política de cultura, naquilo que implica em deliberações, escolhas e prioridades, é propriedade das empresas e suas gerências de marketing” (RUBIM, 2007, p.3).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a atuação de Francisco Weffort marca fortemente este período de ausência. Para Weffort, a cultura tornou-se um bom negócio. As leis de incentivo, denominadas de Lei Rouanet e do Audiovisual, faz a vez das políticas estatais e o mercado é que rege vigorosamente no lugar do Estado. Esta ausência na era FHC contraditoriamente vem a confirmar a inaptidão da democracia no Brasil de atuar na área da cultura. Isso confirma outras das tristes tradições brasileiras: a íntima e excepcional relação entre cultura e autoritarismo no país (RUBIM, 2007).

O autor afirma ainda que “somente nos períodos autoritários o Brasil conheceu políticas culturais mais sistemáticas, nas quais o Estado assumiu um papel mais ativo e, por conseguinte, eclipsou a tradição de ausência” (RUBIM, 2007, p.4).

O período do Estado Novo (1937-1945) com suas proposições a cultura, e o período da ditadura militar (1964-1985), contribuíram para a cultura com uma intervenção significativa, apesar de toda a opressão, a censura, medo, tortura, etc., cabíveis ao período militar. Neste período tentaram criar uma idéia de nacionalidade, assim como se trabalhou com a valorização cultural, as políticas públicas. Destaca-se nesse momento, com a atuação de Gustavo Capanema, a criação da legislação para o cinema, a radiodifusão, as artes, as profissões culturais. Também constituíram algumas instituições culturais, tais como: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). Com a gestão de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (1934-1945), foi aproveitado em seu ministério alguns intelectuais da época, tais como: Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete; Oscar Niemeyer; Cândido Portinari; entre outros. “Pela primeira vez pode-se falar efetivamente em políticas culturais do Estado brasileiro. Simultaneamente, inauguram-se as políticas culturais nacionais e a tradição de sua problemática conexão com o autoritarismo” (RUBIM, 2007, p.4).

No período do Golpe Militar de 1964, de acordo com Rubim (2007), confirmou a triste tradição da relação cultura com o autoritarismo. Apesar de terem exilados, assassinados a muitos intelectuais e criadores populares, trouxe uma nova configuração cultural para o país. Nesse período teve um investimento no desenvolvimento das indústrias culturais, especialmente na infraestrutura sócio tecnológica imprescindível à cultura midiaticizada. Também foi perceptível na Ditadura Militar, a exemplo do Estado Novo, também delineações nas legislações culturais e a criação de vários organismos no âmbito cultural, tais como: Conselho Federal de Cultura (1966); o Instituto Nacional de Cinema (1966); a Empresa Brasileira de Filme – EMBRAFILME (1969); a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE (1975); o Centro Nacional de Referência Cultural (1975); a RADIOBRÁS (1976); o Conselho Nacional de Cinema (1976); a FUNARTE; e o primeiro Plano Nacional de Cultura formulado no país, que foi esboço em 1975, em plena ditadura militar.

Nesse período de autoritarismo, as culturas populares, indígena, afro-brasileira não foram consideradas, e muitas vezes foram coagidas e reprimidas. Não há escrito nesse período que se refira a políticas e criação de instituições ligadas a cultura popular com a intervenção governamental. Se houve, foi muito por iniciativa própria e as escondidas do governo. Os únicos exemplos relativos a temática popular foram algumas manifestações, acontecidas no período democrático de 1945 a 1964, tais como: a Campanha Nacional do Folclore e do Movimento de Cultura Popular, aquiescido pelos governos de Arraes em Recife e Pernambuco. Ao contrário dessas manifestações, as demais foram reprimidas. A cultura indígena foi completamente descartada. A cultura afro-brasileira foi duramente perseguida, só após a Ditadura Militar, que começou a ser mencionada respeitosamente, principalmente com a criação da Fundação Palmares em 1988, como resultado das organizações do movimento negro e do clima criado pela redemocratização do país. Essa predileção por uma cultura mais restritiva e elitizada que reconheciam apenas as expressões advindas da própria elite reproduz com autenticidade a visão autoritária e excludente que culminou com a intervenção do estado nacional na questão cultural, assentindo a segunda de suas tristes tradições (RUBIM, 2007).

Essa conjuntura revela a última triste tradição que é a instabilidade. Esta enraizou fortemente nas instituições culturais que se viram abaladas e desestruturadas, fomentadas pela: incipiência de política; volatilidade administrativa; descaso; e outras situações. No governo Vargas criou-se algumas instituições, mas contraditoriamente, aniquilou outras políticas culturais de vital significância para cultura, tais como a de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938). Também na ditadura militar foi fechado em 1964 o ISEB; os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e o Movimento de Cultura Popular, onde aparece Paulo Freire também foram fechados. No governo neoliberal de Collor foram extinguidas muitas instituições culturais do país. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi uma das poucas instituições que conseguiu sobreviver a esse período de barbárie contra a cultura. O SPHAN, é uma instituição simbólica à política cultural no país até o final dos anos 60 e início da década seguinte. Esta instituição foi criada a partir de uma proposta confiada por Gustavo Capanema a Mário de Andrade, mas não satisfatoriamente acolhida pelo último. O SPHAN passou a ser a casa de acolhimento dos modernistas, a começar pelo seu dirigente: Rodrigo de Melo Franco (1937 até sua morte nos anos de 1960). O SPHAN que até então era Serviço, depois Instituto ou Secretaria, que fez a opção de cuidar da preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Os serviços integravam basicamente: as igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. Com isto, o SPHAN passou a ser reconhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) delimita sua área de atuação, e consolida sua estrutura e sua equipe de trabalho. Dessa forma, com seu aparato institucional bem definido, é que vão garantir a sua sobrevivência, a independência e a continuidade organizacional e administrativa dessa instituição (RUBIM, 2007).

A criação do Ministério da Cultura foi um passo importante para o favorecimento do campo da cultura, pois o setor de cultura passou por alguns ministérios até a criação de um ministério exclusivo, tais como: Ministério de Educação e Saúde (1930); Ministério de Educação e Cultura, em 1953. Passou-se 32 anos para a independência e autonomia da cultura em um ministério específico em 1985. A sua implantação não foi algo espontâneo, ao contrário foi por forças da pressão e movimento dos intelectuais, artistas e secretários estaduais de cultura, muitos governos de oposição à Ditadura Militar, que culminou na criação do ministério, o que fortaleceu essa criação foi a volta da democracia em 1985. Essa abertura de atuação significa o abandono da visão elitista e discriminadora de cultura, uma contraproposta ao autoritarismo e a busca da democratização das políticas culturais. Contudo, apesar da conquista, só na gestão de Gil que as discussões a cerca da construção de políticas públicas, surge com vigor e torna-se um símbolo desta gestão. Dessa forma, surgem os seminários; as câmaras setoriais; as conferências, que culminou com a criação da Conferência Nacional de Cultura. Assim, o desafio da construção de políticas de cultura em torno da democracia, tem como autores o trabalho coletivo que foi feito com a participação da sociedade civil e dos agentes culturais no amoldamento de políticas públicas e democráticas de cultura (RUBIM, 2007).

Com isso há um progresso no sentido de que as políticas culturais vão surtir efeito. A cultura ganha representatividade e passa a fazer parte dos dados incorporados ao IBGE, especialmente com os investimentos gerados pela economia da cultura e da economia criativa. Além disso, surgem dois outros movimentos que assumem posição central na construção de políticas de Estado no campo cultural: a elaboração, implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC). A construção desses dois mecanismos vem sendo realizada pelo ministério, com atuação dos estados, municípios e sociedade civil. Com isso visa-se a consolidação de estruturas e de políticas, que sustentem a criação e a de programas culturais de médios e longos prazos (RUBIM, 2007).

Para este mesmo autor, a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), foi um marco para a consolidação da cultura nacional. A aprovação pelo Congresso Nacional (Emenda constitucional número 48/2005) e a consequente elaboração do Plano Nacional de Cultura foi um marco favorável à superação da tradição de instabilidade e da descontinuidade que por muito tempo havia condicionado a política cultural brasileira. A superação desta triste tradição, apesar dos avanços ainda depende da existência, articulação e sintonia entre Sistema e Plano nacionais de cultura (RUBIM, 2007).

Segundo esse mesmo autor, um momento de reviravolta desse cenário entristecido, se deu na gestão Lula / Gil. No qual, um dos pontos positivos na área da cultura foi justamente a diversidade cultural brasileira, como meta no Ministério da Cultura. O que não deixa de ser um desafio, no intuito da consolidação, continuidade e de articulação dos projetos que viabilizam a multiplicidade cultural nacional, identificadas na cultura camponesa, na cultura indígena, quilombola, nos pontos de cultura, etc. (RUBIM, 2007).

Como também salienta o autor acima, outros fatores contribuíram para a construção do Ministério da Cultura, tais como a ampliação da arrecadação por meio da renúncia fiscal que antes era de 345 milhões e passou para 691 milhões de reais no ano de 2005; outro fator foi o aumento do orçamento do ministério que antes era de 289 milhões de reais em 2002 e passou para 513 milhões em 2005; dessa forma, na gestão Gil, o Ministério da Cultura conseguiu atingir sua meta de 1% para o orçamento nacional de cultura. O segundo fator foi a própria continuidade do ministro nos dois mandatos do presidente Lula. Isso favoreceu a continuidade do planejamento que já haviam elaborado para a cultura (RUBIM, 2007).

Dessa forma, o Plano Nacional de Cultura (PNC) teve como estratégias e diretrizes a execução de políticas públicas exclusivas à cultura. Também teve como elemento norteador um diagnóstico amplo a cerca das condições em que se dão as manifestações e as experiências culturais, para que conhecendo bem, possa ser lançadas propostas que orientem à atuação do Estado. A elaboração do PNC deve estar pautada na responsabilidade cívica e participação social, e deve acarretar bem estar e desenvolvimento comunitário (BRASIL, 2008b).

Assim o Plano Nacional de Cultura tem como obrigações englobar as: linguagens artísticas; as múltiplas identidades; as expressões culturais, que por muito tempo foi esquecida pelo Estado. Também é dever do Plano: reconhecer a diversidade cultural; garantir o pluralismo de gêneros; estilos; tecnologias. Às instituições governamentais tem o papel de elaborar as diretrizes, planejar, implementar, acompanhar, avaliar e monitorar ações e programas culturais, com diálogo constante com o PNC e com a sociedade. Não basta apenas a implantação do Sistema Nacional de Cultura, é imprescindível a constituição de parâmetros legais e a participação da sociedade civil, que possibilite o desenvolvimento de sistemas de informações, de indicadores de avaliação, de mecanismos de regulação de mercado e de territorialização das políticas culturais. Além do melhoramento da questão do financiamento das atividades culturais por meio de verba pública, orçamento e leis de incentivo fiscal, tudo isso vem a colaborar para a efetivação do pacto federativo sobre a divisão dos privilégios e responsabilidades entre as esferas de governo federal, estadual e municipal (BRASIL, 2008b).

O Sistema Nacional de Cultura foi um dos frutos gerados do Plano Nacional de Cultural, tem por objetivo: viabilizar o modelo de gestão, articular e integrar os três entes federados e a sociedade civil. Além de fortalecer os órgãos responsáveis pela gestão cultural, dos conselhos e conferências de política cultural e dos sistemas de financiamento da cultura (BRASIL, 2008b).

O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi um avanço nas políticas culturais, pois bem sabemos a importância de se ter um patrimônio cultural salvaguardado, principalmente quando há esse reconhecimento, mínimo que seja, representa muito para a história individual e coletiva.

A relação existente entre os elementos sociais e culturais são tão fortes que às vezes para uma comunidade, esses elementos são indissociáveis em toda a sua conjuntura e que se fecham tanto em suas distinções que podem tentar um isolamento, uma ideia de superioridade, ideias de fanatismos, de exibicionismo, de que a sua comunidade é superior a outras. O que quero sublinhar é que todas as sociedades tem sua identidade. Esta, por sua vez pode ou não se destacar no âmbito regional ou nacional em virtudes de outras, tais como a identidade indígena, a quilombola e dos camponeses. Isso pode ou não se intensificar ao longo do tempo e do espaço. E são necessárias políticas que visam a salvaguarda da cultura, da identidade e do patrimônio, seja ele nacional, regional, territorial ou individual.

Nesse intuito, é necessário entender que identidade é um manancial de significado, de experiência, de valores, etc. de uma determinada comunidade. Sendo assim, a identidade é tudo aquilo que se refere a um povo, ou entre outras palavras constitui muitos elementos.

Para Thompson (1998) a cultura pode ser entendida como:

“um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das futuras e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Na realidade, de acordo com Castells (2001) as construções de identidades estão intrínsecas com aquilo que aprendemos por meio dos nossos antepassados, dados e informações que se preservaram ao longo do tempo, transmitido pelos avós, pais, instituições, por meio da geografia, da história, pela memória coletiva e individual, pelo escopo religioso, entre outros. Mas cada sociedade utiliza e reutiliza de uma forma, no sentido de reestruturar e criar vínculos entre os indivíduos, a ponto de se identificarem fortemente com as características sociais e culturais projetadas ao longo do tempo e do espaço.

Assim os usos deste território rural dos municípios de Rosana/SP e Mirante do Paranapanema/SP, estão muito aquém das perspectivas de desenvolvimento territorial desejável. É por este motivo que a região do Pontal do Paranapanema foi escolhida para ser um Território da Cidadania, com o intuito de superar as dificuldades sociais, políticas e econômicas. Também por este motivo que os assentados veem na atividade do turismo rural uma prática diferenciada de apropriação do espaço, que poderá contribuir para minimizar algumas das dificuldades e colaborar para a complementação da renda familiar.

De acordo com Beni (2003), o turismo rural é todo o deslocamento realizado para áreas rurais, que poderá ser distribuído durante um dia de visitação, com ou sem pernoite dos visitantes, para desfrutar da paisagem rural. Para isso, é necessário equipamento que atraia o visitante ao local, tais como casas antigas de colonos, sedes de fazendas, ou casas de engenhos, etc., destacando-se que na maioria das vezes estes atrativos tornam-se o próprio meio de hospedagem. No caso, os próprios espaços dos assentamentos já se configuram um elemento de interesse a visitação, devido à questão de reforma agrária.

Para o autor acima citado, o turismo rural tem suas origens pautadas em dois fatores: a primeira está enraizada com experiências que deram certo em outros países, e mediante a busca pelos proprietários rurais brasileiros por alternativas que gerassem renda, aumento da incidência de trabalhadores neste espaço; o segundo fator está relacionado à perspectiva de proprietários rurais que dispõem de estruturas com características históricas, mas que não desenvolvem atividades agrícolas, em utilizá-las como atrativo turístico (BENI, 2003). Para os assentamentos rurais de reforma agrária, o interesse maior está pautado na inserção de atividades não agrícolas como complementação de renda.

Por meio do turismo no espaço rural é possível a junção de diversas atividades tais como o turismo ecológico, pedagógico, e o cultural e sua relação direta com o patrimônio e a identidade local. Desde apresentações culturais, folclore, modo de vida, a experiência do homem camponês, hábitos, costumes, tradições, entre outros. Nesse contexto, o visitante tende a visitar os lugares que se diferem do seu, com o desejo de conhecer as particularidades inerentes ao lugar (AVILA, 2009). O assentamento muito se distingue do turismo de sol e praia e do urbano.

Esse panorama nos leva a refletir em como se dá a construção e a inserção da atividade turística para que ela seja a zeladora dos aspectos culturais e da identidade de uma comunidade. Como o turismo pode ser o coadjuvante na valoração da experiência dos assentados do Pontal do Paranapanema. Isso partindo da premissa que a experiência é aquilo que aprendemos por meio da vivência, que segundo Tuan (1983), expressa o sentimento, o pensamento, a realidade e a magnitude das relações sociais.

CONCLUSÃO

Dentre as diversas possibilidades de dinamização das atividades econômicas nos municípios de Rosana e Mirante do Paranapanema, o incremento do turismo apareceria como uma das mais atraentes tendo em vista um conjunto de pontos de interesse, que podem constituir atrativos para praticantes do turismo ecológico e de pesca. Dessa forma, o Programa Território da Cidadania poderia contribuir para tal finalidade.

Esse programa, na teoria funciona muito bem, mas na prática as coisas não funcionam tão bem assim. O que temos no desenrolar dos relatórios do Território da Cidadania são ações voltadas para infra-estrutura, como criação de escolas, mas nada focado diretamente com a geração de empregos no espaço rural, ou mesmo fomento aos aspectos culturais.

Diante do estudo efetuado pode-se dizer que a cultura identificada no espaço rural, especialmente nos assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e Nova do Pontal ambas no município de Rosana/SP são expressões culturais, que podem contribuir para o desenvolvimento local e aumentar a auto-estima local.

Poder –se- ia aproveitar dos fluxos de visitantes já existentes no município de Rosana/SP em torno das usinas hidrelétricas e no turismo de pesca, que acontece nos ranchos localizados ao longo das ilhas formadas no rio Paraná, para trabalhar em conjunto com as comunidades rurais. Dessa forma, é possível sim a atuação em conjunto da prática de turismo real (que já acontece) com a conexão, por meio do planejamento do turismo no espaço rural, utilizando a proposta dos circuitos turísticos, com as manifestações culturais identificadas.

No município de Mirante de Paranapanema/SP, a partir do contato com o Itesp foram indicados os seguintes assentamentos: São Bento, Santa Clara, Paulo Freire e Antonio Conselheiro como interessante para a atividade turística. O assentamento Margarida Alves, apesar de estar localizado no município de Mirante, não foi mencionado por ser administrado pelo Incra, mas estava em tramitação a sua transferência para a administração pelo Itesp. Contudo, foi ele o selecionado para ao estudo comparativo, já que os assentados apresentam interesse em investir no turismo, além disso, outro fator é que este assentamento foi criado justamente com a finalidade de desenvolver o turismo. Inclusive, foi elaborado um projeto turístico por uma arquiteta que prestava serviço para o Incra, no período da criação deste assentamento, com a utilização de uma Área de Preservação Ambiental (APA) para o desenvolvimento do turismo.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

AVILA, Marco A. Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. In: AVILA, Marco A. (Org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editora UESC, 2009. p.15-37.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

BRASIL. Decreto n. 38, de 25 de fevereiro de 2008. Dispõe sobre a instituição dos territórios da cidadania e dá outras providências. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <http://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsssp/bibliote/informe_eletronico/2008/iels.fev.08/iels39/U_DC_250208.pdf>. Acesso em: 17 out. 2011

BRASIL. Ministério da Cultura – MinC. Plano Nacional de Cultura - PNC. Dispõe sobre as diretrizes gerais para políticas culturais. Portal do Ministério da Cultura, Brasília, 2008b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/Uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf>. Acesso em 20 out. 2012.

CASTELLS, MANUEL. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 2.

FELICIANO, Carlos A. **Território em disputa**: Terras (re) tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. 575. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/lted/tese_caca.pdf >. Acesso em 12 mai. 2012.

PLANO NACIONAL DE CULTURA - PNC. Dispõe sobre as diretrizes gerais para políticas culturais. Portal do Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf. Acesso em 20 out. 2012.

RUBIM, Albino. **Políticas Culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos**. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/artigos/políticas%20culturais%20do%20governo%20lula%20gil%20-20desafios%20e%20enfrentamentos.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUAN, Yi – Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

Parte 3:

**O Campo e a Cidade na
Perspectiva do Desenvolvimento Local**

CARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE TRABALHO E DE POSSE DE PROPRIEDADES RURAIS APLICADOS AO PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM ITUIUTABA, MG⁴³

Bruno de Freitas

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo estudar as variáveis relacionadas à infraestrutura, dados de trabalho e renda, como forma de subsidiar propostas de desenvolvimento em escala local, pautados em uma proposta de turismo ecorrural na Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente⁴⁴ (Ituiutaba-MG). Neste sentido, este estudo se justifica em função de poder entender quais são as atuais condições dos empreendimentos da área de estudo.

Para tanto, realizou-se uma série de levantamentos documentais, bibliográficos e cartográficos para que os fenômenos estudados na BHRSV pudessem ser espacializados e interpretados. Além disto, elaborou-se mapeamento de localização, condição de posse e uso das propriedades e panorama empregatício referente aos empreendimentos da área de estudo.

Além disto, foi percorrido o ribeirão desde a nascente até a foz, para observar como a paisagem se transforma e os pesquisadores visitaram todas as 82⁴⁵ propriedades rurais, sendo que a coleta de dados foi realizada na BHRSV, diretamente pelos pesquisadores, por meio de abordagem direta, entre os dias 23 e 31 de janeiro de 2012.

O presente trabalho foi organizado da seguinte forma: após esta introdução o tópico intitulado “Localização da área estudada” apresenta a localização do município de Ituiutaba, no contexto do Triângulo Mineiro, bem como sua influência regional. Delimitou-se a área de estudo propriamente dita, a BHRSV, localizada na área rural, ao sul do referido município.

O terceiro tópico intitulado “Reconhecimento de dados infraestruturais e de trabalho da área estudada” trata em específico das características populacionais, dados de trabalho e relacionados à infraestrutura dos empreendimentos rurais da BHRSV, bem como as limitações encontradas ao desenvolvimento de base local.

O quarto tópico intitulado “Do ecoturismo ao turismo ecorrural” traz uma breve análise de algumas segmentações turísticas realizadas no espaço rural (agroturismo, ecoturismo e turismo ecorrural) surgidas em oposição ao turismo massificado, que possuem em suas essências princípios de causar baixo impacto socioambiental no espaço.

O quinto tópico intitulado: “Dificuldades de implantação do turismo na área de estudo” faz um balanço sobre os potenciais socioeconômicos e infraestruturais que a BHRSV oferece ao desenvolvimento do turismo ecorrural e ao mesmo tempo os entraves que possui (na atualidade) para que se consolide enquanto dinamizadora de uma economia de base local.

Por fim, nas considerações finais, apresentou-se os resultados obtidos pela presente pesquisa. Neste sentido, acredita-se que o turismo ecorrural e o lazer rural podem ser importantes ferramentas de educação ambiental ao mesmo tempo em que promovem a conservação das matas remanescentes e ainda podem agregar renda para as propriedades.

⁴³ O presente estudo é parte do trabalho de Iniciação Científica do acadêmico, com financiamento do CNPq. Os autores são membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local (FACIP-PROPP/UFU).

⁴⁴ Doravante identificada pela sigla: SBFGA.

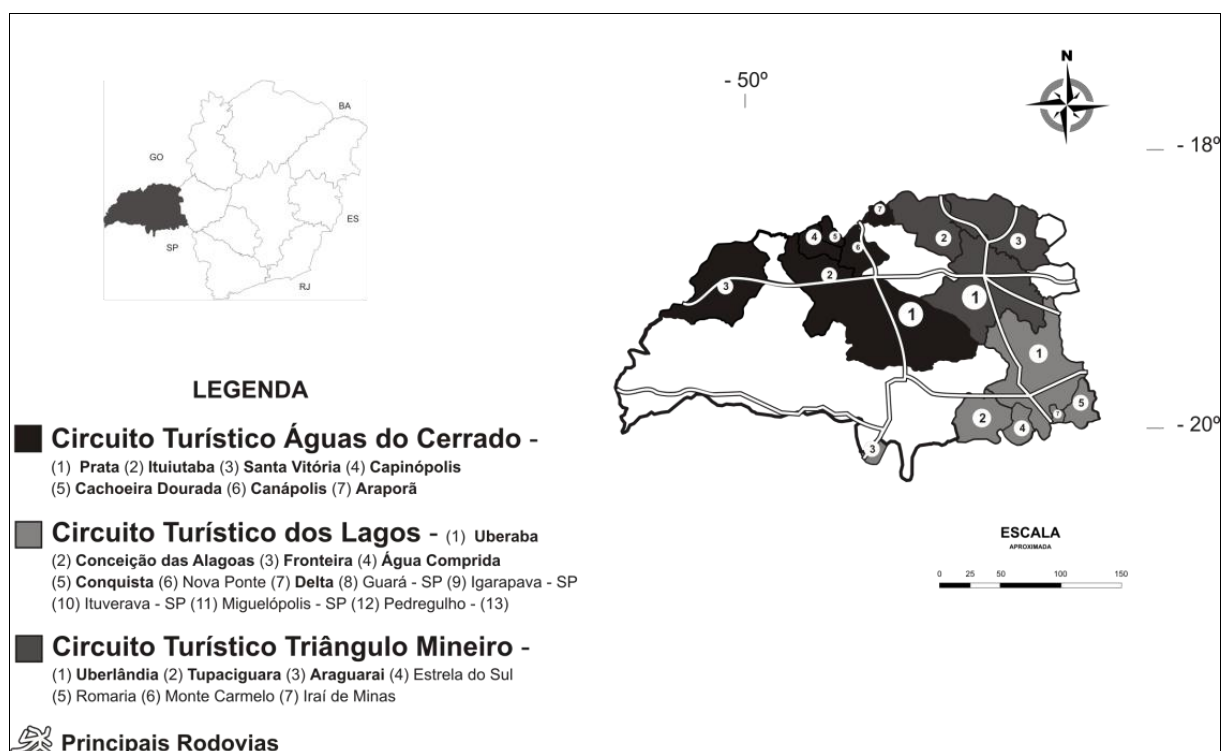
⁴⁵ Essa quantidade de propriedades existia no ano de 2003 quando foi realizado o último levantamento da Prefeitura, mas em campo constatou-se que inúmeras foram absorvidas por atividades agroindustriais. Atualmente, existem 61 propriedades no conjunto da BHRSV.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

O município de Ituiutaba acha-se localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, a 685 km da capital Belo Horizonte. Sua área é de 2.598 km², e de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ituiutaba possuía em 2010, uma população de 97.159 habitantes, sendo que 93.122 habitantes (95,8%) viviam na zona urbana e 4.037 (4,2%) na zona rural.

O município de Ituiutaba é um dos integrantes do Circuito Turístico Águas do Cerrado (figura 1), que segundo Portuguese e Oliveira (2011), foi criado na gestão do ex-governador Aécio Neves pela Secretaria Estadual de Turismo do Estado de Minas Gerais, como um dos destinos regionais do turismo mineiro. Este circuito é formado pelos municípios de Santa Vitória, Ituiutaba, Prata, Capinópolis, Canápolis, Araporã e Cachoeira Dourada.

Figura 1: Ituiutaba enquanto destino receptivo do Circuito Águas do Cerrado

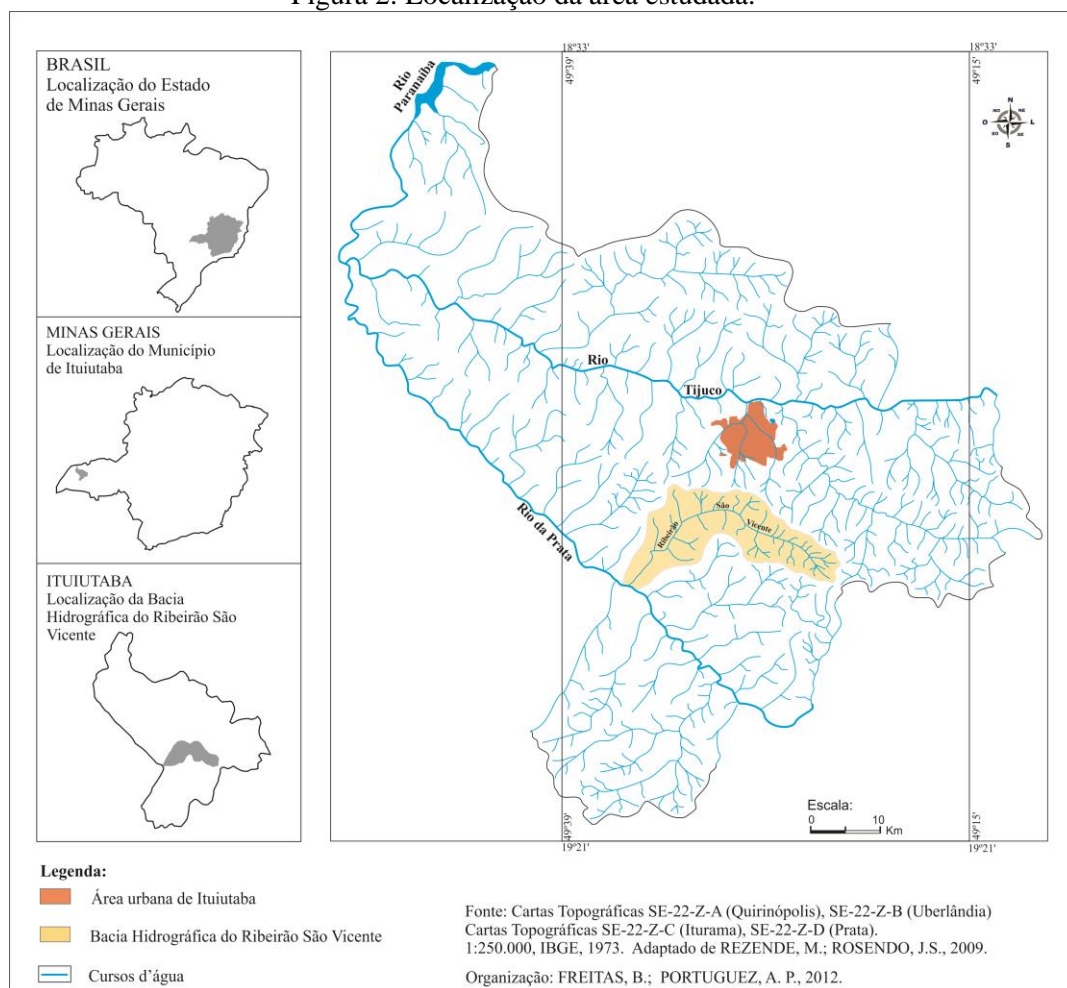


Fonte: Portuguese e Oliveira (2011, p. 258).

A BHRSV situa-se na porção sul do município de Ituiutaba, entre as coordenadas de 19°01' e 19°08' de latitude sul e 49°35' e 49°22' de longitude oeste, a cerca de 4 km da sede municipal (figura 2).

De acordo com Rodrigues (2000), as bacias hidrográficas concentram todos os elementos da natureza que são responsáveis pela manutenção da qualidade do ambiente, além de nelas, ser possível encontrar recursos naturais que, se bem utilizados, podem embasar o desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, refletir sobre estas questões em uma dimensão empírica significa aportar alguns elementos novos à análise do meio rural de Ituiutaba.

Figura 2: Localização da área estudada.



Fonte: Cartas Topográficas SE-22-Z-A (Quirinópolis), SE-22-Z-B (Uberlândia) Cartas Topográficas SE-22-Z-C (Iturama), SE-22-Z-D (Prata). 1:250.000, IBGE, 1973. Adaptado de REZENDE, M.; ROSENDO J. S., 2009. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

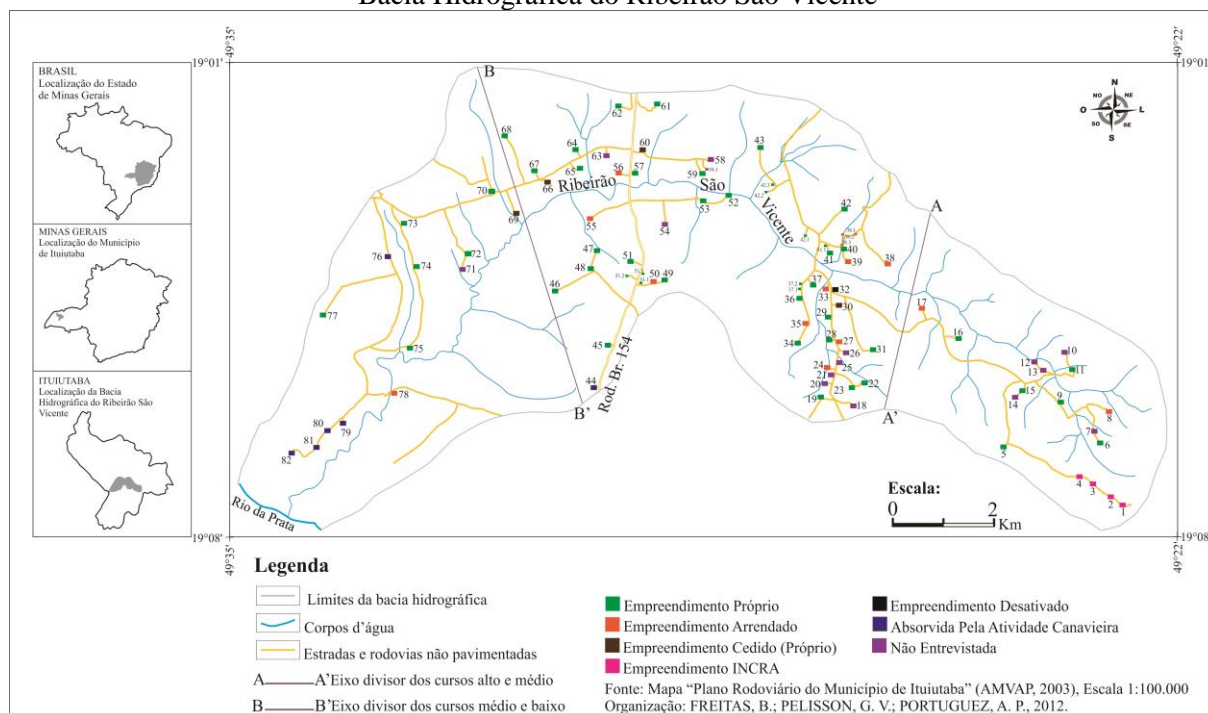
Muitos autores vêm discutindo estratégias de formação de roteiros turísticos com base nos pressupostos do desenvolvimento local, tais como: Portuguez (1998), Tulik (2010) e outros. Para estes autores é necessário conhecer a opinião das pessoas que serão diretamente atingidas pelos benefícios e pelos malefícios da prática turística. Uma forma de tornar este reconhecimento mais acessível é a utilização de metodologias participativas envolvendo os proprietários que demonstram interesse em agregar renda à suas propriedades.

RECONHECIMENTO DE DADOS INFRAESTRUTURAIS E DE TRABALHO DA ÁREA ESTUDADA

Convém iniciar o presente tópico tratando das características dos empreendimentos rurais da BHRSV a partir das variáveis infraestruturais e dados de trabalho, relacionando-os às possibilidades e desafios de uso da bacia para fins de turismo ecorrural e lazer rural.

Na figura 3, registrou-se a condição de posse e uso das unidades produtivas. Para fins deste estudo, o alto curso do Ribeirão São Vicente, corresponde à área com a presença das fazendas identificadas pelos números 1 a 17. A área com a presença das propriedades numeradas de 18 a 68 referem-se ao médio curso e o baixo curso da BHRSV corresponde à área com as unidades produtivas identificadas entre os números 69 a 82.

Figura 3: Condição de Posse e Uso dos Empreendimentos Rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente



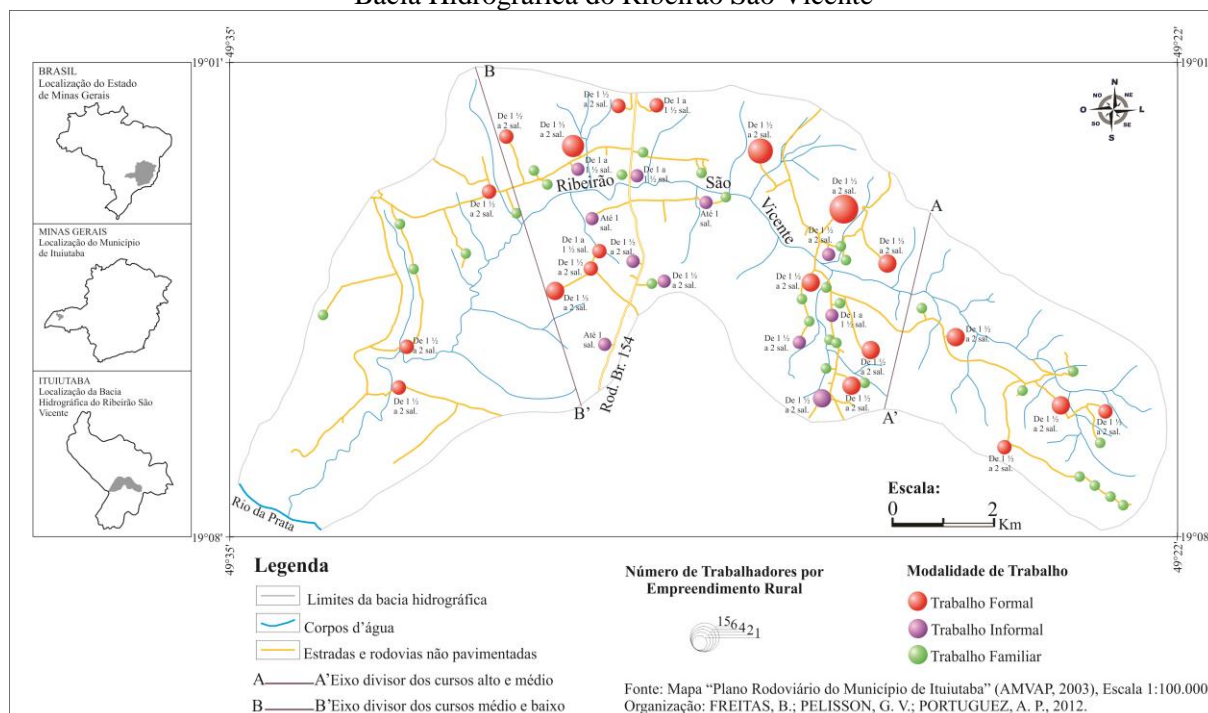
De acordo com a figura 3, é possível observar que no alto curso a maioria das unidades produtivas é categorizada como próprias. Percebe-se que o conjunto é constituído por pequenas propriedades, com realização de atividades familiares. Em geral, nos empreendimentos que possuem uma área maior, o trabalho é assalariado.

No que se refere aos empreendimentos do médio curso categorizados como próprios, percebeu-se que a maioria é de pequenas unidades produtivas, onde se constatou trabalho familiar e em menor intensidade de empregados assalariados. Em relação às fazendas categorizadas como alugadas predomina o trabalho familiar.

Em relação às fazendas do baixo curso, percebeu-se que a área dos empreendimentos categorizados como próprios, é predominantemente constituídos por pequenas propriedades, com trabalho familiar e assalariado.

A figura 4 traz informações referentes ao trabalho formal, trabalho informal e familiar, além de referências acerca da média de salários pagos e/ou renda familiar por empreendimento, bem como o número de empregados por fazenda. Optou-se em conhecer esta variável, uma vez que a mesma é importante para as atividades recreativas, pois por meio dela é possível pensar em um turismo que possa dinamizar a economia proporcionando a geração de renda.

Figura 4: Panorama Empregatício dos Empreendimentos Rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente



Fonte: Mapa "Plano Rodoviário do Município de Ituiutaba" (AMVAP, 2003), Escala 1:100.000.
 Organização: FREITAS, B.; PELISSON, G. V.; PORTUGUEZ, A. P., 2012.

Para as ações relacionadas às práticas de turismo ecorrural, as fazendas mais interessantes são as que contam com trabalho familiar, uma vez que esta atividade pode surgir enquanto possibilidade de geração de renda e postos de trabalho nestes empreendimentos. Para se pensar na prática turística nas fazendas que possuem mão-de-obra assalariada, deve-se inicialmente ocorrer um diálogo entre os trabalhadores, uma vez que a implantação de atividades recreativas, poço ocasionar a sobrecarga de serviços sobre os mesmos.

Neste sentido, as propriedades com a presença de trabalhadores informais, o turismo pode acentuar e precarizar os problemas de relação de trabalho já existentes, uma vez que o próprio modo atual de recrutamento dos empregados se dá de forma ilegal. Assim, estes empreendimentos não são interessantes para as práticas voltadas ao lazer rural de caráter comercial, uma vez que esta atividade visa zelar pelas condições de qualidade de vida dos indivíduos envolvidos neste processo, quando planejadas a partir dos pressupostos ora apregoados de desenvolvimento local.

DO ECOTURISMO AO TURISMO ECORRURAL

Em se tratando de ecoturismo enquanto responsável pela otimização da preservação dos elementos socioambientais, é necessário conhecer lugares que podem ser palco destas atividades. Utiliza-se como exemplo o turismo no espaço rural, que como qualquer outra atividade, deve ser planejada para que assim torne palco de práticas de lazer e educativas, além de agregar renda às comunidades rurais, sobretudo sem deixar de lado a proteção dos elementos presentes neste espaço.

De acordo com Almeida (2010), o turismo rural é entendido como aquele que tem como cenário o espaço rural destinado para as atividades de lazer e fruição, em contato com a natureza e com as populações locais e suas práticas culturais.

Já o conceito de agroturismo se refere a uma modalidade de turismo no espaço rural, quando o turista efetivamente se hospeda no meio rural, participa nas atividades cotidianas deste espaço, mesmo que enquanto observador. Em sua dissertação de mestrado, pioneira a trabalhar sobre agroturismo no Brasil, Portuguez (1998) afirmou que:

O agroturismo, por sua vez, pode ser entendido como a modalidade de turismo em espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo que por um curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais. Tal distinção se faz necessário, na medida em que se pode, por exemplo, praticar o turismo ambiental em espaço rural, ou seja, não especificamente no interior de uma propriedade. Admite-se, porém, a existência de alguns equipamentos fora das propriedades (hotéis e restaurantes nas sedes municipais, postos de informações etc.) como forma de dar melhor suporte aos empreendimentos, desde que a maior parte da programação de recreação se dê dentro das fazendas e sítios (PORTUGUEZ, 1998 p.54).

Percebe-se então a complexidade desta modalidade turística, já que transcende o simples ato de se conhecer o meio rural, mas sim envolve sentimentos de lazer, aprendizagem, consumo e conhecimento de valores e da cultura local. Para tanto, percebeu-se que o turismo no espaço rural não se restringe às práticas discutidas anteriormente, visto que este espaço se transforma de acordo com as necessidades dos turistas e/ou moradores e proprietários.

Este espaço se transforma para atender as necessidades de demanda e preferências de consumo, acomodação dos visitantes, instaurando assim, novas infraestruturas e serviços, alheios à composição paisagística rural em sua essência. Nestes casos, em geral o ambiente é alterado significativamente, incluindo-se alterações na paisagem natural e/ou cultural.

Portuguez (2010), ao tratar da questão do turismo rural, discutiu o quanto esta modalidade é complexa e vai além das noções de ruralidade conhecidas, apresentando assim a multifuncionalidade do espaço rural e como as paisagens turistificadas das áreas rurais originam paisagens complexas e com alterações nos seus sentidos funcionais básicos. O mesmo autor explica que:

O fenômeno da multifuncionalização turística do espaço rural pode ser entendido como a agregação de atividades produtivas em uma determinada organização territorial de modo a diversificar produtos, serviços e mercadorias na tentativa de criar condições para o aumento da renda e da oferta de postos de trabalho pela mesma. As propriedades que assumem função turística necessitam de uma série de aportes que são típicas do espaço urbano (PORTUGUEZ, 2010, p.3).

Este tipo de fenômeno ocorre cada vez com mais frequência e sem o planejamento adequado, criando contradições nestes espaços, devido as alterações da paisagem rural, que gradativamente vem ganhando elementos e infraestruturas urbanizadas. Ainda que o conteúdo de urbanidade se faça fortemente presente no meio rural, este último não deixa de existir. A ruralidade permanece ainda que alterada e tecnificada, passando a conviver, portanto, com os novos conteúdos aportados pela modernidade urbana.

Ainda segundo Portuguez (2010), o espaço rural, como qualquer dimensão da sociedade atual, se expressa como complexo, dinâmico, articulado, conectado ao mundo global e fortemente impregnado de identidades. Wandscheer e Teixeira (2010) consideram que atualmente a dinâmica do meio rural não está voltada exclusivamente para a agricultura.

Ainda de acordo com estes autores, quando os mesmos analisam a realidade rural, percebem que há mudanças ocorrendo nestes espaços, já que vêm assumindo novas funções, inúmeras vezes não de forma natural, mas sim imposta pelo grande capital para atender as mais diversas formas de anseios da sociedade contemporânea.

Portanto, não se deve entender o espaço rural de forma padronizada e estereotipada, mas sim de forma heterogênea, de acordo com as características específicas de cada lugar e pela forma de ocupação e utilização deste espaço, para os mais variados fins, podendo ser: comerciais, agrícolas, turísticos, de lazer, dentre outros.

Wandscheer e Teixeira (2010), quando tratam sobre as novas concepções do rural brasileiro, mostram que:

As transformações vigentes no país provocaram intensas alterações, que não inseriram, no campo, somente a tecnificação, a utilização de insumos, corretivos, defensivos e maquinários agrícolas em sua produção, mas alteraram o próprio espaço e as inter-relações vigentes no seu âmbito, assim como desencadearam o processo de valorização do meio, da cultura e do ambiente rural que, posteriormente, deixou de ser visto como espaço em atraso para ser vislumbrado como local onde se centraram os anseios de descanso, lazer e contato com o meio ambiente, valores intangíveis que assumem papel de destaque na sociedade contemporânea de ambientes urbanos com engarrafamento, poluição, estresse, entre tantos outros fatores que a assolam (WANDSCHEER; TEIXEIRA, 2010, p.51).

Complementando o raciocínio exposto pelos autores na atualidade, não somente a modernização do campo constitui atrativo para população citadina em relação ao rural, pois a busca do espaço rural por turistas e/ou visitantes, se dá por elementos presentes no espaço rural, que vão além da modernização apresentada por Wandscheer e Teixeira (2010). Enfim, a busca do espaço rural na contemporaneidade não se fundamenta em um único fator, vinculando-se a múltiplas motivações, dentre elas a busca do turismo e do lazer.

Em função da modernização crescente, foi percebido que uma das responsabilidades do turismo no espaço rural é de criar mecanismos que a população local forneça serviços aos visitantes, sem se desvincular de suas atividades produtivas habituais. As atividades complementares tais como: produção de doces e queijos, artesanato, recepção, hospedagem e acompanhamento dos visitantes em trilhas e outras, não devem passar a ser atividades principais, mas sim secundárias, pois só assim o espaço rural não perderá de forma abrupta suas características ambientais, sociais e culturais tradicionais.

Fucks e Souza (2010) salientam que além disso, é necessário zelar pela privacidade familiar dos produtores e/ou moradores rurais. Elencaram uma série de elementos relativos ao patrimônio, existentes no espaço rural que podem e/ou devem ser preservados: as paisagens culturais; o modo de vida e de trabalho, a gastronomia típica regional, música, linguajar, lendas, costumes, saberes, fazeres, patrimônio arquitetônico e por fim, as instalações destinadas à prestação dos serviços e atendimento.

Neste tópico, discutiram-se as origens do turismo enquanto atividade econômica, bem como sua compreensão, enquanto fenômeno social. Foram apresentadas algumas das segmentações turísticas, que foram surgindo ao longo do tempo, ora ideológicas, ora com caráter de preservação dos elementos socioambientais e culturais. Finaliza-se, portanto, com a presente discussão do conceito cunhado por Rodrigues (1998): o turismo ecorrural.

O turismo ecorrural é uma modalidade que se opõe aos princípios do turismo massivo sendo, portanto, uma prática denominada pela autora como (economia alternativa). O turismo de massa mobiliza grande quantidade de recursos, sejam naturais e/ou artificiais, causando graves impactos socioambientais.

Contrapondo-se ao modelo massificado o turismo ecorrural pressupõe visitas de pequenos grupos dirigidos a áreas “naturais” e/ou em espaços ditos rurais, que diferem dos padrões urbanos. A autora mesclou os conceitos de ecoturismo e turismo no espaço rural, preocupando-se não só com a utilização deste espaço, mas também com os princípios de proteção para com o ambiente, utilizando-se dos fundamentos ideológicos do ecoturismo.

O turismo ecorrural abarca, por definição, as atividades de educação ambiental, que a partir do presente estudo poderão ser incentivadas tanto nas práticas efetivamente turísticas, quanto nas atividades relacionadas ao excursionismo pedagógico⁴⁶. Desta forma, o conceito proposto por Rodrigues (1998), amolda-se ao estudo, ora realizado tanto no que se refere aos usos que se pretende para a bacia, quanto ao aspecto ideológico, com base no qual se defende uma forma mais comunitária de planejamento e gestão do desenvolvimento de base local.

De acordo com os conceitos analisados até o presente momento, foi possível perceber que há possibilidades de que de fato se desenvolva uma atividade turística capaz de respeitar os elementos ambientais. Neste sentido, o próximo capítulo apresenta a localização do município de Ituiutaba, no contexto do Triângulo Mineiro, bem como sua influência regional. Além de tratar das características do meio natural da BHRSV, tais como: geologia, geomorfologia, clima, biogeografia, bem como suas aplicabilidades turísticas de planejamento e contemplação por parte dos visitantes.

DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO TURISMO ECORRURAL NA ÁREA ESTUDADA

Neste tópico, discutiu-se as possibilidades da implantação do turismo ecorrural na área em questão por meio dos resultados até então apresentados. O quadro 1 traz informações inerentes às 14 unidades produtivas que se apresentaram favoráveis à inserção de atividades turísticas. Neste sentido, é possível identificar as propriedades interessadas, bem como dados de área, condição de posse, modalidade de trabalho e número de trabalhadores assalariados nestas fazendas, além da média de salários pagos por empregador a cada funcionário.

Quadro 1: Balanço infraestrutural e de trabalho das propriedades interessadas na prática turística

Identificação da fazenda	Área (Alqueire)	Condição de Posse	Modalidade de trabalho	Trabalhadores assalariados (por fazenda)	Média de salários pagos (por trabalhador)
Propriedades do Alto Curso do Ribeirão São Vicente					
6	5	Própria	Familiar	-	-
15	38	Própria	Familiar	-	-
17	12	Alugada	Familiar	-	-
Propriedades do Médio Curso do Ribeirão São Vicente					
22	3	Própria	Familiar	-	-
28	5	Própria	Familiar	-	-
33	2	Alugada	Familiar	-	-
37	37	Própria	Formal	2	1 ½ sal.
39	1,5	Alugada	Familiar	-	-
48	8	Própria	Formal	1	2 sal.
59	3	Própria	Familiar	-	-
61	50	Própria	Formal	1	1 ½ sal.
68	38	Própria	Formal	1	1 ½ sal.
Propriedades do Baixo Curso do Ribeirão São Vicente					
72	38	Própria	Familiar	-	-
75	42	Própria	Formal	1	1 ½ sal.

Fonte: Dados da coleta de campo, 2012. Organização: FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P., 2013.

⁴⁶ Para fins deste trabalho, considera-se o excursionismo pedagógico como uma atividade escolar de caráter interdisciplinar, que possibilita o aprendizado em campo por meio de excursões de caráter pedagógico (PORTUGUEZ, 2001).

Percebeu-se no quadro 1 que a maioria dos moradores interessados na prática turística (11 dos 14 interessados), são proprietários de suas fazendas o que facilita a implantação do turismo ecorrural, pois nelas as famílias possuem maior liberdade para aderirem a programas de incentivo às visitas de caráter recreativo.

Evidentemente, esta característica não constitui proibição para os empreendimentos arrendados. Representa apenas um fator dificultador, pois a falta de plena autonomia dos empregados e arrendatários exigiria novos acordos com os verdadeiros proprietários das fazendas. Ressalta-se que nestas unidades produtivas, o trabalho se caracteriza por mão-de-obra familiar, o que se torna uma variável positiva no planejamento turístico. Isto porque, um dos objetivos do turismo ecorrural é a valorização da agricultura familiar.

Nas unidades que possuem mão-de-obra assalariada formal também é possível desenvolver o turismo ecorrural. Para tanto, é necessário se fazer algumas ressalvas, pois em toda a extensão da BHRSV detectou-se que existem inúmeros empreendimentos com famílias de trabalhadores assalariados que trabalham em condições precárias.

A inserção do turismo neste cenário exploratório pode gerar resultados contraditórios exigindo dos planejadores do setor uma atenção especial para as questões de discriminação do trabalho feminino. Por um lado a inserção do turismo nestas fazendas pode vir piorar a realidade até então encontrada, pois pode contribuir diretamente na sobrecarga de trabalho. Isto porque, geralmente são as mulheres que assumem os afazeres nas cozinhas, preparando os produtos que são comercializados durante as visitas: bolos, doces, compotas e outros.

Por outro lado, o turismo pode constituir-se em uma oportunidade de minimização da exploração destas mulheres, uma vez esta atividade deve surgir neste cenário enquanto possibilidade de incentivo à independência financeira da mulher.

Assim, para se pensar na implantação de práticas relacionadas ao turismo ecorrural nas fazendas que contam com trabalhadores assalariados formais, deve-se em primeiro plano buscar a concordância dos ditos empregados, pois os mesmos já exercem atividades relacionadas aos processos produtivos nas fazendas, o que pode sobrecarregá-los pelo aumento e/ou acúmulo de serviço.

Neste sentido, algumas alternativas para a minimização da exploração do trabalho seriam a contratação de mais funcionários que destinassem seus serviços às ações específicas do turismo, ou permitir que as práticas recreativas constituam-se em agregação de renda para os trabalhadores (e/ou seus familiares) que aceitem esta nova ocupação (participação nos lucros).

Das 14 fazendas interessadas na implantação de atividades turísticas, observou-se que em sua grande maioria (9) a base produtiva se dá por trabalho familiar. Neste sentido, pensar na implantação de práticas relacionadas ao turismo ecorrural nestas fazendas é interessante, uma vez que esta atividade pode surgir enquanto possibilidade de geração de renda e postos de trabalho nestes empreendimentos, pois, o panorama produtivo nestas unidades ainda se dá com inúmeros entraves produtivos e comerciais.

A grande concentração de agricultores familiares no alto curso se deve, em geral, à própria dificuldade de acesso que os moradores encontram e falta de interesse dos grandes produtores (na atualidade) por estas áreas. No baixo curso, este percentual é significativo em função dos resquícios de pequenos produtores familiares que resistem às pressões exercidas pela presença de grandes empreendimentos canavieiros.

As fazendas do alto curso são interessantes para o turismo ecorrural, pois além da possibilidade de geração de renda e postos de trabalho, a própria paisagem é interessante, uma vez que é composta por bordas escarpadas, com a presença dos maiores índices de bosques remanescentes. Em contrapartida, é necessário pensar primeiro, na melhoria das estradas, que dificultam a própria vida dos moradores.

Os agricultores familiares do baixo curso apresentam dificuldades relacionadas à infraestrutura em suas propriedades, nas quais foi possível constatar grande precariedade nas condições locais de saneamento, destinação de resíduos, abastecimento de água e outros. Portanto, os empreendimentos que apresentam maiores probabilidades para se pensar no turismo ecorrural (na atualidade) estão localizados no médio curso.

Conforme a figura 3, no médio curso existe uma maior concentração de fazendas e estas se localizam ao longo das principais estradas que dão acesso ao Salto do Prata, principal atrativo turístico do município de Ituiutaba. O eixo de ligação entre a cidade e o referido atrativo é a Rodovia BR-154 que atravessa a BHRSV em seu sentido Norte-Sul em seu médio curso.

Em um estudo sobre as potencialidade turísticas das cachoeiras e corredeiras de Ituiutaba realizado por Machado e Souza (2012), lê-se que o Salto do Prata e o Saltinho do Prata constituem enquanto potenciais turísticos do referido município. Estes autores afirmaram que:

O Salto do Prata, [...] está assentado sobre os basaltos da Formação Serra Geral, os quais apresentam-se com muitas amígdalas e marmitas, o que demonstra o comportamento turbilhonar das águas. Os arenitos das Formações Adamantina e Marília, muito comuns na região do Triângulo Mineiro, não são aí encontrados (MACHADO e SANTOS, 2012, p. 220, grifos do autor).

Este diferencial encontrado próximo à área de estudo, surge enquanto possibilidades de ser valorizado, no sentido de se constituir em uma paisagem diferente da existente na maioria de toda extensão territorial de Ituiutaba. Machado e Santos (2012) afirmaram que este atrativo (Salto do Prata) possui no mínimo dois cânions estreitos e alongados localizados na área pós cachoeira.

Além disto, à formação de poços, em função da concentração de água, formam piscinas naturais antes e depois das quedas dos saltos, possibilitando a prática de mergulho, natação e banho, com os devidos cuidados pelo fato de a correnteza ser forte no local, em função das cachoeiras existentes no local.

Além de fatores relacionados às produções agrárias, é interessante ressaltar que no médio curso encontram-se fazendas que possuem bosques remanescentes que podem ser desenvolvidas atividades de educação ambiental. Possuem ainda morros residuais que se destacam por seus aspectos cênicos e que podem servir de mirantes naturais para a contemplação e interpretação da paisagem.

Não se desconsidera que toda a BHRSV possui potencialidades para o desenvolvimento de atividades recreativas, pois como se observou a área de estudo possui inúmeras variáveis que possibilitam a realização de atividades de turismo ecorrural, educação ambiental e lazer rural. Entretanto, as propriedades ainda necessitam de um amplo trabalho de qualificação produtiva e melhoria infraestrutural para que o turismo ecorrural seja de fato viável. Há problemas de acesso para muitas propriedades, o que reduz sua rentabilidade e possibilidades de usos para fins do turismo ecorrural.

Entretanto, antes de o Poder Público efetivar esta ou qualquer outra proposta de turismo no espaço rural, é necessário que os próprios moradores estejam informados dos detalhes do planejamento turístico municipal, apresentando-lhes os interesses inerentes a esta atividade socioeconômica. Sem o envolvimento efetivo dos residentes, fica complicado falar nesta prática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu consistir-se em um aporte ao planejamento municipal do turismo e, neste sentido, considera-se que o objetivo desta pesquisa foi atingido, uma vez que foi possível estudar, o perfil dos empreendimentos rurais a partir de variáveis infraestruturais e dados de trabalho.

Propõe-se a criação de um turismo que seja adequado às reais necessidades de “sobrevivência” desta população. Portanto, é interessante que esta atividade surja enquanto possibilidades de diversificação econômica e geração de renda, principalmente nas fazendas que detenham de mão de obra familiar, uma vez que estas unidades produtivas encontram inúmeras dificuldades de se manterem presentes no espaço, em função da pressão do grande capital.

Fazendo um balanço geral dos dados levantados na BHRSV, propõe-se uma estratégia de turismo ecorrural para a mesma, integrando-a ao principal atrativo turístico localizado ao sul do município: o Salto do Prata. Isto porque, entende-se que a BHRSV não possui por si só características que justificam uma prática turística dinamizadora da economia local.

Por fim, entende-se que o Poder Público Municipal pode contribuir de forma decisiva no sentido de melhorar a infraestrutura de acesso e oferecer as condições técnicas e de capacitação que as famílias interessadas na implantação do turismo ecorrural. Neste sentido, não se detectou na análise documental realizada na Prefeitura Municipal de Ituiutaba nenhuma ação efetiva em favor da promoção do turismo no espaço rural do município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. A. A Sedução do Turismo no Espaço Rural: das Naturezas e Políticas. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 33-46.

FUCKS, P. M.; SOUZA, M. Turismo no Espaço Rural Preservação do Patrimônio, da Paisagem e da Cultura. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 96-108.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Carta topográfica Serra de São Lourenço**: SE-22-Z-D-I. Rio de Janeiro, 1973. 1 mapa, color. Escala: 1:100.000.

_____, **Carta topográfica de Gurinhatã**: Folha SE-22-Z-C-III. . Rio de Janeiro, 1973. 1 mapa, color. Escala: 1:100.000.

_____, IBGE Cidades@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 28 mai. 2012.

_____, **Censo demográfico de 2010**: dados municipais de Ituiutaba. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 16 nov. 2012.

MACHADO, G.; SOUZA, B. L. M. M. As Potencialidades Turísticas das Cachoeiras e Corredeiras de Ituiutaba/MG Como Subsídios ao Desenvolvimento Local. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 215-229.

PORTUGUEZ, A. P. Funcionalidade turística e multifuncionalidade produtiva do espaço rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 7., 2010, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2010.

_____, **Turismo e Desenvolvimento Socioespacial**: Reflexões Sobre a Experiência do Agroturismo no Estado do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana)-Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PORTUGUEZ, A. P.; OLIVEIRA, L. P. A Política Nacional de Regionalização do Turismo e o ordenamento territorial do setor no estado de Minas Gerais. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Orgs.). **Geografia do Brasil Central**: Enfoques Teóricos e Particularidades Regionais. Uberlândia: Assis Editora, 2011. p. 235-264.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Plano Rodoviário do Município de Ituiutaba**: Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, 2003. 1 mapa, color. Escala: 1:100.000.

REZENDE, M.; ROSENDO, J. S. Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal do município de Ituiutaba-MG, no período de 1987, 1997 e 2007. In: Encontro Interno de Iniciação Científica, PIBIC-UFU, CNPQ E FAPEMIG, 9., 2009, Uberlândia-MG. **Anais...** Uberlândia, 2009, CD-ROM.

RODRIGUES, A. A. B. Turismo Eco-Rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A. (Org.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Centro de Ciências Rurais - UFSM, 1998, p. 85-96.

RODRIGUES, V. A. A importância das florestas na educação ambiental e como proteção da biosfera. In: FREITAS, M. I. C.; LOMBARDO, M. A. (Orgs.). **Universidade e Comunidade na Gestão do Meio Ambiente**. 7ed. Rio Claro: Páginas & Letras, 2000. p. 149-155.

WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e Prática no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 60-79.

O TURISMO NO MEIO RURAL: UMA ALTERNATIVA DE RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Márcia Maria de Paula

José Luís Gomes da Silva

Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

INTRODUÇÃO

A década de 1990 no Brasil trouxe uma série de novos termos no que se refere à produção agrícola realizada por pequenos produtores. Inicialmente, o conceito de agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, seguido por muitos outros como a multifuncionalidade da agricultura e a inovação na agricultura familiar.

Entre os principais trabalhos que introduziram o conceito da agricultura familiar no Brasil, de acordo com Guanzirolí e Cardim (2000) destacam-se os estudos encomendados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário ao Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. O objetivo era buscar a compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, assim como dos sistemas de produção por eles adotados nas diversas regiões do país. A agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação à situação dos produtores, modos de vida, meio ambiente, à aptidão das terras, não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região (GUANZIROLI e CARDIM, 2000). A agricultura familiar é definida a partir de três características centrais, a gestão da unidade produtiva, a maior parte do trabalho fornecida pelos membros da família e a propriedade dos meios de produção, embora nem sempre da terra. De acordo com os dados do IBGE, Censo de 2006, responde pela maioria dos alimentos que chega a mesa dos brasileiros (BRASIL, 2006; FRANÇA *et. al.*, 2006).

A agricultura familiar, mais que uma forma de organização da produção, é um modo de vida, que vem ao longo dos anos resistindo e tentando se firmar diante dos modelos de desenvolvimento da agricultura moderna. Esse modelo de produção, instituído no pós-guerra, é baseado na utilização de insumos químicos usados intensivamente, na mecanização e fundamentada nos conhecimentos do mecanismo de nutrição de plantas e no melhoramento genético, e que vem demonstrando resultados de crescimento na produção em larga escala no Brasil. Porém, a agricultura familiar não acompanhou nas últimas décadas, o mesmo crescimento que se observou na agricultura empresarial (XAVIER *et. al.*, 2007; SABOURIN *et. al.* 2009).

Atualmente, o setor vem ganhando novos ares, graças às políticas públicas instituídas e o suporte do meio acadêmico, com a realização de pesquisas nas múltiplas dimensões que a agricultura familiar está inserida. A multifuncionalidade da agricultura traz o conceito de que o meio rural não é apenas um local para se produzir alimentos, fibras ou energia. O turismo, a produção de artesanato, atividades não-agrícolas também são exemplos de bens produzidos no campo. Ainda, dentro da visão da multifuncionalidade, o meio rural contribui ainda com bens não mercantilizados como a manutenção dos recursos naturais, da paisagem e da cultura (CARNEIRO, MALUF, 2003; SABOURIN, 2005).

A contribuição efetiva das universidades e centros de pesquisa no desenvolvimento da agricultura familiar se deu num primeiro momento na formulação das políticas públicas instituídas na década de 1990. Atualmente, muitos grupos de pesquisa atuam em diferentes frentes de trabalho, e há a necessidade de promover a articulação entre os enfoques tecnológicos e sociológicos, com ênfase na inovação, para reforçar e potencializar as ações dos atores locais.

O presente trabalho tem como objetivo descrever as atividades de turismo no meio rural realizadas nos Assentamentos da região do Pinga Fogo em Mineiros-Goiás. A abordagem aqui colocada tem como proposta compreender essa ação na dimensão da multifuncionalidade da agricultura e ainda como atividade inovadora, como potencial geradora de renda e agregadora de valor, seja no contexto ambiental, econômico e cultural da região.

REVISÃO DE LITERATURA

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente, os programas de desenvolvimento rural acompanharam as transformações na sociedade e as diretrizes políticas dos governos. Assim, os anos 1970 foram marcados pelas políticas de modernização da agricultura inspiradas nos princípios da Revolução Verde, com total ênfase na mudança de padrões. Nos anos 1990 as ações do estado priorizam a agricultura familiar no contexto do território social. Nesse sentido, o objetivo é a transformação das estratégias do governo, buscando no controle social a participação de atores sociais no processo de definição do papel do setor produtivo rural, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um novo mundo rural (FLORES, 1999).

No Brasil, os programas de política pública foram voltados para os grandes agricultores, e só nas últimas décadas os olhos se voltaram para a agricultura familiar, oportunidade em que os agricultores tiveram acesso ao PRONAF “[...] até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares [...]” (MATTEI, 2005 p. 11).

A agricultura familiar não acompanhou no Brasil, nas últimas décadas, o mesmo crescimento que se observou na agricultura empresarial. Sabourin *et. al.* (2009) descreve a realidade institucional relacionada à agricultura familiar no Brasil, nos últimos anos: desarticulação do sistema oficial de extensão rural, fragilidade organizacional dos agricultores (principalmente pelo uso de modelos organizacionais pouco adaptadas às suas relações sociais), por uma formação de profissionais de ciências agrárias focada numa visão tecnicista e produtivista, afinada com o modelo de agricultura empresarial, e ainda pelo fato, da maior parte da pesquisa agropecuária ser voltada aos aspectos tecnológicos da produção. Ainda neste contexto, situando a agricultura familiar como um setor a margem do desenvolvimento rural no Brasil, Xavier *et. al.* (2007) diz que as entidades e os agentes de desenvolvimento local ainda não se articularam de forma adequada para implementarem propostas voltadas para o desenvolvimento, possivelmente em razão das divergências nas formas de atuação, no levantamento das demandas e na própria qualificação dos seus atores.

Xavier *et. al.* (2007) diz que é necessário a realização de pesquisas, a experimentação em escala real, no enfoque pesquisa e desenvolvimento, com busca em melhorias técnicas, econômicas e sociais. Não basta apenas realizar pesquisas e propor inovações, [...] a capacidade dos agricultores de mudar, de se apropriar das inovações e de manejar as consequências e implicações das inovações é que determina o êxito ou o fracasso das intervenções (XAVIER *et. al.*, 2007, p. 100).

As inovações precisam trazer claramente um valor adicionado para as organizações, pois a geração de valor é que caracteriza a inovação, que pode ser classificada de vários tipos, como produtos e processos, organizacionais ou de marketing. A inovação tecnológica é a que está inserida a pesquisa e o desenvolvimento (DAUSCHA, 2011).

Durante muito tempo, a transferência de tecnologia para o meio rural, se deu de forma linear, ou seja, as pesquisas eram realizadas e as inovações eram transmitidas pelas agências de extensão rural aos agricultores. No enfoque de pesquisa e desenvolvimento, esse esquema linear é substituído por uma relação triangular recíproca entre os diferentes participantes e em todas as etapas do processo de transformação das condições de produção, ou seja, a pesquisa gera o conhecimento, a inovação, a extensão difunde e o produtor adota (GASTAL, *et. al.*, 2002; XAVIER, *et. al.* 2007).

Zoby *et al.* (2003) aborda em seu trabalho que as propostas técnicas precisam ser coerentes com as situações existentes e com as estratégias dos produtores para adaptar suas práticas às limitações existentes, além disso torna-se necessário que a discussão e a adoção de mudanças tecnológicas, a participação efetiva dos produtores, por serem eles os reais promotores do seu desenvolvimento.

Para atingir a melhoria da qualidade de vida no meio rural, é necessário entender o desenvolvimento como um processo de aprendizado. Torna-se então, fundamental capacitar os produtores e suas organizações para atuar no novo ambiente econômico, moderno e competitivo. Além dos recursos financeiros e os meios tecnológicos, os agricultores organizados precisam de conhecimento para manejar seus empreendimentos com eficiência (XAVIER *et. al.*, 2007, p. 107).

As pesquisas no âmbito da agricultura familiar, de acordo com Gastal *et.al.* (2009), devem abordar diferentes temas, no olhar voltado ao desenvolvimento sustentável, indo desde a conservação dos recursos naturais, passando pelos sistemas de produção, mercado, formação integral dos agricultores e suas organizações, indo até os processos organizativos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, em documento publicado a partir da sua primeira Conferência Nacional (BRASIL, 2008), dá o enfoque territorial ao Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – DRSS e atua em várias dimensões da sustentabilidade – econômica, social, política, cultural, etnia e ambiental; busca respeitar a diversidade dentro de um país de área continental; fortalece a gestão social, estimulando as redes locais de cooperação a fim de contribuir com a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais. Nos princípios e práticas contidas no documento, o espaço rural deve diversificar e multiplicar a pluriatividade, tanto nos sistemas de produção, quanto das atividades não-agrícolas, como o turismo; viabilizar novas estratégias de conservação ambiental; promover a inclusão social, e gerar alternativas tecnológicas que favoreçam a disseminação da autonomia relativa dos agricultores familiares.

Os agricultores, consumidores, agentes governamentais etc. terão de efetuar suas escolhas quanto às quais práticas, métodos e relações humanas deverão ser estimulados no campo da agricultura para que se criem soluções duradouras aos problemas de hoje, sem esgotar as possibilidades do amanhã. A agricultura sustentável que se busca construir insere-se, portanto, no universo de uma cultura da terra, em que a saúde das pessoas e da natureza é finalidade e pressuposto, e jamais uma limitação. O diálogo entre saberes científicos e populares/tradicionais tem um grande papel a exercer na busca dessas soluções. Trata-se de um campo bastante propício para o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sustentáveis econômica e ambientalmente, que representem elementos propulsores de transformações sociais sistêmicas, construídas, aplicadas e difundidas de modo democrático e participativo (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2007, p. 20).

Gastal *et. al.* (2009) fala do construir coletivo, onde as pesquisas nas ciências agrárias, voltadas para a agricultura familiar não devem ser no sentido de construir um pacote tecnológico, como por exemplo, o desenvolvimento de uma nova cultivar, ou a proposta de um novo sistema de cultivo ou um sistema de produção. A proposta é além, relacionar a complexidade que envolve as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável: no campo tecnológico, os sistemas produtivos, no campo social, os processos organizativos, no campo econômico, a inserção no mercado e no campo ambiental, a conservação dos recursos naturais.

[...] há possibilidade de considerar o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – DRSS como um processo de inovação social, concebido como o conjunto de atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho e de organização social [...] (GASTAL, *et.al.*, 2009, p. 254).

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade da pesquisa, no enfoque da pesquisa, desenvolvimento e inovação nos processos ligados à produção agrícola de base familiar. Um novo olhar dos pesquisadores e suas instituições, das agências de extensão rural, que nos últimos anos voltaram suas ações para processos tecnicistas e produtivistas. Torna-se necessário um construir coletivo, onde os resultados aparecerão a partir das intervenções e inovações mais diversas dimensões do desenvolvimento.

MULTIFUNCIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar foi formulado a partir do contexto social do meio rural europeu, mais especificamente, na França (CARNEIRO, MALUF, 2003) e no Brasil ele aparece primeiramente, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Eco 92 (SABOURIN, 2005).

O termo multifuncionalidade remete às múltiplas funções da agricultura, intencionalmente utilizado para obter o reconhecimento social e ambiental das questões ligadas ao meio rural e não apenas das funções produtivistas da agricultura (CARNEIRO, MALUF, 2003).

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO, MALUF, 2003, p. 19).

A agricultura familiar está relacionada diretamente com as questões culturais, segurança alimentar, diversidade na produção, valorização do ambiente em que está inserida e consequentemente, desenvolvimento local. Apesar das dificuldades em acessar os mercados, é também geradora de renda, pois possui atributos embutidos na sua essência, que são verdadeiros potenciais. No Brasil, a agricultura se originou de diversos grupos, entre eles os índios, escravos e imigrantes europeus (ALTAFIN, 2003).

“Muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar: melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. Existem na agricultura familiar alguns atributos cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais que dão coesão à ação extensionista. Mais que isso, a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória”, a urbana. [...] (ABRAMOVAY, 1998, p. 142).

A multifuncionalidade traz o reconhecimento para sociedade das funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não-mercantis, associadas à atividade agropecuária. Esse conceito, indiretamente, tem a ver com a de pluriatividade, ou seja, as outras atividades econômicas dos agricultores (SCHENEIDER, 2003; SABOURIN, 2005), mas são duas noções completamente distintas. [...] A pluriatividade se limita ao âmbito dos bens privados, enquanto que a multifuncionalidade engloba a geração de bens públicos [...] (CARNEIRO, MALUL, 2003, P. 21).

Carneiro e Maluf (2003) em suas pesquisas sobre multifuncionalidade no Brasil abordou quatro funções associadas ao exercício da atividade agrícola: a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Enfim, resta a compreensão da agricultura familiar como uma realidade complexa, que passa pelos aspectos da produção agrícola propriamente dita e seus impactos socioambientais, da reprodução social e da ocupação do espaço territorial. Desta forma, a multifuncionalidade tem muito a contribuir com o entendimento da realidade e vista como uma perspectiva inovadora do desenvolvimento rural sustentável.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, buscou-se uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental nos relatórios institucionais, documentos e sítios oficiais das instituições ligadas à agricultura em Mineiros-Goiás. A pesquisa com abordagem qualitativa teve como objetivo descrever as atividades de turismo no meio rural realizadas nos Assentamentos da região do Pinga Fogo em Mineiros-Goiás.

O município possui uma população de 52.935 habitantes de acordo com o censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2013), destes 4.637, vivem na zona rural (91,24%). A economia está pautada no setor agrícola, com a agricultura empresarial voltada para a produção de grãos, pecuária, avicultura integrada e cana-de-açúcar e a agricultura familiar, com comunidades tradicionais, quilombolas e assentados, que na sua grande maioria produzem leite em escala comercial (EMATER, 2012).

Em relação à caracterização física é biológica, a região está situada numa área de grande importância ambiental. O município abriga uma das maiores áreas contínuas preservadas de cerrado, o Parque Nacional das Emas, patrimônio natural reconhecido pela UNESCO em 2002. Em se falando dos recursos hídricos, ressalta-se que na região encontram-se as nascentes de rios que drenam três grandes bacias hidrográficas do continente sul americano (região divisora de águas): Bacia do Prata, Bacia Amazônica e Bacia do Paraguai (Pantanal Matogrossense), além de ser área de carga e recarga do Aquífero Guarani (PAULA *et al.*, 2008). Destaca-se no município, as nascentes do Rio Araguaia, importante curso hídrico da região central do país.

A região representa, de forma muito significativa, a região de fronteira agrícola dos Cerrados, com grandes campos e topografia plana, conhecida como "chapadões". Apresenta ainda, as áreas mais acidentadas, com solos de textura arenosa, situadas nos vales dos rios, e conhecidas na região como as "furnas". Nestas áreas a exploração predominante é a pecuária, ocupada na maioria por agricultores familiares. Região onde situa-se os assentamentos de reforma agrária da Região do Pinga Fogo.

Além do Parque Nacional das Emas, o município conta vários outros atrativos turísticos, entre eles os assentamentos da Região do Pinga Fogo: Assentamentos Formiguinha, Serra das Araras e Pouso Alegre.

A região dos Assentamentos possui um relevo acidentado e é cortada pela Serra do Caiapó, que apresenta uma bela paisagem cênica, com morros de arenito apresentando formas que caracterizam as micro-regiões, como a Serra das Araras, o Morro do Portão, a Pedra Aparada, entre outras. Devido ao relevo acidentado, existem cachoeiras na região e córregos com uma beleza peculiar. A vegetação nativa predominante é o Cerrado *Sensu Stricto* (RIBEIRO *et.al.*, 1998), contendo uma grande quantidade de frutos de espécies nativas do Cerrado como o baru (*Dypterix alata* Vog.), jatobá (*Hymenaea courbaril* L.), pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.), mangaba (*Hancornia speciosa* G.), que são aproveitados pela comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar em Mineiros-Goiás é constituída por comunidades tradicionais de agricultores, quilombolas e assentados, que na sua grande maioria produzem leite em escala comercial (EMATER, 2012). Os dados apresentados pelo Censo do IBGE em 2006 mostram que o estado de Goiás conta com 88.436 estabelecimentos rurais familiares, correspondendo a 65% do total dos estabelecimentos rurais (Quadro 1). Em Mineiros-Goiás, a agricultura familiar representa 43% do total de estabelecimentos rurais e 7% da área total ocupada. Os dados demonstram uma grande concentração da área.

Regiões	Agricultura Familiar Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Goiás	88.436	3.329.630	47.247	22.353.918
Mineiros-GO	527	43.867	701	588.436

Quadro 1 - Estabelecimento e área da agricultura familiar – 2006

Fonte: Adaptado IBGE, 2006.

O desempenho das políticas públicas em fortalecer a agricultura familiar através do PRONAF tem demonstrado empenho dos governantes, mas mesmo assim observa-se que os agricultores familiares em Goiás e em Mineiros-Goiás ainda enfrentam uma série de problemas. Essa realidade pode ser percebida principalmente nos assentamentos e comunidades quilombolas, onde muitas famílias apresentam dificuldades em se estabelecerem produtivamente, enfrentando dificuldades como a baixa rentabilidade que gera desmotivação, sensação de exclusão e ainda problemas de segurança alimentar.

Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mineiros e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER), deram início em 2003 a um movimento para promover o desenvolvimento local da agricultura familiar, inicialmente com a criação de uma cooperativa de crédito solidário da agricultura familiar, focando num primeiro momento na promoção da utilização do crédito do PRONAF.

Iniciado esse processo, a agricultura familiar em Mineiros-Goiás conta com uma rede de apoio, que além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER, participam a Prefeitura e Câmara Municipal, organizações não governamentais, instituições de ensino superior, de crédito rural, SEBRAE, SENAR e empresas da iniciativa privada. Exemplo dessas ações, pode-se citar a implantação de assentamentos rurais, acesso ao crédito do PRONAF, criação da CREDITAG (Cooperativa de Crédito Rural dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) em 2003, do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em 2010, da COOPERMIN (Cooperativa Mista Agropecuária dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Mineiros) em 2011 e ainda apoiando e fomento o turismo na região dos Assentamentos, onde alguns dos assentados fazem parte da cooperativa de agricultores familiares.

Os assentamentos da Região do Pinga Fogo – Assentamentos Formiguinha, serra das Araras e Pouso Alegre foram implantados há dez anos e a consolidação dos mesmos ainda se encontra em processo de andamento. Ainda encontram uma série de dificuldades para se estabelecerem economicamente. A atividade econômica atual é a pecuária de leite, com a fabricação de queijos, produção de hortaliças e farinha de mandioca. Dada às características de solo e relevo, alternativas econômicas como o turismo, são vistas como atividade em potencial. Existem na área 50 famílias assentadas.

A região cortada pela Serra do Caiapó apresenta uma beleza cênica ímpar. Os rios da região dos assentamentos são bastante visitados, tanto para o lazer como para a pesca. A região do Pinga Fogo, devido ao seu relevo, possui vários pontos turísticos, que atualmente fazem parte do Roteiro Turístico Pegadas do Cerrado, da Região Agroecológica (SEBRAE-GO, 2013). Entre os principais pontos, destacam-se a Pedra Aparada, Casa de Pedra, Chapada da Lua, Casa do “Zé sem Chapéu”, entre outros. Destaca-se também na região a prática de salto de parapente, rapel nas cachoeiras e caminhadas em trilhas da região como um todo. O Circuito “Pegadas do Cerrado” conta com cerca de 600 km incluindo atrativos tecnológicos, águas termais, históricos e culturais, arquitetura, museus, rios e cachoeiras, mirantes, trilhas no Cerrado e o Parque Nacional das Emas com seus 131,8 mil hectares de área protegida (SEBRAE-GO, 2013).

Já se vê que no Pinga-Fogo estão os mais diversos atrativos, de grande potencial turístico, começando por assentamentos, que exibem belas paisagens, entre elas [...] “as micro-regiões, representadas pela Serra das Araras, Morro do Portão, Morro do Peãozinho, Pedra Aparada, Trilha do Pinga-Fogo, Ponte de Pedra, Casa de Pedra, Chapada da Lua”, de linda paisagem; sem ofuscar a do córrego “Poço Bonito”, nem esquecer os mirantes naturais impressionantes, como o do “Morro do Caixão”, prática de vôo na rampa de parapente, com 210 metros, onde o sangue gela e dá vontade de gritar; dos paredões sedutores, casas antigas, chapada de pedra e piçarra, rapel em cachoeiras inesquecíveis e caminhadas em trilhas silenciosas, onde tudo tem choque emocional e causa admiração. Se não bastasse, no Pinga-Fogo, só existem duas opções: embaixo ou acima das serras, onde ninguém mora, à exceção de animais como arara azul, arara vermelha, a canindé; papagaio de lombo preto e cabeça roxa; os peçonhentos perigosos, onça pintada, tamanduá, incluindo o meleta, de narizinho esquisito; e outros que exigem cuidados especiais de gregos e troianos. Aliás, no Pinga-Fogo só existem duas entradas: ao norte, pela Pedra Aparada, na GO-194 (Mineiros Ponte Branca); e ao sul, pela Serra do “Pinga-Fogo”, onde o Coronel Franquilim abriu a “picada”, sem licença do dono. Ah, se não fosse a intromissão do queixada! (SILVA, 2012).

Várias ações e iniciativas já foram tomadas no sentido de alavancar o desenvolvimento turístico na região. Entre as principais ações desenvolvidas no município, destacam-se: realização do Seminário de Turismo Rural (1998); Levantamento do Potencial Turístico do Município de Mineiros-Goiás (2003); inclusão do município nos roteiros integrados do Ministério do Turismo – Região Agroecológica (2006); revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas (2004); realização do I Encontro Regional de Turismo no Meio Rural (2006) e, implantação do Centro de Atendimento ao Turista (2011). Na região dos assentamentos do Pinga Fogo, destaca-se ainda a realização de dois safáris fotográficos, realizados nos anos de 2010 e 2012 (UNIFIMES, 2013), onde além do serviço de guia, os agricultores familiares preparam as refeições e comercializaram seus produtos (farinha, castanha de baru torrada e paçoca de baru) aos turistas.

Diante desse contexto, observa-se que a agricultura familiar pode trilhar caminhos diferentes e que cabem novos desafios para o desenvolvimento rural, que vão desde o entendimento da dinâmica, passando pela multifuncionalidade da agricultura e pela inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, muita mais que uma forma de produção é uma forma de vida, que traz nas suas múltiplas funções, bens não mercantilizados, como a proteção de bens culturais e ambientais. A contribuição do meio acadêmico e científico tem sido fundamental para o desenvolvimento desse setor, sendo a pesquisa, no enfoque do desenvolvimento e da inovação, o caminho a ser seguido. Além das atividades de produção agrícola propriamente dita, o turismo é uma das atividades econômicas a ser desenvolvida, entendida no âmbito da multifuncionalidade, da pluriatividade e também da inovação.

As experiências em turismo nos assentamentos rurais da região do Pinga Fogo em Mineiros-Goiás tem demonstrado que esse é um caminho a ser seguido. Agregar às lidas rotineiras do campo mais uma atividade que gere renda e ao mesmo tempo conserve um local de grande beleza cênica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 15, n° 1, p. 132-152, jan/abr. 1998.
- ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Apreciação sobre a Trajetória Brasileira**. Tese de Doutorado. CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável. UnB – Universidade de Brasília. 2003. 225 p.
- BRASIL. **Lei da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Lei n. 11.326 de 24 de Julho de 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**: documento final, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/.../Documento_Final_I_CNDRSS_21_08_08.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs). **Para além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- DAUSCHA, R. A inovação na empresa: imperativos para uma mudança estratégica. In: SENNES, R. U., BRITO FILHO, A. (orgs). **Inovações tecnológicas no Brasil – desempenho, políticas e potencial**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- EMATER – **Relatório Anual de Atividades 2012**. EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Mineiros-GO, 2012. Documento Interno.
- FLORES, M. X.; MACEDO, M. M. C. Novos rumos do desenvolvimento rural. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais**, Foz do Iguaçu, Paraná, 3 agosto 1999.
- FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; AZEVEDO MARQUES, V. P. M. de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar – Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.
- GASTAL, M. L.; XAVIER, J. H. V.; ROCHA, F. E. de C.; MOLINA, M. C.; ZOBY, J. L. F. **Método participativo de apoio ao desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2002 (Documentos, 74).
- GASTAL, M. L.; ALMEIDA, S. C. R. de; XAVIER, J. H. V. Pesquisa, desenvolvimento e inovação com e para a agricultura familiar. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.;
- ALMEIDA, S. C. R. de (Editores Técnicos). **Projeto Unai – pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2009.
- GUANZIROLI, C. H. e CARDIM, S. E. (Coord.) **Novo Retrato da Agricultura Familiar – Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000.
- IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=52>. Acesso em 03 jan. 2013.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Tecnologia Social e Agricultura Familiar. **Série Conhecimento e Cidadania**. São Paulo, Cadernos 4, 2007. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br>>. Acesso em 02 abr. 2013.
- MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p (Nead Estudos ; 11).
- PAULA, M. M.; DIOGO, A. CARBALLAL, M. R.; GOMES, M. A. F. Realidade Sócio-Econômica das Propriedades Rurais na Região das Nascentes do Rio Araguaia, GO/MT. In: GOMES, M. A. F. (Editor Técnico). **Uso Agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil**. Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 2008.
- RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. (orgs.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-Cerrados, 1998.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 162, p. 161-189, 2005.

SABOURIN, E.; XAVIER, J. H. V.; TRIOMPHE, B. Um olhar sobre os enfoques e métodos no Projeto Unaí. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de (Editores Técnicos). **Projeto Unaí – pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2009.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências e Sociologia**, São Paulo, SP, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev.2003.

SILVA, M. J. da. **O sudoeste e a região misteriosa do pinga-fogo (final)**. Jornal Diário da Manhã, Goiânia, 09 mar. 2011.

SEBRAE-GO. **Turismo - Hora de fazer pegadas no Cerrado**. Disponível em:

<<http://www.go.agenciasebrae.com.br/noticia/19465549/institucional/hora-de-fazer-pegadas-no-cerrado/>>. Acesso em: 13 de abr. 2013

UNIFIMES. **Semana do Meio Ambiente – Exposição de Fotografias do 2º Safári Fotográfico na região do Pinga Fogo**. Disponível em: <<http://www.fimes.edu.br/paginas/evento/evento.php?id=173>>. Acesso em 13 abr. 2013.

XAVIER, J. H. V.; ZOBY, J. L. F.; OLIVEIRA, M. N. de. Uso do enfoque de P&D para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar: a experiência dos Projetos Silvânia e Unaí. In: FALEIRO, F. G.; SOUSA, E. dos S. de. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Cerrado**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2007.

“CAMINHOS DA FAZENDA DE SANTA CRUZ” E É COMUNITÁRIO: DUAS PROPOSTAS DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO COMUNITÁRIO NA ZONA OESTE CARIOCA

Diogo da Silva Cardoso

INTRODUÇÃO

Movidos por um contexto de drásticas mudanças na estrutura regional, com repercussões claras no ritmo do habitar dos bairros, instituições, coletivos e agentes individuais da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, pertencentes aos segmentos turístico e cultural, tem criado um interessante espaço de debates e experimentações com o fito de propor novos eixos de fomento cultural, geração de renda e conservação dos patrimônios cultural e natural. Esses segmentos, que também se veem como atores econômicos em seus respectivos territórios de atuação, concebem o desenvolvimento local (ÁVILA, 2006) e o empoderamento dos sujeitos sociais (KLEBA & WENDAUSEN, 2009) e a economia solidária (PORTELLA, 2009) como a dialética necessária para a superação dos problemas estruturais e valorativos da periferia da Zona Oeste – aqui no caso, refiro-me às regiões administrativas de Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.

Nos últimos anos, alguns agentes da cena cultural da Zona Oeste resolveram sair do ostracismo entrar no campo de disputa da memória e do imaginário via discurso e articulações concretas com órgãos do Poder público, parceiros locais do mesmo ramo e outros atores importantes para o empoderamento do movimento. tomaram para si a arena de discursiva que, até pouco tempo atrás, pertencia única e exclusivamente aos empresariais e aos intelectuais e políticos locais que, fatalmente, se ancoravam no discurso do atendimento aos “interesses da comunidade” para conseguir autopromoção e poder político.

Novos tempos e espaços perfazem a região Oeste, que outrora era representada como o sertão do Rio; depois, consolidou-se como subúrbio para ilustrar a expansão da cidade e das classes populares; por fim, no esteio do início do século XXI, questiona-se a univocidade da categoria subúrbio e a necessidade de uma nova imaginação geográfica (MASSEY, 2008) sobre a cidade a partir da revisitação de conceitos espaciais como sertão (MEDEIROS, 2009), rural-urbano (LEFEBVRE, 1999), periferia (PRYSTHON, 2002), hinterlândia (LOPES, 2012), para compreender, a fundo, a dinâmica espacial e seus desdobramentos (cultura, turismo, museologia, desenvolvimento comunitário) na hinterlândia Oeste carioca. Além disso, constata-se em vários casos no Brasil e no mundo, que o uso sistemático de um conceito espacial adequado ao seu contexto empírico, faz florescer novas imaginações, ativa a memória coletiva, mobiliza os setores especializados e as lideranças comunitárias, e erige, como resultado das três primeiras, uma atmosfera geográfica de inter-relações. A essas atmosferas que configuram o *modus vivendi* de um lugar, chamo-a de território ou de região. São dois conceitos geográficos intercalados e intercambiáveis entre si, porém diferenciados em suas atribuições ontológicas e semânticas. Trata-se de dois domínios edificadas num mesmo *milieu* socioeconômico (MARKUSEN, 1981), porém, o que diferenciá-los um do outro são as plataformas políticas, o grau de ênfase no *milieu* e as articulações entre lugares que eles desenvolvem.

O território remete às externalidades do ambiente, isto é, às trajetórias do sistema social na sua fonte geográfica e com outros lugares, numa dinâmica incomensurável de articulações e experiências com vários contextos situacionais, contudo, sempre referendado no primeiro “endereço” espacial. Os agentes do território são os promotores das centralidades difusas e da não-exclusividade do *milieu* geográfico instituinte, caracterizando o território como uma rede de relações extensiva e não fechada em um cárcere ambiental. Os discursos e reivindicações de fechamento e exclusivismo territorial estão embutidos em outro fenômeno espacial: o do territorialismo (SOUZA, 1995), ou melhor, do fundamentalismo territorial, semelhante aos fundamentalismos religiosos e econômicos presentes no mundo contemporâneo.

Já a região, é um complexo processo geográfico de diferenciação espacial das condições endógenas de um lugar, climatizando especificidades e direcionando o desenvolvimento de suas culturas, modos de produção e articulação política para a arena “comunitária”. A questão regional é uma questão de trabalho interno, de geração de valores para uso e usufruto da(s) comunidade(s) local(is). Quando se fala em região, regionalismo e regionalização, o que vem automaticamente a mente é uma área geográfica, e esta área, por sua vez, se difere de outras regiões do entorno. Distrito, província, circuito, cluster, subcentro e quarteirão são termos recorrentes que caracterizam processos de diferenciação espacial, configurando espaços regionais. A regionalidade é produto da intersecção entre memória, imaginário social e os enraizamentos materiais que mantem viva e pertinente a “aura” regional. A regionalidade é a carga simbólica sem a qual a região não se transforma em espaço vivido (FRÉMONT, 1980), seu principal atributo ontológico.

Território e região são conceitos indispensáveis para lidar com o contexto em pauta: a periferia da Zona Oeste onde esteve situada a imponente Fazenda de Santa Cruz. Desde o período jesuítico, nos idos da iniciação da exploração colonial no então chamado *sertão carioca* MEDEIROS, (2009), a Fazenda de Santa Cruz foi um empreendimento territorial inicialmente de cunho religioso (jesuítas) e com forte produção agropecuária (graças ao contingente elevado de escravos negros). Após o confisco das terras dos jesuítas no Brasil pela administração pombalina (1759), a “gestão” da fazenda ficou a cargo da Coroa, que tratou logo de protegê-la e realizar investimentos para transformá-la na propriedade oficial de abastecimento agrícola e pecuário da cidade colonial. Posteriormente, foi apadrinhada pelos governos federais até o seu desmantelamento completo no governo Vargas (1938, para ser mais exato).

A Fazenda seguiu com sua vocação agropastoril e de domínio do sertão oeste carioca, mas no decorrer dos séculos, agora nas mãos da administração colonial, exerceu uma série de atividades inovadoras naquela época, ao qual inclui uma indústria de tecelagem, olarias e, já no último quartel do século XIX, um matadouro público em Santa Cruz para abastecer toda a cidade. A Fazenda tinha um “sofisticado” regime de trabalho escravocrata e, no contexto das migrações no século XIX, tornou-se um dos primeiros espaços poliétnicos no país.

Sobre a polietnicidade presente nos limites da Fazenda de Santa Cruz, investigações de documentos oficiais e populares mostram que, só nos bairros de Santa Cruz e Paciência, grupos de origem africana (ainda na condição de escravos, é claro), chinesa, portuguesa, espanhola e turca povoaram o território e estabeleceu relações que tendiam ora para a cooperação interétnica ora para processos de conflito, exclusão e aculturação. Esses grupos ocuparam esta parte da Fazenda de Santa Cruz através do incentivo à migração que ocorreu na época, fruto da visão da elite regional que almejava ocupar e explorar as remotas terras do sertão carioca. Uma forma de dar continuidade ao projeto colonial da administração portuguesa e dos barões (FRIDMAN, 2009).

Com isso, podemos destacar a Fazenda de Santa Cruz como o primeiro empreendimento rural-urbano brasileiro onde houve sucessivas: 1) experimentações industriais; 2) contatos interétnicos; 3) tentativas de estabelecimento de uma pedagogia e educação artística oficial; e 4) iniciativas empreendedoras dos barões e, principalmente, da corte imperial. Mais detalhes sobre o cotidiano e as relações culturais e políticas ao longo dos períodos de estabilidade e declínio da Fazenda, podem ser vistos na trilogia do renomado historiador Benedicto de Freitas (1985, 1987a, 1987b).

Sobre a sede da Fazenda de Santa Cruz, atual Batalhão de Engenharia Villagran Cabrita, sua história remete à fase intermediária do processo de colonização dos sertões do Brasil (MEDEIROS, 2009). De acordo com a ONG VIVATERRA⁴⁷:

(...) este prédio foi a antiga residência dos padres jesuítas, que também serviu como Palácio Real e Imperial de Santa Cruz. Uma série de modificações na arquitetura do prédio principal da fazenda de Santa Cruz, gerando novas formas de uso: Convento na era jesuítica, Palácio Real no tempo de D.João VI, Palácio Imperial com novas reformas no tempo de D. Pedro I e finalmente, no período republicano, com a construção de mais um andar, passou a aquartelar tropas do Exército. Em

⁴⁷ <http://www.vivaterra.org.br/vivaterra_tour_rio.htm> - acesso em: 20 ago. 2012.

1808 a Corte portuguesa se transfere para o Brasil fugindo da perseguição das tropas de Napoleão que estavam invadindo as nações que não aceitavam cooperar com o grande general francês em seu projeto expansionista. D. João VI escolhe, então, Santa Cruz como o local de descanso e de fuga das atribulações da Corte, no Palácio de São Cristóvão. As obras de reforma e melhoria do aspecto do antigo Convento jesuítico começam em 1809 e findam em 1811. O Palácio Real de Santa Cruz estava pronto para receber toda a nobreza e convidados. D. João VI e toda a Corte Real frequentavam muito o novo Palácio. O Rei gostava muito de passar temporadas em Santa Cruz. Em 1821 D. João retorna a Portugal e deixa em seu lugar seu filho D. Pedro I que viria a tornar-se imperador do Brasil com a proclamação da Independência ocorrida em 7 de setembro de 1822. Acostumado a visitar Santa Cruz, em companhia de seu pai D. João VI, D. Pedro I tornou-se um grande frequentador da Fazenda, agora Imperial. Por ocasião da proclamação da Independência do Brasil, ao retornar de São Paulo comemorou em Santa Cruz, com os membros do seu séquito, o grande ato que tornava o Brasil livre do domínio português, antes de chegar ao Palácio de São Cristóvão. Por muitos e muitos anos D. Pedro I continuou a visitar a Fazenda de Santa Cruz.

Fazenda de Santa Cruz: uma atmosfera histórica singular, uma realidade territorial ainda por ser devidamente registrada e reconhecida tanto pela sociedade civil quanto pelas instituições de pesquisa e órgãos de fomento. O projeto em tela desdobra a história regional e seus patrimônios e atrativos para então vislumbrar políticas públicas de desenvolvimento local com a apropriação do patrimônio cultural. Tal preocupação encontra-se no centro do debate científico e estético regional desde os livros do historiador Benedicto de Freitas (1985; 1987a; 1987b), passando pelo ativismo da antiga ICC (Instituto Cultural Campograndense) nos anos 70 e 80, até as recentes ações culturais e museológicas de instituições como o NOPH⁴⁸, a Casa da Rua do Amor e o Espaço Cultural A Era do Rádio. Juntos, essas instituições tentam reescrever a história da Fazenda de Santa Cruz e conservar o seu acervo material⁴⁹ e memorial, incluindo o patrimônio já reconhecido pelos órgãos oficiais como o IPHAN, INEPAC e prefeituras.

Abaixo está a lista dos vestígios e legado histórico deixado pela Fazenda em alguns lugares:

- Bairro de Santa Cruz: Quarteirão Cultural do Matadouro, Ponte dos Jesuítas;
- Complexo de Guaratiba: Polo gastronômico, cultural e turístico da Pedra de Guaratiba, Ilha e Restinga da Marambaia, Capela Magdalena, Igreja de Nossa Senhora do Desterro da Pedra de Guaratiba;
- Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos: antiga cidade de São João Marcos, destruída no governo Vargas para dar passagem a uma represa de hidrelétrica;
- Município de Mangaratiba: Ruínas do Saco, ilha de Itacuruçá e Estrada Imperial (RJ-149);
- Município de Barra do Piraí: Fazenda Ponte Alta;
- Município de Engenheiro Paulo de Frontin: Castelo dos Riachos, Túnel Doze, Estação ferroviária.

⁴⁸ Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica com sede em Santa Cruz. Ver: <www.quarteirao.com.br> – Acesso em: 4 mai. 2012.

⁴⁹ Falo aqui em acervo como o conjunto de artefatos e ferramentas tanto do passado quanto do presente, mobilizadas pelos agentes museológicos para realizar suas atividades culturais. Já a coleção é uma categoria mais restrita e geralmente atribuída às instituições que detém permissão para a guarda de artefatos considerados importantes para a formação das identidades nacional, estadual, regional etc. O NOPH/Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz tem a guarda do Sacrário Jesuítico, relíquia importantíssima do período colonial cedida pela cúria católica do Rio de Janeiro para fazer parte do acervo do Centro Cultural Municipal de Santa Cruz; já o Centro Cultural A História que Eu Conto (Vila Aliança), tem uma produção dinâmica de peças artesanais (pintura em tela, grafite, peças de vestuário) que não vira coleção ou simples moeda de troca, mas se transforma em repertório estético-cultural para atrair novos jovens locais e dar sequência às oficinas de produção e às atividades culturais do espaço.

No site do projeto⁵⁰, listo algumas características (CARDOSO, 2013) que marcam a antiga propriedade como um empreendimento rural e industrial singular na história da região:

- 1) A Fazenda de Santa Cruz foi o primeiro espaço brasileiro onde o rural e o urbano se intersectaram com nitidez. Com atividades agrícolas, pavimentações e algumas instalações industriais (têxtil, matadouro, beneficiamento de alimentos), foi um dos primeiros laboratórios de planejamento dos barões e de urbanização imperial do país, conforme afirma Fânia Fridman (UFRJ);
- 2) esta propriedade possuiu uma grandeza territorial sem precedentes na história da administração pública brasileira, abarcando sesmarias e terras do litoral do sertão oeste carioca até o Vale do Paraíba (Pinheiral), fechando o polígono no distrito da Sacra Família do Tinguá (município de Engenheiro Paulo de Frontin) e em terras da Baixada Fluminense (Queimados);
- 3) foi o local escolhido pela corte Real e as sucessivas representações políticas até idos da República Velha (1930), para residência de veraneio, festividades e tomada de decisões políticas a nível regional e nacional. Não por acaso, foi na Fazenda de Santa Cruz que Dom Pedro I planejou e comemorou posteriormente a Independência do Brasil;
- 4) chineses, portugueses, espanhóis, africanos e outras culturas configuraram, talvez, a primeira concentração poliétnica do país, num mesmo território urbano;
- 5) da Barra de Guaratiba a Mangaratiba, mar, terra e personalidades históricas e atuais formam uma paisagem de veraneio e de memórias singular;
- 6) da Serra do Piloto (Mangaratiba) ao município de Engenheiro Paulo de Frontin, serra, parques ambientais e arqueológicos, e personalidades (Barão de Langsdorff, por exemplo) compõem uma região que até hoje instiga o imaginário popular do sertão carioca e sua importância na vida histórica do Estado.

Nas próximas páginas, mostro como ao longo da pesquisa (2012 e 2013), ao lidar com o arsenal patrimonial e memorial da histórica região da Fazenda de Santa Cruz, cheguei ao dilema de como alocar todo esse patrimônio *total* (OLIVEIRA, 2007) num mesmo movimento de modo a incorporá-lo nas estratégias multissetoriais (comércio, turismo, cultura, produção artesanal) e multilocalizadas de desenvolvimento local. Falo em estratégia multilocalizada porque a região da Fazenda compreendia, além da Zona Oeste (território-alvo desta pesquisa), parte dos municípios da Baixada Fluminense (Seropédica, Itaguaí, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri e Paracambi) e do imenso e bucólico Vale do Paraíba (Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Pinheiral).

Vê-se então, a elevada extensão geográfica da região, e o nível atual de riqueza de suas centralidades urbanas e rurais, aja vista os altos investimentos que alguns desses municípios vêm recebendo via políticas público-privadas. Esse quadro é reflexo da prioridade do Estado do Rio de Janeiro e, particularmente, da cidade do Rio de Janeiro, na agenda nacional e estadual de desenvolvimento socioeconômico. A Zona Oeste experimentou nos últimos anos, através dos investimentos focados nos megaventos esportivos e na ampliação de alguns serviços públicos, um aumento da visibilidade regional, da valorização de seus aspectos culturais e naturais, e da certeza de que é preciso romper a distância geográfica que a separa, historicamente, do resto da cidade. Não a toa, os moradores locais se auto-intitulam até hoje como “suburbanos” no sentido mais pejorativo que pode haver. Suburbano = sujeitos sem história e memória, e relegados a um espaço subalterno da cidade.

⁵⁰ Consultar <<http://caminhosdafazenda.org>> – Acesso em: 20 mai. 2013.



Mapa 1: Localização da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A infraestrutura da Zona Oeste foi expandida (BRTs, racionalização do transporte público) e alguns serviços públicos tiveram melhorias significativas. Porém, ao se falar em planejamento do uso do solo urbano, especulação imobiliária e conservação ambiental, a lógica e discurso mudam, minimizando os efeitos das conquistas positivas. Para o nosso caso, a problemática mais urgente é a da degradação e do mau uso ao qual estão sendo submetidos os patrimônios culturais e naturais da região. Tratados como *rugosidades* (SANTOS, 2002), ou seja, como restos de um passado a ser esquecido, várias ações (algumas promovidas pelo Poder público) têm sido propugnadas para modernizar o espaço e desvinculá-lo de quaisquer referências, usos e experiências do passado, configurando uma paisagem cultural alienada do seu contexto histórico. Tal processo é denominado desenraizamento cultural, traduzido geograficamente como desterritorialização (SANTOS, 1996).

Em um cenário de economia aquecida e mudança dos hábitos sociais, as experiências e vestígios do passado tornam-se irrelevantes, sistematicamente desvalorizadas pela parcela majoritária da população, refletindo na desapropriação estética do patrimônio total. Poderíamos citar vários exemplos da periferia carioca que refletem o descuido e a ignorância para com o patrimônio, mas fico em apenas um: a Ponte dos Jesuítas, no “sertão” de Santa Cruz, onde é alvo constante de vandalismo e da falta de ações integradas que realcem a sua vitalidade arquitetônica e ambiental, e as táticas de conservação e fruição pela sociedade.

O projeto “Caminhos da Fazenda de Santa Cruz”, concebido por mim como uma estratégia de revalorização da cena cultural regional, e como um eixo estratégico de desenvolvimento turístico dos bairros situados nos antigos limites territoriais da Fazenda, e que apresentem artefatos, edificações e outros vestígios arqueológicos que auxilie as atividades culturais e a reconstrução pedagógica da história da Fazenda de Santa Cruz e seus arredores (Freguesia da Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, Mangaratiba, Vassouras). Por reconstrução pedagógica, quero dizer que, além dos documentos e explicações científicas, o imaginário popular e os “causos” contados pela população são ótimos elementos para transformar os “Caminhos da Fazenda de Santa Cruz” num projeto relevante para a população regional e para a própria ciência que necessita dialogar de modo urgente e horizontal com os saberes vernaculares e os realizadores culturais locais.

O projeto, que já tomou ares de empreendimento turístico-cultural, foi uma soma de iniciativas que se juntaram ao redor da questão de como promover o intercâmbio sociocultural, o resgate e registro do patrimônio material e imaterial e o fomento dos espaços culturais e museológicos já existentes na região e que militam em torno dos valores da economia solidária e da emergente economia criativa. A economia criativa, ainda em vias de ser corretamente compreendida no Brasil, é um referencial teórico de ponta para a criação de soluções econômicas e negociais onde a criatividade é o principal ativo econômico, ou ainda, a maior “tecnologia”.

O campo das práticas e políticas culturais é um fórum privilegiado para a economia criativa, dado que os seus atores e instituições necessitam, mais que outra coisa, da criatividade para gerar valor aos seus produtos, shows, conferências, divulgações e outros. A criatividade é a moeda de troca dos agentes culturais para alcançar a relativa sustentabilidade profissional, algo peculiar a quem trabalha e vive deste setor. Em artigos futuros, enunciarei com mais detalhes os resultados desse diálogo com a economia criativa que, a princípio, tem sido frutífero para a elevação das instituições e espaços envolvidos a um outro patamar de pensamento e ações – não só os espaços culturais do É COMunitário, como as Mulheres de Pedra, Coosturart, Raízes de Gericinó, Espaço Cultural A Era do Rádio, Arte em Conjunto, Vida Feliz, Casa de Cultura Sefaradita, C3 e Casa da Rua do Amor, mas também atores indiretamente envolvidos no processo, como o Observatório de Favelas, Instituto Rio, FLIZO, Nostalgia Tour etc.



Imagem 1: Logo do É COMunitário. Fonte: arquivo pessoal.

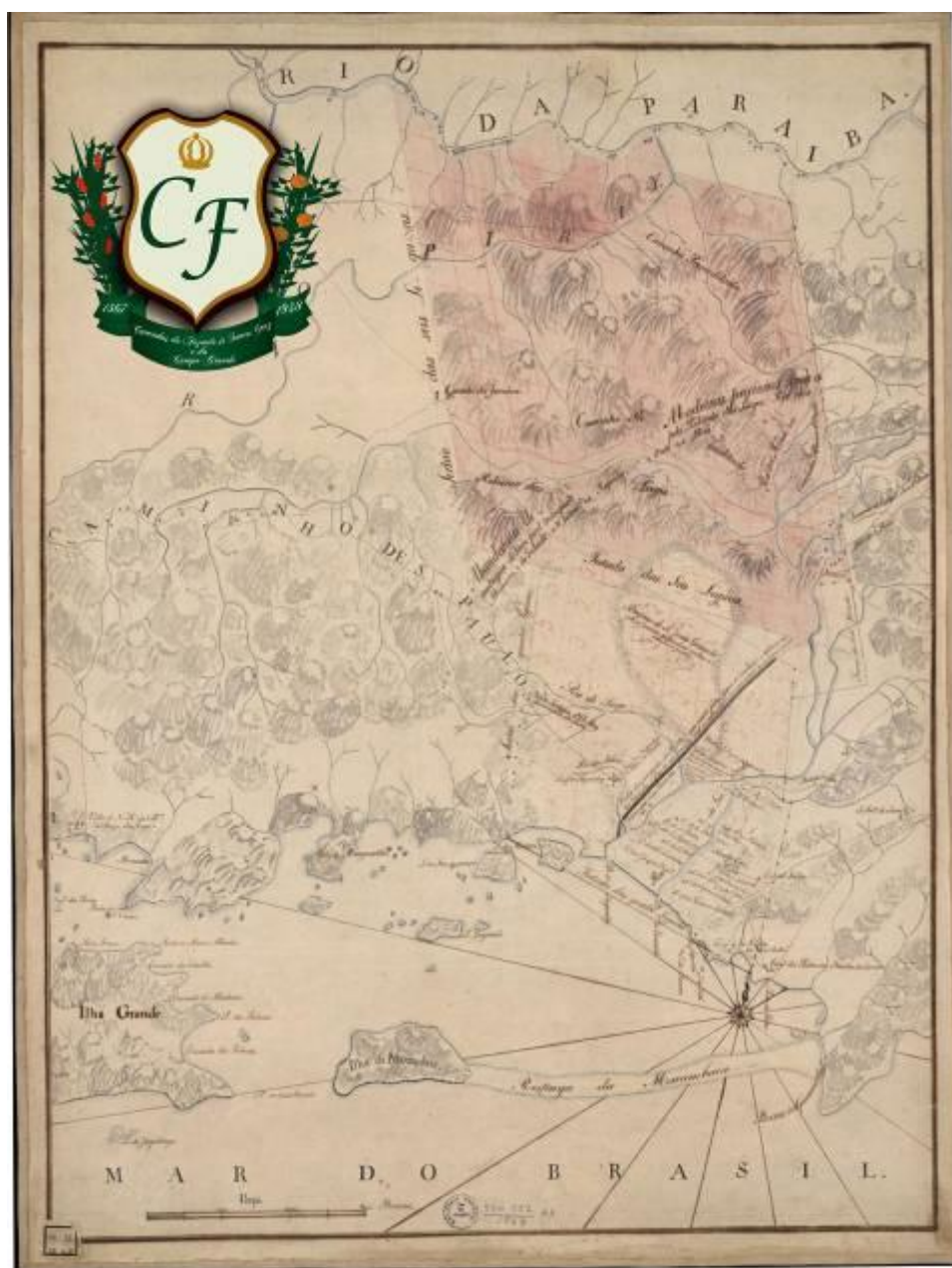


Imagem 2: Mapa do período imperial com a agrimensuração da Fazenda de Santa Cruz. Fonte: arquivo pessoal.

Mas voltando à metodologia proposta por mim para o diagnóstico e articulação do cenário em estudo, nas próximas páginas, traço um breve comentário sobre o método etnohistórico e geográfico ao redor do qual aprofundei meus estudos sobre a origem, os limites territoriais, a composição social e a atualidade do território em questão. Em seguida, faço apontamentos sobre o planejamento (ainda em formulação), as condições e as bases de apoio para a implantação deste projeto que, a médio e longo prazo, impulsionará o desenvolvimento turístico na região metropolitana, no Vale do Paraíba e na Baixada Fluminense.

A orientação do desenvolvimento do É COMunitário e do projeto de roteirização da região histórica da Fazenda trazem, subjacente ao movimento natural de desenvolvimento de um trade turístico, a obrigação do diálogo entre os *stackholders* (partes interessadas) para debater e compactuar metodologias de gestão descentralizada do trade, dos eventos culturais e das paisagens turísticas vendidas pelo É COMunitário.

CENÁRIO DA PESQUISA

A Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro está situada, no extremo oeste, entre a Baía de Sepetiba e o Maciço do Mendanha-Gericinó, e nas áreas mais próximas à Zona Norte e Centro, segue sendo costeada pelo Maciço do Gericinó e no outro lado pela morfologia litorânea que caracteriza a Barra da Tijuca e arredores. Zona Oeste ganhou novo perfil socioeconômico e regional nos últimos trinta anos, com investimentos públicos e privados que tiraram a região do status de área rural e urbana mista para uma nova situação de emergência de ilhas de prosperidade, de áreas de classe média e média-alta, somado à industrialização avançada nos distritos de Campo Grande e Santa Cruz.

A história regional da Zona Oeste é rica em detalhes desde o período colonial, abrangendo fatos e acontecimentos que até hoje possuem suas marcas em paisagens locais. Santa Cruz é o melhor exemplo: no período jesuítico (séculos XVII e XVIII), a localidade implantada uma fazenda que, a posteriori, seria uma das principais fazendas do Brasil, que se estendia de Sepetiba a Vassouras, mas cuja sede estava em Santa Cruz, que também serviu de residência de descanso das famílias real e imperial.

Nos anos 1990, um guia turístico da Zona Oeste foi elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo, em parceria com as Faculdades Simonsen e com a participação do historiador local Sinvaldo do Nascimento Souza⁵¹, reconhecido pelo seu engajamento de décadas na luta pelo patrimônio cultural de Santa Cruz, Sepetiba, Guaratiba e Campo Grande.

Servidos tanto de favelas quanto de bairros de classe média e média-alta, a periferia da Zona Oeste é o espaço por excelência da desigualdade socioespacial e da pluralidade cultural subjacente às diferenças de classe, gênero, etnia, profissão, religião. Assim como a Zona Norte, a Zona Oeste se urbanizou e se industrializou de modo tão abrupto que, para o senso comum e os gestores públicos, nada restou para ser visitado ou transformado em produto turístico e cultural. A consequência trágica dessa relação de desigualdade espacial é a invisibilidade dos patrimônios cultural e natural da região, o que inclui, no campo da cultura e da memória, as manifestações étnico-populares, e no campo ambiental, os parques naturais praticamente desconhecidos pela massa da população. Além da invisibilidade, outras ações orientadas direta e indiretamente para a depredação material e simbólica do patrimônio, mais o sentimento de indiferença ao lugar da parte dos moradores não-originários (migrantes, em geral provenientes do Nordeste e das regiões do entorno da Zona Oeste), contribuem para a perpetuação dos estigmas, das desigualdades e da discriminação geográfica da região e, principalmente, dos bairros mais afastados do centro histórico e financeiro da metrópole.

Por isso, uma das saídas apontadas pela rede de parceiros aqui em estudo, é a promoção do turismo de base comunitária e a apropriação do patrimônio total como formas produzir sinergias positivas para o desenvolvimento da região. Por sinergias positivas, concebo a orientação estratégica da coletividade para outros modos de produção, outros eixos de relacionamento, outros mecanismos de fruição da paisagem regional e, para finalizar, outras formas de fortalecimento da identidade territorial.

NOTAS SOBRE O PROCESSO DE AÇÃO-PESQUISA E O SEU CONTEXTO SITUACIONAL

A ação-pesquisa, ou pesquisa formativa, é o empreendimento que combina, num só movimento, linguagem escrita e linguagem agencial, análise e intervenção, estudo e articulação. A ação-pesquisa requer a imersão plena do pesquisador no campo, fazendo deste um território para além das tradicionais inquirições científicas positivistas e politicamente desinteressadas. A Geografia Cultural, este subcampo de pensamentos e linguagens agenciais a respeito de arquivos, ilhas (territórios) e agenciamentos que configuram espacialidades humanas, propõe um entendimento geral sobre o enraizamento dos processos materiais, que Santos chamou de empiricização do tempo (SANTOS, 1996); e a construção dos mapas de significados (JACKSON, 1994) que transfiguram objetos/agentes geográficos em formas simbólicas, em lugares de memória (NORA, 1993).

⁵¹ <<http://www.rioeduca.net/blog.php?tag=10%C2%AAcre>> – Acesso em: 15 abr. 2013.

A ação-pesquisa é apontada desde os anos 80 pelo “pai” da ecomuseologia, Hugues de Varine (1987), que definiu outra palavra intimamente relacionada à ação-pesquisa: iniciativa, similar a *agency* da linguagem inglesa. Varine a define como

(...) o ato criador por excelência, não de um produto intelectual independente de toda solicitação, (cuja finalidade é arte pela arte) mas de soluções originais aos problemas levantados pela sociedade, no próprio nível em que estes problemas são colocados por seus membros. A iniciativa é, para mim, o próprio fundamento de modificação: é uma resposta baseada na identificação e na análise de um problema em sua complexidade, seguidos de uma pesquisa de meios, depois da fixação de um objetivo, enfim, da escolha de um projeto, que este processo seja espontâneo ou inconsciente, ou nem que seja o fruto de uma proposta combinada, isto pouco importa. O essencial é que ele emane da comunidade concernente e que ele se alimente de elementos tomados ao capital de uma experiência coletiva, própria a esta comunidade ou exterior a ela. A iniciativa é, pois, a condição fundamental do desenvolvimento comunitário (VARINE, 1987, p. 30-1).

Ao contrário da pesquisa-ação, pautada primeiro na realização objetiva da pesquisa para depois inaugurar ações no campo, a *ação-pesquisa* e a *pesquisa formativa* possuem a propriedade de intervir no campo desde o início da pesquisa, ao qual se busca alcançar os pontos de alta energia do fenômeno e traçar *links* entre o pensamento e a agência tanto do agente-pesquisador quanto dos interlocutores. A ação-pesquisa conecta cientista e contexto através da *intencionalidade* (SANTOS, 1996). De modo que se ambicionamos fazer um empreendimento científico honesto, devemos deixar claro quem está falando, de onde falando e porque escolheu falar daquele fenômeno. Donna Haraway (1995) (des)constrói a base epistemológica para o desempenho parcial e localizado do pesquisador, expressando uma política de posição. Não se trata aqui de impor o “politicamente correto”, mas assumir um compromisso ético e político com os interlocutores.

Os efeitos da presença e agir do pesquisador são mensurados durante o campo e *a posteriori*. A ação-pesquisa é uma forma de adentrar no espaço vivido dos agentes e fazer parte da coagulação que permite a sustentação de um grupo social. Aqui, o assunto conglera para o território, que são os coágulos de empoderamento, prestígio e vivência que *informam* espacialidades diferenciais. Territórios são atmosferas do real produzidas pelas culturas, conglomerados de inter-relacionalidades gestoras de entre-mundos, vale dizer, de *atmosferas espaciais singulares* cuja lógica é revelada no ritmo do habitar e dos fluxos entre o próximo e o longínquo, envolvendo *insiders* e *outsiders* tal como mostrado por Norbert Elias (2000)⁵².

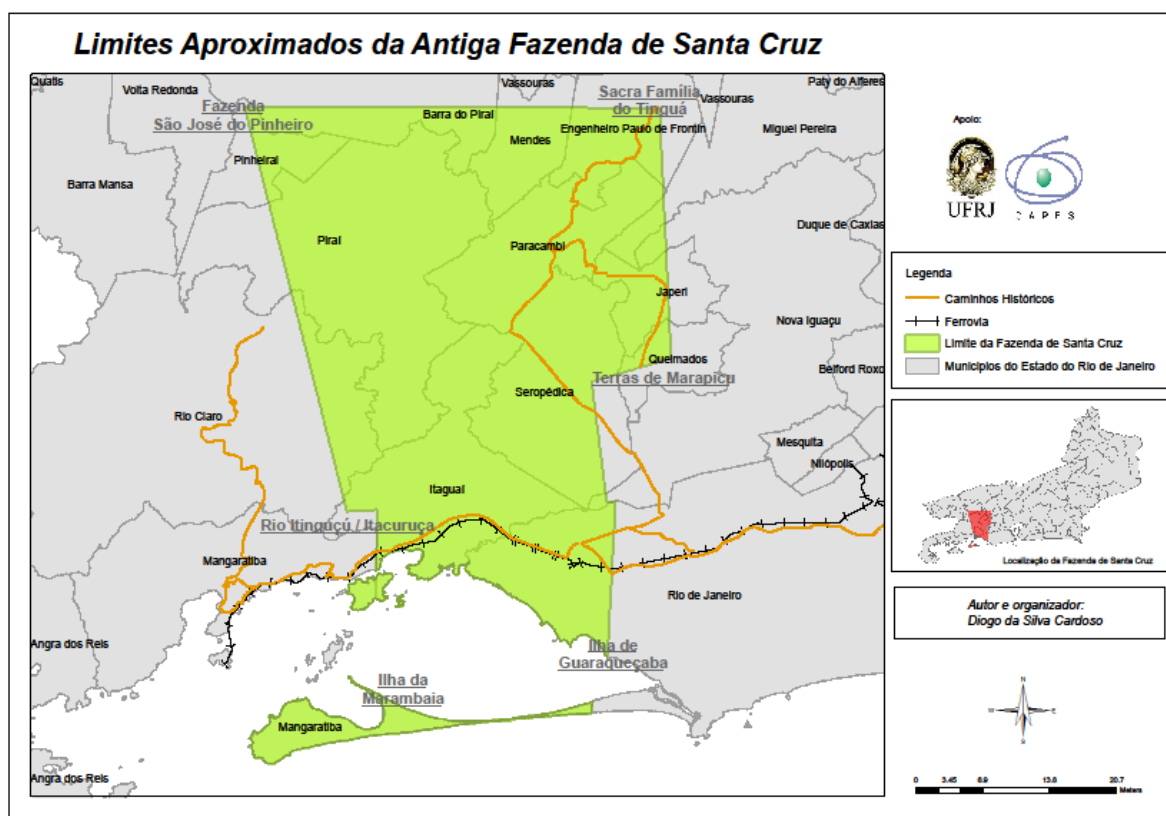
Mesmo sem adotar o termo, há iniciativas em turismo de base comunitária no Brasil que adotam estratégias semelhantes, incluindo a criação de alianças comunitárias, de empreendimentos econômicos solidários (EEC) e de canais de acesso às distintas instâncias governamentais. Alguns exemplos: Núcleo Vila do João (Complexo da Maré, RJ), Fundação Casa Grande (Nova Olinda, CE), Cabula (BA), Pirenópolis (GO) e Morretes (PR).

A Fazenda de Santa Cruz tinha uma extensão colossal, resultante das sucessivas apropriações de terras pelos jesuítas no século XVII, e do posterior cuidado dela pelas administrações colonial e imperial, que fizeram da sede da Fazenda, no atual bairro Santa Cruz, uma influente residência de veraneio e de experimentações industriais. Diante da impossibilidade de abarcar toda a extensão da Fazenda, concentrei os meus estudos inicialmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, fazendo dele um tema à parte da pesquisa desenvolvida no doutoramento em Geografia⁵³.

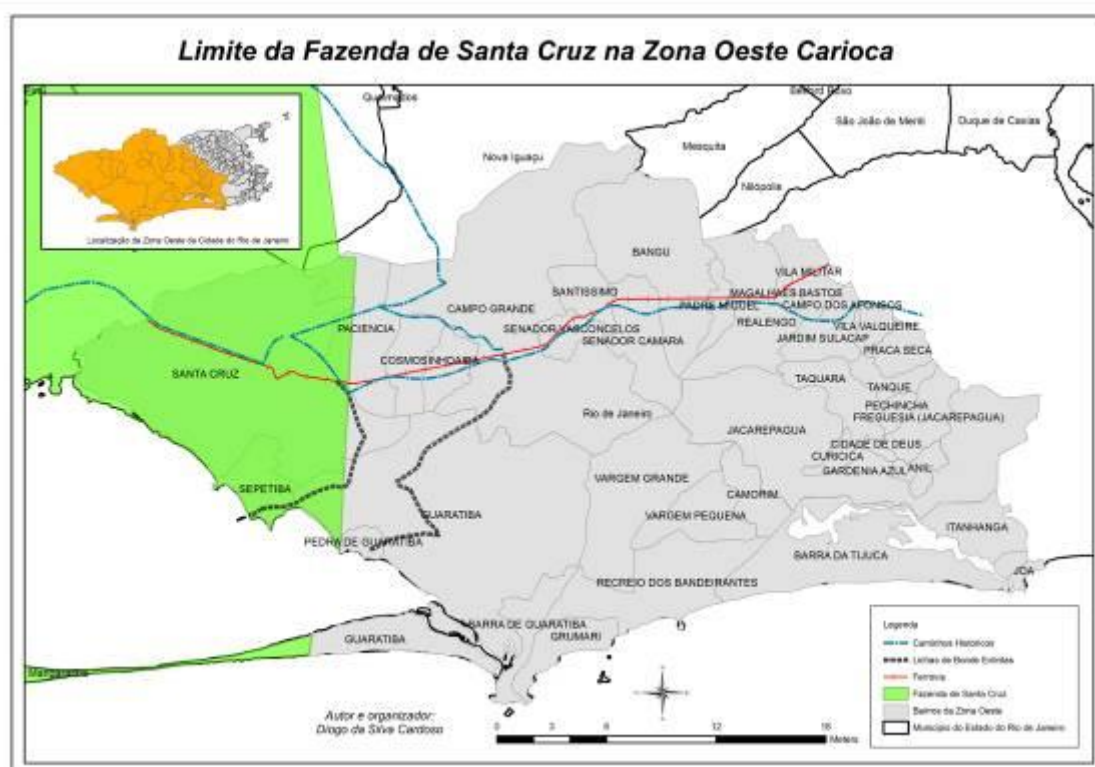
Abaixo, está o mapa dos limites territoriais da Fazenda de Santa Cruz:

⁵² Sociólogo judeu-alemão, radicado na Inglaterra, que realizou pesquisas empíricas participativas. No livro *Os Estabelecidos e os outsiders*, ele analisa uma cidadezinha do interior chamada ficticiamente de Winston Parva.

⁵³ Ver a segunda nota de rodapé.



Mapa 2: Limites territoriais aproximados da Fazenda de Santa Cruz.



Mapa 3: Limites territoriais da Fazenda de Santa Cruz na Zona Oeste carioca.

Após dois anos de mobilização científica e cultural com alguns coletivos e instituições culturais e museológicas da Zona Oeste (2012-2013), dei início a alguns agenciamentos pontuais e deliberados com parceiros estratégicos (Claudia, da Coosturart; Ariel, da Casa de Cultura Sefaradita; Mario, do Arte em Conjunto; Livia, das Mulheres de Pedra), como forma de rearticular os territórios comunitários para o fomento da produção cultural e do turismo solidários, criando a base para o fortalecimento das iniciativas endógenas já existentes. Contribuições de diferentes olhares auxiliaram, em alguns aspectos, a elaborar os objetivos gerais e específicos do É COMunitário e a dinamização do circuito da Fazenda de Santa Cruz.

O objetivo geral do projeto empreendedor É COMunitário, nascido dos encontros de formação e das deliberações dos parceiros da rede, compreende, em um futuro próximo:

Transformar a região que compreende a extinta Fazenda de Santa Cruz – e hoje abarca, além da Zona Oeste carioca, os municípios de Itaguaí, Seropédica, Queimados, Mangaratiba, Rio Claro, Piraí, Barra do Piraí, Pinheiral, Mendes, Paracambi, Miguel Pereira e Engenheiro Paulo de Frontin – num produto turístico inovador, onde as dimensões histórica, cultural, ecológica e atual da região serão trabalhadas através de roteiros customizáveis e de rotas e polos já consolidados (exemplos: Polo de Guaratiba, fazendas históricas do Vale do Café, Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos) ou a serem potencializados a partir deste empreendimento turístico regional (CARDOSO, 2013, p. 1).

E os objetivos específicos:

- Transformar a área geográfica da clássica Fazenda de Santa Cruz num produto turístico e principal destino indutor da região Oeste-Paraíba Fluminense;
- Desenvolver estratégias de valorização e de divulgação dos atrativos naturais e culturais da região da antiga Fazenda de Santa Cruz;
- Criação de site com ferramenta colaborativa (mapadacultura.org) para o mapeamento dos atrativos e serviços turísticos de cada território da Fazenda;
- Sensibilizar os polos turísticos, culturais e os empreendimentos individuais sobre a relevância histórica, cultural e econômica deste projeto para o desenvolvimento regional, e o benefício que ele trará para todos que dele participarem;
- Propor roteiros customizados em consonância com os atores locais, para a venda do destino turístico junto aos diferentes segmentos de turistas;
- Buscar cooperação técnica e parceria com os órgãos públicos competentes e os atores privados e de organizações sociais;
- Reivindicar junto ao Poder público, melhorias na infraestrutura social e turística, e na divulgação do produto “Fazenda de Santa Cruz” através de um arrojado marketing territorial e comunicação visual dos atrativos, dos parceiros institucionais e do calendário de eventos;
- Desenvolver os segmentos diversificados de turismo não massivo: histórico, solidário-cultural, rural, bem-estar, natural e de aventura;
- Criar instâncias de governança regional para divulgar os atrativos, fortalecer as parcerias nas localidades e propor uma gestão descentralizada do produto turístico (CARDOSO, 2013, p. 1-2)

Até o momento, algumas instituições culturais estão na ponta de lança do projeto, colaborando conceitualmente e com pequenas, porém importantes articulações políticas para, em um futuro não tão distante, verem implantado o projeto no seu viés de desenvolvimento local. A articulação com as instituições de pesquisa e os órgãos oficiais de turismo ainda está na fase inicial. O principal dilema das organizações da sociedade civil (Terceiro Setor) com relação ao Poder público é o grau de ingerência deste último com relação à estruturação e realização dos projetos que, fatalmente, necessitam dos investimentos e da assistência dos técnicos e órgãos públicos para serem viabilizados.

Outra questão que requer um debate aprofundado é a dificuldade de se promover as articulações do projeto com os órgãos e agentes oficiais de turismo, tal como os subsídios e capacitações oferecidos pelo Ministério do Turismo e pela Secretaria de Estado de Turismo (Turisrio).

DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO À PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA: O É COMUNITÁRIO

O É COMunitário é uma proposta de engenharia cultural cujo resultado é a estruturação da sociedades de integrantes (ONGs e empreendedores individuais) como empreendimento turístico na Zona Oeste. Dentre as estratégias para o enraizamento do É COMunitário na Zona Oeste carioca, e articular ações de promoção contínua das instituições e agentes culturais filiados, criamos o seguinte elenco:

- Realizar estudos e pesquisas para atualização da história e memória sobre a Fazenda de Santa Cruz e o seu legado patrimonial;
- Propor uma metodologia inovadora de inventariação turística e ação estratégica para a elaboração de roteiros e produtos turísticos com as temáticas cultural, comunitária, rural e urbana;
- Sensibilizar os agentes locais sobre a viabilidade do empreendimento É COMunitário e condições de implantação do mesmo em consonância com as políticas públicas e a articulação dos atores estratégicos locais;
- Criação de site e blog– <http://caminhosdafazenda.org> e <http://ecomunitariorj.blogspot.com> - com informações turísticas, história das instituições culturais e das personalidades locais, projetos, eventos e outras ações;
- Capacitar jovens locais para trabalharem como guias de turismo e monitores culturais nos espaços culturais/museológicos, ampliando a oferta de receptivo turístico;
- Consolidar o turismo na Zona Oeste carioca em articulação com outras localidades e municípios requisitados no mapa turístico da Fazenda;
- Reconhecer os segmentos de turismo não-massivo como pilares importantes do desenvolvimento local sustentável, com a geração de emprego, renda e iniciativas culturais e empreendedoras;
- Conscientizar os grandes agentes econômicos (incluindo as empresas, os hotéis-fazenda e os gestores municipais e do Estado) sobre a importância dos Caminhos da fazenda de Santa Cruz para o fortalecimento do trade turístico e do campo da produção cultural;
- Criar a associação de parceiros e amigos do É COMunitário;
- Construir quatro instâncias de governança regional do projeto (Zona Oeste carioca, Baixada, Costa Verde-Piraí e Vale do Paraíba), cujos gestores serão eleitos através de votação dos membros institucionais do empreendimento-projeto.

A ótica prioritária para o alavancamento de qualquer empreendimento turístico, seja ele uma região turística ou uma microcomunidade rural, é o desenvolvimento local. Desenvolver localmente é aproveitar as *expertises* dos empresários, grupos, produtores culturais, artistas e artesãos locais para alavancar atividades que tenham, senão como foco principal, ao menos a tendência, a recepção de visitantes/turistas de diferentes segmentos socioprofissionais, dispostos a pagar para desfrutar de um ambiente cultural e natural diferenciado, com um alto valor simbólico.

É por meio de uma identidade territorial fortalecida (POLLICE, 2010) que é possível a maturação de modelos de desenvolvimento turístico sustentável, baseado em ações integradas e descentralizadas, agregando empresários, Terceiro Setor, técnicos, pesquisadores e, o principal, os habitantes locais. Como afirma Vicente Ávila:

Isso enseja a inferência, sem medo de erro, de que investir na “comunitarização” visando o DL já é real atitude implementadora do mesmo, na verdade em sua expressão mais importante, porque esse tipo de investimento uma vez iniciado nunca mais poderá ser interrompido, não importando se por consórcios de iniciativas e esforços de agentes externos e internos ou elevação da capacidade da auto-suficiência de permanente conquista pelos próprios agentes internos. Portanto, é ilógico pensar logo de cara em planos e estratégias DE (sic) DL arquitetados uniforme ou medianamente para “sociedades” em amplitudes nacional, regional e mesmo local apenas “secundariamente” articuladas, tendo em vista que não respeitaria e mesmo desperdiçaria as riquezas potenciais e factuais, diferenciadamente contributivas, das peculiaridades de cada comunidade-localidade (ÁVILA, 2006, p. 135).

A Fazenda de Santa Cruz é um assunto inédito para quase todos que residem ou trabalham com cultura na Zona Oeste, e isso se deve ao esquecimento memorial sistemático ao qual a região foi submetida após a Fazenda ser desmantelada pelo governo Vargas (1938). Nesta época, a visão dos gestores era a de iniciar um novo processo de colonização do território e de realinhar as forças locais para o desenvolvimento urbano. A decisão de abolir a Fazenda foi uma estratégia de governo para destravar o desenvolvimento local, dado que a parcela majoritária das terras estava sob o regime de latifúndio – cujos “donos”, em sua maior parte, herdaram terras de familiares que viveram no auge da escravidão (comendador Breves, por exemplo, foi o maior traficante de escravos do Brasil, com propriedades rurais desde a região de Guaratiba e Marambaia até a extinta cidade de São João Marcos, no município de Rio Claro) e da prática da monocultura (ciclo do café no Vale do Paraíba, produção de banana e laranja no Campo Grande etc.).

A sensibilização cultural e turística é o primeiro passo para trazer os moradores e demais agentes da sociedade civil para essa “atmosfera” de histórias, contos, lendas e muitos patrimônios ainda em tempo de se conservar e dar a eles um significado cultural e função econômica. O turismo – como atitude sensível de reconhecimento da diversidade dos lugares e de encontro da alteridade – é a solução mais palpável diante dos novos modelos empreendedoristas e de gestão que ressaltam a sua função lucrativa e criativo-inovadora, para destravar as iniciativas comunitárias e organizacionais, e promover imagética e discursivamente a histórica da região e de seus territórios singulares.

Além do papel de polos indutores e de recepção, os espaços do É COMunitário também respondem pela geração de produtos criativos que caracterize o trabalho da rede, a vocação da instituição e estimule a solidariedade e o empreendedorismo locais: pousada domiciliar, guiamento turístico, artesanato, eventos de cunho étnico, folclórico e intercultural, feiras de alimentos orgânicos e de comércio justo.

O turismo de base comunitária investe esforços e ações no intercâmbio cultural, científico e na geração de trabalho e renda local por meio da atração de fluxos de visitantes e a reivindicação, junto ao Poder público, das condições mínimas de infraestrutura (sinalização, capacitação das pessoas para trabalhar no trade turístico, fiscalização das condições sanitárias, marketing do lugar) para o ordenamento do território turístico. O turismo comunitário traz investimentos tanto econômicos quanto afetivos ao lugar, pois o seu processo traz benefícios de geração de trabalho e renda complementar, bem como o fortalecimento dos atores turísticos (trade) e da identidade do território e região, que amplia seu valor paisagístico e eleva a autoestima da sociedade local. E a Zona Oeste, bem como outras periferias urbanas, necessitam urgentemente desse tipo de empreendimento que, antes de tudo, aspirar ser uma tecnologia social e protótipo de política pública...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber, o projeto está nos passos iniciais de estruturação... Uma luta cotidiana para estabelecer, da forma mais pedagógica e empoderadora possível, os traços e formato do É COMUNITÁRIO. O levantamento turístico já realizado permite o diagnóstico e o maior número possível de atrativos, de ações e eventos culturais relevantes, os agentes do desenvolvimento local e, principalmente, incluir social e produtivamente crianças, jovens e idosos na atmosfera singular dos contos, encontros e atratividades da histórica região da Fazenda de Santa Cruz, por onde caminhou religiosos, reis, imperadores, escravos, barões, artistas internacionais, viajantes e, principalmente, a população carioca e fluminense que, no seu caminhar e trabalhar, institui e legitima o *genius loci* da região. Falta a este referido recorte geográfico as ferramentas e meios de planejamento adequado das metas, caminhos e destinação e aproveitamento máximo dos recursos para o desenvolvimento das localidades.

O projeto “Caminhos da Fazenda de Santa Cruz” não segue as cartilhas e posturas dos grupos majoritários do setor turístico fluminense. Desde o momento em que me debrucei para entender a fundo a dinâmica conservadora do turismo no Rio de Janeiro, e ter contato e experiências com outros contextos (Ceará e Pernambuco, especificamente), senti que deveria buscar inspiração e diálogo nessas fontes.

Para finalizar, trago um exemplo de amadurecimento intelectual, técnico e relacional na gestão turística dos profissionais do turismo e das comunidades dos territórios turísticos nordestinos, a “fala” do secretário de turismo do município de Triunfo, Antônio Lima, com a colaboração do turismólogo Felipe Dantas⁵⁴. Estes gestores corroboram, de forma clara e concisa, a importância de se elaborar um projeto de sensibilização turística que flerte com a comunidade local e a empodere em todos os sentidos (jurídico, político, solidariedade econômica, memória, manifestações culturais). Em todos os casos, trata-se também de um projeto territorial e, como todo projeto de produção de espaço, requer um planejamento específico e contextualizado. Conforme as palavras do autor:

A inexistência da consciência turística da comunidade local e de sua compreensão básica sobre o fenômeno turístico numa localidade pode ocasionar:

- Desinteresse da comunidade no processo participativo de desenvolvimento turístico local;
- Visão depreciativa do turismo e atitude de resistência e receio ao seu desenvolvimento, comprometendo a imagem do destino turístico;
- Frustrações locais e perda da credibilidade no desenvolvimento turístico;
- Falta de preparação para atuação direta ou indireta no turismo, refletindo na qualidade dos serviços e da receptividade dos turistas;
- Desconsideração dos verdadeiros interesses comunitários da sociedade local.

Estas situações são complicadas de serem revertidas, exigindo esforços bem maiores do que a elaboração e aplicação de um programa de sensibilização turística para a comunidade local. A sensibilização turística da população local torna-se uma etapa fundamental do processo de planejamento e organização do turismo, sem o qual a legitimidade social, a divulgação turística e a captação de recursos ficam seriamente comprometidas (LIMA, 2011).

⁵⁴ O texto está na página pessoal do autor na rede facebook - <http://www.facebook.com/evanildo.fonseca?fref=ts> – Acessado em: 20 out. 2012.

As sensibilizações histórica, estética e turística formam o tripé para a negociação inicial e os encaminhamentos, junto às comunidades locais, para representar os territórios em diversas instâncias políticas e institucionais, com o objetivo de divulgar o escopo do projeto e as atratividades dos espaços com grande potencial para a turistificação.

Por estar em fase inicial de implantação, tanto o É COMunitário quanto os Caminhos da Fazenda de Santa Cruz certamente terão seus escopos rediscutidos, revisados e ampliados, e mais agentes entrarão no processo para fortalecer as produções e gestão dos processos.

Seguindo os passos bem sucedidos das regiões que implantaram o turismo de base comunitária e trouxeram benefícios incomensuráveis para os moradores e a rede de profissionais da cultura, o É COMunitário planeja estruturar as regiões históricas da periferia da Zona Oeste para potencializar seus acervos, pessoas, lugares, enfim, os patrimônios culturais e naturais que, juntos, formam o acervo patrimonial cotidiano digno de ser apropriado e usufruído por todos que valorizam as vernacularidades e veem a necessidade de manter as estórias e geografias de cada lugar não apenas em termos de estudos e divagação sobre o patrimônio – um erro caro às práticas bairristas comumente vistas nesses contextos –, mas de um projeto sensível e arrojado de desenvolvimento local que gire ao redor do legado cultural/patrimonial.

A apropriação do patrimônio a serviço do desenvolvimento múltiplo (cultural, social, ambiental e econômico) resulta na transformação dos ativos culturais em valor econômico, colocando a criatividade dos agentes culturais endógenos a serviço da geração de renda e de novos espaços de relações (centros de convivência) e de produção (empreendimento) que, paulatinamente, podem ter a função de dilatar a esfera dos saberes-fazer localizados e ampliar o repertório de ações e projetos regionais. Aliar o empreendedorismo à dimensão emancipatória de um projeto que almeja reescrever a história e os movimentos culturais de uma região torridamente massacrada pelos meios de comunicação de massa e pelo senso comum carioca, é o desafio do É COMunitário e dos seus agentes que, em seus espaços particulares, já lutam há tempos pela valorização de seus bairros e pelo protagonismo de seus integrantes.

BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, Vicente Fideles de. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL). **Interações**. v.8. n.13. set. 2006. p. 133-140. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a14v8n13.pdf> - Acessado em: 05 out. 2012.

CARDOSO, Diogo da Silva. **Projeto Caminhos da Fazenda de Santa Cruz**. Projeto de pesquisa. Arquivo pessoal. Rio de Janeiro. 2013.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FREITAS, Benedicto de. **Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real e Imperial**. v. 1. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1985.

_____. **Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real e Imperial**. v. 2. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1987a.

_____. **Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real e Imperial**. v. 3. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1987b.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FRIDMAN, Fânia. Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro. **Acervo**. v. 22. n. 1. jan/jun 2009. P. 139-152. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/73/56> Acessado em: 20 fev. 2013.

JACKSON, Peter. **Maps of Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KLEBA, Maria Elisabeth, WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**. v. 18. n. 4. Oct/Dec. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf> Acessado em: 02 fev. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Minas Gerais: Ed. UFMG, 1999.

- LOPES, Nei. **Dicionário da hinterlândia carioca**: antigos “subúrbio” e “zona rural”. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2012.
- MARKUSEN, Ann. Regionalismo: uma abordagem marxista. **Espaço e Debates**. v.1. n. 1. São Paulo. Cortez, 1981.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MEDEIROS, Maristela Turl. Do sertão à zona rural. Que sertão? **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. UERJ, 2009. Disponível em: <http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/maristelaturlmedeiros.pdf> - Acessado em: 12 jan. 2013.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. n. 10. dez. 1993. São Paulo. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> - Acessado em: 20 out. 2011.
- OLIVEIRA, J. C. A. O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus. **Revista Museu**. 2007. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos2.asp?id=14> – Acessado em: 03 abr. 2012
- PRYSTHON, Ângela. **Cosmopolitismos periféricos**: ensaios sobre modernidade, pós-modernidade e Estudos Culturais na América Latina. Recife: Bagaço, 2002.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. Iná Elias, GOMES, P. C. C., CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.
- VARINE, Hugues de. **O Tempo Social**: O desenvolvimento comunitário de todos é do interesse de cada um. Rio de Janeiro: Eça Ed., 1987.

TURISMO DE VILAREJO E DESENVOLVIMENTO LOCAL PARTICIPATIVO: A EXPERIÊNCIA DE CUIABÁ DE MINAS, GOUVEIA/MG

André Jordani Rodrigues Freitas

Guilherme Matoso

Ewerthon Veloso Pires

Claudio Silva Ramos

INTRODUÇÃO

O Turismo como atividade de desenvolvimento comunitário ganha a cada dia mais expressão, em função de casos e experiências que proliferam em diversas regiões do mundo e, mais recentemente no interior do Brasil, demonstrando a sua eficácia como estratégia de desenvolvimento territorial, sobretudo em pequenas comunidades, ao fortalecer atividades econômicas tradicionais e ampliar as perspectivas produtivas de tais comunidades associando turismo a outras vocações culturais e econômicas já existentes, com resultados significativos de desenvolvimento endógeno.

Nesse contexto, a abordagem do turismo de base comunitária, calcada em processos participativos e sustentada pelo conjunto de capitais disponíveis nessas localidades (capital natural, cultural, humano e social), matérias primas para a sua turistificação, se enquadra como uma alternativa ao modelo de turismo tradicional. Baseia-se, portanto, no respeito aos desejos e possibilidades das populações, nas suas capacidades e limitações de constituição de oferta turística e na constatação de que existe um mercado ávido por experiências de consumo e usufruto turístico mais humanizadas, sensoriais e experienciais, capaz de, em troca disso, abrir mão de estruturas, instalações e operações muito rebuscadas ou padronizadas.

Percebendo esse “movimento” e reconhecendo o potencial de diversas regiões brasileiras, em 2008, com o objetivo de selecionar projetos de fomento a iniciativas de turismo de base comunitária que promovessem a inserção de comunidades na economia de mercado, dentro dos princípios de economia solidária, o Ministério do Turismo lançou um edital de chamada pública de projetos MTur/nº 001/2008, com o objetivo de apoiar financeiramente tais iniciativas em todo o país.

Diante de tal oportunidade, a comunidade rural da pequena Cuiabá, distrito de Gouveia/MG, próxima a Diamantina, região do Circuito dos Diamantes, foi selecionada por intermédio da sua Associação de Moradores, que em parceria com diversos profissionais da área e instituições locais (Prefeitura de Gouveia, COMTUR, EMATER, Circuito dos Diamantes e a ONG Caminhos da Serra) elaborou e executou o projeto de Implantação do Turismo de Vilarejo nas Comunidades Rurais de Cuiabá e Entorno, tendo sua prestação de contas aprovada no ano de 2012.

O Projeto teve como objetivo geral “implantar os princípios e práticas do Turismo de Vilarejo no distrito de Cuiabá – Gouveia / MG – Circuito dos Diamantes, por meio de ações de qualificação e capacitação comunitária para a economia solidária, gestão comunitária do negócio, atendimento aos turistas e melhoria da qualidade da produção associada ao turismo e da valorização do patrimônio cultural e ambiental desta comunidade para sua inserção de forma competitiva no mercado turístico regional” e, ao todo, foram aplicados R\$149.700,00 com recursos do Convênio, sendo R\$134.730,00 creditados pelo Ministério do Turismo para realização de 90% do Plano de Trabalho aprovado no SICONV, e R\$14.970,00 (10%) de contrapartida da Associação (assumida em serviços pela Prefeitura Municipal de Gouveia no decorrer do Projeto).

A proposta deste artigo, portanto, sustenta-se na análise do desenvolvimento do turismo no distrito de Cuiabá – Gouveia/MG, na perspectiva da experiência de Turismo de Base Comunitária (TBC), bem como seus resultados em termos de desenvolvimento local participativo, no tocante à implantação do conceito de Turismo de Vilarejo da OMT como mecanismo de complementação de renda familiar. Para tanto, recorreu-se a um exercício de interação teórica dos fundamentos conceituais de temas relacionados, como Turismo de Vilarejo, Turismo de Base Comunitária, Participação Comunitária e Desenvolvimento Local. Dessa forma, pretendeu-se promover um diálogo dos conceitos capaz de subsidiar a análise da referida experiência.

TURISMO DE VILAREJO E DESENVOLVIMENTO LOCAL PARTICIPATIVO NA PERSPECTIVA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: INTERAÇÕES CONCEITUAIS

Para a OMT (Organização Mundial do Turismo), o Turismo de Vilarejo envolve a prática de hospedagem de estilo local em vilarejos tradicionais, ou próximo a esses, onde os turistas permaneçam, comam pratos típicos, observem e/ou participem de atividades do local, numa experiência de interação cultural, que se baseia nas atividades decorrentes do ato de receber, hospedar, alimentar e entreter visitantes, como estabelece o conceito de hospitalidade. No Turismo de Vilarejo as instalações são, necessariamente, construídas, administradas e de propriedade da comunidade autóctone que também oferece refeições da culinária típica local e outros serviços turísticos(OMT, 2003).

Para a entidade, nesse tipo de experiência, tanto os moradores do vilarejo quanto os turistas beneficiam-se do turismo e do contato suscitado por esse. Os autóctones pela economia que a atividade gera para a comunidade, quando essa oferece serviços de guias para passeios a áreas próximas, ou organiza apresentações de dança e música para os turistas, ou comercializa diretamente para esses sua produção, por exemplo, e os turistas, por outro lado, aprendem sobre o estilo de vida local, suas tradições, artes, artesanato e atividades econômicas. A OMT esclarece, portanto, que pelo forte componente cultural e interacional que caracteriza o turismo de vilarejo, a qualidade das relações, baseadas na busca pela autenticidade cultural de comunidades tradicionais e a sensação de “volta às raízes” como tronco motivacional dos deslocamentos turísticos, são o conteúdo principal desse tipo de oferta. Assim sendo, reconhece que um turismo de vilarejo de sucesso não exige um grande investimento de capital, porém precisa ser cuidadosamente planejado e gerenciado. A OMT (2003) alerta que os habitantes locais precisarão de orientação para vivenciarem de forma natural, espontânea e acolhedora tal experiência e, ainda de aconselhamento técnico ao iniciarem seus empreendimentos, treinamento para o seu gerenciamento e operação de instalações e serviços e pequenos empréstimos podem ser necessários para início desses novos negócios. Complementa-se a isso, no plano do destino, que um programa de marketing turístico deve ser executado, em conjunto com as autoridades e apoiadores locais. É importante, também, que cada lugar estabeleça e mantenha um nível máximo de desenvolvimento turístico, que tenha por base a análise da capacidade de carga. Assim, problemas ambientais e sociais serão evitados, com a expansão ocorrendo em novos vilarejos na medida do necessário.

Coloca-se, então, a proposta de avaliar da teoria à prática a aplicação do conceito de turismo de vilarejo, nos seus processos de base comunitária, sobretudo no que diz respeito à participação comunitária, o nível de participação efetiva de seus membros nos processos de construção do destino turístico como estratégia de desenvolvimento local, a partir da implantação da atividade turística no distrito de Cuiabá – Gouveia/MG.

De maneira geral, como querem a maioria dos autores, *Turismo de base comunitária* (TBC) é considerado abordagem de organização turística (na perspectiva de uma tecnologia social), que se enquadra como uma alternativa ao modelo de turismo tradicional, normalmente voltado somente para o crescimento econômico, afetando de forma comprometedora os destinos receptores ao excluir do processo turístico a cultura tradicional local. Caracteriza-se pela participação da comunidade no processo de desenvolvimento da atividade turística e, por essa razão, contribui para a valorização da identidade local e preservação do território. Tem como proposta balizar o entendimento de desenvolvimento sustentável, que aplicado ao turismo contribui para a conservação de modos de vida tradicionais e do meio ambiente, além de gerar emprego e renda familiar complementar para as comunidades receptoras (BRASIL, 2009).

Conforme nos apresenta Coriolano (2006) o turismo de base comunitária é voltado para o interesse dos residentes, da valorização e manutenção da identidade local. O objetivo do TBC é criar alternativas de desenvolvimento, planejadas com a participação da comunidade, que gerem emprego e renda enquanto aproveitam de forma sustentável as potencialidades culturais, ambientais e históricas da localidade. Nessa linha de pensamento, por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. Assim sendo, é possível afirmar que a característica distintiva do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2007).

A participação comunitária nos processos de planejamento, gestão e comercialização de um destino turístico, na perspectiva preconizada pelo TBC, é condição norteadora para qualquer proposta de desenvolvimento local sustentável. O desenvolvimento turístico sustentável, assim sendo, tem como princípio fundamental o envolvimento da comunidade, no qual os próprios moradores são os informantes ideais para saberem e decidirem o melhor para o seu próprio desenvolvimento enquanto comunidade, afinal, “entendemos que a participação define-se como o momento em que a comunidade assume a ação, como própria, interferindo no seu planejamento, execução e avaliação” (ARGUMEDO, 1999, p. 192). Essa ação participativa permitirá que os moradores tenham voz ativa perante as necessidades que eles acreditam serem importante para o desenvolvimento do local em estudo.

Ampliando o entendimento acerca do desenvolvimento local, Rodrigues (2002) esclarece que se os caminhos traçados pelas novas diretrizes mundiais sobre desenvolvimento são novos, o processo decisório exige outro direcionamento, demanda a mobilização das lideranças locais em todas as fases do processo, ou seja, na concepção, implantação, gestão e monitoramento dos projetos.

Surge, então, a idéia de “capital social” como um elemento fundamental para o desenvolvimento. O capital social, segundo Kliksberg (1999), é composto pelos seguintes elementos: valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, redes de solidariedade e expectativas de comportamento recíproco. O capital social, imbuído de espírito público, através de relações horizontais de reciprocidade, cooperação, solidariedade e confiança, na busca de relações e oportunidades igualitárias, conforme explicitado por Kliksberg (2003), se apresenta silenciosamente, junto com o capital econômico, como ferramenta essencial para o desenvolvimento local.

Ghon (2003) argumenta que na busca por resultados efetivos para o desenvolvimento local, participar significa dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, que objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações. Bordenave (op. cit., p. 25) conclui, então, que uma sociedade participativa seria “aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa”. O que valida o conceito de turismo de base comunitária que, segundo o Tourism Concern (op. cit.), é aquele de propriedade, posse e administrado totalmente pela comunidade local e, que a envolve e beneficia.

Para Bordenave (op. cit.) a democracia participativa promove níveis mais elevados de participação decisória por parte da população, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem e os que executam e sofrem as consequências das decisões. Assim, de acordo com os níveis e graus de participação, infere-se que a análise do processo participativo não se constitui em uma ação simples, pois o “ato de fazer parte, tomar parte e ter parte” extrapola o nível conceitual e passa a exigir a investigação de seu exercício, ou seja, sair da avaliação teórica para a avaliação da prática.

Em última instância, contudo, reconhece-se que, diante da diversidade de olhares e experiências, as iniciativas no sentido de aprofundar os fundamentos conceituais para o turismo de base comunitária (TBC) e seus reflexos sociais, econômicos e ambientais, especialmente no Brasil, tem, de alguma forma, encontrado eco também nas recentes políticas públicas setoriais de desenvolvimento turístico. Nesse bojo, o Turismo de Vilarajo, conceituado pela OMT, por sua vez, estudado nesse trabalho como mecanismo de desenvolvimento local, à luz da experiência de Cuiabá de Minas, enquadra-se como iniciativa de Turismo de Base Comunitária ao sustentar-se na produção e operação turística comunitariamente compartilhada.

CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA

Pertencente ao Circuito Turístico dos Diamantes, a cidade de Gouveia é porta de entrada na região para a Serra do Espinhaço, declarada pela UNESCO Reserva da Biosfera, tendo além das suas belas paisagens (que podem ser observadas de mirantes naturais na estrada que liga Curvelo a Diamantina), o Morro do Camelinho, 2º lugar no prêmio paisagens mineiras, em concurso realizado pelo Jornal Estado de Minas (ESTADO DE MINAS, 2011). Chamam a atenção ainda as Serras de Santo Antônio e do Salitre, pinturas rupestres e belíssimas cachoeiras, como a do Barão, que fica as margens do antigo Ramal Ferroviário que liga a cidade de Corinto a Diamantina, tendo como base a hospitaleira comunidade de Barão de Guaicuy, que se transformou num local para a prática de cavalgadas, Trekking, cicloturismo dentre outras atividades. Outras cachoeiras também compõem a oferta de atrativos locais como as cachoeiras da Capivara, do Melo, do Imbé, do Barro Preto e as belezas naturais encontradas as margens do Rio Paraúna, com suas águas limpas convidativas para o banho e pesca.

As manifestações culturais tradicionais, por sua vez, estão representadas pelas bandas de música e grupos de serestas; pelo artesanato em cabaças e do bordado casa caiada; pelas danças e folguedos, pelas festas religiosas e profanas e na culinária representada pela iguaria Cobu, quitanda feita à base de fubá e abóbora assado na folha de bananeira que dá nome a mais famosa festa da cidade que acontece sempre em Julho.

A modernidade trouxe a Usina Eólica, primeira da América Latina, instalada em 1984, para gerar energia, seguindo os objetivos de desenvolvimento de tecnologias puras e sustentáveis. Ela está situada na Serra do Camelinho na estrada de acesso a Gouveia em uma das mais belas paisagens de Minas Gerais. O município apresenta uma população 11.681 habitantes (IBGE, 2010), com uma área territorial de 875km². Localiza-se na micro região mineradora de Diamantina, na bacia do médio Rio das Velhas e tem sua economia basicamente constituída pela agropecuária de subsistência com um pequeno excedente de produção. O cultivo do alho já foi atividade predominante, chegando a ter expressão Nacional com a “Festa do Alho”, já extinta. Este cultivo, devida às importações e a falta de incentivo, caiu bastante, ocorrendo atualmente em menor escala, mas com excelente qualidade decorando com suas réstias os tetos de pequenos cômodos de casas localizadas nas comunidades rurais. Há um excedente de produção comercializado na Feira de Gouveia, um atrativo para os visitantes nos sábados pela manhã (IBGE, 2010).

A região na qual se insere é caracterizada por campos rupestres ou de altitude com grande presença de um extrato herbáceo instalado em solos rasos e arenosos, em que predominam as gramíneas, as ciperáceas, as eriocauláceas (conhecidas como sempre-vivas), as xiridáceas e as velosiáceas, sendo as três últimas famílias típicas dos campos rupestres. Em meio delas crescem arbustos esparsos, principalmente da família das compostas, das malpighiáceas e das poligonáceas, que deixam a serra em flor durante todo o ano. Em meio à dominância desta vegetação surge às matas de galeria próximas aos grotões onde correm os cursos d'água, isto sempre entremeado pelos campos cerrados que dominam o relevo mais aplainado dos vales.

A fauna regional caracteriza-se pela presença de inúmeras famílias de artrópodes, aves, peixes e mamíferos de pequeno porte, sendo que algumas espécies estão ameaçadas de extinção em decorrência da devastação da flora local que, em muitos casos, serve de alimento, refúgio e local para procriação de diversos animais. Dentre as principais espécies ameaçadas na região pelo rápido processo de destruição da cobertura vegetal local está o lobo-guará (*Chrysocyonbrachyurus* Illiger, 1815) (BRASIL, 2009)

CARACTERIZAÇÃO DA CUIABÁ DE MINAS E DA EXPERIÊNCIA NO PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Cuiabá, ou Cuiabá de Minas, comunidade rural de Gouveia, está localizada a 9 km do centro da sede do município, por trecho de estrada de terra. Possui uma população de 250 habitantes divididos em cerca de 55 famílias, boa parte destes com idade acima dos 50 anos. Algumas casas da comunidade são construções bastante antigas e marcam a arquitetura vernacular do vilarejo, algumas delas muito bem conservadas pelos seus moradores que a várias gerações se mantêm no local, recebendo sempre amigos e familiares em datas comemorativas da comunidade. O principal evento da comunidade é a Festa da Imaculada Conceição no mês de outubro, onde acontecem novenas, alvoradas, almoços, barraquinhas, sorteios de prêmios, missas, feira e a tradicional quebra do pote.

Outras festas compõem atualmente o calendário de eventos da comunidade como a Festa Junina, a Cavalcada da Lua Cheia que acontece todo o mês, com contação de causos e prosas ao redor da fogueira, no pé da Gameleira que fica bem ao centro da Comunidade. Cuiabá e seu entorno possui uma série de belezas naturais, sendo ponto de partida para os mais diversos tipos de passeios: caminhadas, cicloturismo, cavalgadas. Destaca-se, ainda, pela variedade de produtos da agricultura familiar com produção de doces de frutas, queijos, morango, hortalças e pela sua culinária típica, com destaque para o Cobi e o Molho Pardo, dentre outros. A significativa oferta de atrativos naturais, a produção tradicional e as manifestações culturais vêm sendo alinhadas ao turismo como vetor de incremento para o desenvolvimento comunitário, de forma organizada, desde 2008.

Polarizada por Diamantina, Patrimônio Cultural da Humanidade, terra das Vesperatas e uma cidade também rica em comunidades tradicionais na sua zona rural, em um raio de até 100 km, a região contempla outras experiências de turismo de vilarejo, sobretudo, podemos ressaltar os municípios e localidades no Vale do Jequitinhonha, que passaram pela experiência do Programa Turismo Solidário, parceria do Governo de Minas com o Ministério do Turismo, SEBRAE-MG e a Fundação Banco do Brasil, conferindo a região uma identidade propícia a esse tipo de iniciativa.

O TBC E AS ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO DO TURISMO DE VILAREJO NA COMUNIDADE DE CUIABÁ DE MINAS

Dentro das várias rubricas propostas e aprovadas pelo Plano de Trabalho do Projeto TBC, a primeira a ser concretizada foi à contratação de uma empresa especializada, com competência técnica comprovada, que apresentou o menor preço para coordenação pedagógica das capacitações do Projeto TBC, sendo acordado ainda o apoio desta empresa para formação da equipe de profissionais e instituições que deveriam compor as atividades, dando início às articulações para cumprimento do objeto.

A primeira articulação realizada foi à parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, localizada em Diamantina e que possui o curso de Turismo desde o ano de 2006, a fim de buscar apoio científico e teórico para o desenvolvimento da Pesquisa Comunitária sobre a atividade turística nos distritos de Cuiabá e seu entorno, com o intuito de ter a real percepção acerca do turismo e do Projeto TBC nessas comunidades, utilizando-se para isso da metodologia de aplicação de entrevista para construção de uma pesquisa quantitativa, com o objetivo de diagnosticar a situação local e as bases para o planejamento do desenvolvimento local.

Assim, foi diagnosticada a realidade das comunidades, traçando o perfil das pessoas, compreendendo qual a sua visão a respeito do turismo, seu nível de qualificação, interesse em participar de cursos para aprimorar conhecimentos, bem como identificar a produção associada. Esta pesquisa serviu para mobilizar estas pessoas a participarem do processo de turistificação da localidade, agregando valor e experiências diversas ao produto turístico local. Com a realização do diagnóstico e do Inventário da Oferta Turística local, posteriormente foi concluído o levantamento das informações sobre as produções locais, base para o Projeto TBC, suas formas de comercialização e averificação da real necessidade aprimoramento e agregação de valor a produção associada ao turismo e possíveis fontes de turistificação.

Outro fator identificado no início do trabalho foi à necessidade de se apoiar e qualificar o processo de associativismo e cooperativismo, que se deu com a formação do Grupo Gestor Comunitário, encontrando soluções para melhoria no relacionamento entre alguns moradores, principalmente no que tange a convergência de objetivos, e na gestão compartilhada das questões comunitárias. Dessa forma, a intervenção da empresa e de lideranças locais e de outras instituições na sensibilização das pessoas quanto aos objetivos e oportunidades que o Projeto Turismo de Vilarejo traria para as comunidades foi fundamental, sendo focada para encontrar um ponto de consenso entre os participantes. A partir daí, começou o processo de capacitação e contínua sensibilização por meio de encontros, palestras e cursos, sempre envolvendo o maior número de moradores possível. Dentre as principais ações de capacitação, destacaram-se:

- Oficina de planejamento estratégico participativo do destino;
 - Oficina de associativismo e cooperativismo para formação e fortalecimento contínuo de um Grupo Gestor Comunitário;
 - Curso de qualidade no atendimento ao turista;
 - Curso de desenvolvimento e operação de pousadas domiciliares;
 - Curso de qualificação de condutores e operação de roteiros locais;
 - Oficina de design e criatividade na identificação de matérias primas locais;
 - Oficina de resgate de manifestações culturais (aprovado após solicitação da comunidade);
 - Oficina de planejamento e gestão de calendário de eventos tradicionais de interesse turístico;
 - Curso de culinária e quitandas mineiras (aprovado após solicitação pela comunidade);
 - Curso de artesanato em fibra de bananeira (aprovado após solicitação da comunidade);
 - Palestras nos seguintes temas: Motivação e Trabalho em equipe, Bases Operacionais do Turismo de Vilarejo, Potenciais Ecológicos Regionais e Roteirização, O papel do Circuito dos Diamantes no desenvolvimento do destino;
- Outras rubricas que complementaram as capacitações foram:
- Desenvolvimento de produtos e roteiros locais.

Trabalho executado a partir dos produtos gerados nas etapas anteriores, como INVTUR e a Pesquisa Comunitária, somando-se a todo um processo de mapeamento georeferenciado e avaliação geral da região, o que culminou na formação de 7 roteiros de caminhadas, passeios a cavalo, etc. contemplando os atrativos inventariados e mapeados e a produção associada de cinco comunidades do entorno. Os roteiros foram divulgados no site do destino e reproduzidos de forma ilustrada no folder. São eles:

- Caminhada ao Mirante do Muro de Pedra e Cachoeira do Zé Nunes;
- Caminhada de Cuiabá a Bucaina;
- Caminhada de Cuiabá a Barão de Guaicuí;
- Cuiabá: da Horta para a Cozinha;
- Cavalgada na Trilha Verde da Maria Fumaça;
- Caminhada de Caxambu à Trilha Verde da Maria Fumaça;
- Caminhada de Caxambu a Serra Grande.
- Restauração da imagem da padroeira e do crucifixo da igreja.

Realizada por um renomado restaurador de Diamantina, as duas peças que compunham o patrimônio histórico da comunidade estavam em processo acelerado de deterioração sendo reconstituídas num processo que mesclou intervenção técnica (restauração) e educação patrimonial.

- Criação de identidade visual do destino, peças gráficas e site do destino / Divulgação e promoção do destino por meio de FAMTOUR, FAMPRESS / Criação e realização do I Festival de Culinária Típica, que foi utilizado como evento de lançamento do destino para o mercado.

Com o objetivo de criar instrumentos de divulgação e promoção do destino, foi elaborado ao longo de todo o projeto um processo participativo que desenvolveu a marca turística do Turismo de Vilarajo e a partir desse conceito toda a identidade visual e as peças de marketing da destinação, bem como o site. Os produtos elaborados foram: Convites, cartazes, camisa, avental, pop card, marcador de livro, cartilha, adesivos, flyer, folder, rótulos, banners, calendário de ações, capinhas de cd, plaquinhas das pousadas, tag, papel timbrado, que no seu conjunto apresentaram as mais marcantes atrações do destino. Todo este material pôde ser testado pela comunidade e aprovados pelos turistas em duas oportunidades: na Festa da Padroeira em 2010 e no I Festival de Culinária Típica de Cuiabá 2011, eventos considerados teste para o destino. Outro fator importante para divulgação foi realizado pela prefeitura de Gouveia que forneceu serviços de Assessoria de Imprensa, que teve participação efetiva na fase final do Projeto, resultando na geração de matérias em diversos veículos regionais como blogs, sites, jornais e rádios comunitárias, bem como em destacados veículos de abrangência estadual como o Jornal Estado de Minas, jornal de maior circulação em Minas Gerais, que no dia 03 de maio de 2011, publicou uma matéria sobre festivais gastronômicos no estado, divulgando o evento de Cuiabá. Contudo, com a participação de 15 jornalistas e operadores de Belo Horizonte e Diamantina, no I Festival de Culinária Típica de Cuiabá permitiu que outras matérias fossem publicadas por outros grandes veículos de Belo Horizonte e principalmente de Diamantina. Estes profissionais tiveram a oportunidade de se hospedar nas pousadas domiciliares, vivenciar os roteiros, experimentar a culinária local, conhecendo o destino e a forma como a comunidade foi preparada para o turismo.

- Desenvolvimento, criação e manutenção do site turístico do destino

Com o objetivo de ser um mecanismo comercial, o site começou a ser criado em junho de 2010, quando a coordenação realizou as primeiras reuniões com a empresa contratada. Neste momento foi desenvolvido o conceito do site e as primeiras definições sobre o conteúdo. A medida que informações foram sendo geradas pelo Projeto o site começou a ser estruturado em oficinas participativas e deixado em stand by para ser apresentado em fevereiro de 2011, as vésperas do evento de lançamento, quando a comunidade se sentiu preparada para divulgar as pousadas e os roteiros.

- Confecção e instalação de 26 placas de sinalização informativas e educativas dos atrativos turísticos locais, portal turístico do Turismo de Vilarajo e outras 8 placas de sinalização interpretativa e 5 placas de sinalização rodoviária em pontos estratégicos da malha viária local.

Toda a região pela qual se encontram os roteiros formatados foi sinalizada com dezenas de placas informativas, educativas e interpretativas, de maneira a facilitar e valorizar a experiência turística no destino. Ao todo foram confeccionadas e instaladas 68 placas em 26 pontos georeferenciados de Cuiabá e comunidades de entorno, mais o portal turístico da comunidade, que resultaram em uma rota sinalizada, para uma melhor orientação dos visitantes. Todo esse material foi confeccionado em casqueiros e mourões de eucalipto que foram conseguidos por meio de doações do IEF e de madeiras da região. O trabalho foi coordenado por um turismólogo, baseado no projeto de sinalização elaborado pela empresa que formatou os roteiros do destino, contando a parceria da Prefeitura para instalação. Diante da necessidade não só de sinalizar, mas também informar o visitante, as placas de sinalização interpretativa foram instaladas em pontos de parada dos visitantes para apreciação da paisagem, e indicativa nos pontos principais de acesso da malha viária, tendo respeitado a identidade visual do projeto, contendo a logo dos parceiros.

- Criação e Impressão de 1.000 cartilhas orientadoras sobre a atividade turística na região para comunidade e turistas

Criada em conjunto com o Grupo Gestor, a cartilha retrata um pouco do sentimento da comunidade ao receber visitantes, regras de convivência e comportamento para os turistas, solicitando de forma sutil o respeito deste com os costumes e tradições locais.

- Elaboração e realização do evento de promocional do destino

O evento de serviu para lançamento do destino Cuiabá, sendo desenhado em conjunto com a comunidade de Cuiabá para ser o 1º festival de culinária típica da comunidade. Foram planejados e realizados 3 dias de evento, que contemplou além do festival gastronômico, um concurso de redação para as crianças do vilarejo, roda de viola, causos, feira de produtos locais, teste dos roteiros, inauguração da sinalização turística, das pousadas domiciliares, cavalgada, mostra fotográfica, dentre outras atrações. Estima-se que estiveram presentes cerca de 800 pessoas nos 3 dias do evento. As pousadas domiciliares ficaram cheias, as barraquinhas venderam os pratos típicos do vilarejo, sendo premiados os que obtiveram a maior pontuação, os artesãos puderam apresentar seus produtos, fazendo com que a renda fosse distribuída entre todos os moradores e produtores locais.

- Elaboração de Projeto para criação de Espaço Comunitário

A proposta de elaboração de um projeto arquitetônico foi realizada a partir de uma articulação com a Prefeitura de Gouveia que elaborou o projeto baseado na restauração do antigo posto de saúde da comunidade, adequando-o para fins turísticos e de acordo com os anseios comunitários, de modo a dotar a localidade de um receptivo turístico.

- Mensuração de Resultados

Esta etapa foi realizada por turismólogo que desenvolveu o desenho metodológico da pesquisa para a mensuração e avaliação dos resultados do Projeto, seguindo os referenciais de análise de projetos sociais. Durante 1 mês, foram entrevistadas em profundidade diversas pessoas da comunidade somada a observação participante, gerando assim dados para a avaliação do projeto que posteriormente foram apresentados aos parceiros do Projeto TBC.

- Coordenação e estratégia de participação

Todas as etapas foram coordenadas pela empresa Esfera Consultoria, sediada em Rio Acima/MG, que assumiu compromisso de contribuir com a associação dos moradores em todas as etapas e na prestação de contas para o Ministério do Turismo. Todos os materiais promocionais foram originados em reuniões participativas com a associação e o Grupo Gestor Comunitário criado para discutir e decidir as questões relativas à implementação do projeto e as demandas que surgiriam com a turistificação do lugar. Todos os profissionais envolvidos ficaram hospedados e se alimentaram na comunidade, fomentando o processo de aprendizagem e troca de experiência com os moradores que criaram um rodízio entre eles para receber estes visitantes e, assim, o pagamento pela prestação desses serviços ao longo de todo o projeto.

PRINCIPAIS RESULTADOS E BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE VILAREJO EM CUIABÁ DE MINAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva da OMT o turismo de vilarejo é aquele que compreende a hospedagem de turistas em estilo local, nos vilarejos tradicionais ou próximos a eles, demodo a haver uma interação entre o turista e o cotidiano de determinado local, através daculinária local, da observação e da participação das atividades rotineiras da comunidade. Os moradores devem adaptar e administrar suas residências para esse fim, com o objetivo de oferecer ao turista todo o serviço turístico e de hospedagem que a comunidade tem comopotencial.

A partir de tal perspectiva, pode-se afirmar que o maior benefício alcançado com a execução do projeto foi à efetiva criação de um destino. Numa pequena e pacata comunidade rural, pouco conhecida regionalmente, mas com uma quantidade significativa de atrativos naturais e culturais, o projeto (a partir da rede de parcerias que gerou) conseguiu aplicar e desenvolver o conceito de Turismo de Vilegrejo e, efetivamente, constituir um novo destino no Circuito dos Diamantes, contribuindo sensivelmente para o processo de geração de renda familiar complementar e atuando como agente/fonte de turistificação daquela comunidade. Hoje, tem-se um destino criado com identidade de mercado, site turístico, 7 roteiros formatados e sinalizados, diversas peças promocionais desenvolvidas, 7 condutores locais formados, 8 pousadas domiciliares sinalizadas, qualificadas e operando, sinalização turística e rodoviária, calendário anual de eventos, produção associada qualificada com os rótulos desenvolvidos no padrão da marca do destino,

patrimônio histórico e religioso da comunidade restaurado, lixeiras, matérias veiculadas nos principais veículos regionais, espaço comunitário doado à comunidade e sendo reformado pela Prefeitura para funcionar como loja e ponto de referência turística, inventário turístico, cartilha e material promocional, diagnóstico comunitário e plano turístico preventivo desenvolvidos, num processo claro de planejamento do desenvolvimento turístico participativo.

O que se observa atualmente é a sustentabilidade do processo participativo e da rede de parceiros geradas, a exemplo do Festival de Culinária Típica que já está na sua terceira edição, atraindo fluxo e representando uma estratégia de comercialização da produção local expressiva, sendo realizado pela comunidade, por meio do Grupo Gestor Comunitário e Associação de Moradores, em parceria com a Prefeitura de Gouveia e Circuito dos Diamantes. Contudo, o projeto por si só, durante sua fase de execução, pôde proporcionar vários benefícios socioeconômicos diretos à Cuiabá e as comunidades do entorno. Destacam-se a geração direta de renda e a mobilização da população em relação ao trabalho conjunto, fatores esses percebidos por toda a comunidade consultada e observada. Entre as despesas realizadas na comunidade podemos citar a contratação de uma monitora local para auxílio no trabalho de mobilização da comunidade. Durante o período de 08 meses ela recebeu um valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais), gerando renda direta para sua família. Ao todo, foram realizados entre cursos, oficinas, palestras e encontros, cerca de 30 eventos que totalizaram despesas de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) em lanches adquiridos na própria comunidade, 155 diárias de hospedagem nas pousadas domiciliares, o que gerou para as comunidades, cerca de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) só com a hospedagem dos colaboradores do projeto. Isso sem contar que todas as ações do projeto como cursos, desenvolvimento e produção de material de divulgação, confecção e instalação sinalização turística, por exemplo, foram viabilizadas pelos apoiadores do projeto gratuitamente para a comunidade. Ou seja, só as ações de execução do projeto já trouxeram vários ganhos para a comunidade, principalmente na questão da geração direta de renda, fator que merece destaque, visto que, todas essas ações foram planejadas de forma a beneficiar a comunidade através de seus serviços e produtos. Por outro lado, no tocante ao cumprimento do objetivo geral do projeto, quando o turista chega a Cuiabá, ele é recebido nas pousadas domiciliares, é conduzido pelos roteiros pelos condutores locais formados e experimenta a culinária típica do vilarejo nas pousadas domiciliares (casas dos moradores adaptadas para receber, hospedar e alimentar o turista) e compra os produtos locais, como artesanato, doces, licores, etc., gerando transferência direta de renda para esses empreendedores da comunidade. Nas pousadas domiciliares recebem uma cartilha instruindo tudo sobre os hábitos e costumes da comunidade. Essa cartilha foi elaborada de forma participativa, sob condução da Coordenação Pedagógica, apresentando de forma delicada e convidativa as regras de visitação e as principais orientações aos visitantes sobre o modo de vida local e funcionamento da gestão comunitária.

Dessa forma, é seguro afirmar que, de maneira geral, os princípios e práticas do turismo de vilarejo por meio dos cursos e demais ações do projeto foram passados e absorvidos pela comunidade, culminando na criação de um destino turístico, fruto do planejamento e da aplicação de um conceito. Nesse sentido, acredita-se que a experiência da implantação do turismo de vilarejo em Cuiabá foi válida dentro dos parâmetros do desenvolvimento local. Portanto, há de se intervir sempre para que a experiência não sucumba aos anseios meramente mercadológicos, virando um produto turístico convencional, administrado ou por grandes agências e operadoras ou sem nenhuma administração local, abrindo margens para o turismo massificado e predatório. Tal inversão induziria por completo a descaracterização das práticas de turismo com base local incentivada pelo Ministério do Turismo. O risco existe, mas a comunidade, por meio, principalmente, do seu grupo gestor, se encontra mobilizada e preparada para combater externalidades que deturpem o conceito implantado. Por fim, reforça-se que, o projeto de implantação do turismo de vilarejo cumpriu seu objetivo geral, que é o de implantar os princípios e práticas do turismo de vilarejo. O conceito, como se pode perceber, foi implantado em Cuiabá e comunidades do entorno, servindo de ferramenta de transformação da realidade local, através de suas ações de capacitação, empoderamento, geração de renda e inclusão social, sempre focado na participação comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. Gruber; BURZSTYN, I. Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.
- BENEVIDES, I. P. “Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local”. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é Participação**. (7ª ed.) São Paulo: Editora Brasiliense, 1992 (Coleção Primeiros Passos, nº 95).
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes Políticas – Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.
- _____. Ministério do Turismo. **Relatório de Cumprimento do Objeto, Projeto de implantação do Turismo de Vilarejo no distrito de Cuiabá, AMCC - Gouveia**, 2011
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <><http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=608&z=cd&o=5&i=P> Acesso em: abr. 2013
- _____. Ministério do Turismo. **Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/Nº001/2008**, Projeto de Implantação do Turismo de Vilarejo no distrito de Cuiabá - Gouveia, 2008
- CORIO LANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.
- FDA CONSULTORIA. **Relatório de Avaliação de Projeto Turismo de Vilarejo**. Belo Horizonte, 2011.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Capital Social e Cultura**. Chaves estratégicas do desenvolvimento. Fundo de Cultura Econômica, 1999.
- MALDONADO, Carlos. **O Turismo rural comunitário na América Latina**: gênese, características e políticas. OIT-REDTURS, Quito, 2006.
- OMT. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2003.
- PIRES, E. V. & NUNES, L. H C. **Relatório Técnico de Consultoria Prestada**: programa turismo solidário – MG. Belo Horizonte: COOPERTEC, 2006.
- _____, _____. **Turismo Como Instrumento De Geração De Renda Familiar**: a experiência do turismo solidário em minas gerais. ENTBL 2007. João Pessoa, 2006.
- _____. **Impactos Sócio-Culturais do Turismo**: uma análise conceitual. Disponível em <<http://www.ivt-rj/caderno>> Acesso em 06/10/2006.
- RODRIGUES, A. B. (Org.). 1. ed. **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2002.
- UFVJM e Esfera Consultoria Ltda, **Diagnóstico do Turismo em Comunidades Rurais - Cuiabá e Entorno**, - Diamantina, 2010.
- FONSECA, Bárbara. Jornal Estado de Minas. **Concurso Paisagens Mineiras: Homenagem às montanhas**. Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/11/12/interna_gerais,261651/concurso-paisagens-mineiras-homenagens-as-montanhas.shtml> Acesso em 11/04/2013.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS NO ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE TURISMO URBANO E CRIMINALIDADE

Mariana Rodrigues Pires

INTRODUÇÃO

A integração do turismo a uma abordagem interdisciplinar veio favorecer o questionamento sobre as diversas preposições que sustentam a concepção de que, mais que um fenômeno econômico, este representa uma forma de pensar o espaço físico, social, cultural e político resultante da interação entre o turista e a cidade (espaço urbano), bem como da interação entre o turista e o residente.

Durante anos, o modelo de desenvolvimento turístico predominante não considerou aspectos relacionados à vulnerabilidade do indivíduo a práticas criminosas. Atualmente, procura-se integrar numa visão mais ampla as causas e os impactos que a insegurança e a criminalidade podem provocar nos turistas e residentes, desenvolvendo-se ações de proteção a ambas as partes (ÁGUAS; BRÁS, 2007).

A segurança torna-se, portanto, condição básica para a qualidade na receptividade de um núcleo turístico; deve apresentar-se como uma extensão dos serviços garantidos aos residentes, ou seja, é importante que, primeiro, haja segurança para as populações e depois para os turistas, no sentido que não ocorram danos, interferências e perturbações ao físico e psíquico da pessoa.

As temáticas vinculadas à criminalidade têm sido objetos de estudos, principalmente, das Ciências Sociais. Mesmo cientes de que o turismo não é uma ciência social, e sim um campo de estudo científico que emprega métodos e conceitos da área das Ciências Sociais, a criminalidade tem ocupado pouco espaço nos estudos e reflexões acerca do turismo.

Diante do exposto, este artigo tem por objetivo principal discutir a relação entre a criminalidade e o turismo urbano, tomando como base a revisão da literatura que sugere uma aproximação consiste entre ambos. Buscou-se, portanto, apresentar as perspectivas teóricas no estudo da relação entre crime e turismo urbano, compreender o efeito da criminalidade na demanda turística, bem como analisar (criticamente) os determinantes da criminalidade contra turistas e residentes, e a prática de crimes por turistas.

Para se entender a relação entre crime e turismo urbano é necessário perceber que a leitura desta ultrapassa o mero sentido de oportunidade. Isto significa que os fatores explicativos (causas e consequências) desta relação estão, de uma forma mais profunda, embasados em quadros ideológicos sustentados pela dualidade turista / residente. Assim, várias teorias ajudam a perceber e clarificar esta ligação de forma a permitir criar medidas preventivas e reativas no enfrentamento à criminalidade (BRÁS; RODRIGUES, 2010).

TURISMO E ESPAÇO URBANO

Mesmo considerando o crescimento significativo das práticas de turismo em espaços naturais, direcionam-se às cidades os principais fluxos turísticos receptivos, caracterizando o espaço urbano como intensamente atrativo, em decorrência, de modo geral, da grande diversidade e combinação de recursos e pela centralidade que este representa. “As cidades são espaços privilegiados quanto à concentração de atrações, serviços, simbolismos e produções culturais” (MACHADO; SOARES, 2010, p.4).

A redefinição do espaço urbano aliada às novas estruturas, muitas delas promovidas pela atual reestruturação do capitalismo, faz com que as cidades ganhem novos significados e movimentem significativo fluxo de turistas. O turismo, considerado como uma nova forma de articulação social proveniente do modo de produção capitalista, compõe a cultura urbana, ou seja, aquela típica das cidades. O turismo urbano reflete, portanto, a complexidade existente nas cidades, que decorre da singularidade da oferta dos diversos destinos urbanos e se revela na composição dos produtos.

Como ressalta Sassen (1998), o turismo moderno já não se centra apenas nos atrativos histórico-culturais, mas na cena urbana ou em alguma versão da cena urbana para o turismo. A cena que os turistas consomem é composta por um caleidoscópio de experiências e espaços orientados para o trabalho, consumo, ócio e alguns tipos de entretenimento.

O turismo urbano é um fenômeno extremamente complexo e mutável que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, que em muito ultrapassa a visão redutora da procura e da oferta. Possui, portanto, grande dinamismo espacial: ele transforma, produz, consome ou se apropria de espaços já produzidos anteriormente, reorganizando-os, o que requer uma crescente racionalidade na sua organização pautada sobre o planejamento dotado de ações responsáveis e de objetivos previamente estabelecidos.

A cidade produz, ao mesmo tempo, sedução e repulsa. Por vezes, as cidades produzem imagens atrativas, o que gera significativos fluxos turísticos. No entanto, a imagem de determinadas cidades está associada a sérios problemas sociais, econômicos e políticos, entre os quais se ressaltam a violência e a criminalidade.

De fato, as taxas de criminalidade podem ser superiores em ambientes urbanos, dado que a probabilidade de captura é menor, enquanto que os benefícios do crime são superiores, uma vez que as cidades congregam, em termos geográficos, um maior número de pessoas, bem como de indivíduos com baixa e alta renda. Por outro lado, existem verdadeiras economias de escala dos atos criminais nas cidades, dado que os bens obtidos nos atos ilícitos podem ser mais facilmente vendidos no mercado negro. Ademais, a probabilidade de ser reconhecido, em ambientes cercados como as cidades, é menor em virtude do maior fluxo de indivíduos (MONTOLIO; PLANELL, 2012).

Do ponto de vista espacial, o turismo é um grande consumidor do espaço. Toda a sua complexidade é expressa pelas relações sociais que fluem com grande dinamismo e intensidade. O fenômeno da violência e da criminalidade, ao exercer sua influência sobre atividade, cria um novo prisma de observação científica, partindo do pressuposto que o turismo é uma atividade de muitas reflexões e controvérsias.

SEGURANÇA E CRIMINALIDADE

Pensar no espaço e na cidade, nos dias atuais, remete a imediata associação com a falta de segurança, a violência e a criminalidade. “A cidade, que na origem da humanidade teve a finalidade de proteger, agora se transformou em um lugar inseguro, perigoso, repartido e fragmentado” (GOMES, 2007, p.2).

A segurança pode ser entendida como um estado subjetivo que permite perceber se um determinado espaço está isento de riscos reais e/ou potenciais (MORALES, 2002). Em termos psicológicos, a segurança é considerada como uma variável importante enquanto motivação humana, essencial após a satisfação das necessidades mais vitais, bem como condição necessária para a convivência harmoniosa em sociedade.

O conceito de segurança possui várias derivações de significados, resultado das inúmeras áreas de conhecimento que o estudam. A segurança turística, conceituada por Grunewald (2003) e Águas e Brás (2007), refere-se a aspectos relacionados à proteção da vida, da saúde e da integridade física, psicológica e econômica dos turistas, comunidade local e prestadores de serviços turísticos.

Em parte, o fenômeno da violência e da criminalidade ocorre por causa das restrições legais impostas pelas autoridades de direito. Do ponto de vista lógico-jurídico, a criminalidade é entendida como o desvio de comportamento em relação às normas e aos costumes sociais vigentes, de modo que o Estado adota medidas punitivas, segundo o grau de reprovação e lesão ao tecido social.

A criminalidade, antes de ser um ato penal, é um fenômeno social, fato próprio da existência humana. O fato social é distinto do livre arbítrio e é consequência das forças coercitivas da coletividade. É mensurável e difere da vontade humana individual, a qual encontra as estruturas sociais prontas. Não é decisão de o homem incorporar ou participar destas formas de convívio: elas existem independentes da vontade de cada um e obrigatoriamente os indivíduos são integrados a elas (GOMES, 2007).

Numa guerra aberta pelo controle de um território, indivíduos armados e organizações criminosas prevalecem sobre as organizações de segurança pública. As polícias parecem incapazes de evitar a incidência crescente da violência, principalmente, nos grandes centros urbanos. A violência não desaparecerá tão cedo, pela existência de jovens sustentando o poder e a força (MCNEIL, 2002), que enxergam no crime, no uso de armas, no ganho fácil e totalmente desvinculado do trabalho ou esforço próprio, uma forma de viver “bem” (GOMES, 2007).

A ausência de segurança e a criminalidade têm ampliado o medo social, ou seja, o medo construído socialmente e que afeta a coletividade, que se agrava pela banalidade do crime e, principalmente, pela ineficiência e impunidade no papel da polícia e do Estado frente à violência. O medo social, a precaução e autoprivação do direito de ir e vir influenciam na decisão de viajar, bem como na escolha de um destino turístico, uma vez que os indivíduos passam a selecionar criteriosamente os lugares a ir e visitar nos períodos de lazer.

Diversas são as abordagens teóricas sobre as causas da criminalidade que perpassam diversas áreas do conhecimento: Ciências Sociais, Antropologia, Economia, Geografia, Psicologia, Biologia, dentre outras. Cano e Soares (2002, p.3) englobam as diversas abordagens sobre as causas do crime em cinco grupos:

a) teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; b) teorias centradas no *homo economicus*, isto é, no crime como uma atividade racional de maximização do lucro; c) teoria que consideram o crime como um subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; d) teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna; e e) correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades.

Ademais, alguns estudos consideram que para os crimes contra a pessoa aspectos como a personalidade do indivíduo (consumo de drogas, por exemplo) devem ser considerados, bem como, para os casos de crimes contra o patrimônio, os aspectos determinantes se relacionam mais com a atividade econômica, como as diferenças de renda ou a situação econômica do indivíduo.

Como ressaltam Cerqueira e Lobão (2004), do ponto de vista da intervenção pública para a manutenção da segurança, importa, antes de tudo, reconhecer se em uma determinada região há uma regularidade estatística entre aqueles fatores criminogênicos, sejam concretos ou abstratos e se o Estado possui instrumentos suficientes para intervir nesta regularidade, direta ou indiretamente, com a participação da sociedade, de modo que possibilitariam a centralização das atenções e dos escassos recursos públicos em algumas poucas variáveis, que podem não explicar uma verdade universal, mas interferem decisivamente (ou seja, com maior probabilidade) na dinâmica criminal daquela região onde se quer intervir.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS NO ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE CRIMINALIDADE E TURISMO URBANO

O turismo urbano estabelece uma relação de interação entre diferentes partes: turista, local, residente e prestadores de serviços turísticos. Contudo, o desenvolvimento da atividade tem conduzido, na generalidade dos destinos, a um aumento significativo da criminalidade traduzida na maior oportunidade de crimes, sobretudo econômicos (roubos, furtos, fraudes, etc.), mas ainda crimes contra a pessoa (homicídio, latrocínio, violência sexual, etc.) (GLENSOR; PEAK, 2004).

Para Tarlow e Muehsam (1996) dois tipos de crime afetam diretamente os turistas: os crimes planejados (terrorismo, por exemplo) e os crimes de oportunidade, com utilização ou não de recursos à violência, contra uma vítima desconhecida, um alvo fácil, em que o agressor tem alguma forma de gratificação econômica, psicológica ou sexual.

Diversos trabalhos encontram uma correlação positiva e fortemente significativa entre o turismo e os crimes contra a propriedade (furtos e roubos) (ALBUQUERQUE; MCELROY, 1999; SANTOS; SILVA, 2007; SOARES JÚNIOR, 2006; BRAGGIO, 2007; MONTOLIO; PLANELLIS, 2010; BEM; GUARDIÃ; SARMENTO, 2010).

Glensor e Peak (2004) ressaltam que os crimes mais reportados a nível internacional são: prostituição; roubos de carteiras, bolsas e malas; roubos de veículos; fraude; crime organizado e atividade de gangues (extorsão); jogo ilícito; logras com meios de hospedagem e aluguel de casas; roubos em restaurantes e demais estabelecimentos; crimes em transportes públicos e terrorismo.

No tocante as relações entre turismo urbano e criminalidade, dois pontos de vista são aceitos: o primeiro estabelece uma relação entre o aumento do número de crimes e o aumento da demanda turística em determinadas épocas do ano, o que envolve três fatores primordiais:

- 1) A organização da atividade turística que acarretaria em um nível de desenvolvimento com mais chances de emprego formal, assim como maiores salários que em um setor tradicional, o que pode levar a uma maior oportunidade de se cometer atos ilícitos contra os residentes.
- 2) O criminoso vê no turista um alvo fácil, em maior número, com mais dinheiro e concentrados em uma área específica, ou seja, uma garantia de sucesso.
- 3) Há casos nos quais o turista assume comportamentos de risco, como frequentar clubes noturnos e bares tarde da noite, ir a locais afastados e desconhecidos e o consumo de bebidas alcoólicas e de drogas (GOLLO, 2004; BRÁS; RODRIGUES, 2010). Urbanowicz (1977) analisa que os destinos turísticos com altos índices de prostituição e tráfico de drogas são mais propensos a apresentar maiores taxas de criminalidade, especialmente, de crimes contra as pessoas, enquanto que O'Donnell e Lydgate (1980) observam o aumento nas taxas de criminalidade tanto para crimes contra a pessoa como crimes contra o patrimônio.

O segundo ponto de vista, no âmbito das relações entre turismo urbano e crime, considera que o aumento da criminalidade é responsável pela diminuição da demanda em determinado destino turístico, uma vez que as taxas de delinquência são aspectos tão importantes na decisão de se viajar quanto o tipo de alojamento e transporte a ser utilizado ou o tempo de estada no destino escolhido.

Neste sentido, o crime se constitui em uma das preocupações centrais no tocante à segurança nos destinos turísticos, não exclusivamente ao crime que é cometido contra turista, mas, de uma forma mais ampla, ao crime em geral, uma vez que este pode afetar o processo de tomada de decisão e influenciar a procura turística.

Alguns autores consideram também que o aumento da criminalidade em determinados destinos pode estar diretamente vinculado à tipologia do turista. Assim, o turismo de massa e o turismo de sol e praia teriam um impacto positivo sobre as taxas de criminalidade (RIERA; NADAL; PARRILLA, 2006; BRÁS, RODRIGUES, 2010; MONTOLIO; PLANNELS, 2012). Brás e Rodrigues (2010) pontuam seis fatores para a vitimização de turistas:

- 1) O turista ser alvo preferencial pelo fato de, em geral, se fazer acompanhar de mais dinheiro ou outro tipo de valores e transportá-los visivelmente em público e de forma descontraída;
- 2) O turista encontra-se mais vulnerável num espaço físico e social que não é o seu, com atitudes que o denunciam enquanto turista;
- 3) A probabilidade de um turista reportar um crime na política local é reduzida;
- 4) O turista, em geral, ignora as precauções normais de segurança;
- 5) O turista tem dificuldade em identificar os assaltantes ou agressores e;
- 6) O turista raramente regressa para testemunhar em caso de julgamento.

Várias teorias de caráter psicossociológico têm sido adaptadas ao estudo da vitimização de turistas. Brás e Rodrigues (2010) enfocam três teorias que têm particular destaque no estudo do crime em locais turísticos, a saber: Teoria da Desorganização Social; Teoria *Hot Spot* e Teoria da Atividade de Rotina.

A Teoria da Desorganização Social trata de uma abordagem sistêmica, cujo enfoque encontra-se nas comunidades locais, sendo estas entendidas como um complexo sistema de redes de associações formais e informais. A criminalidade emergiria como consequência de efeitos indesejáveis na organização dessas relações sociais comunitárias e de vizinhanças (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

O turismo de massa trouxe a muitos destinos turísticos alterações sociais, culturais e econômicas que potenciaram o crescimento da criminalidade. Desta forma, o turista de massa é alvo mais propenso à criminalidade e são mais vítimas de crimes contra o patrimônio. O número de vítimas é diretamente influenciado pela densidade turística em épocas específicas do ano (sazonalidade) (ALBUQUERQUE; MCELROY, 1999). Ademais, uma comunidade que se encontra socialmente organizada devido ao crescimento urbano desordenado apresentará menor capacidade de controle social, o que influencia os níveis de criminalidade (BRÁS; RODRIGUES, 2010).

A Teoria *Hot Spot*, uma das teorias mais adotadas nos estudos da relação entre criminalidade e turismo urbano, postula que há locais nos quais se concentram os atrativos e as atividades turísticas, que são particularmente propensos a casos de crimes contra turistas. Estes locais atraem um grande número de pessoas, bem como de criminosos, havendo maior exposição ao risco, uma vez que a força policial é insuficiente para manter a segurança. Está relacionada, neste sentido, à sazonalidade da atividade turística, dado que a grande concentração de turistas em uma determinada época do ano, em um espaço delimitado, afeta positivamente as altas taxas de criminalidade.

Por último, tem-se a Teoria da Atividade de Rotina que se baseia na ideia de que a quebra da rotina do indivíduo influencia o seu grau de exposição ao crime, nomeadamente, por meio da diminuição do seu estado de vigilância e do aumento do sentimento de segurança. É fato, como ressaltam Brás e Rodrigues (2010, p.60), que o turista quer descansar e aproveitar o tempo de lazer, nesse sentido, “a segurança torna-se um assunto secundário, em grande parte provocada pelo sentimento de que as férias estão associadas à tranquilidade e à descontinuidade dos acontecimentos negativos do quotidiano”. Sustenta a hipótese de que o aumento de turistas numa área torna-os vítimas potenciais, uma vez que a segurança pública é reduzida e ineficaz.

De fato, o crime tornou-se uma realidade cotidiana, principalmente, nas grandes cidades e metrópoles, e tentar estudá-lo é um grande desafio justamente pelas numerosas variáveis que envolvem a sua origem e a sua prática. Portanto, criminalidade e turismo urbano manifestam-se como fenômenos altamente correlacionados com a dimensão socioespacial.

O EFEITO DA CRIMINALIDADE NA DEMANDA TURÍSTICA

Os altos índices de violência e instabilidade influenciam diretamente na escolha de um destino turístico, levando os turistas a evitar a procura de lugares considerados inseguros. Maiores taxas de criminalidade induzem os turistas a eleger destinos alternativos.

Crimes contra turistas, seja contra a pessoa ou contra o patrimônio, são uma realidade em qualquer país receptor. A diferença reside no tipo e no motivo do crime, na frequência com que os crimes contra turistas ocorrem e no grau de severidade dos casos, que podem influenciar diretamente a demanda turística ou, de uma forma mais drástica, no desejo de o turista viajar novamente.

Nestes casos, os efeitos sobre a demanda turística, como assinalam Pizam (1999) e Brás e Rodrigues (2010), podem se traduzir ainda sobre a intensidade do efeito (sem efeito, ligeira diminuição, diminuição significativa, drástica, extinção), a expansão geográfica afetada (local, regional, nacional ou um conjunto de países) e a duração dos efeitos do crime sobre a demanda turística (pequena, média, longa e indefinida).

Em média, parte dos turistas vítimas de crimes, nomeadamente, roubos e furtos, manifestam interesse em regressar ao destino apesar da experiência negativa (BEM; GUARDIÃ; SARMENTO, 2010; BRÁS; RODRIGUES, 2010; ÁGUAS; BRÁS, 2007). De fato, a percepção da segurança deve ser vista de uma forma particular, por ser subjetivamente entendida, ou seja, varia segundo características de cada indivíduo e com a situação. Nem todos sentem a falta ou a excessiva segurança da mesma forma. O sentimento de (in)segurança é influenciado por crenças, atitudes e experiências que não necessariamente podem ter relação com o delito.

Diversos fatores podem influenciar a procura turística por um destino, sobretudo para turistas que já vivenciaram algum tipo de violência na localidade. Brás e Rodrigues (2010) relatam quatro determinantes: a questão temporal, o tipo de crime (pessoal ou material), o grau de severidade do crime e a experiência anterior. Todos estes fatores influenciam na percepção de (in)segurança pessoal, o que vai depender ainda da personalidade, do medo social e da história de vida do indivíduo.

Estudos apontam que em casos concretos de crimes a imagem do destino não fica particularmente afetada desde que não ocorra contato direto entre criminoso e turista, mantendo-se a intenção de regressar. Para este fato concorre, principalmente, a forma como as autoridades locais lidam com o acontecimento, nomeadamente a resposta, positiva ou negativa, ao incidente e às solicitações de apoio (ÁGUAS; BRÁS, 2007).

Uma das principais formas de conhecimento da prática criminosa contra turistas, bem como contra residentes, em regiões turísticas, reside na cobertura, mais ou menos intensiva, da mídia. De fato, a mídia tem papel importante na disseminação da informação à escala mundial, principalmente, nos casos de violência extrema (homicídios, latrocínios, atos terroristas, estupro, etc.) (TORRENTE, 2001; BRÁS; RODRIGUES, 2010; RODRIGUES, P., 2010).

Os órgãos de comunicação funcionam como “estações de amplificação do acontecimento” (RODRIGUES, 2010, p. 154). Machado (2004) salienta a predominância da dramatização, novidade e atipicidade nos episódios noticiados, explicando a partir daí a ênfase da mídia nos casos de crimes violentos, principalmente, contra turistas estrangeiros. “Em um campo social marcado por múltiplas vozes, interesses e inúmeros conflitos, despontam emoções e sentimentos experimentados por aqueles que foram alvo da violência urbana e sobre as quais a mídia irá operar, ordenar e comunicar” (SIQUEIRA, 2012, p.459).

TURISMO E VULNERABILIDADE: DETERMINANTES DA CRIMINALIDADE CONTRA TURISTAS E RESIDENTES

Os fatores elencados nos itens anteriores expressam a relação entre crime e turismo urbano sob a perspectiva da demanda, ou seja, os turistas são alvo de criminosos em virtude de seu poder aquisitivo, de modo que a criminalidade nos destinos turísticos torna-se um produto da concentração ou acumulação de capital. Como ressalta Korstanje (2012) o delinquente local parece ver nos turistas alvos fáceis não apenas por sua visibilidade, mas também por seu desconhecimento da localidade. No entanto, tais fatores representam meras descrições que não explicam o fenômeno, nem tampouco as forças sociais que nele interferem.

Estas proposições são orientadas a considerar o turismo como um produto que deve ser protegido, no qual o crime não é uma consequência de uma causa precedente, mas um problema da própria organização da atividade.

De fato, o conceito de segurança no turismo estigmatizou certos lugares, certos delitos e certas vítimas. Assim, em geral, os países em desenvolvimento são considerados mais perigosos que os países desenvolvidos, enquanto destinos turísticos. Isto acontece na medida em que se associa à desordem ambiental e à qualidade de vida com a criminalidade, o que leva a percepção de que o local é inseguro e que a delinquência está restrita aos bairros pobres, uma vez que estes se apresentam como ambientes que facilitam a incidência de situações criminosas. Deste modo, criou-se um estereótipo de criminoso que se identifica com os residentes dos países pobres, onde o turista é a vítima e o nativo, o delinquente (CORTÉS, 2001).

Observa-se, portanto, que, dentre os determinantes do aumento da criminalidade contra turistas, o motivo social se reveste de importância significativa em destinos turísticos cuja disparidade social (ricos / pobres) é demasiada visível. Os criminosos agem na convicção do que consideram ser uma injustiça social.

Como salienta Korstanje (2012), há ocasiões nas quais a relação entre turista e residente é cordial, principalmente, por causa da dependência econômica destes com relação aqueles; em outras, existem sérios conflitos ou problemas entre ambos. Segundo o autor, a literatura especializada foca-se em três aspectos principais que permeiam a relação entre turistas e residentes: o nível de desenvolvimento da comunidade, o vínculo entre anfitriões e visitantes e os impactos socioculturais. Quando a resistência de um setor ou de uma comunidade em receber turistas é evidente, a probabilidade de sofrerem algum ataque se torna comum.

Quando maior a dependência econômica de uma comunidade com o turismo internacional maiores são os efeitos não desejados e a agressividade do residente frente ao turista. Aqueles países com um passado e uma conjuntura histórica de dependência colonial com relação às metrópoles europeias têm maiores problemas para mitigar os efeitos não desejados do turismo em comparação com as nações que não tiveram esta subordinação econômica, política e social (KORSTANJE, 2012).

Por regra, o aumento da criminalidade nos destinos turísticos está, de forma mais profunda, ligado a fatores como elevados níveis de desemprego, falta de qualificação profissional e de oportunidades no mercado de trabalho, os baixos salários e o alto índice de informalidade no setor turístico, a desapropriação territorial e frustração moral ao que se junta à necessidade de manter um *status* que se materializa pela posse de bens.

Fatores como o tráfico e o consumo de drogas por residentes e turistas, a falta de efetivo policial, bem como a ausência (ou ineficiência) do planejamento em segurança pública, também podem ser ressaltados enquanto determinantes primordiais do aumento da criminalidade. Ademais, aspectos como o baixo índice de apreensões, de casos esclarecidos, a morosidade da justiça e a desconfiança na polícia e no sistema penal influem positivamente na sensação de impunidade e no benefício, na visão de criminosos, em se cometer atos ilícitos.

A violência no turismo é, em sua maioria, uma questão de má gestão pública e social. Questões de cunho político, como o terrorismo e as guerras civis, afetam diretamente o turismo, trazendo medo à população e aos turistas, bem como questões como a ausência (ou ineficiência) do planejamento em segurança pública e no enfrentamento à violência urbana. Questões sociais, como a melhoria das condições de vida da população e investimentos (efetivos) em educação, saúde, moradia, assistência social, renda, trabalho, dentre outros, estão diretamente relacionadas com as inter-relações de, principalmente, jovens com a criminalidade.

O “TURISTA DESVIANTE”

A criminalidade em uma dada localidade pode também estar vinculada ao fato de os turistas incorrerem em práticas criminosas, à semelhança (ou não) daquilo que fazem no seu local de residência. Ryan e Kinder (1996) abordam a relação entre o turismo e a prática do crime, dando enfoque especial ao turista que incorre em comportamentos criminosos, nomeadamente, quando recorre à compra de sexo (turismo sexual), ao consumo de substâncias ilegais ou quando provocam distúrbios.

Pereira (2008) ressalta a lado nefasto do turismo sexual que tem como propósito específico envolver, principalmente, a exploração sexual de crianças e adolescentes por serem, particularmente, mais vulneráveis. O que a terminologia turismo sexual abarca, segundo o autor, é a satisfação ilícita da volúpia do agente, sendo que, esta sim, por afrontar a ordem jurídica, merecerá a aplicação do direito penal para coibi-lo.

É recorrente a veiculação nos meios de comunicação de casos de exploração de crianças e adolescentes pela prática do turismo sexual que envolve uma rede organizada de aliciamento que inclui agências de turismo, nacionais e internacionais, meios de hospedagem, taxistas, comércio de pornografia e tráfico de menores para países estrangeiros.

A maior parte dos turistas em busca do turismo sexual infanto-juvenil é formada por estrangeiros, embora, nos últimos anos, venha aumentando o número de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes envolvendo turistas brasileiros. Dias (2008, p.137), ao abordar as transformações dos valores e condutas morais como impacto social do turismo sobre a comunidade local, ressalta que:

[...] a prostituição e o turismo sexual podem ser encorajados pelos turistas, com o envolvimento de menores de idade. Muitos jovens, e inclusive crianças, são atraídos para a comercialização de seus corpos, em troca de roupas e objetos de desejo, em função do efeito demonstração causado pelo alto consumo e padrão de vida dos visitantes. Muitas destinações turísticas tem-se tornado centro desse comércio ilegal, com convivência de motoristas de táxi, funcionários de hotéis, operadores turísticos que organizam pacotes de turismo sexual.

Cita-se ainda a compra e o consumo de substâncias ilícitas (entorpecentes) por turistas. Santos e Paiva (2007) demonstram que muitos turistas costumam comporta-se de forma diferente da habitual quando estão viajando, longe das restrições e imposições cotidianas. Os autores consideram esta atitude como “inversão comportamental”, fenômeno capaz de afastar as inibições e favorecer o consumo de drogas ilícitas.

De fato, não se pode negar que o consumo de drogas por parte de alguns turistas (nacionais e estrangeiros), associado à ineficiência ou capacidade reduzida do poder público local em controlar o tráfico de drogas, influencia o crescimento dessa atividade nas comunidades. É importante que se reflita sobre a possibilidade de “sedução/tentação” dos habitantes locais para o uso de drogas e o “destino” como traficante. Seduzidos pelo ganho fácil, estes residentes podem vir a se transformar em fornecedores de drogas, tendo em vista que são com guias, taxistas, funcionários de hotéis, pousadas, boates e restaurantes que os turistas tentam comprar essas substâncias, sobretudo, quando estão viajando fora do próprio país (SANTOS; PAIVA, 2007).

Ademais, as maiores taxas de criminalidade estão associadas a ambientes relacionados ao consumo de álcool e drogas, de modo que a promoção turística que um destino turístico realiza pode determinar, em grande parte, as maiores taxas de criminalidade induzidas pelo turismo (MONTOLIO; PLANELLIS, 2012).

O turista também incorre em comportamentos desviantes quando incita distúrbios e brigas ou quando pratica o jogo ilegal (bingos, por exemplo). De fato, estes “turistas desviantes” têm comportamentos diferentes daqueles que teriam na sua vida cotidiana ou no local de residência. Os comportamentos são apenas reflexos de sua condição de turista, como ressaltam Brás e Rodrigues (2010), para os quais se observam claramente um propósito: a busca voluntária por experiências diversas.

Entretanto, com bem salienta Cortés (2001) há que se ampliar o conceito de crime no turismo para que não englobe apenas os delitos convencionais, como o roubo, que são aqueles comumente associados aos estratos mais baixos das comunidades receptoras, mas também aqueles que os turistas cometem, seguindo a definição de que a segurança turística não deve se restringir apenas à segurança dos visitantes, mas também dos residentes.

As políticas de segurança são desenhadas para proteger os turistas, esquecendo por completo dos residentes. *“No se habla de las faltas que cometen los turistas al lugar que llegan y que estas van en aumento y que en muchas ocasiones son de mayor daño social, lo que pasa es que no se asocian estos actos con delitos sino con “conductas desviadas”* (CORTES, 2001, p. 6).

Como se afirmou, os delitos cometidos por turistas não são comumente associados a condutas criminosas em geral, nem com a atividade turística em particular, mas como “condutas desviadas”, para as quais, na maioria dos casos, não há sequer uma tipificação penal clara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fator segurança é determinante na escolha de um destino, haja vista que o turista busca localidades que preservam a harmonia e a tranquilidade. Consciente ou inconscientemente, o visitante busca elementos que reflitam maior segurança a sua viagem e estada, o que ressalta a importância do planejamento e da gestão da segurança pública no destino turístico.

A atividade turística tem sido frequentemente associada à possibilidade de se desenvolver social e economicamente uma dada região, apesar de suas consequências adversas, como o aumento dos índices de criminalidade. Isto se deve, em parte, a visão equivocada dos benefícios econômicos e sociais advindos com a atividade, à crise no próprio conceito de desenvolvimento e à adoção de modelos inadequados de desenvolvimento turístico.

As implicações deste estudo, em matéria de política social e econômica, são que aqueles destinos turísticos com maiores níveis de turismo apresentam maiores taxas de criminalidade contra turistas, residentes e prestadores de serviços turísticos. Dado que a (in)segurança afeta diretamente a decisão dos turistas de viajarem a determinada localidade, é importante que se invista no planejamento (eficaz) em segurança pública e no enfrentamento da criminalidade e violência urbana, e não apenas em ações isoladas, desconexas e/ou paliativas de repreensão aos atos ilícitos. O enfrentamento à criminalidade envolve a atuação em diversas áreas como saúde, educação, moradia, lazer, respeito à diversidade, assistência social, trabalho, renda, dentre outros.

É importante que se analise a segurança como uma construção social e não a entender apenas como um meio de proteger o turista, mas como um mecanismo de controle social que envolve aspectos econômicos e políticos. No enfrentamento à violência e à criminalidade não se deve apenas investir em políticas de repreensão, incrementando as penas e o efetivo policial, mas entender a segurança como “segurança social”, que envolve o direito a uma vida digna, com saúde, educação, alimento, moradia e liberdade de ir e vir (CORTÉS, 2001).

REFERÊNCIAS

- ÁGUAS, P.; BRÁS, M. Percepção de segurança pública dos turistas estrangeiros no Algarve. **Rev. Encontros Científicos**. nº 3, 2007. p. 97-108.
- ALBUQUERQUE, K.; MCELROY, J.; *Tourism and crime in the Caribbean*. **Annals of Tourism Research**. v. 26, nº 4, 1999. p.968-984.
- BEM, K. C. F.; GUARDIÃ, M. S. A.; SARMENTO, K. M. S. L. A percepção do turista quanto à violência na cidade de Natal. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, vol.10, nº 1, 2010. p.15-23.
- BRAGGIO, L. A. Turismo e Segurança Pública. Balneário de Camboriú: Universidade Vale do Itajaí, 2007.
- BRÁS, M.; RODRIGUES, V. Turismo e Crime: efeitos da criminalidade na procura turística. **Rev. Encontros Científicos**. Faro, nº 6, 2010. p. 59-68.
- CANO, I.; SOARES, G. D. As teorias sobre as causas da criminalidade. IPEA: Rio de Janeiro. [Manuscrito]. 2002.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 47, nº 2, 2004. p.233-269.
- CORTÉS, M. L. *Seguridad y Turismo: una perspectiva crítica*. México: Universidad de Quintana Roo- Unidad Cozumel, 2001.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.
- FONT, A. R; NADAL, J. R.; PARRILA, J. C. *Una visión de los determinantes de la estacionalidad a través de las características de los establecimientos hoteleros*. **Cuadernos de Economía: Spanish Journal of Economics and Finance**. vol. 29, nº 79, 2006. P.43-58.
- GLENSOR, R.; PEAK, K. *Crimes against tourists. USA: Department of Justice*, 2004.
- GOLLO, G. G. **Segurança e Turismo: percepções quanto ao aspecto “segurança” de um destino turístico, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo**. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2004.
- GOMES, C. A. C. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. **Rev. Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano VII, nº 11, jan. 2005. p. 57-68.
- GRUNEWALD, L. A. Seguridad Turística. **Rev. On line Marketing e Turismo**. nº 1, 2003.

- KORSTANJE, M. E. *Discutiendo la seguridad turística: nuevos tiempos, nuevos enfoques*. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.12, n.2, ago. 2012. p.167-184.
- MACHADO, C. **Crime e insegurança. Discursos do medo Imagens do outro**. Lisboa: Editorial Notícias. 2004.
- MACHADO, M. B. T.; SOARES, C. A. L. **O medo e a violência como fatores limitantes para o desenvolvimento do turismo em espaço urbano: um estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro**. In Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Anais ... São Paulo, UCAM, 2010.
- MCNEIL, W. H. **As gangues são uma antiga herança da civilização**. In OLIVEIRA, N. (org.). Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 11-31.
- MONTOLIO, D.; PLANELLS, S. *¿Estimula el turismo la actividad criminal? Evidencia para las provincias españolas*. In *Congreso Español de Criminología*, IX, 2012, Girona, Anais... Girona, 2012.
- MORALES, S. *Análisis del concepto de seguridad turística*. Argentina: Departamento de Seguridad Turística / Subsecretaria de Turismo y Deporte de la Nación, 2002.
- O' DONNELL, C. R. LYDGATE, T.; *The relationship to crimes of physical resources. Environment and Behavior*, vol. 12, nº 2, jun. 1999. p. 207-230.
- PEREIRA, L. D. V. **O turista delinquente: considerações jurídico-penais sobre o turismo sexual**. In BADARÓ, R. A. L. Estudos de direito comparado europeu e latino-americano. Águas de São Pedro: IBCDTUR, 2008.
- PIZAM, A. *A comprehensive approach to classifying acts of crime and violence at tourism destinations*. **Journal of Travel Research**. vol. 38, nº 5, 1999. p. 5-12.
- RODRIGUES, P. Criminalidade na imprensa: análise do Correio da Manhã, 2000-2007. **Sociologia, Problemas e Práticas**. nº 64, 2010. P.149-172.
- RYAN, C.; KINDER, R. *The deviant tourist and criminogenic place: the case of tourist and the New Zeland prostitute*. In PIZAM, A.; MASFELD, Y (eds). *Tourism, Crime and International Security Issues*. Inglaterra: Wiley, 1996.
- SANTOS, V. R.; SILVA, J. T. M. **A influência da violência e criminalidade na demanda turística na cidade do Rio de Janeiro**. In Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, IV, 2006, Caxias do Sul. Anais ... Caxias do Sul, 2006.
- SANTOS, A. O.; PAIVA, V. Vulnerabilidade ao HIV: turismo e uso de álcool e outras drogas. **Rev. Saúde Pública**. v. 41, supl.2, 2007. p.80-86.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1998.
- SIQUEIRA, E. D. Um Rio de emoções: turismo, violência e cotidiano nas representações midiáticas do Carnaval Carioca. **Rev. Rosa dos Ventos**. ano IV, nº 4, out. – dez. 2012. p. 458-468.
- SOARES JÚNIOR, N. A. S. **Turismo urbano e criminalidade em Curitiba: um estudo de caso no século XXI**, 2006.
- TARLOW, P.; MUEHSAM, M. *Theoretical aspects of crime as they impact the tourism industry*. In PIZAM, A.; MASFELD, Y (eds). *Tourism, Crime and International Security Issues*. Inglaterra: Wiley, 1996.
- TORRENTE, D. *Desviación y delito*. Madri: Alianza, 2001.
- URBANOWICZ, C. F. *Integration tourism with other industries in Tonga*. In FARRELL, B.H. *The Social and Economic Impact of Tourism on Pacific Communities*, 1977. p. 88-94.

PAISAGENS TURÍSTICAS, PAISAGENS VISITADAS NA PERSPECTIVA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Nilda Aparecida Pascoal Rezende

Jean Carlos Vieira Santos

Edevaldo Aparecido Souza

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo central suscitar uma discussão acerca da atividade científica realizada em outubro do ano de 2012 (Foto 01), em paisagens urbanas e rurais de municípios do entorno do Parque Nacional das Emas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abordando o conhecimento a partir da realidade observada, analisada e contextualizada no tempo e espaço. Sabe-se que o trabalho de campo é um momento importante de inserção do pesquisador nos “conjuntos de lugares” e regiões de pesquisa. Esse é considerado como o trabalho empírico relevante, pois viabiliza o diálogo do investigador, no campo, com a espacialidade real.

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, visto que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esses procedimentos exigirão dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar e agir e reagir do outro (SANTOS, 1999, p.117).

Colocando em jogo não “somente a produção de conhecimento no sentido clássico do termo”, mas também a “relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, observador e observado (SANTOS, 1999, p.121)”, que é troca de conhecimento acerca do ensino de Geografia e lugares de interesses diversos.

A literatura citada destaca ainda que, a partir da memória e do gênero de vida das populações pesquisadas, pode-se extrair e lapidar os elementos que permitam compreender com profundidade os sentimentos e as experiências que tornaram possível a vida das pessoas no lugar, se adaptando e apropriando dos elementos físicos da paisagem. Esse procedimento permite professores e acadêmicos analisarem as transformações do espaço, paisagens, territórios e a conservação ou destruição desses elementos naturais nos lugares.



Foto 01: Acadêmicos do Curso de Geografia e Professores da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Quirinópolis) na cidade de Costa Rica – MS. Vieira Santos, J. C. 2012.

O trabalho de campo é o procedimento que possibilita aos geógrafos registrarem sua compreensão sobre a área de estudo e essa presença nos lugares é também uma “oportunidade de melhorar a percepção e compreensão das diversas manifestações que ocorrem no espaço (SANTOS, 2010, p. 30)”, fundamental para vivenciar as implicações relativas aos aspectos físicos, naturais e humanos.

Portanto, pode-se dizer que o referido trabalho utiliza os métodos “analíticos” e de “estudo de caso”, pois entende-se que existe uma relação próxima entre eles. Sendo assim, inicialmente, é possível destacar as palavras de Boaventura (2007, p. 55) ao afirmar que se “o estudo é do presente, pode-se utilizar o estudo de caso”. Neste processo de construção do trabalho, o levantamento bibliográfico foi fundamental para a finalização deste capítulo. Entre os autores presentes nas referências e suas relevantes contribuições estão Santos (1999), Schaffer (1999), Santos (2010/2013), Veloso (2007), Feltran Filho e Leoni Massochini (2010), Brito (2001) e Guerra (1978). Eles abordam importantes conceitos, os quais não serão esgotados nessa discussão.

Outro ponto fundamental para a construção deste trabalho escrito foi a obtenção do material fotográfico e a nossa presença na atividade de campo, realizada entre os dias 12 e 14 de outubro de 2012, nas cidades de Chapadão do Sul (MS), Costa Rica (MS), Chapadão do Céu (GO) e Alto Taquari (MT).

TRABALHO DE CAMPO: CONCEITOS E DISCUSSÕES ACERCA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Inicialmente, ratifica-se que o desenvolvimento de trabalhos de campo por parte de professores de Geografia e de outras áreas do saber científico dos ensinos fundamental, médio e superior é importante para a aprendizagem e permitem uma oportunidade “de construir o conhecimento a partir da realidade observada” (SCHAFFER, 1999, p.84).

De acordo com Braga (2011, p.134-5) o trabalho de campo compõe as estratégias para a produção do conhecimento geográfico desde o seu nascedouro, em meados do século XIX. Nas práticas escolares e/ou acadêmicas o mesmo foi apropriado por quase todas as concepções de ensino ou de ciência, com destaque para as correntes empiristas. Nesse sentido, Veloso (2007, p.17) define o trabalho de campo como visita técnica que é, com certeza, o melhor ensinamento teórico e prático. E que:

A aparelhagem para a realização da visita técnica deve se basear no empirismo e no racional (real) conjuntamente, ou seja, no que é visível e formal e no que contado e certificado (demonstrado, legítimo). Como o próprio termo diz: Visita (Vistoria, inspeção, ato ou efeito de visitar, de ver, por dever, por interesse ou por curiosidade) e Técnica (maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo), mostra, dessa maneira, a presença científica a o mesmo tempo 'processual e providencial' do conhecimento de determinado produto para estudos, curiosidade ou até de valorização pessoal (VELOSO, 2007, p.17).

Para o referido autor o ato da visita técnica deve se basear no aprofundamento do conhecimento do objeto anteposto para estudo, análise e avaliação. Feltran Filho, Massochini e outros autores salientam que um estudo da observação de paisagens por meio da percepção fundamenta-se, essencialmente em como cada indivíduo percebe, reage e responde à sua interação em relação aos elementos, do ambiente. Neste sentido, “as respostas ou manifestações dos observadores são resultantes de percepções, de processos cognitivos, interesses e motivações individuais” (FELTRAN FILHO *et al*, 2010, p.77).

Marques (2011) destaca que o trabalho *in loco*, além de enriquecer a pesquisa com material ilustrativo e fontes primárias, permite ler a paisagem, espacializar a investigação e decifrar/desvendar a problemática, desenvolvendo o trabalho e buscando respostas aos questionamentos levantados. Em alguns momentos do campo o inesperado se impõe, fazendo-nos reavaliar o cenário posto, superando as barreiras da observação. De acordo com Moura e Silva (2009, p.9-10), o preparo do trabalho de campo exige:

[...] um esforço alargado e apresenta desafios especiais para o professor e universidade, fazendo-se necessário o planeamento, a sensibilização dos graduandos envolvidos, bem como as providências materiais (GPS, máquinas fotográficas, cadernos de campo, entre outros), contatos com hotéis, restaurantes e guias, e finalmente a produção de roteiros com as atividades a serem desenvolvidas.

Esta obra ainda destaca que a pesquisa empírica deverá garantir abordagens interpretativas da realidade visualizada, seja um campo local, regional ou nacional. Na geografia, Moura e Silva (2009, p. 16) definem a investigação de campo, como excursões de campo, que são “[...] pesquisas que têm apresentado contribuições para o entendimento das relações sócio-espaciais produzidas pelo segmento e, com isso, uma melhor forma de uso do solo, do meio ambiente e dos diversos recursos humanos”. Para Oliveira e Bueno (2009) a leitura das paisagens com potencialidades voltadas para os trabalhos de campo e turismo científico são importantes:

[...] para estudantes de Turismo, Geografia, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico e diversas áreas do saber, pois comporta uma multiplicidade de ações e práticas educativas, que tanto pode se dar no âmbito da própria área como na interação com outras, como é o caso da Geografia com a Biologia, Literatura, Arquitetura e outras que trabalham as diferentes paisagens (OLIVEIRA, BUENO, 2009, p.49).

Para a pesquisa científica é imprescindível determinar que qualquer que seja o método científico escolhido, o mais importante é que este se apoie na observação, isto é, na busca de respostas da investigação mediante trabalho de campo ou experimentos. Para Chauí (1999) a ciência sempre deve desconfiar da veracidade de nossas certezas. Para ela a ausência de críticas caminha junto com a falta de curiosidade e ambas deixam-nos sem atitude científica. “Onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê problemas e obstáculos [...] que precisam ser explicados” (CHAUI, 1999, p. 249).

Ainda de acordo com esta pesquisadora “há uma diferença entre o conhecimento que nossos sentidos nos oferecem e o conhecimento que nosso pensamento alcança”. Para ela, ancorada na tese do filósofo Heráclito, “nossos sentidos nos oferecem a imagem da estabilidade e o nosso pensamento alcança a verdade como mudança contínua” (CHAUI, 1999, p. 110). É verdade que aquele foi contestado por outros filósofos de grande expressão, como Parmênides, como apresenta Chauí, mas o fato é que a visão de Heráclito reforça a importância e necessidade do trabalho de campo, visto ser um método eficaz de observação das mudanças na realidade, exigindo do pensamento, analisá-las e interpretá-las para dar explicações.

Conforme Chauí (1999, p 112) Sócrates entende que “primeiro devemos afastar as ilusões dos sentidos e as das palavras ou das opiniões e alcançar a verdade apenas pelo pensamento” (CHAUI, 1999, p. 112), visto que os sentidos nos dão a aparência, enquanto o conhecimento passa da aparência e chega à essência, da opinião ao conceito.

Nesse viés de pensamento, o sentido e pensamento também podem ser percebidos e/ou elaborados na pesquisa de campo. Rosselvelt Santos (1999, p. 112) pontua que “os métodos de observação praticados por Max Sorre no início deste século [XX] permitiram à Geografia estabelecer com a realidade dos pesquisados, trabalhos de campo em que era possível encontrar maior respaldo e cooperação dos grupos sociais com a pesquisa”.

Na opinião de Santos *et. al.* (2007, p.2), o trabalho de campo não se resume apenas a interesses específicos, mas está incluso em um método investigativo que tem apresentado contribuições para o entendimento das relações socioespaciais, objetivando contribuir para um melhor planejamento de uso do solo, do meio ambiente e dos diversos recursos, de forma mais adequada e correta. Mas também, para um melhor planejamento para as humanidades.

Complementa-se esse pensamento reforçando a ideia de que o campo só tem validade se contribuir com a evolução do enfrentamento dos problemas, sejam naturais, sociais, culturais, culminando em resolução ou ao menos amenização destes. E somente ao atingir esse objetivo é que a pesquisa de campo contribui com a ciência geográfica ou mesmo outras.

Corroborar esses pensamentos Santos (1999) ao afirmar que as análises geográficas não significam que o objetivo seja levar à frente a Geografia, mas “levar à frente problemas relacionados às particularidades, com que os grupos sociais historicamente têm constituído seus espaços” (SANTOS, 1999, p. 120). Significa, portanto, que mais importante que a contribuição para a Ciência Geográfica está a contribuição para a evolução histórica dos sujeitos pesquisados e, neste sentido, o trabalho de campo torna-se fundamental.

As atividades de campo são importantes também para o Ensino de Geografia, visto que ao retirar os discentes das salas de aula e levá-los para a observação direta dos aspectos físicos e humanos é disponibilizado a estes a oportunidade de uma melhor compreensão dos fenômenos. Por isso, Santos (1999, p. 5) considera o trabalho empírico extremamente importante, exatamente por promover o contato com o sujeito, ou seja, “é a análise voltada para as tendências de interpretações que os pesquisados promovem do mundo, num movimento dinâmico orientado pelas determinações sociais do seu lugar”.

Braga (2011, p. 134), expõem em sua obra que a consciência da necessidade de superar o dualismo e/ou rupturas situados na Geografia escolar coloca a inquietante exigência de construir e/ou adequar estratégias pedagógicas que possibilitem sua efetivação. Contudo, essa é uma hercúlea tarefa, uma vez que não existe uma alternativa pedagógica aplicável a todo o contexto de ensino e à própria ciência geográfica. De acordo com esse pensamento, o trabalho de campo pode ser:

[...] uma estratégia pedagógica eficaz e eficiente para uma transformação qualitativa da Geografia Escolar. Para que isso aconteça, ele deve propiciar uma rica interação dos saberes dos alunos com os saberes científicos. A observação e a coleta de dados no campo devem ultrapassar o empirismo por meio de uma sistematização e articulação de diálogos entre os conhecimentos tratados durante toda a experiência (BRAGA, 2011, p.136).

Neste viés, a autora reforça que o reconhecimento da alteridade do conhecimento escolar em relação aos saberes científicos sugere uma alteração qualitativa das interações entre esses saberes e os sujeitos participantes do trabalho de campo, superando os dualismos hoje existentes na prática da Geografia Escolar, assumindo uma postura social diferenciada.

Por meio dessa ponderação conceitual/teórica pode-se assinalar que esse estudante na prática do trabalho de campo, em um espaço que extrapola os muros do seu cotidiano, torna-se um visitante, ou seja, um turista em busca de conhecimento científico. Porém, tais circunstâncias não significam a negação de que naquele lugar urbano ou rural se faz presente um acadêmico de geografia que busca compreender e discutir as densidades e formas de usos do espaço.

Finalizando essa abordagem, faz-se necessário destacar, que essa discussão conceitual está longe de se esgotar na pesquisa geográfica, pois são inúmeros os trabalhos produzidos por geógrafos e não geógrafos. Elegemos apenas alguns conceitos e reflexões que estão expostos nas obras e literaturas com vertentes voltadas para a Geografia.

LUGARES E PAISAGENS VISITADAS E PESQUISADAS

Durante o trabalho de campo do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Quirinópolis) em territórios dos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso o primeiro lugar visitado foi o espaço urbano de Chapadão do Sul (MS) (Foto 02). Dessa forma, as questões essenciais que envolvem a discussão acerca do vivido em cidades pequenas não foram abordadas somente nesse momento inicial, mas em todos os espaços urbanos do trajeto percorrido. Foi sublinhado, nos locais visitados, a forte presença de capitais oriundos do agronegócio, o que levou a transformações significativas em intervalos curtos de tempo, da composição e produção do espaço urbano.

Nesse contexto, destaca a chegada dos gaúchos em Mato Grosso do Sul, na década de 1960, primeiramente para os municípios do sul, como Maracaju e Dourados e, nos anos 1970, chegaram também a Chapadão do Sul, região nordeste do estado. De acordo com dados da Prefeitura de Chapadão do Sul a intensão foi implantar a agricultura mecanizada nas terras de chapada, que logo começaram a ser ocupadas. Em meados de 1973 tornou-se povoado, com o nome de Chapadão dos Gaúchos, passando ao nome de Chapadão do Sul por intermédio de sua emancipação em 1987 (PREFEITURA DE CHAPADÃO DO SUL, 2013).



Foto 02. Praça central e espaço de shows e eventos.

Lugar onde ocorreu a primeira parada do grupo.

Vieira Santos, J. C. 2012.

Com aproximadamente 182 mil hectares de lavouras mecanizáveis Chapadão do Sul consolidou o projeto de agricultura tecnificada, produzindo “[...] soja, algodão, milho, nabo forrageiro, sorgo, milheto, amendoim, girassol, dentre outras culturas, e começa a se destacar ainda na produção da cana-de-açúcar com a instalação de uma usina sucroalcooleira”. Destaque também para o rebanho bovino, estimado em 250 mil cabeças.

O trabalho de campo nesse município direcionou-se à análise para a cidade real e concreta com lócus para o moderno e os investimentos públicos, privados e produtivos, com uma cotidianidade influenciada pelo modo de vida e cultura dos povos do Rio Grande do Sul. Com suas formas e traços que expõem elementos e representações de sujeitos gaúchos que foram sedimentando suas táticas de vida nos Cerrados sul-matogrossense.

Esse encontro entre dois modos de vida (gaúcho e cerradeiro) proporciona a recriação e reinvenção de práticas sociais que indicam a capacidade dos sujeitos se relacionarem com o novo, com o capital, com o moderno. Em sua pesquisa sobre a chegada de gaúchos em Minas Gerais Santos (2008) constata essas mudanças nas relações sociais dos grupos tradicionais do Cerrado pelo contato entre mineiros e gaúchos. Em conformidade com essa pesquisa o emprego de tecnologias modernas no Cerrado, ocasiona “movimentos, dos mineiros e dos gaúchos, em defesa e em reconhecimento das suas identidades, o que implica, muitas vezes, o retorno ao passado” (SANTOS, 2008, p.105), mas que o encontro desses passados possibilita a recriação de novas práticas sociais para o presente.

Outro lugar visitado foi Chapadão do Céu (GO) (Foto 03), uma cidade planejada e considerada “Portal de Entrada de Turistas”; que os turistas chega para visitar e conhecer o Parque Nacional das Emas. Foi estudada a importância da natureza em seus limites municipais e os traços místicos favorecidos pela arquitetura urbana. Todo esse processo, visualizado, por assim dizer, nos remete ao conceito de Milton Santos (1982), que afirma serem essas cidades locais capazes de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função que implica uma vida de relações.



Foto 03. A cidade se destaca com suas praças e os simbolismos que buscam representar os animais do Bioma Cerrado. Vieira Santos, J. C. 2012.

Chapadão do Céu foi também o lugar que aguçou a curiosidade dos acadêmicos turistas, pois as práticas espaciais não se realizam em função da preservação e importância do Parque Nacional das Emas, expondo assim um ambiente dissociado do turismo ecológico. Constatou-se que no cotidiano local os modos de produção se realizam nas vertentes do agronegócio, que “ilha” um conjunto natural chamado de Parque Nacional das Emas e suas potencialidades turísticas.

Para Carlos (1996) o lugar constitui-se na base da reprodução da vida, pelo fato de que é no lugar que evidenciam o particular, as diferenças e o singular. Desse modo, o lugar, como apresentam Motta e Paiva (2010) constitui-se em importante aporte para o processo de reestruturação econômica e das transformações nas relações socioeconômicas e socioculturais, que ressignificam modos de vida e promovem modificações no lugar, reinventando as especificidades das relações sociais.

O terceiro espaço urbano visitado foi Alto Taquari (MT) (Foto 04). No caso específico, os acadêmicos de geografia conheceram o Complexo do Parque Taquari, construído em uma das nascentes do Rio Taquari, formador da bacia do Pantanal. O lugar de lazer e entretenimento possui um lago com mais de 33 hectares de espelho d’água, o que permite o trânsito de embarcações de pequeno porte como lanchas, Jet-sky e caiaques. Há duas praias artificiais e área de shows, sendo que cada pequeno núcleo urbano regional tem seus “arranjos peculiares que ajudam a compreender o desenvolvimento de tais espaços” (ENDLICH, 2009,p.260).



Foto 04. A cidade fica na bacia hidrográfica do Pantanal, por isso, o arranjo peculiar que faz referência ao Tuiuiú principal espaço de lazer e eventos da cidade. Vieira Santos, J. C. 2012.

O último local observado e vivenciado pelos turistas científicos foi o município de Costa Rica (MS). Uma das particularidades dessa paisagem estudada é o Parque Municipal Salto do Sucuriú, com suas cachoeiras e vegetação de Cerrado que formam uma beleza e exuberância cênica e juntos agregam valor e despertam o interesse do visitante que chega a esse destino turístico. Nascimento, Ruschkys e Mantesso-Neto (2008, p.8-9) destacam que o “turismo (usando o segmento geoturismo) nestas áreas pode funcionar como opção de lazer, educação, recreação e contemplação da beleza cênica, além de promover a divulgação, preservação e conservação de forma eficiente e interessante”.

A população de Costa Rica, desde o princípio, tem uma ligação estreita com o Rio Sucuriú. Na década de 1950, foi construída uma ponte sobre o rio com o objetivo de ligar as fazendas Imbirussú e São Luiz, além de que uma casa para abrigar os trabalhadores foi construída às margens do rio. Por volta de 1961, parte da Fazenda Imbirussú (236 hectares), foi doada para implantar o povoado, surgindo rapidamente algumas edificações à margem direita do Rio Sucuriú. O povoado tornou-se Distrito de Camapuã em 1964, se elevando a município em 1980 (PREFEITURA DE COSTA RICA, 2013).

Pelas suas belezas naturais o turismo tornou-se fundamental para a economia municipal, com destaque para o Parque Municipal do Rio Sucuriú e o Parque Nacional das Emas. Além desses, outros atrativos também são importantes: o Parque Estadual das Nascentes do Taquari; o Parque Natural Municipal da Lage; a RPPN Ponte de Pedra; a Cachoeira das Araras; a Cachoeira da Rapadura; a Gruta do Tope da Pedra; a Água Santa do Paraíso; a Capela do Santo Fujão e o Canyon do Engano. Também se constituem atrativos alguns eventos locais como o Carnaval Costa Folia; os festejos do aniversário do município; a Festa de Santo Antônio; a Festa Costa Caipira; a Festa de Nosso Senhor Bom Jesus - Festa do "Santo Fujão" e a Etapa Estadual da Festa do Peão.

Dentre as cidades do entorno do Parque Nacional das Emas a de maior procura pelos turistas é Costa Rica, com destaque para o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú (Foto 05). Esse atrativo possui área de 57 hectares de Cerrado, às margens do Rio Sucuriú, o qual possui várias quedas d'água, consideradas patrimônios naturais do município, que para Medina e Santamarina (2004, p. 61) são “[...] formaciones físicas, biológicas y geológicas extraordinarias”.

Estudantes e turistas diversos que chegam a esse Parque de Costa Rica podem vivenciar diversas experiências, entre elas o turismo de aventura. Pode-se dizer que o espaço proporciona múltiplas atividades de lazer, desde o rafting nas corredeiras do rio Sucuriú, o rapel nas cachoeiras do Saltinho e Salto Majestoso, três circuitos de tirolesa até o arvorismo com nove estações e 170 metros de percurso. Isso significa que as práticas de turismo e lazer se realizam no Parque, dessa forma, não se pode assumir que a cidade de Costa Rica é turística, pois essa atividade não é percebida em sua cotidianidade.



Foto 05: Salto Majestoso com 44 metros de altura, principal cachoeira do Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú. O parque possui área para estacionamento, infraestrutura com lanchonete, banheiros, quadra de areia, orquidário e piscina natural. Vieira Santos, J. C. 2012.

Apenas em lugares específicos do espaço urbano como a Casa do Artesão/Centro de Informação Turística (Foto 06) e Parque Natural é que o visitante turista se faz presente, apresentando uma espacialidade de dinâmica diferenciada. Nesse caso, pode ser entendido que os investimentos públicos e privados são direcionados para outros setores produtivos da cidade, mostrando que o setor turístico ainda não manifesta a mesma importância do agronegócio.



Foto 06: Centro de Atendimento ao turista na cidade de Costa Rica. A principal proposta do lugar é divulgar a cidade como lugar de belezas naturais. Vieira Santos, J. C. 2012.

É possível acentuar que nas cidades do entorno do Parque Nacional das Emas, nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, caberá ao poder público local promover a integração e mobilização dos sujeitos envolvidos com o turismo e lazer a um projeto nacional voltado para a regionalização da atividade. É preciso pensar uma roteirização que facilite a circulação de turistas e moradores locais entre os atrativos, proporcionando condições favoráveis de contemplação das diversidades que formam essa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi percebido durante o campo nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás que as particularidades físicas de paisagens cerradeiras do Parque Nacional das Emas promovem transformações no modo de vida dos lugares e grupos sociais, principalmente nos ambientes das pequenas cidades, pois atraem pessoas com interesses específicos (pesquisadores, estudantes e visitantes) que buscam frequentar o ambiente local, modificando a rotina dos lugares por meio de infraestruturas e serviços antes inexistentes.

Nesse contexto, é mister elencar que a atividade turística fortalecida pelas visitas de campo se bem administrada, pode oferecer oportunidades de desenvolvimento, já que trazer benefícios econômicos para as comunidades envolvidas. É relevante a implantação de uma política que vislumbre um planejamento integrado, compreendendo que somente possuir recursos naturais incomparáveis ou potenciais turísticos não é suficiente para que a atividade cresça. Portanto, o turismo educativo/científico só poderá produzir benefícios sociais, econômicos e ambientais se for planejado e gerenciado por profissionais qualificados.

O trabalho de campo é uma vivência capaz de oportunizar o confronto concreto e simultâneo da teoria e da prática, lembrando que para todas as atividades empíricas é importante salientar aos discentes um trabalho final, seja sob a forma de relatório ou redação dependendo do objetivo a ser atingido. Este trabalho final é fundamental até mesmo para avaliar o grau de satisfação do grupo e buscar a evolução educativa para as próximas saídas do ambiente físico/escolar. É fundamental lembrar que a presença do pesquisador, nos lugares, permite a obtenção de imagens fotográficas fundamentais na construção de um banco de documentos para ilustrar e enriquecer as informações inerentes aos lugares investigados.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo (SP): Atlas, 2007.

BRAGA, R. B. A (RE)Significação do Conceito de Natureza e Ambiente no Ensino Básico: uma reflexão sobre as heranças iluministas e o trabalho de campo como mediação pedagógica. In: CAVALCANTE, L. de S; BUENO, M. A; SOUZA, V. C. de. **A Produção do Conhecimento e a Pesquisa Sobre o Ensino de Geografia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ENDLICH, Ângela M. **Pensando os Papéis e Significados das Pequenas Cidades**. São Paulo (SP): Editora da UNESP, 2009.

FELTRAN FILHO, Antônio; SANTOS, J. C. V; MASSOCHINI, Leoni; COSTA, Adriano Gennaro; ASSUNÇÃO, Washington Luiz. VISITA AO DESERTO DO ATACAMA – NORTE DO CHILE: olhares e percepções geográficas. In. **UEG em Revista (Revista Científica da UEG/Quirinópolis)**, nº 06, Volume 01, Goiânia (GO): Editora Kelps, dezembro, 2010.

MARQUES, Luana M. **A FESTA EM NÓS: fluxos, coexistências e fé em Santos Reis no Distrito de Martinésia – Uberlândia (MG)**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Instituto de Geografia. Uberlândia (MG), 2011.

MEDINA, N.; SANTAMARINA, J. **TURISMO DE NATURALEZA EN CUBA**. Ciudad de La Habana: Ediciones Unión, 2004.

MOTTA, Janne Mary e PAIVA, João Batista de. **As transformações socioculturais dos pequenos produtores rurais do Córrego do Bandeira, Município de Quirinópolis-GO**. 63 f. (Monografia de graduação). Quirinópolis: UEG, 2010.

MOURA, Poliana S; SILVA, Mirella L. TRABALHO DE CAMPO NAS PAISAGENS TURÍSTICAS DO DESTINO CANASTRA – MINAS GERAIS. In: SANTOS, Jean, C. V. (Org.). **Paisagens e Destinos Turísticos na Pesquisa Geográfica**. Uberlândia (MG): Gráfica Composer Editora Ltda, 2009. Cap. 01, p.09-26.

NASCIMENTO, M. A. L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **GEODIVERSIDADE, GEOCONSERVAÇÃO E GEOTURISMO**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. Natal: UFRN, 2008.

OLIVEIRA, Francielle F. de; BUENO, Kamilla F. ESTUDANTES TURISTAS NA CIDADE DE LAGOA SANTA (GOIÁS): das águas termais ao relatório de campo. In: SANTOS, Jean, C. V. (Org.). **Paisagens e Destinos Turísticos na Pesquisa Geográfica**. Uberlândia (MG): Gráfica Composer Editora Ltda, 2009. Cap. 03, p.45-56.

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO SUL. **Prefeitura Municipal**: História. Disponível em: <http://www.chapadaodosul.ms.gov.br/?pag=txt&id=3>, Acesso em: 20 ago. 2013.

PREFEITURA DE COSTA RICA. **Costa Rica**: História. Disponível em: <http://www.costarica.ms.gov.br/nossacidade/4-costa-rica.html> Acesso em: 20 ago. 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1982.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

SANTOS, Jean Carlos Vieira *et al.* Trabalho de campo dos graduandos de Geografia/UEG/Quirinópolis (GO) no circuito turístico Serra da Canastra –Minas Gerais. In: **Anais do IV Seminário de Iniciação Científica**, Quirinópolis: UEG, 2007.

SANTOS, J. C. V. **Políticas de Regionalização e Criação de Destinos Turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano**. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Instituto de Geografia. Uberlândia (MG), 2010.

SANTOS, J. C. V. **REGIÃO E DESTINO TURÍSTICO**: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo (SP): ALLPRINT Editora, 2013.

SANTOS, Roosevelt J. Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In. **Revista Sociedade & Natureza**, nº 11, janeiro/dezembro, 1999.

_____. (Re)Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, M. Geralda, CHAVEIRO, Eguimar F. e BRAGA, Helaine C. **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares (Org.). Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47-74.

SCHAFFER, Neiva O. Ler a Paisagem, o Mapa, o Livro – Escrever nas Linguagens da Geografia. IN: NEVES, Iara C. B. (Org.). **Ler e Escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 1999. P.84-101.

VELOSO, Marcelo Parreira. **Visita Técnica**: uma investigação acadêmica. Goiânia (GO): Editora Kelps, 2007.

Parte 4:

**Turismo: Turismo, Aventura e
Meio Ambiente**

PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E GEOTURISMO NO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, NORDESTE DO BRASIL

Marcos Antonio Leite do Nascimento

INTRODUÇÃO

Novas modalidades de turismo estão sendo potencializadas no interior do Estado do Rio Grande do Norte através de atividades de cunho religioso, de aventura, científica, de negócios, rural e ecoturística. Neste último caso, a atividade se desenvolve dando uma maior ênfase aos aspectos da biodiversidade (fauna e flora). Contudo, um novo tipo de turismo vem se destacando no Mundo e mais recentemente no Brasil, o chamado Geoturismo - nova modalidade de turismo que se desenvolve em bases geocientíficas, que tem como principais atrativos as diversas feições geológicas objetivando assegurar o desenvolvimento de práticas conservacionistas e sustentáveis, proporcionando também ao turista uma maior vivência do ambiente visitado por meio da interpretação de fenômenos e processos ativos, de caráter geológico, geradores de paisagens/relevos, rochas, minerais, fósseis e solos que constituem a base para a vida na Terra (a chamada Geodiversidade). Isto é, o “palco” no qual todas as outras formas de vida são os “atores”.

Assim, entender a geodiversidade, em conjunto com a biodiversidade (e não somente esta última), de uma dada região, permitirá efetuar ações mais completas e, conseqüentemente, obter resultados mais positivos e duradouros, bem como, uma experiência mais rica para o visitante.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil promovido pelo Governo Federal em parceria com os Governos Estaduais permitiu a criação de diferentes pólos turísticos em todo o Brasil. No caso do Estado do Rio Grande do Norte foram individualizados/identificados cinco grandes pólos, a saber: Pólo Costa das Dunas, Pólo Costa Branca, Pólo Seridó, Pólo Serrano e Pólo Agreste/Trairi. No caso dos dois primeiros há uma interação entre atrativos litorâneos e aqueles encontrados no interior; enquanto que os demais envolvem atrativos exclusivamente situados em municípios do interior potiguar. No momento apenas os três primeiros encontram-se com ações em desenvolvimento.

O referido programa vem contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios envolvidos com os diferentes pólos, por meio da criação de roteiros e produtos, favorecendo a participação das comunidades, a geração de emprego e renda, a diminuição dos problemas sócio-econômicos e, finalmente, a minimização dos impactos ambientais através da educação ambiental.

Dentre os três pólos inicialmente trabalhados, o Pólo Seridó é o que apresenta a maior geodiversidade e, portanto, as maiores riquezas em termos de atrativos geoturísticos. Isto se deve ao fato da Região Seridó ser uma das mais completas e belas em patrimônio geológico no Nordeste do Brasil, os quais são decorrentes dos inúmeros processos naturais a que esta região foi submetida ao longo do Tempo Geológico.

Na região deste pólo a economia foi estruturada sobre o tripé composto pela pecuária extensiva, agricultura e mineração, esta ultima baseada na exploração da scheelita, tantalita, berilo e cassiterita. Mais recentemente novas atividades foram introduzidas e/ou ampliadas, tais como a produção leiteira, a modernização e ampliação da caprino-ovinocultura, a atividade ceramista e o desenvolvimento do setor terciário, com destaque para o comercio e a diversificação de serviços (principalmente o turismo).

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO TERRITÓRIO

Clima

O Pólo Seridó está situado dentro da região semiárida do nordeste brasileiro. A circulação atmosférica é influenciada pela Zona de Convergência Intertropical, que atua no verão, e a massa Equatorial Atlântica, que predomina do outono à primavera. Pela classificação climática de Köppen, o clima da área é do tipo BSw'h (quente e semiárido, tendendo a árido), com precipitações pluviométricas irregulares. De modo geral, são significativas e ocorrem no período de fevereiro a julho, concentrando-se a maior parte, de março a junho. A pluviometria média anual é de 650 mm, evaporação de 1.760 mm e um déficit hídrico de 1000 mm, durante nove meses. O número de horas de insolação tem uma média de 3385 horas/ano. Apresenta temperaturas elevadas com médias em torno de 27°C, sendo a máxima na casa dos 38°C e a mínima em torno dos 15°C. A umidade relativa apresenta valores que variam entre 59 e 76% (Rio Grande do Norte, 2009).

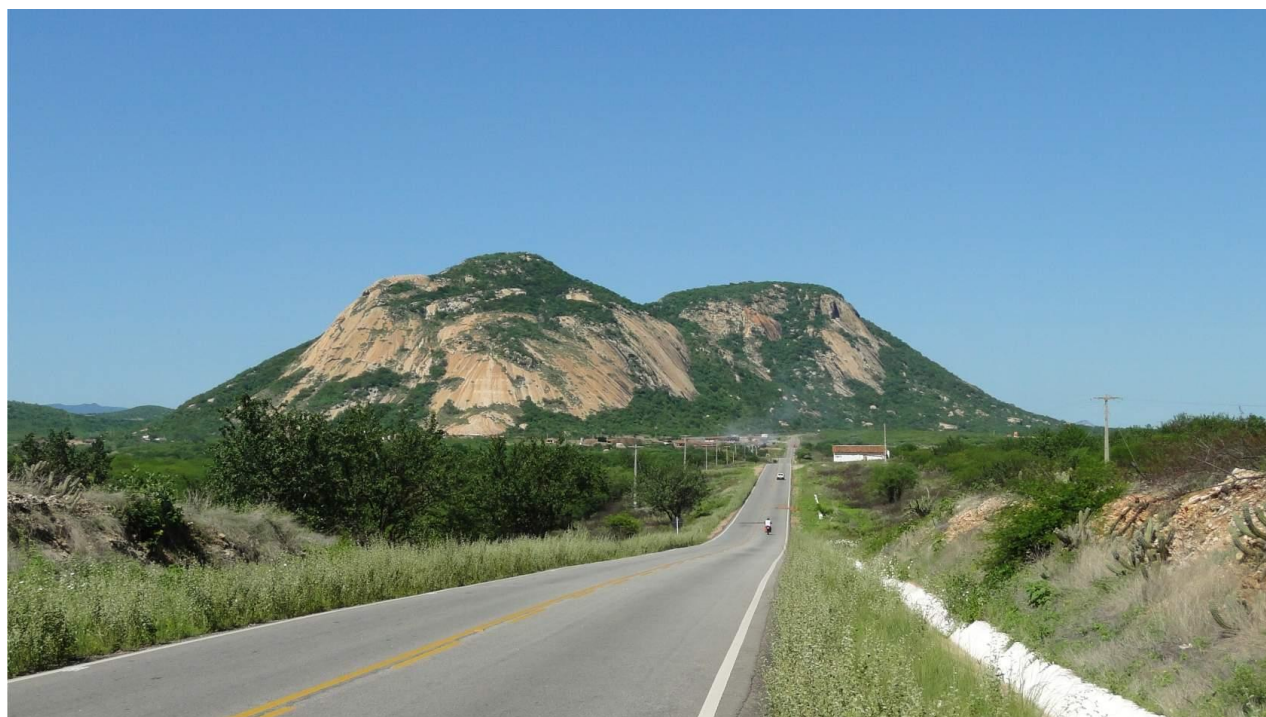
Vegetação

A vegetação da área é caracterizada pelo domínio da caatinga, que se apresenta com altos índices de xerofilismo, em razão de um clima extremamente rigoroso, de baixos índices pluviométricos e distribuição irregular, constituindo os tipos Hiperxerófila e Subdesértica (Medeiros, 2003). Nesta formação vegetal predominam três tipos diferenciados: um estrato arbóreo predominando aroeira, braúna, imburana, pereiro, algaroba e craibeira; um segundo tipo com galhos retorcidos e espinhosos, atingindo até 3 m de altura, descritas como catingueira, faveleira, pinhão-bravo, jurema, oiticica e marmeleiro; e por fim, um estrato rasteiro, a cerca de 50 cm do solo, formado por xiquexique, macambira e palma de espinhos.

Relevo

As feições de relevo regionais presentes na região do Pólo Seridó estão contidas no Domínio das Depressões Intermontanas e Interplanálticas das Caatingas, sendo encontrados oito padrões de relevo, descritos a seguir:

As superfícies aplainadas degradadas compreendem um conjunto de padrões de relevos planos e suavemente ondulados, resultante de processos de arrasamento generalizado do modelado sobre diversos tipos de litologias. Estas vastas superfícies aplainadas encontram-se pontilhadas por inselbergs (Figura 1a), que aparecem na paisagem como montes isolados, elevando-se, em muitos casos, centenas de metros acima do piso da superfície regional. No limite NW do Pólo aparece um conjunto de maciços montanhosos isolados com elevações acima de 300 metros em relação à superfície aplainada adjacente. Na região leste, onde o Pólo faz fronteira com o estado da Paraíba, encontra-se um conjunto de morros e serras baixas (Figura 1b), com desníveis inferiores a 300 m, que junto com a morfologia planáltica (Figura 1c), mais ao norte, constituem parte do rebordo norte do Planalto da Borborema, representando relevos residuais remanescentes daquele planalto. Em contato com o relevo planáltico, encontra-se a imponente escarpa da Serra de Santana, que representa um relevo de transição entre superfícies distintas alçadas a diferentes cotas altimétricas, apresentando desnivelamento em torno de 400 metros e com deposição de rampas de colúvio e depósitos de talus na base da escarpa (Figura 1d). A Serra de Santana consiste num platô, que representa fragmento de uma pretérita superfície de cimeira capeada por arenitos laterizados de idade Neógena da Formação Serra do Martins, com cotas chegando a 750 metros de altitude.



a



b



c



d



e

Figura 1: Diferentes formas de relevo no Seridó Potiguar. a) Relevo residual (*inselberg*) do Plúton de Acari, destacado da superfície aplainada; b) Domínio de Morros e Serras Baixas ao lado do Açude Gargalheiras; c) Rebordo norte do Planalto da Borborema, representando relevos residuais remanescentes daquele planalto; d) Escarpa erosiva da Serra de Santana, onde se observa o topo plano do platô; e) Domínio de colinas dissecadas com campo de matações, indicando a predominância do intemperismo físico.

No extremo NE da região, encontra-se no limiar do domínio planáltico um conjunto de colinas dissecadas (Figura 1e), com vertentes convexo-côncavas e topos aguçados, com variação de cotas altimétricas entre 30 e 80 metros, em relação ao piso regional, onde por vezes se encontram campos de matações, indicando uma predominância do intemperismo físico.

Hidrografia

O quadro hidrográfico da região é caracterizado por rios intermitentes, porém em alguns casos apresentam-se perenizados em função da ação antrópica verificada com a construção de barramentos ao longo dos cursos de alguns rios. A área de estudo está inserida na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu, contendo os rios Seridó, Acauã e Salgado. Na referida bacia destacam-se ainda os açudes Dourado (Currais Novos), Gargalheiras (Acari), Cruzeta (Cruzeta), Itans (Caicó), Passagem de Piranhas (São José do Seridó), Zangarelhas (Jardim do Seridó) e Boqueirão (Parelhas).

Solos

Na região os solos mostram-se, em geral, rasos, com característica pedregosa e fertilidade mediana. Porém, em áreas próximas às margens dos principais rios e no alto da Serra de Santana, apresentam uma maior profundidade, bem como elevada fertilidade. Dentre as principais categorias, destacam-se os Neossolos e os Luvissolos.

PATRIMÔNIO GEOLÓGICO NO SERIDÓ POTIGUAR

O patrimônio pode ser considerado como bem ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região ou país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), como por exemplo, pelo tombamento, deve(m) ser protegido(s) para o usufruto de todos os cidadãos. Portanto, o conceito de patrimônio é muito amplo e está associado a uma herança comum, que tem importância para uma dada região, um dado país ou mesmo para toda a humanidade. Os bens culturais e naturais, saberes e modos de fazer pertencem a todos e, portanto, devem ser cuidados para que não se percam.

Fazendo parte do patrimônio natural, existe o patrimônio geológico, este constituído pelos geossítios (sítios geológicos ou locais de interesse geológico), que registram a memória da história da Terra, num período que alcança milhares, milhões e até bilhões de anos e que incluem (i) afloramentos de rochas; (ii) minerais; (iii) fósseis; (iv) conjuntos de valor paisagístico: serras, montanhas, picos, vales; e (v) coleções de museus de geociências ou de história natural. Porém quando esses elementos da geodiversidade se encontram em um espaço territorial compreendido por atividades de extração, a esse conjunto é dado o nome de patrimônio mineiro. Assim é inegável a forte associação entre esses dois tipos de patrimônios, o geológico e o mineiro, mesmo os mesmos sendo considerados tipos de patrimônios distintos. Para Brilha (2005) dada a diferença de conceitos e metodologias, esses dois termos devem ser mantidos separados, por exemplo.

O conceito de patrimônio geológico está estreitamente relacionado à geodiversidade, contudo este patrimônio não deve ser encarado como sinônimo de geodiversidade. O patrimônio geológico é apenas uma pequena parcela da geodiversidade, que apresenta características especiais e, por conseguinte, merece/necessita ser conservado (Nascimento et al., 2008).

Assim, o patrimônio geológico é definido como “o conjunto de geossítios inventariados, caracterizados e bem delimitados geograficamente, em uma dada área ou região, onde ocorrem um ou mais elementos da geodiversidade com elevado valor científico, pedagógico, cultural, turístico e outro” (Brilha, 2005; Nascimento et al. 2008).

Em se tratando de paisagens, minerais, rochas (“pedras”), fósseis e diversos outros temas geológicos, a região que contempla o Pólo Seridó apresenta exemplos dos mais didáticos, abrangendo desde rochas antigas do embasamento cristalino (rochas metamórficas com mais de 2 bilhões de anos e rochas ígneas com cerca de 600 milhões de anos) até rochas sedimentares (com cerca de 20 milhões de anos) e sedimentos (com menos de mil anos). Muitos desses exemplos constituem potenciais monumentos e sítios, que vêm, atualmente, em função de sua importância histórica, cultural, científica e paisagística, despertando interesse do turismo, conforme já se pode verificar *in loco* com a frequente ocorrência de visitas espontâneas ou guiadas por agências de turismo à região e capital do Estado.

De acordo com Cortés (1996) esse patrimônio pode ser classificado pelo seu conteúdo em Estratigráfico, Paleontológico, Tectônico, Hidrogeológico, Petrológico, Geotécnico, Mineiro, Mineralógico, Geomorfológico, Geofísico, Geoquímico e Museus e coleções, entre outros.

Neste trabalho, dar-se-á destaque aos patrimônios geomorfológico, mineiro, mineralógico, paleontológico (associado ao arqueológico) e espeleológico presentes em parte do Pólo Seridó, região do sertão do Rio Grande do Norte, composto pelos municípios de Cerro Corá, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Jardim do Seridó e Caicó.

Patrimônio Geomorfológico

Neste pólo, o relevo se destaca na paisagem proporcionando cenários exuberantes e mirantes que permitem a contemplação de áreas pouco conhecidas. De forma geral, nesse relevo destacam-se duas categorias de altos topográficos, ambas com sua base constituída por rochas cristalinas (metamórficas e/ou ígneas). Uma categoria possui no topo coberturas sedimentares identificadas pelo topo plano (as conhecidas chapadas), estando representada principalmente pela Serra de Santana (em Cerro Corá) formada por conglomerados e arenitos. Aquelas constituídas unicamente por rochas cristalinas, portanto formadas por litologias ígneas e/ou metamórficas, mostram-se com topo pontiagudo ou irregular.

Na constituição desse relevo, destacam-se as serras, os picos e afloramentos de rochas, cujos melhores exemplos são: serras do Chapéu, da Catunda, da Acauã, do Piauí e Pico do Totoró (Figura 2a), em Currais Novos; serras do Bico da Arara, do Pai Pedro, da Lagoa Seca, afloramento Poço do Artur e a região do Açude Gargalheiras (Figura 2b), em Acari; Monte do Galo, Pedra do Dinheiro e Serra das Umburanas, em Carnaúba dos Dantas; serras das Queimadas, da Coruja, da Areia, da Maniçoba e do Maribondo, em Parelhas; e as serras de São Bernardo, da Formiga, a Gruta da Caridade e a Pedra da Baleia, em Caicó. Todas as serras, picos e afloramentos são formados por granitos, gnaisses, quartzitos e metaconglomerados. Esses locais são excelentes para a criação de sítios geomorfológicos, hoje muito utilizados para a prática do turismo de aventura através de atividades como o *traking*, *happel*, *off road* e outras.



Figura 2: Patrimônio geomorfológico encontrado no Seridó Potiguar. a) Pico do Totoró formado predominantemente por granito porfirítico ao lado do açude homônimo; b) Vista aérea de parte do açude Gargalheiras encravado entre as serras.

Patrimônio Mineiro

A mineração apresenta um potencial enorme na divulgação dos elementos da geodiversidade associada a extração dos mesmos. Essa atividade já é bastante difundida em outros países e no Nordeste tem forte potencial ainda a ser explorado, porém já trabalho no Rio Grande do Norte na região do Pólo Seridó.

A mina Brejuí (em Currais Novos), localizada a cerca de 180 km de Natal (RN), na região do Seridó Potiguar, é um exemplo de sucesso no que se refere à adaptação de uma mina em atrativo geoturístico (Figura 3a). Ela foi uma das maiores produtoras de scheelita (minério rico em tungstênio) da América do Sul, com sua exploração iniciada em 1943 e tendo seu apogeu durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1996, a mina teve suas atividades paralisadas, retornando a elas no ano de 2005. No entanto, já a partir de 2000, as atividades voltadas ao turismo começaram a ser implantadas. Hoje, a mina Brejuí é considerada o maior parque temático do Rio Grande do Norte, sendo visitada diariamente por turistas e estudantes oriundos de todas as regiões do Brasil e do exterior, catalogando-se mais de 30.000 turistas em visita à mina. Os turistas e estudantes podem desfrutar das riquezas históricas e culturais da mina, por meio da visita aos túneis e galerias (Figura 3b), dunas de rejeito, museu mineral e outras atrações.

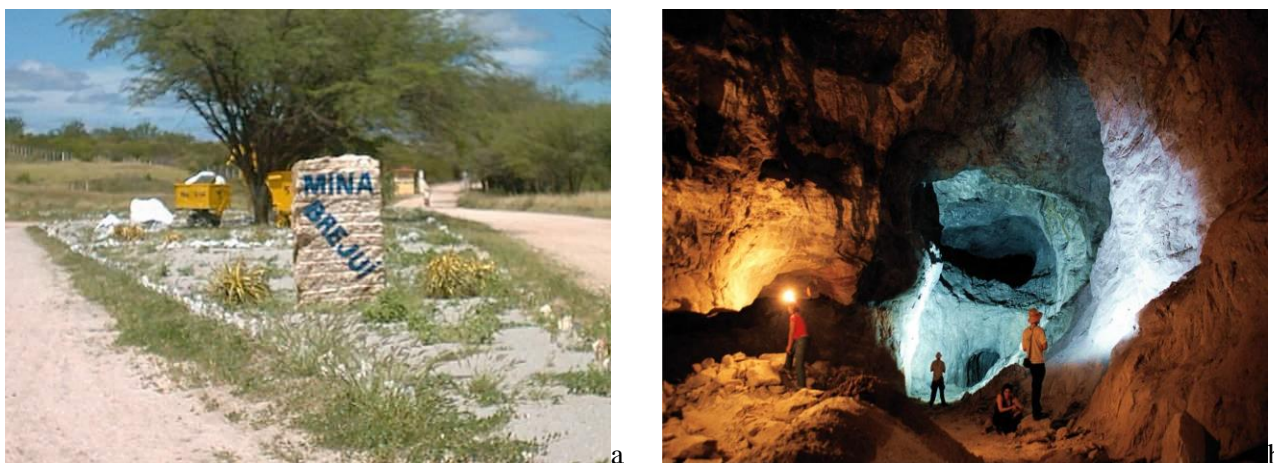


Figura 3: Patrimônio mineiro encontrado no Seridó Potiguar. a) Entrada do Parque Temático Mina Brejuí, mina que explora scheelita desde 1943; b) Um dos salões visitados dentro da Mina Brejuí.

Além desta mina, tem-se ainda na região de Parelhas, uma enorme diversidade de minerais, com destaque para a turmalina, água marinha, granada, ametista, dos quais, muitos são considerados preciosos e atraem vários turistas e comerciantes.

Outro aspecto importante é criar roteiros que integram minas e garimpos, assim valorizando e preservando esse rico patrimônio mineiro. Um exemplo desse tipo de roteiro foi publicado por Liccardo & Nascimento (2008) sendo definido como “Roteiro de Turismo Mineral no Nordeste”. Neste o passado e o presente registram a história, a identidade e a cultura da região associada aos diferentes recursos minerais encontrados em minas e garimpos. O conhecimento geocientífico desse roteiro valoriza o patrimônio geológico-mineiro, tornando-o acessível às comunidades locais e aos visitantes.

Neste caso o roteiro passa por áreas do Pólo Seridó. Ele é apresentado em consonância com atrativos turísticos tradicionais, unindo quatro estados do Nordeste e dois pólos de entrada do turismo internacional (Natal/RN e Fortaleza/CE) e integrando produção com potenciais consumidores. O trajeto proposto parte de Natal/RN e termina em Fortaleza/CE, mas pode ser utilizado em ambos os sentidos. No caso do Pólo Seridó ele passa em Currais Novos/RN com a famosa Mina Brejuí (scheelita), já transformada em atração turística, e um núcleo de artesanato mineral e lapidação; em Carnaúba dos Dantas/RN com quartzo rosa, espessartita e berilo; e finalmente em Parelhas/RN com turmalinas verdes, azuis e vermelhas, água-marinha, heliodoro e outros.

Patrimônio Paleontológico (e Arqueológico associado)

Observam-se, também, registros de animais pré-históricos e do homem por solos potiguares, nos inúmeros sítios paleontológicos e arqueológicos do Roteiro Seridó, os quais se destacam neste tipo de atividade geoturística. Inúmeras artes rupestres são encontradas na região de Carnaúba dos Dantas, onde foram catalogados mais de 80 sítios arqueológicos, com destaque para os Sítios Xiquexique I (Figura 4), II e IV, Casa Santa e Pedra do Alexandre, onde ocorrem gravuras e pinturas; em Parelhas, com destaque para o Sítio Mirador, onde foram encontrados vestígios da presença do homem antigo, com datações de 9.000 anos atrás; em Cerro Corá, com destaque para o Sítio de Serra Verde; além de outros espalhados pelos municípios de Acari, Currais Novos e Jardim do Seridó. Também, ressalta-se a ocorrência do sítio paleontológico Lagoa do Santo, em Currais Novos, onde foram encontrados registros de vários animais que caracterizam uma megafauna de idade pleistocênica.



Figura 4: Patrimônio arqueológico encontrado no Seridó Potiguar. a) Estrutura de acesso aos sítios arqueológicos desenvolvida pelo IPHAN/RN; b) Arte rupestre realizada sobre os quartzitos da Formação Equador.

Patrimônio Espeleológico

Esse tipo de patrimônio se refere às cavernas que se desenvolvem, principalmente, em calcários e mármore, embora ocorram também em formações ferríferas bandadas, arenitos, quartzitos e granitos. Quando geradas por processos de dissolução pela ação da água, as cavernas se formam principalmente em calcário (rocha sedimentar) e mármore (rocha metamórfica), gerando o relevo cárstico. Esse tipo de relevo apresenta um conjunto de feições muito características que, além das próprias cavernas, configuram uma grande beleza cênica, como maciços rochosos expostos, paredões ou escarpas, vales, torres, depressões, dolinas, lagoas, além dos espeleotemas (estalactites, estalagmites, bolo de noiva, *etc*).

Na região do Pólo Seridó, mas precisamente em Caicó, ocorre a Gruta da Caridade como exemplo deste tipo de patrimônio (Figura 5). Esta é formada por mármore (rocha metamórfica) bastante homogêneo, porém às vezes com um bandamento. Contudo na subida para a entrada da gruta ainda é possível verificar uma rocha de granulação fina e de cor preta contendo magnetita, descrita como formação ferrífera bandada. Vale salientar que parte externa da gruta ocorre um painel de gravuras rupestres retratando figuras geométricas. Já no interior na gruta observa-se uma "sala de visita" com formações de estalactites e uma pequena lagoa formada por água que corre em fraturas formadas no mármore. O acesso a outras áreas da caverna se dá por um pequeno orifício na rocha. Mapeamento realizado pela equipe da Sociedade Espeleológica Potiguar, em 2008, definiu a gruta como um longo corredor com cerca de 300 metros de comprimento, muitas vezes inundada por água devido a inúmeros meandros de um rio que corre nos subterrâneos da Serra da Cruz (Almeida Netto *et al*, 2008).



Figura 5: Patrimônio espeleológico encontrado no Seridó Potiguar. a) Entrada da Gruta da Caridade, formada por mármore da Formação Jucurutu; b) Visão interna de parte da gruta, com foliação subhorizontal nos mármore.

É importante ressaltar a necessidade do uso de equipamentos de proteção e o acompanhamento de guias para entrar nesta gruta. Também se faz necessário um plano de manejo específico para esta gruta, obedecendo a legislação brasileira sobre o assunto, no intuito de proteger a degradação de um ambiente mais suscetível ao impacto provocado pelo uso intensivo de visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém lembrar, que os locais (e seus patrimônios) mencionados são apenas uma pequena amostra do que o Pólo Seridó possui em termos de atrativos geoturísticos. Diante desse panorama, resalta-se a importância de um planejamento prévio e estratégico para o desenvolvimento desta atividade para que ela se perpetue como uma fonte de emprego e renda para os municípios e comunidades envolvidas. Porém, tal planejamento deve se orientar em bases preservacionistas, haja vista que o patrimônio geoturístico possui a particularidade de ser único e irrecuperável: uma vez deteriorado estará perdido para sempre! E com ele, as perspectivas de um futuro melhor para as comunidades locais, como consequência da inviabilidade de desenvolvimento do Geoturismo.

Tendo em vista o caráter excepcional do patrimônio geológico encontrado no Pólo Seridó, associado ao aspecto cultural da região, a área atende as necessidades para criação de um geoparque (o Geoparque Seridó) (Nascimento & Ferreira, 2012). Vale salientar que na região existe além do Pólo de Turismo, um Conselho de Turismo, fomentado pelo SEBRAE e Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte, que criaram em 2004 o Projeto Roteiro Seridó e está integrado ao Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal. A região também já apresenta painéis geoturísticos do Projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte, criado pelo IDEMA/RN para divulgar o patrimônio geológico potiguar. O referido projeto conta com a sinalização de 16 monumentos, tendo na região Seridó 3 painéis já instalados (Mina Brejuí, Granito de Acari e Pegmatito de Parelhas).

Vale ressaltar que geoparque é um território com limites definidos que apresenta geossítios de especial valor científico/educativo. Além de sua importância para preservação da memória geológica (geoconservação), a presença de valores ecológicos, arqueológicos, históricos ou culturais inseridos num processo de desenvolvimento sustentável que fomente projetos geoturísticos e educacionais e de valorização do patrimônio cultural local, agrega valor à proposta de criação do geoparque.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETTO, S.; GOMES, A.; MOTA, A. Expedição Caridade 2008. Revista Lajedos, 1(2): 4-11, 2008.

BRILHA J. *Patrimônio Geológico e Geoconservação: a Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica*. Braga: Palimage Editores, 2005. 190 p.

CORTÉS, A.G. Inventario del Patrimonio Geológico. In: MOPTMA - Min. Obr. Públ. Tranp. Med. Amb. *El patrimonio geológico. Bases para su valoración, protección, conservación y utilización*. Madrid, 1996. p. 25-68.

LICCARDO, A; NASCIMENTO, M.A.L. Geoturismo – roteiro de turismo mineral no Nordeste. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 44º, 2008. Curitiba. *Anais ...* 1 CD-Rom.

MEDEIROS, W.D.A. Sítios geológicos e geomorfológicos dos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas e Currais Novos, região Seridó do Rio Grande do Norte. 141p. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

NASCIMENTO, M.A.L.; FERREIRA, R.V. Seridó (RN). In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. (Orgs). *Geoparques do Brasil: propostas*. Rio de Janeiro, 2012. p. 361-416.

NASCIMENTO, M.A.L.; RUCHKYS, Ú.A.; MANTESSO NETO, V. *Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para proteção do patrimônio geológico*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008. 82 p.

RIO GRANDE DO NORTE 2009. Atlas para a promoção do investimento sustentável no Rio Grande do Norte. Governo do Estado, Natal (RN). Opção Gráfica Editora, 186 p.

TURISMO E ESPORTE DE AVENTURA: IMPACTOS AMBIENTAIS NA VILA ACARAPE, TIANGUÁ, CE

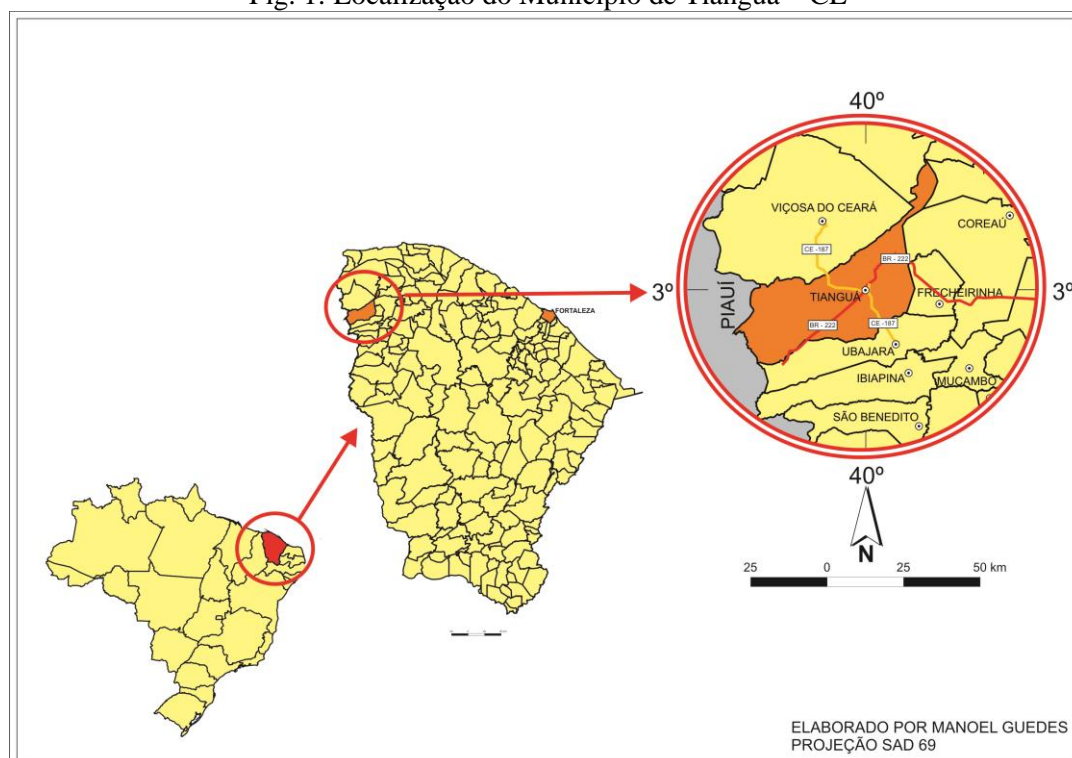
Francisco Irapuan Ribeiro

Anderson Pereira Portugal Portugal

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo identificar os principais impactos ambientais provocados pela dinâmica do turismo de aventura (relacionado à prática de esportes de aventura⁵⁵) no município de Tianguá, localizado na Chapada da Ibiapaba no Noroeste do Estado do Ceará (fig. 1).

Fig. 1: Localização do Município de Tianguá – CE



Fonte: Base de dados cartográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵⁶.
Organização: GUEDES, M. (2013).

Para tanto, dividiu-se a presente pesquisa em três etapas, sendo que na primeira delas, realizou-se análise documental e revisão bibliográfica para compreender o tratamento que esta temática vem recebendo de ciências como a Geografia, a Geologia, a Biologia, Educação Física, disciplinas relacionadas à gestão, entre outras.

Na fase seguinte realizou-se trabalhos de campo, durante os quais se procedeu a coleta de dados primários por meio de observações diretas, cobertura fotográfica e coleta de depoimentos dos usuários e proprietários dos empreendimentos turísticos da área pesquisada. Estes depoimentos foram registrados em diário de campo, seguindo-se os pressupostos metodológicos recomendados por Dencker (2003).

⁵⁵ Os Esportes de aventura também podem ser chamados de esportes de ação ou Esportes Radicais. São práticas competitivas ou recreativas individuais, ou coletivas, com elevado grau de risco físico para o praticante, decorrente de fatores como: ingresso em ambientes confinados, altas velocidades, voos, exposição à altura e outros.

⁵⁶ Atlas Nacional do Brasil/2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Acessado em 28 de janeiro de 2013.

Na terceira fase da pesquisa, os dados de campo foram confrontados com o referencial teórico. O balanço dos dados permitiu ainda a realização de proposições para que a municipalidade possa agir em favor da conservação dos recursos locais.

Este estudo é uma contribuição dos autores para se entender as práticas de turismo que ocorrem no município de Tianguá, que embora seja um destino importante para o ecoturismo e o turismo de aventura, foi pouco estudado e, em função disso, não conta com dados sistematizados que permitam um planejamento mais aprofundado de suas possibilidades e limitações turísticas.

O MUNICÍPIO DE TIANGUÁ

O município de Tianguá possui área de pouco mais de 908,89 km² e dista 281 km em linha reta da capital do Estado, a cidade de Fortaleza. Quanto à sua população, conforme o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE (2012), em 1991, dos 44.005 habitantes, 25.413 residiam na área urbana (57,75%) enquanto 18.592 (42,25%) moravam na área rural. No entanto, em 2010, ainda com base na mesma fonte, dos 68.892 habitantes, 45.819 (66,51%) vivem na área urbana e 23.073 (33,49%) residem na área rural.

O município tem sido identificado nas duas últimas décadas como espaço propício para a prática de esportes de aventura/esportes radicais, como voos de asa-delta e de parapente⁵⁷. Periodicamente o município sedia campeonatos de portes variados. Além dos hotéis e pousadas existentes em Tianguá, nas proximidades da Vila Acarape, onde os voos são realizados, existem três áreas de *camping* de propriedade privada, com capacidade para acomodar até 500 barracas, ocupadas pelos turistas que vêm praticar os esportes de aventura, mas, também, por outros tipos de turistas que são atraídos pelo ambiente que guarda características naturalistas bastante diferenciadas.

Um das instalações para acomodação dos visitantes e esportistas possui 11 unidades habitacionais com capacidade de hospedar até 45 indivíduos. Para acesso a mesma, é cobrada uma taxa de manutenção da área de visitação, onde é possível tomar banho em piscina natural, visitar uma caverna, acessar o mirante onde são realizadas práticas de voos livres e ainda a possibilidade de praticar *rappel*⁵⁸ e jogos de salão e vôlei de areia em uma área de lazer.

A Vila Acarape, localidade estudada com maiores detalhes neste trabalho, localiza-se a 5 km da sede municipal de Tianguá. Tem sido a mola propulsora do turismo local, mas convém ressaltar que a iniciativa de criação das duas pistas de voo livre partiu de pessoas interessadas nesta atividade, de forma que a prática dos esportes de aventura surgiu antes da atividade turística, que somente em um segundo momento se consolidou na Vila Acarape.

Portanto, o turismo e a prática de esportes radicais/de aventura em Tianguá se alimentam mutuamente, pois é inevitável associá-las. Se por um lado a atividade esportiva ensejou o desenvolvimento turístico, na atualidade é o turismo que tem promovido a construção das infraestruturas e instalação de empreendimentos que dão dinamismo à prática esportiva nos moldes locais. No tópico seguinte, a relação entre estas noções (turismo, esportes radicais/de aventura e natureza) será tratada a partir da reflexão teórica desenvolvida por autores que se dedicam aos temas.

⁵⁷ Tanto as asas-deltas, quanto o parapente (*paraglider* em inglês) são modalidades de esportes radicais categorizados como “voos livres”. Enquanto a asa-delta possui estrutura armada, permitindo manobras mais controladas durante os voos, o parapente assemelha-se a um paraquedas, com estrutura flexível e que dá ao piloto, grande mobilidade durante a *performance*. Ambas as práticas podem se dar por motivos recreativos, como também competitivos. Há localidades no Brasil, como Tianguá, onde as condições geomorfológicas e climáticas são adequadas para a prática destes voos, de forma que o turismo vem se beneficiando delas como alternativas para geração de emprego e renda para as comunidades locais.

⁵⁸ Termo de origem francesa, que designa uma categoria de esporte radical na qual se utiliza cabos e cordas para realização de descidas em cachoeiras, penhascos, paredões e edificações. Além de seu caráter esportivo e recreativo, o *rapel* pode ser de grande utilidade pública em operações policiais, de busca e salvamento, motivo pelo qual vem sendo incentivado em corporações como Corpo de Bombeiros, por exemplo.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O conceito de turismo tem inspirado diversos autores e governos, que desde meados do século XX têm discutido seu significado a partir de diversas premissas. Segundo Cruz (2003), o conceito de turismo mudou muito ao longo do último século e seu sentido não pode ser confundido com o de viagem. As viagens sempre existiram na história da humanidade, porém, foi a modernidade urbano-industrial da segunda revolução industrial na Europa (século XIX) que a transformou em uma prática planejada a partir das lógicas capitalistas daquele período (PORTUGUEZ, 2010).

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT⁵⁹ (2011), o turismo na contemporaneidade é composto por atividades realizadas pelas pessoas durante viagens e permanência em lugares diferentes do seu local de residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, para ócio, negócios e outras finalidades, conforme descreve a Organização Mundial do Turismo.

Ignarra (2003), baseado nesta proposição, sugeriu que o turismo seja conceituado como “deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante”. (IGNARRA, 2003, p. 14).

Para atender aos interesses da demanda e dos empreendedores do setor, o mercado turístico tem se diversificado e segmentado, como forma dar mais identidade a determinadas práticas e a determinados destinos. Segundo Beni (2007) segmentação turística é a técnica estatística que permite decompor a demanda turística em grupos relativamente homogêneos, e também a política de marketing que divide o mercado (relação oferta-demanda) em partes mais ou menos homogêneas, cada uma com seus próprios canais de distribuição, motivações diferentes e outros fatores.

Nesta perspectiva, para efeito deste trabalho, entende-se o turismo de aventura associado aos esportes radicais como sendo um segmento do mercado turístico, pois é composto por um conjunto específico de oferta que se associa a infraestruturas e serviços existentes em um determinado local. Esta oferta diferenciada passa a interessar a uma demanda específica, geralmente composta por pessoas ávidas por aventura, espaços dotados de patrimônio natural protegido/conservado, serviços especializados e seguros, entre outros.

Conforme o MTUR - Ministério do Turismo do Brasil (2008), o turismo de aventura é o segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos de segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural. Ainda de acordo com o MTUR (2008) é necessário entender significados dos termos relacionados como: “movimentos turísticos”, “atividades de aventura” e “caráter recreativo e não competitivo”, pois são consideradas expressões fundamentais para a compreensão integral do conceito.

Segundo Uvinha (2001) a palavra “radical” como adjetivação dos esportes, assume gosto comum pelo risco e pela aventura. Muitos praticantes se propõem ainda a se engajar também em causas de preservação ecológica, cultural, da geodiversidade e outras. Ainda é interessante entender que “as modalidades de esportes radicais costumam ser classificadas conforme o ambiente em que são praticadas tanto aqui no Brasil como fora, como aéreos, aquáticos e terrestres” (UVINHA, 2001, p. 22). Assim, compreende-se que os esportes praticados na Vila Acarape são classificados como aéreos.

Paixão *et al* (2010) em afirmativa sobre a prática do voo livre, aliada aos avanços tecnológicos, sugere que ela pode ser realizada com diferentes objetivos e de diversas formas. Afirma ainda que dependendo do nível técnico, o praticante pode utilizar asa-delta ou *parapente* desenvolvidos para propiciar alta, média ou baixa *performance*.

⁵⁹ Organização internacional pertencente à Organização das Nações Unidas - ONU. Possui sede em Madrid e tem por objetivo promover o turismo em escala internacional e, para tanto, cria bases técnicas e teóricas para que governos de todo o mundo incentivem o turismo como atividade produtiva e como forma de lograr o desenvolvimento por meio de práticas “sustentáveis”.

A utilização dos espaços naturais para práticas de esportes e turismo requer um trabalho constante em favor da sensibilização dos usuários. A este respeito, Leite e Cartano (2004, p. 141) afirmaram que “o homem desenvolve atividades socioeconômicas numa relação predatória com a Natureza, gerando assim, inúmeros problemas ambientais como poluição do ar - necessário imediato à nossa sobrevivência, degradando o solo – nossa principal fonte alimentar e contaminando a água – líquido vital para os seres humanos”.

Uma das formas de apropriação dos espaços naturais ocorre por meio do esporte. Esse por sua vez, assume tendências que conduzem a diferentes modos de atuação no momento em que o praticante entra em contato com o espaço que o recebe para a realização das atividades esportivas. Sobre isso, deve-se refletir:

A natureza contemporânea pode ser considerada como território da experiência, afastando-se da contestação inicial. Porém, é importante lembrar que experiência está associada a tentar, testar, arriscar, ou seja, implica em aventurar-se. Pode-se visualizar aí uma espécie de protesto contra um ritmo de vida orientado unicamente para a produção. As visitas à natureza traduzidas nas formas de acampamento, caminhadas, exploração de cavernas e montanhismo tornam-se cada vez mais frequentes, desencadeando uma série de atividades como rafting, canyoning, bóia-cross, cascading, tirolesa e outros. (MARINHO, 2010, p. 142).

Carvalho (2005), em afirmativa comum entre estudiosos dos esportes na natureza, salienta que os mesmos surgiram espontaneamente por volta da década de 1960 e se desenvolveram mais a partir dos anos 1970. Acrescenta ainda que atualmente os praticantes conseguem superar estigmas históricos, segundo os quais os esportes na natureza se limitavam ao uso dos espaços não-urbanos. No tempo presente as atividades esportivas têm desempenhado um papel tanto social como educacional e têm proporcionado algumas mudanças como: a) ocupação do tempo livre em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida e conseqüentemente cada vez mais estressante; b) revitalização de áreas rurais, antes em completa decadência e c) o despertar de interesses políticos e financeiros em todo o mundo, levando à criação deles que regulamentam o acesso e utilização dos variados ambientes.

Conforme Ramalho *et al* (2009), os impactos ambientais são resultantes de atividades antrópicas, podendo afetar direta ou indiretamente os ecossistemas, a população, as atividades socioeconômicas, as condições estéticas da paisagem e culturais, como também a qualidade de vida e dos recursos ambientais. Esses autores afirmam ainda que no Brasil a proteção da biodiversidade está instituída como um princípio constitucional sendo um compromisso de todos os setores da sociedade e não simplesmente uma ação de governo, cabendo a responsabilidade maior ao poder público, em todas as unidades da Federação. De acordo com a Resolução CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente – nº 01/1986⁶⁰, impacto ambiental é:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Como toda e qualquer atividade humana, o turismo é capaz de produzir impactos indesejáveis nos destinos onde se desenvolve. É necessário que os planejadores do setor se atentem para este fato e busquem sempre a valorização do espaço receptivo, no sentido de conservar seus mais variados recursos.

Alguns estudos vêm sendo realizados no Brasil para fins de identificação dos impactos ambientais do turismo. Para atingirmos os propósitos deste estudo, tomou-se como referência a pesquisa desenvolvida por Butery Neto e Gicovate (2005), que investigaram a degradação ambiental provocada pelo uso de trilhas de acesso ao pico da Bandeira, no Parque Nacional do Caparaó (MG/ES).

⁶⁰ Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acessado em 28 de março de 2013.

Quadro 1: Categorias de análise dos impactos ambientais do turismo.

Categoria de análise de impactos ambientais	Variáveis para observação diagnóstica
Ameaças e impactos sobre espécies da fauna e flora	<ul style="list-style-type: none"> • Perturbação dos hábitos de reprodução e alimentação da fauna. • Matança pela caça ou fornecimento de produtos para souvenirs. • Aumento do risco de incêndios. • Perturbação dos fluxos migratórios. • Danos à vegetação e extração de espécies comercialmente importantes. • Compactação pela passagem de pedestres, gado e veículos. • Perda da diversidade biológica local. • Outros.
Poluição	<ul style="list-style-type: none"> • Das águas, pela descarga de detritos, por vazamento de agentes tóxicos. • Do ar, pela emissão de partículas, gases tóxicos, gases danosos à camada de ozônio, ocorrência frequente de odores desagradáveis. • Sonoro, devido ao transporte de turistas e das atividades recreativas muito ruidosas. • Lixo e detritos. • Outros
Impactos sobre o patrimônio geológico e sobre a estabilidade das encostas.	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração do equilíbrio das encostas ocasionando aumento de deslizamentos e erosões. • Danos às características geológicas com exploração inadequada de rochas, bem como pichações e gravações com objetos pontiagudos. • Danos às calhas dos rios e/ou interrupção da drenagem intermitente. • Outros.
Exploração exacerbada dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • Esgotamento do solo. • Exploração e esgotamento de recursos minerais. • Exploração excessiva dos recursos biológicos <p>Alteração dos padrões hídricos dos mananciais.</p> <p>Outros</p>
Impacto Visual	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de planejamento estrutural e arquitetônico. • Falta de padronização em placas de sinalização turística.
Impactos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de pessoal de fora da comunidade, não gerando empregos para os residentes. • Banimento da parcela pobre da população. • Sazonalidade geradora de benefícios em épocas específicas do ano. • Restrições às atividades desenvolvimentistas. • Alterações da cotidianidade local. • Outros.

Fonte: Adaptado de Butery Neto e Gicovate (2005, p. 20)

A matriz de observação da paisagem constante no quadro 1 mostra um leque de temas que devem ser vistos pelo pesquisador ao estudar os impactos do turismo. Neste sentido, é conveniente esclarecer que não se está realizando uma análise profunda de cada impacto e seus desdobramentos. Trata-se tão somente de um passo anterior, que consiste na observação do local para identificação de ocorrências significativas, para que em um segundo momento equipes mais especializadas de estudiosos possam de fato analisar com profundidade as repercussões de cada agente degradador.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ameaças e impactos sobre espécies da fauna e flora

Por se tratar de área protegida e com fluxo de pessoas comprometidas com a sua conservação, os impactos sobre a vegetação não chegam a constituir grave agressão ao meio ambiente. Há preocupação dos gestores do local e dos usuários em manter a fauna e a flora da forma mais original possível, motivo pelo qual a flora nativa vem sendo mantida e inclusive recuperada em alguns trechos. Para a construção dos chalés, existiu o cuidado de utilizar áreas onde não fosse necessário desmatamento, mantendo a vegetação local intacta.

Outro aspecto relevante no que se refere à conservação da área foi o plantio de grama nas áreas de *camping*, que antes, eram expostas às chuvas, o que causava erosão do solo. Em contrapartida, observou-se que em um dos empreendimentos, ao anoitecer ocorre queima de madeira em uma das áreas de *camping* para diminuição dos insetos.

Durante os meses de verão e em épocas específicas do ano é comum a realização de luaus⁶¹, afetando diretamente os hábitos de animais noturnos. Segundo alguns frequentadores, tem-se verificado diminuição do número de morcegos na caverna em decorrência do fluxo de visitantes, que acabam por perturbar o habitat daqueles mamíferos. Acredita-se ainda que o ruído produzido pelo fluxo de veículos automotivos nas proximidades da formação geológica pode ter influenciando no afastamento de algumas das espécies nativas. Nas fotos 1 e 2 é possível perceber que os veículos acessam as áreas internas dos equipamentos turísticos.

Foto 1: Área de acesso à rampa de voo livre.



Foto 2: Chalé ocupado por turistas



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Poluição

Em campo, não foi possível detectar fontes poluidoras que comprometam a qualidade do ar. Há fluxo de veículos no local, mas em quantidade aceitável, de forma que a emissão de gases tóxicos não chega a se constituir em um problema digno de preocupações. Convém, no entanto, recomendar sempre o controle do fluxo para se evitar problemas futuros.

Os veículos são ainda a principal fonte de poluição sonora, mas deve-se considerar que o ruído ocorre, em linhas gerais, em níveis aceitáveis. Como dito, há suspeitas de os morcegos terem se afastado em parte em função da presença de carros, mas pesquisas ainda serão necessárias para que esta hipótese se comprove.

⁶¹ Termo de origem havaiana: “*lu'au*”, que foi incorporado e registrado pela língua inglesa. Trata-se de um encontro festivo realizado ao ar livre, no qual os participantes confraternizam, dançam e cantam ao redor de fogueiras, sobretudo nas noites mais quentes à beira mar. Este termo designa ainda um prato típico havaiano, o que sugere que o luau seria uma festa local associada ao consumo de alimentos tradicionais. No Brasil a tradição de realização do luau (confraternização) foi introduzida por jovens viajantes e surfistas e vem se perpetuando desde décadas, sobretudo em praias e ambientes naturais.

Em relação à água, também não foi possível detectar fontes poluidoras de grande relevância. Em ambientes como este, são dois os agentes poluidores da água: o descarte inadequado de resíduos/lixo e a contaminação por dejetos e esgoto. Durante as atividades realizadas em campo, observou-se que os frequentadores de fato cuidam do local, de forma que não se viu acúmulo de lixo em locais impróprios.

Somadas todas as lixeiras distribuídas nos três espaços de *camping*, foram visualizadas mais de 100 depositórios de lixo com tampas. O recolhimento do material descartado é realizado por funcionários dos espaços e repassados à um grupo responsável pela reciclagem.

Quanto ao esgoto, este é direcionado para fossas sépticas/sumidouros⁶². Desta forma, mesmo não possuindo rede de tratamento de efluentes, o local implantou um sistema confiável de destinação dos dejetos de sanitários e áreas de banho. Por outro lado, há de se considerar que esta destinação não é a mais adequada para um espaço com pretensões de conservação ambiental. Isto porque 500 barracas pode, em certas situações, corresponder a milhares de pessoas, o que gera uma forte pressão social sobre a captação local de água, tratamento (ainda que rudimentar) e destinação do volume descartado. Recomenda-se aqui uma atenção mais detida do Poder Público para melhorar o uso e a gestão deste recurso natural. Na foto 3 vê-se exemplo de instalação sanitária com solução adequada para a destinação de dejetos e na foto 4 pode-se observar a grama plantada para auxiliar na proteção do solo.

Foto 3: Banheiros com fossas sépticas.



Foto 4: Área de camping com barracas.



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

Impactos sobre o patrimônio geológico e sobre a estabilidade das encostas.

Na área onde hoje estão situados os empreendimentos voltados ao turismo, é possível identificar que existem cuidados com os possíveis impactos negativos relacionados à instabilidade das encostas, como plantio de gramas nas áreas mais sensíveis à erosão, fato que diminuiu consideravelmente os deslizamentos e perda de sedimentos na área onde os equipamentos turísticos se encontram. Portanto, entende-se que atualmente os impactos nesse sentido se limitam aos efeitos dos eventos da natureza.

Não se percebeu danos às características geológicas como, por exemplo, exploração inadequada de rochas. Houve pichações na gruta (foto 1) existente em um dos equipamentos turísticos, mas estas foram cobertas pelo proprietário com pigmentos extraídos das folhas de algumas plantas. Observou-se ainda, a presença de várias placas orientando a não depredação da gruta como pichações e gravações com objetos pontiagudos.

⁶²O sumidouro é um poço seco escavado e não impermeabilizado, que orienta a infiltração de água residuária no solo (NBR 7229/93).

Exploração exacerbada dos recursos naturais

Os recursos naturais na área em estudo tiveram maior exploração, proveniente da agricultura familiar de subsistência. A mata originária desmatada de forma exaustiva, a ponto de restar apenas “capoeira”. Com a aquisição dos terrenos pelos empreendedores do turismo na região, percebeu-se que houve cuidados em conservação dos recursos naturais existentes. Ocorre que as ações são pontuais, pois as áreas que estão sendo conservadas são apenas as dos empreendimentos, que representam pequena parcela do território da vila. Isso leva a crer que há predominantemente, exploração exacerbada dos recursos naturais.

Impacto Visual

Em relação ao impacto visual, identificou-se como pontos positivos, a existência de padronização de placas de sinalização turística (foto 5). No entanto, o acesso e alguns empreendimentos utilizam placas grandes e chamativas, o que destoia dos propósitos de conservação da paisagem (fotos 5 e 6).

Foto 5: Sinalização turística.



Foto 6: Placa de identificação da rampa de voo livre.



Fonte: Acervo de Ribeiro, F. I. (2013).

A paisagem é de ampla visão de área verde, visto que a área se mantém sem grandes impactos que possam provocar rupturas consideráveis. Quem realiza voo na área, visualiza do alto, municípios vizinhos, onde é possível vislumbrar plantações de milho e feijão. Outra imagem bem definida, é a marca sinuosa da BR 222, onde transportes em marcha lenta, com suas toneladas de cargas, movimentam o comércio interestadual. Isso permite uma “viagem” não somente de quem está no alto, mas dos condutores de veículos, que dialogam com acenos e efeitos sonoros das buzinas.

Impactos Sociais

A inserção dos equipamentos turísticos pode ser considerada positiva por não ter provocado banimento da parcela pobre da população. Ao contrário, tem sido agregador de subsistência da mesma, especialmente por ser atividade que se caracteriza por baixa sazonalidade. Isto porque há movimento turístico o ano todo, ainda que com maior intensidade em épocas de festas e campeonatos de voo livre. Não se registrou ocorrência de contratação de pessoal de fora da comunidade, o que direciona os empregos para os residentes do município de Tianguá (a maioria mora na própria Vila Acarape).

As vagas ofertadas para empregar os trabalhadores locais são de garçons, cozinheiros/as ou de faxineiros/as, provocando certo desinteresse pela vida na lavoura. Isso impacta diretamente na identidade dos mesmos, pois tradicionalmente a comunidade vivia das atividades agrícolas e da pecuária. Em outras palavras, o turismo tem provocado alterações na cotidianidade local, ainda que esta mudança seja coletivamente percebida como positiva.

O Poder Público e os empregadores locais não têm preocupações em emancipar o trabalhador local no sentido de que ele possa um dia ser protagonista do seu próprio empreendimento. Coletivamente alimenta-se a ideia da relação empregado/empregador, em detrimento da possibilidade da possível autonomia que o turismo pode oferecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises feitas, assim como leituras e trabalhos de campo, pode-se chegar a algumas conclusões sobre a manifestação do fenômeno turístico de aventura relacionado à prática de esportes radicais em Tianguá.

Do ponto de vista teórico, há uma grande profusão de termos que, por vezes, pode confundir o público leigo quanto ao que de fato significa “esportes radicais”, “esportes de aventura”, “turismo de aventura” e até mesmo mesclar estes termos entre si e com outros semelhantes. A falta de clareza conceitual é um elemento que deve de fato motivar novos estudos sobre esta temática, sobretudo em um país como o Brasil, que por sua grande dimensão territorial e diversificação de paisagens, permite distintas formas de uso de suas potencialidades turísticas.

A Vila Acarape possui forte potencial turístico para acolher viajantes interessados na prática de esportes radicais. Prova disso é a instalação do capital turístico no entorno das áreas com maior vocação para abrigar estas atividades esportivas e recreativas.

A Geografia local proporciona a aventura e a contemplação, onde os visitantes podem vislumbrar elementos cênicos muito particulares e agradáveis da paisagem local. Para manter esta potencialidade atraente para novos visitantes, os usuários dos equipamentos e seus proprietários se esforçam em manter a área conservada, com baixos índices de degradação ambiental.

O turismo vem trazendo benefícios para os moradores e de fato tem colaborado para a manutenção do equilíbrio ecológico local ainda que impactos possam ser claramente vislumbrados. Como sugestão final, propõe-se ao poder público que elabore campanhas de educação ambiental em parceria com os empreendedores da Vila, para que os novos frequentadores possam ser sensibilizados quanto à necessidade de proteger os recursos paisagísticos ali existentes.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2007.

BUTERI, B, GICOVATE, G. M. **Turismo e natureza**: identificação de possíveis impactos ambientais na trilha de acesso ao Pico da Bandeira – Parque Nacional do Caparaó (MG). 2005. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Turismo). Curso de Turismo, Faculdade Estácio de Sá de Vitória, Vitória, 2005.

Carvalho, A. J. S. **Esportes na natureza**: estratégias de ensino do Canionismo para pessoas com deficiência visual 2005. 182 f. Dissertação de (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução Conama nº 01/86. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acessado em 28 de mar. de 2013.

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003. Editores, 2003.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning

LEITE, D. M. T. CAETANO, C. A. Educação Física, esporte e lazer na natureza: preservação, modismo, apologia. será tudo isso? **Motrivivência**, Florianópolis, SC, v. 16, n. 22, Jun. 2004. p. 137-143. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1190>. Acesso em: 21 mar. 2013.

MARINHO, A. Turismo e aventura: refletindo sobre novas sensibilidades na busca pela natureza. **Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 3, n.1, 2010. p.141-144. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/91/33>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de aventura**: orientações básicas, Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Aventura_Orientaxes_Basicas.pdf. Acesso em 22. mar. 2013.

OLIVEIRA, M. C. B. R.. **Gestão de Resíduos Plásticos Pós-Consumo**: Perspectivas para a Reciclagem no Brasil. 2012. 91 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Handbook on tourism product development**. Published by the World Tourism Organization (UNWTO) and the European Travel Commission (ETC). Madrid: OMT, 2011.

Paixão, J. A, *et al* .Práticas aventureiras e situações de risco no voo livre: uma análise a partir do conceito de redoma sensorial. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, jul./set. 2010. p. 672 – 581. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/2899>. Acesso em 12 jan. 2013.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. **Risco, corpo e socialidade no voo livre**. 2005. 170 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PORTUGUEZ, Anderson. P. Geografia Humana del bajo río Doce. Uberlândia: Assis, 2010. Disponível em: <http://assiseditora.com.br/geohumana/index.html> . Acesso em 15 de fev. 2013.

Ramalho, A.M.C.; Oliveira, C.A.A.; Moraes, P.S.A.; Costa, S.O.P. Impactos ambientais, culturais e estéticos no Parque Estadual do Pico do Jabre, Matreia (PB). **Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.2, n.1, 2009. pp. 35 - 56. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/12/10>. Acesso em: 21 mar. 2013.

Secretaria de Planejamento e Gestão. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil básico do município de Tianguá. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Tiangua.pdf. Acesso em 03. fev. 2013.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

O POTENCIAL DO GEOTURISMO NO BAIRRO DE PEIRÓPOLIS – UBERABA (MG)

Gláucia Muniz Silva

Thales Silveira Souto

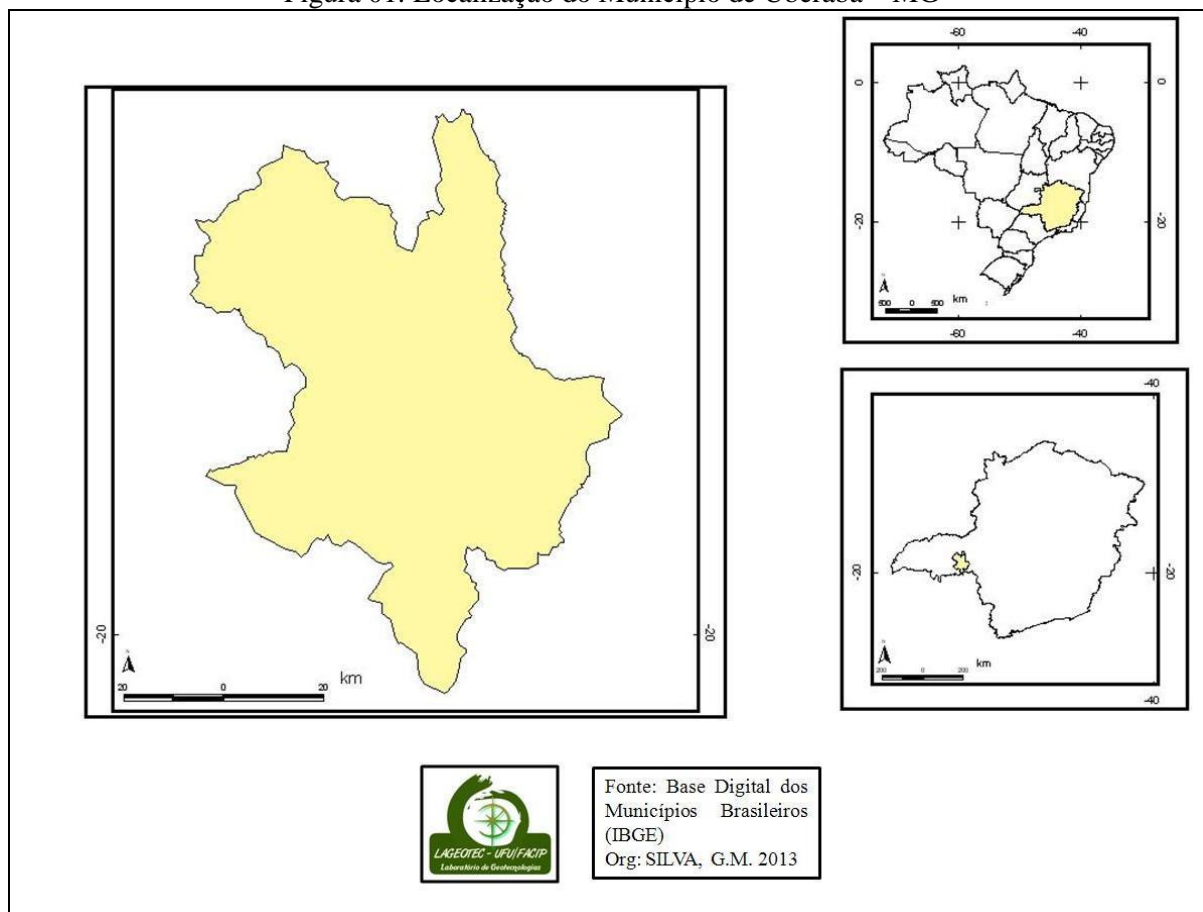
Roberto Barboza Castanho

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação de Uberaba iniciou-se em meados do século XIX, esta tinha sua economia vinculada à extração de calcário, e, com o passar dos anos, por meio deste tipo de uso do solo, possibilitou a descoberta de fósseis, que mais tarde constatou ser originários de dinossauros. Dessa forma, após a comprovação dos fósseis de dinossauros nomeou a primeira descoberta completa com o nome do município, sendo este intitulado de *Uberabatitan Ribeiroi*.

O local onde foi encontrado o fóssil é um distrito rural do município de Uberaba-MG (Figura 01), nomeado de Peirópolis, no qual esta vila se localiza a aproximadamente 19 km de Uberaba.

Figura 01: Localização do Município de Uberaba – MG



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (Base digital/ 2002).
Org.: SILVA, G. M. (2013)

Este lugar inicialmente era chamado de Cambará, pois, havia a ligação da linha férrea de Catalão – GO à cidade de Ribeirão Preto – SP. Somente em 1924 é que foi nomeado de Peirópolis, uma homenagem ao Frederico Peiró, um imigrante espanhol que extraía a maioria da produção de calcário local e exportava para o estado de São Paulo, por meio da antiga estação ferroviária que atualmente se encontra o museu de fósseis.

No ano de 1976, a linha férrea foi desativada, e a partir de 1986, a estação começou a ser desapropriada, fazendo com que a mesma ficasse abandonada até o ano de 1992. Devido a essa desapropriação, a vila ficou sem alguns serviços básicos, tais como energia, água tratada e esgoto. Sendo assim este espaço que possuiu representatividade de uma época em que havia a execução da atividade extrativa de calcário, e que foi abandonada, deixou suas marcas apenas nas estruturas do antigo prédio que era utilizado como estação do trem de ferro. (LOPES, 2007).

Desta forma, a vila começou a receber investimentos no qual iniciou o processo de escavações de fósseis, proporcionando assim, a volta da população para esta vila, tornando o local propício para grandes pesquisas, onde consolidou a instalação de um Museu de Dinossauros, e do Centro de Pesquisas Paleontológicas *Llewellyn Ivor Price*, em homenagem ao pesquisador que deu início à pesquisa paleontológica na região.

Assim, possibilitou com a criação do Museu dos Dinossauros e do Centro da Rede Nacional de Paleontologia, e devido este local possuir a maior feição espeleológica em arenito das Américas (CARDOSO; MORENO, 2003), proporciona visitação de estudantes, pesquisadores, e demais turista, transformando o local em um ponto turístico na região. Salienta-se que além da existência destas características supracitadas, também há um importante atrativo turístico, sendo este caracterizado pelas belezas naturais existentes, que começaram a ser exploradas pela população local, de Uberaba e de municípios ao seu entorno, no qual se intensificam nas visitas às cachoeiras.

Neste sentido, observa-se que este local possui como pontos turísticos a cachoeira Ponte Alta, sendo esta localizada a 22 km do museu. Esta cachoeira possui aproximadamente 30 metros de altura, no qual se podem fazer atividades de intuito ecológico, sendo essas caracterizadas na realização de rapel, trilhas ecológicas, dentre outros.

Além do museu, dos atrativos vinculados ao meio ambiente, ainda existem os restaurantes de comida caseira, feita em fogão a lenha, e panela de barro, com seu cardápio tipicamente mineiro⁶³, e também as casas que vendem doces típicos da região, que são feitos pela população local, ressaltando assim o uso das características culturais regionais, se caracterizando pelo uso da gastronomia como um atrativo que o local oferece aos turistas.

O que norteou esta discussão é a análise do desenvolvimento do geoturismo em Peirópolis, sendo este um bairro localizado no município de Uberaba-MG, assim como o processo de formação e desenvolvimento deste local, a partir do uso de um antigo espaço para uma nova função.

Este possui como princípios básicos para a sua consolidação, etapas metodológicas, no qual, a primeira, caracterizou-se pela escolha do tema para a realização deste, após houve a delimitação da área de abrangência de pesquisa, fez-se trabalhos de campo no local em estudo, posteriormente, realizou-se pesquisas bibliográficas científica, além do uso de fonte digital, como figuras, imagem de satélite, dentre outras. Fez-se o mapa de localização da área em estudo. Posteriormente possibilitou a compreensão da realização do geoturismo em Peirópolis em relação ao seu desenvolvimento tanto no setor relacionado à ciência, como ao turismo.

O GEOTURISMO E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Diante da atual economia, vinculada à Globalização, têm-se o desenvolvimento do turismo em grande parte do mundo, sendo assim, possibilita compreender que as relações das pessoas com os lugares mudaram em consonância ao desenvolvimento da economia, vinculada ao meio técnico-científico-informacional, dessa forma ressalta-se o que Dias (2008, p. 14) descreve, pois,

⁶³ Preparação da comida em panelas de barro, e com temperos tradicionais, dentre outros meios que caracterizam esta peculiaridade mineira.

As distâncias entre diferentes pontos do globo tornam-se cada vez menores no que diz respeito ao tempo, tornando-se realidade a formulação de Marshall McLuhan, na década de 60, da existência de uma verdadeira aldeia global, pois hoje pode-se comunicar instantaneamente com pessoas situadas no outro extremo do mundo, mais rapidamente – às vezes – do que com seu próprio vizinho. As relações sociais já não dependem exclusivamente da proximidade física, o espaço físico deixou de ser obstáculo à aproximação das pessoas. São muitos milhões de informações trocadas diariamente no mundo todo. Aumenta a curiosidade, o desejo de conhecer pessoas e povos. As viagens facilitadas pela melhoria nos transportes tornam-se cada vez mais necessárias.

Neste sentido, possibilita por meio do desenvolvimento dos meios supracitados, a aproximação das pessoas aos lugares mais diferenciados a cada tempo, ou seja, já não se tem limites quanto ao rumo das pessoas, isso quando visto no percentual da evolução da tecnologia para a inclusão de uma grande parcela da população mundial à realização de viagens, e com caráter de turismo.

Por meio da realização do turismo, ressalta que o mesmo imprime algumas características ao lugar turístico, sendo que estas podem ser valorizadas, quando entendidas a contribuição econômica que essa função permeia, e até mesmo valorização da cultura de um povo, ou então contribuição para a proteção de determinado recurso ambiental que se propõem a realizar turismo. Podendo ocorrer também, a precarização de determinado grupo de indivíduos que possuem sua cultura vinculada a uma área reterritorializada para outras funções, além da degradação ambiental para a implantação de estruturas necessárias para a execução de atividades turísticas.

Portanto, visualiza-se que a sociedade que possui vínculo com o lugar turistificado, muitas vezes pode ser menosprezada para a nova função que o local permite, porém existem comunidades que muitas vezes podem ser beneficiadas com a realização do turismo, pois, esta, poderá oferecer ao público o que a sua cultura, costumes, crenças, e valores, possuem, e dessa forma, melhorar, e acrescentar a sua condição socioeconômica. Até porque o turismo assim como qualquer outra atividade realizada em determinado local, poderá desenvolver este nos processos econômicos, sociais, políticos, culturais, e até mesmo ambientais, assim como também poderá ocorrer a degradação destes aspectos supracitados, dessa forma considera-se que de acordo com Lopes; Dias (apud Albuquerque, 1997 p. 02)

Um processo de transformação das economias e sociedades locais, orientando a superar as dificuldades e desafios existentes, que busca melhorar as condições de vida de sua população, através de uma atuação decidida e articulada entre os diferentes agentes socioeconômicos locais (públicos e privados), para o aproveitamento mais sustentável dos recursos endógenos existentes, mediante o fomento das capacidades para empreender atividades locais de tipo empresarial e a criação de um entorno inovador no território.

Deste modo, considera-se que por meio do aproveitamento de determinada situação em que o local oferece, ou seja, a partir da inclusão de uso e apropriação do espaço pertinente à realização das atividades turísticas, incluirá este território a uma nova forma de uso e apropriação do seu espaço. Porém, para a ocorrência do aproveitamento de forma ideal dos seus aspectos tanto ambientais, quanto culturais e até mesmo sociais, faz-se de sublime importância a articulação entre os agentes públicos e privados, pois assim, ocorrerá o desenvolvimento de uma atividade que tenha o caráter de fazer com que haja valorização, e não apenas degradação destas características que determinado local oferece.

O desenvolvimento econômico possui certa diferença de crescimento econômico, pois de acordo com Dias (2008, p. 67) “O desenvolvimento econômico vem sempre acompanhado de um crescimento da economia, embora o crescimento não implique, necessariamente, desenvolvimento.” Já o crescimento econômico é “[...] uma expansão global da produção de bens e serviços, sem reflexos sensíveis na distribuição de renda, e não provocando mudanças estruturais qualitativas na economia”.

Neste viés possibilita entender que, pode haver um crescimento econômico devido à realização da atividade turística em uma cidade, porém, isto não quer dizer que a cidade melhore nos aspectos respectivos à sua população residente, pois, o que poderá ocorrer, é uma valorização do turista, fazendo com que os investimentos do poder público sejam voltados para este público, validando dessa forma, a desvalorização que este crescimento promove na sociedade. Com isso ao analisar o caso do recorte espacial estudado, visualiza-se que antes do desenvolvimento do turismo, este local era depredado, sendo assim, ao considerar a importância da estação ferroviária para a história da região, conclui-se que houve melhorias nas condições físico-estruturais desta vila ao ser reutilizada para uma nova função, e assim, observa-se que isto ocorreu devido a necessidade de ter aspectos que tornem o local apropriado para as pesquisas realizadas e também para criar atrativos turísticos.

O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

O meio rural se fez por muito tempo a realização da atividade primária para a população mundial, assim, ao considerar, o novo patamar que o meio rural conquistou, visualiza-se a implantação cada vez crescente de maquinários, implementos, técnicas e tecnologias em geral para a aproximação ao meio urbano, e para melhores resultados na produção agroindustrial, desta forma, salienta-se que este desenvolvimento possibilitou a este espaço, uma nova forma de produção, e até mesmo de uso e ocupação do solo.

Assim, pode-se dizer que a ocupação do espaço rural para a oferta de turismo se fez presente, também, graças à globalização, pois permitem aos diferentes espaços a constituição dos mesmos mecanismos, técnicas, tecnologias.

Dessa forma, ao existir espaços inúteis à consolidação agroindustrial, têm-se a apropriação deste no que Portugal (2006, p. 2) propõem, pois,

Para reduzir a alta vulnerabilidade econômica, inúmeras comunidades rurais passaram a reagir, mobilizando-se para minimizar seus problemas e alcançarem resultados econômicos mais confortáveis. No Brasil, foram muitas as ações empreendidas em favor dessa reação, sobretudo a partir de 1980: a multifuncionalização das propriedades, diversificação da produção, automação e mecanização rural, valorização da indústria familiar, revigoramento do artesanato, incentivo às cooperativas comerciais e de serviços e, entre muitos outros exemplos, a implantação de atividades ligadas ao lazer e ao turismo nas áreas rurais.

Com isso, observa-se que essas medidas foram e ainda estão sendo tomadas para a validação dos espaços rurais de pequeno porte, pois, muitas vezes as propriedades rurais de maior extensão não necessitam deste tipo de adaptação, isto se dá, devido ao uso e as oportunidades que estes empresários rurais possuem, até porque, na maioria dos casos, têm-se a monocultura, valorizando a produção maximizada de uma única cultura, sendo que este possui crédito bancário para o financiamento e melhores oportunidades de crescimento na sua safra, deixando o pequeno produtor rural a mercê da produção para subsistência.

Assim, deve-se levar em consideração o que Portugal (2006, p. 6) diz, referindo-se que,

A questão aqui não é negar a turistificação de áreas com características peculiares, procuradas cada vez mais pelos diversos segmentos do turismo. Deve-se buscar o desenvolvimento qualitativo e não apenas o crescimento econômico, sendo preciso, para tanto, a conciliação dos interesses da comunidade local, a conservação da natureza, e o bem-estar do visitante.

Dessa forma, pondera-se que para realizar a atividade turística se faz primordial a realização do turismo com intuito de fazer com que este não agride os símbolos, cultura, recursos naturais, de um espaço, para que assim haja o desenvolvimento igualitário em ambas as partes, ou seja, tanto relacionado à economia de um grupo, quanto à conservação dos aspectos culturais de outro, valorizando assim, o meio ambiente, no qual estes se encontram.

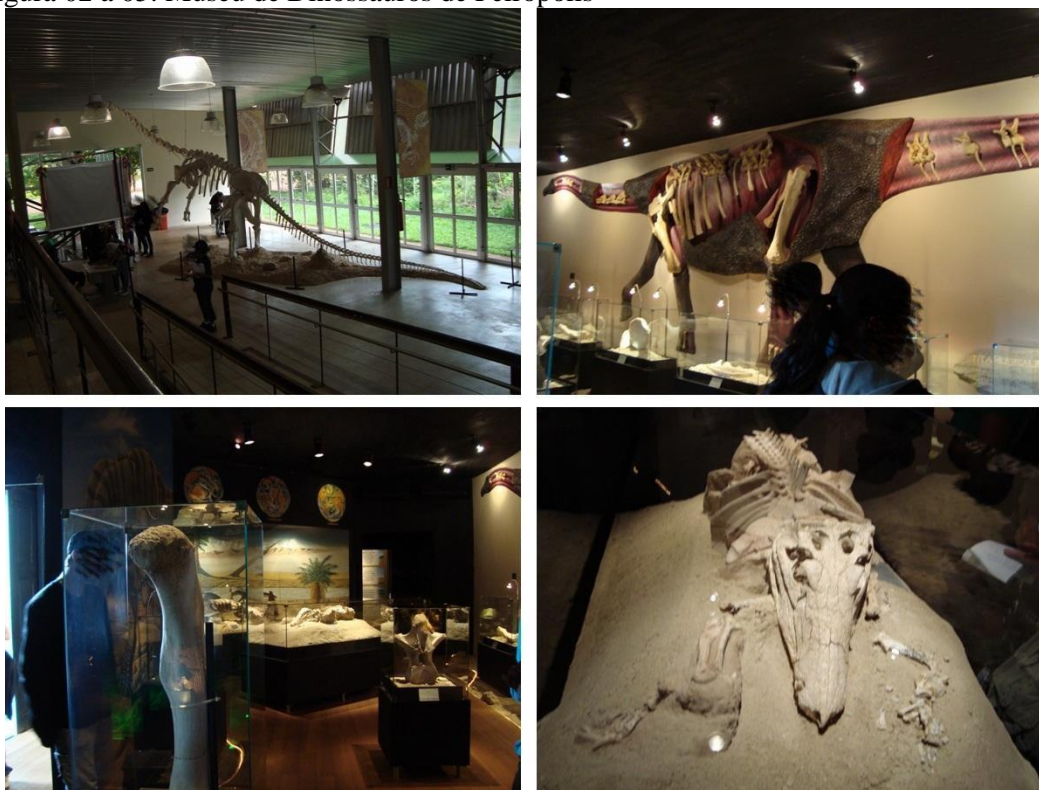
USOS TURÍSTICOS DOS ESPAÇOS EM PEIRÓPOLIS E ENTORNO

Este lugar em estudo se desenvolveu a partir da realização da extração de calcário, que possibilitou por meio desta atividade a descoberta de fósseis de dinossauros, e no decorrer das pesquisas consolidou-se o potencial deste local.

Peirópolis é considerado no cenário da paleontologia nacional como sendo uma importante região de escavação de fósseis para a explicação do passado, tendo assim, imensa colaboração a sociedade acadêmica, no qual fez com que este local tivesse o desenvolvimento proveniente a partir desta descoberta.

Neste sentido, por meio da implantação de importante centro de pesquisa, e consequentemente do museu, consolidou a inserção de alguns importantes meios que concentram algumas atividades turísticas, como a reterritorialização da antiga estação de trem para uma nova função, no qual esta possui na atualidade um museu (figura 2 a 5), que neste espaço é aberto ao público para visitação, e visualiza o de algumas espécies encontradas neste local.

Figura 02 a 05: Museu de Dinossauros de Peirópolis



Fonte: SOUTO, T. S. (2010).

Este centro de pesquisas possui uma grande visita o de alunos tanto do Ensino Fundamental, quanto médio, e até mesmo provenientes da gradua o, por meio de trabalho de campo de Geologia, dentre outras disciplinas. Dessa forma, possibilita além da sociedade acadêmica a visita o de toda a popula o, para conhecimento da história deste local, a partir das representa es expostas no museu.

Assim, observa-se por meio da representa o da figura 06 e 07 uma compara o entre duas figuras, representando o mesmo prédio em datas diferentes. A figura 06   datada do início da segunda metade do século XX, no qual, visualiza-se o prédio abandonado, e a figura 07 que   datada do ano de 2010, revela a atual forma que   dada a este prédio (museu).

Figuras 06 e 07: Parâmetro de comparação do prédio que estava abandonado entre as décadas de 1970 a 1990, com o novo uso na atualidade



Fonte: Estações Ferroviárias / SOUTO, T. S. (2010)

A estrutura predial como pode ser observado ainda é a mesma, o que mudou foi as atividades exercidas neste espaço, e a conservação do mesmo como um prédio histórico, assim, visualiza-se também que todo entorno do prédio foi recuperado para a melhor recepção tanto dos pesquisadores, estudantes, e turistas que visitam este lugar.

Além da oferta vinculada às pesquisas arqueológicas, este local, também oferece outros tipos de atividades para o desenvolvimento do turismo, como os recursos naturais existentes, no qual, as cachoeiras, e as demais belezas naturais propiciam a evolução deste espaço, através da inserção de renda das pessoas que fazem o turismo nesta vila.

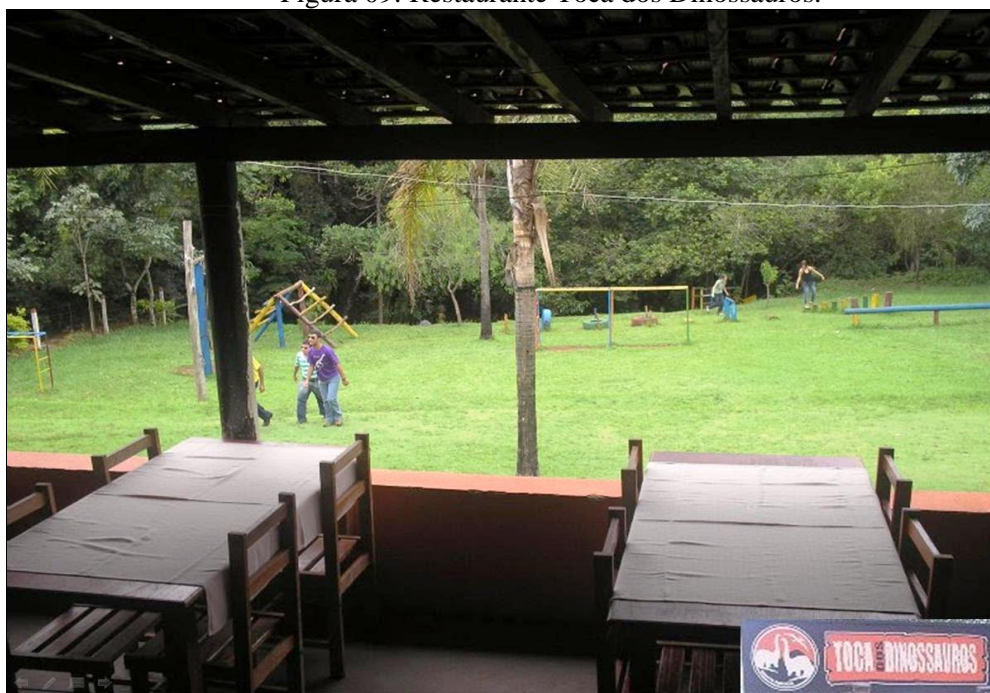
Assim, pode-se visualizar nas figuras 08 e 09, alguns atrativos que permeiam o desenvolvimento do turismo nesta vila, no qual, estes se relacionam tanto no âmbito dos recursos naturais existente, relacionando-se à cachoeira Ponte Alta, e às trilhas que se faz para chegar a esta cachoeira, possuindo exuberância a quem a vê, quanto dos providos à pesquisa e visitação do museu de dinossauros, em uma antiga estação reterritorializada para esta nova função, com isso, houve a inserção de alguns atrativos para os turistas, como as casas de doces típicos da região, além dos restaurantes de culinária típica.

Figura 08: Localização das áreas mais visitadas pelos turistas em Peirópolis



Fonte: *Google Earth*
Org.: SILVA, G. M. (2013).

Figura 09: Restaurante Toca dos Dinossauros.



Fonte: OLIVEIRA, F. de P.(2009).

O geoturismo ocorre em Peirópolis a partir das instâncias de oferta e atrativos, tanto relacionados aos aspectos que tangem a ciência geológica, quanto para a realização de outras atividades que permitem a ocorrência de turismo neste local, com isso, CANDEIRO, C. R. dos A. 2012. p. 239 (apud BRILHA, 2005) descreve que,

Como consequência de uma maior demanda por áreas naturais geradas pelo turismo, ocorre a diversificação dos segmentos turísticos, sendo o geoturismo um dos exemplos atuais, tendo surgido a partir da década de 1990 como uma tentativa de valorização, divulgação e entendimento de um aspecto da natureza muitas vezes negligenciado por outros segmentos turísticos: o patrimônio geológico.

Desta forma, observa-se que os outros atrativos, como os recursos naturais, e por meio da utilização da cultura local, caracterizando à culinária, faz com que aumente a oferta turística nesta lugar, ou seja, realiza-se algumas atividades, além das caracterizadas ao atrativo principal, sendo este relacionado a paleontologia. Deve-se levar em consideração o que CANDEIRO, C. R. dos A. 2012. p. 239 (apud LEITE DO NASCIMENTO; RUCHKYS; MANTESSO-NETO, 2008) discorre, pois torna-se,

Relevante ressaltar que o patrimônio geológico é uma pequena parte representativa da geodiversidade que apresenta valores significativos para a sociedade, sejam eles: intrínseco, cultural, estético, econômico, científico e/ou funcional, sendo composto por um conjunto abrangente e complexo de diversos tipos de patrimônio, tais como o geomorfológico, petrológico, paleontológico, mineiro, tectônico, entre outros.

Portanto, visualiza-se que a Vila de Peirópolis, possui certa representatividade no geoturismo, e isto ocorre por meio dos atrativos existentes, e que são equivalentes não apenas ao uso que a paleontologia e demais ciências relacionadas ao estudo do passado fazem. Existem também os atrativos que são referentes a outros segmentos, e que além do público do âmbito acadêmico, também podem fazer uso, validando assim, o turismo para todos os públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização desta pesquisa, possibilitou a compreensão que o geoturismo proporcionou à Peirópolis, sendo este permeado a partir do uso tanto do potencial relacionado à ciência paleontológica, e aos relacionados à apropriação dos recursos naturais existentes, além da utilização da cultura desta região para aproximação e valorização de um código de importante representatividade, que é alicerçada à gastronomia típica de Minas Gerais especificamente da região.

Assim, através de trabalhos de campo realizados, e comparação de dados existente, como documentos fotográficos, visualizou-se a importância que o geoturismo teve para o desenvolvimento desta lugar, até porque, outrora não existia estrutura suficiente para a população local, como policiamento, iluminação, dentre outros, que são necessários para a qualidade de vida. Sendo assim, possibilitou a comparação entre os registros fotográficos, que além da antiga estação ferroviária que foi reutilizada para a ocupação e uma nova função, no qual foi restaurado, também propiciou a melhoria na infraestrutura deste local estudado.

Com isso, compreende-se que houve o desenvolvimento de Peirópolis nos aspectos socioeconômicos, além dos relacionados à importância que se deu para o conhecimento da história não apenas da vila, assim como também de toda a região, pois com a implantação de um importante centro de pesquisa, potencializou a região no cenário paleontológico mundial, apropriando assim este espaço para a explicação do passado.

Portanto, observou-se que neste local ocorre o geoturismo, sendo este relacionado não apenas ao uso deste para as características relevantes ao estudo da história Geológica, mas também fazendo a apropriação deste espaço por meio dos recursos naturais existentes, e até mesmo culturais deste para a realização do turismo em Peirópolis.

REFERÊNCIAS

CANDEIRO, C. R. dos A; et a. Potencialidades de Geoturismo na região do Triângulo Mineiro: exemplos de Campina Verde, Prata, Ituiutaba e Indianópolis. In: PORTUGUEZ, A.P; SEABRA, G; QUEIROZ, O.T.M.M. **Turismo, Espaço e Estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa – PB: Editora Universitária da UFPB, 2012. P. 239 – 253.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

Estações Ferroviária. Disponível em

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/mogiana_triangulo/fotos/peiropolis3.jpg>. Acesso em 29 Abr. 2012.

LOPES; DIAS apud ALBUQUERQUE. Turismo Paleontológico e desenvolvimento local em Peirópolis, Uberaba – MG. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**. Ano 02 – n. 02 – jul/2008. Disponível em <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao3/artigo7.pdf>>. Acesso em 15 Maio 2012.

LOPES, L. A. M. **Os Impactos socioculturais e o desenvolvimento do turismo paleontológico em Peirópolis – MG**. 2007. 133 p. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA / Belo Horizonte, 2007.

PORTUGUEZ, A. P. Aspectos culturais do turismo no espaço rural. In: **Turismo no espaço rural: Enfoques e perspectivas**. Org. Portuguese, A. P. [et al]. São Paulo: Roca, 2006.

Trilhas Interpretativas. Disponível em <<http://www.trilhasinterpretativas.com/>>. Acesso em 29 Abr. 2012.

O SIGNIFICADO DAS EMOÇÕES E DO RISCO PERCEBIDO NO CONSUMO DO TURISMO DE AVENTURA EM SERGIPE

Karine dos Anjos Santos

Fabiana Britto de Azevedo Maia

INTRODUÇÃO

O turismo de aventura é importante para o desenvolvimento da região na qual ele é praticado. Nas últimas décadas esse setor tem crescido em todo o mundo. O público é extenso o que faz o consumo nesse segmento ser crescente, ampliando o número de empresas relacionadas ao segmento. O Brasil, que possui dimensões continentais, favorece essa prática, gerando emprego e renda:

A expansão mercadológica foi espontânea e abrangente hoje o turismo de aventura está amplamente disseminado no Brasil e uma grande variedade de empresas e prestadoras de serviços se estabelecem em todo território nacional. (ABETA, 2009, p. 12)

O interesse nessa pesquisa é interpretar o significado das emoções, tal como expressadas pelos consumidores diante do processo de avaliação da satisfação no contexto das experiências de turismo de aventura. O turismo de aventura consiste na prática de esportes radicais com a finalidade de diversão, prazer e superação individual, notadamente envolvendo emoções (interesse, euforia, alegria, medo) associadas ao risco percebido, mas que geram satisfação com a experiência.

Neste trabalho a pesquisa tem como foco a modalidade do rapel no Estado de Sergipe. Sabe-se que esta é uma modalidade já praticada em diversos municípios do Estado, mas não se tem estudos sobre os aspectos do comportamento do turista, principalmente no que se refere às emoções e aos riscos percebidos envolvidos no consumo. O local escolhido para a análise foi a Ponte Joel Silveira, localizada sobre o rio Vaza-Barris no Estado Sergipe, onde são realizadas atividades de rapel.

Metodologicamente trabalhamos com critérios qualitativos interpretativos. Seguimos alguns passos para a obtenção dos resultados com a leitura bibliográfica, entrevista e aplicação dos questionários, seguida da análise e interpretação dos mesmos.

TURISMO DE AVENTURA

O turismo de aventura segundo a Associação Brasileira de Normas e Técnicas- ABNT 15500 consiste em “atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos” (ABNT 1500, 2007, p.1). Assim, percebemos que o turismo de aventura pode despertar várias emoções, dependendo das características dos praticantes e da atividade desenvolvida.

Para Ralf e Uvinha (2011) turismo de aventura é um termo amplo que abrange todos os tipos comerciais de turismo e recreação ao ar livre com um elemento significativo de emoção. Já para a Associação Brasileira de Turismo de Aventura (ABETA) “o turismo de aventura é uma atividade que tem caráter recreativo e envolve riscos avaliados, controlados e assumidos” (2009, p. 31). Com essas definições percebemos que os autores estão em sintonia com o conceito do turismo de aventura que consiste num segmento turístico que envolve diversas emoções e diversificadas atividades físicas.

A data de seu surgimento não é precisa, mas estima-se que se deu por meados da década de 70. Para a ABETA, as primeiras empresas surgem entre 1975 e 1985 na Bahia, Rio de Janeiro e Petrópolis. Nessa época o público era restrito, se limitando a estudantes e aventureiros. Tal prática foi ganhando adeptos e em 1990 com a realização do ECO-92 há o que se chama de boom do turismo ecológico, na medida em que aumentavam as preocupações com o meio ambiente e com a sustentabilidade. Assim, o turismo de aventura, cresce junto com a responsabilidade ambiental. O público foi ampliado, agora, não apenas estudantes e aventureiros procuram por tais práticas, mas também estrangeiros, famílias de classe média, casais e grupos de solteiros.

Com o público se ampliando, surgiu a necessidade de regulamentação de segurança. As cidades de Brotas-SP e Bonito-MS foram as primeiras a organizarem o turismo de aventura e começaram a preocupação com a segurança dos participantes. Segundo a ABETA (2009) em 1997 foram criados equipamentos para segurança no turismo de aventura, com isso a área, tende a se expandir, pois oferece maior segurança aos seus praticantes. Entre os principais aparelhos de segurança estão: capacetes, cordas entre outros.

Com a criação da ABETA, há definitivamente o desenvolvimento organizado do setor. As principais atividades do turismo de aventura são: Bungee jump, cachoeirismo, Canionismo, cicloturismo, escalada, rapel, espeleoturismo, trilha, entre outros.

Diante de todo crescimento desse segmento foram criadas normas segundo os critérios da Associação Brasileiras, de Normas e Técnicas (ABNT) para sua regulamentação e padronização das práticas do turismo de aventura. Esta regulamentação é composta por regras gerais para a gestão da segurança em turismo de aventura e normas específicas para cada prática do turismo de aventura. Vejamos os objetivos para se referir as informações mínimas preliminares aos clientes:

Esta norma especifica os requisitos gerais mínimos para informações relacionadas à segurança e aos aspectos contratuais pertinentes de produtos ou serviços que incluam atividades de turismo de aventura, a serem proporcionadas a clientes potenciais, oferecidas por uma organização ou pessoa, antes da formalização da compra. (ABNT 15286, 2005, p.1)

Esta norma deve ser de conhecimento do usuário do serviço de turismo de aventura. Assim, ele saberá toda a atividade que irá acontecer durante a prática do turismo. Os condutores também possuem suas normas que devem ser seguidas para a maior segurança tanto dos turistas quanto dos próprios condutores. Vejamos o objetivo geral de tal norma: “Esta norma estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de atividades de turismo de aventura, independentemente de qual atividade esteja sendo praticada” (ABNT 15285, 2005, p. 1).

Percebemos a importância destas normas para um bom desempenho das atividades, pois assim haverá a sintonia e controle nos os passos a serem seguidos tanto pelos condutores quanto pelos praticantes do turismo de aventura.

AS EMOÇÕES E OS RISCOS PERCEBIDOS NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

O conceito de emoção é complexo, na medida em que envolve sentimentos que são abstratos. Nesse trabalho nos voltaremos ao conceito de emoção defendido por Maia (2011): “Emoção pode ser considerada o aspecto central discutido sobre a perspectiva hedônica, ou experiencial do consumo.” Nessa perspectiva, a emoção passa a ser objeto de consumo.

As diversas emoções a serem consumidas podem ser despertadas de maneiras diferentes em cada consumidor visto que uma ação que causa adrenalina e alegria para alguns pode ser motivo de desespero e medo para outros. Um ponto de encontro entre essa diversidade de emoções é a memória, pois sendo positiva ou negativa sempre ficará na lembrança das pessoas.

“As emoções positivas estão relacionadas a resposta de satisfação, enquanto que emoções negativas remetem à insatisfação.” (VERDE, ARRUDA e MARCELINO, 2008, p. 2). Destacamos que a lembrança negativa como o medo, insegurança nem sempre são motivos para não satisfação dos consumidores, pois um pouco de medo misturado a alegria pode ser a combinação perfeita para o turismo de aventura, por exemplo.

As emoções positivas geram satisfação do consumidor o que estimula a comprar novamente o produto e até indicar novas pessoas para a prática do turismo de aventura escolhido. No caso do rapel, por exemplo, uma pessoa que já praticou a atividade e se sentiu satisfeito, isto é, teve emoções positivas, pode voltar e trazer novos amigos. O fato deste praticante está em contato com a natureza ajuda no nível de satisfação de tal prática, visto que proporciona a fuga da rotina.

Sabemos também que a emoção pode estar diretamente relacionada ao risco que está exposto na hora da prática da atividade turística. O risco é “combinação da probabilidade da ocorrência de determinado evento e da(s) sua(s) consequência(s)” (ABNT 15331, 2005, p.2). O risco pode ser subdividido em categorias, como por exemplo, o risco percebido que consiste no risco em que ambas as partes tem noção dos riscos presentes em tal prática de turismo de aventura. Assim, para Farias e Kovacs (2006, p. 04) “O risco pode ser real, embora, os consumidores são apenas influenciados pelos riscos que percebem”.

“O risco percebido mesmo sendo este objeto de várias pesquisas, há mais de 43 anos, quando foi introduzido na literatura do marketing em 1960 por Bauer, ainda permanecem questões não respondidas nessa área do conhecimento” (FARIAS e KOVACS, 2006, p. 03). O termo *risco percebido* é utilizado no turismo de aventura, pelos empresários que oferecem as atividades, para indicar o controle dos riscos reais durante as atividades de turismo de aventura.

A partir desse conceito, os turistas percebem os riscos existentes, mas na mesma medida percebem que estes são controlados e assumidos, diminuindo acentuadamente os perigos de acidentes graves.

Os riscos controlados “São aqueles avaliados pelos prestadores de serviços e que são objeto de manipulação pela adoção de medidas de segurança cabíveis de acordo com as normas técnicas” (ABNT, 15331, 2005 apud MAIA, 2011, p.44), ou seja, são aqueles existentes, mas cercados de todos os equipamentos que controlem o perigo existente na prática das atividades. Já o risco assumido também chamado de percebido “Significa que ambas as partes devem ter consciência dos riscos inerentes e manipulados” (MAIA, 2011, p.44), isto é, são aqueles que são conhecidos tanto pelos praticantes como pelos responsáveis na organização da prática do turismo de aventura.

O CASO DO RAPEL EM SERGIPE

O turismo de aventura envolve naturalmente riscos e emoções que muitas vezes motivam os participantes a sempre realizar tais práticas. Assim, segundo Maia (2011) tanto os consumidores, quanto os órgãos reguladores são cientes dos riscos percebidos: “O risco no turismo de aventura é percebido como inerente tanto pelos consumidores, quanto pelas empresas e órgãos públicos reguladores (ex. ministério do turismo e associação brasileira de ecoturismo e turismo de aventura)” (2011, p. 44).

O rapel, por exemplo, consiste em “Técnica de descida em corda utilizando equipamentos específicos” (ABNT NBR 15500, 2007, p. 03). Esses equipamentos são utilizados para o controle do risco, assim, os turistas se sentem motivados a praticar tal atividade, que é ao mesmo tempo emocionante e se torna segura com a adequada utilização dos equipamentos.

Podemos identificar alguns riscos presentes na prática do rapel, tais como: possíveis acidentes, lesões, situações de perigo, morte, entre outras.

Para evitar esses riscos o praticante pode tomar algumas estratégias de redução de riscos “que são comumente utilizadas pelos consumidores para minimizarem os mesmos quando eles os percebem” (TAYLOR, 1974 *apud* MAIA, 2011, p.110). Algumas estratégias de redução de riscos podem ser: Comprar uma empresa conhecida; Pesquisar em várias empresas; Buscar informações na internet, jornais; entre outros.

Outra medida para a diminuição dos riscos é a correta utilização dos equipamentos de segurança. Os principais equipamentos utilizados no rapel podem ser:

- ✓ Capacete;
- ✓ Cadeirinha;
- ✓ Mosquetão;
- ✓ Descensores (pelo menos freio 8);
- ✓ Cordas;
- ✓ Luvas;
- ✓ Fitas;
- ✓ Grampos de fenda;
- ✓ Entre outros.

Os sistemas de segurança são normatizados pela ABNT 15331/2005 e possui especificações quanto a gestão de segurança no turismo de aventura, assim:

- a) pretende aumentar a satisfação e segurança do cliente por meio da efetiva aplicação do sistema, incluindo processos para melhoria contínua do sistema e a garantia da conformidade com os requisitos do cliente e requisitos regulamentares aplicáveis, e
- b) necessita demonstrar sua capacidade para assegurar a prática de atividades de turismo de aventura de forma segura e que atendam aos requisitos de segurança do cliente e requisitos regulamentares aplicáveis. (p.9)

Percebemos que com essa norma, é possível sistematizar a prática segura e responsável, sendo uma guia para os promovedores dessas práticas. Isso faz com que os clientes tenham critérios para selecionar as empresas que estejam em sintonia com as normas e onde irão realizar a prática de turismo de aventura.

Durante a atividade de turismo de aventura o participante pode sentir vários tipos de emoções, tanto emoções positivas como negativas. As emoções que pode ser decorrentes com a prática do rapel são: ansiedade, medo, excitação, diversão, euforia, alegria, tranquilidade, entre outras.

O medo, por exemplo, pode alcançar as duas vertentes, tanto pode ser positivo, como negativo. O medo pode ser positivo, na medida em que o participante busca sua integridade para manter a sua sobrevivência, e pode ser negativo, quando o este supera a vontade de participar da atividade do rapel, por exemplo, impedindo a sua prática.

Outra emoção, já citada, que pode ser despertada com a prática do rapel é a ansiedade “Este estado emocional se apresenta como uma combinação ou padrão associada ao outras emoções fundamentais, tais como o medo, raiva, vergonha, culpa, ou ainda pode estar relacionada com o interesse/excitação” (IZARD, 1977 *apud* MAIA, 2011, p.92). Percebemos que a ansiedade é um conjunto de emoções que juntas causam diversas sensações no praticante.

METODOLOGIA

Considera-se que o direcionamento qualitativo interpretativo da pesquisa é o mais adequado para se cumprir os objetivos do estudo. A pesquisa foi dividida em três fases: planejamento, coleta e análise dos dados. A fase de planejamento consiste, inicialmente, na revisão teórica da literatura existente e, em seguida, foram definidos o lócus onde aconteceria a coleta de dados, os critérios de seleção dos sujeitos que foram investigados e foram elaborados e aplicados os roteiros de entrevista e foi feita a observação para a realização da pesquisa de campo.

Na fase de coleta de dados foram realizadas as entrevistas individuais com os consumidores e, ao mesmo tempo, observados os aspectos relacionados à prestação de serviços de acordo com o roteiro pré-estabelecido. Os dados da pesquisa foram coletados em dois momentos o primeiro no dia 08/12/2012 e o segundo no dia 03/02/2013 ambos na ponte Joel Silveira, onde se realizou o rapel.

No total foram entrevistadas 15 pessoas que estavam participando do rapel através do trabalho feito pela empresa Peregrinos especializada em Turismo de Aventura. O questionário foi composto por 13 perguntas, sendo 5 delas feitas antes do consumo e 8 após o consumo. A análise dos dados tem como norte os princípios da análise do discurso seguindo os passos para a sua realização, os quais consistem em: a) transcrição das entrevistas; b) leitura cuidadosa; c) codificação e; d) interpretação dos dados.

ANÁLISE DOS DADOS

Com nosso trabalho, conseguimos vislumbrar alguns resultados parciais nas experiências de consumo do turismo de aventura. O roteiro de entrevista que elaboramos buscou compreender os sentimentos despertados nos indivíduos em toda etapa da realização da atividade, isto é antes, durante e depois da prática do rapel. Essa preocupação foi para que pudéssemos compreender as mudanças de emoções sentidas durante toda a prática da atividade.

Entrevistamos até o momento 15 (quinze) participantes. Para manter a preservação da identidade dos entrevistados usamos letras para identificá-los. Nas entrevistas realizadas percebemos que os consumidores expressam diversas emoções.

A primeira pergunta foi: “O que você está buscando com esta atividade?”. A intenção dessa pergunta foi saber o que motiva o turista a praticar essa atividade. Em geral os entrevistados buscam novas sensações para sair da rotina e muita carga de adrenalina como pode ver nas falas a seguir:

Fazer uma coisa diferente. Fugir da rotina. (Entrevistado A)
Descontrair um pouco e [...] Me por em jogo nessa aventura de liberar um pouco de adrenalina, saber como eu vou reagir nessa situação de controlar o medo, né? . (Entrevistado E)

Em seguida procuramos saber, “Quais as suas expectativas com relação à atividade?”. A maioria das respostas indica a procura por diversão, superação do medo e contemplação com a natureza. Vejamos.

Ah, eu acho que vou me divertir, vou achar legal, diferente. (Entrevistado B) Ah [...] Eu acredito que vai ser muito bom. Acho que vai superar o que eu estou esperando aqui né?. Eu já espero uma coisa maior, mas acho que vai ser mais ainda do que eu estou pensando. (Entrevistado D) Espero que seja uma atividade prazerosa e que possa me proporcionar uma bela vista. (Entrevistado L)

No primeiro momento o sentimento de medo é bastante presente. Quando perguntados “que emoções você está sentindo nesse momento?”, podemos perceber esse sentimento presente na maioria das falas, como as seguintes:

Medo! (risos) (Entrevistado D) Medo! (Entrevistado H)
Ah menina não sei nem explicar, um pouco de medo só. (Entrevistado N) Olhe eu confesso que eu estou com um pouco de medo, to porque é a primeira vez. (Entrevistado O)

Conforme vimos anteriormente, o sentimento muitas vezes visto como negativo, como é o caso do medo, pode gerar emoções positivas. Após a prática da atividade verificamos que os participantes relaxam e, por vezes, deixam de sentir as emoções negativas, como o medo, e passam a sentir emoções positivas, como algo que impulsiona a prática de tal atividade. Isso foi constatado na pergunta sobre: “Que emoções você sentiu durante a atividade?” Vejamos nas falas a seguir:

Medo, mas to feliz (Entrevistado D) Adrenalina. Foi muito massa! Foi muito bom, muito bom, muito bom. (Entrevistado H) Ah uma emoção [...] Não dá nem pra explicar uma emoção muito boa, ótima de mais a paisagem tudo legal né? Uma contemplação, só na boa. (Entrevistado N) Olhe [...] Foi uma mistura. Assim, eu fiquei um pouco com medo lhe confesso, mas só que quando você ta descendo que você começa a ver o visual, assim tudo aí começa a curtir, fica tudo [...] É uma mistura, assim porque foi à primeira vez aí eu tive medo, mas tem uma hora que você relaxa que você quer curtir você quer ver tudo e aproveitar. (Entrevistado O)

Assim, tem se confirmado a ideia, vista na parte teórica do trabalho, que a combinação de emoções negativas e positivas presentes no consumo de turismo de aventura, especificamente no rapel, pode levar à satisfação no consumo e impulsionar a prática desta atividade.

Quando foi perguntado “O que você pensa sobre o risco da atividade?” Percebemos em algumas falas que o risco e o perigo da atividade são reais, percebidos e assumidos por alguns participantes. Vejamos:

Eu acho que é perigoso. (Entrevistado B) Eu penso que toda atividade que agente faça tem um risco né? Qualquer coisa tem um risco jogar bola tem um risco, tudo tem seu risco. Agente tem que superar isso e fazer o que tem vontade né? (Entrevistado E) A gente sempre pensa que pode acontecer alguma coisa né? Mas procura não pensar nisso. (Entrevistado M)

Mas nem sempre o risco é percebido ou assumido, conforme vimos na teoria anteriormente trabalhada, em alguns casos dos entrevistados a avaliação sobre o risco percebido, foram de não-percepção e de controle graças à segurança que os instrutores e a empresa passam. Outro fator que influenciou a não percepção do risco foram às experiências anteriores de alguns participantes. Vejamos alguns exemplos a seguir:

Assim, eu confio na equipe, acho se fosse com outra eu ia ficar com medo. (Entrevistado A) Não, eu acho que o risco é nenhum [...] Acho que a segurança é boa. (Entrevistado H)

Em outro momento da entrevista direcionamos para a segurança que os participantes sentem na empresa questionando sobre, “Como você avalia a segurança proporcionada pela empresa?”. Quase todos os participantes afirmam que se sentem seguros e consideram uma boa empresa para a prática da atividade. Vejamos.

Ela mostrou que tem suporte, mostrou que tem um pessoal qualificado, já treinado já que ela tem 16 anos aqui em Aracaju, aí eu deposei minha confiança na empresa. (Entrevistado E) Sim, sim [...] Eu já conheço o histórico dela. (Entrevistado G) Pelas outras experiências que eu tive achei a melhor possível. (Entrevistado L)

No mesmo quesito segurança perguntamos na oitava pergunta: “Qual a impressão sobre a segurança proporcionada pela empresa durante a atividade?”. Da mesma forma os participantes se sentem seguros.

Agora em relação à empresa é que eu sinto segurança. Por isso que eu faço com eles. (Entrevistado B) Eles são seguros, confio neles. (Entrevistado I)

Após a atividade questionamos se, “Você percebeu algum risco durante a atividade?”. Acreditamos que como os participantes sentem confiança na empresa, a maioria não percebeu o risco que estava na atividade de aventura. Isso ocorre por conta da segurança oferecida pela empresa durante a atividade, que como vimos na teoria, influencia diretamente nas emoções dos praticantes.

Não, nenhum. (Entrevistado A) Não, me sentir super segura com eles. (Entrevistado L)

Sobre os instrutores os praticantes sentem segurança e no geral avalia-os como bons instrutores. Vejamos a pergunta que fala sobre: “O que você pensa sobre o papel dos instrutores na prática da atividade?”.

Eles foram maravilhosos, eles encorajaram bastante agente né? (Entrevistado A) Eles foram bons, de acordo com o que eu esperava. (Entrevistado E) Eles são treinados e deixam agente bem confiante na segurança do equipamento. (Entrevistado L)

Após a atividade perguntamos o que os participantes sentiram e a diversidade de sentimentos pode ser percebida na pergunta que falava sobre: “Que emoções você está sentindo agora?”.

Realizado [...] Com o que eu queria fazer, realmente, eu conseguir fazer (Entrevistado G). Fome (risos) não na verdade assim é rui porque você fica esperando as outras pessoas descerem e aí fica chato por isso, mas agora eu to tranquila, feliz com a descida superou as minhas expectativas. (Entrevistado K) Ah to realizada e muito feliz. (Entrevistado L)

Todos os participantes afirmaram estar satisfeitos em relação a pratica da atividade ao perguntar “Como você avalia a satisfação com a experiência?”. As respostas foram:

Maravilhoso, quero fazer várias ainda. (Entrevistado A) Foi muito bom [...] Quero fazer de novo. (Entrevistado D) Rapaz foi a melhor possível. Agora eu vou pular de asa delta, agora eu abrir as portas (Entrevistado I).

Toda essa satisfação na maioria das vezes se deu pela segurança na equipe e satisfação com a atividade turística. Vejamos algumas das respostas da pergunta. “Que aspectos você está levando em consideração para a avaliação da satisfação?”.

Pela segurança que eles proporcionam. (Entrevistado C) Eles passaram muita segurança pelo menos eu fiquei muito segura eu fui a primeira nunca fiz né? Poderia até ter ficado com medo, mas não fiquei foi muito [...] Fora que lá eles têm um [...] Lá embaixo eles têm o controle da gente foi tudo ótimo adorei. (Entrevistado I) Então porque assim [...] Eu realizei uma coisa que eu tinha vontade de experimentar, de saber como era eu achei que eu não ia conseguir e eu conseguir entendeu? Assim quando você vê algumas pessoas descendo aí você começa a ficar mais tranquila, ver que realmente funciona e dá certo para sua segurança aí eu [...] Eu achei que não ia conseguir, mas conseguir. (Entrevistado O)

Coragem, superação e emoção única foram as principais respostas para a pergunta sobre: “O que essa experiência significou para você?”.

Assim, não só pra mim, mas pro pessoal que tava lá, muita gente tava com medo, mas isso faz parte da superação do medo da pessoa, né? No final eu me senti mais a vontade com a atividade. (Entrevistado E) É [...] Como é que eu posso dizer? [...] Foi uma emoção única e agora eu quero fazer outras vezes. (Entrevistado G) Num sei [...] Acho que abriu a porta pra eu fazer de novo. (Entrevistado F)

Com a análise dessas perguntas, percebemos que a segurança proporcionada pela empresa influencia para que os participantes desenvolvam emoções positivas que se associam às emoções negativas, o que contribui ainda mais para a satisfação do consumidor. Da mesma forma a não percepção do risco ou a sensação de controle do mesmo, também leva a emoções positivas que contribuem para a satisfação. Portanto, essa combinação de emoções despertadas associadas ao risco percebido, leva à satisfação do consumidor proporcionando a volta da prática da atividade, bem como a indicação de novos participantes.

CONCLUSÕES

A emoção associada ao risco em que a atividade pode trazer durante a sua prática têm um papel muito importante e influência no comportamento do consumidor de turismo de aventura. Percebemos claramente que na análise das emoções feitas antes e depois do consumo, que as emoções consideradas positivas levam a satisfação e também as emoções consideradas muitas vezes como negativas como o medo, por exemplo, podem levar também a satisfação.

Outro aspecto muito importante que percebemos nesta pesquisa foi que nem sempre as emoções negativas são vistas pelos consumidores como uma coisa ruim, durante a prática de atividades de aventura, em alguns casos essas emoções negativas podem ser consideradas por alguns indivíduos como uma coisa boa, como por exemplo, um participante que considera o medo uma ajuda para controlar a euforia na hora em que atividade esta sendo praticada. Com isso percebemos que nem sempre emoções consideradas negativas, como o medo, deixam o indivíduo insatisfeito com a atividade.

Os riscos estão presentes, e muitas vezes são percebidos pelos praticantes da atividade, porém esse fator não é um obstáculo para que os mesmos continuem praticando as atividades, mas as empresas proporcionam segurança para as pessoas os riscos são assumidos e controlados pelos participantes, resultando em uma prática tranquila e segura.

Após o consumo percebemos que a segurança proporcionada pela empresa teve um papel fundamental para que ocorresse a satisfação total dos participantes. Outro aspecto foi à satisfação e realização dos participantes em ter superado os limites e conseguido chegar a uma conquista pessoal em ter praticado a atividade, isso influenciou em alguns casos em uma vontade imensa de fazer novamente o rapel e outras atividades de aventura.

REFERÊNCIAS

ABETA; MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. dos autores, 2009. (Série Aventura Segura)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15285 - Turismo de aventura – Condutores – Competência de pessoal**. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15286 - Turismo de aventura- Informações mínimas preliminares a clientes**. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15331 - Turismo de aventura — Sistema de gestão da segurança — Requisitos**. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15500 - Turismo de aventura - Terminologia**. Rio de Janeiro, 2007.

FARIAS, Salomão Alencar de; KOVACS, Michelle Helena. **Esforço do Consumidor, Estratégias de Redução do Risco Percebido e Satisfação: Proposição de um Esquema Teórico para o Comércio Eletrônico**. 30º encontro da ANPAD. Salvador. 2006.

MAIA, Fabiana Britto de Azevedo. **O significado das emoções nas experiências satisfatórias do consumidor de serviços extremos:** uma investigação no turismo de aventura. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração. Recife: o autor, 2011.

RALF, Buckley; UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de Aventura:** Gestão e Atuação Profissional. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 2011.

VERDE, Antonio A.G.F.L.; Arruda Daniele M.O.; MARCELINO, José W.N. **Emoções negativas podem incrementar a satisfação? O caso da oferta de serviços de experiências radicais.** III Encontro de Marketing da ANPAD, Curitiba. PR, 2008

REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE TURISMO NO POLO COSTA DAS DUNAS, NO RIO GRANDE DO NORTE

Jurema Márcia Dantas da Silva

INTRODUÇÃO

As políticas públicas, como instrumento de intervenção do Estado, têm permitido a mobilização de setores da economia, especialmente da atividade turística no Brasil desde a década de 1980. Os planos e programas desenvolvidos pelas agências governamentais em parceria com as instituições financeiras representam a materialização de uma política projetada para o desenvolvimento do turismo no país, não obstante a incidência de dificuldades para alcançar as metas estabelecidas nos planejamentos.

O Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE) e, especialmente, o do Rio Grande do Norte (PRODETUR/RN) foi implantado com o objetivo de dotar alguns municípios do estado, em especial os litorâneos de infraestrutura e de capacidade técnica para a gestão da atividade. Nesse sentido, o texto apresenta análise sobre o impacto dessas políticas nos municípios integrantes do Polo Costa das Dunas. Trata-se de um polo criado com a intenção de delimitar a área de atuação do PRODETUR que abrange 18 (dezoito) municípios: Arês, Baía Formosa, Canguaretama, Ceará Mirim, Extremoz, Macaíba, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso, Senador Georgino Avelino, Tibau do Sul e Touros.

Nos procedimentos metodológicos para a realização do texto, destacam-se a revisão bibliográfica e pesquisa documental, assim como a apreensão da realidade socioeconômica dos municípios do Polo Costa das Dunas, construído a partir de dados estatísticos, com identificação dos impactos provocados pelos programas de desenvolvimento turístico implantados no estado do Rio Grande do Norte. A reflexão considerou particularmente os benefícios que o turismo ocasiona aos núcleos receptores e aos turistas, sem esquecer os problemas que também esses têm gerado. Buscou entender como a população residente participa do processo e os rebatimentos no território e no desenvolvimento dos núcleos receptores de turismo, considerando que essa participação no processo de planejamento é fundamental para o sucesso do turismo em um lugar.

A partir da leitura de autores que teorizam sobre políticas públicas do turismo como Virgínio (2011), Coriolano (2006), Saraiva (2006), Fonseca (2005), Ruschmann (1997), Dye (1984), e da análise dos documentos Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) que aponta as áreas e componentes de investimentos a serem realizados pelo PRODETUR, e do Relatório *Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos*, documento de avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi possível estruturar uma discussão teórica sobre políticas públicas do turismo e os impactos no estado do Rio Grande do Norte. A análise da aplicação desses programas de políticas públicas permitiu avaliar os impactos desses instrumentos para o turismo, a partir de uma reflexão sobre a realidade socioeconômica dos municípios que integram a área do Polo Costa das Dunas.

AS POLÍTICAS DE TURISMO NO POLO COSTA DAS DUNAS

O crescimento da atividade turística no Nordeste foi idealizado na década de 1980 pelo governo federal em parceria com os governos estaduais, que objetivavam inserir a região economicamente periférica na rota dos turismos doméstico e internacional. Entretanto, para captar o mercado turístico, especialmente o internacional, seria necessário dotar essa região de infraestrutura turística e serviços urbanos: segurança pública, transporte, saúde, saneamento, sistema de comunicação, a fim de atender às exigências da potencial demanda consumidora de um produto turístico em elaboração.

Detentor de um rico patrimônio natural e cultural, o Nordeste apresentava potencial que, para ser transformado em produto turístico, necessitava da implantação de infraestrutura, promoção e comercialização do destino turístico, a partir da atração de investimentos.

A precariedade dos serviços, da infraestrutura básica e turística, o consumo predatório dos recursos naturais turísticos e a má gestão do espaço turístico, não atendiam, e não atendem ainda, de modo satisfatório, às condições necessárias para a inserção do Nordeste brasileiro no mercado turístico global, de modo competitivo (FONSECA, 2005, p. 97).

Diante desse quadro, a partir dos anos de 1980, o governo federal, em parceria com os estados do Nordeste, desenvolve políticas públicas voltadas para a atividade turística sanando a deficiência da infraestrutura que impedia a expansão do turismo regional. Entre as políticas públicas de maior impacto para a atividade destacam-se: a Política de Megaprojetos Turísticos com a implantação da rede hoteleira⁶⁴, o PNMT descentraliza a política nacional e o PRODETUR/NE implanta infraestrutura básica, melhoria do sistema institucional dos estados e municípios e impulsiona a atividade turística. Essas políticas públicas são parte do processo de planejamento dos governos nos três níveis de gestão e dizem respeito ao conjunto de ideias e propostas que os gestores públicos pretendem em relação aos serviços e as ações do estado.

Política Pública denota o posicionamento do poder público em relação à ação do estado, sendo conceituada por Dye (1984), como tudo aquilo que o governo decide fazer. Nessa direção, Muller (1990) apud Virgínio (2011) afirma que política pública é um programa de ação próprio a uma ou várias autoridades governamentais, sendo assim um processo de mediação social, o que contribui para amenizar as distorções que possam intervir entre um setor e outro, ou ainda entre um setor e a sociedade. Para Saraiva (2006, p. 28), as políticas públicas são “um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade”.

Esse autor defende que as decisões são fruto do desejo dos diversos atores que participam do processo decisório das definições das políticas públicas. Nessa perspectiva, fica claro o entendimento de que esses atores são responsáveis pela implantação e fiscalização das ações políticas. Há também que se identificar o nível de consciência dos agentes no processo de participação das decisões na implantação das políticas. A ausência da mobilização de determinados grupos sociais no planejamento e na gestão das políticas contribui para favorecer os interesses dos grupos que detêm um maior poder de articulação, como afirma Virgínio (2011, p. 50) ao ressaltar que:

As políticas passam inicialmente pelo processo de reconhecimento do problema (decidindo se farão parte ou não da agenda governamental), para assim serem elaboradas as soluções cabíveis, culminando então na formulação de políticas. A agenda seria uma espécie de programação do governo, ou seja, estabelece questões que são debatidas com o objetivo de pensar em soluções para saná-las. Muitas questões pertinentes a determinados grupos sociais acabam sendo esquecidas devido ao jogo de interesses e relações de poder.

A autora denota que há necessidade de democratizar a participação de todos os agentes intervenientes na formulação das políticas públicas, a fim de que possam ser legítimas, justas, eficientes e iguais. No que diz respeito às políticas públicas no Brasil, têm sido feitos esforços no sentido de torná-las mais eficientes e eficazes. Além de ser relevante a descentralização que vem sendo adotada pelas políticas governamentais nos segmentos como Educação, Saúde, Trânsito e Transporte, Assistência Social e Turismo. No que se refere ao turismo, Cruz (2002, p. 40) no livro *Política de turismo e território*, mostra o papel da política pública na produção do espaço para o turismo. O entendimento é de que a política pública é concebida como:

O conjunto das decisões e ações relativas à alocação de valores que se encontram consubstanciados, amparados legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal) referentes ao turismo.

⁶⁴ O resultado desta política no Rio Grande do Norte é o Projeto Parque das Dunas/Via Costeira, responsável pela criação de uma estrutura hoteleira de porte internacional, em Natal, capital do Estado.

Na perspectiva discutida pela autora, pode-se destacar como marco inicial da formulação das políticas públicas de turismo o Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro de 1966, que definiu a Política Nacional de Turismo e criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Instrumento jurídico que no Art. I define o direcionamento dessa política:

Compreende-se como política nacional de turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país.

Nesse momento a atividade turística é reconhecida como capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas, atenuar os desníveis regionais, o que faz Virgínio (2011, p. 54) retrucar ao afirmar que:

A idéia equivocada de que o turismo é uma atividade essencialmente econômica, remete a uma conclusão errônea que vem sendo disseminada praticamente desde o início das políticas de turismo implantadas no país. O turismo é um fenômeno social, econômico e cultural que promove a interação entre as pessoas a partir do deslocamento e se dá através do contato que mantém nesse período fora de seu ambiente natural, isto é, o turismo não é e não deve ser visto meramente como uma atividade econômica.

A desmistificação do turismo enquanto atividade apenas econômica, conforme defesa da autora, é validada pelo entendimento de ser o turismo uma atividade promotora da interação entre pessoas por meio do deslocamento, o que exige o estabelecimento de inter-relações sociais, culturais e ambientais. Essa concepção expressa a ideia de que o turismo é uma prática social de base cultural e ambiental, a qual deveria ser enfatizada na formulação dos instrumentos de políticas públicas, o que não ocorreu durante a formatação e execução de programas como o PNMT e o PRODETUR.

ACÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO (PNMT), NO POLO COSTA DAS DUNAS

O Programa de Municipalização representa um marco nas políticas públicas de turismo do Brasil, foi o primeiro instrumento de descentralização da gestão da atividade turística sendo os líderes dos municípios os atores do processo. Criado a partir da Organização Mundial de Turismo (OMT), com publicação do Manual de Desenvolvimento Local Sustentável, documento base para a formulação dessa política. O programa que foi incorporado pelo Plano Avança Brasil (2000-2003) do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e identifica-se que entre as principais queixas dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil estavam às questões relacionadas à segurança pública (24%) e à limpeza urbana (19%), problemas básicos, sentidos diariamente pelos brasileiros. A resolução desses problemas não é necessidade apenas do turista, mas primeiramente as populações locais.

Em razão disso, o governo FHC estabeleceu metas ambiciosas para os primeiros 4 anos do PNMT, quais sejam: aumentar o fluxo turístico estrangeiro em 35%, passando dos 4,8 milhões em 1998 para 6,5 milhões em 2003; aumentar o crescimento da receita cambial de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 5,5 bilhões; ampliar em 50% o fluxo turístico doméstico de 38,2 para 57 milhões de pessoas; e propiciar a criação de 500 mil novos empregos. Vale destacar que essas metas deveriam ser alcançadas, por meio da descentralização das políticas, enquanto estratégia do governo, pois essa era a concepção do PNMT, conforme consta do documento da EMBRATUR.

Havia a necessidade de descentralizar a gestão do turismo, tanto do ponto de vista lógico como operacional. Como orientar os municípios nesta direção? Era preciso que os problemas fossem resolvidos na própria localidade, por pessoas que vivenciassem, na prática, as dificuldades da região. (EMBRATUR, 2002, p. 47).

Nessa visão, o PNMT estabelece como meta o “desenvolvimento local”, assim o Programa tinha como objetivo conscientizar os residentes das cidades sobre a importância social do turismo e mostrar as vantagens para os 1.680 municípios brasileiros com vocação turística. A deliberação normativa 417/2000, da EMBRATUR, com base no Roteiro de Informações Turísticas (RINTUR), identifica 1.529 municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo no Brasil. No Rio Grande do Norte são identificadas 43 Municípios Turísticos e Municípios com Potencial Turístico, municípios esses integrantes do Polo Costa das Dunas.

O Programa adotava cinco princípios básicos que nortearam as estratégias de planejamento e gestão da atividade turística: descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação. Assim, estabelece parcerias com instituições governamentais e não governamentais, trabalha o enfoque participativo da sociedade, forma multiplicadores, trabalha o planejamento de forma sistemática e inclui as instituições acadêmicas como agentes do processo.

Após 8 anos de funcionamento os números do PNMT são expressivos, promoveu 1.107 oficinas em todos os estados brasileiros, capacitando cerca de 28.000 agentes locais, com a participação de aproximadamente 1,5 milhão de voluntários. (EMBRATUR 2002, p.128)

Para os envolvidos não restam dúvidas da validade do PNMT. Tornou-se uma política pública de grande abrangência e receptividade, e principalmente de grande responsabilidade, com os munícipes se envolvendo com muito compromisso, uma vez que o turismo, além de ser uma atividade de lazer, torna-se alternativa de crescimento e desenvolvimento socioeconômico para municípios brasileiros. O compromisso do monitor, o envolvimento das lideranças políticas, a força da iniciativa privada local, a participação e o empenho da comunidade são os componentes que norteiam o avanço efetivo da atividade turística no município.

Essas observações se aplicam aos municípios do Rio Grande do Norte, onde o PNMT desenvolveu um trabalho de mobilização e conscientização nas localidades que apresentavam potencialidades. A descontinuidade administrativa e a ausência de quadros técnicos profissionais concorreram para que os municípios não conseguissem manter o nível de conhecimento e envolvimento no processo de planejamento da atividade turística. Virgínio (2011, p. 144) na pesquisa junto às instâncias de governança municipais, sobre o Programa de Regionalização do Turismo no RN, identifica claramente isso:

Muitos ainda acreditam estar participando do PNMT, finalizado em 2002. Isso mostra o quanto a rotatividade dos secretários municipais de turismo podem afetar os destinos quanto à implementação de políticas públicas, ao passo que em denuncia a falta de reciclagem, ou melhor, acompanhamento pelo órgão gestor estadual do turismo junto aos municípios.

As palavras da autora demonstram o quanto a descontinuidade administrativa e a falta de capacitação técnica impedem o sucesso das políticas públicas e dificultam a implementação e execução do PRODETUR, como é analisado no item seguinte.

INTERFERÊNCIAS DO PRODETUR NO POLO COSTA DAS DUNAS.

Instrumento de alcance regional, o PRODETUR foi criado em novembro de 1991, antes da Política Nacional de Turismo em parceria entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Nasceu com o objetivo de “fortalecer a atividade turística no Nordeste e em toda a área abrangida pela SUDENE, mais precisamente, e consolidar essa região como importante destino turístico nacional e internacional” (FONSECA, 2005, p. 99). Tinha objetivos estabelecidos: “aumentar o turismo receptivo; aumentar a permanência do turista no Nordeste; induzir novos investimentos na infraestrutura turística; gerar emprego e renda com a exploração direta ou indireta da atividade turística” (EMBRATUR; SUDENE, 1993). O Programa do governo federal implantado nos estados nordestinos com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), repassado pelo Banco do Nordeste, o executor financeiro.

No Rio Grande do Norte a atuação do PRODETUR contribuiu para que o turismo assumisse posição de destaque enquanto atividade socioeconômica por ter atraído divisas, aumento de renda e geração de empregos. Como o estado é dotado de grande potencial turístico natural e cultural, o governo tem investido nessa atividade a fim de dinamizar a economia com expansão de sua cadeia produtiva, tendo como principais instrumentos a articulação e fomento nas áreas prioritárias para o desenvolvimento no turismo – o litoral. Essas áreas têm recebido atenção tanto do setor público, quanto do setor privado, infraestrutura e construção de empreendimentos turísticos voltados para todos os serviços de hospedagens, alimentos e bebidas, e, ainda, da ampliação de serviços ligados a agenciamento, locação de veículos, transporte.

O PRODETUR/RN tem sido o principal agenciador e incentivador do turismo nas praias norte-rio-grandenses. As áreas prioritárias foram os municípios de Ceará Mirim, Extremoz, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Tibau do Sul, Arês, São Gonçalo do Amarante e Senador Georgino Avelino. O Polo Costa das Dunas abrange, além dos municípios citados, Baía Formosa, Canguaretama, Maxaranguape, Rio do Fogo, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso e Touros e, recentemente, Macaíba e São José de Mipibu. Vale ressaltar que estes últimos municípios não estão na área de planejamento do PRODETUR, porém, são beneficiados com ações ligadas ao fortalecimento institucional, Planos Diretores e bases cartográficas.

A ação do PRODETUR expressa necessidade de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas de atuação⁶⁵. O Programa objetiva, especificamente, o aumento das receitas provenientes das atividades turísticas e a capacitação gerencial para estados e municípios (BANCO DO NORDESTE, 2001). A participação do Banco do Nordeste nessa parceria tem como objetivo estimular a cadeia produtiva do turismo, por ser esta uma das atividades que mais geram emprego e renda no mundo. Ao mesmo tempo, contribui com o desenvolvimento de uma região que possui vocação natural, devido à riqueza de seus atributos físicos, biológicos e socioculturais.

Implantado em duas etapas, o PRODETUR/NE I e o II, revela a disposição dos governos federal e estaduais de estimular o desenvolvimento turístico no Nordeste. A primeira etapa promove o desenvolvimento do Turismo da Região Nordeste, a partir da infraestrutura de apoio ao Turismo, priorizando ações que mantenham e expandam a atividade turística, bem como estimulem a participação da iniciativa privada, com a consequente geração de ocupação produtiva e renda. A segunda fase dá continuidade às ações e aos projetos desenvolvidos na fase anterior, de forma a proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população fixa das áreas beneficiadas: viabiliza seu acesso a serviços urbanos e a postos de trabalho, possibilita a melhoria das condições ambientais e garante segurança aos investidores nos municípios que fazem parte da área do Polo Costa das Dunas, pode-se afirmar que o Polo Costa das Dunas, no Rio Grande do Norte é uma realidade.

Essas ações se direcionam para qualificar a infraestrutura; preservar o meio ambiente urbano e rural; conscientizar a população; viabilizar o estado como destino competitivo no mercado turístico; incrementar a atividade turística, ampliando a participação do turismo no PIB do RN. Além de ampliar a entrada de divisas por meio de maior fluxo de turistas estrangeiros, melhorando o desempenho da conta turismo, na Balança de Pagamentos; diversificar a demanda turística para o estado; aumentar o tempo médio de permanência e o gasto médio diário dos turistas; minimizar a sazonalidade; capacitar a mão de obra do setor, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos; incentivar a exploração dos recursos naturais do litoral e da região metropolitana de Natal de forma sustentável.

Constata-se que o PRODETUR/NE através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Costa das Dunas – faz parte de uma política institucional que vislumbra o desenvolvimento da região Nordeste e, particularmente, do Rio Grande do Norte. Isto ocorre através do crescimento e fortalecimento da atividade turística, tendo como foco, entre outras linhas de ação, o comprometimento com a melhoria das condições ambientais e culturais, nas áreas onde o programa atua. Os investimentos realizados em benefício do crescimento do turismo têm feito com que essa atividade apresente tendência de contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado e das localidades que apresentam vocação turística, conforme demonstram os dados estatísticos sobre o comportamento do fluxo turístico e a receita arrecadada em função dessa demanda.

⁶⁵ A área de atuação do PRODETUR/NE abrange todos os estados da região Nordeste mais os estados e Minas Gerais e Espírito Santo, situados na região Sudeste do país.

O turismo é uma atividade que tem capacidade de gerar empregos e impactos em diversas outras atividades do setor produtivo. . A avaliação do PRODETUR detectou que não foram realizadas ações de capacitação no setor turístico, ficando uma vasta gama de serviços oferecidos sem o padrão de qualidade exigido pelo mercado. Assim, a estratégia do PRODETUR II passou a incluir o tema capacitação como um subcomponente prioritário, a fim de elevar a qualidade na prestação dos serviços oferecidos e, conseqüentemente, a competitividade do produto turístico.

A Tabela 1 apresenta o fluxo turístico no Rio Grande do Norte no período de 2002 a 2011. Esse fluxo significa a entrada de visitantes no estado, tanto de turistas brasileiros provenientes de outros estados (nacional) quanto de turistas estrangeiros.

Tabela 1 - Fluxo Turístico do Rio Grande do Norte

Turistas	2002	2004	2006	2008	2010	2011
Nacional	1.276.769	1.501.071	1.887.718	1.971.502	2.146.466	2.427.281
Internacional	147.117	282.270	299.162	229.979	181.020	168.741
TOTAL	1.423.886	1.783.341	2.186.880	2.201.481	2.327.486	2.596.022

Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), 2002-2011.

Os dados apontam tendência de crescimento do fluxo turístico no segmento nacional, isso se deve à intervenção do governo do estado por meio de políticas voltadas para o desenvolvimento da atividade e implantadas através de estabelecimento de parcerias de apoio institucional com entidades como o BID e Banco do Nordeste. No que se refere ao turismo internacional, observa-se um decréscimo, a partir de 2008, ocasionado pela crise na Europa, principalmente nos maiores emissores de turistas para o Rio Grande do Norte: Portugal e Espanha. Em termos de receita para o estado (Tabela 2), é demonstrado que durante o período de 2002 a 2011 a arrecadação proveniente do turismo acompanha a ascensão do fluxo turístico, apontando um crescimento econômico em decorrência do aumento de turista nacional

Tabela 2– Receita Arrecadada sobre o Turismo (US\$ 1.000)

Turistas	2002	2006	2008	2010	2011
TOTAL	216.132	578.744.536	819.076.086	1.152.272.727	1.301.676.646

Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), 2002-2011.

O estudo de demanda turística realizado pela empresa de consultoria Start Pesquisa constatou que, apesar de haver vôos *charters* internacionais, “a base de sustentação do turismo do estado é o nacional (78,6%), com expressividade para os fluxos oriundos da região sudeste (40,7%), seguido da região nordeste (36,5%)” (START, 2005, p. 20). Tendo em vista que a porta de entrada do turista no Rio Grande do Norte é a cidade de Natal, observa-se que o fluxo turístico se concentra na capital e nas localidades litorâneas que fazem parte da área do Polo Costa das Dunas. Isso se justifica devido a Natal ser o núcleo concentrador da economia e das atividades de serviços no âmbito do Polo e, ainda, face ao fator motivacional de viagem desses turistas serem os atrativos naturais, para 89,5% dos visitantes (START, 2005).

O estudo mostra ainda os motivos que influenciaram na escolha de Natal como destino turístico: possibilidades de lazer (passeios) e informações positivas de parentes e amigos, além do conhecimento da cidade. Para fazer frente às demandas desse turista, os municípios do Polo Costa das Dunas têm apresentado uma quantidade de equipamentos turísticos nas áreas de: alimentação, alojamento, atividades artísticas, criativas e de espetáculos, atividades esportivas, de recreação e lazer, e, ainda, atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental, conforme revela o levantamento feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no ano de 2009 (Tabela 3).

Esses dados demonstram maior concentração de empreendimentos no município de Natal, considerado núcleo polarizador do espaço turístico no Rio Grande do Norte. Esta realidade demonstra, portanto, que a área do Polo Costa das Dunas está consolidada como um espaço de atividade turística devido à existência de patrimônio ambiental e cultural com diversidade de feições abióticas, bióticas e antrópicas. Sánchez (1991) ao analisar o espaço turístico litorâneo, afirma que este assume uma dupla função, tanto como fator e como meio de produção. Como fator de produção este espaço se constitui na medida em que esta atividade se utiliza de seus atributos físicos ou de aspectos socioculturais.

Tabela 3: Empreendimentos por Município no Polo Costa das Dunas

Municípios	Ano: 2009				
	Alimentação	Alojamento	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	Atividades esportivas de recreação e de lazer	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
Arez	65	0	0	0	1
Baía Formosa	77	11	0	0	1
Canguaretama	51	12	0	1	1
Ceará-Mirim	134	02	1	2	0
Extremoz	113	16	2	2	0
Macaíba	154	05	0	2	1
Maxaranguape	40	08	1	3	0
Natal	3.330	244	58	173	9
Nísia Floresta	80	16	1	3	1
Parnamirim	626	22	08	26	0
Pedra Grande	17	01	1	0	0
Rio do Fogo	14	0	0	1	0
São Gonçalo do Amarante	124	02	2	2	0
São José de Mipibú	67	0	3	1	0
São Miguel do Gostoso	31	11	0	0	1
Senador Georgino Avelino	20	88	0	2	1
Tibau do Sul	109	0	0	1	0
Touros	59	07	0	0	0
Total	5.111	445	77	219	16

Fonte: SEBRAE. Cadastro Geral, 2010.

Assim, no que concerne especificamente ao turismo, é uma atividade consumidora de recursos naturais e culturais, o que pode provocar grandes impactos nas áreas onde se instala, como bem coloca Ruschmann (1997, p. 9):

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da ‘busca do verde’ e da ‘fuga’ dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

Ocorre umafluxo de pessoas para áreas que apresentam ambientes naturais ainda pouco explorados, com ecossistemas frágeis, o que poderá ocasionar descaracterização ambiental e cultural da localidade receptora, sem citar os problemas sociais para as populações autóctones. Para que o turismo se desenvolva, é preciso que se crie uma infraestrutura de equipamentos e serviços que atenda às necessidades dos turistas, desde meios de hospedagens até os serviços de lazer e entretenimento, o que gera grandes transformações. Assim, para que os impactos negativos sejam minimizados, é preciso que o estado, iniciativa privada e sociedade civil adotem planejamento turístico e ambiental que possa contribuir para a sustentabilidade econômica, sociocultural e ecológica das áreas exploradas.

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade (RUSCHMANN, 1997, p. 9).

Para tanto, o turismo deve ser planejado a partir do paradigma do desenvolvimento sustentável, aqui entendido como: “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (Relatório Nosso Futuro Comum (1987) *apud* DIAS, 2003, p. 15). Para que o turismo possa contribuir para o desenvolvimento sustentável, faz-se necessário um planejamento turístico que considere as inter-relações existentes entre o espaço geográfico, a oferta turística, a demanda e os operadores do turismo, conforme observa Dias (2003). Assim, o estado, a iniciativa privada e a sociedade civil desempenham papel fundamental no sentido de fortalecer as relações existentes entre o mercado turístico e as condições sociais, culturais e ambientais.

Entretanto, apesar de todos os esforços realizados no sentido de dotar uma infraestrutura para o desenvolvimento do turismo na área do Polo Costa das Dunas, são observadas algumas dificuldades que desafiam esse processo. Essas dificuldades são reveladas pelo perfil socioeconômico e cultural desses municípios que apresentam taxas de desenvolvimento humano e de alfabetização inferior a capital do estado.

A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DO POLO COSTA DAS DUNAS

O Polo Costa das Dunas apresenta crescimento da atividade turística, mas retrata também deficiências, seja pela falta de conscientização da população fixa e de capacitação profissional dos empregadores e empregados, seja pela ausência de estrutura mais dinâmica de *marketing* para a região, ou ainda, pela falta de capacidade de gestão dos municípios. Constituído por dezoito municípios localizados no Litoral Oriental e Norte do estado do Rio Grande do Norte, incluindo a capital Natal, esse Polo englobava uma população total de 1.180.038 habitantes em 2000, de acordo com Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010, o Polo Costa das Dunas apresentou um crescimento populacional de 147.287 habitantes, passando, portanto, para um total de 1.327.325 residentes, cuja parcela considerável vive em uma extensão litorânea de aproximadamente 200 km (Tabela 4).

Os municípios do Polo Costa das Dunas apresentam um quadro socioeconômico preocupante. O percentual relativo à pobreza, dados de 2000, em alguns municípios ultrapassa 70% da população, como é o caso de Canguaretama, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso e Touros. Com relação aos índices de indigência, superiores a 50% da população, destacam-se Arês e São Miguel de Gostoso. Nesse cenário, o município de Maxaranguape apresenta situação relativa dentro do Polo: o percentual de indigência, é de 44% da população, mas o percentual de pobreza é muito alto, 69%. O quadro é preocupante principalmente quando se sabe que Maxaranguape conta com alguns atrativos turísticos significativos para o estado do Rio Grande do Norte, como o Parque Aquático Manoa e os Passeios dos Parrachos de Maracajaú.

Tabela 4: Indicadores Populacionais e de Pobreza dos Municípios do Polo Costa das Dunas/RN

Municípios	População Total		% Indigentes	% de Pobreza
	2000	2010		
Arez	11.323	12.924	65,08	34,32
Baía Formosa	7.821	8.573	39,52	67,25
Canguaretama	27.011	30.916	47,68	74,66
Ceará Mirim	62.424	68.141	34,99	63,01
Extremoz	19.572	24.569	25,40	51,34
Macaíba	54.883	69.467	28,49	56,60
Maxaranguape	8.001	10.441	44,19	69,75
Natal	712.317	803.739	1,07	28,74
Nísia Floresta	19.040	23.784	30,18	60,86
Parnamirim	124.690	202.456	12,88	31,91
Pedra Grande	4.017	3.521	48,76	75,26
Rio do Fogo	9.217	10.059	47,20	75,34
São Gonçalo do Amarante	69.435	87.668	22,51	48,87
São José de Mipibu	34.912	39.776	30,41	61,98
São Miguel do Gostoso	3.777	8.670	55,08	81,00
Senador Georgino Avelino	3.302	3.924	30,43	64,28
Tibau do Sul	7.749	11.385	28,75	56,70
Touros	27.879	31.089	44,38	73,89
TOTAL	1.180.038	1.327.325	-	-

Fonte: IBGE (2000 e 2010).

Além dos acentuados índices de indigência e pobreza, observa-se que a taxa de alfabetização chega a 80% em apenas 5 municípios: Extremoz, Maxaranguape, Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante. Apesar do baixo desempenho educacional, os municípios do Polo Costa das Dunas apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado mediano (Tabela 5).

Vale esclarecer que o IDHM foi criado com a finalidade de medir o nível de desenvolvimento humano de países e municípios. Esse índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países e municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os com índices entre 0,500 a 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; e aqueles com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Tabela 5: População Total, Índice de Desenvolvimento Humano e Taxa de Alfabetização nos Municípios do Polo Costa das Dunas/RN

Municípios	População Total (2010)	IDHM (2000)	Taxa de Alfabetização (2010)
Arez	12.924	0,624	76,3
Baía Formosa	8.573	0,643	79,2
Canguaretama	30.916	0,600	76,1
Ceará Mirim	68.141	0,646	79,5
Extremoz	24.569	0,695	83,7
Macaíba	69.467	0,665	79,0
Maxaranguape	10.441	0,608	80,2
Natal	803.739	0,787	92,0
Nísia Floresta	23.784	0,666	79,3
Parnamirim	202.456	0,760	92,4
Pedra Grande	3.521	0,587	76,7
Rio do Fogo	10.59	0,598	75,5
São Gonçalo do Amarante	87.668	0,694	86,1
São José de Mipibu	39.776	0,671	77,1
São Miguel do Gostoso	8.670	0,558	73,4
Senador Georgino Avelino	3.924	0,646	74,4
Tibau do Sul	11.385	0,655	79,7
Touros	31.089	0,594	73,0
TOTAL	1.327.325	-	-

Fonte: PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000. IBGE (2000 e 2010)

CONCLUSÕES

A análise permite afirmar que a realidade socioeconômica dos municípios do Polo Costa das Dunas apresenta cenários bastante díspares, uma vez que a capital, Natal, está localizada na mesma área. Assim, é importante entender as relações entre esses municípios e estabelecer parcerias que possam efetivamente apoiar e fortalecer o desenvolvimento do Polo, contribuindo desta forma para o crescimento ordenado da atividade turística e de outras atividades econômicas.

O panorama socioeconômico e cultural encontrado nos municípios mostra debilidades que interferem negativamente na atividade turística, tais como:

- ✓ Baixa capacitação técnica e gerencial nas áreas de turismo;
- ✓ Baixa escolaridade e qualificação dos recursos humanos que prestam serviços turísticos;
- ✓ Baixo conhecimento dos funcionários acerca das questões relacionadas à qualidade dos serviços turísticos;
- ✓ Baixa conscientização dos segmentos empregadores e empregados para a preservação ambiental e cultural e, ainda, para o desenvolvimento do turismo;
- ✓ Empregados, da maioria dos municípios, sem acesso a cursos de capacitação;
- ✓ Visão empresarial como um fator restritivo à capacitação e ao aperfeiçoamento em turismo e hospitalidade.

O diagnóstico realizado pelo Conselho Estadual de Turismo (CONETUR) também apresentara fragilidades como:

- ✓ Falta de articulação dos municípios integrantes do Polo;
- ✓ Desconhecimento por parte dos gestores e da população acerca da atividade turística e de seus impactos no município;
- ✓ Baixo índice de escolaridade da população do município;
- ✓ Escolas e professores sem infraestrutura e desmotivados, e alunos sem perspectivas nem objetivos.

As fragilidades apontadas na área de turismo se devem, predominantemente, à falta de capacitação/qualificação profissional, de visão empreendedora dos profissionais que atuam nesse segmento em todos os municípios e da total falta de estruturação administrativa e de gestão dos órgãos municipais de administração da atividade turística. A análise documental revelou que apesar do crescimento do turismo nos municípios do Polo e, conseqüentemente, da demanda por recursos qualificados, os equipamentos e serviços turísticos e de apoio ao turismo operaram com pessoas inexperientes que se capacitam no dia a dia, com treinamento informal, durante a jornada de trabalho.

O mais grave é que os nativos não têm condições de se apropriarem dos benefícios e das vantagens trazidas pela atividade turística por não se sentirem atores efetivos do processo de mudança que o turismo pode ocasionar. Nos municípios pesquisados, as pessoas que têm seu próprio negócio, apesar de reconhecerem a importância da capacitação para o exercício profissional, também não priorizam a aquisição de conhecimentos para melhorar o desempenho de suas atividades, o que revela uma visão empresarial muito limitada, especialmente no que diz respeito à qualificação de sua mão de obra.

Apesar de o estado não possuir uma política pública para o setor e dos problemas de infra-estrutura e de gestão da atividade turística identificados no Polo, a implantação de programas como o PNMT, o PRODETUR e a Regionalização provoca mudanças reais. No entanto, os resultados ainda são pequenos, faltam ações efetivas quanto à gestão da atividade por parte dos órgãos públicos, nos níveis estaduais e municipais. Sabe-se da importância do papel que as comunidades exercem no desenvolvimento do turismo.

O turismo comunitário é realizado de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras. Prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos, a dinamização do capital local e a garantia da participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Assegura a participação da comunidade com o planejamento descentralizado e associativo, luta pela regulamentação fundiária e pela garantia de posse da terra de populações indígenas e pesqueiras. Busca a regulamentação de comitês de gestão ambiental e planos de manejo e de conservação compatíveis com o turismo.

O Ministério do Turismo tem reforçado a importância da participação de comunidade no processo de planejamento e da gestão de políticas e projetos quando orienta no curso de formação de gestores das políticas públicas do turismo que: o turismo no Brasil exige discussão ampla sobre o modelo de desenvolvimento para a economia e a sociedade, discussão que envolve questões, de cidadania, meio ambiente, ética, sustentabilidade e a necessidade de inclusão maciça dos residentes nos núcleos receptores. Assim é importante que a comunidade tenha claro quais os cenários que se apresentam e como os cidadãos podem e devem participar ativamente do processo de discussão e formulação de qual cenário desejam para seu lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO NORDESTE. **PRODETUR/NE**. Fortaleza: BNB, 1001. Disponível em: <<http://www.bancodonordeste.org.br>> Acesso em: 10 de set. de 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: formação de gestores das políticas públicas do turismo**/ autoria do conteúdo técnico-científico Alexandre Panosso Neto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – Florianópolis: SEAD/FAPEU/UFSC, 2009.

CONSULTI. Consultoria em Lazer, Turismo e Hospitalidade. **Diagnóstico de oferta e demanda de capacitação profissional, empresarial e de gestores de ONG'S para o setor turístico – Pólo Costa das Dunas/RN**. Natal, 2007.

CORIOLO, Luzia Neide M. T. **O turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, Rita de Cassia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 11. ed Upper Saddler River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo. **Procedimentos do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: EMBRATUR, 1999.

_____. **Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos**/elaborado pela Gerência de Programas Nacionais; Supervisão de Projetos de Descentralização – Brasília: EMBRATUR, 2002.

FONSECA, Maria Aparecida P. da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Costa das Dunas**. Natal: SETUR, 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Polo Costa das Dunas**. Natal, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. In: Cidades@. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em: 30 ago. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm > Acesso em 10 set. 2012.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2000. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/Atlas.aspx?view=atlas> >. Acesso em: 30 ago. 2012.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte. **Cadastro empresarial**. Natal: SEBRAE, 2010. Disponível em: < <http://portal.rn.sebrae.com.br/pagina.php?id=116> > Acesso em: 27 ago. 2012.

VIRGINIO, Darlyne Fontes. **Gestão Pública do Turismo: uma análise dos impactos da política macro de regionalização turística no período 2004-2011, no estado do Rio Grande do Norte, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Turismo) Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: CCSA/PPGT, 2011.

PARTICIPAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM ENSAIO TEÓRICO-CONCEITUAL

Karla M. Rios Macedo

Eduardo Gomes

INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui-se num ensaio teórico conceitual que pretende discutir *a priori* as mudanças ocorridas na atividade turística ao longo do tempo, enquanto traz à baila o tema sustentabilidade através da participação comunitária nos projetos de turismo de base comunitária. Os objetivos aqui propostos são conhecer e contextualizar a dinâmica da participação local no Brasil, sua história, implicações e mudanças ao longo dos anos, a fim de melhor embasar as análises da relação da participação e turismo de base comunitária existentes.

Dentre as várias definições da palavra Turismo, apresentam-se duas delas; segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) que entende o turismo como uma atividade econômica, representada pelo conjunto de transações (compra e venda de produtos e serviços turísticos) efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local de visita.

Para Organização Mundial de Turismo (OMT), Turismo significa o movimento de pessoas a lugares diversos do qual habita, por tempo inferior a 360 dias, desde que estas não realizem atividades econômicas. Portanto Turismo é a realização de viagens para local diverso do qual a pessoa more, seja a lazer, passeio, religião ou outra atividade, excetuando-se a econômica. O turismo como fenômeno social tem sido impactado por muitas mudanças e profundas transformações que podem ser entendida através de seu processo histórico.

PRINCIPAIS ASPECTOS HISTÓRICOS DO TURISMO

Na breve discussão bibliográfica que faz com o intuito de historicizar o Turismo, Christovão (2011, p. 91) analisa consensos e divergências entre os pesquisadores da área constatando que, os primeiros sinais deste como atividade econômica relevante – considerando-se o trinômio “transporte-hospedagem-alimentação” – podem ser percebidos na Europa e nos Estados Unidos a partir de meados do século XIX (Celso Castro, 2001, p. 118). Ao recuperar os caminhos percorridos pelo turismo, ou por aquilo que poderia chamar-se analogamente de turismo Christovão analisa as reflexões de Molina, Lemos, Rabahy e outros autores em busca dessa história.

Deis Siqueira (*apud* CHRISTOVÃO, p. 88) afirma que “reina uma verdadeira confusão sobre os conceitos (na verdade, ainda categorias ou conceitos com pequeno poder de generalização) que vêm sendo utilizados. O próprio conceito de turismo está eivado de dubiedades, ambiguidades” Enquanto Molina trabalha com as categorias pré-turismo, turismo industrial (que ele subdivide em três sub-categorias e pós-turismo; Wilson Rabahy – na busca das raízes do turismo – nos mostra aquilo que, segundo Christovão, poderia chamar-se análogamente de turismo.

Desde a Antiguidade, movidos pela curiosidade, sentimentos religiosos, conquistas ou negócios, os povos realizavam longas viagens que ultrapassavam os limites de seus territórios, e cada vez se processavam a distâncias mais longas. Por volta do século XVI tornam-se mais numerosas as viagens realizadas para satisfação própria ou para instrução. Já no século XVII, em 1672, o senhor de Saint Maurice lança o “Guia fiel dos estrangeiros em viagens pela França”. No século XVIII a expressão *Faire de Grandtur*, originária da França, passa para a Inglaterra, significando as viagens pelo Continente feitas por uma elite de jovens ingleses para completarem sua formação. Passam então a ser chamados de *turistas* os indivíduos que viajavam por prazer. Nesta época era muito restrito o número de pessoas que viajavam por prazer. As viagens eram muito longas, demoradas e custosas. Até o século XX essa possibilidade de viajar, para descansar, curar enfermidades, instruir-se ou ver algo novo, era reservada às classes mais privilegiadas. (1990, p. 13)

Para Molina ‘turismo industrial’ subdivide-se em: turismo industrial inicial (séc. XIX até a 2ª Guerra Mundial), o turismo industrial maduro (a partir dos anos 60) e o turismo pós-industrial (a partir dos anos 80). Tal diferenciação se dá pela época em que cada um ocorre, bem como, pelo sistema de serviços oferecidos pela atividade turística nestes diferentes períodos. Considera-se então que uma série de elementos precisam ser pensados a partir daqui. Christovão (*apud*, CASTRO, 2011p. 56) afirma que o processo que culminou naquilo que se conhece como turismo moderno e todas as estruturas necessárias para que ele funcione

não podem ser compreendidos sem que se considere o contexto histórico e cultural mais amplo que fez com que fosse possível a gênese desse novo tipo social – o turista moderno. (...) Além disso, para que a idéia de viajar por prazer se fortalecesse no imaginário ocidental, foi preciso que uma série de mudanças estéticas e intelectuais se generalizasse, como a valorização da natureza, das paisagens, de novas formas de lidar com o corpo e a noção de lazer como uma forma de relaxar do estresse da vida moderna.

Já a partir da última década do século XX, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo ganha novas proporções, o número de pessoas viajando cresce exponencialmente e, como desdobramento, cresce a demanda por serviços de hospedagem, alimentação e transporte entre outros, modificando, conseqüentemente, os locais de destino e passando a ser uma possibilidade para o desenvolvimento local.

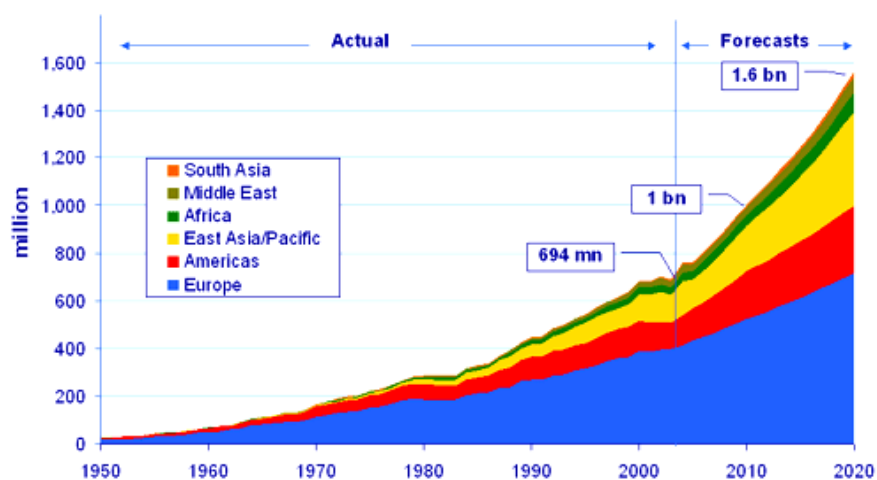


Gráfico 01 – Previsão de chegadas internacionais por região (em milhões)
Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT) 2007.

Pode-se dizer que os números apresentados no Gráfico - 01 auxiliam a compreensão da importância econômica do turismo e a inferi-lo como um vetor de desenvolvimento local, pois para o desenvolvimento da atividade turística é importante uma infraestrutura geral que atenda o autóctone, mas também ao turista como: estrada, iluminação, segurança, comunicação, comércio, e infraestrutura turística: meios de hospedagem, transporte, meios de acesso e pessoal qualificado.

Vale ressaltar que o desenvolvimento deve ser analisado do ponto de vista social, ambiental e econômico, uma vez que estes elementos sofrem diretamente seu impacto. Acrescente-se, ainda, que os elementos citados estão integrados e se reforçam mutuamente uma vez que a diversidade social, cultural, geográfica, histórico e natural, acabam por se constituir em recursos potencializadores de transformações.

Por possuir algumas características que o diferenciam de outras atividades produtivas, visto que é um produto que só pode ser consumido *in loco*, o turismo, além de estimular o desenvolvimento de outras atividades econômicas (entretenimento, comércio, transportes, meios de hospedagem, agências de viagens, artesanato, serviços de apoio), da infraestrutura (estradas, aeroportos, saneamento, energia etc.) e interferir na sustentabilidade econômica, social e ambiental, tem forte efeito indutor na geração de renda e emprego local. Portanto, o turismo por suas externalidades positivas abarca vários setores da economia e vem se destacando no mercado internacional pela sua capacidade de gerar emprego e renda. No que tange ao Turismo de Base Comunitária os primeiros indícios surgem no período que Molina denomina de turismo pós-industrial e que ocorre nos anos de 1980.

O fenômeno do Turismo de Base Comunitária é, pois, recente no Brasil e no mundo. Atribui-se este surgimento às mudanças de paradigmas nas características de consumo dos turistas, baseado na aproximação entre visitante e visitado; na necessidade do mercado turístico em encontrar novas vertentes, ao etnoturismo, ecoturismo, turismo cultural, turismo rural entre outros, e na necessidade de buscar uma alternativa ao modelo de desenvolvimento turístico vigente com características que visem apenas o aspecto econômico, buscando benefícios diretos, monetários ou não.

Definir conceitualmente Turismo de Base Comunitária é algo tão difícil quanto definir o turismo em si, já que não há entre os especialistas da área um consenso sobre o mesmo. Tal missão constitui-se em um verdadeiro desafio, uma vez que as iniciativas de TBC são heterogêneas seja com relação a localização geográfica, a sua dinâmica produtiva particular ou as perspectivas políticas próprias.

Após o esforço de procurar entender o significado do turismo faz-se necessário entender as mudanças recentes e seus desdobramentos, pois foi a partir da crise do Petróleo – na década de 1970 – que o Estado de Bem Estar–Social começa a entrar em crise e com ela surgem críticas crescentes dessa forte intervenção do estado na economia, culminando em políticas mais liberais. O diagnóstico neoliberal parte de pensamentos que defendiam a abertura econômica e vale-se de afirmações de falta de mercado para, grosso modo, lançar as bases para o que hoje é chamado de globalização.

Para Santos, (2010 p. 119), a globalização da economia é um dos três elementos que reorientam o turismo como fenômeno social na sociedade pós-moderna, atrelados à difusão da informação e as estratégias complementares de massificação e segmentação. Assim:

A combinação desses três elementos converge para o turismo comunitário enquanto o modelo de desenvolvimento consistente à sociedade contemporânea, já que este tende a provocar maior relacionamento, envolvimento e aprendizagem acerca das desigualdades locais – tanto em relação ao espaço quanto às pessoas que o habitam (SANTOS, 2010, p.119).

Registre-se que a partir de década de 1990 de acordo com Organização Mundial do Turismo (OMT) o turismo passa a ser um setor econômico com elevado índice de crescimento no contexto mundial, tendo expandido suas atividades.

SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA E AS ORIGENS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No Brasil, o turismo ainda é uma atividade emergente, porém com crescimento intenso nos últimos anos, o que torna pertinente a preocupação com o tema sustentabilidade, já que o turismo dialoga com a economia, sociedade, meio ambiente entre outros atores, a responsabilidade com cada um desses atores deve ser apresentada quando há escolha da atividade como vetor de desenvolvimento local, pois a mesma gera impacto e é impactada também.

Ao tratar de turismo sustentável é preciso retomar à sua base que é o desenvolvimento sustentável, assim, um dos primeiros artigos a falar abertamente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável foi o *World Conservation Strategy*, pela *International Union for the Conservation on Environment Resources*⁶⁶. A partir de 1987, com o Relatório da Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento intitulado de *Nosso Futuro Comum*, conhecido, também, como Relatório de *Brundtland* dá-se a popularização do termo.

Partindo dos estudos de Swarbrooke (2002 p. 11) o autor desenvolve uma cronologia sobre o conceito de turismo sustentável que ajuda a entendê-lo ao longo das últimas décadas do século XX. Percebe-se então, que o debate sobre turismo sustentável é influenciado em grande parte pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

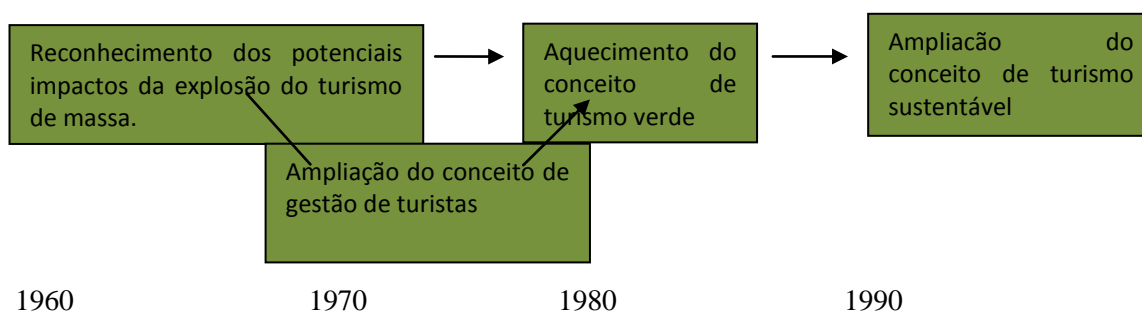


FIG 01 – desenvolvimento cronológico do processo de debate do conceito de turismo sustentável.

Fonte: Swarbrooke (2002 p. 11)

Para o autor acima as expressões turismo verde e questões verdes eram mais comuns até meados da década de 1980, refletindo a influencia do crescimento de políticas verdes nos países como: Inglaterra e Alemanha; os princípios do turismo verde eram a redução dos custos e a maximização dos benefícios ambientais do turismo. Após a Conferencia de Leeds na Inglaterra, no início dos anos de 1990, o uso da expressão turismo sustentável passou a ser usada com frequência, um dos princípios que apóiam a gestão do turismo sustentável é: a preocupação do turismo sustentável não é apenas ambiental, mas também econômica, social, cultural política e administrativa.

Desta forma, a OMT (1993), tomando como base o informe *Brundtland*, define o desenvolvimento turístico sustentável como:

[...] aquele que atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.

⁶⁶ União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

Pode-se perceber nessa declaração que a OMT amplia o conceito do desenvolvimento turístico sustentável, levando em conta não só o desenvolvimento ambiental, mas também o econômico, social.

Segundo Swarbrooke, (2000, p. 13) a nova expressão reconhece-se a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para a comunidade.

Não obstante, afirma (Ruschmann, 1997 p. 92) o turismo sustentável considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente e a qualidade dos serviços, como peças fundamentais para a viabilidade econômica do turismo em longo prazo, um desenvolvimento inadequado da atividade, seja qual for o segmento considerado, pode causar sérios impactos nos patrimônios natural e cultural. Clarke (1997 p. 233) sugeriu que o desenvolvimento de turismo sustentável envolvia quatro abordagens apresentadas abaixo em ordem cronológica.

- i) Opostos polares em que o turismo sustentável e o de massa eram vistos como opostos polares. Teríamos que renunciar ao turismo de massa se quiséssemos desenvolver o turismo sustentável;
- ii) Um continuum, em que o turismo sustentável e o de massa não eram mais vistos como opostos polares, mas reconhecia-se que havia diferentes nuances de turismo sustentável e de massa, as quais se fundiam em algum ponto central.
- iii) Movimento, uma abordagem cuja sugestão era a de que uma ação positiva poderia tornar o turismo de massa mais sustentável.
- iv) Convergência, como a ideia de que todos os tipos de turismo podem se esforçar para serem sustentáveis.

As quatro abordagens univocamente não determinam o enfoque mais usual quando trata de turismo sustentável, porém a ideia de opostos polares ainda é muito comum na interpretação de muitos autores como pode ser percebido no quadro abaixo através da classificação de desenvolvimento de turismo sustentável dos autores: Krippendorf (1982), Lane (1989) e Godfrey (1996).

TABELA 1 – Desenvolvimento de turismo sustentável versus não - sustentável

Sustentável	Não sustentável
Conceitos gerais	Conceitos gerais
Desenvolvimento lento	Desenvolvimento rápido
Desenvolvimento controlado	Desenvolvimento descontrolado
Escala adequada	Escala inadequada
Longo prazo	Curto prazo
Qualitativo	Quantitativo
Controle local	Controle remoto
Estratégia de desenvolvimento	Estratégia de desenvolvimento
Planejamento com posterior desenvolvimento	Desenvolvimento sem planejamento
Esquema baseado em conceitos	Esquema baseado em projetos
Promotores de desenvolvimento locais	Promotores do desenvolvimento no exterior
Moradores locais empregados	Força de trabalho importada
Conservação da arquitetura	Transformação contínua do acervo arquitetônico

Quadro 0 1 – Desenvolvimento de turismo sustentável versus não - sustentável

Fonte: Adaptado de Krippendorf (1982), Lane (1989) e Godfrey (1996)

O quadro - 01 compara o desenvolvimento de turismo sustentável versus o turismo não sustentável baseado em trabalho de vários autores. A idéia apresentada polariza o debate de forma que haja formas sustentáveis e não sustentáveis o que trata a discussão de forma rasa, pois como o autor Clarke traz à baila pode haver nuances, entre as duas situações acima citadas. Na qual a sustentabilidade deve abarcar vários segmentos turísticos entendendo a como um modelo de desenvolvimento e não como segmento de mercado.

No turismo sustentável procura-se trabalhar com a ideia que, a sustentabilidade no turismo diz respeito à sustentabilidade econômica (uso adequado dos recursos e respeito aos direitos das gerações futuras), sustentabilidade ambiental (manejo adequado dos recursos e preservação), sustentabilidade sociocultural (preservação da identidade, aceitação e respeito mútuo entre local e visitante). Porém, para Swarbrooke (2000, p. 109) a dimensão social do turismo tem recebido pouca atenção no debate do turismo sustentável, talvez porque as alterações sociais do turismo aconteçam de forma mais vagarosa e discreta com o passar do tempo. Em função dessa pouca discussão da dimensão social, encontram-se poucos estudos sobre a questão da sustentabilidade e a importância da participação da comunidade local no desenvolvimento do turismo.

Nesse sentido, acredita-se ser necessário discutir o tema participação, destarte para Okazaki (2008, p. 1) a participação da comunidade no processo de planejamento turístico é definida como uma forma de implementação de turismo sustentável.

RELAÇÃO ENTRE PARTICIPAÇÃO LOCAL E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Muito embora o conceito de participação comunitária no processo de tomada de decisão por parte do setor público não seja novo – data de 1969, no Reino Unido – onde a publicação do relatório Skeffington sobre “Povo e Planejamento”, definiu a participação como “o ato de compartilhar a formulação de políticas e propostas” (SWARBROOKE, 2000, p. 66).

No Brasil, o tema participação emerge dos movimentos de mobilização social pela democratização da sociedade. Na América Latina, na década de 1970, período dos governos militares, a necessidade da participação se intensifica. Em contrapartida, como dito anteriormente, ocorreram profundas alterações nas formas de organização dos Estados, passando-se pelo *Welfare State*⁶⁷, onde o que importava era a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores, para que pudessem enfrentar o sistema de produção capitalista (GOMES, 2009). Pelo Estado liberal e neoliberal, caracterizando o Estado mínimo, da menor intervenção, até um modelo pós-neoliberal, onde há uma valorização maior da participação social no Estado, nas decisões públicas, de modo que, conforme refere Demo (1996, p. 15) [...] “é a sociedade organizada que define o papel e o espaço do Estado, não o contrário”.

Segundo, Coppatti (2010 p. 27) a cidadania está relacionada com a democracia, que nos tempos atuais se impõe mais necessária nos moldes participativos, tendo em vista a insuficiência da democracia direta e da democracia representativa, porque possibilita ao cidadão ser fundamental no desenvolvimento social.

O substantivo da democracia é, portanto, a participação. Quem diz democracia diz ao mesmo passo, máxima presença de povo no governo, porque, sem participação popular, democracia é quimera, é utopia, é ilusão, é retórica, é promessa sem arrimo na realidade, sem raiz na história, sem sentido na doutrina, sem conteúdo nas leis (BONAVIDES, 2003, p. 283).

Pedro Demo elenca cinco canais de participação que podem ser aplicadas no âmbito local, quais sejam: organização da sociedade civil, planejamento participativo, educação como formação à cidadania, cultura como processo de identificação comunitária e processo de conquista de direitos (DEMO, 1996, 26).

⁶⁷ O *Welfare State* surgiu nos países europeus devido à expansão do capitalismo após a Revolução Industrial e o Movimento de um Estado Nacional visando a democracia. O *Welfare State* é uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e legitimidade. Ele é uma resposta à demanda por serviços de segurança sócio-econômica.

A participação tem valor em si mesma, por isso não é instrumental de um projeto político. Podemos dizer que a participação de duas dimensões fundamentais interligadas e que interagem permanentemente: a dimensão política e a pedagógica. Participação, antes de tudo, é a partilha do poder e o reconhecimento do direito a interferir de maneira permanente nas decisões políticas (dimensão política). É também a maneira através da qual as aspirações e as necessidades de diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática, estando associada ao modo como esses “grupos” se percebem como cidadãos e cidadãs. A participação é um processo educativo-pedagógico. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos aqueles que interagem processos participativos. É uma verdadeira educação republicana para o exercício da cidadania, que amplia o espaço público real, em que a construção dialogada do interesse público passar a ser o objetivo de todos os homens e mulheres. Por isso participar também é disputar sentidos e significados. (MORONI, 2009 p. 117)

Guimarães (2009 p.13) contextualiza o processo de mobilização do povo brasileiro. Ele divide esse processo em dois: o segundo inicia na resistência dos regimes militares e permanece até os nossos dias.

O primeiro momento iniciou-se nos anos de 1950, no qual o mote da mobilização foi “a constituição da nação e a defesa de seus interesses frente ao interesse imperialista, contrários a ideia de soberania. Foi nesse período que surgem as primeiras lutas nacionais como: luta pela reforma agrária, representadas pelas Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) formação da central sindical dos trabalhadores, ainda nesse período a primeira mobilização estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em Recife, Paulo Freire e Miguel Arraes são protagonistas de dois fatos importantes: os primeiros projetos de urbanização de favelas, através de proposta de trabalho de Miguel Arraes e Paulo Freire a partir da sua “dialética do oprimido”, organiza a sua escola de educação popular com uma proposta de aliança entre cristãos e a esquerda. Esse processo foi interrompido com o Golpe Militar de 1964, em meados dos anos de 1970.

Em meados dos anos de 1980 formam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Cabe ressaltar que o esforço participativo democrático no qual está presente a ideia de tradição pode ser entendido através de algumas variáveis: o comunitarismo cristão, o nacional, o liberalismo republicano e a cultura popular. (GUIMARÃES, 2009, p. 17).

A primeira, o comunitarismo cristão liderado por dom Herlder Câmara, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve ações relacionadas à organização popular, através do comunitarismo cristão; período que vai de 1960 a 1990, por intermédio de 70 mil Comunidade Eclesiais de Base CEBs; o movimento durante os anos de ferro da ditadura militar foi chamado de ala de esquerda do comunitarismo cristão.

O nacional-desenvolvimentismo, segunda variável, corresponde ao período de 1945 a 1964, em que a criação da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e Brasília (SUDENE), tiveram papel importante na criação de uma identidade cultural e tornaram-se marcos da afirmação brasileira, um sentimento nacional.

O Liberalismo republicano, terceira variável, trata da juridificação de novos direitos e salvaguardas democráticas, desta forma a cultura jurídica brasileira tem demonstrado características do direito alternativo, do comunitarismo cristão, da legitimidade discursiva, “enfim, pela criação coletiva e social dos direitos”.

A última variável é a cultura popular, que foi o viés usado pela comunidade que estava excluída do processo político. Cabe ressaltar que a cultura popular passa por dois momentos de cisão; o primeiro trata do rompimento de uma cultura brasileira que procurava aproximar-se da cultura européia, esse período que corresponde ao início do século XX, a *Belle Époque*⁶⁸ Brasileira (Carvalho, 2009) Entrou-se de cheio no espírito francês da *Belle Époque*, que teve seu auge na primeira década do século XX. O entusiasmo pelas coisas americanas limitaram-se às formas políticas.

Desta forma, as variáveis apresentadas procuram contextualizar a gênese do processo de participação no Brasil, explicado através do cenário, político e cultural da época.

Para Avritzer, (2010 p. 259) os estudos da participação evoluíram muito nas últimas décadas no Brasil, os principais elementos de estudos desenvolvidos deram-se através de quatro forças.

- i. Teoria sobre a importância da participação dos atores da sociedade civil nas políticas e associação entre tal presença e elementos democratizantes destas políticas;
- ii. Análise sobre os efeitos democratizantes e distributivos das instituições participativas nas políticas públicas associada à idéia de participação política da população de baixa renda;
- iii. Análise sobre os elementos deliberativos contidos nestas instituições através da qual a participação é associada a mecanismo de deliberação pública no interior dos conselhos de políticas de orçamento participativos;
- iv. Análise sobre os tipos de relação entre Estado e sociedade propiciados por estas formas de participação.

Esses avanços podem ser entendidos também por influências políticas e legais. O surgimento das legislações locais sobre conselhos no começo dos anos 1990 e dos anos 2000, com a aprovação do Estatuto da Cidade, foram responsáveis pelo processo de interiorização da participação do Brasil, que até então só acontecia em grandes centros. Após esses dois eventos, houve uma pluralização da participação local, uma vez que foram implantados conselhos em diversas áreas públicas como: saúde, assistência social, criança e adolescente.

Nesse cenário de mudanças a expansão dos Partidos dos Trabalhadores foi outro fator importante, que culminou com a vitória do partido nas eleições do final da década de 1980 em vários municípios brasileiros. Atribui-se a este último e outros fatores citados acima a implementação da participação local e a do Orçamento Participativo.

A discussão sobre participação tem mesmo evoluído, sobretudo por ser um assunto recente. Frente a isso são criados alguns mitos que são apresentados como entraves a participação, cabendo aqui serem apresentados como mostra Moroni (2005, p. 117):

A participação por si só muda a realidade: esse mito trata da despolitização da participação, acreditando-se que a participação por si só é suficiente para defender os interesses, desconsiderando que existem outros atores políticos que não desejam que as coisas mudem, onde esses atores também definem políticas.

A sociedade não está preparada para participar como protagonista das políticas públicas: este mito baseia no princípio equivocado que a burocracia ou o político detém o conhecimento e a capacidade de deliberar. Tal mito justifica as atuais ações do Estado, em que onde é necessário criar espaços institucionalizados para participação e que a comunidade precisa ser capacitada para participar por ser uma cultura recente no Brasil e as pessoas ainda não estarem estão preparadas para tal.

⁶⁸ *Belle Époque* brasileira é, no entanto, instaurada lentamente no país, por meio de uma breve introdução que começa em meados de 1880, e depois ainda sobrevive até 1925, sendo aos poucos minada por novos movimentos culturais.

A sociedade não pode compartilhar da governabilidade, portanto, a participação da população na política se restringe ao momento do voto

A sociedade é vista como um elemento que dificulta a tomada de decisão e, como, o processo participativo demanda mais tempo para finalizar as decisões, a participação pode ser equivocadamente compreendida por parte dos líderes líderes como uma ação que atrasa as decisões.

Enfim, ainda segundo Moroni, (2005, p. 117) esses mitos devem ser desconstruídos com base numa concepção ampliada de democracia e da politização da participação.

A evolução e o crescimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) se intensificaram na medida em que o modelo de desenvolvimento sócio-econômico predominante no século XX passou a apresentar sinais incontestáveis de inconsistência, em função da sua lógica de exploração de recursos naturais e humanos e no consumo de bens duráveis e não duráveis. Os discursos em defesa da necessidade de mudanças de paradigmas econômicos, sociais e políticos se avolumaram significativamente.

Para Resende (2011 p. 12) Alguns teóricos têm analisado que o *mainstream* do turismo, representado pelo modelo fordista dos pacotes turísticos e hotelaria altamente padronizada, surgido no século XVIII, com os empreendimentos de Thomas Cook, apresentam sinais de esgarçamento e, desta forma, dá lugar a novas formas de produção (cooperativas, associações, Ongs) e consumo do turismo. Ganha força o que alguns chamam de turismo alternativo no qual se insere o Turismo de Base Comunitária.

Para Abrahão Filho (2010) o Turismo de Base Comunitária (TBC) está relacionado ao Turismo Rural Comunitário (TRC). Já, segundo Maldonado (2009 p. 26-27), o TRC é um fenômeno recente na América latina, cujas primeiras incursões de comunidades isoladas são datadas de meados dos anos 1980. O TRC contrasta com o padrão convencional do turismo de massa, pois contempla um segmento do mercado dirigido a pequenos grupos de viajantes. Estes saem em busca de experiências pessoais, originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas, desfrutando de cenários naturais e de uma remuneração adequada do trabalho comunitário. Para o autor, diversos fatores de ordem econômica, social, cultural e político explicam a sua origem:

[...] O primeiro fator refere-se às pressões mundiais do mercado turístico, cujas correntes mais dinâmicas são o turismo cultural e o turismo de natureza. Como resultado destas falsas tendências nas últimas três décadas, as comunidades rurais e indígenas vêm enfrentando crescentes pressões do mercado sobre seus patrimônios naturais e culturais. [...] O segundo setor explicativo do TRC deriva-se das necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica. A incidência de pobreza na América Latina tem sido historicamente alta. O mapa de sua distribuição revela duas tendências: uma forte concentração geográfica nas áreas rurais e os indicadores são especialmente agravados nos povos nativos (MALDONADO, 2009, p.26-27).

Assim, talvez se possa dizer que o turismo de base local ou de base comunitária tem sua gênese na tentativa de criar uma alternativa para um modelo de turismo instituído, apoiado no economicismo. Modelo, esse, até então hegemônico que tende a ignorar o uso adequado dos recursos e respeito aos direitos das gerações futuras como: preservação da identidade, aceitação e respeito mútuo entre local e visitante, manejo adequado dos recursos e preservação. Acrescente-se a esses fatores os conflitos entre o desenvolvimento econômico da atividade e a preservação de valores culturais e sociais nas áreas receptoras, além do uso de recursos não renováveis. Elementos estes presentes na discussão sobre sustentabilidade que conduziram a reavaliação do papel do turismo na sociedade. (COOPER; ARCHER, 2002, p. 99).

Esse é o contexto em que surge o Turismo de Base Comunitária, que aqui busca-se entender a partir da forma como alguns autores o definem. A Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM) apud Sansolo e Bursztyn (2009, p. 147), ressalta que:

O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2006)

Após apresentar várias definições sobre o Turismo de Base Comunitária, percebe-se, enfim, uma semelhança relativa ao papel da comunidade local na protagonização do papel de desenvolvimento do projeto e na valorização de sua participação na construção e gestão do projeto de turismo de base comunitária. Acreditando ser a participação um tema caro ao Turismo de Base Comunitária é importante discutir as formas de participações trazidas pelos pesquisadores do assunto. Para Maldonado (2009, p. 23) essas formas são entendidas como:

- i) Autogestão do negócio turístico.
- ii) Parceria de negócios com uma empresa privada
- iii) Parceria comercial com operadoras de turismo.
- iv) Concessão de recursos comunitários em usufruto.
- v) Trabalho assalariado para operários.

Nas formas de participação apresentadas por Maldonado, percebe-se apenas no primeiro caso - Autogestão do negócio turístico - que há um protagonismo da comunidade local, nos outros quatro casos, pode-se dizer que a participação é diminuída gradualmente até chegar a uma situação em que a comunidade autóctone é vista e beneficiada apenas como prestadora de serviços.

O envolvimento dos atores locais no processo de desenvolvimento local remete às discussões de participação e suas variáveis. Segundo Campanhola e Silva (2000, p. 27) referindo-se a Pretty, há duas visões distintas de participação: uma é a de que ela aumenta a eficiência, pois as pessoas concordam e assumem posição ativa na implementação das decisões. A outra considera que a participação é um direito básico, no qual o principal objetivo é a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção institucional. (CAMPANHOLA E SILVA, 2000, p. 27). De acordo com os mesmos autores, há sete tipos de participação:

[...] i) manipulada, em que há representantes da sociedade nas comissões oficiais, mas aos mesmos não é delegado nenhum poder; ii) passiva, onde há apenas comunicação do que já foi decidido ou do que já aconteceu; iii) por consulta, refere-se à situação em que as pessoas são consultadas ou respondem questionários, mas os agentes externos é que definem os problemas e os processos de coleta de informações, controlando portanto as análises; iv) por incentivos materiais, onde as pessoas contribuem em troca de alimento, dinheiro ou outras formas de incentivo; v) funcional, que se resume a discussões em grupo para atingir objetivos predeterminados e é vista por agências externas como um meio de atingir metas de projetos com custos reduzidos; vi) interativa, na qual as pessoas participam na análise conjunta, no desenvolvimento de planos de ação, na formação ou fortalecimento de instituições locais, e na disponibilização dos recursos a serem utilizados, por meio de métodos interdisciplinares que buscam perspectivas múltiplas e fazem uso do processo de aprendizagem sistêmico e estruturado; vii) e mobilização própria, em que a participação das pessoas independe de instituições externas, podendo ou não desafiar as distribuições existentes de riqueza e poder. (CAMPANHOLA E SILVA, 2000, p. 27).

Ao tratar da participação local os autores elencam níveis a participação, no qual os cinco primeiros exemplos entende-se ausência de participação, pois a comunidade não tem oportunidade de apresentar demandas, interferir nos processos de decisão, enfim, não é possível entender como participação efetiva da comunidade. Na mobilização própria, há uma relação mais forte entre a comunidade e o desenvolvimento de um projeto de turismo comunitário, pode-se falar em protagonismo comunitário, o que espera-se quando trata de participação.

É importante mencionar ainda que, segundo Petersen e Romano (1999, p 56), projetos de base comunitária bem-sucedidos de desenvolvimento estão, em geral, associados a duas características interdependentes que são o enfoque local no processo de desenvolvimento e a participação da sociedade local na elaboração e implementação de projetos e demais iniciativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, Percebeu-se que os estudos sobre o tema turismo sustentável é ainda recente, tal fato pode ser explicado por ser o turismo uma atividade contemporânea, ainda sobre as discussões essas caracterizam-se por serem polarizadas entre sustentável e não sustentável, contudo, sabe-se que há gradações nessa escala. Sendo temerário afirmar que exista um turismo sustentável com boas práticas e um turismo não sustentável de práticas ruins e ainda para Clarke (1997) a sustentabilidade deve ser entendida como um modelo desenvolvimento e não como segmento de mercado.

Este estudo permitiu uma análise do processo histórico da participação local no Brasil, evidenciando o contexto em que esteve inserido e as interferências sociais e políticas ocorridas ao longo do tempo. As investigações mostraram-se capaz de evidenciar a importância dos movimentos políticos da década de 1970, como fator de resistência ao regime militar. Pode-se afirmar que tais fatos são relevantes ao entendimento da gênese da participação local no Brasil.

O significado do estudo apresentado por Guimarães (2009) está na compreensão de eventos importantes como, por exemplo, a luta pela reforma agrária, representada pelas Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a formação da Central Sindical dos Trabalhadores (CST), a primeira mobilização estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), o surgimento de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em meados dos anos de 1980 e de organizações sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A abordagem do comunitarismo cristão, liderado por dom Helder Câmara, com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a criação da Petrobrás, do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a cultura popular são pontos importantes relacionados à discussão sobre a participação local no Brasil.

Segundo a literatura especializada até aqui consultada, entende-se que, apesar de toda evolução das políticas nacionais, ocorrida ao longo dos tempos, existem alguns mitos que caracterizam disfarces ideológicos. Assim, atribui-se esses mitos aos detentores do poder político no Brasil que não querem nenhum mecanismo de mudança e de partilha de poder. Um desses mitos é aquele em que a sociedade brasileira ainda não se encontra preparada para participar como protagonista das políticas públicas.

Em relação ao processo de participação local e turismo de base comunitária pode-se afirmar ser um tema complexo, pois muitos autores tratam da participação local no turismo de base comunitária como uma condição e, também, como um indicativo ético fundamental para o turismo de base comunitária. Todavia, ainda há pouca compreensão desta ação política, dos efeitos distributivos e democratizantes nas comunidades onde se encontra instalado um projeto de turismo de base comunitária.

A busca pela organização da sociedade civil, o planejamento participativo, a educação para cidadania, o entendimento da cultura como processo de identificação comunitária, o reconhecimento dos seus direitos e deveres e capacidade de formular propostas, são pontos importantes para a compreensão da participação local.

A intenção desse trabalho não é esgotar o tema participação local no Turismo de Base Comunitária, mas sim acrescentar mais um estudo sobre o tema ainda pouco discutido na academia e de atenção longe do esperado pelo poder público

REFERÊNCIAS:

AVRITZER, Leonardo (Org.). (2010). *A Dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

A EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO NO PODER LOCAL. COPATTI, Letícia Copeli, 2010. Disponível http://www.uricer.edu.br/new/site/pdfs/perspectiva/126_110.pdf. Acesso em 04 de janeiro de 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – apresentação de citações em documentos: NBR 10520. Rio de Janeiro, 2001.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOCCATO VRC. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo 2010 set-dez; 18(3)265-74

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa (Por um Direito Constitucional de luta e resistência; Por uma Nova Hermenêutica; Por uma repolitização da legitimidade)**. 2. Ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BURSZTYN, BARTHOLO e DELAMARO . **Turismo para quem?** In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber ; BURSZTYN, Ivan. (Org). *Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 78 – 91

CAMPANHOLA, Clayton e SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. UNICAMP/EMBRAPA, 2000.

CASTRO, Celso. A natureza turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI Jr, Álvaro e BARRETO, Margarita (orgs.). **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica** – Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 120.

CLARKE, J. **A framework of approaches to sustainable tourism**. Journal of Sustainable Tourism, v.5, n.3, p.224-233, 1997.

COPATTI, L. C. **A efetivação da cidadania através da participação no poder local**. PERSPECTIVA, Erechim. v.34, n.126, p. 85-100, junho/2010.

CHRISTOVÃO, João H. de O. **Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio**. Dissertação de mestrado em História Social – UERJ, 2011.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3. ed. São Paulo:Cortez, 1996.

EMBRATUR – IEB. **Pólos de ecoturismo- planejamento e gestão** / Guilherme Wendel de Magalhães (Coord.) São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.

FILHO, Hissa Nagib Abrahão. **O turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento sustentável da área ribeirinha de Parintins**. 2010. 120 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2010.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state**: Estado e desenvolvimento social no Brasil.

GUIMARÃES, J. **Cultura brasileira e comunitarismo**. Belo Horizonte: Instituto Jacques Maritain, 2003.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens – São Paulo: Aleph, 2001, p.15.

LEMOS, Leandro de. **O Valor Turístico**: (Re) Definindo a Economia do Turismo – In:

<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/valortur.html> Acessado em 31/10/2012 às 18:35h.

MORONI, J.A. O direito à participação no Governo Lula. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, p. 284-304, 2005.

OKAZAKI, Etsuko. **Community Based Tourism model**: Its Conception and use. Journal of sustainable tourism, Kobe, vol. 16. n. 5, 2008. Disponível em:< <http://www.tandfonline.com/doi/abs> >. Acesso em: 04 de mar de 2013.

RESENDE, Ricardo de Oliveira. **Turismo de base comunitária, política, publica e efeitos sobre o local**: o caso do projeto “Um Vale de Verdade”, Pirenópolis (GO). 2011. 241 f.(dissertação de mestrado em Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2011.

RUSCHMANN, D. V.D. M. *et. al.* A proteção ambiental como instrumento de estratégia empresarial – o caso da Ilha João da Cunha - SC. In: **Anais do IV Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo: USP/FGV, 1997, p. 92-106.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce, MUNDIM, Rodrigo Souza Alves, DIAS, Adiana. **Arranjo produtivo local voltado para a promoção do turismo ecológico comunitário na área da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba, SC)**. In: VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), 2004, Curitiba (PR). Anais, Curitiba (PR), 2004.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SWARBROOKE, Jonh. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia, v.2 São Paulo: Aleph, 2000.

Alexandre Correa de Menezes

Tais Alexandre A. Paes

Ilana B. Kiyotani

INTRODUÇÃO

O setor de turismo é um dos que mais tem crescido nos últimos anos. Está ligado diretamente ao meio ambiente, mostrando e expondo patrimônios natural e cultural. Muitas vezes a natureza é o principal “produto a ser vendido”, por isso a atividade deve ser planejada e desenvolvida corretamente, para não acabar transformando-se em um fator de poluição e destruição.

Atualmente o turismo vem se desenvolvendo em diversas localidades, se apresentando como uma alternativa na economia, gerando emprego e renda. No município de Cabaceiras, que está localizado no Cariri⁶⁹ Paraibano, o turismo passou a se desenvolver com mais intensidade a partir do momento em que a cidade foi eleita e recebeu o título de “Roliúde Nordestina”, passando a ter início o processo de reconhecimento das potencialidades da região. A denominação veio por Cabaceiras ter sido palco de inúmeras filmagens, cinematográficas e televisivas, como exemplos têm-se os filmes O Auto da Compadecida (2000) e Madame Satã (2002). Alguns segmentos do turismo são ali realizados, com mais destaque para o ecoturismo e para o turismo cultural.

O turismo cultural neste município dá-se em torno de um alimento-chave para o nordestino, o bode – que ali virou o grande atrativo, ganhando também um festival anual comemorativo, a Festa do Bode Rei. Os visitantes também chegam para conhecer o cenário de tantos filmes brasileiros. Mas é no ecoturismo que Cabaceiras destaca-se, principalmente atrelado ao atrativo natural e histórico do Lajedo de Pai Matheus.

Para que o turismo seja um fator de desenvolvimento de uma localidade, a população e os agentes das iniciativas públicas e privadas serão fatores determinantes. Estes agentes devem conhecer sua história, seus costumes e suas tradições, se autovalorizando e se unindo em busca do desenvolvimento da localidade.

É considerando estes elementos centrais, que este estudo busca analisar como o ecoturismo é visualizado pela população de Cabaceiras, uma vez que para que este seja desenvolvido, de forma planejada e sustentável, é necessário que a população compreenda os seus preceitos. A comunidade local necessita se sentir parte integrante do município que reside, sentindo-se confiante e motivada para contribuir para a implementação do turismo, pois esta é uma condição *sini qua non* para a sustentabilidade turística.

TURISMO SUSTENTÁVEL NO ESPAÇO RURAL

O turismo pode ser visto como uma atividade que visa o desenvolvimento econômico de determinada região, uma vez que contribui para a geração de empregos. A mesma pode ser considerada distribuidora de renda, na medida em que movimenta os vários setores da economia gerando um efeito multiplicador, caracterizado pela entrada de capital nacional ou estrangeiro em um país ou região, produzindo riqueza, aumentando consumo e produção devido às novas necessidades de produtos e serviços criados por esta atividade.

A atividade turística tem se apresentado, então, como um poderoso instrumento de desenvolvimento para as localidades e para as comunidades na medida em que gera diversos empregos diretos e indiretos contribuindo com o desenvolvimento social. De acordo com Dias (1999), o turismo pode ser considerado hoje uma das poucas alternativas à destruição do emprego tradicional devido às mudanças tecnológicas e à globalização, junto com a redução da jornada de trabalho. No setor existe espaço para multinacionais até inúmeras pequenas empresas familiares.

⁶⁹ Denominação da microrregião.

Além do desenvolvimento econômico gerado pelo turismo, este tem contribuído para a concepção do conceito da sustentabilidade. Analisar a atividade turística é pensar como esta deve ser gerenciada para que seus efeitos sobre o meio não sejam desastrosos. Conservar os espaços em geral, seus valores naturais e culturais, bem como estimular o desenvolvimento socioeconômico das suas populações passam a ser necessidades a serem consideradas neste tipo de atividade.

Desta forma o turismo deve ser desempenhado levando em consideração a preservação e a utilização racional dos recursos naturais para que os atrativos sejam conservados por mais tempo, pois estes formam a base de sustentação da atividade.

Verificar o turismo como uma atividade sustentável é procurar considerar que este deve alcançar o equilíbrio entre as consequências positivas e negativas geradas. Para que isso ocorra, é necessária a junção de vários esforços, principalmente, dos órgãos governamentais que devem proporcionar infraestrutura para que o turismo possa se desenvolver. Assim, o turismo vai se transformando em uma significativa fonte de renda para o município e para a região, que deve envolver também as empresas privadas, ONGs e a comunidade local.

Com o empenho e o interesse de todos os envolvidos é que se deve investir no desenvolvimento turístico do local. Sobre o equilíbrio para o desenvolvimento da atividade turística, Caressato (2003,p.15) coloca que: “a busca do equilíbrio necessário para o progresso harmônico da atividade turística contribui para a fixação do homem em sua própria comunidade, beneficia a conservação, a valorização e proteção de seu patrimônio histórico e cultural, auxiliando na divulgação de sua identidade”.

Desta forma, é necessário que todos os envolvidos trabalhem em conjunto e apresentem objetivos congruentes para que a atividade se desenvolva de forma adequada não gerando prejuízos para a localidade do ponto de vista social, cultural, econômico e ambiental. Objetivando tal equilíbrio é que determinadas regiões brasileiras vêm desenvolvendo projetos baseados no Plano Nacional de Turismo (PNT), do Governo Federal, visando o desenvolvimento das localidades fundamentadas em um planejamento integrado que gere benefícios a médio e longo prazos, visando o crescimento do país como um todo.

Dentro dessa perspectiva surgem duas vertentes do turismo que podem atribuir devida sustentabilidade ao meio aqui estudado – o cariri nordestino – o chamado turismo de base local, que visa um planejamento integrado com a comunidade receptora, e o ecoturismo.

O turismo ganha destaque na medida em que está estruturado sobre bases sustentáveis, priorizando a inserção social da comunidade local. Neste caso, evita-se o crescimento desordenado e devastador, podendo se desenvolver um turismo bem estruturado em que os objetivos estejam alinhados com a população local, gerando benefícios para todos os envolvidos na atividade considerando a preservação do patrimônio ambiental e cultural.

O planejamento do turismo deve ser elaborado em conjunto com a comunidade, pois, algumas vezes, o turismo pode não ser viável ou até mesmo desejável em algumas localidades. De acordo com a OMT (1998), a comunidade que deseja desenvolver o turismo deve verificar se dispõe de recursos ou atrativos suficientes, se existe mercado potencial para o tipo de turismo que pretende desenvolver, se o turismo é a melhor maneira para alcançar o desenvolvimento econômico e se existem concorrentes na região.

O objetivo maior de um planejamento turístico em uma comunidade é a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a consequente proteção da cultura e do meio natural, onde vários benefícios de ordem econômica podem ser alcançados. Todavia, compreende-se que impactos negativos e positivos irão atingir a localidade advindos da atividade turística. Tais impactos no entendimento de Ruschmann (2010) referem-se a gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turísticos nas localidades receptoras. Estes, conforme apresentado pela OMT (1998), podem ser de três ordens: impactos econômicos, impactos socioculturais e impactos ambientais.

Os impactos econômicos positivos podem ser provocados com a diversificação e até a ampliação da economia, consequentes do maior fluxo e circulação de riqueza. Além disso, são criados novos postos de trabalho que permitem um aumento geral da renda da população. Em consonância, o governo arrecada mais impostos, e melhora o seu desempenho na balança comercial, devido o aumento do fluxo de moeda estrangeira no país. Já os negativos podem advir da excessiva dependência da economia na atividade turística, em detrimento a outras áreas.

No que se refere aos impactos socioculturais, podem ocorrer a perda da identidade da cultura local, consequente da influência da cultura estrangeira, trazida pelos turistas. Em localidades pequenas, pode haver uma mudança nos padrões de consumo, geralmente criadas pelos hábitos de compra dos turistas, onde poderão ser despertadas necessidades de consumo até então estranhas aos moradores. Também corre-se o risco do aumento de problemas sociais como alcoolismo, drogas e prostituição. Quanto ao positivo, se houver um planejamento consistente, vê-se interessante intercâmbio cultural entre comunidade local e turistas, relacionado ao conhecimento de novos idiomas, costumes e crenças, mantendo a identidade do núcleo receptor (DIAS, 2008).

Visto isso, soma-se que a atividade turística necessita de uma co-participação efetiva dos órgãos governamentais de todas as esferas (federal, estadual e municipal), principalmente no tocante a infraestrutura básica e segurança pública. Estes fatores acabam beneficiando as comunidades locais, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida dos residentes. São serviços que realmente competem ao setor público como energia, iluminação e limpeza pública, transporte coletivo, abastecimento de água, entre outros.

O turismo realizado no espaço rural brasileiro tem sido abordado por Seabra (2007), como turismo sertanejo, e de acordo com o autor tem suas bases de sustentação na paisagem natural, patrimônio cultural e desenvolvimento social das regiões interioranas do país. Este segmento turístico contempla o desenvolvimento regional com inclusão social, quando é devidamente planejado e estruturado. Para que isso ocorra, a comunidade local deve participar de todas as fases do planejamento e implantação do projeto turístico, definindo seus próprios objetivos.

A comunidade local, em geral, também é largamente beneficiada pelas iniciativas de expansão e consolidação do turismo no meio rural através da realização de obras de melhoria da infraestrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, tais como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais. (SILVA; VILARINHO; DALE, 1998).

O paradigma do desenvolvimento sustentável aplicado ao planejamento do turismo de natureza atualmente é considerado também no planejamento com base no legado cultural (BARRETO, 2000). Envolvida na atividade a comunidade precisa sentir-se parte daquele contexto, valorizada e beneficiada. Ruschman (2009, p. 64) coloca que:

Encontram-se, na literatura especializada, diversos textos que discorrem sobre a sustentabilidade aplicada ao turismo, fomentando a discussão sobre a integração entre o uso turístico e preservação do meio ambiente e, alertando, ainda, sobre a responsabilidade social na instalação de empreendimentos, voltados não somente para o lucro, mas também para proporcionar a melhoria da qualidade de vida das populações fixas de núcleos receptores.

Os aspectos positivos dos impactos ambientais, assim como dos impactos culturais, somente existirão como já posto, se houver um planejamento. É possível preservar áreas naturais e conservar lugares históricos e patrimônio local com o apoio dos turistas e da comunidade, criar de áreas e parques ambientais protegidos, e consequentemente aumentar a consciência da comunidade em relação ao meio ambiente.

Ocorre que para a atividade turística prosperar é primordial que os agentes sociais ligados à mesma tenham consciência da necessidade do crescimento de forma sustentável, conhecendo os efeitos positivos e negativos decorrentes. Esta consciência pode ter início com base na percepção, por exemplo, das suas potencialidades ambientais, que quando bem desenvolvidas geram retornos positivos para a região. Estes cuidados requerem aporte nas atividades ecoturísticas.

BASES ECOTURÍSTICAS

A história do ecoturismo está ligada a uma noção de turismo ao ar livre. Mas a prática é mais que isso, antes de tudo é um posicionamento ambiental de conservação do patrimônio natural e cultural, tanto nas áreas naturais com não naturais.

O ecoturismo começou a ser realizado no Brasil no final dos anos 80, já em 1989 foram autorizados pela EMBRATUR os primeiros cursos de guia desse segmento turístico. Em 1992, com a Conferência Rio 92, o termo ecoturismo ganhou maior visibilidade, agradou as pessoas e impulsionou um mercado que desde então não para de crescer. O ecoturismo é uma atividade que, em primeiro lugar, promove o encontro do homem com a natureza de forma a compreender os ecossistemas que mantêm a vida. As atividades são desenvolvidas através de caminhadas ecológicas, da observação do ambiente natural, da educação ambiental, através da transmissão de informações e conceitos ou através da simples contemplação da paisagem.

Para a EMBRATUR (2002) o ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das comunidades envolvidas.

De forma semelhante Beni retrata que (1999, p. 64):

“O ecoturismo é uma denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constante, com plano de manejo e sistema de gestão responsável”.

Como se pode observar ambas as definições denotam cuidados que esta atividade deve ter com as áreas naturais. Esses aspectos ocorrem devido à sensibilidade das áreas naturais, uma vez que, conforme é colocado por Ruschman (1999), os impactos causados pela atividade turística são mais evidenciados no meio natural, causando um desequilíbrio ecológico a partir da destruição dos ecossistemas nas localidades receptoras. Como consequência deste fato surgiram inúmeras críticas a respeito da inviabilidade da atividade turística convencional, de massa, principalmente pelo dano que causa a natureza (MEDEIROS, 2003).

Formas alternativas de turismo estão sendo propostas, visando à sustentabilidade a partir da preservação da natureza. Nesse contexto surgem outras formas de turismo como: o ecológico, o de aventuras, o sertanejo, o ecogeoturismo, dentre outras modalidades.

Segundo Medeiros (2003), o ecogeoturismo é uma modalidade que visa ao aproveitamento econômico da geodiversidade como forma de fortalecer sua proteção a partir da participação das comunidades locais inseridas nas áreas de aproveitamento turístico, da promoção da educação ambiental e de incentivos à pesquisa científica, seguindo os princípios do ecoturismo.

É devido a estes elementos que a educação ambiental associada a uma área verde tem o poder de mudar as ações das pessoas frente ao meio natural, proporcionando maior responsabilidade e respeito para com a natureza, sendo importante mostrar aos turistas e à população local uma área com valores ecologicamente sustentável e bem preservada. O ecoturismo juntamente com a educação ambiental poderá proporcionar uma relação mais favorável entre o visitante, a população local e o meio ambiente.

Cascino (1999) comenta que as questões ambientais nas comunidades, unem força e penetração ao mesmo tempo, o que facilita o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, das quais muitas estratégias têm sido adaptadas para os programas de atividades ecoturísticas. O fato de estas questões ambientais estarem diretamente relacionadas com as comunidades, facilitam o desempenho e a aceitação de programas e projetos ambientais por estas.

Assim, de acordo com Dias (1999) o programa de educação ambiental formal, para ser efetivo, deve-se promover o desenvolvimento do conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e à melhoria da qualidade ambiental. Pode-se compreender, então, que independente da modalidade turística, o que se preconiza é o respeito e o cuidado que se deve ter com as áreas naturais, nos casos especiais em que as localidades apresentam este potencial. Para que o cuidado ambiental ocorra se faz importante que a localidade apresente uma consciência ambiental para sua preservação.

O MUNICÍPIO DE CABACEIRAS PARA O TURISMO

O município de Cabaceiras está localizado na microrregião do Cariri Oriental, a cerca de 300 metros acima do nível do mar, na área mais baixa do Planalto da Borborema, na região dos "Cariris Velhos", distante 180 km da cidade de João Pessoa/PB. De acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 sua população era estimada em 5.035 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 452,920km², o que dá uma densidade demográfica de 11,12 hab./km².

Localizado na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, composta de caatinga arbustiva, típica das regiões mais áridas do Nordeste, com cactos, arbustos e vegetação típicos como xiquexique, coroa-de-frade, juazeiro, umbuzeiro e jurema, entre outras. As chuvas são irregulares e esparsas e temperaturas médias na ordem dos 30°. Com menos de 234 mm de chuva durante o ano todo, as precipitações ocorrem apenas durante três meses, dando vazão a estiagens que duram até dez meses nos períodos mais secos, conferindo a Cabaceiras o título de município onde menos chove no país.

Contudo, as fortes chuvas em alguns anos, como em janeiro de 2004, provocaram um aumento de mais de 500% no índice pluviométrico de alguns municípios na região do sertão paraibano, que ultrapassaram os 500 mm. Em Cabaceiras choveu nesse citado ano mais da metade da média anual do município, que é de 300 mm. Em 2008, chuvas torrenciais provocaram um índice pluviométrico que tirou do município novamente o título de aridez que lhe faz conhecida no Brasil: foram 398mm registrados na pequena estação de medição local. Esse fato que foi atribuído pelos religiosos da região à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que ficou conhecida como "A Santa que faz Chover".

De uma pequena aldeia, onde havia uma capela dedicada a Nossa Senhora das Cabaças, surgiu o município. Conta-se que Antônio Ferreira Guimarães e Domingos de Farias Castro, partindo de pontos opostos, combinaram erigir uma capela no mesmo lugar em que se encontrassem. Onde hoje está localizada a matriz de Cabaceiras, próximo ao rio Taperoá, acredita-se ser o local em que os dois aventureiros se encontraram e levantaram a pequena igreja.

O distrito foi criado com a denominação de Vila Federal de Cabaceiras, com o decreto nº 41, de 29-08-1833, subordinado ao município de Campina Grande, elevado à categoria de município com a denominação de Vila Federal de Cabaceiras, pela Resolução do Conselho do Governo de 21-07-1834. Em divisão territorial datada de 31-07-1963, o município é constituído de 2 distritos: Cabaceiras e São Domingos. A lei estadual nº 5903, de 29-04-1994 desmembra do município de Cabaceiras o distrito de São Domingos, elevando-o à categoria de município com a denominação São Domingos de Cabaceiras.

A região dispõe de inúmeros atrativos naturais, como por exemplo, rios, cachoeiras, lajedos, sítios geológicos e arqueológicos, entre outros atrativos. Favorecendo a prática do turismo em áreas naturais, muitos destes locais ainda não são conhecidos pelos agentes e agenciadores do turismo. Os mais famosos atrativos turístico da cidade são: o Lajedo do Pai Matheus, Pedra da Pata, a Festa do Bode Rei, ser a "Roliúde Nordestina" (com direito a leiteiro no alto da serra), Artesanato do Zé de Cila, Museu Histórico e Cultural dos Cariris Paraibanos, Museu Cinematográfico, Festa de São Bento.

Diante dos atrativos apresentados é possível perceber a importância desta cidade para o crescimento turístico do estado. Neste sentido é que se faz necessário que os seus moradores e a sua comunidade estejam cientes das suas potencialidades. Ter consciência das suas riquezas naturais com base ecoturística, permite que se gere uma atividade turística equilibrada, onde os benefícios gerados sejam para toda a população constituinte considerando os preceitos do desenvolvimento sustentável.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo proposto de analisar como o ecoturismo é visualizado pela população de Cabaceiras, esta pesquisa baseou-se em pesquisas bibliográficas e preceitos quantitativos para a coleta de dados, baseados em uma amostragem por cotas que consiste na seleção das características de controle e determinação da produção do universo de acordo com cada grupo de características (DENCKER 1998).

A população alvo selecionada envolveu representantes da iniciativa pública e privada, sendo 2 pessoas do setor público e 8 do setor privado (TABELA 1). Já os dados coletados foram baseados em amostras não-probabilísticas que, se constituem em qualquer tipo de amostragem em que a probabilidade de escolher um determinado elemento do universo é desconhecida, Dencker (1998). Assim, temos amostragem por julgamento, pela qual o especialista seleciona o que acredita ser a melhor amostra para o estudo de um determinado problema.

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário com perguntas fechadas, sistematizadas e preestabelecidas sendo os seus dados posteriormente organizados em quadros e tabelas que estão demonstradas no item análise dos resultados.

Tabela 1: Identificação da amostragem da pesquisa

Instituições	Representantes	Quantidade total	Tamanho amostral
Setor Público	Prefeitura (Prefeito)	1	1
	Departamento de Turismo	1	1
Setor Privado	Hotéis e Pousadas	4	4
	Restaurantes	4	4
Total		10	10

Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com os questionários aplicados aos representantes dos setores público (2) e privado (8), foi possível identificar alguns aspectos relacionados às características sócio-econômicas dos entrevistados, aspectos relativos ao turismo e ao ecoturismo no município de Cabaceiras.

Tabela 2: Identificação do entrevistado

Variável	Quantidade	Porcentagem
1. Setor de representação		
Público	2	20
Privado	8	80
Total	10	100
4. Sexo		
Masculino	6	60
Feminino	4	40
Total	10	100
5. Faixa etária		
Até 18 anos	0	0
De 19 a 25 anos	0	0
De 26 a 40 anos	5	50
De 41 a 55 anos	1	10
Acima de 55 anos	4	40
Total	10	100
6. Estado Civil		
Casado	6	60
Solteiro	3	30
Separado	1	10
Viúvo	0	0
Total	10	100
7. Escolaridade		
Sem instrução	0	0
Primeiro grau incompleto	3	30
Primeiro grau completo	2	20
Segundo grau incompleto	2	20
Segundo grau completo	1	10
Superior completo	2	20
Total	10	100
8. Ocupação		
Funcionário Público	2	20
Empresário	6	60
Comerciante formal	0	0
Comerciante informal	0	0
Prestador de Serviço do setor privado	1	10
Agricultor	0	0
Pecuarista	0	0
Latifundiário	0	0
Guia de Turismo	1	0
Outro	0	0
Total	10	100

Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

A tabela 2 apresenta às respostas referentes a identificação dos entrevistados, dos quais 80% fazem parte do setor privado, enquanto 20% representam o setor público. O sexo masculino representou 60% dos entrevistados, enquanto 40% foram do sexo feminino. A faixa etária que predominou foi a de 26 a 40 anos correspondendo a 50% dos entrevistados, 40% com idade acima de 55 anos e 10% estão entre 41 e 55 anos. Com relação ao estado civil 60% são casados, 30% são solteiros e 10% separados.

O nível de escolaridade entre os entrevistados pode ser considerado baixo, já que predominou com 30% o primeiro grau incompleto, seguido por 20% com primeiro grau completo, 20% com segundo grau completo, 20% com curso superior completo e 10% com o curso superior incompleto. A ocupação predominante foi a de empresário correspondendo a 60% dos entrevistados, seguido de 20% de funcionários públicos, 10% guia de turismo e 10% correspondente a outras ocupações.

Tabela 3: Turismo / Ecoturismo

Variável	Quantidade	Porcentagem
9. Conhece o que vêm a ser ecoturismo		
Sim	6	60
Não	2	20
NDA	2	20
Total	10	100
10. Acredita no potencial ecoturístico do município		
Sim	10	100
Não	0	0
NDA	0	0
Total	10	100
11. É a favor do planejamento ambiental e turístico		
Sim	10	100
Não	0	0
NDA	0	0
Total	10	100
12. É a favor da educação ambiental		
Sim	10	100
Não	0	0
NDA	0	0
Total	10	100
13. Conhece os preceitos da educação ambiental		
Sim	7	70
Não	3	30
NDA	0	0
Total	10	100

Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

A tabela 3 está relacionada aos dados relativos ao turismo e ao ecoturismo no município de Cabaceiras. Entre os entrevistados 60% afirmaram saber o que é ecoturismo, 20% reconheceram não saber do que se trata, enquanto outros 20% optaram por nenhuma das respostas, alegando que já ouviu falar, mas não sabem exatamente do que se trata. Esses resultados indicam que parte destes representantes conhecem as questões ambientais e a sua potencialidade.

Todos os entrevistados afirmaram que acreditam no potencial ecoturístico do município, demonstrando que todos estão cientes da potencialidade de Cabaceiras. O planejamento ambiental e turístico também foi unanimidade, assim como 100% dos entrevistados são a favor da educação ambiental, demonstrando a preocupação com a preservação do meio ambiente. Apesar de 30% dos entrevistados não conhecerem os preceitos da educação ambiental, têm a intuição de que é algo relacionado à preservação, 70% conhecem os preceitos da educação ambiental.

Essa preocupação com as questões ambientais é extremamente importante para se desenvolver a atividade turística de forma planejada. Uma vez que, conforme é abordado por Lindberg e Hawkins (1999) o ecoturismo é hoje alvo da atenção de um grande número de pessoas e as comunidades próximas às áreas protegidas estão usufruindo de novas oportunidades de emprego em virtude do turismo. Ou seja, O ecoturismo em determinadas localidades necessita ser desenvolvido para que a mesma usufrua dos seus benefícios.

Todavia, tal conscientização deve estar levando em consideração os aspectos do desenvolvimento sustentável objetivando a redução dos impactos negativos, uma vez que conforme exposto por Caressato (2003,p.15) : “a busca do equilíbrio necessário para o progresso harmônico da atividade turística contribui para a fixação do homem em sua própria comunidade, beneficia a conservação, a valorização e proteção de seu patrimônio histórico e cultural, auxiliando na divulgação de sua identidade”.

Pode-se identificar, também, que o fato de todos os entrevistados estarem em sintonia, no que diz respeito ao potencial turístico, ao planejamento ambiental e a educação ambiental confirma o que diz Cascino (1999), “ao mesmo tempo as questões ambientais, tem força e penetração nas comunidades, o que facilita o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, das quais muitas estratégias tem sido adaptadas para os programas de atividades ecoturísticas”.

Desta forma, os interesses ecoturísticos e a preocupação com o planejamento ambiental permite que a comunidade cuide das suas riquezas, uma vez que as valoriza. Neste sentido, a localidade para desenvolver uma atividade turística baseada no ecoturismo, necessita que os seus moradores conheçam e disseminem os seus princípios para que possam desenvolver uma atividade equilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Cabaceiras despertou nos últimos anos para o desenvolvimento da atividade turística, assim como diversas localidades brasileiras. Isto pelo turismo se apresentar como uma alternativa para a economia destas localidades, gerando emprego e renda, além de trazer também melhorias significativas na infraestrutura que acarretam em uma melhoria na qualidade de vida das comunidades locais.

O município de Cabaceiras apresenta uma grande diversidade de atrativos que dão suporte as práticas ecoturísticas, todavia, não basta à localidade reconhecer este potencial ecoturístico, como pôde-se observar na pesquisa, é extremamente necessário que a mesma saiba lidar com este desenvolvendo de forma adequada tendo o cuidado com os possíveis impactos gerados pela conduta dos atrativos naturais de forma desordenada em sem planejamento.

Como abordado anteriormente, as práticas educacionais podem ser evidenciadas como mecanismos que permitam o crescimento da cidade de forma mais equilibrada, todavia, outros elementos também devem ser considerados, uma vez que, há a ausência de uma secretaria municipal de turismo, que traz como consequência a inexistências de recursos financeiros a nível municipal, destinadas para o turismo. Para suprir esta ausência o município de Cabaceiras criou o Departamento de Turismo, ligado ao gabinete do prefeito, que está localizado na rua principal da cidade e serve como ponto de apoio aos visitantes; além de divulgar os atrativos locais, meios de hospedagem, restaurantes e eventos da região.

Durante a pesquisa, identificou-se que os empreendimentos ligados ao turismo são de pessoas da própria localidade, a exemplo de restaurantes e pousadas, assim como os funcionários destes estabelecimentos e esta característica é importante para a integração e o fortalecimento da população. O que demonstra que a geração de renda está beneficiando a comunidade local, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida e colaborando para a diminuição do êxodo rural.

Porém, percebe-se, por parte dos órgãos governamentais, problemas no que tange ao planejamento turístico, que se realizado traria uma melhor ordenação dos atrativos, com infraestrutura, capacitação dos recursos humanos atuantes e promoção turística. Devido à falta deste planejamento, o “produto” Cabaceiras se encontra subutilizado, já que possui atrativos capazes de manter-se com fluxo independente da sazonalidade turística.

O que se registra atualmente na cidade são fluxos efêmeros, que não chegam a fazer deste um destino consolidado. Resta a expectativa de que um dia possa-se ter em Cabaceiras tal desenvolvimento turístico, que traga à região, como consequência, melhoria da qualidade de vida habitacional e empregatícia.

REFERENCIAS

- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 1999.
- CASCINO, Fábio. **Educação Ambiental: princípios, história e formação de professores**. - São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
- CARESSATO; Edson Avelino. **Turismo e Sustentabilidade - uma visão holística**. Revista Aguapé, 2003.
- DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 8.ed. São Paulo: Futura, 1998.
- DIAS, REINALDO. **Turismo sustentável e meio ambiente**/ Reinaldo Dias. —São Paulo: Atlas, 1999.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.
- OMT (1993) Apud PRADO, A. C. A., **Impactos do Ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Cubatão – Dissertação (Mestrado) ECA – USP**.
- SEABRA, Giovanni de Farias. **O Turismo sertanejo como alternativa econômica para o semi-árido**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002.
- SEABRA, Giovanni. **Turismo Sertanejo**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.
- SILVA, Graziano. S; VILARINHO, C; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Almeida, J. A; Riedl, M; Froehlich, J. M, (ORGs. **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria / RS: Centro gráfico, 1998.
- LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald. **Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão**. São Paulo. Ed. SENAC, 1999.
- MEDEIROS, W. D. A. **Sítios geológicos e geomorfológicos dos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas e Currais Novos, Região Seridó do Rio Grande do Norte**. Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003 (Dissertação de Mestrado).
- RUCSHMANN, D. V. D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. 199 p. (Coleção Turismo).
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas/ SP: Papirus, 2010.
- RUSCHMANN, Doris. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2009.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Pereira Portugal

Professor Doutor do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) e Professor do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará; Rua 20 nº 1600, Ituiutaba/MG, CEP: 38304.402, E-mail: anderson@pontal.ufu.br

Hélio Carlos de Miranda Oliveira

Bruno de Freitas

Graduado em Geografia pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU). E-mail: freitasbrunode@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Correa de Menezes

Bacharel em Turismo (UFPB, 2012). E-mail: alexandrecorreia_13@yahoo.com.br

André Jordani Rodrigues Freitas

UEMG. E-mail: andre.jrd@gmail.com

Anna Karenina Chaves Delgado

IFPE. E-mail: anna.chaves@barreiros.ifpe.edu.br

Beatriz Ribeiro Soares

Professora Associada 4 da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: brsoares@ufu.br

Carlos Alberto Póvoa

Docente do Curso de Geografia - UFTM. E-mail: carlpovoa@gmail.com

Claudio Silva Ramos

Pós graduando Fundação Dom Cabral. E-mail: claudiorconsult@gmail.com

Clediane Nascimento Santos

Mestranda e Bolsista FAPESP do curso de Pós Graduação em Geografia da UNESP – Univ. Estadual Paulista, Presidente Prudente. E-mail: cledianenascimento@yahoo.com.br

Denio Santos Azevedo

PPGS/NTU/UFS. E-mail: denio_azevedo@yahoo.com.br

Diogo da Silva Cardoso

Geógrafo e bolsista de doutorado (CAPES). Doutorando em Geografia pela UFRJ, pós-graduando em Arqueologia Brasileira pelo IAB, professor da rede publica de ensino do Estado do Rio de Janeiro e colaborador do Observatório de Favelas. E-mail: diogo_georeg@yahoo.com.br

Edevaldo Aparecido Souza

Doutor pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU/MG), é Professor e Pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Goiás - Campus Quirinópolis (UEG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5454426936516958>. E-mail: edieug@gmail.com

Édima Aranha Silva

Profª Drª em Geografia, Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus de Três Lagoas, Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e do Território Três Lagoas - LETUR/UFMS- MS (BR). E-mail: edimaranha@gmail.com

Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

Professor Assistente Doutor - Coordenador de Programa de Pós-graduação em Administração – Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional. E-mail: edsonaaqo@gmail.com

Eduardo Gomes

Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: gomeduar@gmail.com

Ewerthon Veloso Pires

Professor do curso de Turismo da Faculdade Estácio de Sá-BH. E-mail: ewerthonpires@yahoo.com.br

Fabiana Britto de Azevedo Maia

Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: fabamaia@yahoo.com.br

Francisco Irapuan Ribeiro

Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: irapuan.saude@hotmail.com

Giovanni de Farias Seabra

Professor Associado IV da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Doutor em Geografia Física, Pós-Doutor em Geologia Sedimentar e Ambiental. E-mail: gioseabra@gmail.com

Gláucia Muniz Silva

Discente do Curso de Geografia Universidade Federal de Uberlândia – UFU/Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP. E-mail: glaucia0403@hotmail.com

Guilherme Matoso

Instituto Brasileiro de Turismólogos. E-mail: guilherme.matoso@yahoo.com.br

Ilana B. Kiyotani

Professora do Bacharelado em Turismo – UFPB. Mestre em Geografia (UFPB, 2011); Bacharel em Turismo (UFPB, 2006). E-mail: ilana.kiyotani@gmail.com

Jaqueline Vitorino Cornacchioni Délc

Discente do 7º termo do curso de Turismo de Graduação da UNESP Campus de Rosana, Bolsista do grupo PET-Programa de Ensino Tutorial. E-mail: jaqdelci@hotmail.com

Jean Carlos Vieira Santos

Doutor pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU/MG), foi Bolsista CAPES-PDEE/Universidade do Algarve (Portugal). É Professor e Pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Goiás - Campus Quirinópolis (UEG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7542926208646393>. E-mail: svcjean@yahoo.com.br

Jorge Teixeira do Nascimento

Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos / Universidade Estadual do Ceará (UECE). É pesquisador do grupo de pesquisa do CNPq: Turismo, Território e Cultura. E-mail: jorgeojoca@gmail.com

José Luís Gomes da Silva

Orientador – Doutor em Ciência – ITA - Professor Assistente Doutor - Coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em Administração – Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU. E-mail: gomesdasilvaster@gmail.com

José Wellington L. Soares

Licenciado em Geografia, Especialista em Educação de Jovens e Adultos - EJA, Mestrando em Gestão de Negócios Turísticos na UECE.

Jurema Márcia Dantas da Silva

Arquiteta, Aluna do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará. Professora do curso de Turismo da Universidade Potiguar. E-mail: jurema@gmail.com

Karine dos Anjos Santos

Graduanda do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: karine.anjoss@hotmail.com

Karla M. Rios Macedo

Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: karla.macedo@hotmail.com

Luzia Neide M. T. Coriolano

Profª Drª do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará. Líder do grupo de pesquisa Turismo, Território e Cultura do CNPq. Pesquisadora do CNPq. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

Márcia Maria de Paula

Aluna do Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU) – Universidade de Taubaté, Diretora de Extensão, Assuntos Comunitários, Estudantis e Culturais da UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros. E-mail: marcia@fimes.edu.br

Marcos Antonio Leite do Nascimento

Departamento de Geologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marcos@geologia.ufrn.br

Mariana Rodrigues Pires

Especialista em Desenvolvimento Humano e Social – Turismóloga Gerência de Estudos e Negócios Turísticos. Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo. E-mail: mariana.pires@turismo.es.gov.br

Mariane Maria Moraes Vilela Franco

Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC – AF/ CNPQ) do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: mariane vilelafranco@yahoo.com.br

Moizés Rodrigues da Silva

Discente do Curso de Geografia – UFTM. E-mail: moizes.rodrigues@hotmail.com

Mônica Arruda Zuffi

Bolsista FAPEMIG, do curso de Bacharel em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: moniczuffi@hotmail.com

Nelio Paulo Sartini Dutra Júnior

Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Institucional do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: neliojunior28@gmail.com

Nilda Aparecida Pascoal Rezende

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Quirinópolis (UEG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5516230862701529>. E-mail: nilda.pascoal@ueg.br

Patrícia Maria de Freitas Pereira

Discente do Curso de Graduação em Geografia da FACIP/UFU. Bolsista do Subprojeto Geografia - PIBID/CAPEs. E-mail: patydantas78@hotmail.com

Polyana Bittencourt Andrade

Comunicação Social/UNIT. E-mail: polyttencourt@yahoo.com.br

Raquel Ribeiro de Souza Silva

Doutoranda em Geografia – UFPR. Bacharel em Turismo – UNESP. E-mail: unesp2004@yahoo.com.br

Roberto Barboza Castanho

Docente do Curso de Geografia Universidade Federal de Uberlândia – UFU/Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP. E-mail: rbcastanho@gmail.com

Rosângela Custódio Cortez Thomáz

Orientadora e Docente da UNESP – Campus Rosana/SP, Pós-Doutora em Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela – ES, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo no Espaço Rural – GEPTER, Coordenadora do Laboratório de Arqueologia e Turismo e Tutora do PET Turismo. E-mail: rocortez@rosana.unesp.br

Rosselvelt José Santos

Professor Doutor e Pesquisador do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rosselvelt@ufu.br

Suellen Aparecida de Araújo

Discente do Curso de Graduação em Geografia da FACIP/UFU. E-mail: suellenaraujoufu@gmail.com

Tais Alexandre A. Paes

Professora do Bacharelado em Turismo – UFS. Mestre em Administração (UFPB, 2011); Bacharel em Turismo (UFPB, 2007). E-mail: taletunes@yahoo.com.br

Thales Silveira Souto

Discente do Curso de Geografia Universidade Federal de Uberlândia – UFU/Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP. E-mail: thales.souto@hotmail.com

Vinicius Lino Rodrigues de Jesus

Doutorando do Programa de Pós graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: vivi51@hotmail.com

